

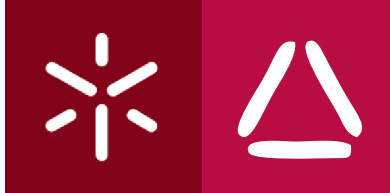


A crise migratória na Europa: um olhar sobre os refugiados em Braga, Norte de Portugal

Cláudio Abdo

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cláudio Abdo

A crise migratória na Europa: um olhar sobre os refugiados em Braga, Norte de Portugal

Tese de Doutoramento em Estudos de Comunicação
Programa Doutoral em Estudos de Comunicação:
Tecnologia, Cultura e Sociedade, em associação com
as seguintes universidades: Universidade do Minho,
ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa,
Universidade da Beira Interior e Universidade Lusófona
de Humanidades e Tecnologias

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas

e sob orientação da
Professora Doutora Maria José Brites

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por responder às minhas preces me abençoando com coragem, me entusiasmando a ser persistente e não permitindo que eu desistisse. Em seguida, agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo apoio financeiro na realização deste trabalho.

À minha esposa Amanda um agradecimento especial. Ela, que sempre está ao meu lado nas horas mais difíceis e nos momentos decisivos, me ensina diariamente que o mar do amor é formado gota após gota. Muito obrigado por tudo, mas em particular pelo maior presente que tu me destes, a nossa filha Ana Beatriz. Aninha, sei que ainda és muito novinha para entender toda esta “loucura”, mas saiba que tudo o que fiz e continuo fazendo é por ti, e para ti. Tu e a mamãe são as minhas maiores inspirações e os amores da minha vida. À Mallu e à Marie, um beijo e um abraço apertado!

Agradeço à minha orientadora, Professora Rosa Cabecinhas, pela confiança e pela exigência. Agradeço também à minha coorientadora, Professora Maria José Brites pela tranquilidade, competência e parceria. À minha mentora, Professora Olga Bailey, na Nottingham Trent University onde tive o privilégio de estar enquanto investigador, o meu muito obrigado.

Aos meus pais a minha gratidão por terem me dado a vida e pelo esforço que fizeram e fazem em me educar, aos meus irmãos, em especial ao Alexandre, pelas palavras de incentivo. Aos meus amigos e familiares, de perto e de longe, Lili, Vini, Cris Pai, Elias, Lucas, Márcia, Adri, Adriana, Manô, Júlio, Maria Clara, Renatão, Fran, Lizi, Hanna, Pedro, Marisa, Jorge, Tati, Júnior, Ale, Sofia, Chris, Rui, Bruna, Ruan, Waldrigo, Fran, Élton, Giovana, Ricardinho, Diovane, Rafael, Djôni, Sib, Carlinhos, Caio, Talía e Javi. Aos colegas de doutoramento por terem me escolhido durante os quatro anos como delegado de turma. Um agradecimento especial às minhas amigas Mariana e Francisca. Aos amigos da “salinha da UM”: Sara (Nuno e Gaspar), Carla, Hélder, Zé, Ju, Roni e Sr. Aníbal. Mansour, *thank you so much for everything*. Ana Sanchis e David, *muchas gracias por todo*. Aos funcionários da UM, da Biblioteca Geral, passando pela cantina e chegando ao corpo técnico e de apoio do ICS (CECS) o meu muito obrigado.

APOIO FINANCEIRO

Esta tese de doutoramento foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da concessão de uma bolsa de doutoramento (PD/BD/128175/2016), Bolsa de Investigação do POCH — Programa Operacional Capital Humano, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES no âmbito do Programa Doutoral em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade (PD/00059/2013 COMSOCITEC), Programa Doutoral em associação da responsabilidade de um consórcio entre seis Centros de Investigação portugueses [Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT), Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) e Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-Line (LabCom)], aos quais estão associadas quatro universidades [Universidade do Minho (UMinho), na qualidade de instituição proponente e Universidade-sede; ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Universidade da Beira Interior (UBI); e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT/COFAC)].



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, ____ de novembro de 2020.

Cláudio Abdo

Assinatura: _____

A crise migratória na Europa: um olhar sobre os refugiados em Braga, Norte de Portugal

Resumo

A crise migratória na Europa contabiliza milhões de refugiados e solicitantes de asilo e é considerada responsável pelo maior deslocamento de pessoas na condição de refugiadas no continente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, Portugal não figura entre os principais países europeus em número de refugiados, por isso busquei analisar como os cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga percebem os refugiados e como os *media* influenciam essa percepção.

Recorri então à realização de 26 entrevistas semiestruturadas e em profundidade com cidadãos portugueses que vivem em Braga (Norte de Portugal), dessa maneira desenvolvi meu guião de entrevista com base em quatro blocos temáticos principais: a globalização, a crise migratória na Europa, a espetacularização das imagens e o olhar sobre os refugiados.

Apurei que em relação à crise migratória, os participantes acreditam que a Europa seja um destino para os refugiados por conta da segurança e da qualidade de vida. A maioria dos participantes se mostrou contra a construção de muros para barrar imigrantes e refugiados, mesmo quando isso (construção de muros) seja realidade em diversos países europeus. Confirmei que, mesmo sem a utilização de materiais de estímulo (fotografias, vídeos ou outro recurso audiovisual) durante a realização das entrevistas, grande parte dos entrevistados recorda de ter visto na TV a imagem veiculada pelos *media* do corpo do menino Alan Kurdi, morto por afogamento na Turquia e das imagens dos barcos lotados de refugiados.

Constatei também que a maioria dos participantes superestima a quantidade de refugiados acolhidos por Portugal, porém não sentem-se ameaçados em relação aos empregos. Além disso, todos os entrevistados já viram, leram ou ouviram alguma notícia relacionada aos refugiados, porém a maioria não conseguiu relacionar informações sobre os refugiados com a cidade de Braga nos *media*.

Palavras-chave: crise migratória; media; migrações; percepções sociais; refugiados.

La crisis migratoria en Europa: una mirada a los refugiados en Braga, Norte de Portugal

Resumen

La crisis migratoria en Europa representa a millones de refugiados y solicitantes de asilo, y es responsable tanto del mayor desplazamiento de personas como de refugiados en el continente desde la Segunda Guerra Mundial. Sin embargo, Portugal no se encuentra entre los principales países europeos en número de refugiados. Por lo tanto, esta tesis trata de analizar cómo los ciudadanos portugueses, que viven en la ciudad de Braga, perciben a los refugiados y cómo los medios de comunicación influyen en esta percepción.

He realizado 26 entrevistas semiestructuradas y en profundidad con ciudadanos portugueses residentes en Braga (Norte de Portugal) y he desarrollado mi propia guía de entrevistas basada en cuatro bloques temáticos principales: globalización, la crisis migratoria en Europa, la espectacularidad de las imágenes y la mirada a los refugiados.

He aprendido que, en relación con la crisis migratoria, los participantes creen que Europa es un destino para los refugiados por seguridad y calidad de vida. La mayoría de los participantes estaban en contra de la construcción de muros para bloquear a los inmigrantes y refugiados, incluso cuando construir muros es una realidad en varios países europeos. He corroborado que, aun sin el uso de materiales de estímulo (fotografías, vídeos u otros recursos audiovisuales) durante las entrevistas, la mayoría de los entrevistados recuerdan haber visto en televisión la imagen difundida por los medios del cuerpo del niño Alan Kurdi, muerto por ahogamiento en Turquía e imágenes de barcos llenos de refugiados.

También he descubierto que la mayoría de los participantes sobrestiman el número de refugiados acogidos por Portugal, pero no se sienten amenazados en relación con el empleo. Además, todos los encuestados han visto, leído o escuchado alguna noticia relacionada con refugiados, pero la mayoría no ha podido relacionar información sobre refugiados con la ciudad de Braga en los medios de comunicación.

Palabras clave: crisis migratoria; medios de comunicación; migraciones; percepciones sociales; refugiados.

The migratory crisis in Europe: a look at refugees in Braga, North of Portugal

Abstract

The migratory crisis in Europe accounts for millions of refugees and asylum seekers and is responsible for the largest displacement of people as refugees on the continent since the end of the Second World War. However, Portugal is not among the main European countries in the number of refugees, so I looked for an analysis of how Portuguese citizens living in the city of Braga perceive refugees and how the media influence this perception.

I then resorted to the realization of 26 semi-structured and in-depth interviews with Portuguese citizens living in Braga (North of Portugal), so I developed my interview guide based on four main thematic blocks: globalization, the migratory crisis in Europe, spectacularization images, and looking at refugees.

I found that in relation to the migratory crisis, the participants believe that Europe is a destination for refugees because of security and quality of life. Most participants were against building walls to block immigrants and refugees, even when that (building walls) is a reality in several European countries. I confirmed that, even without the use of stimulus materials (photographs, videos or other audiovisual resources) during the interviews, most of the interviewees remember having seen on TV the image broadcast by the media of the body of the boy Alan Kurdi, killed by drowning in Turkey and images of boats crowded with refugees.

I also found that most participants overestimate the number of refugees welcomed by Portugal, but they do not feel threatened in relation to jobs. In addition, all respondents have seen, read, or heard some news related to refugees, but most have not been able to relate information about refugees with the city of Braga in the media.

Keywords: media; migrations; migratory crisis; refugees; social perceptions.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 — MIGRAÇÕES	9
1.1. Contexto histórico das migrações	9
1.1.1. Migrações, mão de obra e Portugal como país exportador de emigrantes	16
1.2. Um novo século, mas não uma nova Europa	19
1.3. Globalização e força de trabalho no contexto das migrações	28
1.4. Migrações forçadas e Primavera Árabe	40
1.5. Refugiados	53
1.6. Refugiados na Europa	64
1.7. Refugiados em Portugal	81
CAPÍTULO 2 — PERCEÇÃO DE GRUPO, PROCESSOS COGNITIVOS E EMOCIONAIS ...	97
2.1. Identidade Social, Percepção de Grupo e Conformidade	97
2.2. Comparação Social em contexto migratório	110
2.3. Imigrantes e estereótipos	119
2.4. Memória	126
CAPÍTULO 3 — OS MEDIA E A SOCIEDADE	134
3.1. Teoria do Gatekeeping, opinião pública, sociedade do espetáculo e valores notícia ..	134
3.2. Processo social de informação	158
3.3. Literacia Mediática	168
CAPÍTULO 4 — METODOLOGIA	180
4.1. Método	181
4.2. Pesquisa bibliográfica	184
4.3. Eixos Temáticos	185
4.4. Entrevistas	186
4.4.1. Participantes das Entrevistas	192
4.5. Descrição da Amostra	195
CAPÍTULO 5 — ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	198
5.1. Comentário inicial “quebra gelo”	198

5.2. Globalização/Migrações.....	209
5.3. Crise migratória na Europa	219
5.4. Espetacularização das imagens	252
5.5. Olhar sobre os refugiados	289
CONSIDERAÇÕES FINAIS	314
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	323
ANEXOS.....	356
Anexo 1 – Informações sobre os participantes da pesquisa	356
Anexo 2 – Termo de Confidencialidade	357
Anexo 3 – Guião de Entrevista	358

INTRODUÇÃO

Esta investigação¹ insere-se no Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade e tem como objetivo abordar a crise migratória na Europa com o foco principal na percepção que os cidadãos portugueses que vivem em Braga (Norte de Portugal) têm em relação aos refugiados e como essa noção é influenciada pelos *media*. Para se compreender a sociedade atual, mostra-se fundamental abordar a questão das migrações e de seus desdobramentos, especialmente no contexto de Portugal e da Europa, por conta da crise migratória que possibilitou que milhões de refugiados chegassem ao continente europeu nos últimos anos, principalmente a partir de 2015. E a relevância do tema pode ser observado na maneira como a Comissão Europeia o aborda em seus relatórios sobre a percepção dos europeus, pois há uma crescente preocupação da União Europeia na maneira como os refugiados são percebidos, aceitos ou excluídos nos diversos países onde são recebidos.

No início do meu percurso notei que grande parte dos estudos em Portugal se relacionavam aos migrantes e não aos refugiados, conceitos que se relacionam, mas que são distintos e serão, mais adiante, definidos e explicados. Pois geralmente os pesquisadores buscam respostas e dão atenção principalmente em relação aos cidadãos provenientes das ex-colônias de Portugal como Brasil, Angola, Moçambique e Cabo Verde (Carvalho, 2011; Fernandes & de Castro, 2013; Malheiros, 2007; Miranda, 1999; Padilla & Ortiz, 2012; Pires, Machado, Peixoto & Vaz, 2010; Vitorino, 2007). Poucos são os que se voltam exclusivamente para os refugiados e, por isso, são limitadas ou inexistentes as pesquisas que dão conta do olhar dos portugueses, especialmente os residentes na cidade de Braga, em relação aos refugiados e, sendo a cidade do Norte de Portugal uma das cinco maiores do país, é de grande relevância compreender tal visão. Também porque compreender esse olhar pode indicar os caminhos para a implementação de ações e políticas públicas que, fundamentalmente, se apoiam na opinião pública.

E a atualidade do tema se dá justamente pela falta de uma literatura que tenha foco nos refugiados na cidade de Braga. Além disso, o Relatório de Imigração, Fronteiras

¹ Aspecto linguístico: esta tese de doutoramento está redigida em português brasileiro.

e Asilo (2019) do SEF (Serviços de Estrangeiros e Fronteiras), órgão do governo de Portugal que é responsável pelo controle das fronteiras e dos estrangeiros no país, traz dados que mostram que a região norte de Portugal, onde Braga está inserida, foi uma das zonas onde mais cresceu a migração. Esses são fatores que fazem com que este trabalho tenha relevância, pois os silêncios e informações que não são ditas interessam, já que mesmo tendo uma política receptiva na questão do acolhimento, Portugal não figura entre os países mais desejados pelos refugiados que chegam na Europa (ACNUR, 2017).

O papel preponderante dos *media* e a influência na formação da opinião pública são aspectos importantes a serem considerados, assim como a espetacularização das imagens que permeiam a sociedade e chegam através dos meios de comunicação (Debord, 2003). Por isso são assuntos que ocupam espaço nos estudos de comunicação, nas pesquisas em torno das migrações e das populações migrantes e consideram a questão dos refugiados e das minorias como um tema central (Bailey, 2015; Bleiker, Campbell, Hutchison & Nicolson, 2013; Buonfino, 2004; Davies, Francis & Greer, 2007; Garrido, Garcia-Marques, Jerónimo & Ferreira, 2013; Malkki, 2005; Orgad, 2012; Schwöbel-Patel & Ozkaramanli, 2017; Vala & Castro, 2013).

Em outros países, questões relacionadas à percepção dos refugiados vêm sendo aprofundadas. A proximidade dos acontecimentos, o impacto da crise migratória e a chegada de milhões de refugiados nos últimos anos serviram de incentivo aos estudos em países como a Itália, Grécia, França, Alemanha e Reino Unido, por exemplo. Entretanto, como em Portugal a crise migratória foi acompanhada a uma certa distância, assim como a chegada de refugiados que em termos absolutos é pequena, os trabalhos voltados à análise de percepção dos refugiados por parte dos cidadãos portugueses e a influência dos *media* nesse processo são escassos. Sendo assim, este trabalho pretende contribuir e relacionar o papel preponderante dos *media* na formação da opinião pública e perceber como o olhar sobre os refugiados em Braga é impactado pelos meios de comunicação. Ainda neste contexto, a espetacularização da sociedade importa já que, é através dos *media* que uma crise humanitária grave, e que resulta na travessia do Mar Mediterrâneo por milhares de pessoas, é acompanhada e transmitida, quase que em tempo real, para diversos países do mundo, especialmente os da Europa.

E a transmissão em tempo real dos acontecimentos pelos média, uma característica do nosso tempo, traz consigo consequências sociais importantes. A urgência e a velocidade com que a informação circula faz com que temas relevantes e que precisam ser debatidos de maneira aprofundada, como é o caso da crise migratória e de seus impactos, sejam tratados muitas vezes de forma superficial e rápida nos média, contrapondo com a necessidade de se ter mais tempo para compreender o processo e permitir que ocorram estudos, reflexões mais detalhadas e consistentes.

Entretanto, a sensação de que o mundo, as relações sociais, políticas e econômicas encontram-se em completa desordem não é exclusividade da época em que vivemos. No livro de Giddens (2000, p. 11) está a fala de um arcebispo que acredita que “‘o mundo está a aproximar-se velozmente do fim’, assim disse o arcebispo Wulfstan, num sermão proferido em York, no ano 1014. Nos tempos que correm, é fácil que haja pessoas a pensarem o mesmo”. O autor continua e diz que “temos boas razões, razões objetivas, para pensar que estamos a viver um período histórico de transição muito importante. [...], as mudanças que nos afetam não estão confinadas a nenhuma zona do globo, fazem-se sentir um pouco por toda a parte” (2000, p. 11).

Na minha percepção, para além de se definirem os conceitos de globalização e comunicação, algo realizado adiante, é importante compreender que os cidadãos que deixam seus países trazem consigo uma bagagem cultural, identitária e social que não encontram somente barreiras físicas, mas psicológicas e com diferentes abordagens no processo de aculturação. A globalização exerce impacto na identidade cultural (Hall, 2006), porém para Giddens (2000, pp. 25-26), “a globalização é política, tecnológica e cultural, além de económica. Acima de tudo, tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicação [...]”. Com o trabalho destes autores é possível perceber que diferentes nações estão à mercê da velocidade com que as tecnologias de informação e comunicação se aprimoram, estando cada vez mais próximas, dependentes e interrelacionadas.

Portanto, se vivemos em um mundo em transformação, um aspecto que pode ser sentido de maneira geral e não somente em uma cidade, região específica ou país, podemos sugerir que a globalização exerce uma participação relevante nessa mudança. Para Bauman (1999, pp. 66-67), “esta nova e desconfortável percepção das ‘coisas

fugindo ao controle' é que foi articulada [...], num conceito atualmente na moda: o de *globalização*". Apesar de, atualmente, existirem muitas críticas ao conceito cunhado por Bauman, o autor ainda continua e afirma que "o significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo". Para finalizar seu pensamento, ele diz ainda que "a globalização é a 'nova desordem mundial' de Jowitt com um outro nome" (1999, pp. 66-67).

Dessa maneira, é plausível e necessário incluir a globalização como um importante pano de fundo nas questões de migração e no problema da crise migratória na Europa neste novo século, especialmente a que é noticiada desde 2015. Porém, as migrações sempre fizeram parte da história da humanidade, mas foi na globalização que a velocidade em que as pessoas se deslocam ganha proporções expandidas e internacionalizadas (Martine, 2005).

Entretanto, uma questão também relevante é a maneira como os mais diferentes países de destino e suas sociedades se relacionam com a chegada de milhões de refugiados, pois são inúmeras as indagações feitas em torno dos limites que existem em relação à capacidade de absorção do mercado de trabalho, bem como a disponibilidade de residências e a competência que os serviços públicos possuem de comportar a chegada dos novos habitantes.

Dessa forma, alguns obstáculos se mostram tão desafiadores, principalmente quando entram no campo da língua, da cultura e da religião, que muitos países preferem atuar com rigor em suas fronteiras tentando controlar a entrada de refugiados do que se dedicar a desenvolver uma gestão adequada em relação aos fluxos de migração que estão em constante evolução, ou seja, somente policiar fronteiras não se mostra como uma opção viável que seja capaz de fazer com os fluxos migratórios se alterem (Vitorino, 2007). O poder é um processo fundamental da sociedade em que as relações se estabelecem por conta dele, se institucionalizam e são valorizadas ao envolverem atores sociais (Castells, 2009).

Aqui os *media* podem exercer um importante papel que, entre outros aspectos, pode atuar de forma a aproximar culturas e, supostamente, derrubar fronteiras. Ou seja,

o desenvolvimento tecnológico possibilitou a massificação e Barreto (2005, pp. 26-27) explica que, “além disso, desde a década de 1950, a massificação do acesso à televisão, aliada mais recentemente às comunicações via satélite [...]” é capaz de aproximar nações e “[...] ‘torna possível experimentar um grande movimento de imagens provenientes de diferentes espaços quase em simultâneo, esvaziando os espaços do mundo numa série de imagens num ecrã de televisão’”.

Contudo, o mundo moderno não pode ser pensado sem a influência das migrações internacionais já que as mudanças políticas, econômicas, sociais e de demografia nas sociedades ocorrem e são motivos mais do que suficientes para que as pessoas migrem. Mudanças trazem mais mudanças, seja no país de onde quem se torna um imigrante sai ou na nação onde chega e foi já na década de 1980 que os processos de migração assumiram um caráter global mais rápido, em um volume maior e com uma complexidade que, outrora, não existia (Castles, Marques & Ágoas, 2005).

Nesta tese importa perceber como os refugiados são notados e qual o papel dos *media* nessa percepção. Como verifiquei no meu trabalho, há uma facilidade com que temas distantes e externos e que não se relacionam com a realidade portuguesa e europeia sejam tratados de maneira próxima pelos cidadãos participantes da pesquisa, como é o caso da continuação da construção do muro na fronteira entre Estados Unidos da América e México. Compreender a força que a agenda dos *media* possui se mostra fundamental nesse processo, mas também o fato da cidade de Braga ter poucos veículos de comunicação que evidenciam notícias locais, faz com que seus habitantes busquem canais de comunicação que enviam suas informações a partir de outras realidades, como Lisboa e Porto, por exemplo. Dessa maneira, as agências internacionais de notícias que pautam os veículos de comunicação de Portugal e do mundo conseguem aproximar realidades distantes, principalmente em cidades do interior do país como é o caso de Braga.

A crise migratória na Europa, a maneira como os *media* atuaram e continuam atuando frente a esta crise, o modo como os refugiados foram retratados e os impactos na sociedade são questões que se relacionam de maneira direta e que exigem uma investigação profunda. Acredito que aproximar uma realidade distante, como é o caso da crise migratória europeia com a percepção dos cidadãos da cidade de Braga, permitirá

uma melhor compreensão do papel preponderante dos *media* na formação da opinião pública e do impacto que exercem na sociedade.

Entretanto, a definição de um caminho de investigação é resultado das diferentes influências. É um projeto de longo curso que conta também com o conhecimento de outras áreas de estudo e que anteriormente não estavam ao alcance do investigador. A possibilidade de um maior aprofundamento em torno da Psicologia Social, bem como relacionar as questões migratórias e a influência dos meios de comunicação só foram possíveis por conta do percurso trilhado. Tanto a vivência do investigador enquanto imigrante, a possibilidade de escrever uma dissertação no âmbito do mestrado em Ciências da Comunicação onde foram abordados os motivos que fazem os brasileiros escolherem Portugal para viver, quanto a urgência da crise migratória na Europa, foram situações e processos decisivos no nosso trajeto de investigação.

Compreender os motivos que fazem com que alguém saia do seu país de origem, olhar para as pessoas que vivem numa cidade e tentar perceber como elas enxergam quem está chegando, vivenciar e estudar diferentes comportamentos que ocorrem no processo de aculturação e estar na condição de ser o 'outro' numa sociedade foram fundamentais e motivaram-me a conhecer mais sobre as migrações, os refugiados, a crise migratória, a percepção de grupo e os aspectos ligados à Psicologia Social. Dessa maneira, pretendo compreender o olhar sobre os refugiados na cidade de Braga, levando em consideração o papel preponderante dos *media* na sociedade, sua atuação fulcral em conseguir atuar de maneira a aproximar realidades distantes, dar voz a determinados atores silenciando outros e a impôr a uma agenda mediática. Resumidamente, tenho como objetivos de investigação: (i) compreender como os refugiados são vistos e percebidos pelos cidadãos de Braga; (ii) analisar o papel dos *media* neste processo.

Após definir esses objetivos, desenvolvi a seguinte pergunta de partida que norteou a investigação: *Como os cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga (Norte de Portugal) percebem os refugiados?* E de maneira a complementar a pergunta principal: *Qual o papel dos media nessa percepção?*

Para responder às questões de partida, optei por utilizar uma metodologia qualitativa com foco na realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade. Dessa maneira, explorei aspectos que relacionam os fluxos migratórios e a globalização,

a crise migratória na Europa, a espetacularização das imagens para compreender e, finalmente, traçar um olhar sobre os refugiados.

Desse modo, esta tese de doutoramento foi estruturada em cinco capítulos. No capítulo 1, sobre as migrações, fiz uma contextualização histórica para situar os acontecimentos que serviram de base para o percurso de investigação. Abordei sobretudo, as questões relacionadas à globalização, às questões migratórias e dos refugiados no mundo, na Europa, em Portugal e, mais especificamente, na cidade de Braga. Além disso, esclareci alguns conceitos e definições que são importantes como é o caso da diferença entre imigrantes, emigrantes e refugiados.

No capítulo 2, me dediquei à compreensão da percepção de grupo, da comparação social, dos estereótipos e da memória. Temas pertencentes à Psicologia Social, mas que se relacionam diretamente com as ciências da comunicação e são de fundamental importância para compreendermos os mais diferentes aspectos das migrações e dos refugiados.

Já no capítulo 3 analisei a relação entre os *media* e a sociedade. Abordei e aprofundi o processo social de informação, mas também me dediquei à Teoria do Gatekeeping para compreender os caminhos e portas que a informação percorre. Posteriormente, mas ainda no mesmo capítulo, tratei da importância da literacia mediática, da sociedade do espetáculo e dos valores notícia. Os temas abordados são fundamentais para compreendermos o problema.

Apresentei o trajeto metodológico no capítulo 4. Optei por uma metodologia qualitativa, realizando entrevistas semiestruturadas e em profundidade. Porém, explicitiei os motivos que me fizeram escolher tal percurso, descrevi o processo de desenvolvimento do guião das entrevistas e as decisões que tive que tomar para chegar ao meu objetivo de pesquisa, além de fazer a descrição da amostra.

No penúltimo capítulo de minha dissertação, apresentei os resultados, discuti e analisei, através das respostas dos participantes da pesquisa, a maneira como os refugiados são percebidos na cidade de Braga e qual o papel dos *media* nessa percepção. Pude perceber que debater sobre as minorias é desafiador, mas principalmente serve como um estímulo para compreender os mais diferentes preconceitos e como ocorrem embates em pontos que são nevrálgicos para a sociedade.

Para finalizar o trabalho, apresentei as principais conclusões que surgiram durante a investigação e respondi as perguntas de pesquisa que foram inicialmente colocadas. Porém, refleti também sobre os aspectos pessoais que culminaram no tema proposto e aos diversos caminhos que encontram-se abertos para que novas investigações sejam realizadas, bem como as limitações encontradas e as reflexões advindas de todo o percurso de elaboração do trabalho.

CAPÍTULO 1 — MIGRAÇÕES

1.1. Contexto histórico das migrações

Não é possível tratar o processo migratório de maneira simplista e somente através de uma perspectiva pós-moderna. Isso porque a humanidade, desde que se tem conhecimento, se move e os motivos são os mais diversos. Da necessidade de se buscar alimentos, que movimentou milhares de pessoas por diversas regiões do mundo, passando por questões de ordem psicológica e chegando aos deslocamentos que, sobremaneira, serviram para povoar o Planeta.

Numa ampla acepção poder-se-ia afirmar que a própria História da Humanidade é a história das suas migrações. Deslocar-se é parte integrante da natureza e da psicologia humanas; foi através dos deslocamentos que a nossa espécie povoou a Terra dotando-a das mais variadas formas de organização do espaço e de exploração dos recursos naturais e enriquecendo-a de culturas variadas (SOS Racismo, 2002, p. 22).

Para compreendermos os fenômenos migratórios, suas nuances e complexidades, inicialmente se mostra premente discutir a definição de alguns conceitos, igualmente complexos, que são inerentes ao tema como: imigrante, emigrante e refugiado. Por serem termos próximos, frequentemente ocorrem dificuldades em utilizar as palavras de maneira adequada. Para este trabalho, entendemos que:

- **Imigrante:** respeitando a etimologia da palavra, imigrar é o resultado da união de “migrare” (que significa mudar de residência ou condição) com o elemento *in*, que em latim significa “para dentro”. Portanto, o imigrante é alguém que, sob o ponto de vista da sociedade receptora, chegou para residir em um país ou território por determinado tempo ou definitivamente até a mudança de estatuto definida pelas leis migratórias de cada nação (Figueira, 2007).

- **Emigrante:** a palavra emigrante resulta da junção do verbo *emigrare* (*migrare*, “mudar de residência ou condição” com o elemento “e”, uma preposição do latim que significa

'para fora'), ou seja, aquele que saiu do seu país ou território para residir por determinado tempo ou definitivamente até a mudança de estatuto definida pelas leis de cada país (Figueira, 2007).

- **Refugiado:** a Organização das Nações Unidas (ONU, 1951, p. 2) definiu que “[...] o termo ‘refugiado’ se aplicará a qualquer pessoa [...] que [...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade [...]”. Entretanto, é importante ressaltar que o estatuto de refugiado é de caráter internacional, pois existe para que pessoas que necessitam de ajuda sejam protegidas, diferente da condição de migrante (imigrante ou emigrante) que tem caráter nacional, ou seja, importa unicamente aos países de destino e de origem, respectivamente.

Após tais definições, é importante salientar que são diversos os motivos que fazem com que as pessoas deixem seus lugares de origem em busca de novos locais para viver. Para Carvalho (2011, p. 35), as motivações passam por “[...] fugir a perseguições políticas e religiosas, coartar-se ao cumprimento de certos deveres cívicos, conhecer novas terras e, porque não referi-lo, seguir o exemplo de outros ou outras mais razões”. O autor ainda refere que as questões migratórias não são recentes e que também não devem ser compreendidas como, somente, um mero ultrapassar de fronteiras.

Outra questão relevante é o fato de haver, frequentemente, um desequilíbrio nas populações migrantes e nos Estados de acolhimento, pois as pessoas geralmente migram de países menos desenvolvidos para os que contam com uma maior industrialização e “tal acontece em resultado da conjugação de factores de índole socioeconómica, que criaram a plataforma propícia ao eclodir de uma emigração massiva, sujeita às flutuações da conjuntura internacional [...]” e que levam em conta a “[...] virtude dos seus reflexos nos mercados de emprego e na vida, em geral, dos países de origem e de destino dos trabalhadores migrantes” (Carvalho, 2011, p. 35).

Apesar da importância histórica das migrações e seu papel fulcral no desenvolvimento da humanidade, há um especial interesse em localizar as migrações

durante os séculos XX e XXI, ou seja, entender o papel de Portugal e da Europa no contexto da movimentação de pessoas internacionalmente. Porém, obviamente que é prudente deixar claro que as migrações acompanham a história portuguesa desde o início (Serrão, 1977).

Ou seja, tendo acesso a registros históricos, é possível perceber que a formação social, política e econômica de Portugal passa, inevitavelmente, por um fluxo intenso e constante, de idas e vindas, de chegadas e partidas de estrangeiros que viam no país uma oportunidade e, muitas vezes, chegavam a fixar residência. Portugal tem sido considerado um país referência no que toca às questões migratórias. Vejamos o que afirma Serrão (1980):

A vida diplomática, o comércio internacional e o intercâmbio cultural e religioso sempre tinham contribuído para a passagem ou fixação de estrangeiros em Portugal. Para o século XV há notícia de embaixadores e agentes régios, de mercadores e figuras da igreja que se ligaram temporária ou definitivamente ao nosso País. Com o século XVI veio a alargar-se esse quadro social: por um lado, graças à criação ou surto de actividades profissionais, como a tipografia, a ourivesaria e a relojoaria; por outro lado, pela vinda de mestres estrangeiros para o ensino nos colégios e universidades; enfim, pelo alargamento do comércio ultramarino que fez Lisboa, no dizer expressivo de Camões, ‘a cidade das muitas e desvairadas gentes’. No caso da capital, refere Damião de Góis que a brandura do clima, sem frio nem calor excessivos, contribuiu para que a passagem dos viajantes se tornasse, para muitos, em residência permanente (Serrão, 1980, p. 275).

Em Braga, norte do país, o fomento do comércio e do fluxo de mercadorias também teve relevância e peso na formação social da cidade. Para Ménici Malheiro (2005, pp. 11-12), “foi pelo seu extraordinário comércio entre todas as cidades da Espanha, aquela que os antigos consideravam a mais opulenta, e das de maior tráfico comercial”. Então, a autora continua e diz que “aqui vinham os negociantes de diversos países, e nomeadamente os romanos, buscar o ouro e a prata que, depois de extraídos das minas de Trás-os-Montes, eram conduzidos para esta cidade [...]”. Para finalizar a autora afirma que “o próprio poeta romano, Ausônio, tecendo louvores às principais cidades espanholas, cognomina de rica, nos seus versos, a cidade de Braga” (2005, pp. 11-12).

Pires, Machado, Peixoto e Vaz (2010) fazem questão de relembrar que em Portugal, a emigração é bastante relevante e um acontecimento que marca a nação europeia, pois milhões de portugueses emigraram e rumaram para países como o Brasil num primeiro momento do século XX e, posteriormente já mais para o final deste mesmo século, para a Europa, em especial à França. Com isso, reafirma-se assim, como colocam Castles et al. (2005, p. 7), a questão migratória é parte integrante da história de Portugal e cria um pano de fundo para os séculos seguintes já que “a emigração para as colónias, a partir do século XVI, constituiu um elemento fundamental para a construção dos impérios europeus”. Além disso, “no século XIX, a imigração laboral para a América do Norte, bem como no interior do continente europeu, teve um importante papel nos processos de industrialização”. Ainda para os autores, “mais recentemente, as migrações em grande escala da Europa do Sul para o Norte da Europa Ocidental foram um factor essencial no boom económico pós-1945” e terminam dizendo que “desde a década de 80, as migrações assumiram um carácter global, os fluxos migratórios históricos inverteram-se, os antigos países de emigração transformaram-se em novas áreas de imigração [...]” e que “[...] os fluxos migratórios tornaram-se mais volumosos, mais rápidos e mais complexos do que no passado” (2005, p. 7).

Se faz necessário pensar que, como afirma Savidan (2010), existem registros históricos que mostram o deslocamento de pessoas e até de populações inteiras que, quase sempre, se misturam a outros povos e dominam novos territórios, realizam parcerias e trocas comerciais e contribuem para que o planeta seja repleto de diversidade e de misturas culturais justamente por conta da vontade e da necessidade humana de se deslocar em diferentes períodos da história e contextos. Ainda para o autor, “estes movimentos podem ser mais ou menos rápidos e podem igualmente ser sujeitos a passageiras inversões de tendências”, já que “tudo leva a crer que, a favor da globalização e sob a pressão das dinâmicas demográficas e migratórias, o processo de diversificação etnocultural continuará a ser cada vez mais rápido e intenso”. (2010, p. 12)

Ao olhar exclusivamente para a Europa, é possível perceber que o continente atravessou por etapas, que se diferem entre si, em relação à questão migratória. Para Padilla e Ortiz (2012, p. 160), “as migrações transatlânticas predominaram na primeira

metade do século XX, período no qual milhões de europeus se dirigiram ao continente americano e à Oceania”. Porém, depois do fim da Segunda Guerra Mundial e com a implementação do Plano Marshall, um programa que atuou na reconstrução de países europeus aliados aos Estados Unidos, houve uma alteração no tipo de migração e isso possibilitou “[...] que os fluxos migratórios fossem sobretudo intra-europeus. Recorreu-se então a programas de trabalhadores convidados ou *guestworkers* que incluiu os países da Europa do Sul e de outras regiões como a Turquia e o norte de África, nomeadamente Marrocos”.

Ainda para as autoras, “a primeira crise do petróleo na década de 1970 inaugurou uma nova etapa caracterizada por políticas de restrições migratórias na Europa. Nas décadas seguintes a Europa assistiu a dois processos políticos complexos”, são eles: “[...] consolidação e alargamento da Comunidade Económica Europeia posteriormente designada por União Europeia, e por outro lado, à queda do muro de Berlim e ao desmembramento da então União Soviética” (2012, p. 160). Isso significa que diversas transformações que envolvem as questões migratórias no continente europeu foram sentidas pelos países que compõem a Europa e diferentes políticas, tanto as que visavam atrair quanto as que culminavam na expulsão de cidadãos, fizeram as diversas sociedades europeias sentirem uma revolução.

Mazower (2014, pp. 11-12) afirma que “a Europa pode parecer um continente composto por Estados e povos antigos, mas em muitos aspetos é um continente bastante recente que, durante o século XX, se foi inventado e reinventado por meio de transformações políticas amiúde turbulentas”. No começo do século XIX, por exemplo, “a Primeira Guerra Mundial mobilizou 65 milhões de homens, matou mais de oito milhões e feriu outros 21 milhões; varreu do mapa quatro dos antigos impérios do continente [...]”. Além disso, tais acontecimentos foram capazes de transformar a Europa “[...] naquilo que o político checo Thomas Masaryk descrevia como ‘um laboratório construído por cima de um vasto cemitério’” (2014, pp. 11-12).

O século XX na Europa foi, conforme afirma Mark Mazower em sua obra publicada de 2014, o continente das trevas e esse triste título não ocorre por acaso. Já no começo do século XX, Hobsbawn (2008, p. 32) coloca que, após o assassinato do arquiduque da Áustria Francisco Fernando no dia 28 de junho de 1914 em Sarajevo,

iniciava a Primeira Guerra Mundial. Para o autor, “[...] a humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou-se nas chamas da guerra mundial, quando as suas colunas ruíram. Não é possível compreender o século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra”.

O mesmo autor ainda relembra que, no começo do século XX, a Europa enfrentou uma guerra mundial que durou 31 anos, pois os conflitos armados (Primeira e Segunda Guerras Mundiais) no continente se emendaram e iniciaram no dia 28 de julho de 1914 quando da declaração de guerra da Áustria com a Sérvia e, somente quando o Japão se rende de maneira incondicional no dia 14 de agosto de 1945 é que acabaram. Para Hobsbawn (2008, p. 32), o século XX “viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. A sua história e, mais especificamente, a história da sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos” (2008, p. 32).

As guerras, tanto as locais quanto as regionais ou mesmo as globais que ocorreram no mundo durante o século XX, são importantes acontecimentos, não somente pela lição que deixam e que mostram o quanto os seres humanos podem ser cruéis e desumanos, mas porque quase sempre resultam num grande êxodo de pessoas que, antes, durante ou depois dos acontecimentos, precisam se deslocar para escapar de perseguições das mais diversas formas e origens. Além disso, são esses conflitos que, mais adiante, servirão como pano de fundo para uma construção das definições e possíveis direitos que os refugiados ou deslocados de guerra terão e poderão gozar quando são enquadrados nesse parâmetro. E os números impressionantes de pessoas impactadas direta ou indiretamente causam ainda mais espanto quando, de acordo com Benoist (1999, p. 25), somente o “[...] custo humano do comunismo [...] está avaliado em 100 milhões de mortos [...]”, mas em se tratando de refugiados, Hobsbawn (2008) afirma que a estimativa no mês de Maio de 1948 era de mais de 40 milhões de pessoas, somente na Europa, deslocadas por todo o continente como resultado das guerras ocorridas. Porém, o mesmo autor ainda lembra que a Índia, durante o seu processo de independência, produziu 15 milhões de refugiados, para além dos mais de dois milhões de mortos como resultado da guerra civil que ocorreu no país em seguida. Outros conflitos, ainda como réplicas e tréplicas da Segunda Guerra Mundial, como a

Guerra da Coreia, fizeram com que mais de cinco milhões de coreanos se deslocassem, isso como afirma o autor, sem contar com os mais de 1,3 milhões de palestinos e 1,2 milhões de judeus na condição de refugiados após o estabelecimento do Estado de Israel.

Mazower (2014, p. 190), ao refletir sobre o pensamento de Hitler, afirmou que certa vez o ditador alemão disse que “‘a Europa não é uma entidade geográfica’, comentou Hitler em agosto de 1941. ‘É uma entidade racial’. A Sociedade das Nações tentara conservar as minorias nos seus países e assegurar a estabilidade por meio do direito internacional [...]”, porém “[...] Hitler, pelo contrário, não acreditava no direito e pretendia assegurar a estabilidade desenraizando os povos”. O autor continua e afirma que “[...] as nações foram reorganizadas e milhões de pessoas foram desalojadas das suas casas, reinstaladas a centenas de quilômetros de distância num ambiente estranho, internadas em campos de trabalho forçado ou deliberadamente abandonadas à morte”. Ainda para ele, “foi sobretudo por este aspeto que a Segunda Guerra Mundial se distinguiu dos conflitos anteriores” (2014, p. 190).

A guerra provoca sempre a deslocação de populações. No entanto, esta guerra fora especificamente travada para estabelecer uma Nova Ordem através do extermínio, do encarceramento, da deportação e da transferência de pessoas. Hitler queria redesenhar o mapa etnográfico da Europa, mas Estaline também deportou centenas de milhares de ‘inimigos’ étnicos e de classe, incluindo polacos, ucranianos, lituanos e chechenos. A derrota da Alemanha levou à prisão de soldados alemães e à libertação de milhões de prisioneiros dos campos, escravos e trabalhadores estrangeiros. Embora tenham existido projetos durante a guerra para lidar com os refugiados, a dimensão enorme do problema humanitário surpreendeu os Aliados. O número de pessoas desenraizadas — devido às fugas, às evacuações às deslocalizações e aos trabalhos forçados — alcançou os cerca de 46 milhões no Centro-Leste da Europa só entre 1939 e 1948, minimizando assim os movimentos de refugiados da Primeira Guerra Mundial. Alguns desses movimentos foram temporários e voluntários, mas não a maioria. Em retrospectiva, a principal causa dos movimentos é bastante clara: após a experiência insatisfatória no período de entre as guerras com as minorias nos novos países, as pessoas eram deslocalizadas tendo como objetivo a consolidação das fronteiras políticas (Mazower, 2014, p. 190).

Porém, as guerras no século XX depois do fim da Segunda Guerra Mundial não foram poucas, todavia no contexto deste trabalho importa referir a Guerra Fria (1948-

1989), a Guerra Colonial Portuguesa² (1961-1974), Guerra do Golfo (1990-1991) e a Guerra do Kosovo (1999). Acontece que, por conta de tantos conflitos armados, a quantidade de refugiados aumentou significativamente, bem como o fluxo migratório de cidadãos entendidos e enquadrados como migrantes econômicos.

1.1.1. Migrações, mão de obra e Portugal como país exportador de emigrantes

Na virada do século XX para o século XXI, para Padilla e Ortiz (2012, p. 160) “enquanto os países da União Europeia precisavam de mão de obra, os antigos países socialistas, expulsavam os seus cidadãos”. De acordo com as autoras, “entre 1995 e 2005, muitos países europeus aumentaram consideravelmente o *stock* de imigrantes, fenómeno que se evidencia especialmente nos países Mediterrânicos e da Europa do Sul, quer devido a novas entradas quer a processos de regularização”. Porém, se voltarmos um pouco no tempo, poderemos verificar que Portugal passou por diversos ciclos migratórios durante o século XX e que as regiões do país sentiram, de maneiras distintas, esses ciclos. Miranda (1999, p. 13) afirma que “a emigração afecta diferencialmente as várias regiões do país, podendo afirmar-se, grosso modo, que é ‘muito elevada’ nas Ilhas, ‘elevada’ no Norte do país [...] e ‘baixa’ na região Centro-Sul”.

Ainda no começo do século XX, os grupos de portugueses que emigravam eram, em sua grande maioria, compostos por pessoas de origem rural, o que para Miranda (1999) se reflete na baixa escolaridade e em uma desqualificação acentuada. Analisando os fluxos migratórios e os períodos históricos, é possível afirmar que o fluxo de capitais se funde ao fluxo de pessoas e, consequentemente, atuam diretamente na questão migratória. No final do século XIX, Miranda (1999) afirma que o Reino Unido começa a perder a sua importância enquanto centro financeiro e econômico pois começa a transferir capitais para países e regiões onde investir é mais fácil e lucrativo, especialmente em suas colônias.

² utilizaremos a designação para Guerra Colonial que foi proposta por Ribeiro e Ribeiro (2013, pp. 26-28):

a) Sobre a Guerra Colonial: “Relativamente à Guerra Colonial portuguesa, que decorreu entre 1961-74 nas então colónias africanas portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné- Bissau”.

b) “Como hoje nos é bem possível ver, a Guerra Colonial era, desde o momento em que começou, um percurso para a derrota, pois constituía de facto o início – violento, conturbado, mas, sem dúvida, o início – do processo de descolonização”.

São elevados os números em relação ao fenómeno das migrações em Portugal, desse modo se mostra importante entender quais os motivos que fazem com que o país tenha índices tão altos de pessoas se deslocando e, como afirmam Pires, Pereira, Pereira e Ferreira (2010, p. 15), “no quadro da União Europeia, Portugal é, simultaneamente, país de destino e de origem de migrações internacionais”, porém ainda colocam que “[...], dada a sua longa história como país de emigração, Portugal destaca-se hoje, na comparação internacional, mais como local de partida do que como território de destino”. Para os autores, motivos não faltam para que Portugal ocupe este posto perante outras nações europeias e elencam fatores como: “[...] distribuição extremamente desigual dos recursos [...]”, “[...] atraso no processo de modernização económica, as dificuldades em se obter emprego ou o subemprego, os baixos níveis de rendimento [...], [...] a pobreza de largas camadas da população, o reduzido nível de qualificação do trabalho [...]”. Além disso, o aumento na quantidade de pessoas dispostas a emigrarem também passa, para os autores, por um “[...] apelo do mercado de trabalho receptor, a informação que circulava devido à existência de anteriores emigrantes que comunicavam oportunidades de emprego [...]” entre outras motivações (2010, p. 15).

Braga e o Norte de Portugal, que são, respectivamente, a cidade/distrito e a região do país que mais interessam nesta tese e lideram desde o final do século XIX (1886) até 1970, na quantidade de indivíduos que emigraram. Entre 1886 e 1910, de acordo com Pires et al. (2010), dos distritos de Aveiro, Porto e Viseu saíram mais de 210 mil portugueses em direção a outros países e Braga ficou entre os três distritos, juntamente com Coimbra e Vila Real, que enviaram entre 40 e 70 mil emigrantes cada um. Porém, foi entre os anos de 1941 e 1970, que Braga se junta a Viseu, Aveiro e Porto e encabeça a lista dos distritos onde mais pessoas emigraram. Somente neste período, mais de 70 mil bracarenses deixaram a região do Minho e partiram para diversos países do mundo.

O movimento emigratório português afirma-se em meados do século XIX e prolonga-se até à actualidade. Contudo, os contextos e formas de concretização variaram ao longo do tempo, influenciados por factores de âmbito interno e externo. Entre 1850 e 1975, dois grandes ciclos caracterizam a emigração portuguesa. O primeiro decorre entre 1850 e 1930. Foi um fluxo emigratório transatlântico, com o

continente americano como principal destino, em particular o Brasil. Sobretudo a partir dos anos 30 do século XX, este fluxo emigratório perde dimensão. O segundo grande ciclo emigratório, que desponta após a Segunda Guerra Mundial e se afirma claramente a partir de 1960, é predominantemente intraeuropeu, constituindo a França o principal destino dos emigrantes portugueses. Os destinos preferenciais da emigração portuguesa evidenciaram a sua inserção nos grandes movimentos de trabalho que, em cada período, tiveram lugar: o primeiro ciclo corresponde ao grande movimento que levou muitos europeus às Américas; o segundo equivale à transferência de mão de obra no interior da Europa, numa deslocação do Sul periférico para o Norte industrializado. A crise económica que desponta a partir de 1973 e a diminuição da necessidade de mão de obra leva a que muitos países adoptem políticas restritivas à entrada de estrangeiros. Os reflexos no fluxo emigratório português são evidentes, originando uma diminuição acentuada do número de emigrantes portugueses até ao final da década de 1970 (Pires, Machado, Peixoto & Vaz, 2010, pp. 22-23).

Após o fim da ditadura em Portugal, no ano de 1974, registrou-se uma queda acentuada na quantidade de pessoas que emigraram. Tal período de diminuição nas emigrações perdurou até o início de 1990 quando a Alemanha torna-se então um destino preferido dos cidadãos portugueses que buscam, fora do seu país de origem, melhores condições de vida, emprego e renda. Para Pires et al. (2010, p. 90), “[...] a Alemanha teve um pico de entradas que se deveu à atracção induzida pelos investimentos em infraestruturas decorrentes da unificação, tendo então acolhido milhares de trabalhadores portugueses na construção civil”.

A mudança nos fluxos migratórios no final do século XX, que deixaram de ter as Américas como um dos principais destinos dos emigrantes oriundos de países europeus, por exemplo, e que focaram na Europa à partir de 1985 quando o acordo de Schengen foi instaurado, fez com que países do Norte da Europa recebessem um aporte maior de europeus que se deslocavam dentro do próprio continente.

Portanto, é possível afirmar que as inúmeras dificuldades e conflitos, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que ocorreram na Europa no século XX, fizeram com que muitos cidadãos portugueses e de outros países europeus buscassem a paz, a segurança, a tranquilidade e uma maior qualidade de vida em nações como os Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil e Venezuela. Porém, como já referido, no caso específico da emigração de cidadãos portugueses, é possível perceber dois grandes ciclos durante o século XX, o primeiro com vistas aos países citados acima dura de 1850 até 1930. Já o segundo ciclo ocorre para

os países europeus e inicia após 1960 e coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial e a reorganização da Europa e os grandes investimentos na reconstrução de países como a Alemanha, a França e a Inglaterra.

1.2. Um novo século, mas não uma nova Europa

O que aconteceu em 2001 não irá ser apagado tão cedo da mente de quem assistiu, de maneira atônita pela TV e pelos principais meios de comunicação mundiais, dois aviões serem jogados contra dois enormes prédios na região central da cidade de Nova Iorque que, até então, eram os símbolos da pujança econômica, do sucesso financeiro e da força e influência cultural americana em todo o mundo.

Ao refletir sobre a última década e meia, durante a qual o mundo se tornou plano, impressiona-me o fato de as nossas vidas terem sido intensamente moldadas por duas datas: “9/11” e “11/9”. Estas duas datas representam as duas formas antagônicas da imaginação a funcionar no mundo de hoje: a imaginação criativa “9/11” e a imaginação destrutiva do “11/9”. Uma derrubou um muro e abriu as janelas (*windows*) do mundo — tanto o sistema operativo como aquelas através das quais olhamos. Desbloqueou metade do planeta e tornou os cidadãos que aí vivem nossos potenciais colaboradores e concorrentes. A outra derrubou o *World Trade Center*, fechando para sempre o seu restaurante “Windows on the World” e erigindo entre as pessoas novos muros de cimento armado, mas invisíveis, numa altura em que pensávamos que o “9/11” os tinha derrubado para sempre (Friedman, 2010, p. 495).

Atribuir outro sentido para um acontecimento e tentar explorá-lo de maneira política é mais comum do que parece, não só nos Estados Unidos como em outros países e continentes do mundo. Lecomte (2007, pp. 211-212), por exemplo, afirma que “o fenómeno da negação do Holocausto existe nas mais diversas formas em muitos países europeus” e, ainda para o autor, “a negação do Holocausto é perniciosa porque se apresenta como um mero ‘ponto de vista’, baseado em pseudo-argumentos científicos, ao passo que na realidade é um tecido de mentiras — e como tal não pode ser tolerada [...]”. Parece absurdo, e de fato é, existirem pessoas que, em pleno século XXI, ainda sejam capazes de negar que um acontecimento bem documentado e catastrófico da história da humanidade seja posto em causa. Não sem motivos que, cada vez mais, governantes populistas são eleitos nos mais diferentes países vociferando uma ideologia

nacionalista e que, ao fim e ao cabo, se mostram excludentes, preconceituosas e que divergem do conceito de multiculturalidade, pluralismo e globalização tão prementes na modernidade.

Há, além dos vários desafios, um que causa arrepios nos políticos, governantes e na sociedade civil pois se apresenta sem uma solução de curto prazo e a referência é na questão do controle migratório, não só na Europa, mas em todo o mundo. O início do século no continente europeu surge e ocorre a consolidação do Espaço Schengen, o desenvolvimento econômico e político da União Europeia, bem como a adesão de novos países. Aliado a isso, ainda é necessário levar em consideração que o século XXI surge como um período de alto desenvolvimento tecnológico, de redes de comunicação e de transporte. Além disso, com uma política econômica no modelo americano, há uma produção excessiva e, por conta disso, uma baixa nos preços que facilitam a produção, venda e disseminação de aparelhos de comunicação como *smartphones*, computadores pessoais e *tablets* que facilitam o processo comunicacional e trazem uma agilidade ainda maior para os movimentos migratórios.

Como visto anteriormente, as consequências dos conflitos armados que marcaram o século XX não foram somente humanitárias, sociais e econômicas, pois tiveram sobretudo um resultado político e foram capazes de eleger líderes e governantes, na mesma proporção em que também excluíram. Mas a chegada do século XXI mostra que, apesar do aparato tecnológico que se apresentou, algumas práticas e ações políticas continuavam e ainda continuam como dantes.

Acredito que a História nos mostrará claramente que o Presidente Bush explorou de forma vergonhosa as emoções em torno do “11/9” para fins políticos. Usou essas emoções para assumir uma agenda interna Republicana extremamente conservadora em relação aos impostos, ao ambiente e a temas sociais do “10/9” — uma agenda para a qual ele não tinha mandato popular — e para inseri-la num mundo “12/9”. Ao fazê-lo, Bush não só estragou o bom relacionamento entre os norte-americanos, e entre os norte-americanos e o mundo, como também estragou o relacionamento entre os Estados Unidos e a sua própria História e identidade. A sua Administração transformou os Estados Unidos nos “Estados Unidos do combate ao terrorismo”. Na minha opinião, é este o verdadeiro motivo pelo qual tantas pessoas do mundo não gostam do Presidente Bush. Sentem que lhes roubou algo que lhes era muito querido — uns EUA que exportam esperança e não medo (Friedman, 2010, p. 504).

Inteiramente atreladas a um enorme conjunto de decisões políticas, as questões migratórias e os movimentos que se sucedem obedecem a uma balança invisível que leva em conta diversos fatores. Os movimentos migratórios respondem a diversos fatores, tanto nos países de origem como de destino, que consideram inclusive as políticas das migrações e suas diferentes regulações, mas também a formação de redes migratórias não formalizadas e o mercado de trabalho (Padilla & Ortiz, 2012). Além disso, o caso de Portugal é emblemático, pois no caso do país europeu, mesmo tendo uma tradição como um país exportador de emigrantes, o século XXI apresenta dados incontestáveis de que, para além de suprir o mercado europeu, mais especificamente o de países do Norte do continente com cidadãos de todas as qualificações, o país tornou-se refúgio de milhares de pessoas e desponta como um dos destinos preferidos principalmente de pessoas provenientes de ex-colônias como o Brasil.

Para corroborar ao que coloca Padilla e Ortiz (2012), outra autora afirma que os acontecimentos globais que ocorreram no início do século XXI também podem ser considerados como propulsores para o que acontece atualmente na Europa. O atentado de 11 de setembro de 2001 no Estados Unidos, por exemplo, não pode ser desconsiderado no momento em que o mundo se volta, novamente, para o Oriente Médio e tenta compreender a crise migratória que permeia os veículos de comunicação e a sociedade desde 2015. Patarra (2006, p. 7) afirma que existem populações excluídas, mas que buscam por qualidade de vida e “ao banquete dos ricos, industrializados, desenvolvidos e felizes *versus* os pobres, sempre em desenvolvimento dificilmente completado, cuja dinâmica gerou os novos contornos da pobreza e exclusão”.

Em consequência, nas últimas décadas, as tendências e a direcção dos fluxos migratórios dentro da Europa sofreram mudanças consideráveis, e vários dos países europeus que disponibilizavam mão de obra, passaram num espaço curto de tempo, a ser receptores. Esta tendência tem caracterizado especialmente os países do Sul da Europa (Espanha, Grécia, Itália e Portugal) que repentinamente começaram a receber contingentes consideráveis de imigrantes, convertendo-se em países de imigração. Como já foi apontado, a adesão à União Europeia (salvo Itália, que já era membro), implicou grandes mudanças. Assistiu-se à necessidade de incorporar mão de obra qualificada e não qualificada com o objectivo de dar resposta às grandes obras de infraestruturas resultantes de investimentos públicos e de uma modernização acelerada, ambos processos relacionados com a disponibilidade de fundos europeus (Padilla & Ortiz, 2012, pp. 160-161).

Ainda em relação à consolidação do Espaço Schengen, Sacramento (2016, pp. 20-21) afirma que “colocada perante as migrações internacionais, a Europa realiza uma gestão profundamente selectiva dos fluxos de pessoas e bens e assume posicionamentos bastante distintos e discricionários [...]” e, para o autor, fica claro que, essa mesma Europa, “[...] atenua as fronteiras internas e endurece as fronteiras do seu perímetro externo; aceita a mobilidade de determinados cidadãos e, ao mesmo tempo, faz uma verdadeira guerra sem quartel a todos os outros que não cumprem determinados critérios de admissibilidade, desde logo económicos”. Para este mesmo autor, existe um paradoxo, exatamente à partir do nascimento e desenvolvimento do “[...] Acordo de Schengen, que integra actualmente um vasto bloco de 26 países no qual foi abolido o controlo sistemático das fronteiras internas (*de-bordering*)”, mas que, “em contrapartida, [...] tem vindo a ser delineada uma estratégia integrada de intensa vigilância do perímetro fronteiriço externo, de endurecimento das políticas migratórias e de sofisticação dos mecanismos de detecção e extradição dos imigrantes considerados ilegais (*re-bordering*)” (2016, pp. 20-21).

O que ocorre na Europa no novo século não é por acaso. Depois dos ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque, os Estados Unidos deixaram de olhar para o futuro como sempre fizeram e começaram a trabalhar na exportação de um outro produto, o medo. A administração de George W. Bush, que estava no comando do país quando os atentados orquestrados por Osama bin Laden ocorreram, iniciou uma era de desconfiança, medo e receio de tudo o que vinha de fora. Para Friedman (2010, p. 503), “[...] quando se exporta medo, acaba por se importar os medos de todos os outros” e, ainda para o autor, “os europeus e outros gostam muitas vezes de brincar com o optimismo e a ingenuidade dos Estados Unidos [...]”, porém ele faz questão de dizer que “[...] o resto do mundo inveja esse optimismo e ingenuidade dos norte-americanos [...]. É uma das coisas que ajuda a manter o mundo a girar sobre o seu eixo”. Portanto há, ainda de acordo com o autor, o fato de que é imputado aos Estados Unidos a missão de serem fabricantes de sonhos (em referência também ao potencial económico, financeiro e cultural do país) e que isso ajuda o mundo a não ser um lugar menos feliz e com piores condições financeiras.

Ou seja, o que é possível perceber é que a problemática europeia e mundial na questão dos refugiados que teve 2015 como o ano da repercussão em todo o mundo iniciou muito antes. Para Judt (2005, pp. 881-882) mesmo tantas décadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, “[...] a Aliança Atlântica entre a Europa e os EUA atravessava um período confuso” e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte — NATO) estava condenada a deixar de existir caso alguma alteração nos objetivos de sua existência não fosse realizada. “Acima de tudo, a NATO foi sujeita a uma pressão inédita pela reacção de Washington aos ataques de 11 de Setembro de 2001” e, ainda para o autor, “a posição unilateral, inflexível e pouco diplomática do presidente Bush (‘conosco ou contra nós’), o desprezo pelo auxílio oferecido pelos seus aliados, e a marcha dos EUA para a guerra no Iraque apesar da esmagadora oposição internacional” fizeram com que os Estados Unidos “[...] tal como o ‘terror’ ao qual tinha declarado guerra — passasse então a ser encarada como uma séria ameaça para a paz e para a segurança mundial”.

A distinção entre ‘Europa Antiga’ e ‘Nova Europa’ que o secretário americano da Defesa, Donald Rumsfeld, afirmava ter identificado na Primavera de 2003, com o objectivo de separar os aliados europeus de Washington, não esclarecia muito acerca das divisões intraeuropeias e interpretava de forma incorrecta o seu objecto. Era só na Polónia que os EUA podiam contar com respeito e um apoio popular firme. Por toda a Europa, tanto na antiga como na nova, a política americana face ao Iraque e a muitas outras questões era alvo de críticas severas. Mas o facto de uma figura proeminente da cena política americana tentar dividir os europeus desta forma, apenas alguns anos depois de uma aproximação tão difícil, levou muita gente a concluir que os EUA eram, na verdade, o problema mais grave com que se deparava a Europa (Judt, 2005, p. 882).

Uma marca dos conflitos mundiais do século anterior foi de que eles deixaram os países europeus ocidentais sem capacidade de se defender militarmente e, portanto, era mais do que necessário e válida a criação e o fomento da OTAN (NATO) com o apoio incondicional dos Estados Unidos (Judt, 2005). Porém, as relações entre países europeus e os Estados Unidos, apesar de estarem abaladas, seriam superadas pelos aspectos económicos. Então, para além dos desentendimentos militares por conta da definição no comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Europa já começa a mostrar o seu potencial económico e apresenta um mercado consumidor

grande, forte e que consegue exercer força no congresso americano em definições e resultados políticos. Portanto, ao se analisar a questão dos refugiados e da crise migratória na Europa depois de 2015, percebe-se facilmente que existe um pano de fundo que se iniciou ainda no começo do século (Judt, 2005).

Na história do mundo, a forma de dominação dos Estados Unidos nunca foi vista antes, pois o país da América do Norte domina cinco principais pilares do poder. Se uma nação tiver domínio nas questões políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e militares será considerado uma superpotência, que é o caso dos Estados Unidos (Ramonet, 2002). Porém, em tempos de globalização, as ações realizadas por um Estado irão afetar diretamente outros Estados, mesmo que estes estejam há milhares de quilômetros de distância, como é o caso dos países da Europa e os Estados Unidos, por exemplo.

Ainda para Ramonet (2002, pp. 10-11), “a Terra conhece uma nova era de conquista, como na época das colonizações” e o autor prossegue afirmando que “[...] enquanto os actores principais da anterior expansão conquistadora eram Estados, desta vez são empresas privadas e conglomerados, grupos industriais e financeiros os que pretendem dominar o mundo”. Se relacionarmos as vagas migratórias aos fenômenos econômicos cada vez mais frequentes e com ciclos cada vez mais curtos de bonança e crise, é possível perceber que as nações que comandam a economia mundial estão, de tempos em tempos, renovando o seu estoque de trabalhadores através dos processos migratórios.

Apesar da visão extremamente negativa em relação à globalização e suas consequências, Ramonet (2002) ainda utiliza a expressão “explosão do mundo” quando se refere à, entendida por ele, confusão criada pela ideia e aplicação de cultura global. Para o autor, diversos conceitos e significados em relação ao Estado como instituição soberana e inviolável que é dono de uma ideia de nacionalismo (democracia, fronteira, independência etc.) estão em decadência e são, geralmente, atrelados diretamente aos interesses econômicos. O mesmo autor ainda coloca que no século XXI a Organização das Nações Unidas (ONU) tem menos influência nas decisões políticas do que a Organização Mundial do Comércio (OMC) e diz que isso é um sinal claro dos tempos que se avizinham.

“Quem domina o mundo no limiar do século XXI?”. A pergunta, feita por Ramonet (2002, p. 15), parece fácil de ser respondida, mas o autor faz questão de responder e completar o seu raciocínio afirmando que “no plano geopolítico e militar, o primeiro triunvirato é constituído pelos Estados Unidos, o Reino Unido e a França”, porém “no plano económico, financeiro e comercial o segundo triunvirato é formado pelos Estados Unidos ocupam uma posição hiperdominante”. Ainda para o autor, há uma confusão generalizada e nessa desordem alguns Estados irão sufocar outros e isso faz com que tendencialmente se aumente a distância entre os ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Uma maior distância entre países ricos e pobres significa também que, por consequência disso, haverá um fluxo migratório de cidadãos de países menos desenvolvidos para Estados onde o estilo de vida e o acesso a bens de consumo e emprego sejam mais propagados e facilitados. Ainda em sua crítica contundente ao capitalismo, Ramonet (2002) diz que megacorporações controlam a maior parte do comércio do mundo e seus faturamentos são superiores ao Produto Interno Bruto (PIB) de nações inteiras e, com isso, há também uma escalada de poder que reflete na atuação política e tem consequências graves nas questões sociais e de mobilidade.

É comum que os Estados mais desenvolvidos coloquem em prática políticas migratórias, especialmente no século XXI, pensadas para que eles tenham autonomia de, basicamente, escolher quem pode e merece viver no país ou não e o Canadá é um exemplo prático bastante interessante. Quem quiser viver no país da América do Norte, por exemplo, precisa responder questões relativas ao nível de proficiência em inglês ou francês, quanto de dinheiro pretende levar, qual a idade, profissão e outras questões que servem de filtro e, previamente, informam quem está ou não apto a aplicar para fixar residência no Canadá. Mesmo tendo uma política migratória considerada amigável em relação a outros países, os migrantes económicos mais qualificados e com melhores condições financeiras é que são, de fato, recebidos de braços abertos por lá. O mesmo acontece na Europa e até em Portugal não é diferente, pois a condição económica e de qualificação profissional é requisito básico no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) para que um candidato a futuro morador do país seja aceito ou não durante o processo de seleção.

Apesar dessa constatação não causar surpresa, pois em um mundo economicamente capitalista o indivíduo é mensurado por sua capacidade de gerar riquezas, nota-se um discurso politicamente correto por parte dos governantes que tentam criar uma cortina de fumaça na realidade das migrações. A questão econômica é, sem dúvida, um dos principais filtros utilizados pelos Estados desenvolvidos quando definem as suas políticas migratórias e a abertura ou não de suas fronteiras para cidadãos estrangeiros e a questão humanitária costuma ser posta de lado.

Entretanto, Bailey (2015, p. 414) afirma que “entre as inúmeras questões políticas, éticas e teóricas que surgem desses desenvolvimentos está a da constituição de estados multiculturais e de comunidades dentro desses estados [...]”, contudo, a autora refere ainda “[...] que, por um lado, proclamam sua ‘diferença’ em relação à corrente nacional e, por outro, são marginalizadas e/ou deturpadas com base na ‘diferença’ cultural ou religiosa percebida”.

Com isso, apesar de a ideia de globalização ser supostamente multicultural e com fronteiras mais fluidas na teoria, na prática não é o que acontece. Ainda que as fronteiras físicas sejam cada vez mais fiscalizadas e controladas em tentativas repletas de falhas dos Estados, a comunicação e a tecnologia conseguem superar essas barreiras com maior facilidade. Mesmo que o endurecimento das fronteiras externas da Europa, por exemplo, seja uma realidade posta, se faz necessário pensar nos cidadãos estrangeiros que já possuem residência em países do continente europeu criam, através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), redes de transmissão de informação e são, de certa maneira, incentivadores para que novos conterrâneos se dirijam para determinados países.

Para Melella (2016, p. 79), “[...] as TICs são moldadas como ferramentas e espaços de implantação de narrativas migratórias, pois, por um lado, os migrantes constroem sua biografia e moldam sua subjetividade atravessada por essas tecnologias de presença”, ou seja, para a autora as Tecnologias da Informação e da Comunicação, em especial a Internet, possibilitam que os migrantes sejam capazes de mostrar “[...] sua vida através dos diferentes suportes tecnológicos (páginas da Web, Facebook, Instagram, entre outros) mas o uso desses dispositivos ajuda a delinear sua biografia

cotidiana através da possibilidade de contato em tempo real com seu círculo social e com o seu universo simbólico de origem” (2016, p. 79).

Contudo, se antes as pessoas que migravam tinham mais dificuldade para se comunicar com quem havia ficado distante, hoje ao incorporar e utilizar as tecnologias de informação e comunicação os cidadãos em contexto migratório conseguiram dirimir tal privação. Isso sem contar com a acentuada diminuição no preço das passagens aéreas e de uma maior facilidade em adquirir e utilizar equipamentos eletrônicos com acesso à internet como computadores, telefones celulares e tecnologias diversas. Tais equipamentos possibilitam o encurtamento da distância e os migrantes contemporâneos não podem mais ser pensados sem levar em consideração o peso e a importância da conexão e do acesso às redes de comunicação, especialmente as móveis (Dutra Brignol & Drey Costa, 2016).

Portanto, é plausível pensar que o avanço e a facilidade de acesso a equipamentos tecnológicos fazem do século XXI um momento em que os desafios em relação às migrações ganham outros contornos. De um lado, há uma clara evolução em relação ao encurtamento da distância, possibilitado pela evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, entre quem partiu, os migrantes, e quem ficou, especialmente familiares e amigos. Do outro, há um claro endurecimento dos Estados em relação às suas fronteiras e a tentativa, em vão, de criar barreiras e dificuldades burocráticas que, ao que parece, foram derrubadas rapidamente pela velocidade que a informação e a comunicação circulam.

Ainda em relação ao controle de fronteiras, Kingsley (2016, pp. 133-134) mostra que a realidade dos refugiados que chegam à Europa, por exemplo, é bastante complicada. “A parte difícil da viagem seria o barco e não a odisseia ulterior através da Europa. Mas, cinco dias após o desembarque, vê-se agora obrigado a saltar ainda mais obstáculos [...]”. O trecho do livro é o relato do caminho percorrido por um refugiado que tenta ir da Itália até a Alemanha, encontra dificuldades enormes e não transita com liberdade dentro de um território, supostamente, livre.

O século XXI se mostra desafiador e a humanidade se vê em um momento de transição. Há uma sensação de que diversas conquistas sociais e humanitárias estão sendo perdidas e deixadas de lado, mas por outro lado também há uma exposição

pública e globalizada disso, oportunizada pelas novas tecnologias. Outros êxitos ocorrem e também se mostram essenciais para o futuro da democracia em diversos Estados e a igualdade de gênero, por exemplo, é somente um deles. É claro que este período de passagem não aconteceria de maneira tranquila e espera-se que ocorram debates acalorados, especialmente nos países democráticos.

O mundo mudou e as novas tecnologias, a globalização, o multiculturalismo, a pluralidade social, a velocidade com que nos movemos e tantas outras características do tempo em que se vive e que podem percorrer dois caminhos: o do progresso ou o do retrocesso. Cada passo dado em direção ao futuro pode ser perigoso quando o que já passou é desprezado e o contexto é deslocado em prol de alguma ideologia vigente.

Há também a necessidade de se perceber que a velocidade com que as coisas acontecem no século XXI é, ao mesmo tempo, boa e ruim. Se a tecnologia embarcada em um automóvel ou utilizada em um *smartphone* é duplicada em poucos meses, nessa mesma pressa a informação se dissemina e traz percalços. A implantação de políticas que foram pouco ou nada pensadas e debatidas são cada vez mais prática comum em países e Estados e o que acontece na Europa do século XXI dá provas disso.

O radicalismo caminha de mãos dadas com a velocidade com que a sociedade exige “respostas” simples para problemas complexos, difíceis e que, como no caso das migrações, não começaram recentemente. É também por isso que o embate político é cada vez mais permeado por discursos populistas que, em uma primeira vista de olhos parecem bem fundamentados, mas que quando analisados com calma são muitas vezes apenas vazios retóricos.

1.3. Globalização e força de trabalho no contexto das migrações

Definir o conceito de globalização não é tarefa simples e isso acontece por conta da utilização da palavra que, muitas vezes, ganha sentidos controversos. Para Barreto (2005, p. 25), é necessário levar em consideração “[...] seis aspectos da globalização [...]: A mudança dos conceitos de espaço e de tempo; O aumento do volume das interações culturais; A comunhão dos problemas que se deparam aos habitantes do mundo; [...]”, além disso, o autor ainda acresce que outros aspectos da globalização

precisam ser levados em consideração, são eles: “As interligações e interdependências crescentes; As redes cada vez mais completas de intervenientes e organizações transnacionais; A sincronização de todas as dimensões envolvidas na globalização” (2005, p. 25). Com isso, se torna imprescindível aliar questões migratórias e fluxos de capital, pois a globalização impulsiona as correntes migratórias que são compostas, em sua grande maioria, por pessoas que buscam uma melhor qualidade de vida.

Os fluxos migratórios são consequência directa da globalização. A criação de um mercado mundial baseado na livre concorrência e na competitividade dá origem a deslocamentos dos factores de produção para as regiões de maior competitividade. Durante a colonização do mundo pelos europeus, o capital e o trabalho deslocaram-se para os territórios coloniais. A emigração europeia para a América e o resto do mundo foi uma resposta à necessidade de desenvolver as terras virgens e de aproveitar os recursos naturais dos territórios colonizados. Quando a mão de obra forçada dos nativos americanos se tornou escassa, recorreu-se à emigração forçada, com o envio dos condenados, como aconteceu na Austrália, mas também em outros lugares, com o envio de escravos caçados como bestas no continente africano (Ortega, 2007, p. 2).

Talvez o grande desafio no processo de entendimento do conceito de globalização é tentar perceber que diversos aspectos e dimensões se cruzam, tanto nas questões económicas, quanto políticas, tecnológicas, culturais e sociais. Ainda para Barreto (2005, p. 32), “na esfera económica, os governos perderam algum do seu poder de regulamentação das suas economias à medida que alguns agentes [...], como os bancos internacionais, as corporações transnacionais e os mercados cambiais, despontaram numa economia mundial cada vez mais integrada”. Ou seja, é quase que impossível dissociar o processo de globalização de questões de ordem económica, especialmente as que dão conta de um comércio global e de um fluxo de capitais e pessoas que cruzam o globo de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Dessa forma, a globalização resulta no estabelecimento de uma ordem global baseada em um sistema de Estados e, sem a globalização, talvez o mundo não estaria organizado da maneira como está (Baganha, 2001). Uma grande quantidade de autores insiste em afirmar, com uma razão quase que inquestionável, que somente depois do estabelecimento de um mercado mundial é que o processo de migrações foi possível,

pois a busca por qualidade de vida e algum conforto social e econômico movimenta pessoas mundo afora.

A globalização trouxe uma ideia de que existe uma falta de ordem no mundo, mas países e territórios tentam se proteger se unindo através de tratados e com a criação de blocos. A União Europeia, o Mercosul e tantos outros blocos surgem justamente como forma de proteção e, de acordo com o autor, para verificar isso é interessante analisar que “[...] Estados Unidos com a Europa para fazer frente ao Japão e à China, os mesmos Estados Unidos com a América Latina para que os europeus não se apropriem do mercado latino-americano[...]

” (Canclini, 2003, p. 7).

Entretanto, outro autor diz que a globalização é antagônica em si mesma, já que é capaz de elevar uma economia e uma sociedade a um determinado patamar global, bem como fazê-las desaparecer sendo capaz de criar pressões políticas e econômicas que minam as autonomias locais (Giddens, 2000). Para ele “a globalização também exerce pressão lateral. Cria novas zonas econômicas e culturais, dentro e por cima das nações. Os exemplos estão na região de Hong Kong, no Norte da Itália e no Silicon Valley da Califórnia” e complementa dizendo que ao se olhar para a região da Catalunha “[...] cuja capital é a cidade de Barcelona, está totalmente integrada na União Europeia. É uma parte da Espanha, mas não deixa de olhar para além dela” (Giddens, 2000, pp. 30-31).

O resultado da globalização é a formação de sociedades multiculturais onde cidadãos de diversas nacionalidades, culturas, aspectos de vida, religião, anseios e medos passam a conviver e encontram pontos de ligação entre suas vidas. Seja por conta da empresa onde trabalham ou do bairro onde habitam, a globalização trouxe a possibilidade de que pessoas de países distantes pudessem se conhecer e estabelecer relações afetivas e emocionais.

Com a ajuda da globalização as tecnologias se desenvolvem, os meios de transporte se tornam mais baratos e as redes de comunicação são facilitadas. Desse modo, tais aspectos podem ser considerados essenciais para que as migrações sejam difíceis de controlar, assim como se torna complicado definir os motivos que fazem com que as pessoas se desloquem (Castles et al., 2005). Ainda para os referidos autores, “a distinção administrativa entre as categorias de migrantes econômicos e refugiados perde

sentido. As migrações organizaram-se cada vez mais através das redes informais que transcendem as fronteiras”. A velocidade com que as migrações ocorrem mostram governos letárgicos, atrasados e altamente burocráticos, adjetivos que não cabem em um mundo cada vez mais conectado, ágil e descentralizado. Por isso, ainda para os autores, “os governos, não obstante o rigoroso controle fronteiriço e as leis restritivas, estão a perder capacidade de controle” (Castles et al., 2005, pp. 8-9).

E a falta de controle, citada pelos autores, ocorre justamente pela incapacidade dos líderes políticos das nações em não conseguirem entender a nova lógica e dinâmica das migrações, pois os fluxos cada vez maiores de pessoas através das fronteiras colocam em xeque não somente a soberania nacional, mas é também a chegada e o estabelecimento de populações estrangeiras em um número cada vez maior nos países de destino que inclui o multiculturalismo na lista de ameaças às identidades nacionais. É justamente aqui que surgem conflitos entre os que chegam e os que já lá estão, entretanto “as migrações continuam a fazer as parangonas dos jornais, e os políticos têm dificuldade em encontrar soluções que sejam, simultaneamente, aceites pela opinião pública e realistas” (Castles et al., 2005, pp. 8-9).

A mesma globalização que une, também é capaz de criar rugas e separar. Aqui, para além de compreender os antagonismos da globalização, é importante definir o conceito de multiculturalismo que Savidan (2010) trata por desafio, já que para o autor o termo se localiza entre as liberdades do indivíduo e a cultura dominante. Há, para o autor, um empenho do multiculturalismo em mostrar um novo modelo da convivência humana em grupo e, sendo assim, a necessidade de se definir políticas através de instituições e pô-las em prática para que a igualdade prevaleça mesmo tendo total respeito pelas diferenças culturais. O multiculturalismo é só uma, das mais variadas questões, onde a globalização vai encontrar problemas e não vai acontecer de maneira tranquila, pois vai encontrar resistências, especialmente as que dizem respeito ao processo de decisões políticas, já que há uma falta de contato entre o que a classe política realiza (deputados, senadores, primeiros-ministros, entre outros) e o que a população espera. Se a questão econômica não pode ser imaginada descolada da globalização, isso faz com que os questionamentos sociais sejam, por vezes, esquecidos ou deixados de lado criando, como na Europa do século XXI, um resultado que pode ser

considerado desastroso em relação às questões migratórias e dos refugiados. Hall (2003, p. 52) afirma que “o termo ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade ou multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais”.

A convivência com outras culturas em um mundo pós-moderno se mostra cada vez mais comum e, dessa forma, há um certo consenso de que a nossa identidade se forma, de maneira boa ou ruim, através do contato que temos e fazemos com outras pessoas (Taylor, 1994;2010). Para Parekh (2000, p. 264), “é provável que uma sociedade multicultural inclua comunidades cujas práticas ofendem os valores da maioria” e o autor diz que é fundamental que seja levantada a “[...] questão de como uma sociedade multicultural deve decidir quais valores e práticas minoritárias tolerar dentro de quais limites”. Ou seja, não é de surpreender que os desafios colocados pela globalização sejam tão prementes e dignos de um árduo trabalho nas diferentes esferas sociais.

As consequências da globalização, por mais óbvias que pareçam, se escondem atrás de sentimentos e ideias que são, na maioria das vezes, subjetivas e passam despercebidas em um primeiro olhar. Além disso, existe um trabalho muito bem feito em vender a felicidade como algo extremo e minimizar resultados que não são desejados e fazer com que eles passem por filtros. Estes fatores são diretamente relacionados a questões econômicas e políticas que, em um mundo capitalista, ocupam o primeiro lugar na lista de prioridades. Se as pessoas de diversas partes do globo entendem que precisam ter muito mais do que precisam para viver e serem felizes, elas farão de tudo para que isso aconteça, inclusive optar por construir uma nova vida longe dos seus países de origem, outro aspecto da economia moderna (Castells, 2001).

A possibilidade que qualquer cidadão tem de recomeçar uma vida nova distante da sua terra natal se apoia, obviamente, nas facilidades de acesso às Tecnologias de Comunicação e Informação e também na diminuição de distâncias promovidas pela globalização. Porém, esse fenômeno traz consigo desafios imediatos que, como afirma Hall (2003, pp. 44-45), são capazes de derrubar os muros culturais e de identidade e “por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades

culturais dos antigos Estado-nação dominantes”. Contudo, de ressaltar ainda que o fluxo de pessoas e culturas por todo o planeta acompanham e ocorrem na mesma velocidade em que as invenções tecnológicas surgem em todo o mundo (Hall, 2003).

Mas a ideia de mobilidade fácil e rápida que a globalização traz, por vezes, uma espécie de propaganda enganosa, pois raramente menciona o papel e a interferência dos Estados. Estes tentam promover, à sua maneira, de forma extremamente burocrática e muitas vezes cruel, a construção de muros físicos (Bulgária, Hungria, Reino Unido, França e Estados Unidos, por exemplo) e impedimentos apoiados na exigência de documentos e papéis. Reis (2004) aborda o papel do Estado e coloca que é comum que autorizações prévias sejam solicitadas por governos para que cidadãos possam transitar livremente entre países e isso é um entrave para a velocidade tão propagada e difundida por quem acredita piamente na globalização como um avanço social e econômico por si só. Além disso a autora levanta uma preocupação coerente em relação ao processo de comunicação intercultural, de entendimento entre ambas as partes nesse processo e, por consequência, a necessidade em entender a comunicação intercultural tão importante quanto a análise das vagas migratórias.

Na maioria das vezes, especialmente no caso das migrações internas, o Estado não exerce tanta influência, porém quando se trata das migrações internacionais e do deslocamento de pessoas entre nações, é necessário ter em mente que o Estado terá papel fulcral nesse processo. Em ditaduras, por exemplo, é muito mais fácil perceber tal interferência e cidadãos de países como Cuba, Venezuela, Coreia do Norte, China, países da África e Oriente Médio sentem na pele a intervenção de agentes do Estado em suas vidas pessoais e nas decisões de chegar ou sair do seu país de origem. Para Reis (2004, p. 150) culpar os países unicamente não parece ser o melhor caminho a se seguir, porém “[...], ele, por meio de políticas de imigração e cidadania, é um importante fator explicativo no processo de formação dos fluxos e ajuda a moldar a forma que esses fluxos adquirem”. Ou seja, se faz necessário perceber os diferentes fatores de interferência nas questões migratórias e entender que mudar de país pode ser tudo, menos um processo simples e rápido como o envio e recebimento de fluxos de capital.

Em primeiro lugar, os obstáculos levantados para a entrada, permanência e trabalho regular dos imigrantes multiplicaram as ocasiões de transformar estas gentes em fonte de benefício, e esse efeito está muito longe de ser acidental. O nosso ponto e partida é essa mesma constatação: as leis não impedem os movimentos, mas tornam-nos menos fluidos, mais arriscados, e, conseqüentemente, mais caros. Além dos empregadores [...], quando não se trata das mesmas pessoas, os “passadores”, aqueles que dão alojamento e os usurários fazem-se pagar a preço de ouro. Os advogados cobram, sem qualquer escrúpulo, copiosos dividendos por casos que sabem de antemão serem indefensáveis. Mais subrepticamente, produz-se um desenvolvimento espetacular do tráfico de documentos [...] (SOS Racismo, 2002, p. 38).

Se podemos associar a globalização a processos de comunicação e sistemas integrados de transporte, não é possível dissociar o fenômeno da força de trabalho e das migrações. Isso porque se a globalização permitiu a movimentação rápida e agilizada de pessoas por diversos pontos do planeta, também obedece a uma economia global e a um sistema econômico interdependente. Diversos agentes podem ser apontados como fomentadores para os processos migratórios, “[...] todas as dimensões da globalização — económica, tecnológica, política, social e cultural — parecem estar a juntar-se ao mesmo tempo, reforçando e ampliando cada uma delas o impacto das outras”. Ainda para o autor, “na esfera económica, os governos perderam algum do seu poder de regulamentação das suas economias [...]” e empresas “[...], como os bancos internacionais, as corporações transnacionais e os mercados cambiais, despontaram numa economia mundial cada vez mais integrada” (Barreto, 2005, p. 32).

Desse modo, a globalização é, antes de tudo, um processo e um sistema ancorado em requisitos materiais e basta uma simples análise para perceber que, se não fosse a globalização, o comércio, as pessoas e o dinheiro não circulariam com tanta velocidade e facilidade pelo globo (Held & McGrew, 2001). Além disso, é possível separar e classificar a globalização levando em conta três diferentes tipos de infraestruturas, são elas: “[...] física (como os transportes ou os sistemas bancários), normativa (como as regras do comércio) e simbólica (a exemplo do inglês usado como língua franca) — que criam as precondições para formas regularizadas e relativamente duradouras de interligação global” (Held & McGrew, 2001, p. 12).

Porém, mesmo que a globalização seja capaz de, em certa forma, unificar a economia e agilizar a propagação de marcas que se tornam mundialmente reconhecidas,

tal homogeneidade não acontece na mesma intensidade e velocidade quando o assunto chega às culturas e identidades. Há um processo inverso em relação a aspectos culturais e identitários, especialmente quando comparados com outros pontos de contato entre a economia e a globalização (Miranda, 1999). Já Bauman (1999, p. 8) faz questão de lembrar que “a globalização tanto divide como une [...]” e diz isso para lembrar que, ao mesmo tempo, a globalização pode ser entendida como a busca de algumas nações e indivíduos pela liberdade com o contraponto de ser uma perda de liberdade, uma prisão. Num primeiro momento a globalização pode promover a igualdade, porém mais adiante é capaz de distanciar e criar fossos entre diferentes Estados e pessoas.

Na mesma velocidade em que a globalização consegue abarcar diferentes regiões e países, os governos também conseguem aproveitar o desenvolvimento do aparato tecnológico e, dia após dia, ocupam mais espaço na vida do cidadão. Dessa maneira, não seria incorreto pensar que os Estados modernos contam com uma quase onipresença e são parte integrante da vida social contemporânea. Isso se reflete e pode ser percebido no poder de regulação e classificação das atividades humanas que os governantes possuem, pois desde o nascimento, comprovado através de uma certidão emitida pelo Estado, até o atestado de óbito, tudo passa pelo controle estatal moderno. Um poder quase que incontestável dos Estados que abrange também o monitoramento e policiamento de atividades do cotidiano, mas também o fornecimento de saúde e educação (Held & McGrew, 2001).

Sendo um tema tão debatido, falar sobre a globalização suscita excelentes discussões e diferentes autores divergem. Alguns fazem questão de ressaltar as qualidades e pontos positivos, porém outros como Giddens (2000, p. 20) são contundentes e trazem pontos de vista e uma lucidez que, sem dúvida, enriquecem o debate sobre a globalização. Para o autor, “vivemos num mundo de transformações, que afectam quase tudo o que fazemos. Para o melhor ou para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós” (2000, p. 20) e deixa as palavras como um alerta, uma reflexão sobre a forma como a globalização interfere e invade a vida de pessoas em diferentes partes do globo terrestre.

E a globalização surge como um importante fator de aproximação e distanciamento, de motivação e encurtamento de distâncias na vida de quem pretende encarar o novo e mudar de país, seja por qual motivo for. Se os aspectos locais afetam e suscitam questões globais que são considerados fatores-chave para a imigração, decisões políticas tomadas em alguma nação pequena e que não exerce grande influência no mercado de capitais e pessoas pode motivar um êxodo de cidadãos de uma região para a outra do planeta.

Ou seja, como afirma Canclini (2003, p. 19), “quando escutamos as diversas vozes que falam da globalização, surgem “paradoxos” [...]” e, para o autor, isso significa que “[...] ao mesmo tempo em que é concebida como a expansão dos mercados [...], a globalização reduz a capacidade de ação dos Estados nacionais, dos partidos, dos sindicatos e dos atores políticos clássicos em geral”. Ainda para o autor, “[...] transferir as instâncias de decisão da *política* nacional para uma vaga *economia* transnacional está contribuindo para reduzir os governos nacionais a simples administradores de decisões alheias [...]” e, por isso, mesmo com a força e com o advento da globalização, questões de cunho local também ganharam importância e, portanto, novos problemas surgem.

Como referido anteriormente, essa sensação de que o mundo está em completa desordem não é próprio de quem vive no século XXI e já foi sentida por pessoas que viveram há centenas de anos. Foi no século XX que o mundo sentiu uma enorme expansão populacional e nas questões produtivas e, se analisarmos somente estes dois fenômenos, é fácil notar o escalonamento de diferentes atividades exploradas e realizadas por humanos (Prigogine, 2009). A globalização consegue fazer despertar ódios e amores e é responsável por ajudar na evolução de muitas populações, porém também pode ser apontada como causadora do empobrecimento e aumento no abismo entre os mais ricos e os mais pobres.

É fato que o mundo se tornou mais plural por conta do processo de globalização, mas questões individuais nunca foram tão relevantes, discutidas e importantes nesse mesmo contexto. Para Lipovetsky (2007, p. 77) é fácil perceber a necessidade da globalização e da individualização ao olharmos para as marcas e produtos que elas disponibilizam no mercado, pois “de um lado, a sociedade de hiperconsumo coincide

com o triunfo do “cliente-rei”; do outro, é contemporânea da unificação mundial dos mercados e das gamas de produtos através dos desenvolvimentos das megamarcas ou hipermercados [...]” e, tais marcas “[...] se baseiam em um marketing global, em produtos e slogans, logotipos e imaginários geridos de maneira internacional e mais ou menos adaptada às especificidades locais”.

Nós passamos, ao longo do último quarto do século XX, de um sistema econômico internacional a um sistema econômico global. Trata-se de uma importante mutação geopolítica das condições de produção, de competição e de interdependência. O antigo regime internacional era caracterizado pela soberania dos estados, a quem competia definir, entre outros, suas políticas monetárias e alfandegárias. A ordem que substitui aquela é uma ordem global difusa na qual as relações entre os estados diluem-se, em uma certa medida, ao proveito das conexões entre economias regionais afastadas, ligadas entre elas por intercâmbios complexos feitos de competição e de colaboração (Benko, 2016, p. 7).

Ainda para Benko (2016, p. 8), “[...] o encolhimento do mundo revitaliza a geografia. Os efeitos de distância exercem uma influência considerável sobre a estruturação das relações econômicas e sociais”. O autor ainda afirma que “[...] os Estados continuam exercendo um papel crucial em muitas áreas (notadamente na formação, nos equipamentos, nos transportes, etc.); mas, preso entre a dimensão local e a global, seu lugar na economia foi redefinido” e, para ele, existe “[...] um movimento de internacionalização da atividade econômica em um mundo cada vez mais destituído de fronteiras reais [...]” fazendo com que diversas pessoas sugerem “[...] um iminente desaparecimento do Estado soberano clássico, fundado sobre a noção de território, um dos três elementos constitutivos do Estado em direito internacional, ao lado do governo e da população [...]”. Porém, ainda para o autor, “[...] sublinha-se a intensificação do crescimento econômico de um certo número de regiões, reconhecidas como os motores da prosperidade mundial, e que dão origem a uma recomposição da hierarquia dos espaços produtivos. Essas regiões são, principalmente, metropolitanas”.

O mesmo autor finaliza o seu pensamento sobre as questões globais e locais dizendo que o “[...] mundo global é assim um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países, que não são, necessariamente, equivalentes”. Para ele “a ‘glocalização’, neologismo forjado para designar a articulação expandida dos

territórios locais em relação a economia mundial, sublinha a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais” e mesmo que alguns tenham realizado prognósticos não muito favoráveis “[...] os territórios – com suas especificidades – não foram apagados sob os fluxos econômicos da mundialização” (Benko, 2016, p. 9).

Outro autor que utiliza o termo “glocalização” é Soete (2001, pp. 237-238) que explica que a globalização, mesmo abrangente, é enfrentada e desafiada por características locais que criam padrões entre o que é “do mundo” e o que local, ou seja, faz uma mescla e lança um paradoxo e alteram as estruturas comerciais. Para ele, “[...] quando a União Europeia se intensificou [...], desenvolveram-se arranjos regionais na América do Norte e do Sul, respectivamente com a NAFTA e o MERCOSUR, mas também no Sudeste Asiático e à volta da Orla do Pacífico, respectivamente com os acordos da ASEAN e da APEC”. Ainda para o autor, “uma característica comum desses arranjos regionais é que todos eles impulsionaram os fluxos comerciais intrarregionais”, ou seja, “[...] a integração económica parece ter aumentado efectivamente a nível regional, tenha o processo de regionalização sido impulsionado pelos governos ou não”.

Porém, ao se analisar o impacto das políticas internacionais nos contextos locais, o que se encontra, muitas vezes, são desacordos, medos e receios. O caso do refugiados na Europa, em todo o continente, suscitou exatamente esse impacto e trouxe conflitos entre os já residentes e os que chegavam em um contexto migratório forçado diferente. Para Machado e Cardoso (2015, p. 168), “[...] podemos notar a distinção tanto entre os gestores da política europeia quanto entre seus cidadãos no que concerne às expressões ‘vizinhos europeus’ e ‘vizinhos da Europa’” e os autores fazem questão de ressaltar isso porque, para eles, “esta diferença deve ser levada em consideração se quisermos compreender o sentimento de que a África deve ser separada da Europa através de uma fronteira clara — seja qual for o preço a ser pago” e encerram afirmando que “as manifestações de intransigência, xenofobia e inabilidade da União Europeia e de vários cidadãos de nações europeias diante dos migrantes sírios demonstram isso cabalmente”.

Se a globalização é, sobretudo, um fenômeno econômico e que gera impactos na sociedade, as questões migratórias também são inerentes ao fenômeno e, ainda para

Lechner (2010), cada país pensa e coloca em prática suas políticas de migração exatamente refletindo os interesses econômicos, seguidos pelos demográficos e, especialmente depois dos atentados de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001, de segurança e tranquilidade social. Mas, talvez os conflitos surjam e existam porque, como afirmam de Oliveira, Leandro e do Amaral (2011, p. 79), “quem migra, move-se de um território a outro, mas ainda que se mova não faz somente com as malas e a bagagem, move-se com toda uma história de vida, como todo um passado [...]” e a autora ainda afirma que “[...] o seu êxito migratório ocorrerá na medida em que consiga inserir-se no *Mundus Novus* por ele buscado, na medida em que consiga impor-se ou negociar sua entrada no território que é do outro”.

A chegada em um território novo e que é entendido como do outro não é algo simples, pois ocorrem estranhamentos de diversas ordens (cultura, língua etc.) e isso pode se traduzir em reprovação e no surgimento de um acentuado sentimento de intolerância, rejeição e, posteriormente, na rotulação e segregação entre os residentes habituais e os que recém-chegaram (de Oliveira, Leandro & do Amaral, 2011).

Quando se trata de globalização, da força de trabalho e das migrações, pode-se afirmar que os três temas são causa e consequência um do outro. Sem a globalização não haveria a necessidade da deslocação de pessoas para reforçarem as economias mais pujantes com sua força de trabalho, gerando assim vagas migratórias. Porém ao se pensar o contrário, de que as migrações podem ser a base da globalização e do movimento internacional de pessoas para que algumas nações consigam a força de trabalho de que necessitam, é facilmente percebido um processo de retroalimentação de um sistema que é global. Uma espécie de mecanismo social que pode ser compreendido e analisado como o vértice, o ponto de encontro entre um poliedro que contempla as três dimensões: globalização, força de trabalho e migrações.

Também ao se pensar nas três dimensões citadas, fica mais fácil perceber que outros recursos podem agilizar e estimular esse fluxo internacional de pessoas e capitais como, por exemplo, as guerras (civil e militar), as perseguições políticas, a intolerância religiosa, os conflitos raciais, questões ambientais, crises econômicas e sociais, problemas com a falta de segurança e, obviamente, as relações profissionais que precisam abastecer o mercado com profissionais. Portanto, a retroalimentação do

mecanismo que contempla a globalização, a força de trabalho e as migrações é abrangente e estimulada por desordens sociais, políticas e econômicas que precisam perdurar para que haja uma celeridade no processo de movimentação de pessoas e capitais ao redor do mundo que, de outras formas, seria muito mais morosa, lenta e burocrática.

O caso da emergência dos refugiados na Europa demonstra, na prática, exatamente isso, pois, por conta de guerras e conflitos de diversas ordens e natureza, milhares de pessoas (força de trabalho) precisam de deslocar dos seus países de origem (migrações) para que consigam viver com alguma dignidade. Isso acontece em um continente com uma população envelhecida e que demonstrava que, sem alguma ação rápida e eficaz para reverter esse panorama, perderia espaço e força entre os blocos econômicos globais (globalização). Portanto, novamente e por outro ângulo, o que se percebe é um mecanismo onde o processo se repete, é potencializado ou amenizado, porém resiste e tem a sua intensidade aumentada ou reduzida conforme a necessidade do mercado. O que parece não ser levado muito em conta nisso tudo por quem regula os mercados consumidores é o simples fato de que, nessa linha de produção e de entrega, estão sendo ceifadas vidas humanas que são sacrificadas em países “menos” importantes e com divergências sensíveis inclusive dentro do mesmo país para que as nações “mais” relevantes possam usufruir de paz e bem-estar social, econômico e político.

Aqui, novamente, se percebe o antagonismo premente na globalização onde a ideia inicial de igualdade transforma-se, gradualmente, em distanciamentos e acentuada diferença. Não somente no aspecto econômico, mas em outras frentes como a social e a política, o que se nota é uma luta desigual entre países pobres e ricos, uma exploração nua e crua e um esmagamento sistemático que é repetido a exaustão, desde sempre e, ao que tudo indica, ainda por muito tempo.

1.4. Migrações forçadas e Primavera Árabe

A história já presenciou diversas vagas migratórias, porém se faz necessário compreender que o termo diáspora não é utilizado somente no contexto de um

movimento forçado e, atualmente, se enquadra nos processos migratórios independentemente das suas causas. Inicialmente o termo diáspora significava a deslocação de pessoas forçadamente de um local para o outro e isso ocorreu por conta dos judeus, mas hoje utilizar a diáspora como um movimento migratório dentro da globalização é facilmente justificado (Rodrigues & Ferreira, 2014). Porém, como afirmam Chaliand e Rageau (1991, p. XII), a definição de diáspora passa por ser “um *desastre*, muitas vezes de natureza política, *causando a dispersão coletiva e forçada de um grupo religioso e/ou étnico*”.

Uma diáspora também é definida pelo papel desempenhado pela *memória coletiva, que transmite tanto os fatos históricos que causaram a dispersão quanto, no sentido mais amplo, uma herança cultural* — esta última frequentemente religiosa. Essa memória coletiva está especialmente viva entre as pessoas que sofreram um desastre: o genocídio de armênios no Império Otomano (cerca de metade da população armênia é liquidada fisicamente em 1915-1916), o exílio e o genocídio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, palestinos despojados de suas terras pela guerra árabe-israelense. Os ciganos, uma sociedade oral, não transcreveram a memória do genocídio nazista. Mas seria subestimar a capacidade de transmissão oral sustentável para acreditar que tal evento foi esquecido porque não foi transcrito. No caso afro-americano, uma parte importante da herança foi recriada ou sincretizada. Às vezes até a diáspora africana, ou pelo menos algumas de suas elites, foi trazida para reconstruir: projeção mítica em um passado faraônico, bíblico ou etíope. Assim, o “retorno” à Libéria (1822) e, posteriormente, o desenvolvimento nos Estados Unidos de ideias de retorno à África, com Marcus Garvey. Menos espetacular, houve no Brasil casos de “retorno” ao Benin ou Nigéria. Também devemos mencionar diásporas mais modestas como os assiro-caldeus - são os pequenos povos que são derrotados e dispersos. Herdeiros de uma longa tradição, como indicado pela sua denominação, foram duas vezes expulsos das terras que ocuparam durante este século: uma primeira vez como minoria cristã do Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial e uma segunda vez no Iraque nos anos trinta (Chaliand & Rageau, 1991, p. XIV).

Na obra de Gérard Chaliand e Jean-Pierre Rageau, publicada em 1991 com o título original em francês de *Atlas des Diasporas*, os autores apresentam mais de dez vagas migratórias e diásporas, são elas: a diáspora judaica, armênia, cigana, negra, chinesa, indiana, irlandesa, grega, libanesa, palestina, vietnamita e coreana. Portanto, são inúmeros movimentos migratórios que compõem a história da humanidade e, embora não todos, uma grande parte teve como elemento em comum, o fato de serem migrações forçadas.

Porém, com a utilização frequente da palavra diáspora em associação aos movimentos migratórios, Cohen (2008, p. 124) diz que o mais correto é utilizar “a expressão ‘diáspora desterritorializada’ para abranger os lineamentos de várias experiências diaspóricas incomuns”.

As migrações são uma constante na história da humanidade e se aceleraram bastante desde o século XVI, pois essencialmente as migrações são impulsionadas por questões econômicas onde as nações mais ricas do mundo são as propulsoras do multiculturalismo. Não é possível negar que, por conta das diferentes gerações que migraram, todos os habitantes do planeta possuem, em sua história familiar e genealógica, algum antepassado que migrou (Lechner, 2010).

Voltando e analisando os descobrimentos já que este capítulo trata, sobretudo, das migrações forçadas, sabe-se que milhões de negros foram levados ao Brasil, por exemplo, para serem explorados e escravizados. Zamberlan (2004, p. 44) afirma que “os africanos foram trazidos a ferro e fogo da África para o Brasil. Afonso Taunay estimou a entrada de 3.600.000 negros para o nosso território, assim distribuídos: século XVI, 100.000; século XVII, 600.000; século XVIII, 1.300.000; século XIX, 1.600.000”. O autor ainda refere que “os africanos eram negociados em troca de aguardente, rolos de fumo, tecidos, facões, guizos, pólvora e outras quinquilharias” e que “depois de marcados com ferro em brasa, eram acorrentados e levados até os presídios da costa africana, por tribos rivais, onde aguardavam os navios negreiros”.

Posteriormente, já no século XVIII, as migrações forçadas deixaram de ser somente dos africanos em direção a América, mas passaram a contar com europeus e orientais que chegaram aos milhões:

A partir do final do século XVIII iniciou-se um deslocamento fantástico de pessoas, da Europa e do Oriente que ultrapassou a mais de 60 milhões, que aportaram na América. Esses povos trouxeram novas línguas, tradições culturais e religiões diferentes (açorianos, suíços, alemães, italianos, franceses, ingleses, nórdicos, poloneses, russos, judeus, sírios, libaneses, japoneses, gregos, coreanos e outros). É importante frisar que essas migrações internacionais tiveram, inicialmente, apoio de governos dos países de origem e dos países do Novo Mundo, que criaram ou estimularam a formação de Companhias de Colonização para o deslocamento dos migrantes, pagando-lhes as passagens marítimas e um lote de terra (Zamberlan, 2004, p. 45).

Para Brasil (2016), citando Durand e Massey, os fluxos migratórios não são irreversíveis e países que enviam imigrantes podem, posteriormente, recebê-los. Diversos países europeus sentem atualmente isso, incluindo Portugal. É só prestarmos atenção na nova vaga de imigração proveniente do Brasil e tal constatação se dá em diversos veículos de comunicação que noticiam a chegada de milhares de cidadãos da ex-colônia portuguesa na América para o país europeu.

Ao passo que as migrações, independentemente do que as impulsiona, tornaram o mundo plural e criaram sociedades com as mais diversas referências, os movimentos migratórios não conseguem ser regulados nem por governos ou através do direito internacional, por ainda não serem entendidos como fenômenos globais que ultrapassam todas as fronteiras físicas existentes (Matias, 2014). Além disso, tais movimentos não são sancionados ou regulados por leis e tratados, tão pouco possuem uma autoridade de alcance global que consiga estabelecer algum tipo de controle ou regulação. Ainda para Matias (2014, p. 15), “este quadro de desregulação internacional das migrações assenta na convicção há muito armada de que a decisão de aceitar imigrantes se encontra profundamente radicada na soberania dos Estados, sendo uma decisão interna essencialmente livre”, ou seja, “[...] o maior ou menor grau de regulação das migrações depende das leis internas [...]”.

Os Estados, partindo do pressuposto que as migrações são exclusivamente motivadas por questões econômicas e que os migrantes possuem sempre o direito de escolha e decisão, esquecem do fato de que a globalização, além de tantos avanços em aspectos tecnológicos, de comunicação e transporte, também contribuiu para que o mundo tenha se tornado interligado e interdependente. Isso significa que, em outras palavras, há uma reverberação nas decisões e acontecimentos políticos, econômicos e sociais que são colocados em prática em uma nação distante e que, acima de tudo, o resultado será sentido, em maior ou menor grau de intensidade, por todo o planeta e os exemplos não são poucos. O caso da Síria no Oriente Médio, da Nigéria no Norte da África, da Venezuela na América Latina, do Haiti no Caribe e América Central entre tantos outros mostra que, mesmo que o problema seja local e interno, o seu resultado é amplificado de maneira global.

Os milhares de refugiados que resultam de guerras, perseguições políticas e religiosas, adoção de sistemas políticos controversos e desastres ambientais mostram, a cada dia, que os Estados não sabem lidar com os migrantes forçados, aqueles que não têm escolha ou poder de decisão no momento em que partem de seus países de origem. Mesmo que o fator humano tente se sobressair e prevalecer, é visto e percebido que as questões econômicas estão sempre permeando os fluxos migratórios, forçados ou não e, de acordo com Matias (2014, p. 22), “o ‘cosmopolitismo económico’ convive mal, todavia, com o reconhecimento de direitos aos imigrantes, em particular com o reconhecimento de direitos aos imigrantes, em particular com o reconhecimento do direito à cidadania”. Para o autor, esse pressuposto “parte de uma concepção economista do mercado puramente liberal, repugnando, por isso, o controlo preventivo da imigração bem como a concessão de benefícios sociais aos imigrantes” e, sendo assim, “[...] a atribuição da cidadania representará um desvio nesta teoria uma vez que após a naturalização se perdem as vantagens económicas reconhecidas, numa primeira fase, ao movimento migratório”.

Ainda que pareça que as migrações forçadas somente foram sentidas e ganharam repercussão durante o período da expansão europeia há alguns séculos e que isso seja restrito aos livros de história, o século XXI parece fazer questão de lembrar ao mundo que após o evento conhecido como a Primavera Árabe, países da Europa e tantos outros iriam sentir o resultado de decisões que foram postas em prática a milhares de quilômetros do continente europeu.

Então, no século XXI, o mundo presencia mais uma vez uma vaga de migração forçada. Em uma sexta-feira, 17 de dezembro de 2010, um jovem tunisiano vendedor de frutas e verduras é impedido de realizar o seu trabalho sem pagar uma quantia em dinheiro para alguns policiais corruptos da Tunísia. Indignado, ele ateia fogo ao próprio corpo em sinal de protesto em frente a um prédio do governo daquele país. Era o primeiro evento, a ignição para o que, mais tarde, ficaria mundialmente conhecido como a Primavera Árabe, já que o vídeo onde é mostrada a morte de Mohamed Bouazizi viralizou e, através da internet, deu início a uma mobilização de milhares de pessoas em diversos países do Norte da África.

O caso de Bouazizi é bastante significativo [...], pois além de ser o evento que dá início às manifestações dos países árabes, é também um caso de autoimolação em protesto contra o Estado. Trata-se da politização da "vida nua", termo proposto por Agmben (2010) para mostrar o entrelaçamento entre a política e a vida biológica. Quando toda e qualquer forma de mediação social se esvai, resta ao corpo a tarefa de expressar-se politicamente. Esse corpo, que tão frequentemente observamos em ação performática nos protestos contemporâneos mobilizador pelas TICs, está no centro de nossas preocupações para entendermos o papel da imagem no contexto político contemporâneo (Silva, 2016, p. 78).

E é justamente a Primavera Árabe que pode ser entendida com o ponto de partida para a questão dos refugiados na história recente da Europa, uma revolta com contornos e impactos mundiais. Após a morte de Bouazizi, 2011 inicia com uma grande quantidade de eventos políticos que eclodem, primeiramente, em países do Norte da África e, posteriormente, em países do Oriente Médio. Entretanto, esses acontecimentos já constavam nos radares dos observadores mais atentos, porém não foi possível dizer quando e onde eles ocorreriam (Joffé, 2011). Foi em fevereiro de 2011 que o primeiro protesto ocorre no mercado da capital da Síria, Damasco, mas em março do mesmo ano quando jovens estudantes fazem uma pichação com palavras que foram entendidas pelo ditador Bashar al-Assad como uma afronta em uma escola no sul do país, mais precisamente em Deraa, protestos e revoltas ganham força (Kingsley, 2016).

Os rapazes foram presos e torturados. A maneira como foram tratados desencadeou protestos mais amplos, a que o regime de Assad respondeu a tiro, provocando várias mortes. Neste ponto as manifestações começaram a ganhar a dinâmica que tinham noutros países árabes, onde os protestos acabaram por forçar a partida de quatro presidentes. Em toda a Síria, manifestantes indignados e cada vez mais destemidos reuniram-se para pedir a resignação de Assad. No resto do mês de março houve dezenas de mortos durante as manifestações de protesto e centenas de milhares de pessoas em todo o país (Kingsley, 2016, p. 26).

O governo da Síria, em uma tentativa fracassada de repressão, não conseguiu minimizar e acabar com os protestos no país. A onda de protestos que se iniciou em 2011 e, à força e com pouco diálogo com que foram repelidos pelos governos que agiram com extrema violência serviram de estopim para a Primavera Árabe. Porém, ainda de acordo com Joffé (2011, p. 86), “[...] as tensões e a contestação acumuladas

que se resolveram — e que, em vez disso, foram artificialmente reprimidas na tentativa de assegurar a estabilidade — entram em erupção de formas imprevisíveis”.

Pinto (2011, p. 129), ao tratar dos possíveis impactos da Primavera Árabe na União Europeia diz “‘a União Europeia (UE) será julgada pela forma como responder aos importantes eventos que estão a acontecer na sua vizinhança próxima.’ Catherine Ashton, [...] vice-presidente da Comissão Europeia [...]”. Para a autora, fica claro que os acontecimentos relacionados com a Primavera Árabe impactarão a União Europeia, porém ela continua dizendo que serão “consequências, desde logo, externas [...] mas também consequências internas, tendo em conta as divergências entre estados-membros, que resultaram da resposta imediata à crise”. Ou seja, desde o começo dos protestos e da destituição em sequência de governos ditatoriais no Norte da África e Oriente Médio, era visível que os resultados teriam influência em toda a Europa e em diversas partes do planeta.

Mesmo talvez sem essa intenção, Pinto (2011) conseguiu antever o que aconteceria num futuro próximo quando descreveu, ainda durante o acontecimento da Primavera Árabe, que um movimento social, político e econômico com o alcance e tamanho que este tinha, teria resultados notáveis nestas três dimensões nos anos seguintes. Outro fator importante a ser colocado é que, sem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente a internet, os contornos da Primavera Árabe não teriam sido notados e não seriam tão influenciadores como foram.

Isso é posto em função da capilaridade que a Primavera Árabe encontrou na internet e, também, pela forma como as tecnologias da informação serviram de ponto de encontro, local de partilha e resistência durante os fatos, ocupações e conflitos que ocorriam nas principais praças das capitais, cidades e países onde esta revolta acontecia. Para Di Fátima (2003, p. 1), “as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) engendraram possibilidades infinitas de organização, mobilização, disseminação e partilha de dados nos movimentos sociais organizados ou de livre manifestação cidadã na sociedade da informação”. Para o autor, “a Internet inaugurou um novo cenário para debates ao dar visibilidade a dilemas políticos, culturais, ecológicos, étnicos e econômicos de caráter local, regionalizados ou de nicho [...]”, pois, permite “[...] que os mesmos possam ser acompanhados, em tempo real, por uma

parcela significativa da população mundial com acesso a informações mediadas por computadores”.

Foi assim, como uma bola de neve, que a Primavera Árabe se inicia na Tunísia e parte, rapidamente, para a Líbia, Argélia, Marrocos, Mauritânia, Egito, Sudão, Somália, Iêmen, Omã, Arábia Saudita, Jordânia, Iraque, Líbano, Síria e outros países, resultando em governos depostos, grandes protestos e em guerras civis, especialmente na Líbia e na Síria. Apesar de, ainda, muitos países estarem em pleno processo de mudança, entende-se que a Primavera Árabe iniciou em janeiro de 2011.

Relevante colocar que, por conta ainda dos desdobramentos da Primavera Árabe, em 2011, se iniciava a Guerra Civil Síria. De um lado, forças rebeldes que pretendem destituir o governo do Presidente Bashar al-Assad, do outro lado o governo que afirma travar uma batalha contra terroristas. No meio dessa disputa, há uma população civil que, após mais de seis anos de conflitos, parte em busca de paz em países de todo o mundo, inclusive os da Europa. De acordo com dados da ACNUR (2016), a Síria tem 4,9 milhões de refugiados e 6,6 milhões de pessoas que se deslocaram internamente. Isso significa dizer que 50% da população daquele país em 2013, que era de aproximadamente 22 milhões de habitantes, deixou o território ou mudou de região.

A repressão não conseguiu estancar a revolta. Durante a primavera e o verão o número de manifestantes continuou a aumentar em toda a Síria, levando a uma repressão brutal, que incluiu cercos militares e massacres conduzidos pelo Estado em várias cidades especialmente rebeldes. No outono, os desertores, em grande parte unidos sob o estandarte do Exército Sírio Livre, recorriam cada vez com mais frequência a táticas de guerrilha na luta contra Assad e a revolta começou a tomar a forma duma guerra. No início de 2012 os rebeldes controlavam partes do país (Kingsley, 2016, p. 26).

Ainda de acordo com Kingsley (2016, p. 27), somente “[...] entre 2011 e 2013, pelo menos 11 000 detidos foram torturados e mortos em masmorras sírias [...]”, porém “um lote de 55 000 fotografias de cadáveres de detidos foi passado clandestinamente para fora da Síria [...]” e “as fotografias testemunham a crueldade do regime, mostrando que muitos prisioneiros foram espancados, estrangulados e eletrocutados durante a detenção. Alguns têm os olhos arrancados”.

O relato mostra que, no caso das migrações forçadas, as pessoas que, com sorte sobrevivem, só encontram na fuga a maneira de continuar vivas. Além disso, percebe-se que há uma construção temporal de acontecimentos que motivam, dia após dia, milhares de cidadãos a, na falta de opção, recorrerem a migração forçada para salvarem suas vidas. Os trechos, que foram retirados do livro de Kingsley (2016), servem para ilustrar um drama, uma série de fatos que fazem com que milhões de pessoas saiam em fuga e, para além de serem vítimas de governos e ditadores sanguinários, ainda precisam lidar com a exploração dos atravessadores e, posteriormente, se deparar com a inércia e burocracia de países desenvolvidos que são, em sua grande parte, os territórios de destino desses migrantes forçados.

A burocracia referenciada diz respeito, entre outros aspectos, ao fato de que, como afirma Matias (2014, pp. 26-27) “[...] um critério muito controverso mas com frequência presente nas leis da imigração como critério de exclusão dos imigrantes é o da suficiência económica”, pois o autor faz questão de colocar que “nos processos de candidatura a vistos é frequente a pergunta sobre os meios de subsistência económica, designadamente sobre o peso que imediato que o imigrante poderá representar para o sistema de segurança social do país de acolhimento”. Dessa maneira, como os refugiados não se encaixam nas prerrogativas dos Estados entendidos como acolhedores para que nele entrem como migrantes económicos, por exemplo, ficam à margem e são, muitas vezes, excluídos. O autor continua e afirma que “a insuficiência económica como critério de exclusão tem gerado grande controvérsia nos debates sobre imigração, uma que tende a privilegiar os imigrantes com condições económicas que, de um ponto de vista humanitário, são os que menos necessitam do acolhimento dos Estados [...]” e que isso faz com que fiquem “[...] desprotegidos aqueles que têm maiores dificuldades económicas e, logo, maior necessidade de emigrarem” (2014, pp. 26-27).

Vale ressaltar que, o evento considerado como principal motivador para que milhares de pessoas chegassem na Europa, principalmente através do litoral da Itália e Grécia na condição de refugiados desde 2014, é a Primavera Árabe. E a ideia de utilizar uma analogia em referência às estações do ano não ocorre por acaso, pois como afirmam Bijos e Silva (2013, p. 59), depois do escuro, frio e sombrio inverno, muitas culturas entendem a primavera como uma explosão de vida e cor após longos dias

curtos. Para as autoras, “esta analogia pode ser feita em relação aos regimes dos Estados, comparam-se os governos ditatoriais ao inverno, pois têm como característica calar e oprimir o seu povo, suprimindo qualquer tentativa de levante” e, utiliza como contrário a isso “[...] a primavera [...]”, pois “[...] se compara ao renascer do povo, quando ocorrem movimentos populares que tentam redesenhar a história, ao ponto de construí-la novamente”.

A comunidade internacional, após os atentados de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, fez um esforço para generalizar e colocar todos os cidadãos oriundos dos países árabes na condição de terroristas (Ferabolli, 2012). A manutenção de ditadores no poder, sob a égide de proteger o Ocidente dos “malucos” do Oriente que são fanáticos e considerados radicais islâmicos, fez com que tais políticos e governantes precisassem de mãos de ferro para manter tudo em ordem. Assim sendo, quando Mohamed Bouazizi ateia fogo ao próprio corpo, ele está libertando o povo daquela opressão e, da pior maneira possível, dizendo que não aguenta mais tanta censura, corrupção, pobreza e marginalização.

A ideia de “nós” e os “outros” (Hall, 2002), especialmente em relação aos países do Oriente Médio é o “[...] autoritarismo, a violência e outras qualidades tão características da Civilização Islâmica – tal como seus valores intrínsecos (valores esses islâmicos, é claro) – tornam o Oriente Médio praticamente incompatível com a ideia de democracia (que, por sua vez, foi erigida com base em valores Ocidentais)” (Schicchet, 2011, p. 39). Ou seja, “[...] a expansão do mundo islâmico dentro e fora das fronteiras do Ocidente [...], o mundo pós-Guerra Fria está fadado a ver um embate entre “nós” e os “muçulmanos”; no qual estes últimos são representados como potencialmente trazendo “nosso” ocaso” e, portanto, “[...] menos que “nós” – superiores em tecnologia e valores – desde já nos protejamos, estaremos correndo o risco de perder as liberdades que nos custaram tanto tempo para conquistar” (Schicchet, 2011, p. 39).

O título de Primavera Árabe sugere um florescimento de algo que se manteve dormente por décadas. Sugere mesmo que a atual fase de decadência do mundo árabe, segundo uma própria perspectiva árabe ou mesmo aquela de Lewis, chegou ao fim. O termo não indica exatamente o que virá depois, mas sugere também que será algo melhor que aquilo que existia até então. A história que aqui se apresenta sugere um entendimento diferente. Sugere que décadas de dominação por ditaduras

seculares ou religiosas, de orientação socialista ou não, não apagaram o desejo de autodeterminação da maioria dos árabes. Assim, esse admirável mundo novo não é tão novo assim. Os acontecimentos de meados de 2011 podem ainda ser chamados de Primavera Árabe desde que por conceito entenda-se o ganho de *momentum* de sentimentos, desejos, objetivos políticos, e outras forças que já estavam em movimento desde antes do início da Revolução de Jasmim na Tunísia – evento que desencadeou toda a onda de revoltas que se seguiu em 2011 (Schicchet, 2011, p. 74).

A denominação dos acontecimentos nos países do Norte da África e Oriente Médio de Primavera Árabe não ocorre por acaso. Há um interesse público em enquadrar os eventos na categoria histórica de revolução para que estes tenham legitimidade perante a opinião pública e ao se encaixar um acontecimento político e chamá-lo de revolução, além de organizar a experiência que ocorre no presente, gera uma esperança de que uma mudança social está em curso e que, no futuro, será melhor para todos (Babo, 2013). Também, no caso dos *media* da Europa, Isabel Babo lembra que “a designação *primavera árabe* – que se reporta à primavera de Praga, dado o caráter do movimento jovem na rua [...] resulta de um uso público da memória coletiva europeia [...]” e, dessa forma, se “[...] enquadra assim num *frame* de referências culturais e históricas a afetação vivida na experiência pública pelas *impressionantes* manifestações” (Babo, 2013, pp. 798-799).

Há também a justificativa de que os *media* ocidentais, ao generalizarem dezenas de acontecimentos em diversos países com a denominação do todo como Primavera Árabe por exemplo, pretendem facilitar o entendimento do público diante da complexidade histórica, social, política e religiosa, neste caso, do Oriente Médio.

Na verdade, em vários discursos públicos existe a percepção da complexidade da situação que se vive na Tunísia e no Egito e do uso generalizador ou “simplificador” das categorias, sobretudo nos *media* de massa (jornais e televisão, em particular). A expressão “revolução de jasmim” terá prevalecido nos *media* ocidentais, mesmo se utilizada por intelectuais tunisinos ou árabes. Torna-se inteligível que os mesmos acontecimentos podem ser relatados diferentemente em função do ponto de vista e de enquadramentos com repertórios de caráter cultural, ideológico, político, moral, ético, estético, etc., assim como da linguagem utilizada para os descrever [...] (Babo, 2013, p. 800).

Outro fenômeno que surgiu durante a Primavera Árabe foi o de que cidadãos de diferentes países e, conseqüentemente, com realidades díspares estavam muito mais próximos do que imaginavam. Não só nos países envolvidos diretamente nas revoluções, mas até em outros continentes. Isso porque as redes sociais atuaram de forma ativa nos protestos resultantes da Primavera Árabe (Babo, 2013). Primeiro porque conseguiram substituir os *media* tradicionais (rádio, jornal e TV, por exemplo) que estavam cerceados de liberdade por conta dos regimes ditatoriais ao qual estavam submetidos em seus países de origem, e depois porque as transmissões, fotos e vídeos disponibilizados pelos usuários para todo o mundo davam conta da dimensão real dos fatos. Dessa maneira, pode-se dizer que a Primavera Árabe também foi um case de comunicação, pois nem os ditadores (Ben Ali — Tunísia; Hosni Mubarak — Egito; Muammar Gaddafi — Líbia; Bashar al-Assad — Síria, entre outros) foram capazes de frear a penetração e a influência da internet, das redes sociais e, muito menos, de dar volta aos resultados futuros que esses acontecimentos teriam.

Apesar da aproximação que as redes sociais oportunizam, os países e cidadãos europeus acompanhavam os desdobramentos da Primavera Árabe com um distanciamento que podia ser compreendido como seguro especialmente nos aspectos e conseqüências humanas, pois, como afirma Pinto (2011, p. 130) “[...] a retórica democrática da UE face ao Mediterrâneo mantém-se – pela defesa do desenvolvimento e consolidação da democracia e Estado de direito, respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais [...]”, porém, ainda para a autora, essa mesma União Europeia “[...] mantêm relações privilegiadas com os regimes autoritários do Norte de África e Médio Oriente”. Além disso, “[...] apesar de os acordos que unem a UE aos vários estados do Sul do Mediterrâneo consagrarem a existência de mecanismos de condicionalidade política [...], – isto é, que o desenvolvimento de acções de cooperação depende do cumprimento de critérios políticos [...]”, é fato que “[...] a verdade é que são escassos os exemplos de efectivo condicionamento, o que, em conjunto com a inconsequente ‘retórica democratizadora’, reforça a inconsistência da dimensão normativa da UE”.

Porém, quando a queda de governos no Norte da África e nos países árabes se tornou uma realidade premente por conta da Primavera Árabe, Pinto (2011, p. 131)

afirma que em “[...] resposta operacional imediata à crise no Norte de África, a UE procurou, em primeiro lugar, evacuar todos os cidadãos europeus que o desejassem e, num segundo momento, controlar os fluxos migratórios crescentes”. Mais adiante, “[...] começou por activar o mecanismo europeu, a 23 de Fevereiro de 2011, por forma a facilitar a evacuação de cidadãos europeus e lançar a operação ‘Frontex Hermes 2011’ – como resposta a uma solicitação do Governo italiano – de controlo dos fluxos migratórios no Mediterrâneo”.

Uma vez mais, os estados-membros da UE, perante um conflito na sua vizinhança próxima, responderam e foram primariamente nacional e descoordenada, demonstrando, de forma clara, as suas discordâncias. Se no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas os membros permanentes, França (actualmente a presidir ao G-8) e Reino Unido, surgiam entre os promotores da resolução de apoio à intervenção militar de encerramento do espaço aéreo da Líbia, os estados europeus, não permanentes, dividiam as suas posições entre o apoio sem participação militar (Portugal) e a abstenção (Alemanha) à resolução. De acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Guido Westerwelle, a intervenção militar comportava riscos significativos, pelo que garantiu que as Forças Armadas alemãs não participariam em qualquer missão militar na Líbia (Pinto, 2011, p. 134).

Em resumo, o abrupto contato entre cidadãos dos países do Norte da África e do Oriente Médio sem qualquer mediação por conta de governos e instituições políticas com os países e cidadãos da Europa levantou, especialmente através dos *media*, uma série de desconfianças e medos. Surge assim o “mito zumbi” (Gutiérrez-Sanz, 2017) que faz com que os recém-chegados sejam vistos meramente como invasores que trazem doenças e podem, se não forem controlados, infectar uma sociedade inteira com sua cultura e modo de vida. Os imigrantes se enquadram na categoria de zumbis quando têm a sua imagem caracterizada por uma ideia de precariedade sendo, muitas vezes, mostrados com roupas sujas, rasgadas e com o aspecto de fome. Além disso, outra característica é a de colocar todos como uma massa de gente homogênea e sem individualidade que não consegue se comportar de uma maneira socialmente aceitável e que, como resultado, são capazes de infectar uma sociedade inteira que já está estabelecida. Isso, ainda de acordo com o autor, faz com que o medo e o receio se instalem na sociedade de acolhimento (Gutiérrez-Sanz, 2017).

Por isso, a percepção dos cidadãos europeus em relação aos imigrantes e refugiados importa e, para Ramos, Louceiro e Graça (2016, pp. 13-14) no Boletim Atitudes Sociais dos Portugueses, é importante “[...] procurar saber se os refugiados são percebidos como um grupo específico ou como imigrantes, nomeadamente, percebidos como pertencentes a 'grupos étnicos diferentes' e 'oriundos de países pobres não europeus’”. Dessa maneira, concluem que de 2002/2003 para 2014/2015 a “[...] associação refugiado/imigrante aumentou, indicando que, na média dos países europeus, os refugiados poderão vir a ser no futuro objeto de uma avaliação menos positiva do que o são hoje”.

1.5. Refugiados

A definição oficial de refugiado data de 1951 quando a Organização das Nações Unidas (ONU, 1951, p. 1) realizou uma conferência tendo em conta e “considerando que a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral afirmaram o princípio de que os seres humanos, sem distinção, devem gozar dos direitos humanos e das liberdades fundamentais [...]”.

Para a ONU (1951, p. 2), “[...] o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa [...] que [...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade [...]”. Ainda para a instituição, o refugiado é aquele “[...] que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” por ser “uma pessoa que, sem razão válida fundada sobre um temor justificado, não se houver valido da proteção de um dos países de que é nacional, não será considerada privada da proteção do país de sua nacionalidade”.

Vale ressaltar o contexto em que essa definição foi idealizada, pois na década de 1950, quando da realização da Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, o mundo convivia com uma ressaca moral

gigantesca por conta dos crimes contra a humanidade que haviam ocorrido, especialmente os praticados por Adolf Hitler, alguns anos antes nos campos de concentração nazistas. Mas não só, já que os primeiros 50 anos do século XX haviam sido como um filme de terror para a humanidade onde, inclusive, a Primeira Guerra Mundial resultou em ainda mais barbáries, perseguições, chacinas e mortes do que a Segunda Guerra Mundial em uma competição onde o que conta são os milhões de mortos resultantes dos conflitos (Mazower, 2014).

Porém, ainda falando do contexto em que a definição dos refugiados foi pensada e publicada pela ONU, Mazower (2014, p. 367) coloca que “em 1964, a revista alemã *Der Spiegel* dedicou uma das suas capas a um operário português chamado Armando Rodrigues, saudado como o milionésimo ‘trabalhador migrante’ a entrar na Alemanha e honrado em Colónia com uma recepção oficial e a oferta de uma motocicleta”. Mazower faz questão de dizer ainda que “estávamos numa época em que os imigrantes eram bem recebidos e considerados indispensáveis para a continuação da prosperidade” (2014, p. 367). Porém, alguns conflitos começam a existir:

O capitalismo do pós-guerra estava sedento de mão de obra e exigia mobilidade humana. Os países europeus, por outro lado, queriam vigiar as suas fronteiras e fazer uma distinção entre os seus próprios cidadãos, a quem ofereciam cada vez mais direito e benefícios, e os estrangeiros. Por isso, existia — e continua a existir — uma tensão intrínseca entre as exigências do capitalismo e o Estado-nação no que dizia respeito à imigração. Após 1950, a imigração em massa começou como uma necessidade económica, mas depressa se tornou um problema cultural e político que trouxe à superfície o racismo ainda enraizado na sociedade europeia. O fascismo e o comunismo haviam mais ou menos eliminado muitas das minorias étnicas da Europa de Leste; agora, o capitalismo estava a introduzir minorias muito diferentes no Ocidente. A evolução das sociedades multirraciais tornou-se, para a democracia europeia do pós-guerra, um desafio tão grande quanto a luta pela igualdade de sexos (Mazower, 2014, p. 367).

Ainda para Mazower (2014, p. 368) “a vaga de imigração após a guerra — entre 10 e 15 milhões de pessoas no total — pareceu pequena face aos 55 ou 60 milhões que emigraram do continente europeu para as Américas antes de 1921” e segue dizendo que “[...] depois de 1945, houve uma vaga de emigração para fora do continente, pois os governos estavam pessimistas quanto às hipóteses de se evitar uma situação de desemprego em massa [...]”. O autor faz questão de colocar que “[...] os

trabalhadores holandeses, britânicos, italianos e de outros países foram encorajados a mudar-se para o outro lado do Atlântico”. Porém, além das questões econômicas que atualmente são determinantes em programas de migração dos governos, o mesmo autor ainda diz que “[...] se tornara visível a relação entre a política de imigração e o racismo: o governo britânico, por exemplo, geria o seu programa de Trabalhadores Voluntários Europeus, em finais dos anos 40, com base numa classificação racial [...]”, pois o governo inglês dava “[...] prioridade aos imigrantes originários dos países bálticos e mantendo de fora os judeus”.

Porém, a história da definição dos refugiados também passa, obrigatoriamente, pelos direitos humanos e a grande maioria dos políticos e líderes mundiais concordam que todos os direitos do homem devem ser respeitados (Hegarty & Leonard, 1999). A ideia dos direitos humanos universais perdem essa denominação quando entram na seara dos direitos humanos mais específicos e a comunidade internacional está, há anos, em um debate aquecido e sem uma definição sobre o aborto, eutanásia, pena de morte, entre outros. Ou seja, “[...] a proteção dos direitos humanos internacionais é ‘a primeira ideologia universal do mundo’”. Porém, “há controvérsias quanto à extensão com que os direitos do homem podem ser descritos como ‘universais’, porque muitos juristas internacionais (em particular, os do terceiro mundo) pretendem que os direitos do homem deveriam, em vez disso, ser definidos numa base ‘regional’ [...]”, isso porque é necessário ter “[...] em consideração as culturas e tradições locais” (Hegarty & Leonard, 1999, p. 22).

Porém, existe um conceito de que os direitos humanos não podiam abranger internamente os Estados por, supostamente, infringirem regras e leis domésticas. Mas, para Hegarty e Leonard (1999, pp. 25-26) “foi o Holocausto, e o facto de a Alemanha ter sido capaz de cometer atrocidades contra milhões de seus próprios cidadãos nos anos de 1930 [...]”, isso sem ter a interferência externa de outros Estados “[...] que acabou por empurrar a comunidade internacional para a codificação de regras para proteger os direitos do homem”. Os autores ainda fazem questão de lembrar que “a Carta das Nações Unidas estabelecia que os direitos dos seres humanos eram matéria de preocupação internacional [...]” e que o documento deveria contribuir para a promoção e o estímulo ao “[...] respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades

fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” (1999, pp. 25-26).

Mesmo que os autores concordem e afirmem que houve uma evolução bastante considerável na questão dos direitos humanos durante o século XX, eles deixam a impressão de que há uma má vontade institucionalizada e que parece ser promovida de maneira proposital para que assuntos e temas delicados em relação aos direitos humanos não encontrem um caminho de sucesso e resolução. A diplomacia e a soberania dos Estados estão sempre em primeiro plano, obviamente por conta de relações comerciais e de caráter econômico que permeiam os vínculos mais ou menos estreitos entre nações e que isso se sobrepõe, inclusive, aos crimes contra a humanidade praticados por líderes mundiais em seus países. De tão delicado, os assuntos relacionados aos direitos humanos são, geralmente, protelados e as populações em sofrimento permanecem assim por demasiado tempo em uma clara leniência de organismos internacionais em agir de maneira rápida e eficiente.

Um exemplo disso é o caso da Venezuela e do governo ditatorial de Nicolás Maduro. Mesmo com uma crise política, econômica e social no país da América Latina iniciada em 2013, foi somente em 2018 que a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que o punho de ferro do líder venezuelano está fomentando crimes contra a humanidade. Para Magalhães (2017) “a popularidade do governo foi completamente corroída e o país foi tomado por protestos e manifestações nas ruas já em 2014. A oposição ganhou força e o líder opositor Leopoldo López foi às ruas para exigir a renúncia de Nicolás Maduro”, porém, já em 2015 “[...] a oposição conquistou a maioria nas eleições parlamentares”, mas “desde que assumiu o controle da Assembleia Nacional, no entanto, os deputados tiveram suas leis derrubadas pelos juízes do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), submisso ao partido de Maduro, que garantiu a supressão informal do poder legislativo”.

Ainda na continuidade da crise na Venezuela, Magalhães (2017) diz que “a reação do presidente foi reprimir a oposição e as manifestações populares, calar a imprensa e resistir para marcar as eleições parlamentares” e, desesperado, “[...] o presidente fechou as fronteiras do país com o Brasil e a Colômbia por 72 horas em

dezembro de 2016 com o pretexto de combater as máfias que estavam “contrabandeando a moeda nacional”.

Mesmo que a situação econômica, política e social na Venezuela viesse em uma crescente degradação em questões como o aumento da violência e em inúmeras violações dos direitos humanos, foi somente em 2018 que o alto-comissário da ONU, mais precisamente no dia 7 de março, afirmou que a instituição estava preocupada com a situação dos direitos humanos no país sul-americano. Em um pronunciamento publicado no site da ONUBR — Nações Unidas no Brasil (2018, 7 de março), Zeid Ra’ad Al Hussein afirma que “a situação dos direitos humanos na Venezuela está profundamente alarmante” e, para o alto-comissário, “a desnutrição aumentou dramaticamente por todo o país, afetando particularmente crianças e idosos, e informações confiáveis indicam que os programas de assistência governamentais são frequentemente condicionados a considerações políticas”. Ele ainda afirmou que “[...] recebeu informações confiáveis de centenas de assassinatos extrajudiciais nos últimos anos, tanto durante protestos como em operações de segurança” e se mostrou “[...] seriamente preocupado com o fato de que esse contexto de nenhuma forma representa as condições mínimas para eleições livres e confiáveis. Estou profundamente chocado com o crescente êxodo de venezuelanos de seu país, muitos dos quais em busca de acesso a alimentos e serviços básicos” e, para finalizar o seu pronunciamento no Conselho de Direitos Humanos da ONU disse: “mais uma vez, encorajo o Conselho a considerar criar uma Comissão de Inquérito para investigar violações de direitos humanos na Venezuela”.

Novamente, ao se analisar a cronologia dos fatos políticos em relação à Venezuela, por exemplo, o que se percebe e constata é que há uma demora enorme em reconhecer a urgência em que a população daquele país se encontra por conta de um governo corrupto, ditatorial e ineficiente. Porém, entender o que motiva esse reconhecimento tardio por órgãos internacionais como as Nações Unidas em declarar emergência é motivador. A Europa, diante da crise migratória iniciada em 2015 também se vê inerte e não realiza ações de maneira rápida com a intenção de amenizar o sofrimento de cidadãos que buscam refúgio no continente.

Porém, mesmo que o principal objetivo das Nações Unidas seja o de fazer de tudo, em termos diplomáticos e de negociação, para que não aconteça uma guerra e que, se isso for inevitável, os direitos humanos sejam respeitados, a instituição parece que, desde o início, carrega um fardo pesado em sua história. Poucas semanas após a assinatura da Carta das Nações Unidas em 1945, que estabeleceria a ONU (Organização das Nações Unidas), os Estados Unidos lançavam as bombas atômicas nas cidades japonesas de Nagasaki e Hiroshima vitimando aproximadamente 250 mil pessoas (Hegarty & Leonard, 1999).

Ou seja, a ideologia do líder venezuelano fez com que os cidadãos da nação latino americana fossem divididos entre os que apoiam o regime e os contrários e, chega-se assim, como afirma Lecomte (2007, p. 95), na categorização ou designação. Para o autor, “a designação permite o reconhecimento imediato. É a primeira fase da desumanização: numa multidão, algumas pessoas são identificadas como sendo diferentes”, ou seja, os contrários são diferentes e identificá-los é questão de necessidade básica para que um regime ditatorial se mantenha no comando e consiga persuadir mais e mais apoiadores. E a aparência física conta, especialmente quando se pretende criar uma padronização entre o que é bom e ruim, entre quem é do bem ou do mal, pois, para a autora, o antissemitismo leva em consideração o fato de se realçar aparências físicas para classificar as pessoas (Shohat, 2004). Porém na Venezuela a aparência física somente não é o bastante para diferenciar cidadãos apoiadores, então o governo utiliza outras táticas como: separação por bairros, utilização da cor vermelha na roupa ou até mesmo o porte de armas que somente é autorizado a quem apoia Nicolás Maduro e o quer no poder.

Aqui se mostra importante também abordar as questões relacionadas à desumanização. Para Volpato e Andrighetto (2015, pp. 34-35), “a desumanização serve principalmente para (1) justificar a violência de grupo, (2) legitimar o *status quo* do grupo, e (3) distanciar os indivíduos de eventos potencialmente estressantes”. Entretanto, para os autores “[...] a desumanização é um antecedente para marginalizar indivíduos ou grupos inteiros, e encenação de comportamentos violentos em relação a eles”. Desse modo, a “desumanização diminui, e em alguns casos inibe completamente, os sentimentos de empatia e compaixão que os indivíduos comumente sentem ao

observar o sofrimento dos outros. Ao fazer isso, desumanização torna-se útil para intenções de destruição e genocídio” (2015, pp. 34-35), o que vem ocorrendo na Venezuela.

Portanto, aqui cabe uma crítica à ideia de proximidade e extinção das fronteiras que a globalização incita. Se o século XXI será lembrado por sua hiperconectividade e ascensão das tecnologias de informação e comunicação no dia a dia das pessoas, também poderá ser lembrado pelo distanciamento que o mundo virtual criou do mundo real. A Europa no fim do século XX, preocupada com a alta taxa migratória no continente, tendia a classificar todos os refugiados como migrantes econômicos, pois dessa forma entendia que conseguiria dificultar a entrada e criar ainda mais barreiras burocráticas nos recém-chegados (Hegarty & Leonard, 1999).

Mas essa ideia de classificar os cidadãos que, na verdade são refugiados, como migrantes econômicos, visa não atribuir e respeitar direitos previstos em acordos internacionais e, dessa forma, “proteger os Estados” dos tais forasteiros que, muitas vezes, são vistos apenas como exploradores de benefícios sociais. Bethencourt (2015, pp. 442-445) afirma que “[...] os judeus eram responsabilizados por todos os fracassos econômicos, sociais e políticos, sobretudo a derrota na guerra; eram responsáveis tanto pela exploração capitalista como pela falsa alternativa marxista”. O autor ainda lembra que “a competição entre raças era considerada limitada pelas fronteiras territoriais; as raças culturalmente superiores que fossem menos impiedosas seriam dominadas por raças inferiores”.

Ainda segundo Bethencourt, “Hitler reproduziu todos os estereótipos sobre a miscigenação enquanto fonte de degeneração e caos” e, em tempo, afirma que “o mais surpreendente é a rapidez com que o Estado alemão se deixou moldar pelo preconceito racial e pela ação discriminatória” (2015, pp. 442-445). A questão da eugenia, conceito definido por Galton (1904, p. 1) como “[...] a ciência que lida com todas as influências que podem melhorar as qualidades inatas de uma raça”, promovida por Hitler foi um dos motores de propulsão para que experimentos atrozess fossem realizados em seres humanos nos campos de concentração nazistas eram motivados por estudos científicos e autores que entendiam a eugenia como uma avanço na ciência (Guerra, 2006). Ou seja, apesar da Europa do novo milênio ser considerada vanguardista e um

exemplo para outros países e continentes do mundo por conta da sua diplomacia, alto desenvolvimento e riqueza, as políticas em relação à crise migratória que se abateu sobre o continente a partir de 2014 dão a sensação de que o continente europeu ainda convive com as sombras do nazismo e, sobretudo, é perceptível que discursos degradantes em relação aos refugiados são difundidos não só pelos meios de comunicação, mas também já alcançam alguns setores da sociedade.

Se colocar o título de migrantes econômicos nos refugiados é algo tão premente nos Estados da União Europeia e de outras nações pertencentes a outros blocos, isso suscita outro questionamento que é o que acontece em relação aos cidadãos brasileiros, por exemplo. Em 2017, o Brasil registrou 59.103 homicídios e isso equivale a, em média, uma morte a cada nove minutos (Caesar & Reis, 2018). Mesmo assim, o governo brasileiro não considera que o país esteja em guerra e, portanto, todos os cidadãos do Brasil que saiam do país serão, obviamente, classificados como migrantes econômicos e nunca como refugiados. Para Cerqueira et al. (2017, pp. 4-5), “não obstante, a nossa tragédia diária nos últimos anos atingiu contornos inimagináveis: apenas em três semanas são assassinadas no Brasil mais pessoas do que o total de mortos em todos os ataques terroristas no mundo [...]”, isso somente “[...] nos cinco primeiros meses de 2017, que envolveram 498 atentados, resultando em 3.314 vítimas fatais”.

Porém, enquanto as definições do direito internacional sofrerem, pelas mais diversas razões, interferência dos governos locais, muitos dados, acontecimentos e fatos serão maquiados e escondidos e, quando tais informações conseguirem ultrapassar as fronteiras da burocracia e da vigilância apertada de tais Estados, pode ser bastante tarde para que vidas sejam poupadas (Hegarty & Leonard, 1999). Aqui, novamente, discute-se o papel da ONU e de sua competência para se envolver positivamente nas questões políticas, econômicas e sociais de territórios e países em todo o mundo, pois como referido anteriormente, os principais países signatários da Organização das Nações Unidas atualmente nada fizeram quando souberam da chacina e da matança que Hitler promovia na Alemanha nazi de algumas décadas atrás.

O aumento da violência no Brasil, por exemplo, parece não importar muito para as grandes autoridades e organismos internacionais. Dados apresentados demonstram

que a quantidade de homicídios no Brasil cresce ano após ano. Em 2011, 48.048 pessoas foram assassinadas no país, número que aumentou em 2012 para 53.054, cresceu ainda mais em 2013 e chegou aos 54.163. Em 2014 foram 57.091 mortos de forma violenta no Brasil, número que reduziu um pouco em 2015 e voltou ao patamar dos 55.492, mas em 2016 há um novo aumento e o Brasil bate mais um recorde negativo chegando aos 57.549 assassinatos. Recorde que, tristemente, foi quebrado em 2017 quando 59.103 pessoas foram assassinadas no país da América do Sul (Caesar & Reis, 2018). A soma, em apenas sete anos dá conta de 384.536 homicídios e não fossem os números impressionantes e que falam por si, o reflexo disso é um êxodo cada vez maior de cidadãos brasileiros em busca de países e territórios tranquilos e pacíficos como, por exemplo, Portugal (Global Peace Index, 2020).

Agora, espantam-se por andar na rua sem olhar para trás. Dão por si a atender chamadas na rua e a sair de casa depois de escurecer. Deixam os filhos irem sozinhos ao cinema, sem escolta. Uma “qualidade de vida” ganha à custa do sacrifício de deixar o Brasil. Todos com a sensação que são cada vez mais os que chegam — ou procuram informação para chegar — a Portugal, fugindo da violência “democrática”, que galgou os muros das grandes cidades na terra natal. É a nova vaga de imigrantes brasileiros que foge para “se manter vivo”, apesar de não se saber quantos são.

“Mesmo em cidades menores, como a minha, tivemos cerca de cinco mil assassinatos em 2017”, explica Álvaro Filho, jornalista do Recife, estado de Pernambuco. Está há um ano e sete meses em Portugal. “Tive uma arma na cabeça. Fui assaltado à entrada de casa. Demorei um nanossegundo para perceber o que o assaltante queria. Ele perguntou: “Não sabe que eu vou atirar?”. Não perdi a vida mas poderia ter virado estatística. O Brasil não é para amadores. Tem de ser profissional para sobreviver”. Álvaro tem dois filhos, um com 14 anos e outro com apenas três.

Bianca Maldonado tem 32 anos e é *marketeer*. Também ela veio em primeiro lugar pela segurança. Quer ser mãe um dia e quer que os filhos possam crescer sem perigo. Vivia em Santos, São Paulo, e perdeu a conta das vezes que foi assaltada. “O pior que me aconteceu foi ter a casa de praia onde estava invadida enquanto dormia. Os assaltantes acordaram-me com um arpão na cabeça. “Deita no chão”, gritaram. O meu maior medo era ser violada. Graças a Deus, nada aconteceu, mas eu já estava a responder, a reagir”. A irmã foi assaltada enquanto o sobrinho seguia no banco de trás do carro. Mas o terror vivido pelo irmão fez a toda a família dizer basta. “O meu irmão foi abordado por uns tipos de metralhadora. Largaram ele no meio da estrada, sozinho. Aí, a família decidiu sair toda. Ele foi para os Estados Unidos. Eu vim para cá”. Demorou um ano e meio para preparar a mudança. “Hoje eu moro numa moradia. Vivo segura com o meu muro baixinho, sem medo de uma invasão” (Silva, 2018, 25 de março).

Apesar de os dados sobre os homicídios no Brasil causarem um espanto compreensível em uma plateia desavisada, vale ainda ressaltar que essa quantidade pode ser maior, pois as pessoas desaparecidas no país não entram nessa conta. O “Brasil registra 8 desaparecimentos por hora nos últimos 10 anos [...]” totalizando “[...] 693 mil casos no período”. Somente em 2016, “[...] 71.796 desaparecimentos foram registrados” (Acayaba, 2017), ou seja, se os desaparecidos não estão contabilizados como homicídios, pode-se supor que a quantidade de pessoas mortas seja maior e que os dados disponibilizados sejam ainda mais aterradores.

Mesmo que, mais pessoas tenham sido assassinadas no Brasil do que na Síria no período em que o país do Oriente Médio sofre com uma guerra civil e militar, um cidadão do Brasil que queira fixar residência em Portugal, ouvirá dos oficiais do SEF que, estando na condição de um migrante econômico, precisará apresentar documentos que comprovem boa condição financeira. Isso porque, como referido anteriormente, para qualquer país fora do Brasil, o país não está oficialmente em guerra e, portanto, mesmo que os brasileiros fujam do seu país de origem por conta da violência fora de controle, jamais serão enquadrados como refugiados de guerra. Porém, Abdo (2016, p. 107), após realizar uma pesquisa com brasileiros que escolheram Portugal como destino, afirma que “a grande maioria comenta que foi uma opção deixar o país e todos os entrevistados, em algum momento da explanação, fazem questão de contar ou lembrar que a violência está presente na vida de praticamente todos os brasileiros atualmente”.

A intenção, ao trazer e fazer esse tipo de questionamento é o de debater e até questionar a definição e o estatuto de refugiado que é utilizado pela ONU desde 1951 e ainda está em uso. Ora, se o século XX e o século XXI possuem diferenças significativas nos mais diversos aspectos, tanto econômico e político como social e tecnológico, pensar que uma definição arquitetada em um outro contexto pode estar desatualizada pode ser bastante pretensioso, porém também pode, na mesma proporção, ser pertinente já que o que é um refugiado foi definido há mais de seis décadas.

Alguns países citados anteriormente, como a Venezuela e o Brasil, mostram que, se a definição de refugiados e os passos para que outros Estados reconheçam os cidadãos provenientes destes dois países não são dados e o estatuto de refugiado não lhes é concedido, mesmo que existam perseguições, fome, miséria, guerra civil e outros

tantos problemas, seria injusto atribuir o benefício para uns em detrimento de outros. A sensação que se tem é que a ONU está esperando que os mesmos governantes que não conseguem cuidar das suas nações e de seus cidadãos sejam, eles próprios, os primeiros a reconhecer que seus governos falharam miseravelmente e que precisam de ajuda. Isso, via de regra, poucas vezes acontece já que, no caso dos dois países citados, o nível de corrupção é alto e os interesses econômicos sempre falam mais alto.

Obviamente que a Organização das Nações Unidas (ONU) não deve se sobrepôr a assuntos internos e, aqui caberia mais uma tese inteira sobre direito internacional, soberania nacional entre tantos outros temas que não são o foco deste trabalho, mas a crítica surge justamente porque essa desculpa, de respeitar a decisão que ocorre dentro dos Estados, fez com que milhares de judeus fossem eliminados por Hitler, por exemplo. Em tempo e com justiça, foi também graças ao terror imputado pelo idealizador do nazismo que, posteriormente, a ONU foi criada, mas a urgência da perda de tantas vidas, dia após dia, permite que sejam atribuídas críticas não somente com a intenção de criticar por criticar, mas para tentar tornar menos morosa a intervenção diplomática de membros das Nações Unidas em países e nações onde a democracia encontra-se em risco iminente de desaparecer.

Para Ramonet (2002, p. 59), os ataques terroristas nos Estados Unidos em 2001 provocaram “uma grande mudança geopolítica” e diz que “o que se modifica de imediato é a própria percepção do terrorismo. Fala-se imediatamente de “hiperterrorismo”, para dizer que nada será como dantes. Um limiar, impensável, inconcebível, acabava de ser ultrapassado”. O autor ainda coloca que “a agressão é de tal ordem que não se assemelha a nada de conhecido. A tal ponto que não se sabe como a designar. Atentado? Ataque? Acto de guerra?” e que “os limites da extrema violência foram ultrapassados. E nunca mais se poderá voltar atrás”.

Todos sabem que os crimes de 11 de Setembro, inaugurais, se reproduzirão. Algures talvez, e em diferentes circunstâncias sem dúvida, mas repetir-se-ão. A história dos conflitos mostra que, sempre que uma nova arma aparece, por mais horríveis que sejam seus efeitos, será sempre novamente utilizada. Isto é verdade para a utilização dos gases de combate de 1918, ou para a destruição de cidades através de bombardeamentos aéreos depois de Guernica em 1937. Definitivamente, este é o medo que perpetua, cinquenta e seis anos depois de Hiroshima, a ameaça nuclear... (Ramonet, 2002, pp. 59-60).

Ou seja, de acordo com o que coloca o autor, o terrorismo irá, sem sombra de dúvidas, continuar ocupando o lugar de “fantasma da vez” e é, e continuará sendo, explorado como mote para que medidas extremas sejam adotadas por governos dos mais diferentes países que farão de tudo para evitar novos ataques. Fazer de tudo pode, inclusive, significar que os líderes políticos terão seus discursos e ações validados e poderão erguer muros, cercas, estabelecer fronteiras que estavam extintas ou que nunca existiram e tudo isso sob a chancela da necessidade de segurança.

Além disso, criar políticas de repressão e adotar medidas de expulsão compulsória de cidadãos “suspeitos” pode, atualmente, ter muito apoio popular e também não seria errado afirmar que são medidas bastantes populistas. Endurecer e aumentar a exigência de provas e documentos de cidadãos estrangeiros ou de refugiados, bem como fazer de tudo para negar essa atribuição para pessoas que fogem de zonas de guerra já ocorre e diversos países da Europa e de outros continentes, sem constrangimento algum, tomam isso como medida de defesa, mesmo que, talvez, estejam negando um dos mais básicos direitos humanos, a vida.

Prudente também pensar que, apesar de terem ocorrido muitas conquistas no campo do direito internacional e dos direitos humanos, há uma sensação de retrocesso e a crise migratória que se atingiu sobre a Europa de 2014 em diante deixou o mundo perplexo ao perceber que a União Europeia se via tão distante dos conflitos no Norte da África e no Oriente Médio que não conseguiu se antecipar ao caos que iria viver. Os Estados europeus falharam e continuam a falhar e, como medida extrema, assinaram pactos e acordos que, via de regra, pretenderam criar para o mundo uma imagem de comprometimento e preocupação com a crise migratória, mas nem por isso viabilizariam melhores condições para o acolhimento de refugiados no continente.

1.6. Refugiados na Europa

Uma declaração, feita pelo Ministro do Interior da França no governo do Presidente Emmanuel Macron, para o senado do país europeu no primeiro semestre de 2018 explicita bem o que pensam alguns líderes políticos europeus. De acordo com Gérard Collomb, Ministro francês, “os migrantes também fazem um pouco de

benchmarking para analisar a legislação em toda a Europa, que é, digamos, a mais frágil [...]” e termina sua polêmica frase afirmando que “[...] você vê por exemplo que tal nacionalidade que novamente eu não citarei, é dirigido bastante em tal país não porque é mais francófilo mas porque considera que lá, é mais fácil”. No artigo de Clavel e Montalivet (2018, 31 de maio), publicado pelo Huffington Post, a declaração que, em princípio, cairia como uma bomba para o governo francês foi, na verdade, visto de outra forma por apoiadores e, principalmente, pela maioria da população francesa.

Após o evento, Bourmaud (2018), do Le Figaro, publicou uma pesquisa feita sob encomenda do popular jornal francês a respeito do sentimento dos cidadãos franceses em relação ao que disse o Ministro Collomb e “são assim 60% dos franceses que aprovam suas palavras. Eles são até 51% para julgar que Gérard Collomb é um bom ministro do Interior”. Já Riss (2018, 6 de junho), que é editor-chefe do *Charlie Hebdo*, faz um contraponto interessante em torno do que disse o político francês e, em um editorial publicado pelo veículo de comunicação, faz a seguinte pergunta em relação à fala do ministro: “Mas o que há de chocante nisso?” — e ele mesmo responde afirmando que “todo mundo faz isso”. E ilustra com casos concretos, “o Google escolhe o país mais eficiente em termos de impostos para instalar sua sede e pagar o mínimo de impostos” e que até “os cantores [...] são domiciliados na Patagônia e os patrões criam empresas-fantasmas em paraísos fiscais pelas mesmas razões”. Como salienta Riss:

Curiosamente, apenas os migrantes estão sendo julgados por escolherem o que é melhor para eles. Eles não procuram fraudar o imposto, mas apenas para ter certeza de que, onde migrarem, terão um mínimo de proteção social e legal, que o seu país de origem não lhes dá. Escolher seu destino para não ser mais tratado como um cão seria mais sério do que escolher uma legislação fiscal que lhe renderia milhões de euros.

O que os migrantes devem fazer para evitar serem considerados culpados? Eles deveriam se resignar a seguir seu destino como os galhos varridos pelo curso do rio. Um migrante que se contenta em ser um pedaço de madeira na superfície da água é um bom migrante. Mas os pobres às vezes querem ser algo diferente de galhos ao vento. Suas demandas são de grande banalidade de anos-luz desses cantores da moda e gigantes da Internet, que estão dispostos a pagar os batalhões de advogados para encontrar brecha legal que lhes permita escapar do fisco e ganhar ainda mais dinheiro. Para um migrante, o pensamento já é suspeito. E pense em defender seus interesses, quase um crime. Sobreviva, cale a boca e não reivindique nada (Riss, 2018, 6 de junho).

Ou seja, independentemente das diversas opiniões, a lição que se pode tirar do que acontece na França em relação à crise migratória e à Europa em si é que, tanto na classe política quanto em seus cidadãos, há uma divergência e os mais diferentes atores sociais não estão sabendo lidar com as mudanças que ocorrem no continente no século XXI. Que a Europa é um território constituído pelas migrações e todos os seus contornos, não resta dúvidas, o que se pretende fazer é tentar compreender o peso das decisões políticas, de acolhimento, do impacto social, das estratégias de aculturação entre outros termos que estão a volta das questões migratórias e que servem de balizadores. De acordo com o Standard Eurobarometer 89 (2018), publicado em junho de 2018, quase 70% dos europeus se mostram favoráveis à existência de uma política europeia comum a respeito das migrações. O documento publicado pela Comissão Europeia ainda traz a informação de que 65% dos europeus são favoráveis à imigração intracomunitária, porém 52% se mostram contrários a vinda de imigrantes que sejam de países que não fazem parte da União Europeia.

Para Rodrigues (2018, p. 35), em relação “[...] à questão da migração, a Europa permanece confusa na percepção do mundo que a rodeia”, pois para a autora ainda “predomina a preocupação económica e ficamos presos à ideia de migrante do ponto de vista financeiro, isto é, do seu custo”. Ainda para ela, “[...] desmontar os mitos sobre a migração não seja fácil, principalmente quando, de forma intencional, se opta por ignorar o constante movimento populacional na história da Europa e a sua (di) fusão de culturas”. Portanto, mesmo que a questão humanitária importe e seja essencial, ocorre que a questão econômica se sobrepõe invariavelmente e tende a alterar as perspectivas que cercam as questões migratórias na Europa e em todo o mundo.

Rodrigues coloca ainda que a União Europeia passou praticamente quatro anos (2011 até 2015) ignorando as guerras e conflitos no Oriente Médio e perdeu esse precioso tempo em que poderia ter pensado, desenvolvido e posto em prática políticas e ações para, em 2015, ser “pega de surpresa” quando a situação ficou fora de controle na Síria e outros países. “Durante todo este período, o Conselho Europeu manteve a mesma linha de actuação, fechando as suas fronteiras aos refugiados em nome da luta contra a imigração clandestina [...]” e, dessa maneira “[...] recusando-se a reconhecer o peso crescente do acolhimento em massa de refugiados na economia e no modo de vida

de países como o Líbano ou a Turquia, externalizando, de certa forma, o problema para imediatamente a seguir ter que admitir que o problema se mantinha”, porém, “a diferença é que agora alguns países são ajudados financeiramente e legitimamente a fazer face a esta crise migratória” (Rodrigues, 2018, p. 37).

Dados da IOM (2020, 21 de janeiro) — Organização Internacional para as Migrações (IOM sigla em inglês para International Organization for Migration) mostram que em 2015 chegaram por mar 1.011.712 (um milhão, onze mil setecentos e doze), principalmente pelo Mar Mediterrâneo, e, por terra, 34.887 (trinta e quatro mil oitocentos e oitenta e sete) através de rotas terrestres identificadas, sobretudo pelas rotas dos Balcãs, totalizando assim 1.046.599 (um milhão, quarenta e seis mil quinhentos e noventa e nove) refugiados na Europa. O número de pessoas que perderam suas vidas durante as travessias foi de 4.056 (quatro mil e cinquenta e seis).

Já no ano de 2016 o número total de chegadas diminuiu 37% em relação ao ano anterior para 390.456 (trezentos e noventa mil quatrocentos e cinquenta e seis), sendo que do número total 364.032 (trezentos e sessenta e quatro mil e trinta e dois) foi registrado por pessoas que vieram pelo mar e 26.424 (vinte e seis mil quatrocentos e vinte e quatro) por rotas terrestres, porém a quantidade de pessoas que perderam a vida no trajeto até a Europa aumentou para 5.143 (cinco mil cento e quarenta e três), um acréscimo de 27% (IOM, 2020, 21 de janeiro).

Ainda de acordo com os dados da IOM (2020, 21 de janeiro), em 2017 chegaram à Europa 186.788 (cento e oitenta e seis mil setecentos e oitenta e oito) refugiados (172.382 por mar e 14.406 por terra) e são registradas 3.199 (três mil cento e noventa e nove) mortes, um número considerado elevado na relação entre chegadas e pessoas que perderam a vida em comparação aos anos anteriores. Em 2018 o total de chegadas é ainda menor e são registrados 144.239 (cento e quarenta e quatro mil duzentos e trinta e nove) refugiados que chegam na Europa por mar (117.350 — cento e dezessete mil trezentos e cinquenta) e por terra (26.889 — vinte e seis mil oitocentos e oitenta e nove) tendo 2.299 (duas mil duzentas e noventa e nove) pessoas perdido a vida. Em 2019 os números seguem a tendência de queda e são registradas 128.554 (cento e vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e quatro) chegadas de refugiados na Europa e, destes, 103.919 (cento e três mil novecentos e dezenove) adentram ao continente pelo

mar, 24.635 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e cinco) por terra e 1.318 (mil trezentos e dezoito) pessoas morrem no período.

Em 2020, até o dia 21 de janeiro, foram registradas 4.088 (quatro mil e oitenta e oito) chegadas de refugiados na Europa sendo que a grande maioria faz a travessia por mar (3.805 — três mil oitocentos e cinco), uma pequena parte (283 — duzentos e oitenta e três) por terra e o registro de mortes é de 63 (sessenta e três) (IOM, 2020, 21 de janeiro).

Outro fator interessante que poderá ser percebido é a dicotomia entre o que é determinado politicamente pela Comissão Europeia e o que ocorre em outros contextos, como em Portugal. Os refugiados, em determinada altura, se tornaram moeda de troca econômica e política, especialmente após o acordo firmado entre a União Europeia e a Turquia em 2016 pois, como afirmam Bilgic e Pace (2017, p. 4), “estamos agora vivendo e testemunhando uma época em que os refugiados estão sendo usados como moeda humana e onde os direitos dos refugiados estão sendo negociados por ganhos políticos míopes”. Para os autores, “o acordo permite que a Grécia retorne à Turquia “todos os novos migrantes irregulares”, que chegaram após 20 de março de 2016” e, sendo assim, “as autoridades gregas foram obrigadas a estabelecer novos processos acelerados para receber, revisar e avaliar pedidos de asilo”. Os mesmos autores dizem ainda que “em troca, os Estados-Membros da UE concordaram em aumentar o reassentamento de refugiados sírios que residem na Turquia, acelerar a liberalização de vistos para cidadãos turcos e aumentar o apoio financeiro existente à população de refugiados da Turquia”. Para finalizar, os autores reforçam que “a Diretiva de Procedimentos de Asilo da UE exige que uma pessoa só possa ser readmitida em um “país terceiro seguro” que possa garantir acesso efetivo à proteção. Segundo o plano, a Turquia pode ser considerada um ‘país terceiro seguro’” (2017, p. 4).

Outrossim, no próprio bloco existem sanções aos países que negam o ordenamento político da União Europeia e os estados-membro são, dessa maneira, condicionados a realocá-los em troca de compensação financeira e algum prestígio político. Isso resulta na possibilidade de bons acordos econômicos ou, quando há uma negativa, embargos e fechamentos de rotas e acordos comerciais. E os valores, contabilizados em milhões de euros, são significativos. A Comissão Europeia determinou

uma divisão financeira que levava em conta questões estruturais e a quantidade de refugiados e requerentes de asilo em cada Estado. Na Áustria, por exemplo, foram 26,5 milhões de euros, mas na Espanha o aporte foi de 521,8 milhões de euros, na Itália chegou aos 558 milhões e na Grécia chegará até 2020, nos 478 milhões de euros. Em Portugal a quantia destinada foi de 38,6 milhões e na Suécia foi de 154 milhões (Rogero, 2015).

Além disso, a segurança é outro fator de preocupação, pois como os países que compõem o Espaço Schengen, uma convenção entre os Estados-Membros da União Europeia que deliberaram por extinguir os controles fronteiriços e que, dessa forma, fosse implementada uma política de livre circulação de pessoas dentro de suas fronteiras internas, os refugiados que foram encaminhados para Portugal, quando de sua realocação, por exemplo, e optaram por se deslocarem para a Alemanha, Holanda, França ou outro país da União Europeia, por diversos motivos, podem ser considerados desaparecidos. Isso ocorre porque as instituições de acolhimento não possuem um controle sobre as decisões dos cidadãos refugiados.

E o fato de alguns países serem ajudados financeiramente quando, então, a crise que se abateu sobre o continente europeu fez com que os refugiados se tornassem, assim, uma moeda de troca como já afirmado anteriormente e, novamente, a questão financeira e econômica foi mais relevante nem que isso significasse a perda de milhares de vidas no Mar Mediterrâneo e outros pontos de contato entre a Europa e os países exportadores de refugiados. A percepção tardia da gravidade da crise migratória por parte do Conselho Europeu e, conseqüentemente, dos Estados-membros da União Europeia, refletiram na falta de um planejamento e de ações antecipadas que poderiam minimizar a quantidade de vidas perdidas.

Há uma tendência para transferir a “questão dos refugiados” da área dos direitos humanos universais para a da segurança interna. Não duvidamos de que é importante salvaguardar a segurança dos cidadãos europeus contra potenciais terroristas. Mas será maior o nosso ganho se a solidariedade e a compaixão forem valores sentidos por todos nós face ao sofrimento dos outros. Por isso, a UE precisa acertar o seu “compasso ético e moral”. Isso acontecerá se o foco estiver no alívio da pobreza e nos esforços internacionais para por cobro aos conflitos armados nos países terceiros. Este fluxo maciço de pessoas não irá parar enquanto as causas que estão na sua origem não forem resolvidas. Precisamos reorientar as políticas de

cooperação para o desenvolvimento de forma a dar-lhes a oportunidade de ter um futuro nos seus próprios países. Fracassaremos se apenas nos ativermos à obtenção de “resultados” quantificáveis em termos do número de pessoas impedidas de abandonar os denominados “países de trânsito” ou do número de enviados de volta para os países de origem. Uma abordagem deste tipo põe em risco a política de parceria da UE e desencadeia atropelos aos direitos humanos (Rodrigues, 2018, p. 38).

A ineficiência dos líderes europeus em anteverem o problema que se avizinhava ocasiona problemas ainda mais graves. Seja pelo que o Ministro do Interior da França disse ou pelo fato de, ao que se percebe, os refugiados se tornaram um problema de todos e de ninguém. O caso do navio Aquarius, que teve a permissão de atracar negada com mais de 600 refugiados a bordo em portos da Itália e de Malta em Junho de 2018 indica que outras crises ainda estão por ocorrer, mas dessa vez será uma crise interna, entre países da União Europeia. De acordo com a Agência Lusa (2018) “o navio com 629 migrantes resgatados no Mediterrâneo por uma ONG permanece [...] no mar devido ao impasse entre Itália e Malta, que lhe recusam entrada e se acusam mutuamente de violação da lei internacional”. Ainda para a agência portuguesa de notícias, “o primeiro-ministro maltês afirmou estar “preocupado” com as instruções dadas ao navio pelas autoridades italianas, que ‘vão manifestamente contra as regras internacionais e arriscam criar uma situação perigosa para todos os envolvidos’” e que a “Itália recusou no domingo autorizar o navio Aquarius [...], a desembarcar num porto italiano os migrantes, resgatados do mar em várias operações durante o dia de sábado”.

A União Europeia parece que ainda não percebeu a dimensão da maior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial, que o assunto merece uma maior atenção do que a que vem sendo dispensada. A União Europeia e seus Estados-membro optam, erroneamente, por esperar que os fatos aconteçam para que, dependendo de como forem, políticas de remendo sejam instituídas de maneira a tentar minimizar os impactos da incompetência política dos líderes europeus. Entretanto, o que está em causa, além das inúmeras vidas humanas perdidas, são os princípios e os valores europeus (Cierco, 2017).

Dessa maneira, “a própria construção da Europa assenta na ideia de que os Estados membros partilham e são obrigados a respeitar estes valores fundamentais que garantem a paz, unidade, igualdade, liberdade, solidariedade e segurança” e, para ela,

“mais importante ainda, a própria Europa assume o protagonismo de defesa destes princípios e valores para fora das suas fronteiras, servindo de exemplo e de referência para outros Estados e regiões”. De acordo com a autora, “no fundo, a defesa dos direitos humanos por parte da União Europeia (UE) tem sido uma constante sempre presente, quer na adoção dos seus tratados e das suas políticas internas, quer na sua relação com países terceiros” (Cierco, 2017, p. 81).

Apesar da vasta legislação comunitária que existe em matéria de imigração, não há ainda uma abordagem harmonizada relativamente a este problema. A política de imigração continua a pertencer ao foro de soberania de cada Estado membro, dando origem a políticas completamente diferentes de país para país, assistindo-se, em alguns casos, à violação dos princípios e valores europeus que todos afirmam partilhar. Na análise da atual crise migratória que a Europa enfrenta, temos que ter em conta duas questões diferentes. Por um lado, a política europeia face aos refugiados, que tem como base o respeito pela Convenção de Genebra de 1951 relativa ao estatuto de refugiados, e por outro lado, a política dos Estados membros relativa aos imigrantes ilegais, que se mantém de carácter intergovernamental. Importa por isso distinguir os dois conceitos centrais aqui presentes: refugiados e imigrantes. Os refugiados são pessoas que fogem de conflitos armados ou perseguições e que cruzam uma fronteira internacional. Estes estão protegidos pela Convenção de Genebra de 1951 e não podem ser enviados para os seus países de origem onde as suas vidas estão ameaçadas (princípio de non-refoulement). Por sua vez, os imigrantes escolhem deslocar-se não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas para melhorar a sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. Ao contrário dos refugiados que não podem regressar a casa em segurança, os imigrantes não são impedidos de o fazer (Cierco, 2017, pp. 84-85).

Porém, o que diz a lei e o que está no papel não é o que acontece na realidade. Os países com fronteiras externas na União Europeia (Itália, Grécia, Malta e Hungria) carregam um fardo muito pesado e optaram por largar esse fardo negando os pedidos de asilo e, dessa maneira, permitindo que cidadãos em situação de “ilegalidade” passassem a circular por outros países europeus. A falta de um planeamento e uma única voz em relação à crise migratória fez que os países envolvidos diretamente comesçassem a agir por conta própria, abrindo mão, dessa forma, dos tais princípios e valores europeus (Cierco, 2017).

Ou seja, nota-se que há uma dissonância entre os países europeus e a mesma Europa que há menos de 100 anos era considerada o continente das trevas por conta das guerras mundiais em que foi protagonista, do Holocausto e do resultado

impressionante desses conflitos parece estar fragmentada. A Europa que critica Donald Trump pela retomada na construção do muro com o México iniciada por Bill Clinton anos antes está, ao que se parece, retornando aos tempos sombrios que o nazismo promoveu no continente e vê muros e cercas sendo erguidos.

Sendo assim, “a Hungria [...] ergueu uma barreira de arame farpado ao longo da sua fronteira sul com a Sérvia, para travar o fluxo de imigrantes e de refugiados que procuravam passar pelo país em direção à Alemanha e a outros países europeus [...]”, porém “[...] a Hungria pertence à zona de Schengen, que isenta os seus nacionais da obrigação de passaporte [...] dentro do espaço da UE, significa que, entrando no país, os imigrantes e refugiados passam a poder viajar livremente na maior parte do resto da UE sem qualquer controlo nas fronteiras”. Ainda para a autora, “[...] a Grécia tentou travar o fluxo migratório, construindo um muro na sua fronteira terrestre com a Turquia [...], a Bulgária construiu uma barreira de arame farpado de 33 km com três metros de altura ao longo da sua fronteira com a Turquia”, além disso, “em Calais, o governo britânico gastou 10 milhões de dólares para dificultar o acesso ao túnel da Mancha [...] e, nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla em Marrocos, as barreiras foram aumentadas e reforçadas” (Cierco, 2017, pp. 88-89).

Mas, ao passo que o senso comum, especialmente dos líderes políticos que a cada dia se mostram menos preparados para aturarem em momentos de crise, faça um esforço tremendo para que um milagre aconteça, a ideia de construir muros é uma das primeiras a ser pensada e colocada em prática. O fechamento ou a criação de fronteiras é, quase sempre, o primeiro passo a ser dado e nos países da União Europeia isso não é diferente. Porém, se a construção de muros resolvesse e fosse a solução final para o problema ou fosse suficiente para travar qualquer vaga migratória “indesejada”, os Estados Unidos estariam libertos do problema com o México e a América Latina pois a fronteira americana é praticamente toda murada e, sabe-se, isso não é verdade.

O que é público e notório é que, tanto as ideologias políticas quanto as questões econômicas estão sempre se sobrepondo aos direitos humanos e isso ocorreu nos grandes conflitos do século XX e, novamente, se mostra presente e latente nas contendas do século XXI. Outro fator percebido nas questões migratórias que envolvem os refugiados e os países europeus é uma busca, não para encontrar soluções, mas para

apontar culpados e, dessa maneira, os problemas são protelados e as respostas se mostram, cada vez mais, distantes e difíceis. Se foi, através do diálogo e das boas intenções que a União Europeia (UE) se estabeleceu, conquistou o respeito diplomático no mundo e ocupa um lugar de vanguarda como um bloco, apesar de sua pluralidade, é na falta de entendimento e de uma política migratória comum que essa mesma UE está se fragmentando.

A tentativa fracassada de tentar encontrar culpados, ao invés do esforço na busca por soluções é perigosa e, como afirma Rodrigues (2018, p. 38), “reduzir a política externa da UE a uma estreita agenda de dissuasão e contenção da migração corre o risco de desestabilizar ainda mais os países que já enfrentam conflitos e fragilidades [...]” e já que, se a situação é grave e difícil, que sirva para que haja uma evolução e tente se aproveitar o melhor que ela pode proporcionar. Ainda para a autora, “seria bom que a actual crise de refugiados na Europa servisse para dar um passo em frente na criação de uma política comum em matéria de asilo e migração [...]”, pois a pluralidade europeia nem sempre facilita a colocação em prática dessa política comum, mas idealmente “se a UE não der o exemplo, não podemos esperar que outros o façam. A UE tem o dever de assumir a responsabilidade pelas pessoas necessitadas de protecção internacional e isto não pode estar ligado a qualquer objectivo que passe pela interrupção forçada dos fluxos migratórios” (2018, p. 38).

Esta deveria ser uma época em que, graças aos fluxos económicos e à força das redes sociais, se esbateriam fronteiras políticas, culturais e territoriais, numa comunhão de experiências e de humanidade. No entanto, como costuma suceder em tempos de crise, não apenas essas fronteiras tendem a acentuar-se, como também se desmaterializam e se implantam no espírito humano. A primeira fronteira, e a que sustenta todas as outras, encontra-se aí, na nossa mente. É por aí que deve começar o nosso combate. Na nossa consciência. Quem migra, fá-lo na esperança de uma vida melhor. Deveria bastar-nos esta razão (Rodrigues, 2018, p. 39).

Para Bauman (2007, p. 142), a ideia de excluir ainda mais os já excluídos se deve ao “[...] sonho do ‘espaço defensável’, um lugar com fronteiras seguras e eficazmente vigiadas [...], um sítio limpo de riscos [...], de riscos incalculáveis, o que transforma os que seriam de outro modo [...] em puros e simples inimigos”. Para o

autor, “[...] a vida da cidade, com todas as competências imbricadas, esforços penosos e extrema vigilância que requer, não pode deixar de tornar esses sonhos de lar ainda mais intensos”.

Porém, Bauman (2007, p. 155) traz um conceito interessante e que se insere perfeitamente na questão dos refugiados, bem como em tantos outros contextos europeus do século XX como o Holocausto, que atua na promoção da violência e da coerção. Para ele, “para que se torne possível a participação em acções cruéis, a ligação entre a culpa moral e os actos que referida participação acarreta tem de ser quebrada”. Ainda para o autor, “[...] o principal instrumento da ruptura era e continua a ser a *adiaforização*: tornar certas acções, ou certos objectos de acção, moralmente neutros ou irrelevantes, furtando-os à categoria dos fenómenos passíveis de avaliação moral”. Dessa maneira, “o efeito da adiaforização é obtido através da exclusão de certas categorias de pessoas do reino dos sujeitos morais [...]”. Esse processo de adiaforização, referido pelo autor, é ajudado e fomentado também pelos meios de comunicação que atuam diretamente na sociedade.

A adiaforização consistiu ao longo dos tempos modernos, e em crescente medida, no desenvolvimento da burocracia moderna auxiliada e reforçada pela moderna tecnologia — e sugiro que, na generalidade, assim continua a ser hoje e, talvez, cada vez mais. Há pelo menos dois novos factores que concederam um poder renovado aos métodos tipicamente modernos, ainda que tendo-se tornado entretanto tradicionais, da adiaforização.

O primeiro é o efeito de conjunto de ‘insensibilização’ à crueldade que pode resultar da maciça exposição sem precedentes às imagens do sofrimento humano. (Quase não se passa um dia sem que dúzias de cadáveres e de mortes encham os ecrãs das nossas televisões, quer nos horários ditos notícias, quer nos programas que apresentam comédias, dramas ou séries policiais, longas-metragens ou filmes destinados às crianças.) [...]

Mas ainda mais importante é a maneira como as imagens de violência são compostas e penetram a vida quotidiana. Dada a natureza dos *media*, as imagens de crueldade ‘forjadas’, simuladas e encenadas são muito mais impressionantes, intensas e efectivamente ‘dramáticas’ do que os documentos, por assim dizer, honestos ‘do que realmente aconteceu’ (Bauman, 2007, pp. 155-156).

Portanto, as imagens que inundam os *media* na Europa e em todo o mundo em relação aos refugiados reúnem características de sobra para ajudarem de maneira pejorativa (Hall, 2002), ainda mais, a adiaforização para que ocorra a exclusão dessas

peças do tal “reino dos sujeitos morais” que poderiam habitar a mesma Europa que os já residentes habitam. O discurso em relação aos “estranhos”, já aprofundado por Simmel (citado em Wolff, 1950) é, geralmente, ilustrado por imagens que visam a desumanização e, posteriormente, facilitam a segregação e a exclusão. O pior disso tudo é que, em grande parte das vezes, o Estado é que faz o papel de fiador nessa negociação social, política e, claro, econômica.

E a rejeição em relação aos refugiados é deveras sustentada na ideia de invasão propriamente dita. Há também uma concepção de defesa de privilégios dos nativos em relação aos recém-chegados, pois geralmente os direitos sociais adquiridos no país de destino só foram assim conquistados após muita luta e dificuldade e existe a sensação de que os “de fora” irão se aproveitar pura e simplesmente de tais direitos e serão fonte infundável dos mais variados problemas. Obviamente que isso não ocorre somente com os refugiados, mas com uma parcela dos cidadãos estrangeiros que tentam se estabelecer em sociedades diferentes das suas.

Mesmo que apontar os estranhos e culpá-los por todas as mazelas da sociedade não seja algo tão incomum, a maior crise migratória da Europa no século XXI começa a suscitar ideias e pensamentos que lembram o que pregava o programa do Partido Nazi de quase 100 anos atrás. Fazer o exercício de localizar contextualmente os fatos, pode-se comparar reações contrárias em relação aos refugiados de 2015 em diante com a Alemanha de 1920. Lecomte (2007, pp. 55-56) afirma que, para o programa do partido nazista de Hitler, “apenas os membros da nação podem ser cidadãos do Estado. Apenas aqueles que têm sangue alemão, independentemente do seu credo, podem ser membros da nação. Neste âmbito, nenhum judeu pode ser membro da nação”. Além disso o programa também propunha que “só podem viver na Alemanha cidadãos alemães; os não cidadãos apenas podem residir como convidados, e estão sujeitos à legislação aplicável a estrangeiros” e que “o direito de decidir da direção e das leis do Estado só pertence aos cidadãos [...]” e também, como orientação do partido, que “deve ser evitada toda a imigração de não alemães. Exigimos que todos os não alemães que entraram na Alemanha após o dia 2 de Agosto de 1914 sejam obrigados a sair imediatamente do Reich” (2007, pp. 55-56).

Agora, se as palavras “alemão” ou “Alemanha” forem substituídas por qualquer país ou nacionalidade da Europa e a palavra “judeus” for trocada por refugiados, talvez esse discurso xenófobo, antissemita e racista parece ter sido pensado e escrito há poucos dias. Mas o mais impressionante nisso é que, mesmo essa mesma manifestação tendo os piores adjetivos e o resultado de sua aplicação já ser conhecido e ter provocado um genocídio e uma barbárie, se algum líder europeu sugerir e proferir essa mesma fala, encontrará apoio por grande parte dos cidadãos da Europa. Basta que se volte ao começo deste subcapítulo para que seja possível notar que o apoio dado ao Ministro do Interior da França mostra exatamente isso.

A aceitação dos estrangeiros terá maior apoio na sociedade receptora quando for regida por leis e regras que também poderão ser utilizadas quando houver a necessidade de expulsar, segregar, excluir e discriminar “legalmente” esses cidadãos (Bauman, 2007). Por isso e não sem tempo que, na maioria dos debates que ocorrem na União Europeia, o tema quase sempre é levado para o lado do controle migratório, das leis e até das ferramentas de deportação.

Os sentimentos ambivalentes e confusos suscitados pela presença dos estranhos — esses outros subdefinidos e subdeterminados, nem próximos nem de outra espécie, ainda que potencialmente (não sem incongruência) possam ser as duas coisas — são o que proponho classificar como *proteofobia*. Este termo refere-se à apreensão suscitada pela presença dos fenômenos multiformes e alotrópicos que obstinadamente se esquivam ao papel que se tenta atribuir-lhes e arruinam as grelhas das classificações estabelecidas. Trata-se de uma apreensão aparentada com a ansiedade do mal-entendido, que — segundo Wittgenstein — pode ser elucidada como ‘não saber como continuar’. A proteofobia refere-se pois ao mal-estar de situações em que nos sentimos perdidos, confusos, sem meios. Evidentemente, estas situações são o desperdício produtivo do ordenamento do espaço social: não sabemos como continuar em certas situações porque as regras de conduta que definem para nós o que significa ‘saber como continuar’ não as contemplam. [...]. O contato com estranhos é de longe o mais manifesto e pungente (embora também o mais comum) desses casos. Do ponto de vista dos que têm a ordem como incumbência, os estranhos são vestígios tangíveis desse processo produtivo a que chamamos o ‘ordenamento do espaço social’: põem, com efeito, o problema constante da reciclagem e do tratamento dos resíduos. Só a miopia induzida e patrocinada pela dominação não inclui estas duas últimas actividades num nível diferente do dos efeitos ‘positivos’ do ordenamento do espaço social (Bauman, 2007, p. 186).

E é justamente esse espaço social em constante alteração que causa desconforto na população residente. Ainda que seja visível e facilmente percebida, a globalização e todos os seus atributos como a facilidade de deslocação de pessoas e capitais, ela mesmo assim caminha dentro de normas sociais pré-estabelecidas que, quando quebradas, causam estranhamento e desconfiança. A proteofobia é um sentimento presente em sociedades em processo de mudança e adaptação e na Europa do século XXI isso é notado e refletido, inclusive, nos meios de comunicação social (Bauman, 2007). A chegada dos refugiados ao continente europeu causa uma onda de solidariedade, mas na mesma proporção ou até maior, uma avalanche de repulsa, preconceito, medo e ações que pretendem, no fundo, negar esse problema. O que aconteceu quando a Itália e Malta negaram o desembarque de cidadãos refugiados em seus portos mostra, mais uma vez, que negar e levantar muros surge sempre como primeira opção em problemas sociais de grande dimensão na classe política recebendo, inclusive, apoio popular para tais medidas.

O crescente sentimento e as ações de discriminação em relação aos refugiados mostram que, não só a Europa como todo o mundo, parece não ter aprendido muita coisa com o que aconteceu há algumas décadas. Bauman (2007) lembra que os massacres e genocídios praticados no passado recente não só marcaram a história como também serviram e ainda servem de inspiração para que novos crimes contra a humanidade ocorram. Não é meramente uma visão estritamente negativa e crítica contra os tais tempos modernos, cabe uma lembrança e uma tentativa de fazer com que o passado não seja esquecido e, muito menos, repetido no futuro. O mesmo autor ainda coloca que conforme o tempo passa e a história vai sendo escrita, há uma forte tendência de que as injustiças sejam compensadas por outras injustiças e haja uma inversão nos papéis. O oprimido torna-se opressor e o opressor oprimido em uma lógica que se retroalimenta e é, quase sempre, justificada como um novo tipo de justiça que se baseia na premissa da revanche.

Ainda para Bauman (2007, p. 188), “nenhuma vitória sobre a inumanidade parece ter tornado o mundo mais seguro para a humanidade” e que “os triunfos morais, aparentemente, não são cumulativos; a despeito das narrativas do progresso, o movimento não é linear — os ganhos de ontem não são reinvestidos, nem os prêmios de

outrora concedidos irreversíveis”. E tal citação serve para mostrar também que, se os direitos humanos não forem, diariamente, defendidos, lembrados e dignos de engajamento e empenho, existe o risco de haver uma regressão. O autor continua e diz que “[...] a cada modificação do equilíbrio das forças, eis que o espectro da inumanidade regressa ao seu exílio. Os choques morais, por mais avassaladores que possam ter parecido no seu tempo, perdem gradualmente a sua influência e acabam por ser esquecidos”. Para finalizar a sua perspectiva bastante preocupada e negativa em relação ao futuro, o mesmo autor afirma que “apesar de toda a sua longa história, as escolhas morais parecem fazer-se sempre a partir do zero”.

Sem dúvida, há razões poderosas para duvidarmos da realidade do progresso moral e, em particular, de um progresso moral do tipo daquele que a modernidade proclama promover. O progresso moral parece ameaçado no seu núcleo — pela própria maneira como é promovido. A afinidade íntima existente entre a superioridade moral da ordem e a superioridade demasiado material dos seus tutores torna qualquer ordem intrinsecamente precária e um convite persistente à sua perturbação: torna os seus tutores nervosos e os seus pupilos invejosos. Os tutores não hesitariam em coagir os recalcitrantes à obediência, absolvendo a coerção exercida como benevolência moral ou acto de justiça. Os segundos não desdenhariam usar a violência a fim de se garantirem o direito de serem eles próprios a conceder ou a recusar a absolvição (Bauman, 2007, pp. 188-189).

A definição de modernidade assenta em quatro premissas básicas, a primeira delas diz respeito ao fato de que a revolução industrial permitiu que os meios de produção fossem impulsionados e possibilitassem uma velocidade extraordinária. Mas, além disso essa mesma modernidade também oportuniza um encurtamento nas distâncias geográficas e não só, mas o acúmulo de riqueza e reúne todas as condições para que as pessoas sejam mais livres. O mesmo século, em referência ao século XX, que possibilitou tantos avanços econômicos, dos meios de informação, tecnologia e mobilidade foi, em contrapartida, o que promoveu o extermínio de milhares de pessoas em chacinas, genocídios rapidamente e, tudo isso, apoiado e justificado por teses científicas (Bauman, 2007).

Portanto, assim como o século XX, o século XXI também se apresenta, em seu princípio, como um tempo de contradições, de avanços e retrocessos e, em relação aos refugiados na Europa isso parece bastante evidente. Especialmente quando as questões

relacionadas aos direitos humanos são, dia após dia, colocadas em causa e o apoio humanitário supostamente proposto pela União Europeia tem se traduzido em violações do direito internacional e até mesmo a repulsa a barcos de refugiados.

Para a Comissão Europeia (2016), obviamente que a instituição está fazendo o possível para tentar amenizar os problemas da chegada de milhares de refugiados ao continente, porém o documento publicado sob o título de “A UE e a crise da migração” mais parece um simples bálsamo do que algo que visa amenizar realmente o sofrimento de milhares de pessoas ao mesmo tempo em que realiza políticas de asilo e outras medidas relevantes. O documento traz alguns pontos interessantes, por exemplo, quando afirma que “em 2015 e 2016, a União Europeia (UE) conheceu um afluxo sem precedentes de refugiados e migrantes. Mais de um milhão de pessoas chegaram à União Europeia que, na maioria dos casos, fugia da guerra e do terror na Síria e noutros países”, porém, apesar de ser “sem precedentes”, a quantidade de refugiados era uma consequência quase que óbvia do que está acontecendo nos países referidos e até em outros. A sensação que se tem, ao se ler o documento, é que o Mediterrâneo até então nunca tinha sido utilizado como rota de migração o que, sabe-se, não é verdade.

Além disso, no mesmo documento, a Comissão Europeia (2016) afirma que pretende “combater as causas profundas da migração”, mesmo que não diga como vai fazer isso, continua e coloca que “a União Europeia está a trabalhar com os cinco principais países de origem e de trânsito na África (Etiópia, Mali, Níger, Nigéria e Senegal)” e que “[...] a cooperação entre a UE e o Níger está a contribuir para reduzir o fluxo de trânsito através do Sara, com financiamento da União [...], bem como apoio prático da UE no terreno para ajudar a combater o contrabando e o tráfico de seres humanos”. Na verdade, uma das primeiras medidas que a União Europeia tomou, através do Conselho Europeu, foi basicamente voltada para resolver a questão financeira que envolve a crise migratória no continente e assinou a Declaração UE-Turquia em março de 2016.

A Declaração UE-Turquia, de março de 2016, tem como objetivo impedir o fluxo descontrolado de migrantes que atravessam o mar Egeu. O acordo também prevê vias legais para a entrada de refugiados na Europa. Consequentemente, o número de refugiados e migrantes provenientes da Turquia foi significativamente reduzido. De

um máximo de 10 000 num único dia em outubro de 2015, a partir de março de 2016 a média de chegadas à Grécia foi inferior a 74 por dia.

A União Europeia e a Turquia acordaram que os migrantes em situação irregular que chegam às ilhas gregas a partir da Turquia e que não são requerentes de asilo, ou cujo pedido não tenha sido aceite, podem ser devolvidos à Turquia. Por cada sírio devolvido à Turquia a partir das ilhas gregas após uma travessia irregular, a União aceitará um sírio vindo da Turquia que não tenha tentado fazer esta viagem de forma ilegal. Até 21 de julho de 2017, 7 807 refugiados sírios foram reinstalados na UE a partir da Turquia ao abrigo desta disposição.

A União Europeia prestou apoio à Grécia e à Itália para o estabelecimento dos chamados centros de registo, a fim de ajudar as autoridades destes países a gerir melhor os fluxos de imigração. Neste contexto, foram também enviados peritos dos Estados-Membros para ajudar a selecionar, identificar e registar as pessoas que chegam e informá-las sobre o seu direito de requerer proteção internacional.

A União Europeia tem vindo a aumentar a taxa de regresso ao país de origem dos migrantes em situação irregular e sem direito a permanecer na União. Os Estados-Membros concordaram em aplicar as regras em matéria de regresso de forma mais ativa, cabendo à Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) coordenar os voos de regresso. A UE está também a apoiar os Estados-Membros através da celebração de acordos em matéria de regresso com países terceiros pertinentes (Comissão Europeia, 2017).

Mesmo que o documento traga informações sobre a queda na quantidade de pessoas que, na condição de refugiados, chegavam até a Europa pelo mar, esta mesma declaração não menciona a quantidade de refugiados que perderam a vida no Mediterrâneo no mesmo período e que, depois da declaração firmada entre a União Europeia e a Turquia, aumentou significativamente. Em 2015, de acordo com dados da ACNUR — UHNCR (2018), 1.015.078 (um milhão, cento e quinze mil e setenta e oito) chegaram na Europa pelo mar e 3.771 (três mil setecentos e setenta e um) morreram. Porém, em 2016, mesmo com a quantidade reduzida a 1/3, para 362.753 (trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta e três), o número de mortos passou dos 5 mil, um aumento de mais de 35%.

Além de tudo isso, percebe-se que os porta-vozes e detentores do poder e da palavra na questão dos refugiados e das migrações geralmente são os líderes políticos, os diretores de Organizações não Governamentais (ONG), representantes das mais diversas esferas menos uma das partes mais interessadas neste processo, os próprios refugiados ou cidadãos em situação de risco. Contudo, apesar de os *media* serem capazes de atrair a atenção para a crise migratória e todos os seus desdobramentos e, ao passo que suscitam sentimentos de compaixão, também são capazes de ratificar a

necessidade de um controle maior e mais rigoroso nas migrações, bem como a utilização de ferramentas de deportação e extrema vigilância (Horsti, 2016).

Dessa forma, “a cobertura de notícias citou fontes de elite e organizadas de um nível regional, nacional e da UE”, ou seja, o jornalismo em rede na primeira parte da década de 2010 ofereceu a promessa de uma cobertura mais variada e diferenciada da migração, das rotinas de seleção de fontes e do estabelecimento de hiperlinks para fontes externas” (Horsti, 2016, p. 17).

Embora o jornalismo on-line tenha claramente o potencial de promover o jornalismo de direitos humanos — particularmente oferecendo antecedentes, contextos e testemunhos e avaliações pessoais —, no caso da BBC, eles permaneceram como um acréscimo ao jornalismo rotineiro de orientação europeia. Esses dois tipos de jornalismo foram separados em termos de design, mas, no entanto, no processo de leitura, eles se fundem e os limites genéricos se confundem. O jornalismo online oferece mais recursos culturais para o testemunho mediado. A leitura, a visualização dos caminhos e os interesses do leitor são o que finalmente molda o testemunho através dos *media* (Horsti, 2016, p. 17).

Apesar da preocupação dos Estados europeus em relação ao elevado número de refugiados que chegam ao continente, a ACNUR (2018) em seu relatório sobre os deslocados mostra que, dos 10 primeiros países que mais acolheram refugiados em 2017, o único europeu que figura na lista é a Alemanha e na sexta colocação. O primeiro é a Turquia, seguido por Paquistão, Uganda, Líbano, Irã, Alemanha, Bangladesh, Sudão, Etiópia e Jordânia, ou seja, o mesmo documento apresenta dados que confirmam que quase 85% de todos os refugiados acolhidos no mundo estão em países em desenvolvimento.

1.7. Refugiados em Portugal

Em relação a Portugal, no site da Plataforma de Apoio aos Refugiados (2018) informações sobre a chegada de refugiados ao país dão conta de que “desde o final de 2015 até fevereiro de 2018, Portugal recebeu 1674 refugiados: 1.192 pessoas da Grécia e 340 pessoas de Itália, e acolheu 142 refugiados ao abrigo do Programa de Reinstalação da Turquia”. Porém, de acordo com Santa-Bárbara (2018), chegaram mais

150 refugiados em 2018 e, por conta do acordo bilateral com a Grécia, a autora diz que a quantidade de refugiados reinstalados em Portugal poderá, no mesmo ano, chegar aos 1.000.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, sigla em inglês OECD (2018, p. 274), “quatrocentas pessoas receberam o status de refugiado ou de proteção internacional em 2016, duas vezes mais do que em 2015. Dois terços delas eram autorizações de residência humanitária e um terço concedeu status de refugiado” e, para a instituição, “Portugal continuou a cumprir o seu compromisso no âmbito da Agenda da UE para as Migrações de acolher e reassentar 4.574 pessoas provenientes da Grécia e da Itália até dezembro de 2017”. Além disso, “entre janeiro e junho de 2017, 2.250 pessoas foram realocadas ou reassentadas, aproximadamente 50% do número total acordado”, ou seja, em comparação com outros países da União Europeia e até de fora do bloco, Portugal se apresenta como um bom exemplo a ser seguido.

Porém, segundo a TVI24 (2018), “Portugal é um dos países que mais nega pedidos de asilo. Em 2017, 64% dos pedidos — ao abrigo do qual é dado o estatuto de refugiado a quem foge da guerra ou de violações dos direitos humanos — foram recusados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)” e que “[...] só a Polónia, França, Hungria, Croácia, Reino Unido e Bulgária se encontram à frente de Portugal nesta estatística”.

De acordo com os dados do SEF, a maioria dos pedidos recusados são os chamados “pedidos espontâneos” feitos à entrada em Portugal e que podem ser recusados pelo facto dos requerentes não reunirem as condições previstas na Convenção de Genebra: podem ser migrantes económicos que não são vítimas de perseguição no país de origem e, por isso, não podem aceder ao estatuto de refugiado.

Caso vejam os pedidos recusados, os migrantes podem recorrer da decisão e aguardar a resposta ao recurso interposto nos centros de acolhimento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa onde, atualmente, se encontram mais de 400 pessoas à espera de decisão.

No entanto, há migrantes que têm o sim ao pedido de asilo garantido. É o caso dos que chegam a Portugal ao abrigo de acordos internacionais veem rapidamente os pedidos aceites pelo SEF.

Este ano e no próximo, Portugal vai receber mais de 1.000 refugiados da Turquia e do Egito (TVI24, 2018, 21 de junho).

Portanto, o caso de Portugal na crise migratória da Europa é bastante paradoxal, pois mesmo que o país esteja recebendo elogios da OCDE (sigla em inglês OECD) e outras organizações por ser, supostamente, muito receptivo e acolhedor para os refugiados, é, nesse mesmo país, onde os pedidos de asilo são negados em sua maioria. Mesmo que, em 2015, de acordo com o CPR — Conselho Português para os Refugiados (2016), os pedidos de proteção internacional no país tenham aumentado quase 100% em relação a 2014 e que essa quantidade seja a mais alta desde 1994, a taxa de reconhecimento e acolhimento desses pedidos foi de pouco mais de 20%.

Mas o caso é muito mais complexo e exige atenção, pois o relatório publicado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM, 2017, p. 43), dá conta de que, entre Dezembro de 2015 e Novembro de 2017, 51% dos 1.520 refugiados que chegaram em Portugal nesse período abandonaram o país. E isso não ocorre por acaso, já que, ainda de acordo com a instituição, “[...] Portugal não foi, para alguns requerentes, a primeira escolha quando da transferência a partir dos países de trânsito (Grécia e Itália)” e “a este fator acresce a circunstância das três principais nacionalidades transferidas para Portugal (Síria, Iraque e Eritreia) não terem comunidades prévias, instaladas no nosso país, o que levantou dificuldades ao nível da aprendizagem da língua e da adaptação cultural”, e que estes são “[...] fatores que ajudam a perceber que 45% das pessoas recolocadas em Portugal estejam ausentes do país”.

Porém, Braga desperta especial interesse, pois como afirma Moleiro (2017, 03 de maio) em matéria publicada no site *Expresso*, dos 23 refugiados pertencentes à minoria Yazidi, cidadãos de origem curda e que praticam uma antiga religião, e que foram realocados e acolhidos na cidade de Guimarães (cidade que fica a poucos quilômetros de Braga), apenas um lá continuou depois de dois meses. Ainda de acordo com a autora, os outros refugiados fugiram e escolheram ir para a Alemanha, Holanda e outros países europeus poucos dias após chegarem, tendo o seu paradeiro desconhecido ou incerto. Para Castles et al. (2005, p. 24) a escolha dos refugiados em sair de Portugal pode ser explicada pelo fato de que “as redes assentes em laços familiares ou de conterraneidade proporcionam ajuda útil para arranjar abrigo, trabalho, assistência nos processos burocráticos e apoio perante as dificuldades das pessoas”. Ou seja, ainda para os autores, “estas redes sociais tornam o processo migratório mais seguro e

facilitado para os migrantes e para as suas famílias”, o que faz com que “os movimentos migratórios, depois de iniciados, tornam-se processos sociais autossustentados”.

Certas pessoas (migrantes ou não migrantes) tornam-se facilitadoras das migrações, emergindo assim uma “indústria das migrações”, constituída por organizações de recrutamento, advogados, agentes, passadores e outros intermediários. Estas pessoas podem ajudar ou explorar os imigrantes. O surgimento de uma indústria das migrações com um forte interesse na manutenção destes fluxos humanos troca frequentemente as voltas aos governos, fazendo gorar os esforços enviados para controlar ou deter esses movimentos (Castles et al., 2005, p. 24).

No caso da Alemanha, Holanda e outros países da Europa preferencialmente escolhidos pelos “novos refugiados”, a explicação de tal preferência pode estar ligada ao fato de que familiares, amigos e conhecidos já lá estejam há algum tempo ou, até mesmo, por gerações. A situação de Portugal interessa, pois o país não figura entre os países receptores preferenciais e não possui uma tradição no estabelecimento de comunidades de pessoas oriundas dos países (Síria, Líbia etc.) que atualmente estão passando por dificuldades políticas, econômicas, sociais e até de guerra resultado da Primavera Árabe e que estão no seio da atual crise migratória na Europa. O que se percebe é que, por conta da União Europeia, Portugal obrigatoriamente precisa cumprir uma cota e faz isso com certa facilidade, porém os mais interessados nisso, ao que se vê, não são os governos, mas sim as pessoas e, para elas, pouco importa a questão política de acolhimento e sim onde estão seus conhecidos e familiares que possibilitarão um recomeço, talvez, menos complicado e mais facilitado (Comissão Europeia, 2016).

As ligações entre a comunidade migrante e a área de origem podem persistir durante gerações. As remessas vão diminuindo e as visitas a casa podem passar a ser menos frequentes, mas as ligações familiares e culturais permanecem. As pessoas mantêm-se em contacto com a sua área de origem e, muitas vezes, é aí que procuram os parceiros matrimoniais. A migração mantém-se através das cadeias estabelecidas — e pode aumentar drasticamente em períodos de crise, como no caso do movimento maciço de refugiados [...] (Castles et al., 2005, p. 24).

Castles et al. (2005) ainda se referem à dificuldade que os países de destino dos imigrantes possuem em saber se aquela vaga de pessoas recém-chegadas irá ou não se estabelecer de maneira definitiva, pois isso implicaria no surgimento de novas

comunidades e na necessidade de organização de serviços públicos e de moradia capazes de suprir a nova demanda. “Os imigrantes diferem frequentemente, e de formas diversas, das populações que os recebem: podem provir de diferentes tipos de sociedades (por exemplo, agrárias-rurais em urbanas-industriais), com diferentes tradições, religiões e instituições políticas”. A questão do idioma também é referenciada pelos autores, bem como a diferença cultural e os imigrantes “podem ser visivelmente diferentes pela aparência física (cor da pele, traços, tipos de cabelo, etc.) ou pela maneira de vestir”. A questão do trabalho e da localização onde vivem os imigrantes mostra que as diferenças são marcantes e, muitas vezes, acentuadas. “A posição dos imigrantes é normalmente marcada por um estatuto legal específico: o de estrangeiro ou de não cidadão” e, ainda para os autores, “o significado social da diversidade étnica depende em grande medida do significado do que lhe é atribuído pelas populações e pelos Estados dos países receptores”. Eles finalizam a questão afirmando que “em muitos casos, a imigração vem complicar divisões étnicas ou raciais em sociedades onde já existem antigas minorias” (Castles et al., 2005, pp. 36-37).

É possível, dessa maneira, tentar fazer um exercício para inverter a ordem das coisas e, ao invés de pensar em Portugal somente como o fim da linha para os cidadãos refugiados que têm o seu pedido negado, tentar encontrar indícios que apontem um caminho para que os dados e informações sejam tão controversos. A tentativa da União Europeia em buscar uma solução rápida e eficaz para a crise migratória no continente pode, em muitos pontos, ter funcionado. Porém, em outros tantos, a Agenda Europeia da Migração se apresenta deslocada e até fora de contexto em alguns países.

Na Agenda Europeia da Migração, publicada pela Comissão Europeia (2015, p. 5), está claro que a crise migratória preocupa, exige respostas rápidas e, no documento, consta a informação de que “os sistemas de asilo dos Estados-Membros deparam-se atualmente com uma pressão sem precedentes e, com o verão a chegar, o fluxo de chegadas aos Estados-Membros da primeira linha irá manter-se nos próximos meses”. Na publicação está escrito ainda que “a UE não devia esperar que a pressão se torne insustentável para atuar: este número de chegadas significa que as capacidades locais de acolhimento e de processamento de pedidos já estão a atingir o limite” e também que “para lidar com a situação que se vive no Mediterrâneo, a Comissão proporá, até ao

final de maio, ativar o sistema de resposta de emergência previsto no artigo 78.º, n.º 3, do TFUE”. O artigo referido, descrito no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e que foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia (2012, p. 77) dá conta de que quando os países que fazem parte da União Europeia forem “[...] confrontados com uma situação de emergência, caracterizada por um súbito fluxo de nacionais de países terceiros, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode adotar medidas provisórias a favor desse ou desses Estados-Membros”.

Ainda em relação à Agenda Europeia da Migração, documento da Comissão Europeia (2015, p. 5) afirma que em caso de emergência migratória, “a proposta incluirá um sistema de distribuição temporária de pessoas com necessidade evidente de proteção internacional, de modo a garantir uma participação equitativa e equilibrada de todos os Estados-Membros neste esforço comum”, porém e em respeito a soberania nacional de cada Estado, o tratado diz que “a análise dos pedidos será da responsabilidade dos Estados-Membros de acolhimento, em conformidade com as regras e as garantias estabelecidas”, mas dada a gravidade do caso e da necessidade de encaminhamento de cidadãos refugiados e em situação de risco de perda dos direitos humanos, “uma chave de redistribuição, baseada em critérios como o PIB, o número de habitantes, a taxa de desemprego e números anteriores de requerentes de asilo e de refugiados reinstalados [...]”.

Ao passo em que tantas normas e diretivas são, em teoria, capazes de unir e servem de norte para os mais diversos países que compõem a União Europeia, elas também encontram resistência e, muitas vezes, colidem com as questões de soberania nacional. No caso de Portugal, o SEF, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras através da Lei n.º 15/98 de 26 de Março, no artigo 3º informa que pode excluir ou recusar dar asilo para “aqueles que tenham praticado actos contrários aos interesses fundamentais ou à soberania de Portugal”, bem como também deve recusar para “aqueles que tenham cometido crimes contra a paz, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade, tal como são definidos nos instrumentos internacionais destinados a preveni-los”. A mesma lei ainda dá conta de que se aplicará a quem tenha “[...] cometido crimes dolosos de direito comum puníveis com pena de prisão superior a três anos” ou para “aqueles que tenham praticado actos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas”. O artigo

termina afirmando que “o asilo pode ser recusado se da sua concessão resultar perigo comprovado ou fundada ameaça para a segurança interna ou externa, ou para a ordem pública”.

Em resumo, haverá sempre um problema relativamente às questões de soberania nacional e das diretrizes e normas ditadas pelo Conselho Europeu ou pela Comissão Europeia em relação a especificidade de cada país. Portanto, o entendimento em relação a quem vai ou não se enquadrar no status de refugiado ou aos requerentes de asilo dependerá de cada órgão migratório e de cada Estado e isso vai variar, inevitavelmente, em cada legislação. Por isso que o que disse Gérard Collomb, Ministro do Interior francês no governo de Emmanuel Macron e que foi citado anteriormente, em relação a suposta “pesquisa de mercado” realizada pelos refugiados, infelizmente, faz sentido. Acontece que os países com uma legislação migratória mais complicada e mais exigente são os menos procurados e os que possuem regras e leis menos apertadas são os destinos preferidos, obviamente que este não um único critério, mas pode ser apontado como bastante relevante.

No caso de Portugal, os refugiados provenientes dos países do Oriente Médio encontram a língua e a falta de uma comunidade pré-estabelecida como grandes barreiras, porém as dificuldades vão muito além disso. O fato de o país estar “seguro” e fora da rota da chegada em massa dos refugiados por conta de questões geográficas, políticas, culturais e até econômicas, ocorre que, de maneira geral, a população portuguesa acompanha os desdobramentos da crise migratória na Europa a distância. É, no mais dos mais, pouco ou quase nada impactada diretamente e não mantém contato com os refugiados e, dessa maneira, sua percepção e opinião podem ser moldadas e mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Porém, esse distanciamento também pode ser perigoso já que, como afirma Bauman (2007, p. 200), “dizer que hoje se pode matar alguém sem olhar o rosto da vítima é uma observação banal” já que, para o autor, “há manifestações menos dramáticas e espetaculares dos nossos novos e modernos instrumentos de acção a distância que têm, contudo, consequências maiores, não sendo embora tão evidentes”. Ele ainda faz questão de colocar que, basicamente, tais ações “consistem em criar

aquilo a que podemos chamar uma distância *social* e *psicológica*, mais do que simplesmente *física* e *óptica*, entre os actores e os alvos das suas acções”.

A modernidade não tornou as pessoas mais cruéis; inventou simplesmente uma maneira de as coisas cruéis poderem passar a ser feitas por pessoas não cruéis. Sob o signo da modernidade, o mal já não tem necessidade de pessoas más. Homens e mulheres racionais, bem integrados na rede impessoal e adiaforizada da organização moderna, servem perfeitamente (Bauman, 2007, p. 202).

Mesmo que Portugal acompanhe os desdobramentos da crise migratória na Europa de longe, o país e seus cidadãos são bombardeados com informações de todos os tipos. A Hungria, por exemplo, se mostra na contramão da ideia humanitária e de respeito aos direitos humanos universais e reforça o atrito entre as normativas do Conselho Europeu e sua constituição. Em 2018, como afirma o Jornal O Globo (2018), “o governo da Hungria apresentou [...] um novo projeto de lei para criminalizar quem ajudar imigrantes em situação irregular em busca de refúgio. O texto original considera até mesmo panfletagem sobre refugiados e oferta de comida ou assistência legal como infração penal” e, este mesmo projeto “[...] também prevê uma emenda constitucional para impedir que países europeus transfiram imigrantes para a Hungria”.

É possível que a Hungria faça uso da expressão “ameaça a segurança nacional” para justificar suas decisões políticas e outros países podem não seguir o mesmo caminho para tentar fundamentar as altas taxas de reprovação nos pedidos de asilo. Não sem tempo, vale ressaltar que, de fato, a segurança nacional pode estar em risco quando a análise dos pedidos de asilo não é feita de maneira adequada ou quando não recebe a atenção devida e dentro de um tempo hábil. O caso dos Capacetes Brancos (*White Helmets*) na Síria expõe o risco que se corre quando a necessidade e a urgência da crise migratória se sobrepõe ao da defesa, da soberania e da segurança nacional.

Os *White Helmets* ganharam projeção internacional quando, como afirma Sterling (2016, 23 de outubro), uma empresa de marketing de Nova Iorque trabalhou e lançou a marca dessa suposta organização de ajuda humanitária. Ainda para o autor, “eles conseguiram enganar milhões de pessoas. Walt Disney poderia ter feito um ótimo filme sobre isso: voluntários desarmados destemidamente resgatando sobreviventes no meio da guerra sem levar em conta a religião ou a política. Como a maioria dos outros

filmes da Disney, é uma realidade de 10%, 90% de ficção”. A tal organização, que ganhou inclusive documentário no Netflix e foi capa da revista *Time* é, na verdade, uma apoiadora do grupo terrorista Estado Islâmico e, em diversas investigações que contaram com o apoio da Defesa Civil Real da Síria, ficou evidente que os “Capacetes Brancos”, ainda como afirma o autor, “[...] roubaram o nome Síria da Defesa Civil da verdadeira organização síria. Eles se apropriaram do nome “Capacetes Brancos” da organização de resgate argentina Cascos Blancos/Capacetes Brancos” e que, além disso, “eles não são independentes; eles são financiados pelos governos. Eles não são apolíticos; eles ativamente fazem campanha por uma Zona Sem Voo. Eles não trabalham através da Síria; eles só trabalham em áreas controladas pela oposição armada, principalmente Al Nusra/Al Qaeda”. Para finalizar, ele ainda diz que “eles não estão desarmados; eles às vezes carregam armas e também celebram vitórias terroristas. Eles ajudam em execuções terroristas”.

Ainda para Sterling (2016, 23 de outubro), os integrantes do grupo de salvamento *White Helmets* são tudo, menos uma organização pacífica, desarmada e apolítica como se autodeclaram. Para o autor, “pelo contrário, a evidência é esmagadora. Capacetes Brancos são financiados por governos ocidentais que querem mudança de regime”. Capacetes Brancos pegam corpos após a execução. Capacetes Brancos carregam armas e celebram vitórias jihadistas” e ainda coloca que os “Capacetes Brancos SÓ funcionam em áreas dominadas por Al Nusra ou seus aliados. Capacetes Brancos ativamente fazem campanha por uma Zona Sem Voo. Estas não são “teorias da conspiração”; são fatos facilmente comprovados nos vídeos e artigos sobre eles”. O mesmo autor ainda afirma que “é verdade que quase todos os sírios detestam a guerra que lhes foi imposta. No entanto, a grande maioria dos sírios também odeia os terroristas, enquanto a maioria dos ‘Capacetes Brancos’ é aliada a eles”.

Enquanto o governo e os aliados sírios tentam finalmente esmagar ou expulsar os terroristas de Aleppo, os Capacetes Brancos tornaram-se uma importante ferramenta na caixa de ferramentas de propaganda do Ocidente. A imagem dos Capacetes Brancos desvia a atenção da natureza sectária, violenta e impopular de Al Nusra e de outros grupos armados da oposição. Isto é usado em paralelo com acusações de que os ataques sírios e russos estão atingindo principalmente civis. Os *media* ocidentais dão uma imagem de que há apenas civis e capacetes brancos sob ataque no leste de Aleppo; os terroristas foram excluídos da cena.

Os Capacetes Brancos deixaram de ser falados para os que falam. As histórias de notícias usam cada vez mais testemunhas do White Helmets como tema ou fonte. Um dia, a CNN diz que um centro de ajuda dos Capacetes Brancos foi atingido. Outro dia, afirma-se que os indivíduos dos Capacetes Brancos estão sendo “caçados”. Um membro dos Capacetes Brancos desempenha o papel de jornalista, não de primeiro socorro, pois ele afirma ser “testemunha ocular” das bombas barricas sírias que destroem o comboio humanitário e o armazém [...] (Sterling, 2016, 23 de outubro).

Ou seja, se faz necessário notar que os refugiados sírios e de todos os outros países, por exemplo, estão no meio do caminho e são, muitas vezes, o ponto de encontro dos mais diversos tipos de aproveitadores. Desde os passadores, até os traficantes de pessoas, os terroristas, os governos e líderes políticos são, no mais dos mais, meros exploradores do sofrimento alheio. É fato que uma guerra civil e militar sangrenta e que vitima milhares de pessoas está em curso na Síria e em outras nações, porém no momento de crise é que uma organização e uma política migratória mais eficaz se mostra necessária e precisa entrar em ação. Ora, se juntamente com os refugiados que, de fato, necessitam de ajuda e são perseguidos em seus territórios, estão os terroristas, uma relação de desconfiança se cria e esse tipo de ambiente é o que serve de justificativa para os mais diversos discursos contrários ao acolhimento das pessoas em urgência humanitária.

Volta-se ao início do tópico onde Portugal e outros países, por conta da falta de um planejamento e de políticas migratórias pré-estabelecidas pela União Europeia, justificam a alta taxa de negação nos pedidos de asilo alegando questões de segurança nacional. Porém, o mesmo despreparo e falta de planejamento está fomentando a discórdia e a falta de diálogo entre os líderes europeus, especialmente nos países que estão na linha de frente na crise migratória (Itália, Grécia e Espanha). A tão fragmentada e plural Europa que utilizou esses adjetivos e argumentos como fundamento para o estabelecimento da União Europeia e do Espaço Schengen, volta-se para eles agora com a intenção de colocar em xeque todos os avanços políticos, econômicos, sociais e, acima de tudo, utiliza a pluralidade como alegação para afirmar que a Europa é tudo, menos um território unido e que as diferenças são sim os pontos mais frágeis do continente.

Isso para afirmar que a não linearidade de uma guerra civil como a da Síria, causa uma confusão entre quem é quem e, nas fronteiras europeias, a falta dessa

definição e do entendimento, que é altamente complexo e não se limita ao binarismo simplificado entre bem e mal, implica na negação de asilo como forma de se defender desse desconhecido.

Se partirmos do pressuposto que muitos refugiados partem dos seus países de origem sem um único documento de identificação, isso tende a causar ainda mais problemas. Os sistemas de informação, além de não estarem interligados (países da Europa e do Oriente Médio, por exemplo), dependem de informações pré-existentes para que possam funcionar e permitir que tais averiguações possam ser realizadas por forças policiais. Porém, em uma nação em guerra onde os meios de informação e comunicação estão comprometidos, a informação tende, simplesmente, a desaparecer. Para Erlanger (2018, 24 de junho), a questão da dificuldade em descobrir quem é quem faz com que “os italianos querem abandonar o princípio de que os migrantes devem ser devolvidos para a triagem da União Europeia no primeiro país onde são registrados”. O autor cita o Primeiro-Ministro da Itália Giuseppe Conte e afirma que “em vez disso, o Sr. Conte propôs a criação de “centros internacionais de proteção” que examinariam os pedidos de asilo em países comuns de trânsito, mas que não obrigariam os países de primeira chegada”.

Novamente o que se percebe é que, como uma bola de neve, o despreparo da União Europeia em lidar com questões migratórias tão relevantes está colocando em xeque a estabilidade do bloco e, mais preocupante ainda, joga os líderes de nações europeias uns contra os outros. Sabe-se que outras questões, principalmente as de cunho econômico, também atuam nesse sentido, porém a desordem em relação à análise dos pedidos de asilo no continente europeu por conta da chegada de milhares de refugiados está fazendo com que líderes em posições políticas opostas e divergentes estejam, literalmente, se digladiando. Ainda que os descontentamentos estejam ocorrendo somente no campo das ideias, isso resulta em uma crescente disseminação de discursos xenófobos que, dia após dia, ganham força e espaço por toda a Europa.

Ainda para Erlanger (2018, 24 de junho), “Merkel, cujo governo está sob ameaça de seus supostos aliados conservadores na Bavária, pressionou pela reunião informal para tentar impedir que seu próprio ministro do Interior e rival ordenasse que todos os migrantes registrados em outros lugares fossem rejeitados da Alemanha”, já que isso

significaria “[...] uma fronteira difícil com a Áustria e poderia representar um golpe fatal para a ideia de ‘viagens sem fronteiras’ na maioria do bloco”.

O presidente Emmanuel Macron, da França, advertiu que a Europa deve estar à altura de seus valores e sugeriu, como Merkel, soluções pelos países dispostos a avançar agora, já que a unanimidade entre os 28 países-membros será difícil. Ele também disse que prefere punir os Estados membros que não demonstram solidariedade na questão dos migrantes. Com sua posição segura, Macron disse que, com os números de migração em baixa, "o desafio de hoje é de pressão política em certos estados-membros e o que chamamos de migração secundária dentro da União Europeia".

A Europa reforçaria sua própria força de fronteira, disse ele, e fortaleceria os esforços para trabalhar com países como a Líbia e os Estados dos Balcãs, através dos quais muitos migrantes viajam (Erlanger, 2018, 24 de junho).

Porém, mesmo que as políticas migratórias possuam falhas graves, as decisões de dificultar a entrada de novos refugiados e migrantes por parte de países europeus através da União Europeia e seus órgãos de controle parece surtir efeito. É público e notório que, de 2014 para 2018, há um aumento na quantidade de pessoas que chegam ao continente europeu, porém o bloco tem muito trabalho pela frente. Para Kingsley (2018, 27 de junho) “países ainda estão lutando para absorver os cerca de 1,8 milhões de chegadas marítimas desde 2014”, além disso a “[...] ansiedade pública aumentou em países como a Alemanha, depois de agressões de alto perfil envolvendo imigrantes, incluindo a morte de um estudante alemão de 19 anos e o ataque terrorista a um mercado de Natal que matou 12 pessoas”. Aqui também se faz necessário tratar das correlações ilusórias, um conceito que Hamilton e Sherman (1989, p. 59) definem como um julgamento errado em relação a duas variáveis, ou seja, as correlações ilusórias podem refletir a percepção de relacionamentos, positivos ou negativos, de maneira injustificada e até significar uma superestimação ou subestimação de uma associação real. Para finalizar, as correlações ilusórias “[...] podem surgir como resultado de uma variedade de fatores e processos, como influência das expectativas com base em crenças preexistentes, a saliência de certos tipos de informações, a ponderação diferencial de informações e uso da disponibilidade heurística em fazer julgamentos” (1989, p. 59).

Ainda para Kingsley (2018, 27 de junho), “[...] os líderes ainda têm grandes discordâncias sobre quem deve assumir a responsabilidade pelos recém-chegados — estados fronteiriços como a Grécia e a Itália, onde a maioria dos imigrantes entra na Europa [...]”. Para corroborar ao fato de que a crise migratória valorizou negativamente a fragmentação da Europa e colocou as questões migratórias na agenda social e política dos europeus, Kingsley (2018) traz a informação de que em uma pesquisa realizada pela União Europeia os cidadãos europeus estão muito mais preocupados com a imigração do que com qualquer outra dificuldade social e, para o autor, as sondagens eleitorais na Itália e Hungria dão conta de que os líderes políticos destes países conquistam cada vez mais eleitores simplesmente por apoiarem seus discursos e atos nas questões migratórias. No Standard Eurobarometer 89 (2018) consta a informação já referida de que a maioria dos europeus (52%) se opõe a imigração de cidadãos de fora da União Europeia, porém na Eslováquia o número chega aos 83%, na Hungria ultrapassa os 80%, assim como na República Tcheca e na Letônia que estão cravados nos 80%.

“É uma crise inventada”, disse Matteo Villa, especialista em migração do Instituto Italiano de Estudos Políticos Internacionais. “Os altos fluxos dos últimos anos reforçaram os partidos nacionalistas, que agora estão criando uma crise própria para marcar pontos políticos baratos”.

Salvini e Orban cultivaram o apoio popular criando a impressão de que são os únicos líderes dispostos a tomar as decisões difíceis necessárias para reduzir a migração. No entanto, o establishment europeu, sob pressão de gente como Orban e Salvini, tem trabalhado em silêncio há algum tempo com os principais guardiões da migração para a Europa, inclusive com regimes autoritários, para reduzir os números (Kingsley, 2018, 27 de junho).

Obviamente que as políticas migratórias que são postas em prática fora de Portugal também se refletem no país europeu. Ainda que Portugal não seja um destino preferencial da maioria dos refugiados por motivos anteriormente citados, o país se beneficia das decisões, mesmo que duras e que caminham para uma negação explícita dos direitos humanos, quando tratam da chegada de refugiados e cidadãos em situação de fragilidade humanitária ao país. Para além de tudo isso, Portugal novamente parece fazer o papel de coadjuvante na crise migratória e não se mostra com uma voz ativa nas

decisões, tratados e políticas em relação aos refugiados mesmo tendo o português António Guterres como Secretário-Geral das Organização das Nações Unidas.

E a falta de protagonismo de Portugal nessa questão se reflete também na repercussão que encontros, reuniões e cimeiras acontecem dentro e fora do país. Como, geralmente, os principais países de destino dos refugiados e solicitantes de asilo são os que estão nas fronteiras externas da União Europeia (Itália, Grécia etc.) para o Mediterrâneo e os mais ricos e desenvolvidos economicamente, são os líderes políticos dessas nações que ocupam os lugares de protagonistas. Ainda que não seja caso único, é o que ocorre com a Hungria, por exemplo, que conquistou espaço como personagem principal por conta do teor xenófobo e retrogrado do discurso propagado por seu primeiro-ministro.

A dinâmica da crise migratória na Europa do século XXI trouxe à tona o tema e, com isso, desperta ódios e amores. Mesmo que bastante polarizadas, as ideias que cercam o assunto estão recebendo uma atenção especial dos líderes europeus justamente por conta dos desdobramentos reais, sociais, políticos e econômicos que os milhares de refugiados e solicitantes de asilo promovem no continente. É uma espécie de reforma das legislações migratórias à força, na urgência e no desespero. Isso consegue colocar as questões migratórias como prioridade, mas a falta de tempo e com uma Europa cada vez mais fragmentada politicamente, é nessa mesma urgência que os líderes populistas mais radicais aproveitam a onda e ganham força política.

Com as questões migratórias estando no centro das atenções da União Europeia, há uma tentativa em encontrar uma solução rápida e eficaz para cessar a crise e Dias (2018, 29 de junho) mostra que “[...] 28 países da União Europeia (UE) chegaram a um entendimento para uma alteração da política de refugiados que, apesar de vaga, é favorável àqueles que pretendiam um maior controle das fronteiras externas da comunidade”. O autor ainda afirma que “o novo acordo põe um fim às quotas de distribuição de requerentes de asilo e refugiados estabelecidas em 2015, que foram contestadas sobretudo por países da Europa central e de leste, como a Hungria e Polónia” e que “a partir de agora, o “voluntarismo” é um conceito-chave do novo sistema de acolhimento de refugiados e requerentes de asilo”. Para ele, “como vem explicado no acordo final, todos os migrantes que forem resgatados em território da UE serão

transferidos para “centros controlados” que serão estabelecidos dentro de Estados-Membros da UE” e diz ainda que “[...] estes centros serão estabelecidos “apenas numa base voluntária”, sem que seja designado, afinal, que países é que desde já se voluntariam para ter essas plataformas”.

Mesmo assim, as diferenças são ainda mais evidentes depois desse tipo de decisão. De acordo com a Agência Lusa (2018, 28 de junho), António Costa, primeiro-ministro de Portugal “[...] considerou [...] ‘absolutamente inaceitável’ a criação de ‘campos de contenção’ de refugiados ‘do lado de lá do Mediterrâneo’, admitindo apenas discutir plataformas, sob o controlo do ACNUR, que sejam ‘portas de entrada segura’ na Europa”. Além disso, o líder português “[...] defendeu ser necessário os líderes europeus conseguirem ‘dar uma resposta integrada’, com ‘uma visão solidária entre todos’, sob pena de a Europa continuar a dividir-se” e ainda se posicionou dizendo que “[...] ‘é evidente que uma Europa que assenta sobretudo em valores tem a sua própria identidade em crise quando a Europa não respeita os seus valores’” e ainda “[...] considerou que “‘criar campos de contenção do lado de lá do Mediterrâneo, como se a Europa se quisesse libertar das suas responsabilidades, é também absolutamente inaceitável’”.

As decisões sobre a crise migratória estão fazendo os principais líderes da Europa travarem batalhas preocupantes em se tratando de unidade. Dias (2018, 28 de junho) afirma que “além dos adversários em casa, Angela Merkel tem-nos também fora de portas, a nível europeu” e que “apesar de poder contar com o apoio de Emmanuel Macron (França) e de ter alguns pontos de entendimento com Pedro Sánchez (Espanha) e até com Alexis Tsipras (Grécia), a questão dos refugiados coloca-a em maus lençóis [...]” principalmente em “[...] um crescente número de países: Itália, Áustria, Hungria, República Checa, Polónia ou Eslováquia são apenas alguns deles”.

Como era de se esperar, a União Europeia e todos os 27 países que compõem o bloco evidenciam, dia após dia, que essa união política e econômica não é tão unida assim. A saída do Reino Unido da União Europeia, em um processo conhecido por BREXIT que foi iniciado em 2016 com um referendo e finalizado em janeiro de 2020 com a formalização da saída do país do bloco, pode ser apontada como uma das consequências dessa desunião. Além disso, é de se considerar relevante o contexto em

que a pandemia pelo novo Coronavírus (Covid-19) ocorre também em 2020 e nas consequências políticas, mas sobretudo, econômicas que estão acontecendo na Europa e no mundo.

Há, na crise migratória, diversos avanços nas questões migratórias que estão impactando diretamente o continente europeu, mas também retrocessos que possibilitam questionar se haverá uma compensação na componente humana quando esse momento cessar. Portugal se mostra como uma nação, de um lado solidária e de outro excludente, porém não pode, jamais, ser pensada de maneira isolada.

CAPÍTULO 2 — PERCEPÇÃO DE GRUPO, PROCESSOS COGNITIVOS E EMOCIONAIS

2.1. Identidade Social, Percepção de Grupo e Conformidade

Para se compreender o papel fulcral das migrações e os impactos nos processos de construção da identidade social e das percepções de grupo, faz-se necessário invocar autores que tratam desses temas e ajudam a explicar as relações pessoais, grupais e suas nuances (intragrupal, intergrupar etc.). Turner, Brown e Tajfel (1979) explicam que há uma tendência de que a interação e a comunicação interpessoal ocorra de forma mais acentuada dentro dos grupos do que entre os grupos e, dessa maneira, também apresentam evidências de que as pessoas tendem a se relacionar mais intimamente com outras pessoas que possuam características similares (processo de similaridade).

Porém, para entender como se dá a construção social da realidade e, por consequência, da identidade social e da percepção de grupo, é importante relacionar a maneira como a vida quotidiana está organizada e, para Berger e Luckmann (1999, p. 34), a realidade se organiza em volta do “aqui”, em relação ao corpo e do “agora” em relação ao tempo e que é “[...] da maior importância [...] saber que há uma contínua correspondência entre os *meus* significados e os seus significados neste mundo [...]”. Obviamente que as questões relacionadas à memória coletiva também são pertinentes para explicar o processo de construção e manutenção, mudança ou remodelação das identidades e, dada a sua importância, serão tratadas em um subcapítulo mais adiante. Porém, faz-se necessário depreender como se forma a identidade:

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Por outro lado, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (Berger & Luckmann, 1999, p. 179).

Ainda ao tratar da identidade social, Berger e Luckmann (1999) afirmam que ela surge justamente na dialética entre a sociedade e o indivíduo e que os tipos de identidade são produtos desta sociedade. Além disso, para os autores não é possível pensar e teorizar sobre a identidade social sem levar em consideração o contexto onde ela está inserida, já que a identidade só de fato existe se estiver legitimada teoricamente e composta por um universo de símbolos.

Também cabe salientar que o processo de construção da identidade passa, inevitavelmente, pela maneira como a realidade é concebida. Campenhoudt (2003, pp. 100-101) afirma que, “[...] na vida quotidiana, os indivíduos produzem esquemas de classificação dos outros e de si próprios e ajustam-se reciprocamente a esses esquemas” e que, quando isso acontece, nasce outro fenômeno que é a compreensão pelo grupo dominante como normal e o que é entendido como comportamento anormal e, assim, surge o grupo de desviantes. Além disso, o autor afirma que, “no decurso da sua existência, cada indivíduo interioriza progressivamente este mundo social, que acolhe mentalmente como uma realidade, a sua realidade. Transforma assim um conjunto de contingências em necessidades”.

Portanto, seja na questão da identidade social ou na percepção de grupo, existe a necessidade básica do indivíduo sentir que pertence a um grupo ou que possui características identitárias comuns para compreender se ele é igual aos demais ou diferente. É o que Tajfel (1974) chama de senso de pertencimento. Por isso, para o autor, o indivíduo vai participar de um processo ininterrupto durante a sua vida para se autodefinir, se relacionar e ocupar um espaço no seu grupo social. E, para que isso aconteça, uma premissa básica é a de que haja uma relação entre como o indivíduo significa, lê e entende a sua realidade e o mundo que o cerca construindo e fazendo, dessa forma, pontes e associações.

Dessa forma, Berger e Luckmann (1999, p. 35) dizem que “a atitude natural é a atitude da consciência do senso comum [...]” e que “o conhecimento do senso comum é aquele que partilho com os outros nas rotinas normais, autoevidentes na vida quotidiana”, ou seja, a vida no dia a dia dos indivíduos é reconhecida como sendo a realidade. Uma realidade que dificilmente consegue ser contrariada e muito menos

passa por uma verificação, é o que acontece na vida daquela pessoa e somente isso já serve para que seja validada.

Aos seus olhos, os indivíduos não sofrem passivamente a realidade social. Sociólogos à sua maneira, eles descrevem e interpretam sem descontinuidades as suas experiências quotidianas a fim de darem um sentido às suas acções e às dos outros. Fazendo isto, reconstituem constantemente a realidade que não existe senão através dessa incessante actividade (Campenhoudt, 2003, p. 105).

Portanto, pode-se afirmar que as pessoas encontram uma maneira de construir e interpretar a realidade de forma permanente e intersubjetiva, ou seja, na relação que fazem enquanto sujeitos (uns com os outros) e com os objetos presentes em seus quotidianos. Os indivíduos fazem uma reconstrução constante do sistema social em que estão inseridos e para conseguirem obter sucesso nesse processo atuam, entre outras coisas, na função de desenvolvimento de símbolos e códigos que também auxiliarão na tarefa de dar sentido ao universo ao qual participam (Campenhoudt, 2003).

Dessa forma, é plausível afirmar que a identidade social e a percepção de grupo, que são conceitos distintos, se complementam. Pois, para que a identidade social adquira algum sentido, ela precisa se situar em um mundo, em um determinado contexto social onde, inevitavelmente, os grupos e suas percepções estarão presentes (Berger e Luckmann, 1999). No caso das migrações e das mais diversas questões que as envolvem, perceber como as identidades sociais e a percepção de grupo ocorrem nesse contexto são de muita relevância já que abarcam outros conceitos e temas como a modernidade e a mundialização, por exemplo. Para Defarges (1993, p. 117) “modernidade e mundialização são indissociáveis” e apesar dos termos que as definem serem diferentes, “a modernidade [...] é uma questão manipulada pelas sociedades, pelos povos e pelos homens e essa manipulação transforma essas sociedades, esses povos e esses homens”.

[...] a identidade não é aquilo que permanece necessariamente ‘idêntico’, mas o resultado duma ‘identificação’ contingente. É o resultado duma dupla operação linguística: diferenciação e generalização. A primeira visa definir a diferença, aquilo que faz a singularidade de alguém ou de alguma coisa em relação a uma outra coisa ou a outro alguém: a identidade é a diferença. A segunda é aquela que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes dum outro

mesmo: a identidade é pertença comum. Estas duas operações estão na origem do paradoxo da Identidade: aquilo que existe de único e aquilo que é partilhado. Este paradoxo não pode ser resolvido enquanto não se tiver em conta o elemento comum a estas duas operações: a identificação de e pelo outro. Não há, nesta perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, assim como as alteridades, variam historicamente e dependem do seu contexto de definição (Dubar, 2006, pp. 8-9).

Também se faz necessário contemplar as duas dimensões da noção de identidade, pois ela pode ser pessoal e individual, mas também social e coletiva. Além disso, a noção de grupo social surge durante o processo de atualização da identificação, uma das partes da identidade social. Portanto, a identidade pessoal e social enquanto conceito tem um conteúdo de comunicação ou reflexão, justamente porque as relações sociais obedecem a um conjunto de códigos e categorias que servem como orientação para desenvolver essas relações (de Oliveira, 1976).

Segundo Tajfel (1981, p. 290), a identidade social é “[...] aquela parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social [...]”, porém ela precisa contemplar “[...] o significado emocional e de valor associado àquela pertença”. Ainda para o autor, partindo desse entendimento sobre a identidade social, chega-se à categorização social e à sua inerente atribuição de servir como orientação para que seja possível conhecer e contemplar qual o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade.

E quando um indivíduo pode escolher um grupo de pertença ele passará, inevitavelmente, pelo realce dos aspectos positivos relativos à sua identidade na sociedade (Tajfel, 1981) pois, como afirma o autor, os grupos sociais não podem ser considerados ilhas isoladas, assim como os indivíduos isoladamente também não são.

As características do grupo numa pessoa, no seu conjunto (tais como o estatuto, riqueza ou pobreza, cor da pele ou capacidade para atingir os seus fins) atingem todo o seu significado quando relacionadas com a percepção das diferenças em relação a outros grupos e a conotação de valor destas diferenças (Tajfel, 1981, pp. 293-294).

Portanto, um grupo social só poderá ser considerado como tal quando existe a percepção comum de determinadas características ou ideal comum. Isso por conta do efeito de comparação que só é possível por conta da existência de outros grupos

próximos ou semelhantes e que possibilitam essa noção. Além disso, se um indivíduo se torna capaz de perceber a sua identidade social a partir do momento em que pertence a um grupo, ele irá atribuir significado emocional e, conseqüentemente, de valor, quando categorizar e dividir o meio social em que se encontra, localizar o seu grupo nesse contexto e em outros (Tajfel, 1983), como é o caso dos migrantes.

E definir o conceito de grupo é fundamental ao se abordar a percepção de grupo. Para Tajfel (1972, p. 295) “a definição de grupo (nacional, racial ou qualquer outro) só faz sentido em relação a outros grupos”. Ainda de acordo com o autor, “um grupo torna-se um grupo no sentido de que é percebido como tendo características comuns ou um futuro comum, apenas se outros grupos estiverem presentes no ambiente” (1972, p. 295). Sendo assim, é do interesse dos psicólogos sociais perceber as relações entre o entendimento das pessoas e como elas se comportam quando se relacionam com os grupos que pertencem e os outros.

[...] no campo das relações intergrupais, os psicólogos sociais estão interessados principalmente: em estabelecer vínculos entre a interpretação de um indivíduo da percepção de situações sociais e seu comportamento e atitudes em relação aos grupos aos quais ele pertence e outros grupos; nas maneiras pelas quais vários tipos de situações entre grupos podem afetar os motivos de um indivíduo em relação a “endogrupo” e “exogrupos” e nas formas em que certos motivos podem afetar, por sua vez, a natureza dessas relações entre grupos; na análise dos processos de comunicação que ajudam ou dificultam a difusão de certos modos de comportamento e atitudes em relação a “endogrupos” e “exogrupos” (Tajfel & Fraser, 1978, p. 25).

E a natureza das relações entre os grupos pode gerar conflitos. No caso dos conflitos intergrupos, um dos motivos para que isso aconteça pode estar relacionado com a velocidade com que os processos que unem ou divergem ocorrem. Os grupos são permeados por uma comunicação veloz e uma interação que permite um profundo conhecimento entre indivíduos que pertencem a grupos distintos e independentes. Além disso, o mesmo autor ainda afirma que há uma tendência em se aumentar ou se preservar características diversas e próprias de uma identidade específica (Tajfel, 1981).

Porém, Tajfel (1981, p. 256) ainda afirma que não é adequado considerar apenas as questões econômicas como sendo a única causa responsável pela distinção e diferenciação entre os grupos sociais e causadora de conflitos intergrupais, isso porque

para o autor, ainda que as condições sociais e econômicas possam levar a conflitos, mas também se faz necessário conceber as “[...] ideias, atitudes e sistemas de crenças [...]” que “[...] tornam-se parte inerente à situação social interrupto e que, numa série de condições diferentes, conseguem fazer o curso das relações entre grupos implicados inflectir numa ou noutra direcção”.

Assim, os aspectos e consequências psicológicas da pertença a um grupo permitem qualquer tipo de definição, excepto em certos excepcionais, só por causa da sua inserção numa estrutura intergrupo. Consequentemente, a identidade social dum indivíduo concebida como o conhecimento que ele tem de que pertence a determinados grupos sociais, juntamente com o significado emocional e de valor que ele atribui a essa pertença só podem ser definidos através dos efeitos das categorizações sociais que dividem o meio social do indivíduo em seu próprio grupo e em outros (Tajfel, 1981, p. 294).

Desse modo, Tajfel (1972) é o pioneiro em fazer a ligação entre categorização social, comparação social e identidade social, três conceitos fundamentais na análise de grupos sociais. Mas, pertencer a um determinado grupo implica filtrar as mais diferentes informações, e isso só é possível através da categorização. Basicamente, com uma quantidade de informações praticamente infinita, cabe ao sujeito encontrar uma maneira de identificar, comparar para, posteriormente, conseguir classificá-la e enquadrar em uma categoria. Porém, essa ação (identificar, comparar e categorizar) seria facilitada se o sujeito tivesse os elementos suficientes para o fazer, o que via de regra não ocorre na vida quotidiana (Leyens & Yzerbyt, 1999).

Contudo, na falta de elementos suficientes, os sujeitos tendem a buscar exemplos ou esquemas que são particularmente sensíveis a enquadrar coisas, fatos ou pessoas em categorias através da semelhança. Sendo assim, “quase todas as aves cantam e voam, têm asas e penas. Todas as pessoas extrovertidas não têm, em geral, dificuldade em animar uma conversa ou contar anedotas” e, dessa maneira, “o critério de semelhança é um critério de realidade. São os elementos físicos (asas) ou os comportamentos (dizer piadas) que condicionam a pertença a tal ou tal categoria de preferência a outra” (Leyens & Yzerbyt, 1999, p. 38). Porém, a semelhança não pode ser considerada como um único critério ou maneira de categorizar, pois a coerência precisa ocorrer para que coisas, fatos ou pessoas distintas possam se enquadrar em uma mesma categoria.

Para finalizar, os mesmos autores afirmam que “a categorização tem várias funções: simplificação, conservação do que é aprendido, direcção da acção, ordem e significado” (Leyens & Yzerbyt, 1999, p. 38).

Porém, se participar de grupos exige do sujeito uma capacidade de filtrar as informações que deles advêm e que podem ser abundantes, se faz premente dizer que os processos de influência social são também relevantes e precisam ser levados em consideração. Contudo, o processo de influência social pode ser facilmente percebido quando uma pessoa tem o seu comportamento alterado por conta da presença (real ou imaginada) de outros membros da sociedade. Entretanto, ainda que a liberdade individual seja uma das maiores conquistas das sociedades livres e democráticas, isso não significa que quando uma pessoa possui liberdade de escolha, ela a faça sem a influência de outras pessoas (Garcia-Marques, Ferreira & Garrido, 2013).

E no caso dos migrantes e das migrações, a teoria de Sayad (citado em Truzzi, 2008, p. 210) mostra que há uma relação modal diferente sob vários aspectos, seja em relação ao tempo (passado, presente ou futuro), o lugar de partida ou de chegada e, obviamente, com os grupos onde o cidadão migrante se inseria (na terra natal) ou tenta e se insere no local de chegada. Ou seja, para Sayad, se faz necessário pensar nas relações sociais e nos processos de influência social que ocorrem na transição de grupos por parte de quem migra e que pressupõe também que, para se haver uma alternância de grupos, há uma mudança na ordem hierárquica, pois se no seu país de origem o cidadão migrante ocupava uma posição no grupo e era visto como “original” como refere o autor, no país ou região de destino este mesmo cidadão ocupará, em princípio, posições secundárias em diferentes grupos não tendo, muitas vezes, uma posição destacada.

De fato, nesse último sentido, compreende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após a emigração. Daí o valor estratégico dos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade, normalmente estudados segundo uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns (Truzzi, 2008, p. 210).

Porém, se mostra relevante abarcar também nesse contexto os experimentos realizados por Sherif e Asch sobre comportamento individual e em grupo, bem como os estudos e experiências de Milgram sobre a obediência social. Isso porque, como afirmam Garcia-Marques et al. (2013, p. 248), “[...] é evidente que as regras de conduta e de costumes variam imenso de povo para povo, de região para região, mas não é menos evidente que existe algo de constante nessa variação [...]” e, para os autores, “[...] esse algo é a existência de regras de conduta e de costumes em todos os povos e em todas as regiões”.

Musafer Sherif foi e continua sendo uma das grandes referências da psicologia e, de acordo com Garcia-Marques et al. (2013), trabalhou na busca pela identificação dos processos elementares dentro da psicologia que fossem capazes de basear a maneira como as normas culturais são formadas dentro das sociedades. Para que Sherif tivesse sucesso, o investigador atuou em diferentes pesquisas e tinha como uma de suas premissas o conceito do “quadro de referência”. Este conceito pressupõe que as pessoas, de forma geral, buscam estabelecer relações em momentos diferentes conforme surge a necessidade de organizar as experiências que são vividas. Seja por conta de estímulos internos ou externos, os indivíduos procuram significar e limitar tudo aquilo que experimentam.

Já Salomon Asch, conforme explicam Garcia-Marques et al. (2013), atuou em pesquisas que visavam demonstrar e medir a influência social através da maneira como as pessoas interpretam e constroem a sua própria realidade social, indo contra a ideia do “sonambulismo social” e de que os indivíduos são seres passivos. Enquanto autores importantes da época afirmavam que as pessoas eram moldadas emprestando de instituições com grande poder na sociedade (lideranças sociais e políticas, grupos dominantes e costumes) seus comportamentos, Asch acreditava que as seres humanos não eram tão passivos e que, para eles, possuem capacidade de interpretar e serem ativos na construção da realidade social em que vivem.

Ainda sobre o fenômeno da influência social, Stanley Milgram dedicou seus estudos à obediência social. A teoria de Milgram (citado em Garcia-Marques et al., 2013, p. 277) dá conta de que “[...] a obediência é um fenômeno tanto comum como útil das sociedades humanas. Fenômeno útil porque garante o funcionamento rápido e

eficaz das nossas complexas estruturas sociais”, porém o autor faz um alerta e diz ainda que “[...] a obediência também representa um perigo para a democraticidade e *humanidade* da nossa civilização”, pois para ele “quantos crimes, massacres, perseguições foram realizados por pessoas comuns que obedeciam ordens?”.

E se as teorias de Sherif, Asch e Milgram buscam compreender a influência social sob determinados aspectos, Serge Moscovici conseguiu trazer um certo desconforto para essa compreensão e revolucionou de certo modo a psicologia social. Tratando do pensamento de Moscovici, Garcia-Marques et al. (2013) afirmam que o autor foi pioneiro na defesa explícita de que a influência social não pode ser resumida à forma como o indivíduo se conforma quando é pressionado por um grupo maioritário ou dominante. Entretanto, ao tratar dos grupos minoritários, Moscovici (1976) os distingue em relação à quantidade, ou seja, no número de indivíduos que pertencem a esse grupo, e a qualidade referindo-se ao lugar que ocupam na sociedade incluindo o nível de poder. Porém, para Cabecinhas (2002, p. 119) “no caso concreto dos imigrantes estamos perante grupos duplamente minoritários (em termos quantitativos e qualitativos) os que os coloca numa situação de acentuada fragilidade”.

Porém, ainda que Moscovici (1988) tenha trazido algum desconforto em relação às teorias que já haviam sido ou estavam sendo desenvolvidas quanto à influência social, necessário referir em relação à percepção de grupo é que, de acordo com Cabecinhas (2010, pp. 78-79) referindo-se às análises e perspectivas sobre as diferentes relações intergrupais desenvolvidas por Lewin, Apfelbaum e Amâncio, “a mudança social depende do desenvolvimento de uma consciência colectiva da natureza da relação de dominação por parte dos membros do grupo dominado”, ou seja, “o poder determina as dinâmicas internas específicas de cada grupo assim como a natureza das relações entre ambos”.

Além disso, se mostra premente adentrar, ao se falar das relações entre grupos (internas ou externas) e ao se olhar para as migrações, nas questões da discriminação e do preconceito. Ao debater a definição de preconceito que foi elaborada por Allport (1954; 1979), Cabecinhas (2010, p. 2) traz o pensamento do autor que afirma que o preconceito é “uma atitude aversiva ou hostil face a uma pessoa pertencendo a determinado grupo, simplesmente por causa da sua pertença a esse grupo, e em que se

pressupõe que esta possui as características atribuídas a esse grupo” (Allport, 1954; 1979, p. 7).

Ligado ao preconceito, encontramos o racismo. Ainda que reafirmemos que raça é um construto sócio-histórico, não podemos nos descuidar do fato de que o uso deste conceito permanece disseminado no imaginário social, embora seu eixo tenha se deslocado da abordagem biológica para a cultural (Craveiro Queiroz, Cabecinhas & Cerqueira, 2020, p. 7).

Entretanto e no caso das migrações, de acordo com Tajfel (1981), se o grupo não conseguir oferecer condições mínimas para que o sujeito preserve os aspectos positivos da sua identidade social, tendencialmente o indivíduo encontrará maneiras, psicológicas, objetivas ou ambas, de deixar o grupo. De acordo com o autor, a situação fica ainda mais complexa e complicada quando abarca aspectos da mudança social e da crença nessa possibilidade, porém manter a identidade social dos indivíduos de um grupo só será possível se houver informações que sirvam de comparação com outros grupos. Sendo assim, para o autor muitas vezes surge a necessidade de que o grupo encontre ações sociais que sejam relevante e que, por consequência, cumpram o papel de auxiliar nessa mudança social.

Porém, o processo de saída de um grupo social não costuma ser simples. Alguns fenômenos precisam ser levados em consideração e a polarização de grupo é apenas um deles. Leyens e Yzerbyt (1999) afirmam que uma das principais virtudes de um debate que ocorra no seio de um grupo social reside no fato de que há, depois disso, uma tendência para que as pessoas que participam do grupo firmem compromissos razoáveis. Porém, os mesmos autores sugerem que essa ideia pode figurar mais no campo místico do que real, justamente como os experimentos de Sherif demonstraram. Pois, quando indivíduos são confrontados há uma propensão para que o efeito autocinético, que consiste na falta de referências em relação às percepções visuais, confunda e atrapalhe os indivíduos em suas decisões e opiniões e que, por ocasião, disponham-se então por um posicionamento médio ou central dos espectros. Importante considerar também, ainda de acordo com os autores, é que respostas inéditas podem ocorrer, mas também a orientação em relação às opiniões pode seguir o indivíduo que exerce mais influência no grupo.

Ainda para Leyens e Yzerbyt (1999, pp. 194-195), a polarização de grupo pode ser explicada de duas formas, “a primeira interpretação insiste no papel dos processos normativos” e vai levar em consideração “[...] a motivação das pessoas para uma inserção gratificante no tecido social”. Para os autores, “a segunda explicação da polarização de grupo implica a influência informativa e sugere que esse fenômeno é fundamentalmente um processo de persuasão”, pois existe a possibilidade de que as pessoas, ao se reunirem em grupo para debater determinados assuntos, invoquem teorias e argumentos que não são de conhecimento do grupo todo. Então, os autores referem que será feita uma análise dos “novos” pressupostos pelos membros que desconheciam tais conhecimentos e, “na medida em que a maioria dos argumentos sobre o tema abordado favorece mais um polo da resposta do que outro, a discussão engendra um fenômeno de polarização”.

Relevante considerar que, ainda de acordo com Leyens e Yzerbyt (1999), pesquisas mostram que a polarização só será manifestada quando as pessoas imaginam que estão defrontado-se dentro de um mesmo grupo e não com um grupo adversário, realçando novamente a legitimidade abstrata que o valor normativo possui. Para os autores, a polarização do grupo não significa que as opiniões individuais sejam mais importantes do que as decisões que são tomadas em conjunto, isso porque muitas vezes o interesse do grupo pode se sobressair e ajudar no reforço e na explicação de posições sobre determinados assuntos ou temas. Obviamente, para os autores, isso não significa que as decisões que são tomadas em grupo não possam, futuramente, se traduzir em erros crassos e com consequências desastrosas inclusive para o próprio grupo.

E se inicialmente ocorre a formação de um grupo, posteriormente uma possível polarização de grupo, o que também pode acontecer e de forma simultânea é a formação do pensamento de grupo, o que para Leyens e Yzerbyt (1999) se traduz em reunir condições geralmente negativas e que irão, de alguma forma, afetar a qualidade da coesão e das decisões posteriores dos grupos. A seguir ao pensamento de grupo, pode ocorrer o efeito de saída do grupo, pois os indivíduos podem contestar as opções e decisões tomadas pelo grupo e não mais se identificar e sentirem-se pertencentes. E os autores referem ainda que os grupos, ao sentirem a necessidade de estarem coesos, despendem um tempo importante na busca em justificar as atitudes anteriores para

diminuir o conflito interno existente e, dessa forma e até de maneira fortuita, aumentam a taxa de conformidade, alimentam uma unanimidade e de segurança que são utópicas e que, posteriormente, podem resultar em escolhas erradas, decisões desinteressantes e na continuidade dessas escolhas.

A Igreja Católica percebeu bem o poder dos grupos unânimes e organizou-se de forma a prevenir os seus inconvenientes. É que assim que, quando a Igreja considera a possibilidade de canonizar uma pessoa, reúne uma comissão de sábios a fim de examinar os vários argumentos a favor dessa decisão. Consciente dos perigos do pensamento de grupo, a comissão inclui sempre um membro que tem o papel de revelar todas as informações que vão contra a decisão de canonização: é o advogado do diabo. O advogado do diabo não tem apenas que dar a conhecer aos seus colegas todas as informações contraditórias de que dispõe. Deve também ajudar a exprimir-se os membros da comissão que têm reticências. Exista ou não canonização, a decisão da comissão é reforçada por este processo. É fácil de ver que a cultura da divergência se situa entre os remédios mais eficazes que permitem escapar ao pensamento de grupo (Leyens & Yzerbyt, 1999, p. 198).

E, além do exemplo da Igreja Católica quando reúne uma comissão de canonização, Leyens e Yzerbyt (1999, p. 198) ainda referem que em regimes totalitários e ditatoriais, “[...] a norma da maioria controla o comportamento dos indivíduos: é ela que dá a certeza, que assegura a objectividade e que cauciona a única verdade”. Também referem os autores que “[...] qualquer dissidência deverá ser punida” e que “quer se trate de Presidentes da República que põem sob escuta telefónica jornalistas, filósofos e artistas, quer dos regimes totalitários que ordenam a execução dos dissidentes políticos, a oposição deve ser banida”.

Por isso, a teoria de Festinger (1954) mostra que uma pessoa leva em consideração a opinião de outras pessoas e é capaz também de analisar a qualidade dessa opinião e, por conseguinte, compará-la durante uma performance em grupo. Além disso, a teoria desenvolvida pelo autor demonstra que as avaliações mais acertadas são aquelas que são comparadas com outras semelhantes e que, havendo opiniões diversas dentro de um grupo, tendencialmente surgirão pressões para que as diferenças sejam amenizadas.

E para corroborar com a teoria de Festinger, os autores Leyens e Yzerbyt (1999, pp. 165-166) afirmam que um dos principais aspectos da influência social é que, “[...]”

para definir o que é a realidade, não nos baseamos apenas na nossa experiência íntima mas confiamos muito nos outros”. Para os autores, “somos sensíveis ao ponto de vista dos outros porque eles vivem no mesmo mundo que nós” e que “[...], cada vez que estamos em desacordo com os que nos rodeiam, ficamos numa posição difícil”.

Quando pensamos que os outros partilham o nosso ponto de vista mas os factos desmentem essa expectativa, deparamos com um sério problema. Nesse tipo de situações, duvidamos da nossa percepção e tomamos em consideração as opiniões exteriores. Vários aspectos da situação imaginada por Asch provocam directamente uma dependência informativa. Um factor decisivo é a unanimidade da resposta maioritária. É verdade que consideramos geralmente que o acordo entre várias pessoas é a melhor garantia contra o erro individual. Face a um lunático que dá resposta errada, é-nos fácil manter a nossa opinião. Qualquer um se pode enganar! Mas a situação muda radicalmente quando é grande o número de pessoas que partilham a mesma opinião. Desta vez, pensaremos, o seu julgamento, provavelmente, está de acordo com a realidade (Leyens & Yzerbyt, 1999, p. 170).

No caso das migrações, o agrupamento de imigrantes em bairros como Chinatown em diversas cidades do mundo pode, sob alguns aspectos, ser explicado pela necessidade de coesão de grupo e uma busca por unanimidade. Yuan (1963), em seu trabalho sobre segregação voluntária em estudos sobre as comunidades chinesas no costa oeste dos Estados Unidos, afirma que quando um grupo minoritário se afasta de maneira voluntária, uma das principais razões é a necessidade premente de se evitar ofensas e provocações. Para o autor, os cidadãos chineses que foram para a costa oeste dos Estados Unidos no fim do século XIX e início do século XX enfrentaram uma grande aversão e preconceito por conta da ideia de concorrência que existia no mercado americano, principalmente no de exploração de ouro. Dessa forma, a maneira encontrada foi a de se isolarem voluntariamente em bairros e comunidades mantendo, assim, uma coesão de grupo e agindo em conformidade com os líderes comunitários confirmando a máxima de que quando um grupo majoritário atua de maneira preconceituosa e com um alto grau de discriminação, o efeito no grupo minoritário será de uma segregação voluntária.

O princípio que emerge dessa análise é que uma minoria, como os chineses [nos Estados Unidos da America], que tiveram rejeições da maioria, desenvolvem um tipo de isolamento defensivo que os proteja contra a recusa. Existem vários padrões de

meios defensivos: retirada contra repulsão, realocação (urbanização ou ruralização), protesto, prevenção e assim por diante (Yuan, 1963, p. 260).

E para corroborar com isso, Tajfel (1981) afirma que em seus experimentos os efeitos percebidos davam conta de que, mesmo de maneiras diferentes porém consistentes, as pessoas pertencentes a um grupo agiam para beneficiar outras pessoas do mesmo grupo, mesmo que estas fossem desconhecidas.

Portanto, pode-se afirmar que as pessoas transitam entre comportamentos individuais e em grupo dependendo da necessidade e da situação social em que se encontram. Mas para isso existe a necessidade do desenvolvimento de uma percepção de grupo que só é possível quando o indivíduo encontra pontos de contato e similaridade com outros indivíduos e passa, então, a sentir que convive com pessoas que nutrem objetivos semelhantes dentro de uma mesma sociedade. Obviamente que isso não ocorre sem uma influência social, daí a necessidade no capítulo de mencionar cientistas e estudiosos da psicologia social, mas também englobando questões que ocorrem dentro do grupo (intergrupo) como a conformidade, e outros aspectos e fora dele como o conflito entre grupos e outras situações já referidas. Porém, com a intenção de aprofundar ainda mais as questões relacionadas à percepção, a comparação social e a privação relativa serão abordadas brevemente.

2.2. Comparação Social em contexto migratório

O pensamento social é construído também através da comparação e Festinger (1954), na “Teoria da Comparação Social”, elaborou diversas hipóteses para tentar confirmar isso. Das hipóteses que são relevantes neste momento, a primeira dá conta de que é intrínseco ao ser humano avaliar opiniões e habilidades e que, se o indivíduo não dispuser de meios sociais para isso, ele se apoiará na opinião de outras pessoas para conseguir realizar o feito (segunda hipótese). A terceira hipótese elaborada pelo autor mostra que há uma tendência na diminuição da comparação com o outro quando o outro possui uma opinião semelhante e não divergente, ou seja, os indivíduos tendem a buscar por uma conformidade. Vala e Castro (2013, p. 576) afirmam que “as pessoas comparam entre si opiniões, atitudes e crenças para reduzir a incerteza, integrando-se,

assim, num universo de semelhantes, num universo consensual de visões sobre o mundo” e que “a comparação social gera, assim, relações sociais baseadas na semelhança de cognições, mas pode também gerar diferenciação”.

E, tão importante quanto a necessidade de se perceber a complexidade do mundo e das sociedades modernas, há ainda o fato de que existe uma desigualdade profunda entre países e sociedades que interfere no processo de comparação social. Portanto, mostra-se interessante neste trabalho atrelar a teoria da comparação social de Festinger (1954) com os processos de comparação social em contexto migratório. Já na década de 1970, Nagel (1974) acreditava que as desigualdades sociais objetivas numa sociedade, ao serem comparadas com outras realidades, afetavam o comportamento das pessoas. Desse modo, Panning (1983, pp. 323-324) afirma que “[...] as desigualdades em uma sociedade afetam o comportamento de seus membros apenas se esses indivíduos compararem seu próprio destino com o dos outros e, como resultado, ficar satisfeito ou insatisfeito”.

Em termos migratórios, ainda que a globalização suscite uma ideia e um caminho para uma provável homogeneização e possibilite o surgimento de expressões como a “McDonaldização da Sociedade” (Ritzer, 1983), “Coca-colonização” e “Hollywoodização” (Tsuda, 2017) para descrever a racionalidade extrema em uma sociedade que valoriza o que é eficiente, que pode ser previsto e calculado para minimizar as incertezas, por outro lado se faz necessário também analisar o espectro da sociedade moderna como algo plural, dinâmico e diverso.

As sociedades contemporâneas apresentam-se numa diversidade abrangente e pluriforme – de pessoas, de culturas, de pensamentos, de movimentos... – uma paleta de possibilidades e desafios interpeladores dos conhecimentos, dos valores e das ações da vida quotidiana. Uma tela que recupera memórias, evidencia culturas e identidades, potencia discussões, reivindica diálogos construtivos e transformadores (Silva, Cabecinhas & Evans, 2019, p. 7).

Para Silva, Cabecinhas e Evans (2019, p. 7), “ao debater a comunicação intercultural nas sociedades contemporâneas não podemos esquecer que neste mundo dito globalizado, muitas fronteiras (físicas e mentais) permanecem e muitas outras são (re)edificadas [...]” e, dessa maneira, existe “[...] a necessidade cada vez mais urgente

de superar uma mera retórica multicultural, de modo a desconstruir “velhas” e “novas” fronteiras”.

Corroborando na busca pela definição do conceito de comparação social, se faz importante trazer o que afirmam Vala e Castro (2013, p. 576), pois para os autores “a procura de semelhança e a procura da diferença são processos que orientam a comparação social e, desta forma, marcam o modo como pensamos colectivamente e o que, colectivamente, pensamos”. Porém, relevante pontuar que o processo de comparação social não ocorre somente entre grupos e sociedades distintas, mas também no comportamento interno dos indivíduos que formam um grupo ou uma sociedade (Tajfel, 1981).

Na compreensão das dinâmicas identitárias é necessário ter em conta que cada pessoa pertence simultaneamente a vários grupos sociais, sendo que a saliência dessas diversas pertenças depende do contexto e do estatuto relativo dos grupos numa dada estrutura social e num dado momento histórico (Cabecinhas, 2011, p. 174).

Porém, é justamente a interação em diferentes grupos da sociedade que vai fazer com que os imigrantes adotem posturas diversas, em momentos distintos, também como uma estratégia e uma ferramenta de aculturação (Horenczyk, 1997). E o uso de estratégias de aculturação parece necessário e até essencial quando existe um sentimento anti-imigração, pois os principais aspectos que são levados em consideração por parte da população local referem-se às questões ligadas à competição em relação à economia e emprego, de identidade cultural, além do medo e o sentimento de insegurança por problemas relacionados à imputação de crimes e tendências criminosas aos imigrantes (Hellwig & Sinno, 2016).

E a competição social ocorre quando os integrantes de um determinado grupo pretendem reverter e mudar um estatuto que os coloca em desvantagem e, para isso, trabalham para criar uma solidariedade na sociedade onde estão inseridos. A competição social se justifica quando existe a necessidade de uma oposição ao grupo dominante, com o intuito de melhorar a posição relativa a recursos e ao estatuto do grupo, traduzindo-se numa luta por poder. Porém, ainda que num primeiro momento a competição social se mostre como um tipo de oportunidade para a mudança ou avanço

os grupos minoritários, ela geralmente é encarada como uma ameaça pelo grupo de domínio o que, via de regra, pode se reverter em preconceito e discriminação (Smith & Mackie, 1997).

Mas, novamente se mostra importante colocar que tanto a comparação social quanto a competição social não ocorrem somente nas relações entre os grupos, mas também dentro dos grupos.

O grupo também pode ser visto como um lugar onde as pessoas mostram suas diferenças. [...] onde o conflito é inerente ao processo de relações que se estabelece. Onde há uma convivência do diferente, do plural [...]. Num confronto de ideias, buscando conciliar apenas o conciliável, deixando claro as individualidades, o diferente. A importância de afirmar que as pessoas são diferentes, pensam de maneira diferente porque possuem valores diferentes, mas que podem produzir juntas o seu processo grupal. Este é um embate diário das relações pessoais que trazem consigo toda uma história de vida. Relações onde estarão presentes as múltiplas determinações de cada sujeito. Determinações de classe social, de gênero, de raça e de nacionalidade (Carlos, 1998, p. 202).

Porém, participar de um grupo não significa, necessariamente, que exista uma garantia de engajamento. Além disso, na falta de um comprometimento mútuo, o que ocorre é que relações se tornam meras reproduções de domínio (Carlos, 1998). Verifica-se que haverá um esforço mútuo para que os membros de um grupo se unam e se comprometam com objetivos comuns, pois como afirmam Smith e Mackie (1997, p. 352) “[...] as pessoas querem compreender e dominar seus mundos sociais (ver as coisas da maneira mais acertada, manter as opiniões corretas e fazer as coisas bem)”. Além disso, para os mesmos autores “as pessoas também querem se conectar com os outros e serem agradáveis e valorizadas por aqueles cujas opiniões respeitam. Obter e confirmar o acordo de um grupo geralmente alcança os dois objetivos”.

E ainda sobre as questões de engajamento, encontrar o consenso em grupo é uma atividade bastante exigente, pois existe um percurso de influência que é correspondente. As contribuições feitas pelos indivíduos variam conforme o grupo do qual fazem parte e os grupos influenciam, assim, as opiniões dos indivíduos (Smith & Mackie, 1997).

Contudo, se nos relacionamentos dentro do grupo existem diferentes questões que são levadas em conta, quando a relação extrapola e chega a outros grupos, Smith e

Mackie (1997, p. 234) dizem que existe “[...] a tendência de odiar e maltratar aqueles que não são membros do nosso grupo interno, independentemente de quão semelhantes possam parecer aos observadores. Como se sentir bem com o nosso grupo no mundo, às vezes significa destruir os outros”. Para os autores, “infelizmente, as evidências antropológicas sugerem que essa tendência a destruir os outros grupos é a regra e não a exceção nos relacionamentos intergrupos”.

E as relações entre diferentes grupos se mostra fundamental para se compreender os conflitos sociais que ocorrem em contexto migratório, já que os sentimentos parecem exacerbados e a comparação social torna-se quase inevitável.

Em qualquer um dos múltiplos exemplos de maus-tratos a um grupo por parte de outro, os comentaristas podem oferecer inúmeras explicações, incluindo as forças que derivam de estereótipos negativos, ignorância e medo mútuos, distribuição injusta de recursos e histórico de conflitos. No entanto, a pesquisa psicossociológica mais séria sobre o assunto chega a uma conclusão perturbadora: explicações como essa não são necessárias. A discriminação pode ocorrer quando uma linha divisória cria dois grupos, mesmo na ausência dessas fontes comuns de antagonismo (Smith & Mackie, 1997, pp. 238-239).

A crise migratória na Europa, iniciada em 2014, mostra que atitudes e ações de hostilidade em relação aos refugiados e migrantes forçados vêm aumentando, bem como a implementação de políticas contra imigração que resultam inclusive no fechamento de fronteiras. Wike, Stokes e Simmons (2016, p. 4) mostram que uma pesquisa realizada pelo Pew Research Center apontou que a possibilidade de ataques terroristas são facilmente relacionados por muitos cidadãos europeus à crise migratória e à chegada dos refugiados. Os autores referem que em 80% dos países que participaram da pesquisa, metade ou mais da metade das pessoas acredita que a chegada de refugiados faz aumentar a probabilidade de que haja um atentado terrorista em seu país. Para os autores, “[...] o terrorismo não é a única preocupação que as pessoas têm com os refugiados. Muitos também estão preocupados que eles serão um fardo econômico” e que para cidadãos da Hungria, Polônia, Grécia, Itália e França a maior angústia é que “[...] os refugiados tiram empregos e benefícios sociais”. Para finalizar, ainda que a associação entre crimes cometidos e a chegada de refugiados seja menor, dos cidadãos

que participaram da pesquisa “[...] quase metade na Itália e na Suécia dizem que os refugiados são mais culpados pelo crime do que outros grupos”.

No caso da pesquisa realizada pela Pew Research Center fica evidente que perceber o grupo externo como homogêneo é uma tendência. Entretanto, de acordo com o Standard Eurobarometer 92 (2019, dezembro), em Portugal a preocupação com as questões migratórias e com os refugiados é relevante para apenas 3% dos participantes da pesquisa, enquanto que a média nos outros países da União Europeia é de 17%. Ainda assim, é de ressaltar que a imigração ganha relevância na pesquisa e que isso não ocorria desde 2012, porém para os cidadãos portugueses as questões migratórias são um problema que a União Europeia deve resolver, mas apenas 1% dos portugueses julga que é importante haver um orçamento para ser gasto com problemas que se relacionam com a migração.

Já o Special Eurobarometer 469 (2018) traz um relatório sobre a integração de imigrantes na União Europeia e aponta que, de maneira geral, os cidadãos europeus concordam em relação aos fatores que facilitam ou dificultam a integração dos imigrantes. Para 88% dos participantes, oferecer cursos de línguas na chegada é visto como um facilitador, 85% dos entrevistados acreditam que devem ser melhorados os programas de integração e 83% que deve haver um apoio para a procura de emprego. O relatório aponta ainda que 69% dos europeus julgam que integrar os imigrantes é um investimento necessário, mas que a integração deve ser um caminho de mão dupla em termos de responsabilidade, tanto da sociedade de acolhimento como os imigrantes.

Em relação à pesquisa da Pew Research e à tendência em homogeneizar grupos externos, isso ocorre porque alguns efeitos podem ser percebidos quando ocorre a homogeneização, entre eles: a familiaridade, a maneira como as pessoas se conhecem, a possibilidade de uma interação futura e as questões relacionadas à autodiferenciação (Smith & Mackie, 1997).

Se descobrimos que um membro do grupo externo cometeu um crime, concluímos que todos são maçãs podres. Mas se um membro do grupo interno cometer o mesmo crime, podemos considerá-lo como a ação de uma pessoa má. Como nosso grupo é muito diversificado, está sujeito a ter algumas maçãs podres na cesta: isso não significa que todo mundo é ruim. Certamente, esse raciocínio faz o grupo externo parecer ainda mais homogêneo (Smith & Mackie, 1997, pp. 236-237).

E a adesão dos indivíduos a determinados grupos acontece porque há o compartilhamento de experiências e, por consequência, a sensação de pertencimento e são esses os motivos que auxiliam e propiciam a distinção dos indivíduos nas relações entre grupos (Doise, 2005). Porém, ainda que as semelhanças sejam essenciais e capazes de aproximar indivíduos, quando ocorre a filiação a um determinado grupo com características sociais negativas, tendencialmente iniciará uma mobilidade social (Smith & Mackie, 1997).

Ter uma associação a um grupo social permite que o indivíduo obtenha vantagens, mas também desvantagens. E, no caso de as desvantagens serem mais evidentes, Smith e Mackie (1997, pp. 252-253) afirmam que as pessoas irão buscar maneiras de se distanciar já que “a mobilidade social é uma estratégia que envolve a fuga individual da filiação para um grupo negativo, seja por desconexão (criando uma distância psicológica entre si e o grupo) ou por dissociação (fuga física do grupo)”. Ademais, para os autores, “a mobilidade social liberta o indivíduo de muitas das desvantagens da afiliação de grupo e deixa a situação do grupo como um todo não modificado no curto prazo”, porém mudar socialmente “[...] implica esforços para melhorar a avaliação da sociedade do grupo como um todo”.

Contudo, quando a mobilidade social ocupa somente a esfera psicológica, os indivíduos tendem a se desconectar e manter relações mínimas ou enfraquecidas com as outras pessoas do grupo. Mas, quando o distanciamento e a mobilidade social ocorrem de maneira física, o termo adequado a utilizar é a dissociação (Smith & Mackie, 1997).

Enquanto a desconexão ocorre na mente, a dissociação implica uma fuga real do grupo, consternada ou oculta a afiliação ao grupo. Essa forma de mobilidade social ocorre, por exemplo, quando os imigrantes jogam fora sua herança cultural e linguística para se tornarem membros comuns de uma nova nacionalidade (Smith & Mackie, 1997, p. 254).

Porém, para muitas pessoas a possibilidade de desconexão ou dissociação inexistente, e, sendo assim, excluindo-se as chances de haver um distanciamento do grupo de origem ou associado, seja de maneira psicológica ou até mesmo física, a opção restante é atuar de maneira independente ou lutar para que mudanças sociais ocorram (Smith & Mackie, 1997). Mas, como afirma Hogg (2000, p. 406), a mobilidade dos

indivíduos e a possibilidade de haver uma permeabilidade entre grupos, tanto internamente quanto externamente, são acontecimentos raros, pois “as fronteiras intergrupos são, na realidade, geralmente difíceis e impermeáveis [...]” e, ainda para a autora “[...] a permeabilidade intergrupos é percebida como baixa (isto é, as pessoas acreditam que não conseguem se desidentificar de seu grupo e passar psicologicamente no grupo externo) [...]”.

Ainda que a mobilidade entre grupos seja um processo complicado, os membros dos grupos utilizam, em diferentes situações, táticas visando uma mudança social. Desse modo, os indivíduos que contam com uma forte identificação com o grupo onde estão inseridos travarão uma verdadeira batalha social para tentar fazer com que ocorra uma mudança positiva na situação global de um grupo que não é percebido da melhor forma por outros grupos. Entretanto sobre as táticas utilizadas, são referidas a criatividade, a competência social e a reclassificação para mudar a definição do grupo interno (Smith & Mackie, 1997).

Sendo assim, a criatividade social será utilizada “quando se enfrentam a uma identidade negativa em um dimensão [...]” e, sendo assim “[...] os grupos podem introduzir e ressaltar dimensões alternativas, nas quais o grupo interno seja superior” (Smith & Mackie, 1997, pp. 255-257). No caso da competição social, “às vezes, os grupos tentam construir solidariedade social, opor-se à dominação pelo grupo externo e melhorar a posição relativa, status, poder e recursos do grupo interno” e, dessa maneira e utilizando a competição social como tática, atuar para alterar as circunstâncias que fizeram com que o grupo ficasse em desvantagem. Para finalizar, “a mudança social pode também chegar através de classificações que transcendem o grupo” e que “em qualquer organização de negócios, por exemplo, alguns integrantes da equipe diretiva antiga e alguns da nova podem ser homens e outros mulheres”, o que para faz com que “[...] alguns indivíduos que são membros do grupo externo em uma certa dimensão, serão membros do grupo interno em outra; as classificações por status profissional e sexo se cruzam” (Smith & Mackie, 1997, pp. 255-257).

Para corroborar com as questões que envolvem a mobilidade social e de grupo, se faz necessário também considerar as migrações ideológicas já que quando não há um ajuste entre os membros de uma comunidade por, por exemplo, questões religiosas, a

tendência é que os indivíduos insatisfeitos migrem para locais onde se assemelham com os outros residentes. Isso justifica a utilização de símbolos ideológicos em bairros, cidades e até países que, em suma, ajudam e induzem os indivíduos a sentirem-se pertencidos (Motyl, Iyer, Oishi, Trawalter & Nosek, 2014).

Sendo assim, é necessário frequentemente ter uma abordagem individual e coletiva para compreender os fenômenos sociais. Para Vala e Castro (2013, pp. 583-584) “o conceito de representação social retoma uma noção prévia — a de representação colectiva — para a transformar” e, dessa maneira, atua na percepção “[...] para a ideia de que não se pode explicar a permanência sem a mudança e que, entre o novo e o velho, o pensamento social elabora um tecido contínuo de significados”. Portanto, na busca pela definição do conceito de representação social, os autores dizem que “[...] não se pode explicar o individual sem o social, nem vice-versa, e que não há corte entre um e outro nível” e que “[...] as fontes de inovação transformam o conhecimento social e as culturas, e pelos que contribuem quer para acelerar quer para resistir à mudança”. Para finalizar, os mesmos autores afirmam que é relevante pensar na “[...] comunicação e ao discurso quotidiano, pois estes constituem os meios através dos quais as representações se elaboram, difundem e transformam”.

No caso das migrações e de haver uma associação negativa por parte da sociedade receptora aos grupos de imigrantes, isso pode ser uma consequência cultural e, assim sendo, exigirá um tempo maior para que ocorra uma mudança (da percepção negativa para a neutra ou positiva por exemplo). Sendo assim, o significado que as pessoas dão ao mundo passam também pela partilha de tradições e da história, muitas vezes feita de forma oral de uma geração para outra e, dessa maneira, também são parte constituinte da representação social. É então plausível afirmar que ao se olhar para as representações sociais, inevitavelmente deve-se debruçar sobre a cultura e perceber quais filtros estão sendo utilizados na interpretação e no olhar da realidade (Vala & Castro, 2013).

Além disso, para Vala e Castro (2013, p. 595), ao se buscar compreender as representações sociais mostra-se prudente perceber que os fatores que as formam “[...] não ocorreram, porém, somente no passado, constituindo as culturas, mas continuam a produzir-se quotidianamente”. Ou seja, a força das interações que acontecem

diariamente em uma sociedade precisam ser levadas em consideração, bem como as mudanças que ocorrem com o passar do tempo, o que para os autores “por outras palavras, para além de um Outro generalizado que representa a cultura, mantemos também interações com um Outro efectivamente copresente”. Para concluir, os mesmos autores dizem ainda que para que seja possível uma melhor compreensão das plasticidade das representações sociais, deve-se ter em conta que elas são mutáveis e que “[...] elas carregam as marcas do contexto da sua enunciação e, portanto, são igualmente fenómenos de comunicação interpessoal situada, para além de fenómenos de cultura”.

Portanto, percebe-se que a comparação social é inerente aos grupos sociais e atua diretamente na formação do pensamento social. Isso porque, além de as pessoas atuarem de maneira individual, elas buscam sempre a participação em grupos onde sintam-se pertencidas tanto nas questões ideológicas, quanto profissionais e identitárias. E se dentro de uma mesma sociedade, entendida como homogênea, os grupos são tão distintos, no caso das migrações a comparação social é praticamente inevitável. Nos subcapítulos a seguir serão tratadas as questões dos estereótipos e da memória, pois os aspectos sobre a identidade e a comparação social, já abordados também, precisam ser amparados em outros conceitos dentro da Psicologia Social para que a percepção sobre questões migratórias tão complexas possam, de alguma forma, ser explicadas e compreendidas.

2.3. Imigrantes e estereótipos

Uma das definições em relação ao estereótipo foi elaborada por Oakes, Haslam e Turner (1994, p. 1) que afirmam que “a estereotipagem é o processo de atribuir características às pessoas com base em suas participações em grupos” e que “a coleção de atributos que se acredita definir ou caracterizar os membros de um grupo social é um estereótipo”.

Primeiro, sugere-se que, quando lidamos com indivíduos em termos de participação em grupos, normalmente tratamos como se fossem mais parecidos com algumas pessoas (membros do mesmo grupo) e diferentes dos outros (membros de grupos

diferentes) do que realmente são. Segundo, propõe-se que a percepção baseada em grupo está contaminando por valores discriminatórios — tendemos a acreditar que os grupos aos quais pertencemos são melhores do que aqueles aos quais não pertencemos. E esses estereótipos foram caracterizados como, na melhor das hipóteses, um processo de simplificação que serve para tornar a realidade gerenciável e, na pior das hipóteses, um veículo patológico de preconceito e maus-tratos (Oakes, Haslam & Turner, 1994, p. 2).

Porém, vale ressaltar que os autores acima referidos utilizaram como base as definições feitas por Lippmann (1922/2010, p. 85) em relação aos estereótipos. Para o autor, as pessoas terão acesso a apenas uma pequena parte do mundo e para que consigam compreender todo o resto, contarão com a ajuda de atores que irão contar aquilo que não pode ser visto. Ainda para o autor, “na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nos definimos primeiro e então vemos” e, sendo assim, “na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura” (1922/2010, p. 85).

Mas a vida moderna é apressada e multifária, acima de tudo as distâncias físicas separam homens que estão frequentemente em contato vital um com o outro, como empregador e empregado, o funcionário público e o eleitor. Não há nem tempo nem oportunidade para conhecimento íntimo. Em vez disso observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças (Lippmann, 1922/2010, p. 91).

A criação e a manutenção de uma série de estereótipos é que faz com que ocorra a influência, ainda que de forma sutil e difusa. Essa lista de estereótipos consegue catalogar o mundo sem que as pessoas precisem vê-lo, mas não só, para ele os estereótipos são capazes de fazer com que a imaginação seja mais significativa do que a própria experimentação e, através de ideias pré-concebidas, atuar de forma relevante e profunda em todo o processo de percepção (Lippmann, 1922/2010).

E para corroborar com o que afirma Lippmann, Cabecinhas (2002, p. 4) coloca que, “resumindo, se por um lado, os estereótipos são instrumentos que ajudam o indivíduo na simplificação, organização e previsão de um mundo de outro modo excessivamente complexo, por outro, os estereótipos podem ter consequências nefastas a nível das relações intergrupais”. Portanto, a relevância dos estereótipos e a maneira

como eles influenciam os processos entre os mais diferentes grupos sociais interessam, mas não só pois os estereótipos não são individuais e sim processos que se dão no coletivo já que são compartilhados e difundidos através dos valores sociais em uma determinada cultura (Garcia-Marques & Garcia-Marques, 2003).

Sendo assim, para Garcia-Marques e Garcia-Marques (2003, p. 13), “[...] os estereótipos são representações simples de realidades complicadas, mas, para além disso, o seu conteúdo não é social ou politicamente neutral, o seu conteúdo justifica psicologicamente a hierarquia social e as desigualdades sociais que dela derivam”. Ainda para os autores, os estereótipos cumprem duas funções bastante importantes, “[...] a função heurística, que permite atalhar mentalmente os labirintos sociais em que vivemos, e a sua função defensiva, que permite justificar as desigualdades e injustiças sociais”.

E, no caso das migrações e dos imigrantes, os estereótipos agem como um importante filtro social, pois para além de todas as dificuldades inerentes às pessoas que chegam em uma nova cultura, cidade ou país, os imigrantes deparam-se com difíceis questões relacionadas aos estereótipos e a forma como os grupos sociais onde estão inseridos são vistos por quem faz parte da sociedade de acolhimento. Allport (1954), quanto trata da normalização dos estereótipos, afirma que a mente humana em estado normal organiza as informações em categorias para melhor compreender o meio natural e social em que se encontra. Além disso, quando o autor se refere às funções da categorização, ele sugere que isso serve inicialmente para que as expectativas em torno das pessoas, acontecimentos e objetos nos sejam fornecidas. Tais informações são categorizadas e servem de referência para o comportamento adequado que adotaremos dependendo das circunstâncias e da leitura do contexto, incluindo as situações de perigo. Dessa maneira, categorizar as pessoas ajuda a poupar tempo e esforço, pois serve de resumo para uma infinidade de pessoas, objetos e acontecimentos (Allport, 1954).

Em terceiro lugar, a categorização permite-nos identificar rapidamente objectos relacionados entre si. Em quarto lugar, a categorização implica uma associação entre certas crenças e certos valores sociais. Assim, as nossas categorias não são apenas conjuntos de conhecimentos sobre classes de objectos, mas também possuem um conteúdo emocional associado a todos esses objectos, que decorre da assimilação

de valores que nos são socialmente transmitidos. Finalmente, embora nossas categorias sejam generalizações, essas generalizações podem variar ao longo de um *continuum* de racionalidade, desde, por exemplo, as leis científicas (totalmente racionais) até aos estereótipos (carregados de preconceitos) (Marques, Páez & Pinto, 2013, pp. 437-438).

Portanto, as ligações entre estereótipos, preconceito e discriminação são complexas. Conforme afirma Cabecinhas (2012), os estereótipos não necessariamente refletem a realidade, já que costumam ser partes muito simplificadas da realidade e não só, pois, de acordo com a autora, os estereótipos geralmente são influenciados diretamente pela percepção que o indivíduo tem sobre determinados objetos e não do significado que esse objeto possui. Além disso, é também importante referir a diferença entre autoestereótipo e heteroestereótipo, sendo que o primeiro analisa os estereótipos do próprio grupo e o segundo faz a análise sobre o grupo dos outros (Cabecinhas & Amâncio, 2004).

Ou seja, quando os estereótipos são vistos sob a perspectiva das migrações, Marques et al. (2013, p. 443) afirmam que “de facto, em muitos casos, os estereótipos traduzem os papéis sociais que são atribuídos tradicionalmente aos grupos e as suas relações no seio da dinâmica social” e, quando dizem isso, corroboram com o que afirmam Cabecinhas e Amâncio (2004, pp. 19-20), que, após a realização de estudos sobre estereótipos sociais e assimetria simbólica, concluíram que “[...] enquanto ao grupo dominante são associados traços que remetem para um papel activo na sociedade (trabalhadores, empreendedores, etc.), ao grupo dominado são associados traços que remetem para um papel decorativo ou lúdico (cheios de ritmo, musicais, etc.)”.

Urge então se discutir as questões de preconceito em relação aos imigrantes por parte da sociedade acolhedora, mas também como os estereótipos podem ter um peso negativo na atribuição de adjetivos de cunho pejorativo que podem resultar em atitudes xenófobas, preconceituosas, de exclusão e até de violência.

Os preconceitos com frequência não são percebidos como um evidente desvio da “realidade”; aqueles que são percebidos deste modo são fáceis de superar. Os preconceitos perigosos são aqueles que interpretam a realidade de modo percebido como verossímil, que operam seleções e simplificações visando a dar uma forte coloração negativa e que, porém, possuem um sólido fundamento social. Esses preconceitos não são falsificáveis no contexto social no qual operam. Tende-se, de

fato, a ler como exceções os dados que parecem contradizê-los: o hebreu generoso é um “bom hebreu”, isto é, a exceção que confirma a regra segundo a qual os hebreus são avaros e talvez maus; se um estrangeiro comete uma violência a uma mulher, é porque todos os estrangeiros são estupradores potenciais; se, porém, um estrangeiro salva uma cidadã de uma agressão, o fato, não se encaixando no estereótipo negativo, não é generalizado, porque constitui a exceção à regra. Essa “infalsificabilidade” é reforçada pelo fato de que com frequência os diversos estereótipos se coordenam um com o outro vindo a configurar quase uma “teoria” (Santoro, 2014, p. 19).

No caso dos imigrantes existe uma facilidade ainda maior no uso e atribuição de estereótipos para os definir. Dessa maneira, pessoas estranhas ao grupo e que são consideradas de fora não contam com características comuns do grupo majoritário e, sendo assim, passam por uma absoluta estereotipização. Há um sentimento em relação ao estrangeiro que facilita os estereótipos, a acentuação daquilo que não é comum, que não é igual e que chama a atenção por ser diferente. Além disso, outro comportamento que se nota entre os estrangeiros é o desenvolvimento de um comportamento social mais voltado para questões racionais e não tão afetivas o que, para o autor, ajuda no reforço e no distanciamento, mas também faz com que as pessoas da sociedade de destino atribuam estereótipos negativos aos imigrantes mais facilmente (Santoro, 2014).

Para Santoro (2014, pp. 20-21) “é esta estereotipização negativa dos estrangeiros que define a imigração como “fato social”, enquanto distinta do fenômeno demográfico, estatístico, econômico, etc” e, sendo assim, “[...] o modo pelo qual as “práticas” sociais e culturais, isto é, os mecanismos retóricos, simbólicos, midiáticos, definem como um fato único uma realidade tão variada, ambígua e socialmente indeterminada e indeterminável [...]”. Para o autor, “o fenômeno da imigração é um emaranhado indissociável de microeventos e de fenômenos com frequência incontáveis que vem montado pela opinião pública em um único fato social “evidente” e claro nos seus contornos minuciosos” (2014, pp. 20-21).

E se para os imigrantes os estereótipos tendem a ser negativos, no caso dos refugiados a situação tende a ser mais grave e preocupante. Santoro (2014) faz questão de abordar os aspectos relacionados às políticas migratórias e seus efeitos nas populações migrantes. Para o autor, a ideia de utilidade do imigrante e do papel que deve ou não desenvolver na sociedade de acolhimento resulta da finalidade das políticas

migratórias que são postas em prática e que visam, sobretudo, a facilidade de entrada e da obtenção de autorização de residência de pessoas com talentos especiais e que, por consequência, sejam capazes de desenvolver trabalhos e ocupar cargos vagos que não são preenchidos por cidadãos locais nacionais.

O poder do estereótipo do imigrante útil à procura de um trabalho necessário para a sociedade que o acolhe é de tal modo forte que obscurece completamente o estereótipo do imigrante que necessita de proteção humanitária. As condições de muitas partes do mundo são tais que, por guerras, fome, desastres naturais, ditaduras, uma fatia significativa da humanidade teria boas razões para fugir em busca de alguma forma de proteção humanitária. No entanto, cada vez que é anunciado um grupo de imigrantes que viajam para a Europa, ignorando completamente as condições daqueles que o compõem, eles nunca são vistos como um grupo de “refugiados”, mas sempre como um grupo de “clandestinos” que buscam entrar sem visto e, portanto, sem que haja uma demanda efetiva de trabalho para eles (Santoro, 2014, p. 26).

De acordo com Santoro (2014), o refugiado não pode ser considerado um imigrante útil por se encontrar em um limbo jurídico e social, pois as políticas migratórias voltadas para atração de talentos e imigrantes qualificados são geralmente desenvolvidas para cidadãos que ainda se encontram nos seus países de origem e vislumbram na imigração uma forma de ascender socialmente. Para o autor, os refugiados também não são abrangidos pelas políticas migratórias voltadas para a atração de talentos porque não estão mais nos seus países de origem e, mesmo já estando em países europeus por exemplo, suas qualificações e competências profissionais não são levadas em conta, pois esses refugiados aceitaram desenvolver trabalhos e ocupar cargos não qualificados por falta de opção e para obterem o direito de residir na Europa. Ainda para o autor, a inexistência de medidas voltadas ao conhecimento das qualificações profissionais dos refugiados que já encontram-se em países europeus contribui sobremaneira para que ocorra um reforço de estereótipos e até o desenvolvimento de novos estereótipos.

Dessa maneira, Santoro (2014, p. 26) afirma que “o principal dano que estas políticas produzem é reforçar a ideia de que um migrante não deve, absolutamente, fazer um trabalho atraente para um nativo, pois neste caso ele não é útil, já que está “roubando seu emprego” e, sendo assim, “encontra-se em afirmação, nas asas dessas

políticas e estereótipos que para elas contribuem, um novo tipo de ‘less eligibility’”. Fazendo um contraponto com a atualidade, o autor ainda diz que “hoje, essas políticas difundem a ideia de que um imigrante pode apenas ter acesso a trabalhos que obrigam a uma vida que nenhum nativo estaria disposto a ter, caso contrário não é útil, mas danoso [...]”, porém essa ideia pode ser revertida quando o imigrante “[...] tenha conhecimentos específicos que nenhum nativo possui, o que seria um “talento” [...] conhecimentos específicos que, naturalmente, os imigrantes devem colocar à disposição da coletividade para promover a afirmação de novas alternativas produtivas que permitam a contratação de trabalhadores locais” (2014, p. 26).

Se faz necessário também ter em conta que a esterotipização de um grupo não ocorre única e exclusivamente através de conteúdos somente positivos ou negativos, mas que ocorre uma ambivalência onde características tidas como positivas podem se contrapor e se compor com sentimentos negativos. A teoria de Susan Fiske (citado em Marques, Páez e Pinto, 2013, p. 482) sobre o Modelo do Conteúdo dos Estereótipos, ainda que com suas limitações (Cabecinhas, 2002), demonstra que características e adjetivos antagônicos entre si podem ser atribuídos a um mesmo grupo e um estudo conduzido por Fiske mostrou que, quando cidadãos europeus foram requisitados para caracterizar seus países e outros países da Europa, atribuíram características que comprovam sua teoria. “Aos povos “competentes” mas “antipáticos”, “frios” e “distantes”, como os alemães e os ingleses, opunham-se os povos meridionais, “calorosos” e “simpáticos”, mas “incompetentes”.

Países, possivelmente mais do que por mera coincidência, conhecidos nos corredores da UE pela sigla *PIGS* (*Portugal, Italy (Ireland), Greece, Spain*), com seus fadistas e tesoureiros, pescadores e gondoleiros, empregados de mesa sebosos, tapas e sardinha assada, “Zorbas” e “Zezés Camarinhas”, pitorescos e ideais para férias, mas incapazes de controlar os seus défices orçamentais, pouco fiáveis e, por isso, detentores de crédito duvidoso junto dos organismos financeiros internacionais “competentes” mas “antipáticos”...! (Marques, Páez & Pinto, 2013, p. 482).

Portanto há uma relação entre a maneira como os grupos são percebidos na sociedade e o papel fundamental que a atribuição de estereótipos colabora com essa percepção. Além da ilusão da meritocracia (Cabecinhas & Macedo, 2019), para Marques et al. (2013) há uma interdependência entre as pessoas que fazem parte de

um determinado grupo ao estereotiparem pessoas de um exogrupo. Sendo assim, para os autores ocorre uma atribuição de dimensões que, mesmo independentes, se relacionam entre si, como as questões relacionadas com a competência e com a simpatia de um lado e com a antipatia e a incompetência de outro.

Ainda para Marques et al. (2013, p. 484) se “[...] a competência é geralmente percebida como uma característica não controlada (ou se é “naturalmente competente” ou se é “naturalmente incompetente”), por outro, a simpatia é vista como uma atitude intencional” e, sendo assim, “[...] os simpáticos e competentes correspondem geralmente ao endogrupo [...]”. Porém, “existem também alguns grupos cujo estereótipo os coloca no quadrante dos antipáticos e incompetentes, grupos vistos de forma consistentemente negativa, e objectos de uma discriminação flagrante [...]” como é o caso dos ciganos em Portugal e na Europa.

Em relação aos ciganos e os mais diferentes estereótipos que lhes são atribuídos, saltam as questões relacionadas à memória, um aspecto que é extremamente relevante e serve de ponto de partida para o subcapítulo a seguir, pois auxilia a conjecturar os tópicos já abordados da identidade social, da percepção de grupo, da conformidade, da comparação social e dos estereótipos.

2.4. Memória

Para iniciar o subcapítulo relativo à memória, a citação retirada do portal do Projeto Pare, Escute, Olhe (2015) se mostra premente e necessária, pois possibilita uma interligação entre os tópicos abordados anteriormente.

Os estereótipos negativos que se criam em torno dos ciganos são consequência daquilo que lhes foi feito no passado. Antropólogos e especialistas em relações interétnicas e ciganofobia, acreditam que a origem do preconceito contra as comunidades ciganas possa estar relacionada com as profissões através das quais sobreviviam. Historicamente, os ciganos lidavam, na idade média, com três ramos de ocupação mal vistos pela sociedade. Eram então associados à indústria da “diversão”, como músicos, dançarinos e adivinhos, da “morte”, como talhantes, e do “lixo”, como ferreiros, que por não terem acesso à matéria-prima era forçados a procurar ferro-velho nos detritos. Durante este período, várias lendas populares percorreram a Europa formatando o pensamento da época. Uma delas é a de que o ferreiro que fez os pregos colocados em Jesus, na cruz, era cigano. Jesus então teria

amaldiçoado todos os ciganos com uma vida de nomadismo. Aliás, é o nomadismo o fator apontado como o principal motivo da desconfiança que a sociedade alimenta em relação a este grupo étnico. A necessidade de deslocar-se, geralmente em coloridas caravanas, para encontrar melhores condições de vida, fez com que os ciganos tivessem um contato mínimo com o mundo “não cigano”. Fora estes e outros casos, a realidade é que os preconceitos contra os ciganos se foram acumulando durante séculos no imaginário popular, o que provocou, por sua vez, um maior isolamento entre estes grupos (Pare, Escute, Olhe, 2015, 27 de março).

Portanto, é fato que os estereótipos se relacionam com a memória que, por sua vez, desempenha um papel preponderante nas interações sociais. A natureza da memória humana é reconstrutiva e não consegue literalmente traduzir o que ocorreu no passado, mas se utiliza de pequenos acontecimentos reais que são filtrados e passam por modificações que dependem da maneira como aquilo ocorreu e foi interpretado. Além disso, há uma influência profunda e que deve ser considerada na maneira como as testemunhas do fato histórico relatam o que viram e como viram bastante tempo depois da ocorrência dos fatos (Aronson, 1999).

Porém, a memória é reconstrutiva, mas também autobiográfica no caso das memórias pessoais. Para Aronson (1999, p. 168) “[...] com o passar dos anos, as nossas memórias tornam-se cada vez mais coerentes e cada vez menos rigorosas” e, dessa maneira “[...] até certo ponto, nós reescrevemos a nossa própria história. Não estamos a mentir sobre o passado, só que não nos lembramos dele com rigor. Neste sentido, nós remodelamos as nossas memórias”.

Por outro lado, não se pode abordar a memória sem incorrer, mesmo que de maneira resumida, através da cognição social e a formação das impressões, visto que são conceitos complementares. O conceito de cognição social, desenvolvido inicialmente nas décadas de 1970 e 1980, entende e argumenta que as pessoas formam suas impressões através de desenhos e estruturas mentais preexistentes que auxiliam os indivíduos na interpretação e entendimento do mundo exterior (Garrido et al., 2013). E a compreensão desses modelos mentais das pessoas que são, muitas vezes inconscientes, se tornam importantes para que seja possível analisar a forma como ocorre a percepção e, por conseguinte, os julgamentos dentro de um grupo ou sociedade.

Ainda para Garrido et al. (2013, pp. 69-70), os pesquisadores focados no desenvolvimento do conceito da cognição social atuaram na busca e compreensão de como são formadas as impressões e, posteriormente, na criação de modelos de memórias. Ainda que a estrutura desses modelos não obedeça uma estrutura específica, ela segue um padrão básico de códigos e de ferramentas de recuperação que se decompõem em etapas, entre elas a busca pela informação num primeiro momento e a utilização das informações coletadas posteriormente, sendo assim, “estas etapas são a percepção, codificação e recuperação e são acompanhadas pela especificação dos processos de representação, transformação e processamento de informação que ocorrem em cada uma delas”.

Em resumo, a teoria de Hamilton (citado em Garrido et al., 2013, p. 70), pressupõe que “a primeira etapa diz respeito à *percepção* da informação disponível acerca dos outros” e que, mesmo quando os dados não são suficientes, as impressões serão formadas através dos estímulos percebidos, mas também tendo por base os conhecimentos adquiridos anteriormente que podem complementar as informações adquiridas naquele momento. Em seguida, todas as informações colhidas serão codificadas “[...] através das estruturas cognitivas do perceptível”. Então, “a informação codificada é cognitivamente processada através de mecanismos de elaboração e organização (interpretação, categorização, avaliação, atribuição, etc.) em relação ao conhecimento prévio do perceptível, permitindo-lhe completar ou inferir e ir além da informação dada”. Posteriormente surgem as representações cognitivas que serão convertidas em memória e que, na maioria das vezes, são diferentes dos dados e estímulos reais para finalmente ocorrer a etapa da recuperação e “nesta fase considera-se o modo como o perceptível descodifica a informação, faz inferências, recupera informação, faz julgamentos e exibe comportamentos face às outras pessoas” (2013, p. 70).

Portanto, após um resumo sobre como ocorre o processo de percepção, formação de impressões e memória, busca-se a compreensão sobre a importância da memória social e de como essa memória exerce influência nos grupos e na sociedade. O agrupamento das representações sociais em relação ao passado e que são transmitidas dentro de um grupo correspondem à memória social, algo muito maior e mais complexo

do que apenas a recordação de acontecimentos ou a reprodução de fatos, pois é influenciada diretamente pelas competências e de como os indivíduos se relacionam na sociedade. Sendo assim, “um aspecto importante a salientar é que a memória social não é terreno neutro nem anódino. As imagens do passado tanto podem servir para legitimar uma dada ordem social, reforçando o *status quo*, como para contestar activamente essa ordem” (Cabecinhas & Nhaga, 2008, p. 114).

Também se mostra necessário conceituar a memória social e definir memória social passa, inevitavelmente, por pressupor a existência de maneiras de como as representações do passado são mediadas e, dessa maneira, pela importância dos *media* neste processo já que são os meios de comunicação os responsáveis por possibilitar que um grande número de pessoas tenha conhecimento sobre os acontecimentos e fatos do passado (Horta, 2009).

Ou seja, se faz necessário traçar paralelos entre as questões relacionadas à memória social, às migrações e às consequências sociais e políticas destas. Para Bauböck (1998, p. 320), a democracia, que é tradicionalmente delimitada por uma questão espacial, não costuma obedecer limites temporais e conta, em sua base, com conceitos bem definidos em relação à soberania e à autodeterminação, ou seja, é em tese uma sociedade programada para perdurar por diversas gerações e que visa, via de regra, um futuro. Desse modo, para o autor cria-se assim um “[...] vínculo de amizade cívica ou solidariedade entre cidadãos, que tem sido visto como essencial para a estabilidade de uma política democrática desde Aristóteles, é amplamente fundamentada em um passado compartilhado [...]” que, por sua vez, possibilita “[...] uma descendência comum imaginada em nações ou a celebração compartilhada de um ato revolucionário de fundação”. Porém, o mesmo autor ainda diz que “a migração internacional altera ambas as suposições. Isso cria fronteiras territoriais confusas nas sociedades e cria populações territoriais que não necessariamente compartilham um passado ou futuro comum” (1998, p. 320).

A migração é um movimento de pessoas no espaço que muda a composição das sociedades. A migração interna afeta a distribuição territorial das populações dentro de um estado; a migração internacional redistribui as populações entre os estados. A migração, nesse sentido, é diferente da mera viagem em sua dimensão temporal, e não em sua dimensão espacial. É um movimento espacial cujas consequências

possuem uma considerável duração. Essas consequências podem ser estudadas no nível micro do indivíduo ou da família e no nível macro das sociedades de envio e recebimento. Para migrantes individuais e suas famílias, a migração é um evento em tempo biográfico. Ele divide suas vidas em fases distintas (não apenas para quem se move, mas também para quem é deixado para trás). Compreender como a migração (em diferentes idades, em diferentes relações de dependência familiar) estrutura as biografias é uma tarefa importante para a sociologia (Bauböck, 1998, p. 321).

E compreender como as memórias são criadas e recriadas em contextos migratórios tão diversos, tanto no país de destino quanto no de origem ou até internamente, suscitam as mais diferentes questões, entre elas a da importância da memória social, especialmente em situações conflituosas. O pensamento de Licata et al. (citado em Cabecinhas e Nhaga, 2008, p. 114) refere que as lembranças de conflitos históricos serão recordados de formas diferentes, dependendo do ponto de vista do interlocutor. Para os autores, quando um grupo sofreu injustiças históricas, por exemplo, ele tendencialmente trabalhará para que o peso dessas injustiças seja voltado para uma reparação de cunho moral ou político, enquanto que o grupo que praticou os atos de injustiça tenderá pelo caminho do esquecimento e tratará de silenciar os acontecimentos até como forma de proteção. Portanto, para ter em conta o peso e a importância da memória histórica pode ser fundamental para que haja a possibilidade de se restabelecer a justiça social, mas também para que os grupos consigam se reconciliar e conviver em sociedade de maneira pacífica (Cabecinhas & Nhaga, 2008).

Além disso, a importância da memória social também se dá porque ela possibilita a construção de um sentido de pertencimento o que, por consequência, se reverterá em ações políticas relevantes, muitas vezes fortemente contestadas no cenário político. As políticas de memória surgem justamente quando pessoas pertencentes a um determinado grupo ou sociedades inteiras fomentam debates que visam uma interpretação do passado coletivo e, sendo assim, tornam possível a ocorrência de conflitos, pois há um embate entre a individualidade do grupo ou da sociedade e a grande quantidade de memórias que são propostas pelos membros do grupo ou da sociedade (Glynn & Kleist, 2012).

Em sociedades onde as mudanças políticas ou sociais ocorreram de maneira brusca, conflitos em relação à memória social são predominantes já que, via de regra, a política da memória é forte e passional e determina, entre os mais diferentes atores

políticos do passado, qual deles terá um papel preponderante no estabelecimento de uma nova política e, por consequência, do estabelecimento do sentido de pertença de uma sociedade (Glynn & Kleist, 2012).

Portanto, para Glynn e Kleist (2012, p. 10) “[...] também é significativo para as sociedades que debatem a migração, caso em que as memórias lembradas fazem declarações específicas sobre pertencimento e incorporação de migrantes”, ou seja, “[...] as políticas da memória são históricas e respondem a desenvolvimentos e mudanças gerais da sociedade, ajustando a percepção do passado a mudanças nas constelações sociais e porque os atores podem utilizar as memórias para enfrentar novos desafios”.

Devido ao seu caráter político, as memórias são relevantes para a migração de várias maneiras: determinando a pertença e a relação que se seguiu entre os migrantes e sua sociedade receptora, influenciando as políticas de migração e estruturando o debate político sobre a pertença e a migração. Todos os três aspectos da memória política permeiam três níveis: grupos sociais, sociedade nacional e estado. Memórias contribuem para a discussão sobre a incorporação de migrantes em cada um desses três níveis (Glynn & Kleist, 2012, p. 10).

Outrossim, a dedicação dos migrantes em busca de reconhecimento e sentimento de pertença na sociedade acolhedora pode ser percebida na forma como o passado é manuseado por eles e demonstra que há um esforço de conciliação, na maneira como se negocia e até contestam pretendendo ser reconhecidos e incorporados ao novo país, cidade ou estado onde vivem. Entretanto, só será possível para os migrantes incorporarem suas memórias na sociedade de destino, caso esta seja compreendida por eles como inclusiva tanto para quem nela chega quanto para quem sai (Glynn & Kleist, 2012).

Porém, é plausível afirmar que mesmo que as políticas migratórias e de acolhimento na sociedade receptora ou país de destino sejam fundamentais para que os migrantes se integrem, troquem, absorvam e, portanto, possibilitem o despertar de um sentimento de inclusão, para Bauböck (1998, pp. 327-328), outras questões se relacionam e, para o autor, “[...] a natureza histórica das comunidades culturais torna possível manter sua continuidade mesmo quando elas se desconectam dos territórios [...]”, ou seja, “as comunidades políticas dificilmente podem migrar, mas as culturais podem”. E, ainda para o autor, “as comunidades culturais, no entanto, podem migrar de

quatro maneiras diferentes: como culturas migrantes, por deslocamento territorial, por expansão ou contração e por recriação”.

Sendo assim, a manutenção das identidades culturais é facilitada pelas viagens frequentes, meios e canais de comunicação e informação e por conta dos laços emocionais que não são desfeitos pelos migrantes, porém tais identidades culturais são moldadas no contexto migratório e atingem também a cultura de origem, ou seja, é uma troca. Contudo, dependendo das condições oferecidas aos imigrantes nos países de destino, poderá ocorrer uma reinvenção de identidade e que a recriação cultural é antagônica ao deslocamento cultural, porque não é a cultura de uma minorias de imigrantes que explica as razões pelas quais eles imigraram, mas é a migração que consegue explicar suas identidades culturais (Bauböck, 1998).

Durante muito tempo, houve um consenso sólido de que a imigração envolvia um novo começo com base em várias formas de esquecimento. Esse consenso esperava que os imigrantes deixassem seu passado para trás para "renascerem" em um contexto nacional diferente e comesçassem novamente, adaptando-se à cultura de seu novo local de residência. Até bem recentemente, por exemplo, as políticas de imigração norte-americanas baseavam-se no pressuposto de que as memórias dos migrantes impediriam e até bloqueariam um processo bem-sucedido de integração social. Enquanto o foco nas origens e na memória era visto como preservador das diferenças culturais, a orientação para um futuro comum deveria unir os membros da sociedade (Assmann & Schwarz, 2013, pp. 51-52).

Portanto, a integração social dos imigrantes ou as questões relacionadas à memória são motivos de preocupação por parte dos governos dos mais diferentes países e, para Glynn e Kleist (2012, p. 16), “como os estados promovem a lembrança da migração pode influenciar as relações sociais, a dinâmica social e a capacidade dos migrantes de participarem da sociedade. Portanto, as memórias da migração representam uma importante questão política”. Desse modo, para os autores os “museus, memoriais e dias nacionais podem então emergir como instrumentos políticos do estado que podem ajudar a formar um pertencimento nacional no qual os migrantes podem ser incorporados, de uma maneira ou de outra” e, uma das formas eficazes de fomentar uma integração é quando “a política de memória do estado é ainda mais óbvia e diretamente utilizada para incorporar migrantes nas escolas através da educação histórica” (2012, p. 16).

Porém, o destaque dado às questões da memória social por governos e líderes políticos também pode ser resultado da ênfase ao qual os construcionistas e desconstrucionistas dão ao afirmarem que o passado é moldado e elaborado no presente (Olick & Robbins, 1998). Dentro dos mais diversos trabalhos desenvolvidos por sociólogos em relação à memória, há um grande espaço ocupado pelos pesquisadores que sugerem que os fatos e imagens do passado são alterados ao longo do tempo por grupos sociais que, com os olhos voltados ao presente e ao futuro, entendem que a maleabilidade da história pode servir a interesses individuais e particulares e, dessa forma, se ocupam em contar a história conforme convém. Em contrapartida, existe uma série de outros pesquisadores que defendem a ideia de haver limite para a maleabilidade do passado e, por consequência, das memórias que nele estão contidas (Olick & Robbins, 1998).

Para finalizar, “os estudos da memória social se encaixam claramente no amplo interesse pela identidade no discurso social e sociológico recente. A memória é um meio central, se não o único meio, através do qual as identidades são constituídas”, ou seja, “[...] os estudos de memória social não são um subcampo estreito; fornecem lições poderosas para a sociologia como um todo [...]” e, portando, “a sociologia [...] não pode se dar ao luxo de esquecer a memória” (Olick & Robbins, 1998, pp. 133-134).

CAPÍTULO 3 — OS *MEDIA* E A SOCIEDADE

3.1. Teoria do *Gatekeeping*, opinião pública, sociedade do espetáculo e valores notícia

A Teoria do *Gatekeeping* se mostra essencial e possibilita uma compreensão mais apurada do poder que os *media* exercem na sociedade e a força que possuem na formação da opinião pública. Para definir o conceito, faz-se necessário trazer a obra de Shoemaker e Vos (2009, p. 1), dedicada exclusivamente ao tema e, para os autores, “o *gatekeeping* é o processo de selecionar e criar incontáveis bits de informações no número limitado de mensagens que chegam às pessoas todos os dias e é o centro do papel dos *media* na vida pública moderna”. Isso porque, os mesmos autores dizem que “as pessoas confiam nos mediadores para transformar informações sobre bilhões de eventos em um subconjunto gerenciável de mensagens dos *media*” e que “[...] restringir tantas mensagens em potencial a tão poucas parece impossível, mas existe um processo longo e estabelecido que faz com que isso aconteça dia após dia”. Portanto, “esse processo determina não apenas quais informações serão selecionadas, mas também qual será o conteúdo e a natureza das mensagens, como notícias” (2009, p. 1).

Ainda que seja um conceito aparentemente recente, os primórdios do tema foram cunhados por Kurt Lewin (citado em White, 1950, p. 383) já na década de 1940. White afirma que Lewin foi “[...] verdadeiramente um dos grandes cientistas sociais de nossa época, que aplicou o termo ‘guardião da porta’ (gate keeper) a um fenômeno que é de considerável importância para os estudantes de comunicação de massa”. Ainda de acordo com o autor, “[...] Lewin apontou que a deslocação de uma notícia através de certos canais de comunicação dependia do fato de que certas áreas dentro dos canais funcionavam como ‘portões’”, ou seja, “continuando a analogia, Lewin disse que as seções dos portões são governadas por regras imparciais ou por ‘guardiões’, e no último caso um indivíduo ou grupo está ‘no poder’ para tomar a decisão entre ‘entrar’ ou ‘sair’”. Portanto, “entender o funcionamento do ‘portão’ (gate) [...] equivale a entender os fatores que determinam as decisões dos ‘guardiões do portão’ (gate keepers), e ele sugeriu, com razão, que a primeira tarefa de diagnóstico é encontrar os reais ‘guardiões do portão’”.

Porém, Shoemaker, Eichholz, Kim e Wrigley (2001) fazem questão de colocar que a Teoria do *Gatekeeping*, proposta por Lewin, inicialmente pretendia explicar que o consumo de alimentos e depois a circulação das notícias, é afetada pelas mudanças sociais. Os mesmos autores, ainda explicando historicamente o princípio da teoria de Lewin, mostram que a intenção do autor era mostrar que os alimentos provém de diferentes canais como o supermercado ou jardim e que precisam passar por portões para que cheguem até a mesa das famílias, assim como as notícias.

Mas, ainda que a definição de Shoemaker e Vos (2009) seja extremamente importante e útil, diferentes autores contestam-na, especialmente porque a internet e os meios de comunicação digitais foram capazes de introduzir uma nova maneira de realizar e até de construir processos comunicacionais. Em muitos casos há uma inversão nos papéis e os jornalistas e os editores-chefe, por exemplo e no caso das notícias e do jornalismo, se tornam atores secundários que apenas replicam os fatos e acontecimentos trazidos pelo público. Portanto, atualmente a audiência também se tornou responsável por gerar informações e a globalização e as tecnologias de informação e comunicação contribuem para a construção e o desenvolvimento de uma relação conturbada onde a autoridade dos selecionadores das notícias é contestada (Chin-Fook & Simmonds, 2011). Obviamente que tal contestação faz muito sentido no contexto dos meios digitais de informação que, como característica própria, imprimiram uma alta velocidade na circulação das notícias e atuaram quase que de maneira decisiva, tecendo alterações importantes na Teoria do *Gatekeeping*.

Outrossim, Tandoc e Vos (2015, p. 1) foram ágeis em afirmar que “ameaçadas pelo surgimento de fontes alternativas de informação, as redações adotaram novas formas de *feedback* do público e novas plataformas para disseminação de informações, atendendo às preferências e hábitos do público para impedir a migração para outras fontes”, ou seja, o mercado da comunicação e seus agentes buscaram uma atualização apressada para, novamente, ocupar o lugar de selecionadores das notícias, porém agora com a possibilidade de que os espectadores façam parte do processo de maneira mais participativa.

Os jornalistas adotaram os *media* sociais e as integraram ao trabalho de notícias. Ao fazer isso, eles não apenas se expõem a novas vias de *feedback* do público que podem potencialmente aumentar a influência pública no processo de criação de notícias, mas também redefinem rotinas antigas, se não novas, para acomodar essas novas tecnologias e plataformas emergentes. Tais ajustes na maneira como os jornalistas realizam seu trabalho devem ser examinados ao lado de como os jornalistas concebem seus papéis, dado o vínculo intrincado entre as concepções de papéis e o comportamento jornalístico. (Tandoc & Vos, 2015, p. 5)

Isso porque, como afirmam Tandoc e Vos (2015, p. 7), “os sites dos *media* sociais fornecem *feedback* do público aos jornalistas na forma de número de curtidas e *retweets*, e também na forma de comentários que podem refletir atitudes em relação a histórias, questões ou à própria organização de notícias” e que “os principais usos dos *media* sociais nas redações observadas podem ser agrupados nessas três categorias: monitoramento, interação e promoção”.

Ainda assim, é plausível afirmar que o controle dentro do processo social de informação e da escolha e determinação das notícias se alterou substancialmente, principalmente a partir do final do século XX e início do século XXI quando iniciou a grande migração para as tecnologias digitais. Três eventos mundiais podem ser apontados como importantes para que os meios de comunicação tradicionais sejam confrontados na maneira como a seleção e como as notícias eram difundidas, são eles: Primavera Árabe, “WikiLeaks” (uma organização internacional fundada por Julian Assange e que divulga documentos oficiais em seu site através de fontes anônimas) e o movimento “Occupy” (um movimento social e político progressista onde seus participantes se organizam através de redes sociais e fazem protestos em favor da igualdade social e justiça social) (Wallace, 2017). Isso porque, foi particularmente durante os eventos citados pelo autor que os selecionadores de notícias (*gatekeepers*) foram ultrapassados e o trabalho de facilitação ou de imposição de dificuldades para que um fato ganhasse notoriedade e, por consequência, ocupasse um espaço na agenda dos *media*, foi posto à prova.

No entanto, Wallace (2017) faz questão de ressaltar a relevância da nova maneira de disseminação da informação proporcionada pelas plataformas digitais. O autor afirma que, quando pessoas que não possuem relação profissional com o jornalismo ou atuam diretamente na profissão se tornam peças fundamentais na busca

de informações e também principalmente na forma como tais informações são divulgadas é que ocorre uma quebra de paradigma. Há uma transferência de controle, uma substituição em quem possui a informação e vai disseminá-la conforme seus meios. Sendo assim, é notável que a Teoria do *Gatekeeping* está passando por uma transição onde, se antes o fato precisava dos grandes e tradicionais veículos de comunicação para ganhar notoriedade, na atualidade são as mensagens virais que muito mais rapidamente e de forma extremamente eficaz, se encarregam de fazer com que os fatos ganhem proporções colossais.

Ou seja, a amplificação dos veículos de comunicação e do envolvimento de novos agentes no processo fez com que o papel dos *media* fosse questionado, especialmente a função dos jornalistas e como a mediação da realidade ocorria. Para Shoemaker e Reese (2014, p. 39), “por realidade mediada, entendemos a visão de mundo que os *media* retratam, uma visão que é influenciada por uma infinidade de fatores [...]” e que, com isso, “acreditamos que o conteúdo dos *media* não reflete a realidade e que o mundo de acordo com os *media* difere de maneiras importantes de outras representações da realidade, como discursos presidenciais ou pronunciamentos de grupos políticos”, ou seja, “produtores de conteúdo de notícias e entretenimento mediam a realidade através do mero processo de fazer seu trabalho, mas também por causa de seus relacionamentos com cultura, poder e ideologia”.

Nossa discussão mais ampla da realidade nos lembra que objetos mediados - sejam retratados como ficção ou notícias — não são os objetos em si. As realidades das notícias podem ser manipuladas por fontes e profissionais, resultando em reportagens que diferem de maneiras importantes de outras informações sobre o mundo. O mundo dos *media* corresponde às operações biológicas e representações cognitivas do cérebro em reação às ondas sonoras e às emissões eletromagnéticas. Algumas representações são mais precisas que outras, mas os *media* nos divertem e ensinam a pensar de maneiras específicas sobre nossas vidas, pessoas e lugares, e a responder adequadamente a imagens, visões e sons emocionais. O ambiente simbólico construído por nossos cérebros é problemático, porque sabemos que contém imprecisões e suposições incorretas, mas define efetivamente nossas realidades sociais e nossas vidas diárias (Shoemaker & Reese, 2014, pp. 62-63).

E no caso dos refugiados e de suas representações nos *media*, a discussão do conceito e da teoria do *Gatekeeping* são fundamentais, pois a construção da imagem

dos refugiados apenas como pessoas que estão fora do seu contexto social e que estão passando por uma situação de extrema dificuldade tende a condicionar a maneira como as ações que estão diretamente associadas ao papel do estado são realizadas (Rajaram, 2002). Sendo assim, o resultado das ações do estado estarão condicionadas não só à maneira como é descrita e problematizada a questão dos refugiados, mas também de como as pessoas dos países receptores entendem e associam os conceitos territoriais de identidade, de lar e de cultura (Rajaram, 2002).

Para Rajaram (2002, p. 251), “a conexão da identidade política e do discurso com o estado territorial significa que aqueles sem cidadania ou desprovidos dela ficam sem palavras (ou entendidos como sem palavras), exigindo que uma agência ou especialista fale por eles”, ou seja, “a ‘falta de palavras’ dos refugiados reforça a imaginação política centrada no estado; os refugiados se tornam um local onde certas formas de conhecimento são reproduzidas e justificadas”. Portanto, os recortes que são feitos pelos meios de comunicação em relação aos refugiados são um ponto crucial na criação, disseminação e manutenção das percepções do público em relação às pessoas que, em situação de emergência, estão em busca de um novo lugar.

Porém, os *media* têm como uma de suas principais atribuições a demarcação de limites sociais, a definição de ideias e de ações que são aceitáveis ou que não estão em conformidade e, portanto, são desviantes daquilo que não é legítimo do ponto de vista político (Shoemaker & Reese, 2014). Ou seja, para os autores tudo que não for delineado pelos *media* que, via de regra, balizam uma determinada sociedade, será entendido como bizarro e, no caso das pessoas, estas poderão ser apresentadas como loucas, como portadoras de um comportamento não condizente com os daquela sociedade. Dessa maneira, ressaltam-se as diferenças e reforçam-se os estereótipos entre os locais e os forasteiros, àqueles que são dissonantes da sociedade.

E para corroborar com esse pensamento, Malkki (2005, p. 238) afirma que “a representação visual dos refugiados parece ter se tornado um modo de conhecimento singularmente traduzível e móvel sobre eles” e que, “de fato, não é exagero dizer que um tráfego vigoroso, transnacional e amplamente filantrópico de imagens e sinais visuais de refúgio emergiu gradualmente no último meio século”, ou seja, “as fotos de refugiados são agora um veículo essencial na elaboração de uma imaginação social transnacional

de refugiação”. Ainda para a autora, são importantes os efeitos que resultam do uso de representações padronizadas:

A primeira coisa a ser notada sobre a relação mútua entre imagem e narrativa, espetáculo e autorrepresentação, é que as fotografias e outras representações visuais dos refugiados são muito mais comuns do que a reprodução impressa do que os refugiados em particular disseram. Existem contextos institucionais, usos e convenções estabelecidos para fotos de refugiados, mas não para relatos narrativos de exílio de pessoas deslocadas. De fato, algumas dessas convenções visuais parecem ajudar ativamente ao longo da evaporação da história e da narratividade (Malkki, 2005, p. 238).

Por isso e no caso dos refugiados há uma generalização e, por consequência, uma massificação das imagens que são transmitidas pelos meios de comunicação. É o que Feldman (1994) chama de generalidades de corpos ou “corporalidade anônima” onde, através de uma despersonalização, as pessoas se tornam coisas anônimas que ilustram histórias que, via de regra, apelam para a violência e a subordinação de fatores internos e externos às histórias que estão sendo contadas através das telas.

Para Malkki (2005, p. 239), os refugiados são retratados “sem nomes, sem rostos, sem sinais distintivos, sem detalhes de estilo pessoal, geralmente entram no quadro de fotos de refugiados quando eles são imaginados como um mar de humanidade”. Portanto, para a autora “certamente, essa corporalidade anônima não é necessariamente apenas uma característica das cenas de massa; é igualmente visível em outra imagem convencionalizada de refugiados: mulheres e crianças”, ou seja, tais imagens servem a um propósito, pois “essa figura composta e sentimentalizada — ao mesmo tempo feminina e materna, infantil e inocente — é uma imagem que usamos para atravessar as diferenças culturais e políticas, quando nossa intenção é abordar o coração da nossa humanidade”. Há, desse modo, uma humanização anônima, uma maneira de mostrar o martírio humano pelo qual passam os refugiados sem que se tenha a possibilidade de conhecer minimamente a história e o processo individual de cada um.

Os corpos e rostos dos refugiados que piscam em nossas telas de televisão e o retrato brilhante de refugiado em revistas e calendários de parede constituem espetáculos que impedem as narrativas “envolvidas” e detalhes históricos ou

políticos que se originam entre os refugiados. [...] Ou, mais precisamente, torna-se difícil traçar uma conexão, um relacionamento que não seja o de uma simples e simples humanidade subjacente. “Somos todos humanos, afinal.” “Como pai, meu coração se quebra quando vejo aqueles órfãos ruandeses atordoados.” Essas são reações muito humanas e muito decentes. Não podemos deixar de sentir horror e profunda tristeza, penso, diante de tais imagens ou no conhecimento de que tais circunstâncias humanas existem. Mas também é possível e, de fato, útil notar que, em seu universalismo filantrópico avassalador, em sua insistência na secundariedade e no desconhecimento de detalhes de histórias específicas e contextos culturais ou políticos específicos, essas formas de representação negam os próprios detalhes que constituem pessoas algo diferente de corpos anônimos, apenas seres humanos (Malkki, 2005, pp. 239-240).

Portanto, de acordo com os autores, é plausível afirmar que a necessidade dos selecionadores das notícias (gatekeepers) em simplificar assuntos complexos como as questões relacionadas aos refugiados, faz com que as histórias e as notícias sejam encurtadas e, muitas vezes, retirada de contexto. Malkki (2005, p. 241), ao referenciar uma foto que ilustrou a edição de 25 de outubro de 1993 do Los Angeles Times, afirmou que ainda que a foto ocupasse grande parte da página em que estava, ela não estava acompanhada por um contexto, a história.

A autora diz que, para os leitores que não conheciam ou sabiam a realidade dos refugiados retratados, pessoas que fugiam do Burundi, um país da África Central, apenas enxergavam um grupo de pessoas mal vestidas e em situação de risco caminhando a esmo e sem destino. Ainda para complementar sua explicação, a mesma autora afirma que, ao que se sabe, não houve interesse do repórter fotográfico em saber mais sobre aquelas pessoas, descobrir quais eram as motivações para que deixassem o país. Em resumo, “esta fotografia de jornal nos ajuda a ver como ‘o refugiado’ é comumente constituído como uma figura que se pensa ‘falar conosco’ de uma maneira específica: sem palavras”, ou seja, “apenas a presença física do refugiado está ‘revelando’ seu histórico imediato de violência. Então, tendemos a assumir, de qualquer forma”. Porém, mais do que suprimir contextos que é por si só uma situação que contribui para que os espectadores conjecturem histórias que nem sempre condizem com a verdade, o maior problema apontado pela autora quando os *media* retratam o caso dos refugiados são os silêncios que produzem (Malkki, 2005, p. 241).

E a profunda discussão em torno do que os *media*, ao evidenciar um tema ou assunto e escolher determinados personagens, deixam de mostrar e passam desse modo a silenciar (Góes, 2017) é relevante. Não só nos *media* como na política (Cunha, 2005), mostra-se premente compreender que o silenciamento de determinados assuntos e até a não utilização de palavras pode significar que genocídios ocorram sem que governos interfiram (Sontag, 2004). Aqui podemos abordar a teoria da espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 1974, p. 44) que diz que “expressar a opinião oposta ou agir em público de acordo com isso acarreta o perigo de isolamento”. Desse modo, segundo a autora, “[...] a opinião pública pode ser descrita como a opinião dominante que obriga a obediência de atitude e comportamento na medida em que ameaça o indivíduo dissidente com o isolamento, o político com a perda de apoio popular” (1974, p. 44).

Em relação à crise migratória e aos refugiados, dar voz a determinados atores corrobora para a manutenção da opinião dominante:

Pois tende a ser testemunho de “especialistas em refugiados” e “oficiais de assistência” (ou mesmo daqueles já “fontes diplomáticas ocidentais bem colocadas”), e não pelos próprios refugiados. Quantas vezes vimos a imagem nos *media* de um (geralmente branco) funcionário da ONU em pé em uma paisagem poeirenta, talvez na África, cercada por multidões de negros olhando para a câmera e de maneira benevolente e eficiente, dando um resumo de seus números, doenças, necessidades nutricionais, colheitas e nascimento e taxas de mortalidade? Este modo do que pode ser chamado de humanitarismo clínico parece para todo o mundo um relatório exaustivo sobre as massas deslocadas; e o funcionário certamente está tentando ser informativo, além de equilibrar honestidade e diplomacia. E, no entanto, a cena e a voz experiente operam precisamente para apagar o conhecimento. Ao construir uma humanidade crua e uma pura impotência, esse espetáculo praticamente bloqueia a possibilidade de as pessoas se afastarem das multidões, pedindo ou o microfone, e abordando o olho vítreo da câmera: “Agora, se eu puder, senhor/senhora, existem inúmeras coisas que você não considerou, muitos detalhes sobre nossa história e circunstâncias políticas que podem ajudá-lo a nos ajudar. Tais detalhes aparecem facilmente como meras queixas, pontos positivos e posturas em face do outro, narrativa muito poderosa de ajuda de emergência, intervenção humanitária e necessidades humanas cruas (Malkki, 2005, pp. 241-242).

Para Sou (2017, p. 3) “as representações públicas tendem a retirar as questões dos refugiados de seu contexto [...]” e, dessa maneira “os refugiados são simplesmente vistos como existindo, pois há um envolvimento marginal com os fatores estruturais mais amplos que incidem gradualmente e forçam as pessoas a deixar suas casas”. Para a

autora, “a simplificação não é totalmente surpreendente, pois os processos que moldam as questões dos refugiados são complexos e exigiriam a comunicação de processos mais amplos [...]”, ou seja, “[...] tópicos difíceis de destilar e transmitir de maneira envolvente e legível por meio de textos dos *media* que podem ser limitados [...]”. Ademais, para a autora ainda se faz necessário perceber que quando não existe “[...] engajamento com a complexa interação de fatores sociais, políticos e econômicos que moldam as experiências e os problemas dos refugiados significa que as causas e soluções para as chamadas 'crises de refugiados' se tornam severamente transformadas em narrativas simplistas [...]”, e que “além disso, para suprimir os fatores políticos, históricos e socioeconômicos que moldam os problemas dos refugiados, as representações dos *media* carecem de um nível de reflexão sobre os limites dos projetos intervencionistas para promover mudanças sociais sustentáveis”.

E a representação dos *media* pode despertar os mais diferentes sentimentos nas audiências. Tais sentimentos e sensações são explicados por Höijer (2004, p. 515) quando o autor afirma que, “por mais forte ou fraco, politicamente determinado ou não, o efeito dos *media* pode estar relacionado a diferentes crises humanitárias, parece óbvio que é principalmente através dos *media* que nós, cidadãos e políticos, encontramos representações do sofrimento de estranhos distantes”. O autor refere ainda que “a televisão, especialmente, com seu alcance e impacto visual, pode, portanto, desempenhar um papel fundamental na promoção de uma compaixão global coletiva” e que, “as imagens fotográficas são frequentemente vistas como representações verdadeiras da realidade”. Ou seja, o mesmo autor acredita que “como audiência, a experiência é que estamos vendo as vítimas inocentes da violência com nossos próprios olhos, e as imagens se tornam evidências do sofrimento” e que é “através dos *media*, e especialmente através das imagens em movimento da televisão, as pessoas se conscientizam dos sofrimentos de outras pessoas remotas e são desafiadas a incluir estranhos em sua consciência moral” (2004, p. 515).

Em sua obra intitulada “Sofrimento distante: moralidade, *media* e política”, Boltanski (1999) afirma que existe uma distinção na maneira como os espectadores se comprometem emocionalmente e como se relacionam com o sofrimento estando longe dos acontecimentos que podem ocorrer de três formas. A primeira é assistir os fatos

pelos noticiários e ativar o modo de denúncia, ou seja, sentir pena e misturar esse sentimento com raiva o que resulta em uma percepção de que o sofrimento não é justo. A outra forma é chamada pelo autor de modo de sentimento onde os espectadores prestam atenção na vítima e em quem poderá tirá-la daquela situação e simpatizam com a gratidão com que a vítima, no caso desta tese dos refugiados, recebe ajuda humanitária. Por fim, o mesmo autor diz haver uma terceira forma em como os espectadores se relacionam com o sofrimento das vítimas distantes que é o modo estético, onde o público não fica com pena (Boltanski utiliza a terminologia pena e não compaixão em sua obra) ou raiva, nem desperta para a vítima, mas entra em modo sublime onde, ao citar as obras de Goya, o autor acredita que o sofrimento das vítimas, por mais horrível que seja, são revelados quase que de maneira artística, e os espectadores assistem sem agir, contemplam e não sabem como podem reverter a situação como se estivessem vendo uma pintura, um quadro na parede.

Embora seja forçado a ficar inativo, se o espectador permanecer dentro de uma estrutura moralmente aceitável, ele não deixa de ser encorajado a mostrar um interesse que leva em conta a miséria da pessoa que observa e, se não intervir diretamente em sua vida, pelo menos colocar-se em uma disposição ativa de alguém preocupado com ele. Piedade consiste nisso. Há um caminho aberto para ele: transmitir o espetáculo, comunicá-lo aos outros. Mas sua descrição não pode ser realista ou factual. Por razões de simetria, ele deve descrever em uma única operação o sofrimento do desafortunado e o que ele sente ao vê-lo, como é afetado por ele. Esse procedimento libera um espaço no qual a emoção pode ser exibida dentro de um discurso. A pena pode ser mostrada na forma de indignação. A emoção é separada dos infelizes e dirigida a um perseguidor acusado. A emoção também pode ser libertada com ternura, que ignora o perseguidor e se distancia igualmente dos infelizes, mas para trazer à tona a presença de um benfeitor. Essas duas rotas podem ser bloqueadas pela crítica: a indignação é apenas uma perseguição velada; a ternura não passa de um gozo egoísta, inconsciente de si mesmo (Boltanski, 1999, pp. 114-115).

No entanto Höijer (2004, pp. 522-523) sugere que podem haver mais combinações de sentimentos e todas em que o autor se refere foram percebidas nas respostas dos participantes. Para ele, as combinações resultam em “[...] compaixão de coração terno, compaixão cheia de culpa, compaixão cheia de vergonha e compaixão cheia de impotência [...]”. No caso da compaixão de coração terno ou compaixão sincera, o sofrimento das vítimas está no centro da discussão e desse sofrimento origina-

se a empatia do espectador. O autor refere que é comum ouvir das pessoas coisas como: “[...] meu coração quebra quando vejo refugiados. Eles estão chegando aos milhares e contam o que passaram. É tão terrível” ou algo como “Senti pena deles quando eles ficaram lá na lama e no tempo frio. Eles tinham muito pouca comida e você podia ver o medo nos olhos deles”.

A compaixão cheia de culpa referida pelo mesmo autor “[...] traz à tona o sofrimento das vítimas em combinação com indignação e raiva: ‘Fiquei zangado quando vi muitas pessoas e civis inocentes que morreram e foram atingidos pelo conflito’”, mas geralmente “a indignação pode ser direcionada a alguém visto como responsável pelos excessos” e, no caso da pesquisa desta tese, os governos e os políticos geralmente são apontados como responsáveis pela crise migratória (Höijer, 2004, pp. 522-523).

Posteriormente surge, ainda de acordo com o autor, “a compaixão cheia de vergonha traz a ambivalência relacionada ao testemunho do sofrimento de outras pessoas em nossas próprias vidas confortáveis e o aconchego de nossa sala de estar”, também identificada na pesquisa e, por último mas não menos importante, “a compaixão cheia de impotência surge de uma consciência subjetiva dos limites das possibilidades do espectador dos *media* de aliviar o sofrimento das vítimas” (Höijer, 2004, pp. 522-523).

Outro fator interessante é perceber que inicialmente os refugiados saem de seus países em uma condição (sujeitos políticos) e, no percurso até o destino, perdem o status político para se tornarem objeto de políticas migratórias (Godin & Doná, 2016). Além disso, quando os cidadãos que deixaram seus países de origem e encontram-se em situação de risco são despolitizados, há uma tendência de se individualizar as situações e, com isso, sobram menos espaços para que as histórias coletivas sejam contadas. Quando os *media* focam na individualidade dos refugiados, eles os obrigam a negar que existe uma dimensão comum de perseguição e, mesmo facilitando o entendimento das audiências, dificultam o pensamento crítico e de reflexão de como uma ajuda internacional poderia ser útil, mas também exerce fundamental relevância em eximir outros países de culpa por um movimento migratório importante e profundo (Godin & Doná, 2016).

Além disso, ainda em relação aos efeitos dos *media*, Malkki (2005, p. 242) afirma que “as convenções visuais para representar refugiados e a linguagem das ‘necessidades humanas cruas’ têm o efeito de construir refugiados como uma humanidade nua — mesmo como uma presença meramente biológica ou demográfica” e que “esse modo de humanitarismo age para banalizar e silenciar a história e a política — um silenciamento que pode ser legitimamente descrito como desumanizador na maioria dos contextos”.

Para finalizar, Sou (2017, p. 11) diz que “o envolvimento crítico com as causas e soluções para os refugiados também é importante porque há evidências de que o público ocidental se tornou cada vez mais alfabetizado e cínico em relação às representações dos *media* [...]”, isso porque as imagens veiculadas pelos *media* são quase sempre de sofrimento, pobreza e até mortes humanas. Para Hutchison et al. e Tallon e McGregor (citado em Sou, 2017, p. 11), as “[...] muitas representações populares da vulnerabilidade e do sofrimento humano continuam a manter um status quo que assume três ideias principais sobre o público ocidental”, sendo a primeira baseada no fato de que “[...] eles não compreendem suficientemente as questões dos refugiados; segundo, que eles não desejam se envolver com as complexidades dos processos de refugiados; e terceiro, que são receptivos apenas a representações que evocam emoções intensas como medo, piedade, culpa e esperança”. Portanto, “[...] as representações dos *media* podem apadrinhar o público e manter a reprodução de imagens, textos e narrativas simplistas e emotivas sobre os outros que estão distantes”.

A Teoria do *Gatekeeping* se mostra relevante nos trabalhos que visam analisar os *media* e seus impactos, justamente porque possibilitam uma melhor compreensão dos fenômenos que permeiam os veículos de comunicação e os profissionais que neles atuam. Também se mostra importante apontar que as mudanças possibilitadas pela internet e pela substancial alteração em quem faz a seleção e a disseminação de notícias geraram impactos significativos na teoria e promovem uma atualização.

Entretanto, é necessário compreender também o conceito de espetáculo pois, de acordo com Kellner (2006), ele habita o das indústrias culturais e são possibilitados graças aos espaços criados dentro dos *media*, especialmente a internet. Para o autor, a vida moderna e o seu entorno (economia e política) são norteadas pelo espetáculo, já

que se apoia em um meio altamente tecnológico para fazer o mercado de pessoas e produtos circular e convencer novos e possíveis consumidores.

O entretenimento é o principal produto, oferecido pela cultura dos *media*, que espetaculariza o cotidiano de modo a seduzir suas audiências e levá-las a identificar-se com as representações sociais e ideológicas nela presentes. Não pretendemos afirmar que os *media* teriam um poder de determinar — para o bem ou para o mal — os processos de subjetivação do mundo atual. Entendemos, como faz Kellner, que múltiplos modelos e padrões hoje convivem nas ondas, páginas ou telas dos mais variados meios de comunicação que permeiam nosso cotidiano (de Melo Rocha & Castro, 2010, p. 50).

Ainda para Kellner (2006, p. 119), “a vida político-social também é moldada pelo espetáculo”. Para o autor, “os conflitos sociais e políticos são crescentemente afastados das telas, que mostram assassinatos surpreendentes, ataques terroristas, escândalos sexuais de celebridades e políticos e a violência explosiva do cotidiano”. E seu pensamento vai ainda mais além, quando o autor afirma que “a cultura dos *media* não aborda apenas grandes momentos da experiência contemporânea, mas também oferece material para fantasia e sonho, modelando pensamento e comportamento, assim como construindo identidades”.

Em uma sociedade extremamente apressada, Bertman (1998, p. 15) diz que falta tempo para haver a possibilidade da construção de memórias e, para o autor, existe uma obrigatoriedade de que todos os que vivem na sociedade se apressem para que consigam se adaptar a uma velocidade que está diretamente ligada ao tecnicismo e aos meios eletrônicos que regulam a vida social moderna. “A força do agora substitui o longo prazo pelo curto prazo, o duradouro pelo imediato, a permanência pela transitoriedade, a memória pelas sensações, a reflexão pelos impulsos”.

A crise migratória está na pauta da Europa e do mundo, tanto pela gravidade da situação quanto por sua complexidade, já que a quantidade de pessoas que se encontram na condição de refugiados e tentam chegar aos países europeus impressiona. Além disso, há uma busca por uma solução mágica e que aconteça velozmente, porém o problema é muito mais complexo do que, inicialmente, se apresenta. Diante disso, há ainda a questão da espetacularização colocada, por exemplo, por Debord (2003, pp. 14-19) e o fato de que o ‘espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação

social entre as pessoas, mediatizada por imagens'. Ainda para o autor, "[...] ao analisar o espetáculo, fala-se em certa medida a própria linguagem do espetacular, no sentido de que se pisa no terreno metodológico desta sociedade que se exprime no espetáculo". Debord ainda afirma que "[...] o mundo real se converte em simples imagens, estas simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes típicas de um comportamento hipnótico", mostrando a atualidade e importância da obra do autor que foi publicada pela primeira vez ainda na década de 1960.

Na emblemática década de 1960, Guy Debord propunha uma análise da sociedade moderna, como uma "sociedade do espetáculo". A crítica situacionista dirigia-se tanto ao chamado "capitalismo avançado" — gerador do "espetáculo difuso" da sociedade de consumo — quanto ao bolchevismo, denominado "capitalismo de Estado" e que daria origem ao "espetáculo concentrado" da burocracia centralizada. Em ambos os casos, a noção de espetáculo aparece como uma forma alienante de manipulação ideológica e econômica que nutre uma cultura de lazer e entretenimento fácil, visando à docilização das audiências. Nesse contexto, o espetáculo funcionaria como um duplo do mundo, operando com regras próprias e inexoráveis em prol da despolitização e pacificação do público (de Melo Rocha & Castro, 2010, p. 50).

A importância da obra de Debord é reconhecida sob diversos aspectos, não só pelo fato de o autor ser um habilidoso estudioso e leitor de Marx, mas por conseguir debater e trazer para luz a constituição, na modernidade, da luta de classes, na busca pelo entendimento de como os burgueses dominam os proletários através do espetáculo e, lógica e historicamente, exercem a dominação sobre outros membros que compõem a sociedade. A questão ideológica é relevante, pois, como afirma Bourdieu (1989, p. 10), “as ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”.

No dia 02 de setembro de 2015, uma imagem divulgada pelos *media* causou grande impacto, conseguiu chamar atenção para o problema da travessia do Mar Mediterrâneo pelos refugiados e que foi amplamente divulgada por veículos de comunicação de Portugal e de todo o planeta. Alan Kurdi, o menino sírio que morreu afogado na tentativa de cruzar o Mar Mediterrâneo com sua família, teve o seu corpo fotografado em uma praia da Turquia em 2015 (Olesen, 2017). Pouco antes da foto

citada completar um ano, outra foi registrada e mostrou novamente ao mundo, através das agências internacionais de notícias, a urgência e necessidade de uma abordagem diferente para os conflitos e guerras nos mais diversos países. A foto do menino Oram Daqneesh, de Aleppo na Síria, sentado em uma ambulância aguardando atendimento médico após uma explosão, foi publicada no dia 18 de agosto de 2016 (Demetriades, 2019; Sajir & Aouragh, 2019). Talvez tais imagens tenham conseguido, da pior maneira possível, retratar a gravidade da crise migratória, dos refugiados e dos cidadãos que tentam chegar ao Continente Europeu e colocá-los, de alguma maneira, na agenda política mundial. Dessa forma, imagens que circularam pelo mundo no século XXI mostram a atualidade da obra de Debord e como seus escritos estavam na vanguarda de uma sociedade que se apoia no espetáculo e no espetacular.

Em um tempo onde a cultura visual e a imagem são tão importantes, Campos (2013, p. 9) afirma que isso pode ocorrer porque “[...] as imagens funcionam como suportes de conhecimento e orientação no mundo”. Além disso, o autor ainda lança perguntas importantes sobre os sentimentos que as imagens podem causar, justamente porque são presentes na vida de quase todas as pessoas no mundo contemporâneo.

Já Freund (1995, p. 188) afirma que “o valor, na fotografia, não pode apenas ser medido a partir de um ponto de vista estético, mas pela intensidade humana e social da sua representação óptica”. A autora ainda prossegue e conclui seu pensamento dizendo que “a fotografia não é apenas um meio de descobrir a realidade. A natureza, vista pela câmara, é diferente da natureza vista pelo olho humano. A câmara influencia nossa maneira de ver e cria a nova visão”. Portanto, há na Sociedade do Espetáculo um forte apego ao visual e as duas fotografias citadas anteriormente, por cumprirem alguns requisitos estéticos e de noticiabilidade, ilustram uma situação e atraem os olhares inclusive dos mais desatentos.

Entretanto, Pinheiro (2006, p. 161) afirma que “a fotografia parece resumir as paixões de sua época” e, ao se perceber o que o fotojornalismo prioriza quando está buscando ilustrar os assuntos do cotidiano moderno, percebe-se que convivemos em uma sociedade que se retrata através do espetáculo. Ramos (2004, p. 83) é contundente ao afirmar que “não é inocente nem espontaneamente que uma das normas do fotojornalismo consista em buscar o lado dramático do cotidiano [...]”.

É necessário ter em mente que falar da crise migratória na Europa mostra que existe um desequilíbrio, uma falta de controle que traz consigo consequências na esfera política, econômica, cultural e social por conta do espetáculo da chegada de milhares de refugiados ao continente europeu. Há uma luta, um conflito entre os residentes e os recém-chegados e em sociedades plurais e multiculturais se faz necessário rever as normas e condutas relacionadas à cultura, justamente para que seja possível encontrar um meio-termo, um equilíbrio que resulte na paz e na boa convivência (Leister, 2013).

O processo da chegada dos refugiados a diversos países da Europa levanta questões e conflitos que, dia após dia, entram na agenda dos *media*. Por exemplo, coincidentemente ou não, existe uma sensação de que houve um aumento na quantidade de incidentes, atentados terroristas, crimes e outros atritos sociais posteriores à chegada dos refugiados. Os atentados na França, Alemanha e Bélgica em 2015 e 2016, no Reino Unido, na Suécia, Finlândia e na Espanha em 2017 ao serem noticiados, reforçam a ideia de que pode ter havido uma invasão na Europa de pessoas do mal que vieram para dizimar a população residente em nome da imposição de uma cultura ou algo do gênero. Mas será que isso é verdade? A quem essa ideia de invasão interessa se for colocada como está sendo? Até onde os *media* alimentam isso no imaginário popular?

Para Shoemaker e Vos (2011), autores que tratam como o processo de seleção da informação é feita por profissionais de comunicação para que recortes de mensagens cheguem ao público, a maioria dos cidadãos dos mais diversos países do mundo possuem uma grande confiança nos mediadores para que estes façam a seleção de uma quantidade quase que infinita de informações sejam transformadas em um grupo menor e selecionado de informações possíveis de gerenciar.

Frente a essa situação, a redução de tantas mensagens potenciais em um conjunto tão pequeno pode parecer impossível, mas existe um longo e consolidado processo que possibilita que isso aconteça diariamente. Esse processo determina não apenas qual informação será selecionada, mas também qual será o conteúdo e a natureza das mensagens tais como as notícias, por exemplo (Shoemaker & Vos, 2011, p. 11).

Porém, “a realidade social é a pauta do jornalismo. A rotina, as pessoas, as relações, os trabalhos são alguns tópicos que delineiam o organograma chamado vida e que ajudam a estabelecer o convívio humano em sociedade” (Teixeira, 2014, p. 74). Para a autora, “esse arranjo social é fomentado pelo movimento que inspira tendências e ligações econômicas, políticas e culturais constantes, mas que não acontecem de forma isolada” (2014, p. 74). Ainda para a autora, a organização social também passa pelos meios de comunicação e pelo jornalismo, já que são eles que utilizam a sociedade como matéria-prima e consumidora dela mesma.

Teixeira (2014) faz questão de lembrar que a intenção, desde os primeiros jornais em circulação, era a de trazer informação para as pessoas e continua, ao afirmar que o jornalista é um profissional que se dedica ao outro e que está pautado e fundamentado na pluralidade da sociedade. Entre as principais funções do jornalismo está a de proporcionar aos telespectadores (cidadãos) uma janela do mundo que contenha informações sobre uma parte do todo que está acontecendo. Shoemaker e Vos (2011, p. 16) dizem, sobre isso, que “[...] assuntos e eventos não cobertos estejam ausentes na visão de mundo da maioria dos membros da audiência. As pessoas não têm como saber o que os *media* não lhes conta, a menos que experienciem diretamente este evento”.

A produção jornalística é, geralmente, separada em dois momentos. O primeiro é a seleção do que será ou não noticiado e, posteriormente, na construção desse fato como notícia. Foi Lippmann (1922/2010) quem introduziu o termo valor notícia para explicar o valor noticioso dos eventos e acontecimentos, entretanto a teoria dos valores notícia foi desenvolvida por Östgaard (1965) e Galtung e Ruge (1965). Porém, outros autores fizeram contribuições teóricas e metodológicas importantes (Rosengren, 1970, 1977; Shoemaker, 1996), bem como ampliaram a teoria (Donsbach, 1991; Eilders, 2006) e até foram, ao longo de tempo, incluindo na análise novos meios de comunicação.

No entanto, Lenzi (2016, p. 160) faz questão de lembrar quais são as condições e premissas básicas que os profissionais do jornalismo utilizam para transformar fatos em notícias, entre elas está a notoriedade, seguida da proximidade, posteriormente chega o momento de julgar a relevância e, por fim, a novidade. Ainda para o autor, “[...] por valores notícia entendem as qualidades do acontecimento que funcionam como

linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado e ser prioritário na produção da notícia”. Ele continua e termina dizendo que “neste quesito, aparecem os valores como simplificação (tornar o fato compreensível), personalização (valorizar as pessoas envolvidas) e dramatização (o reforço do lado emocional)”.

Mas, definir uma notícia, de acordo com Epstein (2007), leva em consideração diversos aspectos, especialmente os atributos semânticos, sintáticos, de recepção. No caso dos atributos semânticos, o autor destaca o hábito e a confiança em determinado veículo e profissional do jornalismo como importantes, porém quando trata dos atributos sintáticos, ele refere que o ineditismo e raridade do evento em si são suficientes para que um fato se transforme, rapidamente, em notícia.

Coerente pensar, em dado momento, que os *media* são capazes, como já referenciado, de formar a opinião pública conforme decorra a determinação da agenda. Um exemplo é em relação aos atentados terroristas ocorridos na Europa desde o início da crise migratória e de refugiados que dão a sensação de que antes nunca haviam ocorrido e, como bem sabemos, isso não é verdade. Além disso, a maneira como esses eventos estão sendo noticiados, os comentários das pessoas nas redes sociais, a opinião de especialistas e comentaristas entre outros aspectos, são parte integrante de uma cultura de espetáculo, que não faz perguntas e apenas busca por respostas prontas e mastigadas atreladas a conceitos e ideologias para uma audiência que tenta compreender o mundo através da tela do *smartphone*, *tablet*, computador ou televisão. São estes os dispositivos que, atualmente, servem de janela para o mundo, mesmo que tais janelas sejam condicionadas e sirvam para possibilitar uma dominação e uma dependência da sociedade.

E para que a continuidade de dominação social, referida por Ferin (2002), seja possível, se faz necessário ter uma agenda midiática que, para ter sucesso, se apoie nos veículos e meios de comunicação de massa. Não sem motivos que, como que por coincidência, os maiores grupos de comunicação do planeta estão sob o controle de famílias que atuam em setores da política e exercem poder e influência em quase todos os setores da sociedade. E, se dominar a comunicação e os meios de divulgação de informação, é ter poder, que isso seja feito por quem comanda as camadas sociais mais altas.

Ao tratar do agendamento, é importante buscar McCombs (2009), autor que trata da teoria da agenda. Ele afirma que os *media* não conseguem definir o que se deve pensar sobre determinado assunto, mas são capazes de mostrar o caminho para que um tema passe a ser pensado ou não, conforme outros interesses que, muitas vezes, são escusos e não muito claros para o grande público. Ainda para o autor, o processo de formação da opinião pública passa pela forma como é estabelecida uma relação entre os *media* e o público sobre determinados temas e assuntos. Com os refugiados e a crise migratória na Europa não é diferente. Se precisamos dos *media* para que o mundo chegue até nós, corremos o risco de consumirmos informações tendenciosas e, por vezes, propositadamente enviesadas.

É possível afirmar também que a crise migratória na Europa se tornou um espetáculo, um triste acontecimento que é transmitido para todo o mundo através dos *media*. Há, apesar do peso e da força das imagens, um público capaz de consumir o que chega através da internet, da televisão, dos jornais, rádios e revistas, mesmo que aquilo signifique que crianças, adultos e idosos estão perdendo a vida. É até contraditório, mas um espetáculo que, dia após dia, garante uma audiência que se satisfaz com a dor alheia.

Para Bauman (2007, p. 156), “hoje vivemos num constante carnaval de crueldade [...], e o que de facto se passa é que as imagens de crueldade transbordaram os limites dos seus espaços de reserva circunscritos e isolados, penetrando na corrente dominante da experiência quotidiana”. Para ele, “uma das consequências disso é o grande número e a monotonia das imagens em causa poderem produzir um efeito de ‘desgaste: dado ‘o cansaço do espectador’, terão de ser cada vez mais violentas, chocantes ou ‘inventivas’ a fim de suscitarem qualquer tipo de emoção [...]”. Além disso, o mesmo autor ainda diz que “o nível ‘familiar’ da violência, abaixo do qual a crueldade das acções cruéis escapa à atenção, sobe constantemente” (2007, p. 156). Sendo assim, acostumamo-nos com o espetáculo da violência nos meios de comunicação:

Mas ainda mais importante é a maneira como as imagens de violência são compostas e penetram a vida quotidiana. Dada a natureza dos *media*, as imagens de crueldade ‘forjadas’, simuladas e encenadas são muito mais impressionantes,

intensas e efectivamente ‘dramáticas’ do que os documentos, por assim dizer, honestos ‘do que realmente aconteceu’. A ‘realidade’ parece empobrecida, ‘tecnicamente imperfeita’ e, com efeito, ‘menos interessante’. A crueldade real parece inferior, descolorida, pálida, aquém efectivamente da qualidade da ‘substância autêntica’ — quer dizer do que ‘pode ser’ a tortura mental e física, incapacitante, mutiladora, e as mortes sofisticadamente infligidas, concebidas por especialistas e servindo-se de tecnologias de ponta. A encenação da crueldade estabelece doravante os critérios de avaliação daquilo que ‘simplesmente acontece na presença de um operador de câmara’: a ‘realidade’ tende a ser avaliada pelo grau que alcança de proximidade em relação ao engenho dramático e à precisão de um filme policial ou de choque ou à produtividade de jogo de um vídeo com os seus milhares de ‘extraterrestres’ a ‘exterminar’ em menos de um minuto (Bauman, 2007, pp. 156-157).

Com isso é possível perceber que, ainda como refere Bauman (2007, p. 157), a realidade então passa a ser uma mistura entre a realidade e uma representação dessa realidade em situações que andam mesmo por sobre uma linha. Há, além disso, uma disputa entre as imagens e umas precisam causar mais impacto do que outras e, sendo assim, o que ocorre é uma disputa de crueldade, uma batalha para se descobrir quem consegue audiência e, nem que para isso, seja necessário explorar a desgraça alheia ou a morte. “Como Jean Baudrillard não se cansa de repetir, trata-se de um mundo de simulacros, em que as imagens são mais reais do que a realidade, em que todas as coisas são representações [...]” e, ainda para o autor, “[...] o que é representado deixa de poder operar-se, uma vez que todas estas imagens impressionantes, de um ‘realismo bem palpável’, não funcionam senão como dissimulação da ausência dessa realidade [...]”. O mesmo autor ainda refere que “com as realidades a fundirem-se nas suas representações ostensivas, a adiaforização da vida torna-se quase completa [...]” já que “[...] o ‘não real’ se está a tornar rapidamente o critério do ‘real’ [...]” e, sendo assim, “[...] os critérios estéticos característicos do mundo do jogo e da diversão bem poderão passar a ocupar no mundo da internação humana, substituindo-os, dos critérios morais hoje irrelevantes” (2007, p. 157).

Já para Wright (2002, p. 53), o mundo nunca teve tanto interesse nos refugiados como nos anos seguintes a virada do milênio e isso ocorre por conta dos inúmeros conflitos e os mais diversos motivos, inclusive ambientais, que fazem com que milhares de pessoas optem pela migração, forçada ou não. Porém, para o autor, as informações e questões relacionadas aos refugiados são, em grande parte, apoiadas por imagens que

servem de apoio e ilustração para os *media* que, sabendo disso, tendem a simplificar assuntos complexos justamente por utilizar pequenos recortes e *frames* do todo.

Dessa maneira, o mesmo autor ainda afirma que “a representação visual dos refugiados desempenha um papel essencial, ainda que negligenciado, na formação do estereótipo do ‘refugiado’” (2002, p. 53) e que “muitas das fotos que vemos dos refugiados seguem padrões pré-estabelecidos. Por exemplo, na pintura religiosa cristã encontramos uma longa tradição em retratar a migração forçada que pode ser traçada a partir de ‘A expulsão do jardim do Éden’ para ‘A fuga para o Egito’ [...]” e, dessa maneira “[...] essas imagens desempenharam um papel central no desenvolvimento da representação visual ocidental”. Ainda para ele “quando comparado às imagens contemporâneas de refugiados, há semelhanças notáveis em conteúdo e estilo. Nossa compreensão das crises humanitárias em parte pode ser influenciada por essas tradições culturais mais amplas. No entanto, modas e *media* mudaram” e, para finalizar o seu pensamento expõe que “durante os últimos trinta anos, uma geração cresceu sem uso para ver imagens de refugiados europeus (exceto documentos históricos) (2002, p. 53).

No caso de imagens de refugiados, pode parecer estranho questionar “de onde vêm as imagens?” Parece bastante óbvio que elas são “tomadas” de uma pessoa em particular em uma situação de migração em um local específico [...]. Por exemplo, na década de 1930, quando a fotógrafa Dorothea Lange tirou sua famosa fotografia “Migrant Mother”, a situação não era tão direta. Parece que Lange estava dirigindo pelo campo, procurando uma imagem que satisfizesse uma ideia preconcebida. Isto será discutido em maior detalhe mais tarde. No entanto, com a maioria das imagens de notícias que vemos, há uma sensação de que os criadores de imagens não oferecem uma impressão imparcial fotografando o que está lá; mas procurando por imagens que estejam de acordo com os preconceitos dos operadores de câmera. Na verdade, às vezes é difícil para a “realidade” passar pelo editorial “obstáculo”. Embora eu possa fotografar imagens que considero “não estereotipadas”, assim como algumas que são (por medo de serem reprimidas por aqueles que encomendaram a tarefa), é mais provável que aqueles que ocupam posições mais avançadas ao longo da cadeia editorial escolherá as imagens mais previsíveis (Wright, 2002, pp. 56-57).

Portanto, na colocação do autor facilmente percebe-se que, nas redações dos principais jornais e veículos de informação (agências de notícias etc.), as imagens passam por filtros e processos de seleção que levam em consideração valores notícia previamente estabelecidos. É como se os diretores dessas instituições possuíssem total

poder para decidir o que o público deve ou não ver e, mesmo não tendo essa autoridade, a exercem em seus subordinados nas empresas onde atuam. Seja através das ordens transmitidas aos fotógrafos, aos operadores de câmera ou repórteres do que deve ou não ser mostrado, há também evidentemente uma censura e um comprometimento em se cumprir regras de noticiabilidade que, supostamente, são as esperadas pelo grande público justamente por estarem dentro dos “padrões” do jornalismo.

Ocorre com isso que, agindo dessa forma, as representações dos refugiados que aparecem nos *media* tendem a transformá-los em meros objetos e, ainda de acordo com Wright (2002), todas as questões históricas, as que se relacionam com a política e a cultura tendem a não integrar o contexto em que os refugiados são retratados. Ainda para o autor, apesar de os jornalistas terem predominantemente a intenção de mostrar a verdade, são compelidos a cumprir estritamente as linhas editoriais que são praticadas institucionalmente por empresas e grandes grupos de comunicação e *media*.

Já para Hariman e Lucaites (2003, p. 38), “a imagem fotográfica coordena uma série de diferentes padrões de identificação dentro da vida social do público [...]” e, dessa maneira “[...], cada um dos quais seria suficiente para direcionar a resposta da audiência, e que juntos fornecem uma audiência pública com meios suficientes para compreender eventos potencialmente incontroláveis”. E não só isso, pois o efeito, ainda para os autores, “essa mediação contínua da vida pública pode ser explicada tanto examinando como o talento artístico da fotografia molda o julgamento moral quanto rastreia reconstruções narrativas subsequentes e apropriações visuais da imagem nos *media* públicos”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a sociedade do espetáculo alimenta os valores notícia e fazem, dessa forma, um jogo onde um é determinado pelo outro em uma espécie de mecanismo sem fim. Os *media* entregam para os espectadores o que eles querem ver, porém contribuem e trabalham árdua e vivamente para definir o que essa mesma audiência quer assistir. É um espetáculo, um esquema e um jogo duplo onde quem assiste influencia e é influenciado por quem transmite e, obviamente, quem transmite utiliza ferramentas e métodos de persuasão visando fidelizar e conquistar ainda mais audiência.

Nesse vale-tudo político, ideológico e social não é de se impressionar que pessoas sejam utilizadas como objetos para garantir o espetáculo e que também compreendam que são parte integrante dessa engrenagem social. Assistem de longe a uma distância supostamente segura, mas não negam o pedido caso sejam convocados para participar de algum ato que se relacione diretamente com a sua realidade. É uma lógica de mercado onde explorar e transformar audiência em verba publicitária, por exemplo, torna-se um meio de vida. Ao explicar isso, Bauman (2007, p. 161) afirma que toda a população, de maneira direta ou não, atua na “[...] distribuição dos produtos (‘a procura solvente’) e a reprodução desse modo da necessidade de novos fornecimentos, quer dizer a reprodução das condições produtivas, promovida na sociedade contemporânea através dos mecanismos do mercado”. Para ele, “o mercado mobiliza os homens e as mulheres na sua qualidade de consumidores”.

O mercado promove, além disso, uma cultura de ‘impacto máximo e de obsolescência imediata’. O mercado não pode prosperar sem uma sucessão constantemente acelerada de modas e humores públicos [...]: a atenção do público, sob o bombardeamento de ofertas contraditórias, tornou-se ela própria o alvo das paradas decisivas do jogo do mercado, o mais cobiçado e mais escasso dos bens comerciais. A instabilidade da atenção substitui ao sentido do processo histórico uma colecção de episódios desconexos e inconsequentes: achata o tempo histórico reduzindo-o a um ‘presente perpétuo’ (experiência refractada, sob uma visão perversa, por declarações recentes que anunciam o ‘fim da história’). Na fórmula concisa de George Steiner, estamos num ‘cassino cósmico’. Não se praticam outros jogos que não os retóricos: esses jogos podem ser por vezes profundos, mas para serem jogados diante dos olhos do público, e se dotarem pelo menos de um vislumbre de impacto, terão de ser sempre distractivos — de ter um ‘valor de diversão’ — pois só assim poderão captar, ainda que apenas por um instante, a atenção do público. ‘Cada de um de nós só existe na medida em que falam de nós — nos olham, citam, criticam, caluniam, elogiam, etc.’ (Bauman, 2007, p. 242).

E os resultados da consolidação e retroalimentação desse mercado citado anteriormente é que a espetacularização promovida pelos *media*, por exemplo, em relação à chegada de milhares de refugiados ao continente europeu ganha outros contornos justamente pela necessidade do tal “impacto máximo” na audiência. Geralmente, se fosse uma linha temporal de acontecimentos e um simples roteiro de filme, poderia ser facilmente descrito como: chegada dos refugiados (fato), mostra-se

isso com imagens que reforçam a condição degradada dessas pessoas (imagens coletivas e sem uma única face) que resulta em uma desumanização que os coloca na condição de zumbis perigosos que, sem documentos, não devem ter acesso a direitos garantidos pelo Estado e precisam ser mantidos longe para garantir a segurança.

Wilmott (2017, pp. 67-69) afirma que “as fotografias servem para legitimar o discurso de segurança e são, portanto, significativas na securitização bem-sucedida de questões como a migração” e que, com isso, facilmente se cria uma polarização e uma “[...] dicotomia entre ‘nós’ e ‘eles’, podemos exigir que os ‘Outros’ sejam excluídos da esfera dos direitos humanos e civis”. A mesma autora fala que “a fim de proteger os cidadãos, o estado é justificado em deixar os ‘Outros’ morrerem, dado que eles representam uma ameaça à segurança” e, portanto, “assim, a categoria entre ‘nós’ e ‘eles’, entre ‘normais’ (cidadãos legítimos) e ‘anormais’ (migrantes ilegais, refugiados não qualificados ou falsos solicitantes de asilo) serve para designar quem merece viver e quem merece morrer” (2017, pp. 67-69).

Os *media* desempenham um papel significativo na construção do que percebemos como socialmente normal através da implantação seletiva de representações de pessoas e lugares. Numerosos estudos demonstraram que os quadros são influentes na tomada de decisões do governo, tanto diretamente, fornecendo informações aos tomadores de decisão quanto indiretamente, através da formação da opinião pública. Quadros particulares são “transmitidos” e “reificados” com tanta frequência que eles se tornam “naturalizados”, encorajando interpretações particulares de eventos atuais enquanto refutam quadros opostos.

Uma vez que aceitamos o que os *media* constituem como normal, o biopoder se torna um papel autodisciplinado no que se refere ao nosso pensamento e comportamento. Um dos meios mais eficazes de comunicação nos *media* é o uso de um tropo de imagens limitado, mas poderoso [...]. Portanto, é importante descobrir representações visuais dominantes da atual crise de refugiados nos principais meios de comunicação, a fim de compreender como as vidas dos refugiados são definidas por objetivos biopolíticos (Wilmott, 2017, p. 70).

Portanto fica claro que os *media* exercem uma influência considerável na sociedade e que, através de parâmetros relacionados aos critérios de noticiabilidade e valores notícia, são capazes de criar, formatar e reforçar estereótipos assim como podem ser um fator decisivo no fomento de leis e políticas que impactam a opinião pública e, conseqüentemente, toda a sociedade. Há uma relação, um vínculo direto entre diversos

setores da sociedade e os *media*, pois eles podem ser capazes de vincular essas diferentes esferas sociais.

3.2. Processo social de informação

Perceber quais são os impactos que os meios de comunicação e informação têm na sociedade, passa por compreender como se dá o processo social de informação. Para isso, o argumento e a pressuposição de Baldwin (1992) é relevante, pois o autor considera que as pessoas desenvolvem mapas cognitivos que visam facilitar e encurtar distâncias em seus relacionamentos para, desse modo, encontrar algum conforto no mundo social que as cerca. Para o autor, tais mapas e estruturas cognitivas são ilustradas por imagens da própria pessoa e de outras, mas não só, pois também são acompanhados por uma espécie de guião onde há um padrão de interação esperado e que foi desenvolvido e aprimorado através da repetição de experiências interpessoais parecidas.

Para Bargh e Pietromonaco (1982), devido à grande quantidade de informações da sociedade e do ambiente que são disponibilizadas para as pessoas, compreendidas pelos autores como preceptores sociais, há uma tentativa de minimizar o desafio de elucidar tantos dados de maneira mais breve possível em seus meios sociais, utilizando assim esquemas (Bartlett, 1932) ou mapas (Lippmann, 1922/2010) mentais pré-determinados. De acordo com Bruner (1957, p. 123), “a percepção envolve um ato de categorização” e que “colocando em termos das condições antecedentes e subsequentes a partir das quais fazemos nossas inferências, estimulamos um organismo com alguma contribuição apropriada e ele responde referindo-a a alguma classe de coisas ou eventos”. Ainda para o autor, é “com base em certos atributos definidores ou critérios da entrada, o que geralmente é chamado de sinal de entrada, embora devam ser chamadas de pistas, existe uma colocação seletiva da entrada em uma categoria de identidade e não em outra”, ou seja, “a categoria não precisa ser elaborada: "um som", "um toque", "uma dor" também são exemplos de entradas categorizadas” (1957, p. 123).

Sendo assim, a teoria de David J. Schneider (citado em Baldwin, 1992, p. 462) propõe “[...] que os indivíduos vejam o mundo através do filtro de seus esquemas

pessoais ou da teoria implícita da personalidade, geralmente descrita como um corpo organizado de conhecimento que inclui expectativas sobre quais atributos da personalidade tipicamente ocorrem em outras pessoas”.

Numerosos estudos demonstraram que esses esquemas levam os observadores a perceber alguns tipos de informações em vez de outros, a interpretar informações ambíguas de maneira consistente com suas expectativas, a preencher lacunas nas informações com valores padrão ou esperados e a preferencialmente lembrar-se de informações que sejam consistentes ou que sejam pelo menos altamente relevantes para o esquema (Baldwin, 1992, p. 462).

Ainda para Baldwin (1992) a ideia de que as pessoas tendem a esquematizar a sociedade afim de facilitar seu entendimento pode ser percebido também pelo desenvolvimento dos estereótipos. Corroborando com o autor, Amâncio (1992), ao citar diversos estudos sobre estereótipos sexuais, afirma que alguns traços e características determinantes são associadas ao indivíduos do sexo masculino enquanto outros atributos são relacionados ao feminino, comprovando haver uma assimetria nas representações de gênero.

Porém, Aronson (1999, p. 352) afirma que “os meios de comunicação social desempenham um importante papel na manutenção dos preconceitos” e, para o autor, o exemplo claro é que “não há muitos anos, os jornais tendiam a identificar a raça de criminosos ou suspeitos não brancos, mas nunca se preocupavam em referir a raça dos malfeitores quando estes por acaso eram brancos”. Portanto, o autor ainda argumenta que “isto teve a sua parte de responsabilidade para que se distorcesse a realidade no que diz respeito aos crimes cometidos pelos não brancos”.

Problemas de teor idêntico afectaram a imagem dada das mulheres. Durante muitos anos, quando a televisão, em horário nobre, mostrava mulheres em séries dramáticas, anúncios comerciais ou livros infantis, quase nunca apareciam como figuras autoritárias, intelectuais ou aventureiras. Em vez disso, a imagem típica colava-as a “raparigas” atraentes mas limitadas, demasiado preocupadas com o detergente a usar ou dependentes de uma figura masculina para as guiar em assuntos importantes (Aronson, 1999, p. 354).

Portanto se mostra essencial perceber como os processos sociais de informação são constituídos, bem como os atributos de recepção, pois os *media* podem atuar de

maneira a influenciar a sociedade em diferentes contextos sociais. Isso porque os estereótipos em relação a determinados grupos servem de base para cumprir as expectativas que as pessoas têm sobre outras e os *media* atuam sobremaneira no reforço e utilização de estereotipagem quando desenvolvem seus programas, textos, áudios e etc (Hamilton, Sherman & Ruvolo, 1990). Relevante salientar que há um processo de construção social que envolve os *media* e os seus espectadores onde nada é determinante, apenas serve de forte indicador, pois ainda que os meios de comunicação tenham algum poder em relação ao público, são as audiências que decidem e optam por consumir ou não as produções mediáticas.

Para Bohner, Moskowitz e Chaiken (1995, p. 34), “a compreensão do mundo social é, portanto, vista como um processo ativo, uma construção colorida pelas expectativas e objetivos do percebedor individual”, ou seja, a produção de sentidos não é estática e depende sobremaneira da disponibilidade e possibilidade das pessoas. Além disso, com a intenção de encontrar formas mais simples de processar informações em excesso (Allport, 1954), as pessoas utilizam então o processamento heurístico (Kahneman, 2002).

Segundo o HSM (*heuristic-systematic model* — modelo heurístico-sistemático), a maneira pela qual as pessoas constroem seu conhecimento social ocorre por meio de duas estratégias amplas de processamento de informações. Essas estratégias podem ser vistas como pontos finais em um continuum que reflete a quantidade de esforço de processamento utilizado na formação de julgamentos sociais (por exemplo, atitudes, impressões, autoconfiança). Por um lado, são fáceis os tipos de processamento de cima para baixo. Isso inclui uma dependência de esquemas, estereótipos, expectativas e outras formas de conhecimento prévio que podem ser impostas aos dados para assimilá-los facilmente às estruturas existentes. Por outro lado, existem tipos de processamento de baixo para cima, trabalhosos e deliberados. Isso inclui uma avaliação das informações individuais que caracterizam um estímulo, um exame dos pensamentos e crenças anteriores sobre essas informações de estímulo e integração das informações para formular um julgamento. É importante observar, no entanto, que o processamento contínuo do HSM é assimétrico no sentido de que o uso deliberado de estratégias mais trabalhosas não exclui a possibilidade de processos menos trabalhosos continuarem a operar. Eles podem ocorrer independentemente ou em conjunto com processos mais trabalhosos [...] (Bohner, Moskowitz & Chaiken, 1995, p. 35).

Da mesma forma, faz sentido relacionar a busca constante dos meios de comunicação em criar laços afetivos com seus espetadores e, por conseguinte, uma

relação baseada na confiança. Para Williams (2012, p. 117) “são apresentados três tipos distintos de confiança nos *media*: 1) confiança nas informações de notícias, 2) confiança daqueles que divulgam as notícias e 3) confiança nas empresas dos *media*” e, para a autora, “o primeiro é uma forma de confiança dos *media* que se aplica ao conteúdo; o segundo é uma forma de relacionamento interpessoal confiança baseada nos *media* dos atores individuais que trabalham na indústria dos *media*” e, para finalizar “[...] a terceira é uma forma de confiança dos *media* com base institucional na estrutura organizacional dos estabelecimentos dos *media*”.

Porém, ao se abordar os diferentes tipos de confiança que se estabelece entre os meios de comunicação e quem os consome, abarca-se também outros conceitos como, por exemplo, o da teoria dos usos e das gratificações (Cantril, 1942; Klapper, 1960; Lazarsfeld & Stanton, 1944; Ruggiero, 2000). Esta teoria e os mais diferentes modelos testados à partir dela mostram que o consumo dos meios de comunicação de massa por parte das pessoas acontece e são motivados por diferentes influências, entre elas as de ordem psicológica, culturais e sociais. Sendo assim, o público consome e usa de maneira particular as informações que lhe chegam e desenvolve, por conseguinte, um sentimento de gratidão (Swanson, 1987).

Estudos empíricos descobriram que as gratificações assumem várias formas, desde o aprendizado de informações que podem ser instrumentais no desempenho do papel de cidadão até o consumo da tarifa dos *media* em um ritual relaxante. Vários aspectos de uma mensagem recebida (isto é, atributos do meio, gênero de conteúdo dos *media* ou mensagem ou programa específico) podem fornecer gratificações. As gratificações particulares experimentadas pelo público, no entanto, não são pensadas para serem inteiramente controladas pela mensagem, gênero ou *media*. Em vez disso, os membros da plateia exibem alguma independência e diversidade ao vincular gratificações às mensagens dos *media*, enquanto usam criativamente a comunicação de massa para tentar alcançar os fins desejados. As mensagens dos *media* são vistas como pelo menos parcialmente maleáveis, capazes de serem interpretadas ou interpretadas de maneiras um pouco diferentes pelos auditores que buscam gratificações diferentes delas. Concomitantemente, acredita-se que os efeitos das mensagens sejam canalizados em certa medida pela busca de gratificação que fornece o contexto interpretativo no qual as mensagens são experimentadas por seus públicos (Swanson, 1987, p. 238).

Desse modo, Williams (2012, p. 120) diz que o público, consciente dos inúmeros canais de comunicação e informação disponíveis, tende a escolher aquele que

responde e atende melhor suas necessidades e, conseqüentemente, possibilitará uma maior satisfação. Além disso, a autora afirma que as escolhas dos consumidores em relação aos canais de comunicação e informação passam pela maneira como eles percebem a credibilidade daquela fonte. Ainda de acordo com a autora, “[...] o público não é capaz de prestar atenção contínua a todas as informações sempre, eles devem inevitavelmente escolher quais fontes de informação fornecem os maiores benefícios”, ou seja, “[...] o nível de atenção que se dá a uma fonte que ele/ela considera altamente credível pode ser superior ao nível de atenção prestada a uma fonte ele/ela é cético”.

Contudo, o nível de confiança e de ceticismo se reflete na atenção e no tempo disponibilizado pelas pessoas nos meios de comunicação de interesse. Para Tsfatí e Cappella (2003), quando existe um alto grau de confiança no grandes veículos de comunicação, há um maior consumo nas notícias importantes por parte dos espectadores, porém quando o grau de desconfiança é extrapolado, os espectadores tendencialmente irão migrar e buscar alternativas de informação. Os autores ainda afirmam que compreender o conceito de confiança nas mais diferentes áreas de conhecimento permite aos observadores a análise de conseqüências, mas acima de tudo, de compreender que em quase todas as interações humanas a confiança desempenha um papel preponderante.

Já para Kohring e Matthes (2007), no caso dos *media*, é preciso ter em conta que os veículos de comunicação focados nas notícias são considerados uma fonte fundamental de informações e ajudam a conhecer e se envolver na vida social e política da sociedade. Além disso, os autores fazem questão de lembrar que os *media* especializados em jornalismo, por exemplo, desempenham o papel fundamental de escolher e disseminar as informações e, dessa forma, simplificar sobremaneira o mundo social dos espectadores servindo como uma bússola. Dada a importância que os *media* exercem na sociedade, os autores afirmam ainda que a confiança nos jornais é um elemento fundamental na relação entre os mais diferentes atores sociais, porém os profissionais do jornalismo, ao não conseguirem responder obviamente a todas as mais diferentes e complexas questões sociais, atuam de maneira seletiva.

A confiança específica do público nos meios de comunicação é, portanto, baseada na ideia de que as informações dos meios de comunicação realmente facilitam essa orientação. Orientação significa que as seleções jornalísticas são basicamente incorporadas nas demais seleções de um destinatário. São apenas as informações dos *media* que permitem que os membros da plateia atuem em uma sociedade moderna (Kohring & Matthes, 2007, p. 239).

Dessa maneira, é relevante abordar outros aspectos e atributos de recepção pois, como afirma Jensen (1991, p. 6), “[...] a atividade de recepção tem grandes implicações para questões de poder e identidade cultural [...]” e, sendo assim, “[...] uma teoria da recepção dos *media* de massa teria que explicar como os discursos do público, assim como dos analistas, podem fazer uma diferença concreta na construção social da realidade”.

Ou seja, pôr em causa o relacionamento e a quebra de confiança entre as pessoas e os *media* abarcam outros problemas, pois como afirmam Tsfatí e Cappella (2003), a cooperação depende do grau de confiança entre as partes envolvidas, mas também quando existe uma falta de confiança generalizada, instituições democráticas começam a ser postas em causa o que pode resultar numa diminuição na participação em assuntos e dinâmicas cívicas. O resultado prático e positivo dessa perda de confiança, como afirmam os autores, pode ser uma diminuição no consumo de notícias dos grandes meios de comunicação, uma migração para meios alternativos e uma busca por fontes credíveis, ainda que isso possa abrir espaço para a circulação de falsas notícias. E as *fake news* suscitam questões complicadas, mas que serão abordadas quando a literacia mediática for discutida mais adiante.

E, ainda que as consequências da quebra de confiança nos maiores canais de comunicação, que via de regra eram os mais tradicionais e detinham as maiores audiências, sejam dramáticas sob alguns aspectos, outras implicações são bastante interessantes. Uma delas é a possibilidade de haver uma ruptura ou transferência na hegemonia e no controle das informações e que, conseqüentemente, pode resultar em uma democratização na maneira como as pessoas se informam. Porém, para Mitchelstein e Boczkowski (2010, p. 1086) “os estudos empíricos mostram que, apesar da proliferação de sites e tecnologias, a maioria dos usuários ainda é influenciada por hábitos de consumo anteriores”.

Além disso e para corroborar com o argumento dos autores citados anteriormente, López García (2006, p. 44) diz que “[...] a abundância dos *media* não significa um maior pluralismo informativo [...]”, isso porque para o autor, além de seguir a “Agenda Setting” para produzir informações baseadas em critérios de relevância determinados por outros meios de comunicação e agências, “[...] também seguem, na grande maioria dos casos, as mesmas fontes e os mesmos dados, apresentados da mesma maneira na estruturação das notícias, seguindo as diretrizes definidas pelas agências de informação”.

Juntamente com os critérios para a produção de informações típicas da comunicação de massa, uma multiplicidade de formas de comunicação coexiste no cenário digital fora dos fluxos de produção das grandes empresas jornalísticas, em muitos casos diretamente associados aos mecanismos de comunicação interpessoal. Pode-se perguntar até que ponto esses meios de comunicação, muito dispersos e geralmente não visíveis ao público em geral, podem se tornar uma alternativa viável aos meios de comunicação “tradicionais” para um público que, não vamos esquecer, não mais é impulsionado na mesma extensão que no passado, não muito longe de circunscrever seu escopo de consumo de informações a uma ampla gama de *medias* grandes e, provavelmente, por esse motivo, tem um interesse maior em configurar por si só suas fontes de explicação da realidade (López García, 2006, pp. 45-46).

Portanto, se mostra essencial perceber que houve um aumento exponencial na disponibilidade da informação por conta da proliferação de sites e canais de televisão nos últimos anos e que isso impactou os cidadãos, além de uma maior quantidade de opções no momento de consumir informações, mas também nas oportunidades em escolher o conteúdo especificamente no *media* preferido. Esse ambiente midiático pode ser definido como sendo de múltiplas escolhas de conteúdo por parte dos espectadores, mas também quando a internet é considerada, as opções tornam-se quase infinitas (Aalberg, Blekesaune & Elvestad, 2013).

E o cenário onde os *media* que foram precursores (rádio, TV, jornal etc.) e os novos meios de comunicação se coadunam (internet e *streaming*) foi definido por Chadwick (2013) como um “sistema híbrido dos *media*” onde os cidadãos podem optar por formatos diferentes para consumir o que é produzido, porém também conseguem determinar em qual local querem consumir tendo em consideração o seu estilo de vida. Além disso, há uma inversão na forma como se dá a recepção, pois se antes os

indivíduos precisavam adequar suas agendas e disponibilidade de tempo para poderem acompanhar um programa de TV, série ou novela por exemplo, nesse novo sistema são os veículos de comunicação que se ajustam ao modo de vida de suas audiências, alterando inclusive o formato das produções e a forma de disseminação do conteúdo produzido.

Porém, se as novas formas de consumo dos *media* suscitam vários trabalhos que tentam analisá-la, é justamente a facilidade de um consumo atemporal e o comportamento das pessoas em poder consumir em diferentes locais que dificultam sobremaneira traçar um padrão de comportamento de utilização. Ademais, a melhor forma de se tentar desenhar padrões de consumo é agregar diferentes metodologias e abordagens (Schrøder, 2014).

No caso do ambiente político, existem evidências de que a internet atuará de maneira a restringi-lo e que, mesmo com uma maior quantidade de opções e canais de informação, os espectadores tenderão a impor limites tendo uma consideração especial com as poucas fontes que eles julgam capazes de ofertar uma gama razoável e limitada de notícias e, por consequência, espectros. Além disso, há uma tendência de que os eleitores, ainda em referência às questões políticas, se tornem mais polarizados e menos informados dos fatos (Iyengar & Hahn, 2009).

A exposição seletiva é especialmente provável no novo ambiente dos *media* devido à sobrecarga de informações. Novas formas de comunicação não apenas fornecem grandes quantidades de informações da campanha, mas também facilitam a capacidade do consumidor de atender as informações seletivamente. O público-alvo dos programas de notícias convencionais é pressionado para evitar a cobertura do candidato que eles não gostam, porque os relatórios de notícias geralmente atribuem cobertura igual a cada um. Porém, ao navegar na Web, os usuários podem filtrar ou pesquisar mais quantidades de texto com mais facilidade. Assim, à medida que candidatos, grupos de interesse e eleitores convergem para a Internet, aumenta a possibilidade de exposição seletiva a informações políticas. Como descobrimos, as pessoas preferem encontrar informações que considerem favoráveis ou consistentes com suas crenças existentes (Iyengar & Hahn, 2009, pp. 34-35).

Portanto, é possível afirmar que o processo social de informação e os atributos de recepção se alteraram de forma considerável após o surgimento, a popularização e a disseminação da internet. Sendo assim, não restam dúvidas de que os maiores veículos

de comunicação, ainda que interpretem a realidade conforme suas ideologias, atuavam de maneira mais ou menos honesta e utilizavam ferramentas de comunicação capazes de possibilitar ao público a percepção da ideologia da empresa e, por conseguinte, falar com os espectadores interessados naquele tipo de discurso. Isso significa dizer que atributos como credibilidade e valor das opiniões expressas pelos profissionais daqueles veículos de comunicação de massa tradicionais, ia de encontro a uma característica comum do grande público que era a previsibilidade. Um aspecto que facilitava o entendimento do público e o fazia reconhecer e compreender aspectos da realidade. Porém, ainda que as condições de previsibilidade, ou seja, aquilo que o público espera dos grandes meios de comunicação, que são poucos e bem localizados, são quesitos importantes na relação entre as partes envolvidas no processo comunicacional, pois possibilitam que a realidade seja interpretada também de forma categorizada, limitada e mais facilmente compreendida (López García, 2006).

Contudo, a migração do público, que antes consumia as informações e notícias geradas pelos meios de comunicação tradicionais e limitados, para o consumo de dados provenientes das tecnologias digitais, fez com que surgisse uma ampla gama de espectros, onde apesar de suscitar uma ideia de pluralização, se mostra extremamente compartimentado (López García, 2006).

Eles competem com os grandes meios de comunicação na configuração da opinião pública, mas não o fazem com as mesmas regras, mas oferecem um produto radicalmente diferente, para um público, o das tecnologias digitais, que começa a se diferenciar do público tradicional de comunicação de massa:

— Estes são meios altamente politizados, em muitos casos explicitamente partidários.

— Sua interpretação da realidade é dada em um contexto em que é evidente, para esses meios de comunicação e para o próprio público, que essa realidade será cada vez mais configurada graças à ação pública, através de uma seleção dos *media* altamente personalizada. A capacidade de seleção do público, embora muito pequena em termos de informação, é consideravelmente ampliada em termos de busca e consumo de interpretações e opiniões vinculadas a essas informações. Consequentemente, nenhum desses *media* pode aspirar, como se o grande *media* tradicional fizesse, tornar-se uma referência exclusiva para um setor significativo do público. Mas sua ação combinada está fazendo com que um setor cada vez maior do público consumidor dos *media* configure sua opinião a partir de uma variedade plural de médias, da qual os grandes *media* de massa são apenas parte, mesmo que seja uma parte substancial.

— Por fim, esses meios, por suas próprias características e pelas possibilidades conferidas pela comunicação digital, estabelecem abundantes espaços de discussão nos quais o público pode desempenhar um papel ativo, vinculado a um texto de origem (como ocorre nos blogs) ou que eles definem diretamente o fato comunicativo (como seria o caso nos fóruns de discussão) (López García, 2006, pp. 46-47).

Ou seja, dentro do processo social de informação e dos atributos de recepção, pode-se afirmar que os meios de comunicação, compostos sobretudo por profissionais que compreendem a importância dos estudos na área de recepção e de como a informação social é processada pelos espectadores, produzem e entregam um conteúdo voltado para atender as expectativas de quem as consome obedecendo rigorosamente alguns critérios como, por exemplo, a categorização e o agrupamento das notícias por temas e assuntos em jornais no caso do jornalismo. Porém isso também acontece na publicidade, já que de maneira profissional e criativa, se faz necessário enquadrar o espectador em um mundo problemático onde o produto comercializado cumpre, ou deve cumprir, a função de resolver problemas.

Além disso, as questões relacionadas à confiança são extremamente importantes e determinantes, pois a construção de uma relação de confiança entre as partes (os *media* e as audiências) é fundamental. No caso dos novos meios de comunicação e da pluralização de opções, suscitadas pela internet, há uma espécie de divergência. Porém, a contradição não reside somente no fato de haver opções quase infinitas e as fontes serem quase sempre as mesmas, mas também porque houve uma mudança substancial e complexa na maneira como ocorrem o processo social de informação e os atributos de recepção. Pode-se afirmar que a internet e o aperfeiçoamento das tecnologias de informação e comunicação causaram uma ruptura no sistema convencional e estabelecido da comunicação de massa, alterando substancialmente muitos aspectos que estão impactando a construção social e a interpretação da realidade. Portanto, se mostra importante e essencial abordar os aspectos da Teoria do Gatekeeping, já que os autores referidos neste subcapítulo dão conta de que a pluralização de ideias e opções de canais de informação não estão livres de uma mesma agenda.

3.3. Literacia Mediática

Para além de perceber qual a influência dos *media* na sociedade, se faz necessário primeiramente definir o conceito de literacia mediática e, conforme a Jornal Oficial da União Europeia (2009) em uma recomendação da União Europeia de 20 de agosto de 2009, a “literacia mediática é a capacidade de aceder aos *media*, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos *media* e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos”. Já para Pereira, Pinto e Moura (2015, p. 2) é muito importante perceber “o modo como os *media* habitam hoje os quotidianos [...]”, já que é através deles que se “[...] cria novas formas de lazer e de entretenimento e proporciona novos modos de trabalhar, de estudar, de conhecer o mundo, de comunicar, de estabelecer relações intersubjetivas e de nos informarmos e sermos informados”. Ainda para os autores, “tais mudanças, bem como as que ocorrem no ambiente mediático, tornam fundamental o aprender a ler e a analisar criticamente esses meios, os seus usos e apropriações e o saber criar, produzir e partilhar conteúdos”.

Entender a força e o peso que os *media* exercem e possuem na sociedade é um passo muito importante a ser dado por qualquer pesquisador ou cientista social e Silverstone (2002, p. 12) consegue, de maneira breve e sucinta, colocar uma pergunta que faz todo o sentido nesse aspecto. O autor diz “[...] por que estudar os *media*?” — e ele mesmo responde, quando diz que é necessário haver um “reconhecimento de que os *media* são onipresentes, diários, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação dos *media*”. Ainda para o autor, nós “passamos a depender dos *media*, tanto impresso como eletrônico, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência”.

Parecendo consensual a importância da formação para uma relação crítica e esclarecida com os *media* e o campo mediático, bem como as vantagens de um bom nível de competências em Literacia Mediática para o exercício pleno da cidadania, abre-se no entanto todo um debate em torno da avaliação dos níveis e das competências. O que avaliar, como, em que contexto, de que modo e para quê, são algumas das questões que se formulam e cujas respostas continuam em aberto.

Com efeito, no domínio da Literacia para os *Media*, a dimensão da avaliação é mais controversa do que consensual, havendo ainda um longo caminho a percorrer (Pereira, Pinto & Moura, 2015, p. 2).

Ou seja, além de depreender que os *media* não devem ser vistos descolados da sociedade, alguns autores defendem que o melhor caminho a se seguir é o de preparar os cidadãos para que consigam lidar com os possíveis impactos que as tecnologias de informação e os veículos de comunicação, durante suas funções, exercem nessa sociedade. Na verdade, João e Menezes (2012, p. 55) colocam que “o papel protagonizado hoje em dia pelos *media* é central nas sociedades democráticas e está inextricavelmente relacionado com o exercício do poder, quer por parte das instâncias do poder, quer por parte do cidadão”. Portanto, promover a literacia mediática no cidadão é, sem dúvida, trabalhar de alguma maneira para que haja a transferência do poder dos grandes conglomerados de comunicação para pessoas da sociedade civil e que, dessa maneira, se construa uma relação de confiança e verdade, pois são estes também os fundamentos da democracia.

Mas, se tais informações chegam a um determinado público, buscar compreender os efeitos da mensagem neste grupo é relevante e, para Gomes (2004, p. 19), se faz necessário buscar e compreender os Estudos dos Efeitos, pois são eles que permitem se fazer a mensuração do impacto dos *media* no público-alvo. Ainda para a autora, tais efeitos podem ser “[...] descritos como diretos ou indiretos, limitador ou irrestritos, realizador a curto ou a longo prazo. Podem ser efeitos sobre [...] a formação da opinião, sobre a aquisição dos conhecimentos, sobre a construção da realidade”.

Também é suposto notar que, para haver o espetáculo, é necessário que existam atores sociais que cumpram diferentes papéis e estejam, obviamente, em contraposição e os *media*, novamente, parecem exercer pressão na sociedade. As pessoas estrangeiras ou imigrantes tendem, geralmente, a serem culpadas por todos os problemas sociais inerentes a uma sociedade como a falta de emprego, a ruptura dos costumes e de algumas tradições, bem como o aumento da criminalidade e problemas religiosos ou políticos (Appadurai & Ribeiro, 2009). Com o passar do tempo e a assimilação da globalização por pessoas de todo o mundo, houve uma promoção do status de bárbaros para cidadãos do mundo e os meios de comunicação possuem grande influência neste

processo já que “numa fase inicial, entrou nas nossas casas através dos *media* [...]. Mas rapidamente passou a ser tanto um colega de carteira Erasmus como um comerciante chinês da loja do bairro [...]” (Appadurai & Ribeiro, 2009, pp. 15-16).

Aqui é possível associar o que os *media* produzem e veiculam com uma intenção, a de alimentar um mercado consumidor que já espera que tais imagens, textos e vídeos cheguem em seus lares prontos para o consumo imediato e sem muitas dificuldades de entendimento, não exigindo assim um senso crítico elaborado. Desse modo, a sociedade chegou em um momento em que tudo está baseado no consumo e que tudo parece acontecer seguindo uma receita, tudo pré-combinado e acordado para que ocorra à dada altura, em determinada hora sem surpresas. A sociedade moderna se caracteriza pelo consumo e isso é evidente nos meios de comunicação de massa que universalizam fatos e acontecimentos, sendo assim “as comunicações de massa não nos fornecem a realidade, mas a vertigem da realidade” (Baudrillard, 1995, p. 24).

Novamente é trazida a necessidade de se compreender a atuação e o papel dos *media* na sociedade:

Sem um bom entendimento dos *media*, suas mensagens e os efeitos, as pessoas podem desenvolver mal-entendidos e interpretações erradas sobre o mundo. Aqueles que não conseguirem desenvolver a sua literacia mediática serão arrastados por uma onda de mensagens. Saber muito sobre os eventos atuais apresentados pelas organizações de notícias não significa necessariamente que sabemos quais são os problemas do mundo - ou como lidar com eles. Os *media* podem nos dar uma falsa sensação de que estamos bem informados (Potter, 2004, p. 20).

Porém, o processo de comunicação de massa é excludente, deixa a cultura e a sabedoria de fora e isso ocorre por diversos motivos. Um dos principais motivos que fazem com que a cultura e a sabedoria fiquem de fora da comunicação de massa é o uso intensivo de técnicas para compartilhamento e o abandono, quase que por completo, dos suportes simbólicos que antes eram utilizados e possibilitavam que as pessoas comungassem a cultura e a sabedoria de forma mais próxima e intensa (Baudrillard, 1995).

Se, como afirma Thompson (2011), em todo o mundo existe uma dedicação intensiva em se comunicar e, dessa forma, fazer a informação circular, é claro que entender os *media* e seus efeitos se torna quase que questão de honra para qualquer

cientista social. O autor ainda coloca que o contexto em que a comunicação mediada acontece é realmente importante e precisa ser levado em consideração quando se pretende entender essa relação entre a sociedade e os meios de comunicação, na maneira como a informação é transmitida, recebida, interpretada e posta em prática, quando isso acontece.

Sociedade da informação, mundo globalizado e avanço tecnológico, ou sociedade dos infoexcluídos, alienação global e desumanização tecnológica? Dicotomia representativa de uma sociedade capitalista que visa, prioritariamente, os aspectos econômicos em detrimento dos aspectos sociais. A consequência dessa cisão arbitrária, se por um lado contribui para a aceleração das mudanças culturais e da transformação social, por outro serve para aumentar o número de excluídos. A questão subjacente nos parece ser: em qual direção a sociedade da informação caminhará, para o ápice da exclusão ou da inclusão social? Trata-se de uma revolução ou involução do desenvolvimento da atual civilização? (Araújo da Silva, Galvão Coutinho Correia & França de Lima, 2010, p. 214).

Eis uma questão que merece atenção é que é muito bem colocada pelos autores, pois, ao partirmos do pressuposto que todas as sociedades existentes no mundo contam com literacia suficiente para compreender o possível impacto que os *media* podem exercer em determinado contexto social, podemos esquecer das nuances e diferenças de cada sociedade e de seus indivíduos. Pois, ao acreditarmos que todos recebem e decifram as mensagens de forma igual, excluímos a possibilidade de que o que se percebe na realidade é a existência de um degrau, uma distância, uma zona de exclusão grande o suficiente para colocar uma etnia inteira, um povo ou uma cultura em completo distanciamento e/ou isolamento.

Se 'o acesso às tecnologias não garante, por si mesmo, o exercício de uma cidadania esclarecida e participada, podendo ser uma condição necessária mas não suficiente na formação dos cidadãos' (Pinto, et al. 2011), impõe-se a associação entre *media* e risco, neste caso, o de não saber avaliar, o do uso crítico. Tal como os *media* são mensagem, a tecnologia traz consigo prática e conteúdos simbólicos com significados próprios, havendo capital interpretativo não só na informação mas na sua estrutura de distribuição (Cardoso, 2013, p. 43).

Novamente é relevante clarificar o conceito de literacia mediática e apontar o degrau que existe entre as classes dominantes, e que geralmente detém os meios de

transmissão no processo comunicacional, e as pessoas que atuam como atores e são receptores das mensagens:

O conceito de literacia mediática encerra (ou sugere, já que conceito é evolutivo e pressupõe atualização) uma panóplia de competências: ser mediaticamente literato é ser capaz de aceder aos *media*, de compreender as suas mensagens, de as analisar, de as avaliar criticamente, e de criar e de saber comunicar em diversos contextos. Ora, se parece ser relativamente simples identificar e circunscrever em domínios teóricos de análise esta panóplia de competências (competências técnicas, competências crítico-cognitivas e competências criativas, por exemplo), o mesmo não se poderá dizer em relação à sua avaliação ou mediação. Na verdade, embora se venha reclamando — e cada vez mais intensamente — informação acerca dos níveis de literacia dos cidadãos (e a sua integração em “perfis” de literacia mediática), a pesquisa empírica tem visado, sobretudo as práticas, os consumos e as atitudes (autodeclaradas em questionário) e não as competências (Lopes, Pereira, Moura & Carvalho, 2015, pp. 48 - 49).

Porém, é possível que uma notícia tendenciosa ou até mesmo falsa não tivesse qualquer impacto se o público de destino de tais mensagens e notícias estivesse mais preparado para recebê-las e interpretá-las. Mas, para que isso um dia possa vir a acontecer, Kellner e Share (2008, p. 704) dizem que só é possível exigir algo do público que recebe a mensagem, se esse público for treinado, esteja afiado e tenha uma “[...] alfabetização crítica dos *media* [...]”, que “[...] está atrelada ao projeto de democracia radical e preocupa-se em desenvolver habilidades que intensifiquem a democratização e a participação cívica”. Para os autores, é importante que exista “[...] o ensino de habilidades críticas e de uso dos *media* como instrumentos de comunicação social e mudança”. Pois, ainda para os autores, “as tecnologias da comunicação estão ficando cada vez mais acessíveis a jovens e cidadãos comuns e pode ser usada para promover a educação, a auto-expressão democrática e a justiça-social”. Eles terminam dizendo que “existem as tecnologias que poderiam produzir o fim da democracia participativa, transformando a política em espetáculos dos *media*, numa batalha das imagens, e fazendo dos espectadores consumidores passivos” (2008, p. 704).

Vivemos hoje numa ‘aldeia global’ ligada 24h por dia. ‘Geração tecnológica’, ‘nativos digitais’, ‘geração polegar’, são algumas das expressões usadas para caracterizar as gerações jovens que tomam os *media* quase como prolongamentos de si. Televisão, internet, redes sociais, videojogos, telemóvel, música, são alguns dos meios com

que interagem diariamente, muitas vezes em simultâneo, e não é apenas no grupo dos mais novos que se verifica esta relação tão próxima.

A centralidade dos *media* na vida quotidiana das pessoas é-nos mostrada pelos resultados de estudos nacionais e internacionais e também pelos dados de audiência que nos ajudam a ter uma perspectiva mais clara do consumo destes meios (Pinto, Pereira, Pereira & Ferreira, 2011, p. 25).

O que se percebe é que o processo de comunicação se tornou mais plural e o conceito inicial bastante simples e que se resumia na necessidade de existir um emissor e um receptor, sendo o primeiro o único produtor e disseminador de conteúdo e informação e o segundo um mero espectador que, passivamente, era altamente influenciado já se alterou totalmente. A realidade, e daí novamente o reforço da necessidade da existência de uma literacia mediática, é que o receptor também se tornou emissor e produtor de conteúdo e informação.

Com isso, dentro do pensamento comunicacional surge um fenómeno que não é novo, mas que ganha corpo e é amplamente divulgado especialmente após a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016, o das *fake news*. Um conceito que, apesar de não ser recente, entra na pauta dos principais jornais, revistas, canais de televisão e internet, tendo esta última um papel fulcral na disseminação de conteúdo e informação falsa também sendo, as *fake news*, chamadas de pós-verdade por alguns autores.

Para Brites, Amaral e Catarino (2018, pp. 85-86), “o contexto atual de instantaneidade digital, os baixos níveis de literacia mediática e literacia para as notícias dos utilizadores contribuem para a sua propagação” e, ainda de acordo com os autores, “é, por isso, importante assinalar que o contexto em que vivemos não é igual ao contexto histórico das ‘notícias falsas’, tem particularidades mediáticas e digitais que exigem preocupação, atenção e soluções”.

Este assunto é aventado nesta tese de doutoramento por conta da questão dos refugiados na Europa e como a imagem deste enorme grupo de pessoas foi também construída através das *fake news*. Porém, antes de mais, se faz necessário apresentar o conceito e debater suas vertentes mais variadas conforme veremos a seguir. Para Bauman (2007, p. 139), as *fake news* se aproveitam da necessidade da circulação da informação velozmente sem que tal notícia seja, necessariamente, verdadeira já que há

uma ideia de que aquilo (a notícia ou o fato em si) são distantes de quem os dissemina e, portanto, existe uma sensação de isenção. Para o autor, “na ideia do ‘instantâneo’, ambas as partes do mundo são importantes: o que conta, é que o instantâneo é um *disparo*, cujo alvo está no lugar para que apontamos a arma; é que o objecto é atingido sem que isso afecte a mão que pega na arma [...]”. Ainda para ele, “[...] se trata de um disparo *instantâneo*, só momentaneamente ligando o atirador e o seu alvo, relação que não dura mais do que o tempo necessário para disparar a arma”.

Com certeza, no caso das *fake news*, a “não culpa” de quem as propaga faz toda a diferença no processo, e Bauman (2007) afirma que as pessoas atiram sem ver e sem levar em consideração o passado e, muito menos, se preocuparem com o futuro. É o momento e nada mais, é ter o poder da palavra por alguns instantes, é ser o primeiro a mostrar o fato mesmo sem ter a certeza de ser verdade ou mentira, pois isso pouco importa já que o emissor não relaciona o episódio temporalmente.

A superficialidade, a ausência de densidade emocional e temporal, a repartição do fluxo do tempo em fragmentos desconexos são os prazeres costumados no *flâneur* solitário, do espectador pioneiro, do primeiro praticante do olhar sem ver, dos contactos efêmeros, da fruição sem contrapartida dos atractivos do outro — esta superficialidade e ausência de densidade estão hoje ao alcance da maior parte dos moradores da cidade (mas não de todos!), e os que ordenam o espaço em vista das deambulações urbanas, ou se ocupam de uma maneira ou de outras das aspirações e humores dos actuais e potenciais deambulantes, sabem que assim é e aproveitam o melhor que podem as oportunidades comerciais infinitas que as condições lhes oferecem (Bauman, 2007, pp. 139-140).

O que acontece nestas duas primeiras décadas do novo século em relação à criação e circulação de notícias e informações falsas não deveria causar espanto, pois o impacto de uma notícia sempre foi mais relevante do que o seu verdadeiro teor no caso do jornalismo. Na política, promessas falsas sempre foram o pano de fundo em quase todas as eleições, porém foi a conexão digital e a velocidade trazida pela internet que são capazes de causar perplexidade na forma em que uma notícia ou informação falsa nasce, cresce e é disseminada e pode, em poucos cliques, jogar na lata do lixo qualquer reputação. Além disso, tais informações encontram eco, espaço e repercutem ainda mais facilmente quando se limitam às bolhas criadas pela internet no uso e aplicação dos

filtros e algoritmos que mostram para os usuários somente aquilo que lhes interessa (Wardle & Derakhshan, 2017).

Para Wardle e Derakhshan (2017, p. 50) “os agentes que estão criando a desinformação entendem que, quando as pessoas consomem e compartilham essas mensagens, elas o farão cada vez mais de dentro dessas câmaras de eco, sem ninguém para desafiar as ideias” e que “isto significa que as pessoas que irão interpretar as suas mensagens são muito menos propensas a ter uma leitura ‘opositiva’ (rejeitando a forma como a mensagem foi codificada) ou ‘negociada’ (aceitando apenas alguns aspectos da mensagem)”, ou seja, “é por isso que a desinformação pode ser disseminada tão rapidamente. Ele está viajando entre redes *peer-to-peer*, onde a confiança tende a ser alta”. Ainda para os autores, “o problema fundamental é que as ‘bolhas de filtro’ pioram a polarização ao permitir que vivamos em nossas próprias câmaras de eco on-line e nos deixem apenas opiniões que validam, em vez de desafiar, nossas próprias ideias.”.

Porém, mais do que buscar uma informação, o público consumidor de notícias também busca formas de participar e é, nesse aspecto, que a disseminação de informações falsas se apoia. Thorson (2018, p. 4) diz que “a atenção é um recurso extraordinariamente valioso, e a compreensão de quando e por que as pessoas prestam atenção ao conteúdo das notícias é fundamental tanto para aumentar a competência dos cidadãos quanto para tornar as organizações de notícias economicamente viáveis em um mercado cada vez mais competitivo”. Aqui, novamente, a questão da literacia faz toda a diferença e, como afirma a autora, cada pessoa lê um jornal de maneira diferente e, também de forma divergente, interpreta as informações e notícias disponibilizadas.

Quando os especialistas criticam o público por não conhecer fatos fundamentais sobre os ares da atualidade, eles frequentemente supõem que a culpa está na motivação da audiência — em outras palavras, que as pessoas simplesmente não se importam o suficiente com a informação. “América sem noção”, brincou o título de um artigo de Frank Bruni, do *The New York Times*, citando dados de pesquisas que mostram que apenas 16% dos moradores da Califórnia sabiam que a maior parte do orçamento do Estado destinava-se à educação pública. “A verdade é que um grande pedaço do eleitorado [americano] está sintonizado, zoneado ou penteando Roswell para restos alienígenas”, escreveu ele. Bruni está certa de que a motivação desempenha um papel importante na formação de padrões de consumo de notícias. A motivação de uma pessoa para ler as notícias pode ser afetada por uma infinidade de fatores, incluindo a identidade social (se seus colegas estão lendo as últimas notícias sobre a eleição, você é mais propenso a fazer o mesmo) e emoção (as

peças são mais propensas a ler histórias). que induzem emoções extremas). A motivação também pode ser moldada pela própria história — por exemplo, as manchetes de “clickbait” funcionam parcialmente aumentando a motivação dos leitores para se engajarem com um conteúdo (Thorson, 2018, pp. 4-5).

Com a crise migratória e os refugiados não é diferente. O que os *media* apresentam em relação a esse tema obedece, obviamente, uma agenda noticiosa que se constrói apoiada em imagens que, geralmente, colocam os refugiados em condição, ou melhor, fomentam uma desumanização. Posteriormente, se transforma em distanciamento e, como referido anteriormente por Bauman (2007), em uma ideia de que o espectador nada pode fazer a não ser promover a disseminação de notícias e informações falsas.

Para Gitlin (2003, p. 109) “enquanto os meios de comunicação não são espelhos da realidade, nem são pinturas abstratas do imaginário. Eles são, novamente, mais como espelhos de casa divertidos, estreitando e alargando, alongando e encurtando, distorcendo e negligenciando o que já está lá — em algum lugar”. O autor ainda afirma que “as versões dos *media* interpretaram eventos representando de maneira plausível um mundo que os públicos já reconhecem como um mundo real; e é uma história rara, na verdade, que circula uma completa mentira”. Para corroborar esse pensamento, Dreher e Voyer (2015) dizem que, basicamente, os *media* possuem uma habilidade nata em fazer recortes e, com isso, mostrar apenas quadros da realidade que podem dessa maneira desviar ou chamar a atenção do público para alguns aspectos em detrimento de outros. Dessa forma, os *media* evidenciam a dão voz a certas políticas, atores e ações enquanto silenciam e marginalizam outras políticas, demais atores e deixam de mostrar diferentes ações.

Ou seja, o que se percebe é que a construção que ocorre entre os *media* e a sociedade é totalmente dependente de adjetivos, qualidades e características que envolvem as duas partes. Se, de um lado, os *media* precisam ter a honestidade como princípio, do outro, as pessoas que estão expostas a esses *media* e a informação que eles veiculam necessitam entender que esse suposto princípio nem sempre é entendido como tal e, por várias vezes, é deixado de lado em prol da defesa de ideologias, políticas, agendas e questões econômicas que se sobrepõem.

E os meios de comunicação de massa exercem um papel preponderante nas sociedades multiculturais, pois, como afirma Bailey (2015, p. 415), “os *media* têm o potencial de facilitar o exercício da cidadania crítica e de fornecer um fórum para debate e deliberação, além de restringir os poderes do Estado”. A autora acrescenta ainda que “no contexto de sociedades multiculturais, onde diásporas e minorias lutam pelo direito de participação política, incluindo o direito à representação simbólica, os *media* podem ser entendidos como um espaço para se comunicar, propagar e interagir [...]”, mas também “[...] um campo de batalha — uma 'arena simbólica' — um local para lutas contestadas sobre diferentes significados e identidades”.

Portanto, ao se tratar da literacia mediática e da questão das migrações tendo como foco os refugiados, facilmente percebe-se que há tendencialmente uma agenda a ser posta em prática pelos *media*. E isso não acontece somente na Europa, pois como afirmam Bleiker, Campbell, Hutchison e Nicholson (2013, p. 398) “poucas questões na Austrália são tão contestadas politicamente e tão carregadas de emoção do que as dos refugiados” e que, “por mais de uma década, as percepções do público e os debates políticos sobre a questão foram moldados, pelo menos em grande parte, por imagens dramáticas de pessoas em busca de asilo que chegam de barco às costas da Austrália”. Na pesquisa realizada pelos autores, eles concluem que “assim, argumentamos — e demonstramos — que os padrões visuais moldaram o ‘problema’ dos refugiados de tal forma que são vistos não como um desastre humanitário que requer uma resposta pública compassiva, mas como uma ameaça potencial que estabelece mecanismos de segurança e controle de fronteiras” (2013, p. 399).

Ainda para os autores, “as visualizações prevalecentes dos requerentes de asilo são, portanto, altamente selectivas e altamente políticas” e continuam ao afirmar que “a visualização predominante dos solicitantes de asilo é, portanto, aquela em que não vemos mais uma vítima identificável. Não vemos rostos nem pessoas reais. Nós vemos apenas massas anônimas. Nós vemos um problema político abstrato e desumanizado” (Bleiker, Campbell, Hutchison & Nicholson, 2013, p. 411). Os autores são enfáticos e colocam que as imagens utilizadas pelos *media* para retratar uma crise migratória, especialmente quando englobam uma quantidade maior de requerentes de asilo em um mesmo *frame*, são capazes de adaptar como o público vê e entende essa

crise e, com isso, as atitudes políticas mais duras e intolerantes podem, inclusive, serem justificadas.

De acordo com Bleiker et al. (2013), a desumanização dos refugiados que ocorre também através de imagens veiculadas pelos *media*, faz parte de um jogo político e psicológico que consegue, assim, fundamentar o enrijecimento das políticas migratórias em discursos políticos que valorizam a segurança nacional e, até porque não, o fechamento das fronteiras há bastante tempo e em diferentes partes do mundo.

Com isso é possível perceber que compreender os efeitos da literacia mediática, importante por si, ganha outros contornos sociais e políticos quando se trata de grupos de risco ou em situação de risco humanitário. Não é plausível descartar os efeitos negativos e de desumanização que a escolha de determinadas imagens, em detrimento de outras, pode causar no público consumidor de notícias e informação. Também não se pode desprender o discurso político e as ações que resultam desses discursos ao que os *media* veiculam, já que, em se tratando de democracia, ter o apoio popular e uma opinião pública favorável é metade do caminho para a criação e aprovação de leis, por exemplo. Historicamente sabe-se que os líderes políticos são, em sua grande maioria, movidos por essa opinião pública e enquadram seus discursos conforme o que seus eleitores (e futuros eleitores) querem ouvir.

Entretanto, precisamos compreender que a problematização da literacia mediática também se dá em uma sociedade profundamente mediatizada e digitalizada. Tendo em conta que grande parte dos debates ocorrem nas plataformas *online*, o Flash Eurobarometer 464 (março de 2018, p. 4) mostra que os cidadãos dos países da União Europeia, incluindo o Reino Unido à época, “[...] confia totalmente ou tende a confiar nas notícias e informações que recebe pelo rádio (70%), televisão (66%) e nos *media* impressos (63%)”. Porém, o relatório mostra que “[...] menos da metade (47%) confiam em jornais e revistas *on-line*, e proporções mais baixas confiam na hospedagem de vídeo, sites e podcasts (27%) e redes sociais *online* e aplicativos de mensagens (26%)”. E a disseminação de informações e notícias falsas se tornou uma realidade já que “mais de um terço dos entrevistados (37%) dizem que encontram notícias falsas todos os dias ou quase todos os dias e outros 31% afirmam que isso acontece pelo menos uma vez por semana”. Contudo, a preocupação em torno da literacia

mediática se justifica, já que “sete em cada dez entrevistados (71%) estão totalmente ou um pouco confiantes de que são capazes de identificar notícias ou informações que deturpam a realidade ou são falsas (notícias falsas) [...]”.

E a preocupação da difusão de notícias falsas em meios digitais pela Comissão Europeia fica evidente quando esta divulga um relatório para combater as notícias falsas com diretrizes e um conjunto de ações que visam tornar a internet e os meios de comunicação digitais um ambiente mais confiável e transparente (Report from the Commission, 2018). Contudo, Grizzle et al. (2016) pouco tempo antes publicavam uma obra com a formulação de políticas e estratégias de alfabetização midiática e informacional (AMI) com o aval da UNESCO.

Olhar para a Europa na primeira década e meia do século XXI possibilita perceber isso. Há, nesse período, uma tensão em relação a uma crise migratória que está levando Estados e líderes políticos a um confronto de ideias e argumentos que, muitas vezes, se fundamentam em discursos baseados na xenofobia e possibilitam a aprovação de leis e medidas que visam expulsar quem não pertence a um país da União Europeia, que mesmo dentro do bloco conta com diferenças significativas. Dessa maneira, crescem e ganham corpo os partidos e políticos que, através de medidas populistas, tentam agradar os seus eleitores e avalizam pensamentos polarizados que colocam “nós” contra “eles”, que justificam uma suposta invasão e que são, sem sombra de dúvidas, um retrocesso em relação aos direitos humanos e de proteção à vida.

CAPÍTULO 4 — METODOLOGIA

Neste capítulo, tratamos do percurso metodológico escolhido para se conseguir alcançar os objetivos da tese. Nos capítulos anteriores aprofundamos os referenciais teóricos que também nos encaminharam para definirmos quais seriam as nossas escolhas metodológicas. Visando identificar o olhar que os cidadãos portugueses possuem em relação aos refugiados em Braga e, como este olhar pode ou não ter sido influenciado pelos *media*, nos apoiamos e utilizamos técnicas e ferramentas metodológicas que permitissem que tal pretensão se tornasse uma realidade.

Ainda que o objeto de estudo (olhar/análise da percepção) seja complexo, como em qualquer investigação iniciamos o processo fazendo escolhas e delimitações. Primordialmente entendemos que a escassez de dados na cidade de Braga em relação à crise migratória e aos refugiados colocavam a cidade no centro do nosso estudo. Isso porque a análise de percepção poderia se mostrar mais interessante, especialmente por abordarmos um tema que é próximo da União Europeia (crise migratória e refugiados) e de países como a Alemanha, Itália, Grécia e Espanha, porém distante de Portugal e afastado da realidade na cidade de Braga e, consequentemente, da vida de seus cidadãos.

Importante ressaltar que a escolha de Braga também passa pelo fato de que mesmo sendo uma das maiores cidades portuguesas, ela não pode ser considerada como pertencente ao eixo de produção e geração de notícias e informações de relevância nacional como as cidades de Lisboa (capital do país) e do Porto. E não entendemos que tais aspectos possam ser considerados negativos no contexto da nossa investigação, pois como temos a intenção de analisar o olhar dos cidadãos de Braga em relação aos refugiados e tentar perceber como os *media* poderiam ter impacto nessa percepção, estar “distante” poderia nos trazer indicadores de como os meios de comunicação são capazes de aproximar realidades que não estão presentes no dia a dia das pessoas.

Contudo, ainda que para delimitar e fazer as escolhas em relação à metodologia deva-se considerar quais são os objetivos da investigação e as concepções teóricas que foram utilizadas, outros diferentes fatores precisam ser levados em conta pois se relacionam com tornar a investigação realizável. Dentre os principais fatores estão o

tempo total disponível para a pesquisa incluindo a coleta dos dados e a escrita da tese e os recursos financeiros à disposição para a execução do projeto.

Entretanto, sabemos que ao optarmos e fazermos uma escolha estamos, invariavelmente, assumindo que iremos recolher determinados dados em detrimento de outros e isso poderia ser diferente caso nossas escolhas fossem outras. Outrossim, a abordagem da pesquisa é a lente pela qual optamos observar uma realidade, mas tal realidade será interpretada conforme as ferramentas de pesquisa escolhidas.

Dessa maneira, como referimos anteriormente, o nosso campo de análise se dá no âmbito da percepção social e partimos da seguinte pergunta de investigação: *Como os cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga (Norte de Portugal) percebem os refugiados?* E, com o intuito de complementar a pergunta principal, questionamos: *Qual o papel dos media nessa percepção?*

Compreender os significados e as percepções dos atores sociais passa por acionarmos opções metodológicas que permitam que isso ocorra em determinado grau, por isso escolhemos métodos que atuassem de maneira a permitir que a realidade social do nosso estudo fosse melhor compreendida. Interessa compreender como as pessoas percebem a crise migratória e a questão dos refugiados e, mesmo sabendo da complexidade desafiadora que envolve o processo de análise da percepção (Kang & Bodenhausen, 2015), nossas opções metodológicas podem ser as lentes que permitem analisar como os participantes das entrevistas percebem a crise migratória e os refugiados e constroem suas representações com base em suas experiência de vida que são fundamentais para ver, ler e compreender o mundo (Arruda, 2003).

Considerando os aspectos referidos anteriormente, optamos em centrar a investigação na cidade de Braga, Norte de Portugal. Desse modo, para a presente pesquisa iniciou-se um trabalho de pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e posteriormente a realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade.

4.1. Método

As pesquisas nas ciências sociais assistiram ao surgimento de uma rivalidade, improdutiva na nossa opinião e de autores como Bauer e Gaskell (2017), em relação

aos métodos de pesquisa. Apesar de em um lado estarem as pesquisas qualitativas e de outro as quantitativas, não entendemos que ambas devam ser vistas como contraditórias, mas como complementares. Entretanto, no nosso caso optamos pelas opções metodológicas qualitativas, pois acreditamos que seriam capazes de trazer os melhores resultados possíveis dentro do contexto explicado anteriormente (pesquisa exequível tendo em conta o tempo de coleta dos dados, a escrita da tese e os recursos financeiros disponíveis).

Ao optarmos pela utilização de ferramentas qualitativas, como afirma Coutinho (2014, s/p), entendemos que “[...] este paradigma adota uma posição relativista — há múltiplas realidades que existem sob a forma de construções mentais social e experiencialmente localizadas [...]” e, desta maneira, “[...] valoriza o papel do investigador/construtor do conhecimento [...]”. Ainda para a autora, “[...] pode afirmar-se que este paradigma pretende substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo do paradigma positivista pelas de compreensão, significado e ação”. A mesma autora ainda afirma que utilizar abordagens qualitativas em questões de cunho social permite que o investigador entre no mundo onde estão os sujeitos e “se a ação humana é intencional, pensam, há que interpretar e compreender os seus significados num dado contexto social”.

Já Prodanov e de Freitas (2013) afirmam que, para um tipo de conhecimento ser considerado como científico, ele precisa levar em consideração de maneira particular um objeto ou fenômeno e, ainda para os autores, um conhecimento científico é considerado diferente de outros tipos de conhecimento, justamente porque é fundamentado e deve seguir metodologias, além disso usa como base informações que podem, e devem, ser submetidas a algum tipo de validação.

Assim, ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir e explicar suas relações com outros fatos, conhecendo a realidade além de suas aparências. O conhecimento científico é considerado como:

- a) acumulativo, por oferecer um processo de acumulação seletiva, em que novos conhecimentos substituem outros antigos, ou somam-se aos anteriores;
- b) útil para a melhoria da condição da vida humana;
- c) analítico, pois procura compreender uma situação ou um fenômeno global por meio de seus componentes;

d) comunicável, já que a comunicabilidade é um meio de promover o reconhecimento de um trabalho como científico. A divulgação do conhecimento é responsável pelo progresso da ciência;

e) preditivo, pois, a partir da investigação dos fatos e do acúmulo de experiências, o conhecimento científico pode dizer o que foi passado e prever o que será futuro;

f) com base nas definições anteriormente citadas e comentadas, podemos elaborar um quadro comparativo entre conhecimento científico e popular (Prodanov & de Freitas, 2013, pp. 22-23).

Porém, dentro da pesquisa qualitativa existe uma infinidade de possibilidades de interpretação e, como afirmam Sampieri, Fernández-Collado e Lucio (2006), é possível encontrar um lugar comum que é uma ideia fixa de que qualquer cultura ou sociedade só pode ser compreendida de um modo único e isso tem relação e afeta diretamente a conduta humana. Para os autores, em um estudo qualitativo, o foco principal são os tipos e modelos de cultura justamente por conta da maneira flexível e maleável na forma como são constituídos estes modelos. Aliás, ainda para os autores, os atores sociais se constituem inclusivamente pelo inconsciente e transmitem, uns aos outros, sua experiência pessoal e conhecimentos pré-existentes.

Para Morse (2007, p. 12) “o laboratório do investigador qualitativo é a vida do dia a dia e não pode ser metido num tubo de ensaio, ligado, parado, manipulado ou enviado pelo esgoto”, ou seja, “as variáveis não são controláveis e até os investigadores qualitativos chegarem perto do fim do estudo, podem nem sequer ser capazes de determinar quais são essas variáveis”. Além disso, para a autora “[...] o desenvolvimento, descrição e operacionalização da teoria são, frequentemente, os resultados. Eles são os produtos do processo de investigação, em vez dos meios, e os instrumentos usados enquanto se conduz a investigação”.

Já para Freixo (2011, p. 146), na investigação qualitativa “[...] o investigador está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo”. Ainda para o autor, neste tipo de investigação, o cientista social somente “[...] observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los. O objetivo desta abordagem [...] é descrever ou interpretar, mais do que avaliar”.

Sendo assim, iniciamos com uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e posteriormente realizamos entrevistas semiestruturadas e em profundidade com 26 cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga. Os procedimentos são descritos a seguir.

4.2. Pesquisa bibliográfica

A coleta dos dados inicia-se por uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico que, como afirma Deshaies (1992, p. 237), serve para “fazer um balanço dos seus próprios conhecimentos”, mas também para “estabelecer uma bibliografia preliminar” e “formular o problema e perspetivar diferentes ângulos de visão”. Porém, as pesquisas exploratórias também são muito úteis para elucidar conceitos e baseiam-se no levantamento de informações através de documentos, estudos de caso e materiais bibliográficos. Também se realizam para trazer uma maior amplitude em relação ao fato ou objeto de estudo e, de maneira geral, são a etapa inicial para um processo de investigação mais amplo e complexo (Gil, 1999).

A construção do conhecimento científico passa, na nossa opinião, também por revisitar as obras e trabalhos que foram realizados anteriormente. Dessa maneira, iniciamos o nosso percurso através de uma pesquisa bibliográfica, atenta ao objeto de estudo, que foi determinante na escolha da narrativa teórica adotada pelo pesquisador durante o percurso. Todavia sabemos que os modos de se compreender a realidade são diversos, bem como também temos noção de que a pesquisa bibliográfica propiciou a adoção de posições metodológicas que auxiliaram a construção do objeto de estudo, as diferentes dinâmicas e posturas adotadas na pesquisa, explicitando a direção com que nos movimentamos.

Ainda em relação à pesquisa bibliográfica, acreditamos que constitui um importante meio para nos situarmos em relação aos estudos e publicações que já foram realizadas tendo em conta o nosso objeto de estudo e, dessa maneira, possibilitam que tenhamos a oportunidade de andar por caminhos que ainda não foram tão explorados e oportunizar um pequeno contributo ao tema estudado.

Sendo assim, nossas primeiras tarefas nesta investigação foram voltadas à pesquisa bibliográfica. Buscamos contextualizar as migrações e os seus desenvolvimentos, a questão dos refugiados, mas também relacionamos os *media* e a sociedade e atributos que envolvem a percepção de grupo, a identidade social, os imigrantes, os estereótipos e a memória social. Analisamos relatórios e documentos relacionados com a crise migratória e a questão dos refugiados na Europa e, desse modo, caminhamos por uma trilha densa, com muitos dados e informações que, muitas vezes, refletem haver uma distância considerável entre o que ocorre em Portugal e em outros países da Europa.

Tínhamos especial interesse em compreender os aspectos fundamentais da percepção de grupo e todos os seus desenvolvimentos, para podermos relacionar o papel dos *media* na formação da opinião pública e as questões migratórias, tendo foco no olhar sobre os refugiados. Após analisarmos e organizarmos tais informações, partimos para o trabalho de campo e a realização de entrevistas na cidade de Braga, Norte de Portugal.

4.3. Eixos Temáticos

Ainda como parte do balizamento em torno do nosso percurso metodológico, já indicamos e justificamos as nossas opções relacionadas ao método de pesquisa e da técnica utilizada. Sendo assim, para facilitar a posterior análise dos dados, o guião de entrevistas (Anexo 3) foi desenvolvido e dividido em quatro eixos temáticos principais e seus subtemas que estão descritos abaixo:

- **Globalização/Migrações:** viver em outro país | conhecer alguém que vive;
- **Crise migratória na Europa:** motivos que tornam a Europa destino para os refugiados | modo de vida europeu | opinião em relação a construção de muros;
- **Espetacularização das imagens:** conta em redes sociais | imagem em relação aos refugiados;
- **Olhar sobre os refugiados:** quantidade de refugiados acolhidos por Portugal | missão de procurar um refugiado | companheiro(a) de trabalho refugiado(a) | notícia

relacionada aos refugiados | fala de um ministro | mudança da segurança em Braga | instituição ou programa de acolhimento de refugiados em Braga | conhece um refugiado(a).

Entretanto, se faz necessário lembrar que os temas e subtemas utilizados no guião e que balizaram as entrevistas foram desenvolvidos antes da realização das mesmas. Isso por termos optado em fazer as entrevistas semiestruturadas, combinando perguntas fechadas e abertas onde os participantes podem falar sobre o tema sem que necessariamente estejam presos à pergunta inicial e em profundidade tendo o investigador o papel de, quando realizar uma pergunta, aprofundar o tema e o objeto de estudo em questão (Minayo, 2009).

4.4. Entrevistas

Posteriormente à pesquisa bibliográfica, partiu-se então para a concepção de um guião e a realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade. Qualquer pesquisa deve ter fundamento e ter sua metodologia desenhada com o objetivo de resolver ou de esclarecer um problema e, em um mundo globalizado e interdependente, compreender a forma como os *media* podem ou não influenciar um pensamento e a formação da opinião pública interessa (Da Silva & Menezes, 2005).

A utilização das entrevistas possibilita que o investigador — com os objetivos de pesquisa previamente definidos — possa ter mais liberdade para entrar no tema e recolher informações e dados de maneira mais aprofundada (Aires, 2011).

A entrevista [...] em profundidade utiliza-se a partir de um conjunto de critérios operativos fundamentais que justificam a sua validade como instrumento de captação e de transmissão de significado. Este tipo de entrevista baseia-se numa concepção construtivista do comportamento humano: o ser humano enquanto pessoa que constrói sentidos e significados a partir dos quais entende, interpreta e maneja a realidade. A entrevista nasce da necessidade que o investigador tem de conhecer o sentido que os sujeitos dão aos seus actos e o acesso a esse conhecimento profundo e complexo é proporcionado pelos discursos enunciados pelos sujeitos ao longo da mesma (Aires, 2011, p. 29).

A utilização das entrevistas possui vantagens e limitações e, entre as vantagens, podemos citar Marconi e Lakatos (2002), que dizem que as entrevistas podem ser utilizadas em diversas camadas sociais, inclusive entre os analfabetos. Além disso, ao utilizar as entrevistas para recolher dados, a liberdade é um ponto positivo, já que existe flexibilidade do entrevistador com o entrevistado e é possível solicitar mais informações sobre determinado assunto. Também, ainda de acordo com os autores, é possível uma melhor avaliação das atitudes dos entrevistados, podendo ampliar o espectro, bem como conseguir dados e informações de maneira mais precisa que outras técnicas, assim como quantificar os dados e tratá-los de forma estatística.

Importante ressaltar que houve uma mudança considerável nas opções metodológicas concebidas inicialmente para este estudo, exatamente por conta de dificuldades que surgiram no percurso da elaboração desta tese. Porém, a mudança na metodologia não comprometeu a pesquisa, pelo contrário, tonou-a mais rica e aprofundada. No princípio, a intenção era priorizar a realização de grupos focais, porém algumas adversidades foram sentidas pelo investigador, incluindo sensíveis diferenças culturais entre o Brasil (país de origem do pesquisador) e Portugal (país dos participantes da pesquisa), dentre elas: um grande obstáculo para encontrar locais para a realização dos grupos e a negativa, já a priori, por parte de alguns possíveis participantes que foram contactados quando eram informados de que seria para a participação em um grupo.

Outrossim, a opção das entrevistas em profundidade se mostrou como sendo mais prudente e produtiva do ponto de vista da coleta de dados. Utilizar entrevistas como técnica de recolha de dados em pesquisas sociais se justifica também porque, como afirma Minayo (1994), possibilita a obtenção de dados e informações de naturezas distintas dentro de uma única ferramenta. Para a autora, com as entrevistas é possível levantar informações gerais que se também estão disponibilizadas em censos, por exemplo, mas também individuais, àquelas relacionadas a atitudes, opiniões e valores do indivíduo que, dentro das pesquisas sociais, são compreendidas como subjetivas.

Para a pesquisa proposta foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas e em profundidade já que é neste tipo de técnica onde, como afirma Minayo (1994, p. 121),

existe a possibilidade de “[...] apreender sistemas de valores, de normas, de representações de determinado grupo social [...]” e, desta maneira, buscar respostas para a pergunta de pesquisa. Também, ao se empregar o uso de entrevistas semiestruturadas, o investigador não pretende cercear a fala dos entrevistados, mas ter apenas um roteiro que vai orientar a interação e isso possibilita um maior aprofundamento nos temas abordados. Ainda para Minayo (1994, p. 122), os objetivos principais na utilização de entrevistas semiestruturadas em uma pesquisa são: “[...] a descrição do caso individual; [...] a compreensão de especificidades culturais mais profundas dos grupos” e, para terminar “[...] a comparabilidade de diversos casos”.

Para Oliveira, Martins e Vasconcelos (2012, p. 3), “as entrevistas “em profundidade” são mais adequadas onde há pouco conhecimento sobre o fenômeno estudado ou onde percepções detalhadas são necessárias a partir de pontos de vistas individuais” e, apesar do tema sobre os refugiados estar na pauta da sociedade e dos *media*, a grande maioria dos estudos são centrados na figura dos refugiados e não na percepção que os cidadãos dos países de destino têm em relação aos refugiados.

Na entrevista em profundidade, o entrevistador quer obter informações sobre um determinado problema e a partir dele estabelece uma lista de tópicos, em relação aos quais a entrevista é focada, deixando a critério do entrevistador, que pode soar razões e razões, ajudar para estabelecer um determinado fator, etc., mas não sujeito a uma estrutura formalizada antecipadamente. Nesse sentido, pode-se dizer que aqueles que preparam as entrevistas focadas não desejam contrastar uma teoria, um modelo ou certas suposições como uma explicação de um problema. Eles têm certas ideias, mais ou menos fundadas, e querem aprofundá-las até encontrar explicações convincentes. Você pode, às vezes, querer saber como os outros — os participantes da situação ou do contexto analisados — veem o problema (Gómez, Flores & Jiménez, 1999, p. 168).

Ainda para Gómez et al. (1999), nesse tipo de entrevista o que interessa são as ideias, valores e crenças que os entrevistados possuem sobre o tema em questão e que, dessa forma, o tipo de explicação trazida é que vai fazer toda a diferença e não o conhecimento prévio do investigador sobre o assunto. Os mesmos autores dizem que as experiências vividas pelos participantes precisam ser levadas em consideração já que é, justamente através delas, que o problema principal pode ser construído e reconstruído sob diferentes aspectos e olhares.

Porém, para Kvale (1996) a utilização das entrevistas em profundidade vai muito além disso e, para o autor, a melhor maneira de entender como as outras pessoas percebem um tema ou assunto, é conversando com elas. Para ele, as entrevistas permitem ainda que o mundo seja compreendido por outros olhares, ajuda a desvendar qual o sentido que as pessoas dão para diferentes experiências e que essas impressões são anteriores, inclusive, ao processo científico e às explicações que dele surgem posteriormente para temas com implicações das mais diversas naturezas.

Outro fator que torna as entrevistas em profundidade bastante interessante e enriquecedoras é que, ainda como afirmam Gómez et al. (1999), elas baseiam-se na experiência dos entrevistados que, antecipadamente, são informados do tema a ser tratado e, além disso, oportuniza um aprendizado mútuo onde, tanto o entrevistado quanto o entrevistador, através de uma interação mais aprofundada, conseguem saber mais sobre o tema discutido e proposto. Os mesmos autores ainda colocam que é exatamente por pressupor uma interação e aprendizado que as entrevistas são baseadas em explicações que orientam e apresentam para o entrevistado a finalidade da pesquisa e onde o investigador pretende chegar.

Entrevista qualitativa é uma grande aventura; Cada passo de uma entrevista traz novas informações e abre janelas para as experiências das pessoas que você conhece. A entrevista qualitativa é uma maneira de descobrir o que os outros sentem e pensam sobre seus mundos. Através de entrevistas qualitativas, você pode entender experiências e reconstruir eventos dos quais você não participou. Através do que você ouve e aprende, você pode estender seu alcance intelectual e emocional através do tempo, classe, raça, sexo e divisões geográficas (Rubin & Rubin, 2011, p. 1).

Por isso, além de ser um bom ouvinte, o entrevistador precisa saber encaixar as perguntas para que as respostas fluam e o processo de interação ocorra da melhor forma. Para Gómez et al. (1999, pp. 174-175) “existem diferentes classificações sobre o conteúdo das perguntas de uma entrevista” e os autores as dividem em “[...] questões demográficas ou biográficas, questões sensoriais, questões sobre experiência/comportamento, questões sobre sentimentos, questões sobre conhecimento, questões de opinião/valor”. Ainda para eles, “em entrevistas em profundidade, pelo menos três tipos gerais de perguntas podem ser consideradas: descritivas, estruturais e contrastantes”.

Os autores ainda fazem questão de detalhar cada tipo de questão, dentro dos três tipos gerais, e dizem que ao utilizar questões descritivas, o investigador pretende se adequar ao contexto onde o entrevistado vive, trabalha e atua. Esse tipo de questão ajuda na fluência das outras perguntas que serão colocadas e, com isso, também auxiliam o investigador a conseguir deixar o entrevistado mais a vontade. Já as questões estruturais dão conta, ainda conforme os autores, de trazer novos conceitos e ideias por parte do entrevistado e, dessa maneira, fazem uma espécie de concessão para o investigador atuar nas interpretações do que é dito e trazido à tona. Depois disso, é comum que o investigador opte por questões contrastantes que servem exatamente para ajudar na criação e desenvolvimento de contrapontos que, posteriormente, servirão de guia conceitual entre o que o entrevistado disse e o que o entrevistador entendeu. Se fosse uma equação matemática, as perguntas de contraste seriam equivalentes a uma prova real que, dentre tantas funções, serve prioritariamente para aparar arestas e equivaler falas e citações.

Porém, os mesmos autores dizem que para além de fazer perguntas pertinentes para o entrevistado, o investigador também precisa estar muito atento para as respostas que serão dadas. Isso porque, dependendo do teor da pergunta, pode acontecer de haver um desvio do assunto ou até mesmo a utilização de técnicas que tentam criar uma blindagem para não haver um comprometimento por parte do entrevistado. Por isso, novamente, criar e utilizar ferramentas de aproximação entre o entrevistador e o entrevistado ajudam, essencialmente, na criação de elos e vínculos que se traduzem em confiança. Conquistada a confiança, cria-se então uma relação amistosa e que pode resultar em abordagens muito mais profundas, sinceras e ricas.

O tipo de respostas que os informantes oferecem em uma entrevista detalhada é muito variado e nem sempre se adapta às perguntas feitas. Nesse sentido, o entrevistador deve usar certas estratégias para obter a resposta certa para sua pergunta. Assim, às vezes, o informante responde com outra questão, elabora uma resposta cujo objetivo é desviar-se ou fugir da pergunta, ou sua resposta é excessivamente longa. No primeiro caso, quando respondemos com outra questão ou desvirtuamos a intenção da resposta, pode ser conveniente explicar ao informante o significado da questão usando os termos e conceitos que ele usa e as categorias que ele usa para agrupá-las. Quando a resposta é excessivamente longa, podemos parar de tomar notas, parar o gravador, não segui-lo com nossos olhos... isto é, podemos confiar em ações que permitem ao informante compreender que ele deve

concluir sua resposta; então a questão pode ser formulada de outra maneira, incluindo uma explicação para a questão que esclarece exatamente o que está sendo perguntado (Gómez et al., 1999, pp. 181-182).

De acordo com Flick (2005, p. 81), “o êxito na realização das entrevistas depende fundamentalmente da competência situacional do entrevistador, uma competência que poder ser aumentada pela experiência de tomada de decisões necessárias nas situações de entrevista, e pelo treino prático da entrevista” e, para o autor, “este treino é feito com base em situações de entrevista simulada, que depois são analisados”. Sendo assim, para a realização das entrevistas para coleta de dados nesta tese, realizaram-se duas entrevistas de teste que, posteriormente, forneceram importantes indicadores para as melhorias necessárias e os pontos positivos nas perguntas que estavam no guião.

Então, é plausível dizer que tudo importa nas entrevistas em profundidade. Tanto a formulação de boas perguntas que, mesmo tendo uma boa margem de manobra podem se adequar conforme o rumo da conversa, quanto a qualidade das respostas são altamente importantes em todo o processo, mas podem ajudar o investigador a encurtar ou ampliar os caminhos, porém também são capazes de atrapalhar o bom andamento da pesquisa. Por isso, um guião de entrevista bem elaborado é de suma importância. Para Flick (2005, p. 78), “a concepção do guião da entrevista e a sua condução têm de obedecer a quatro critérios: não directividade, especificidade, amplitude e profundidade, e ainda a atenção ao contexto pessoal do entrevistado”. Ao explicar os critérios, o autor afirma que “a *não directividade* consegue através de várias formas de perguntas. A primeira são as perguntas abertas [...]”, depois “na segunda, fazem-se as perguntas semiestruturadas, de duas maneiras: ou se define o assunto concreto [...]; ou então define-se a reacção e deixa-se em aberto o assunto [...]”. A seguir, o autor diz que, “na terceira forma, as perguntas são esturradas e as duas coisas estão definidas [...]”, porém “começa-se pelas perguntas abertas, aumentando-se o grau de estruturação a pouco e pouco, na entrevista, para evitar que o quadro de referência do entrevistador se imponha às opiniões do entrevistado”.

De ressaltar que a análise das entrevistas possibilitou a abrangência de autores que não haviam sido contemplados nos capítulos teóricos e isso se justifica, pois

“gradativamente a análise vai acontecendo e o pesquisador passa a trabalhar num aprofundamento dos dados que ficarão contidos numa estrutura, guiada pelo tema e questões centrais” e, desse modo, “há quem chame a esse processo de afunilamento tendo em vista a seleção entre tópicos pela sua maior ou menor abrangência e importância para a pesquisa” (Alves & Silva, 1992, p. 67). Ou seja, conforme a fala dos entrevistados era analisada, ocorria uma complementação teórica tendo em conta, sobretudo, a vivência dos participantes e suas impressões sobre o tema (refugiados).

Outra questão importante passa por definir o tamanho da amostra e, em uma pesquisa qualitativa isso não é um trabalho simples, justamente porque, como afirma Minayo (1994), o que importa não se pretende generalizar, mas sim aprofundar e abranger para que a compreensão de um fenômeno seja possível. Além disso, a autora faz questão de colocar que uma amostra ideal se constrói através da abrangência de múltiplas dimensões, já que o seu intuito é o de ouvir várias vozes de maneira mais aprofundada.

Em se tratando de quantidade de entrevistados, Bauer e Gaskell (2017) são categóricos ao afirmar que o número de participantes varia conforme o assunto tratado e, principalmente, pelo fato de que, em muitos casos, as entrevistas atingem o seu ápice quando o investigador entende que as representações em torno de um tema comum estão muito parecidas. Os autores ainda colocam que, para um único investigador, entre 15 e 25 entrevistas sobre o mesmo tema são, geralmente, mais do que suficientes.

Para Strauss e Corbin (2008, p. 205) “uma questão que sempre surge por quanto tempo um pesquisador deve continuar amostrando” e, para sanar tal questionamento, os autores afirmam que “[...] a saturação teórica é muito importante. O pesquisador precisa coletar dados até que todas as categorias estejam saturadas [...]”.

4.4.1. Participantes das Entrevistas

Nesta pesquisa recorreremos à técnica de entrevista e, dessa maneira, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas e em profundidade. Porém, outros aspectos devem ser ressaltados na definição dos participantes da pesquisa, pois além de termos bem definidos os objetivos da pesquisa, consideramos o fato de o investigador conhecer com

alguma profundidade o contexto onde realizou as entrevistas (cidade de Braga) e ter atrelado a isso a experiência pessoal, o contato e conversas com pessoas que foram consideradas pelo pesquisador como informantes privilegiados por participarem do universo da pesquisa. Além da idade, foram considerados também o nível de instrução, o estatuto social e alguns tópicos pessoais e profissionais que não serão descritos caso a caso para preservar a identidade dos participantes, mas que foram considerados importantes pelo investigador e podem ser explicitados da seguinte maneira:

- ter uma profissão que possibilita viagens frequentes ao exterior e contato com outras culturas e realidades;
- ser cidadão português, mas ter nascido em outro país (Angola ou Moçambique) e ter a experiência migratória;
- tem no agregado familiar pessoas de outras nacionalidades;
- viver afastada do centro da cidade e com pouco contato com cidadãos de outros países;
- trabalha com públicos de diferentes nacionalidades, mas nunca teve uma experiência migratória;
- baixa escolaridade e pouco contato com estrangeiros;
- trabalha com público qualificado composto por cidadãos portugueses e de outras nacionalidades.

Sendo assim, os participantes da pesquisa foram considerados pelo investigador como informantes privilegiados e possibilitam uma análise mais diversificada e, conseqüentemente, mais rica. Também consideramos os diferentes aspectos ressaltados por Duarte (2004) para a realização de uma boa entrevista:

A realização de uma boa entrevista exige: a) que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa (e introjetados — não é suficiente que eles estejam bem definidos apenas “no papel”); b) que ele conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação (a experiência pessoal, conversas com pessoas que participam daquele universo — egos focais/ informantes privilegiados —, leitura de estudos precedentes e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada do pesquisador no campo); c) a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista (fazer uma entrevista “não

válida” com o roteiro é fundamental para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas); d) segurança e autoconfiança; e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação (Duarte, 2004, p. 216).

Desse modo, elaboramos um guião de entrevista com os temas principais a serem abordados (Anexo 3), entretanto os entrevistados não tinham acesso ao documento e o investigador o utilizava como apoio. De ressaltar ainda que todos os participantes foram previamente informados sobre a finalidade da pesquisa e que as entrevistas seriam gravadas em áudio (com o gravador posicionado em local visível — na frente do participante). Desse modo, antes de iniciarmos as entrevistas, solicitamos que cada participante assinasse o Termo de Confidencialidade (Anexo 2) onde o investigador se compromete em garantir a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados, bem como ter cuidado na divulgação dos dados. Assinalamos que os procedimentos adotados pelo investigador levam em conta os mais diferentes aspectos da ética na investigação nas ciências sociais (Ferreira, 2013).

Nesta pesquisa foram realizadas 26 entrevistas semiestruturadas e em profundidade com cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga, Norte de Portugal e que, de acordo com a literatura referida anteriormente, se mostraram suficientes para atingir a saturação das categorias e das questões propostas. Além disso, realizaram-se duas entrevistas de teste que foram referidas previamente. Os nomes reais dos participantes foram substituídos para resguardar a identidade dos entrevistados, porém os nomes fictícios escolhidos e que são atribuídos aos entrevistados são os mais populares em Portugal de acordo com o Instituto dos Registos e do Notariado. Todas as informações sobre os participantes das entrevistas, tais como a idade, profissão e data da realização estão no anexo 1.

Tendo a pretensão de perceber o olhar dos cidadãos portugueses que vivem em Braga têm em relação aos refugiados, entrevistamos pessoas de perfis diversos com diferentes profissões, estatutos sociais, nível de instrução e idades por acreditarmos que, dessa maneira, teríamos uma análise mais rica e diversa. Além disso, quatro participantes declararam no decorrer das entrevistas que tinham nascido fora de

Portugal, nomeadamente Angola e Moçambique, possibilitando explorar diferentes vieses e olhares sobre um tema comum a todos os participantes.

Contudo, a amostra foi constituída somente pelas pessoas que concordaram em participar da pesquisa, portanto é considerada, de acordo com Marconi e Lakatos (1996), uma amostra de conveniência ou não probabilística. Sendo assim, não tivemos a pretensão de que a amostra fosse considerada como representativa da população da cidade de Braga ou de Portugal, inclusive porque se faz necessário considerar a heterogeneidade dos grupos que se constituem por indivíduos diversos, com posições sociais distintas e que trilham experiências de vida diferentes (Cabecinhas & Feijó, 2013).

4.5. Descrição da Amostra

Dos 26 participantes da pesquisa, realizada entre os dias 18/12/2018 e 30/01/2019 (Anexo 1), 12 eram do sexo masculino e 14 do sexo feminino com idades compreendidas entre os 31 e os 65 anos. Além disso, os entrevistados possuíam empregos em diferentes áreas, sendo elas: funcionário público, atendimento ao público, modelista, secretária, profissional do setor administrativo, técnica administrativa, comerciante, terapeuta, professor, zelador, mecânico de automóveis, investidor, enfermeira, esteticista, técnico comercial, costureira e bancário.

Como citado anteriormente, o guião de entrevista foi idealizado com quatro temas principais a serem abordados (Anexo 3), são eles: globalização/migrações, crise migratória na Europa, espetacularização das imagens e olhar sobre os refugiados. Entretanto, inicialmente os participantes da pesquisa foram indagados sobre a chegada de brasileiros a Portugal, técnica utilizada pelo entrevistador para “quebrar o gelo” (Minayo, 1994) e começar as entrevistas. Dessa maneira, todos os 26 entrevistados afirmaram que notaram a chegada de brasileiros para viver em Portugal. Contudo, três participantes demonstraram um sentimento negativo e 10 pontuaram que o “falar brasileiro” (Craveiro Queiroz, 2018) foi o que mais chamou a atenção.

Em seguida e entrando no tema globalização/migrações, o pesquisador perguntava se o entrevistado(a) já tinha vivido em outro país e como se sentia em

relação a isso. Seis participantes afirmaram já ter tido a experiência de morar em outro país, referindo o Brasil, Angola, Moçambique, Alemanha e Espanha. Porém, 20 entrevistados disseram não ter vivido em outro país e, a grande maioria sentia que morar em outro país não estava nos planos por considerar que Portugal supria suas necessidades pessoais.

Todavia, quando indagados, ainda no mesmo tema (globalização/migrações), se conheciam alguém (amigo ou familiar) que vive em outro país, 25 participantes afirmaram que sim. Grande parte dos entrevistados complementaram a resposta e indicaram os países, sendo citado: Brasil, Dinamarca, Irlanda do Norte, Espanha, França, Alemanha, Suíça, Turquia, Indonésia, Angola, Canadá, Estados Unidos, Luxemburgo, Holanda, Argélia, Inglaterra e Moçambique.

Posteriormente, já no tema relacionado com a crise migratória, o pesquisador perguntava aos participantes os motivos que eles consideravam fazer com que a Europa se coloque como um destino para os refugiados. Os principais motivos referidos foram, respectivamente: segurança (14), qualidade de vida (7), economia (3), a proximidade geográfica com o norte da África e o Oriente Médio (2), direitos humanos respeitados (2), pessoas acolhedoras (2), fuga de governos totalitários (2), trabalho (2), segurança social (2), clima (1) e entrada facilitada (1).

Na segunda questão, ainda no tema sobre a crise migratória na Europa, era proposto aos participantes que dissessem o quanto imaginam que o modo de vida europeu é capaz de atrair pessoas para a Europa. Sete entrevistados afirmaram que o modo de viver dos europeus é muito atrativo, porém a segurança foi referida por oito participantes, bem como melhores salários (4), a estabilidade política e econômica (3), somente a economia (2) e a qualidade de vida (2). Contudo, alguns participantes afirmaram acreditar que o fato de a Europa ser um continente evoluído socialmente contribui, bem como as questões relacionadas à infraestrutura, os direitos dos trabalhadores, as oportunidades de uma vida melhor e até que os portugueses são receptivos.

Para finalizar o tema sobre a crise migratória na Europa, era solicitado que cada participante desse sua opinião em relação a opção dos governos na construção de muros para barrar imigrantes e refugiados. Sendo assim, 21 entrevistados afirmaram ser contra

a construção de muros, entretanto nove destes disseram ser favoráveis a um controle de fronteiras, porém não através de muros ou barreiras físicas. Três participantes não se mostraram nem contra nem a favor e apenas um entrevistado disse ser à favor da construção dos muros e das barreiras como forma de evitar que imigrantes ilegais e refugiados consigam entrar em um outro país.

Em relação à espetacularização das imagens, outro tema das entrevistas, inicialmente a pergunta feita para os participantes era em relação a ter uma conta nas redes sociais e por quais motivos. Dos 26 entrevistados, 21 disseram ter uma conta ativa nas redes sociais, sendo o Facebook a rede social mais referida (por oito pessoas) e de forma totalmente espontânea, seguido pelo Instagram (três pessoas).

Após a descrição da amostra, parti para análise e discussão dos resultados no próximo capítulo da tese.

CAPÍTULO 5 — ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo anterior, onde descrevi meu percurso metodológico, mencionei também que o guião de entrevistas e as análises das entrevistas obedeceram aos quatro eixos temáticos principais e subtemas que propusemos, são eles: globalização/migrações, crise migratória na Europa, espetacularização das imagens e olhar sobre os refugiados (Anexo 3). Portanto, após a descrição da amostra, parti para a análise e discussão dos resultados.

5.1. Comentário inicial “quebra gelo”

Ressaltei que a primeira interação com os entrevistados foi através de um comentário inicial “quebra gelo” (Minayo, 1994) que serviu para aproximar o investigador de cada participante e proporcionar alguma informalidade sem descuidar dos objetivos da pesquisa (Duarte, 2004). A crise migratória na Europa e a chegada de milhões de refugiados ao continente nos últimos anos ocupou um espaço significativo nos *media* (White, 2015; Georgiou & Zaborowski, 2017) e, por consequência, pode ter exercido impacto nos cidadãos portugueses que vivem em Braga, Norte de Portugal. Porém, como referido anteriormente, as entrevistas realizadas no âmbito desta tese de doutoramento iniciaram com a seguinte afirmação por parte do entrevistador: “interessante como estão chegando brasileiros para viver em Portugal” — e os comentários, ainda que muitas vezes sucintos, foram capazes de “dar o tom” à entrevista e a maneira como o entrevistado se portaria diante dos outros questionamentos feitos durante o diálogo.

Para Francisco (funcionário público, 49 anos³), que nasceu em Angola e viveu no Brasil, a chegada em Portugal e em Braga de uma vaga de cidadãos brasileiros pode ser facilmente percebida:

“Nota-se, nota-se isso nas ruas, no comércio. Eu reparo bastante porque... também estou mais atento a isso não é? Uma vez que morei no Brasil, uma vez que a minha X [entrevistado fala de uma pessoa com grau de parentesco] é brasileira, tenho essa

³ A palavra “anos” foi suprimida e abreviada pela letra “a” quando refere-se a idade dos participantes da pesquisa.

sensibilidade. Também de ouvir qualquer coisa, de reconhecer. Nota-se mais, por exemplo, em dias onde há mais aglomeração. Nas ruas de Braga nota-se muito porque quando se anda, eu já conheço as pessoas como é que vestem. A mochilinha à frente, o europeu não põe a mochila à frente, o europeu deixa a mochila atrás. Meia branca, a própria fisionomia, são típicas de brasileiro. Eu vou reparando não é?!” (Francisco, 49a, funcionário público).

E para corroborar com a fala de Francisco (funcionário público, 49a), Henriques (2020) diz que em 2018 105.423 brasileiros viviam em Portugal e que em 2019, de acordo com dados do SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteira (2019), houve um aumento de 43% na quantidade de cidadãos do Brasil que residem em Portugal e que o número chegou a quase 151 mil. Já no caso específico da cidade de Braga, os dados são imprecisos e o então Presidente da Câmara de Braga Ricardo Rio (citado em Cerqueira, 2019) diz que “é a pergunta ‘one million dollar’”. Isso porque a informação divulgada por um responsável pelo Serviço de Atendimento Prolongado (ACES) de Braga e replicada pelo Presidente da Câmara da cidade é de que existem 10 mil estrangeiros registrados nos centros de saúde, que dispõem de médicos de família e que destes, 5 mil são cidadãos brasileiros. Porém, ainda de acordo com a fala de Ricardo Rio, os números são evidentemente equivocados.

Além disso e voltando para a fala de Francisco (funcionário público, 49a), por ter vivido no Brasil e ter parentes próximos que são originariamente do país da América Latina, o entrevistado está mais predisposto a ter atenção para a chegada de brasileiros em Portugal e isso fica evidente em sua fala, mas também é através da estereotipia que Francisco expõe sua maneira de pensar. Quando o participante refere a maneira como os brasileiros utilizam a mochila, por exemplo, fica claro que a atitude que visa uma maior segurança e a menor possibilidade de roubo é uma característica própria de cidadãos que vivem em uma realidade onde há, predominantemente, uma insegurança generalizada. A pesquisa de Abdo (2016), que buscou compreender os motivos que fazem os brasileiros escolherem Portugal como destino, mostra que a segurança é o aspecto mais citado pelos entrevistados em relação à escolha pelo país europeu.

E a percepção da chegada de um grande número de brasileiros a Portugal é evidenciada também por Leonor (atendimento ao público, 46a), quando a entrevistada diz que são “muitos, desde que vim para aqui trabalhar então”, em referência ao

trabalho como atendente de lavanderia onde tem contato com pessoas. Para ela, o aumento pôde ser percebido “sim, desde 2015, aumentaram” e “[...] mais do que aquilo que eu pensei que existiam, porque eu morava fora do centro e não tinha essa noção, mas desde que aqui trabalhar fui me apercebendo de muita gente brasileira e ucranianos. Muito mesmo, eu não tinha essa noção” (Leonor, atendimento ao público, 46a).

Já para Maria (modelista, 35a), os cidadãos brasileiros são notados imediatamente:

“Sim, ao passar na rua. Ao passar pelas pessoas a pé. Percebi-me das pessoas a falarem, eu vi mais pessoas a falarem português do Brasil. Aumentou. E mesmo em determinados serviços. Ainda hoje, na hora do almoço uma das meninas que nos atendeu era brasileira, era. Sim, num restaurante e num restaurante muito bom. E como aí em muitos outros sítios sim” (Maria, modelista, 35a).

E o mesmo acontece com Matilde (secretária, 57a):

“Notei. Sempre que saio, vou nos supermercados, na rua. Vejo muitas pessoas a falar brasileiro, principalmente aqui em Braga, mas também já tenho notado no Porto. Eu noto que de uns dois anos para trás, antes nem pensar. Era um brasileiro ou outro que vinha, talvez de férias, mas se calhar na altura do Verão, para passar férias. Mas vejo que agora são pessoas que vêm para ficar porque eu vejo-os muito nos supermercados, a fazer compras. Se estão a fazer compras é porque, provavelmente, estão a viver cá” (Matilde, secretária, 57a).

Outra participante da pesquisa, Carolina (administrativo, 55a) diz que a chegada de brasileiros a Portugal nos últimos anos é refletida “no ambiente de trabalho, na rua. E sim, temos muitos clientes brasileiros”. Além disso, para a entrevistada o grande número de cidadãos do Brasil não está restringido à cidade de Braga, “[...] inclusive estes dias estive na passagem de ano no Porto e reparei que ouvia falar brasileiros com muita frequência. Mais do que nos outros anos” (Carolina, administrativo, 55a). Para Santiago (administrativo, 58a) é perceptível que a quantidade de brasileiros em Portugal aumentou nos últimos dois anos, corroborando para o aumento de 43% registrado pelo SEF (2019) e referido anteriormente.

Beatriz (técnica administrativa, 36a) diz que:

“Sim, pelo menos na cidade de Braga tenho visto muito brasileiro, muito mesmo. Nos cafés, no shopping, a passear pela cidade. Sim. Mudou, mudou, tem vindo a mudar talvez de uns cinco anos para cá e cada vez mais. Também vejo na Universidade que têm mais estudantes brasileiros” (Beatriz, técnica administrativa, 36a).

E de fato o que Beatriz (técnica administrativa, 36a) diz sobre uma maior presença de estudantes brasileiros na Universidade faz todo o sentido. De acordo com Cerqueira (2019), o Brasil é o país com mais estudantes na Universidade do Minho. Porém, é possível afirmar que em outras Universidades e Institutos de Ensino Superior de Portugal a realidade seja muito parecida, isso porque de acordo com o site de notícias G1 (2019) são dezenas de Universidades portuguesas que aceitam o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) brasileiro como forma de ingresso, um número que ultrapassa as 40 instituições de ensino superior no país europeu.

Já Afonso (comerciante, 65a) diz que, além da grande quantidade de brasileiros, muitos afirmam que já estão de mudança para Portugal ou estão pensando em mudar nos próximos anos. Outro entrevistado, Duarte (comerciante, 48a), diz:

“Nota-se mais em qualquer estabelecimento que vais a cidade, na rua. Nota-se que há uma grande, não só das pessoas que andam a passear de férias, mas a morar também. Há mais ou menos, há cerca de dois anos pra cá, houve um fluxo. Aumentou. Mais se calhar este ano, no ano passado já aumentou, 2017 para 2018 e se calhar de 2018 para 2019 muitos mais brasileiros a vim morar pra cá” (Duarte, comerciante, 48a).

Portanto a impressão de Duarte (comerciante, 48a) é confirmada com os dados publicados pelo SEF em relação a 2019, porém as percepções de Sofia (terapeuta, 31a) se mostram bastante interessantes e já apresentam alguma insatisfação. Para a entrevistada:

“Sim, sim, muito. Porque há em todo o lado, qualquer lado que nós vamos há um brasileiro em qualquer esquina. Há no clube, há no supermercado, quando eu trabalhava na loja, todos os dias eu atendia brasileiros. Em qualquer sítio eu já vi, com certeza, um brasileiro. Notou-se nos últimos anos. Antes não era assim, havia um ou outro, mas como agora não. Pois agora em qualquer lado há e depois notou-se também nos preços das casas. Braga era barato para arrendar, agora é caríssimo

e foi, não sei, no último ano ou dois anos por aí, não sei ao certo. Qualquer pessoa percebe em Portugal e acho que Braga é das cidades mais afetadas, sim” (Sofia, terapeuta, 31a).

A entrevistada faz uma análise temporal e atribui, por exemplo, a culpa do aumento nos preços dos aluguéis dos imóveis aos cidadãos brasileiros, assim como menciona a chegada dos novos habitantes como uma afetação no sentido pejorativo, porém se o aumento na demanda por imóveis causado pela necessidade que os cidadãos recém-chegados ao país possibilitam e é um fator importante e que deve ser levado em consideração, o forte investimento no turismo e os diversos prêmios conquistados por Portugal depois de 2015 e que colocaram o país europeu em evidência não podem ser desconsiderados, bem como o grande investimento estatal em incluir o país na rota dos grandes eventos internacionais. Um exemplo disso é a tentativa de baixar o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) para os praticantes de golfe em Portugal e tornar o país mais atraente para os jogadores que, como afirma Laranjeiro (2020), são dos turistas que mais gastam por onde passam e, claro, são investidores em potencial. Além disso, de acordo com Varzim (2020, 13 de janeiro), jornalista do Jornal de Negócios, contrariando as expectativas da entrevistada, “todas as regiões em Portugal registaram uma subida das rendas de habitação, mas Lisboa é pelo segundo ano consecutivo a zona que regista a maior variação percentual. As rendas na capital subiram 4% em 2019”.

Outro entrevistado, Tomás (professor, 57a), diz que percebe os novos moradores da cidade “sim. Pela ida ao supermercado, ouço falar com sotaque. No meu trabalho, há muita gente que vem do Brasil” e, além disso, “de um modo geral na cidade, nos centros comerciais, nas lojas. Amigos que trabalham em imobiliária e que tem muita gente que vem do Brasil a procura de casas. Por volta de dois anos, três anos. Sim, aumentou”. E, ainda que a grande maioria dos entrevistados seja receptiva, muitos ensaiam hostilidades aos brasileiros, como é o caso de Martim (zelador, 56a) que diz: “[palavra de baixo calão dita pelo entrevistado], estou cheio deles. Muitos. Dois anos, três anos para cá. Aqui no meu local de trabalho tem muito, muitos”.

Rodrigo (mecânico, 44a) afirma que pensa que existam mais brasileiros vivendo em Portugal e que “tem se notado um bocado, tem se visto aí muita gente a dizer “têm

mais brasileiros”, sem dúvida”, porém, para ele há uma concentração “mais no centro, nas compras, quando se vai aos mercados. Nota-se que, por acaso, nota-se mesmo que há muita gente do Brasil. Não era tanto, mas agora vê-se muito mais”. No caso de Alice (atendimento ao público, 38a), a participante afirma que notou uma maior quantidade de brasileiros e suscita uma importante questão quando diz: “Estão, se calhar, a fugir do país deles” — é relevante porque a fala permite que seja notada uma confusão evidente e que se repetiu durante toda a coleta de dados entre definições importantes dos conceitos de refugiados e migrantes econômicos que, ao menos em teoria, deveriam ser simples. Utilizando a definição da ONU, onde refugiados são aquelas pessoas que fogem do seu país de destino por perseguições de qualquer natureza, guerras ou risco iminente de morte, ou seja, para o órgão internacional uma pessoa se torna refugiada por falta de opção. No caso dos migrantes econômicos, a ideia principal dos governos e órgãos estatais de fiscalização e controle é que são pessoas que saíram do país de origem em busca de melhores condições de vida, especialmente questões relacionadas à economia.

Porém, o Brasil constitui um caso à parte e mostra que as definições da ONU e dos órgãos estatais precisam de uma atualização importante, pois, sobremaneira, prejudicam o entendimento das pessoas. Isso porque a violência, por exemplo, que possibilitou que no Brasil, um país democrático e, em tese, que não está em guerra, mais pessoas fossem assassinadas do que na Síria entre 2011 e 2016 (Abdo, 2016), um país que vive sob uma ditadura e que está em guerra oficialmente desde 2010. Mas não só, pois se faz necessário levar em consideração o contexto em que a definição da ONU, que data de 1951, foi idealizada. O momento era da pós-Segunda Guerra, o mundo em uma situação menos globalizada (no sentido de agilidade comercial e de fluxo de pessoas), com as tecnologias de informação e de transportes muito aquém do que se evidencia no século XXI. Sem considerar a necessidade de, em caso de revisão, um novo conceito de refugiado ter que abranger pessoas que necessitam de refúgio por risco ambiental, catástrofes naturais, minorias por orientação sexual entre outras.

Lourenço (funcionário público, 39a) também acredita que a quantidade de pessoas oriundas do Brasil são mais notáveis, assim como Gabriel (bancário, 45a), que afirma:

“Sim. Chega-se numa altura em que caminhas na rua ou vais a uma loja e já vês, já ouves mais brasileiros do que portugueses. Desde há dois anos ara cá que notas claramente que há muitos mais brasileiros a vir, a residir ou a vir temporariamente ou de forma permanente do que há quatro ou cinco anos” (Gabriel, bancário, 45a).

Outrossim, Mariana (esteticista, 53a) tece comentários e afirmações bastante ásperas em relação à vaga de brasileiros que chegou em Portugal. A entrevistada começa dizendo que consegue perceber uma maior quantidade de pessoas do Brasil em Portugal e, mais especificamente, na cidade de Braga onde vive. Então afirma: “Ah sim, eu vou ser dura e vou dizer umas palavras e tu podes não gostar, mas é a realidade, infelizmente” — para ela, como o entrevistador é brasileiro, poderia se sentir ofendido por suas palavras e, ainda que mais adiante na mesma indagação não considere o pesquisador “como os outros”, continua:

“Há 15 anos atrás começaram a vir brasileiros para Portugal, não brasileiros, brasileiras. Que vinham, única e exclusivamente, para pegar um homem para casar e ir embora ou para lhe roubar e ir embora. Casados, divorciados, não importa. E então vocês estavam muito malvistos aqui” (Mariana, esteticista, 53a).

Pais (2016) aprofunda a questão referida por Mariana (esteticista, 53a) em seu livro “Enredos sexuais, tradição e mudança: as mães, os zecas e as sedutoras de além-mar”. Entretanto, a tese de Queiroz Craveiro (2018) também se apresenta como relevante no assunto. Contudo, a participante segue e fala que “então, depois houve uma calmaria desse tipo de brasileiros [...]” e que “[...] o que se nota agora é que os brasileiros que chegam a Portugal, é um desfasamento completo dessa altura para agora, é uma classe média alta, com estudos, qualificada que sabe ser, que sabe estar, com uma educação inexcelável [...]”. De fato, a nova vaga migratória de brasileiros, principalmente depois de 2015 em Portugal (Abdo, 2016), conta com características diferenciadas da migração da última década do século XX e início do século XXI.

Mariana (esteticista, 53a) prossegue e afirma:

“Os outros brasileiros há 15 anos atrás nós não sabíamos sequer como lidar com estas pessoas. Tu estavas a falar com esta pessoa, mas sabia perfeitamente que não podias abrir-te porque aquela pessoa, a qualquer momento, espetava-te uma faca. Entendes? Por exemplo: eu a fazer uma amiga brasileira, não é o meu caso, mas foi a situação de muita gente. Ela no fim, a seguir, se pudesse roubar o marido, ir para

a cama, fosse novo, fosse velho, não havia disparidade de idade, mas elas queriam era casar ou apanhar-lhe dinheiro para ir embora. Agora isso não acontece. São pessoas que vêm para trabalhar, para adquirir qualificações, com projetos de vida definidos. É isso que eu noto agora, eu sou muito sincera, desculpa. Desculpa, mas é o que eu sinto” (Mariana, esteticista, 53a).

E o sentimento e a percepção de Mariana (esteticista, 53a) não são por acaso. Aliás, as mulheres brasileiras foram e continuam sendo objeto de estudos em Portugal (Queiroz Craveiro, 2018), mas também os estereótipos sobre mulheres brasileiras nos *media* e nos públicos (Oliveira, Cabecinhas & Ferin, 2011; Ribeiro & Cerqueira, 2010). Já para a participante da pesquisa Ana (costureira, 48a), “[...] a gente sai a rua só ouve falar brasileiro, a gente vai no *shopping*, só ouve brasileiro, a gente vai na feira é só brasileiro [...]” e, para ela, quando se “[...] vai a qualquer sítio já é brasileiros a trabalhar, a até nos postos dos correios já vi um brasileiro. É. Agora, sim, aqui em Braga nota-se bastante, nota-se que têm muitos mais”.

Em relação ao “falar brasileiro” referido pela entrevistada, Iorio e Nogueira (2019, pp. 209-210) em sua pesquisa sobre o acolhimento de estudantes internacionais do Brasil e de Timor-Leste em Portugal, dizem que “não dominar a língua portuguesa, o modo como a mesma é falada e escrita no país de destino, representa para os interlocutores não dominar os estilos de vida e os códigos culturais desse país” ou seja, “[...] a questão do domínio da língua do país de destino e o acolhimento acabam por ser complementares”. Isso, ainda de acordo com as autoras, mesmo quando os cidadãos são originários de outros países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), por exemplo, e estão residindo em Portugal.

E a percepção da chegada de brasileiros a Portugal e, especialmente em Braga, também é referida por Benedita (professora, 49a), que diz que “pelos telefonemas no trabalho, de pessoas que têm pedido informações e temos, por exemplo, a nossa turminha de judô tem miúdos brasileiros, nossa turminha de *ballet* tem. Temos notado mais chamadas, é” e, na questão temporal, a entrevistada diz: “Noto que agora está, desde setembro do ano passado [entrevistada se refere a 2018], quatro meses. Então na passagem de ano nós fomos para a Avenida Central [Braga] e à nossa volta praticamente eram só brasileiros”.

Miguel (investidor, 46a) é categórico e afirma: “Claro que percebi. Primeiro nota-se bastar andar no meio da cidade, só se ouve falar brasileiro. Aqui no centro de Braga na parte da tarde” e complementa “eu acho que, neste momento, ouve-se falar mais brasileiro do que português, sou-te sincero”. Para o participante, “nos últimos anos, porque antigamente notava-se que havia brasileiros, mas era outro tipo de imigração. Notava-se que eram pessoas, digamos, menos instruídas e algumas vinham para aqui, principalmente mulheres, a procura de umas atividades mais obscuras” e que “hoje em dia não, vê-se que são pessoas muito mais instruídas e com outra capacidade econômica. Digamos que é outro tipo de migração, vem aqui para estudar, pela qualidade de vida, pelo sossego”. O entrevistado acredita, fazendo uma relação temporal, “[...] que é nos últimos quatro anos, mas nos últimos tempos eu, por acaso, às vezes vou andar um bocado na cidade e só ouço falar brasileiro”. E, assim como a fala do Presidente da Câmara de Braga Ricardo Rio, o Miguel (investidor, 46a) afirma que “é muita gente mesmo, eu não sei qual é a percentagem, mas acredito, eu não sei, não sei se vou dizer uma asneira, mas acho que 30% da cidade é brasileiro”, porém, assim como os órgãos oficiais ele termina sua fala dizendo: “Não sei as percentagens, mas tem muita gente, muita gente mesmo”.

Para Francisca (enfermeira, 44a), “sim. Apercebi-me, mesmo no centro, ouve-se muita gente a falar brasileiro. Depois também a comunicação social, nos telejornais falavam. Principalmente Braga”. E para Margarida (comerciante, 65a), “em Braga têm muitos. Olhe, porque a gente ouve eles a dizerem que gostam de viver para Braga que, eu não sei bem agora, mas estão aqui bastantes a viver. Hoje é mais” e sua maneira de perceber é no dia a dia, pois Margarida diz: “Vais ao supermercado ouve-se falar brasileiro, vais na rua, ouve-se falar brasileiro. Muito mais. Por exemplo: eu estive no hospital e até lá vê-se meninas brasileiras empregadas. De Braga. Estava lá uma menina”.

A forma como Inês (comerciante, 39a) notou o aumento na quantidade de brasileiros se deu pelo seu comércio e a entrevistada que “vamos sendo visitados, vão nos contando da história, que vêm morar, que vêm trabalhar. E agora até nos supermercados oiço, é. Mais do que antes. Ainda ontem ou anteontem fui e a menina que me atendeu no supermercado era brasileira”. Em relação ao tempo em que começou

a perceber, a participante diz: “Dois anitos, mais ou menos. Aqui em Braga acho que sim, há dois anos”.

No caso de Clara (técnica administrativa, 38a), “isso é uma constatação diária. Em qualquer sítio, cada vez mais. Na cidade, em todo o lado, nos supermercados, nos centros comerciais”. Para a entrevistada, “eu acho que o ano passado [2018] foi assim o pico em termos de pessoas que, nomeadamente brasileiros, que têm vindo para o nosso país [...]. Pelo menos assim, foi aquele *bug* que foi mais perceptível para mim, sim”.

Para finalizar a primeira parte da discussão, Lucas (técnico comercial, 32a) disse que “sim, tenho notado isso. Que tem vindo bastantes brasileiros para Portugal”. Para ele, “pela minha área de trabalho, eu trabalho em telecomunicações e tenho visto pelos clientes, porque tenho feito muitas instalações, em clientes e casas de brasileiros em Portugal” e em relação à questão temporal o entrevistado afirma que “sensivelmente um ano, começou ali por volta de agosto, junho, julho, agosto ali, por ali, do ano passado [2018]. Este tráfego maior assim, repentino de muita gente a chegar, muita gente a chegar mais ou menos um ano”.

Portanto, os dados referidos pelo SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2019) sobre o aumento de 43% na quantidade de cidadãos brasileiros vivendo em Portugal de 2018 para 2019 podem ser sentidos pelos participantes da pesquisa conforme as respostas mencionadas. Há, de fato, uma percepção que vai ao encontro das informações oficiais sobre Portugal. Evidentemente que no caso específico da cidade de Braga, faltam dados e estatísticas capazes de mostrar de forma mais próxima da realidade quantos cidadãos brasileiros fixaram morada, problema que poderia ser facilmente resolvido com uma maior integração dos sistemas de informação que fossem capazes de cruzar dados como, por exemplo, os endereços dos comprovantes de alojamento que são solicitados pelo SEF e os que estão contidos nos pedidos de envio do Título de Residência, documento obrigatório para os estrangeiros que residem em Portugal e que são emitidos pelo órgão estatal de fiscalização.

Desse modo, após a compilação dos dados e das informações coletadas pelo entrevistador, fica evidente que todos os cidadãos portugueses que vivem em Braga e que participaram da pesquisa notaram a chegada e, portanto, a vaga migratória de

cidadãos brasileiros que escolheu Portugal para viver nos últimos anos. Em Braga, cidade onde as entrevistas se realizaram, não é diferente.

Sendo assim, os dados relativos a 2019 que foram publicados pelo SEF (2019) se confirmam e o acréscimo de 43% no número de brasileiros vivendo em Portugal é uma realidade. De ressaltar que o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo — RIFA (2019) do SEF traz a informação por região, mas não especifica as nacionalidades, somente o total. Porém, é plausível afirmar que ainda são deficitários os dados localizados e que a informação encontra alguma dificuldade em circular, inclusive entre as autoridades políticas, como é o caso do Presidente da Câmara de Braga, que não sabe estimar a quantidade de brasileiros que vivem na cidade portuguesa, por exemplo. Uma reportagem do Jornal O Globo (2019, 4 de agosto) traz a informação de que em Braga a quantidade de brasileiros aumentou em 10 anos de 2.596 para 6.168, um crescimento de 137,6%.

Entretanto, a dificuldade na coleta dos dados existe e pode ser, em parte, justificada porque os cidadãos brasileiros gozam de alguns privilégios que cidadãos de outras ex-colônias portuguesas como Cabo Verde, por exemplo, não têm. Isso por conta de acordos bilaterais firmados entre Portugal e Brasil, como o Tratado de Porto Seguro. O acordo foi firmado entre os dois países no ano 2000, ano que assinalou os 500 anos de descobrimento do Brasil e foi pensado para facilitar a circulação de pessoas. A partir de então, os cidadãos dos dois países passaram a ser isentos de vistos por um período de 90 dias quando a finalidade da viagem for de cunho artístico, cultural, científico, empresarial, de estágio acadêmico, jornalístico, desportivo ou turístico o que cria uma dificuldade para os órgãos de controle, pois o cidadão brasileiro pode alterar sua finalidade primária e passar de turista a residente sem, muitas vezes, comunicar as autoridades de imigração.

Ainda assim, são inúmeras as possibilidades de que os dados sejam atualizados de forma mais eficiente. Tanto pelo cruzamento de informações entre autoridades policiais e órgãos de controle ou pelo investimento em sistemas de informação mais detalhados. Porém, vale ressaltar que os acordos para facilitar a circulação de pessoas entre Portugal e Brasil são relevantes e devem ser respeitados e até avançados, mas que as informações podem guiar e possibilitar o surgimento de novas políticas de

acolhimento. Além disso, se bem utilizadas podem auxiliar em programas que facilitem o processo de adaptação dos brasileiros que chegam a Portugal para viver, sirvam de orientação para líderes políticos e sociais para que haja um investimento direcionado em áreas mais sensíveis como a saúde (melhoramento do quadro de profissionais) e a educação (preparação dos professores, reforma das escolas etc.) para, por exemplo, estarem melhor preparados para receberem os filhos dos cidadãos brasileiros. Dessa maneira, as informações que existem, mas que estão sendo de certa forma negligenciadas, podem ser bem utilizadas e ajudar a atuar para dirimir uma possível pressão social.

5.2. Globalização/Migrações

O primeiro eixo temático abordado, em seguida ao comentário inicial já referido, procurou suscitar as opiniões e impressões dos participantes em relação à globalização e às migrações tendo em conta o contexto português que coloca o país, como afirmam Pires et al. (2010), numa posição central em relação às migrações na Europa, pois ocupa um espaço ambíguo como emissor de emigrantes (cidadãos portugueses) e receptor de imigrantes (cidadãos de diversos países do mundo, principalmente os integrantes da CPLP como o Brasil).

Diante da ideia de que Portugal envia muitas pessoas para outros países do mundo, o entrevistador fazia a seguinte pergunta para os entrevistados: você já viveu em outro país? — e a segunda questão dentro da mesma categoria era se os entrevistados conheciam alguém (familiar, conhecido ou amigo) que vive (ou viveu) em outro país. Entretanto, a descrição da quantidade de participantes que têm ou não experiência de migração e em que países foi apresentada no capítulo da metodologia, em descrição da amostra.

Contudo, para enriquecer o debate em torno da discussão dos dados relacionados à/globalização/migrações, apresentamos a seguir o sentimento dos participantes em ter ou não vivido em outro país. Para João (funcionário público, 39a), viver em outro país não se mostrou necessário e, quando questionado sobre como se sente em relação a isso, disse: “não sinto nada de especial. A vida neste país, pelo menos no que me toca

a mim, aconteceu de uma forma em que isso nunca se colocou como uma questão. O que acho que é um bom sinal, não é?”. Ainda para o entrevistado, é “um sinal de que me sinto seguro aqui. Um sinal de que tenho o que preciso, que este país oferece o fundamental para se sair com uma vida relativamente normal, nomeadamente no que é básico: saúde, segurança e educação” e, para finalizar, afirma que “então não me assola essa vontade de ir para outro país, muito menos essa necessidade”. Portanto, para João (funcionário público, 39a) uma pessoa basicamente só sai do seu país de origem quando não encontra as mínimas condições promovidas essencialmente pelos governos como saúde, segurança e educação. Porém, faz-se necessário lembrar que a sedução promovida pela globalização e pela difusão de que a felicidade está nos países mais desenvolvidos é uma realidade (Castells, 2001). Sobre conhecer alguém que vive ou viveu em outro país, João diz: “conheço, conheço várias pessoas. Entretanto alguns já voltaram”.

No caso de Francisco (funcionário público, 49a), morar em outro país já fez parte da sua vida e ele afirma que “já, no Brasil. Aliás, morei em Angola. Morei no Brasil e em Angola. Em Angola, saí muito pequenino com cinco anos, quando cheguei ao Brasil, cheguei como refugiado. Porque Angola estava em crise, guerra e entretanto fomos para o Brasil”. Como, obviamente, o entrevistado sabia da intenção do pesquisador em explorar aspectos referentes às migrações, prontamente incluiu em sua resposta: “eu aceito estas migrações, eu vejo porque revejo-me. Eu acho que o mundo é pequenino demais, não devia haver fronteiras e os países deviam ser...”, mas tão logo expôs seu pensamento e opinião, se contradisse ao afirmar: “também tenho a perfeita noção de que também devemos controlar, saber quem entra. E também deve haver uma balança sustentável porque há países que são pequeninos e de um momento para o outro entrar muita gente é complexo” — e, como justificativa, disse: “o sistema de saúde suportar isto tudo, não é? Tanto que nota-se, já em Braga, pelo contingente de brasileiros que têm vindo à procura de médico de família e isso tudo”. Portanto, ainda que o entrevistado tenha uma relação com o Brasil, tanto por ter vivido quanto por se relacionar com pessoas muito próximas e que são de origem brasileira, sua opinião é de que deve haver controle, mas acima de tudo que os recém-chegados estão sobrecarregando o sistema de saúde, por exemplo.

Obviamente que a chegada de imigrantes brasileiros, no caso específico do acesso à saúde em Portugal, não pode ser entendida como a principal causa para que o sistema esteja sobrecarregado. Uma publicação online do Jornal Observador (2018, 28 de maio) afirma que “mais de 17 mil médicos e enfermeiros emigraram nos últimos oito anos” e que, “entre médicos e enfermeiros foram 17.267 os que saíram de Portugal entre 2010 e fevereiro de 2018”. Além disso, a publicação dá conta de que “os médicos e enfermeiros são atraídos por ofertas em países como Inglaterra ou França, que oferecem condições muito superiores às praticadas em Portugal e onde existe uma boa imagem dos profissionais de saúde portugueses”, portanto os dados sobre os profissionais de saúde em Portugal contrapõem o que Francisco (funcionário público, 49a) diz. Sem dúvida que há uma pressão no sistema de saúde português evidente desde o início da segunda década do século XXI e que é, até por conta de um desconhecimento do entrevistado sobre as condições dos médicos e enfermeiros em Portugal, refletido na menor oferta desses profissionais para nos novos utentes no país.

Já Leonor (atendimento ao público, 46a) afirma que nunca viveu fora de Portugal e demonstra um sentimento positivo e suscita que morar em outro país poderia ser uma oportunidade: “não, quem me dera [risos]. Nunca tive aspirações a morar fora de Portugal, nem noutra zona, nem fora de Braga sequer” — para a entrevistada, a idade e a questão geracional são relevantes. “Atualmente, talvez pela idade já mais avançada, já tenho mais inclinação em querer conhecer outros países, mas não para viver, só para passear”, ou seja, aqui pode-se concluir que há uma oportunidade em se tratando de novas pesquisas, especialmente as que relacionam a vontade de emigrar, o sexo e a idade, por exemplo. Em tempo, Leonor (atendimento ao público, 46a) é a única participante da pesquisa que não conhece alguém que vive ou viveu fora de Portugal.

Maria (modelista, 35a) também nunca viveu em outro país que não Portugal, mas quando questionada se conhece alguém, a entrevistada disse que “sim, o meu irmão neste momento está em Dinamarca. Em Copenhaga. Está há um ano e uns meses, está lá a trabalhar” e, ainda de acordo com a participante “ele trabalhava aqui, mas houve uma oportunidade de ir pra lá trabalhar, numa coisa um pouquinho diferente, mas para ganhar um salário melhor e ele foi”. Tal colocação é bastante recorrente em sociedades como a portuguesa onde muitos cidadãos emigraram. Seja pela busca por

países com mais oportunidades de emprego e renda (Castells, 2001) ou por conta da disparidade e distribuição de riqueza entre países (Bauman, 1999), é fato que a emigração atua sobremaneira nas mais diferentes regiões de Portugal (Miranda, 1999).

Questões que são lembradas também pela entrevistada Matilde (secretária, 57a), que afirma que nunca esteve fora de Portugal para viver, mas que “se tivesse que ser, seu eu tivesse de ir à procura de um sonho, de uma realização pessoal, acho que não tinha problema nenhum. Penso eu que não” e que a não necessidade se dá porque “nunca precisei, sempre tive aqui a família e emprego, nunca tive essa necessidade”. A participante diz que nutre uma admiração por quem abre mão do que conquistou em seu país de origem e parte em busca de uma vida com mais oportunidades.

“Admiro, tenho pessoas na família até que deixaram um país supostamente melhor que o nosso, que era a França, e vieram viver pra cá e pronto, vieram atrás de um projeto de vida também. E estão bem também. Eu, se tivesse de fazer, penso que não teria problema nenhum. Não seria fácil, mas não teria problema em ir” (Matilde, secretária, 57a).

A fala de Matilde (secretária, 57a) aponta para a relação direta que existe entre as migrações e as questões econômicas (Martine, 2005; Castles et al., 2005) e, no caso do retorno das pessoas para Portugal, a melhora na economia e incentivos do governo são pontos importantes a serem referidos. De acordo com o Jornal de Negócios (2019, 25 de junho), o “Estado paga até 6.500 euros a emigrantes que voltem a trabalhar em Portugal” e que “o programa é destinado aos emigrantes que saíram de Portugal até 31 de dezembro de 2015, que viveram fora pelo menos um ano [...]”. Além disso o programa desenvolvido pelo Estado português abrange os emigrantes que cumpram os requisitos “[...] e que comecem a trabalhar em Portugal continental entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, através de um contrato por conta de outrem com pelo menos 12 meses de duração”. Ou seja, a melhoria na economia possibilita que o governo de Portugal consiga pensar e desenvolver programas que estão focados nos cidadãos que deixaram o país, mostrando que os emigrantes portugueses estão, de certa maneira, fazendo falta no mercado de trabalho local. Sobre conhecer alguém que vive fora de Portugal, Matilde (secretária, 57a) diz que conhece, “conheço os meus primos que estão no Brasil e conheço outras pessoas. Muitas pessoas que migraram”.

Porém, a melhora na economia portuguesa não é percebida por Carolina (administrativo, 55a) e a entrevistada afirma que nunca morou em outro país além de Portugal, contudo diz: “gosto de viajar, mas viajo muito pouco. A situação econômica não tem proporcionado”. Em relação a conhecer alguém que mora em outro país, a participante afirma: “tenho um sobrinho que está na Irlanda do Norte”. Assim como Carolina (administrativo, 55a), Santiago (administrativo, 58a) também nunca viveu em outro país, mas afirma: “tenho meu irmão que vive em Espanha”. E a situação de Beatriz (técnica administrativa, 36a) é muito parecida com a de Carolina (administrativo, 55a), pois para ela “viver não, só vivi cá em Portugal”, porém “[...] já tive vontade várias vezes de experimentar outro país, mas sempre que vou conhecer outro país reparo que viver em Portugal é muito mais tranquilo” e que “a gente pode fazer o que quer cá, claro que o dinheiro limita muita coisa, mas de resto a nossa vida é muito boa cá”. Em relação a conhecer pessoas que estão em outro país, ela diz “conheço, conheço muitas pessoas que vivem noutros países. Muitas mesmo”.

E seguindo tendência dos outros entrevistados, Afonso (comerciante, 65a) diz que sempre viveu em Braga, porém “conheço pessoas, principalmente pessoas que emigraram. Amigos. França, Alemanha e Suíça, principalmente estes três países”.

Respondendo à pergunta se já viveu em outro país, Duarte (comerciante, 48a) diz:

“Não. Acho que é complicado para ir para outro país. A adaptação deve ser o que custa mais. Sabendo que levas sempre os laços: a comida, a camaradagem. Chegas a um país e é tudo diferente, claro que os primeiros dias é um bocado complicado, mas tens que te adaptar. E tens que deixar isso tudo um bocadinho de lado e tentar conseguir se adaptar ao clima, ao ambiente, às pessoas e tudo um bocadinho” (Duarte, comerciante, 48a).

Para corroborar com o que o entrevistado diz, se faz necessário ter em conta que as pessoas carregam consigo marcas, traços, identidades e as moldam conforme o ambiente e a necessidade, mas possuem características próprias, como a “comida” e a tal “camaradagem”, referida pelo participante (Parekh, 2000; Hall, 2003; Savidan, 2010). Continuando com a tendência, o mesmo participante, quando indagado sobre conhecer alguém, que vive fora do país, afirma: “Conheço. Alguns amigos, e tenho

alguns familiares que também moram em França, por exemplo. Mas já foram pra lá desde 20, 30 anos. Já estão há algum tempo”.

Sofia (terapeuta, 31a) afirma que nunca viveu fora de Portugal e que só foi de férias para outros países, mas, para a entrevistada, ela “[...] era uma pessoa que, no estrangeiro, não ia ser assim muito fácil adaptar, mas acho que tudo depende também. Se a pessoa vai sozinha, daquilo que encontra por lá, mas também nunca tive vontade de sair do país”. E sobre conhecer alguém que vive fora de Portugal, Sofia (terapeuta, 31a) diz que conhece pessoas que foram para a Turquia, Alemanha e Indonésia.

E Tomás (professor, 57a) diz: “já vivi em outro país. Eu vivi noutro país muito jovem, portanto aquilo que me lembro é de uma juventude abastada, vivia bem e depois vim já depois de adolescente para Portugal”. Quando o entrevistador pergunta onde o participante havia morado, ele afirmou que era em Angola, mas que além disso tem “parentes, amigos. Em países diversos da África, Europa, América. Gente que vive no Brasil, amiga. Sim, pelo mundo inteiro”. Para Martim (zelador, 56a), a experiência de morar fora de Portugal foi por “pouco tempo, na Alemanha” e, quando questionado sobre conhecer alguém que mora fora do país, o entrevistado respondeu que “sim. Na Alemanha, em Angola, há muitos também brasileiros”.

As experiências de Rodrigo (mecânico, 44a) são um pouco diferentes, ainda que o entrevistado não tenha vivido em outro país, ele afirma: “[...] já tive várias experiências a nível de trabalho. Já tive em França, já tive em Espanha” — porém, para Rodrigo (mecânico, 44a) a dificuldade em emigrar está relacionada a encontrar um trabalho que possibilite levar a família. Então o participante diz que “[...] estar sozinho e sem a família é complicado, mas já tive várias propostas de ir para fora e recusei. Motivos de família prendem uma pessoa. Filhos e esposa. Neste caso se a esposa fosse e os filhos eu também iria”. Sobre conhecer pessoas que moram fora de Portugal, Rodrigo (mecânico, 44a) diz que tem “famílias. Sim. Tenho em Toronto (Canadá), França. Isso, em Toronto e França”.

Para corroborar com as informações sobre a França, Alice (atendimento ao público, 38a) diz que nunca precisou ir para outro país, mas que tem pessoas conhecidas vivendo em outros países e afirma: “tenho primos franceses, na França”. Para Lourenço (funcionário público, 39a), sair de Portugal ainda não aconteceu, porém o

entrevistado se mostra confortável em viver em outro país ao dizer: “[...] acho que eu consigo me adaptar em qualquer país, acho eu. Porque eu, felizmente, já fiz algumas viagens e gosto” — e continua: “gosto das culturas de fora e, por acaso, acho que provavelmente me identificava em viver em algum país. Mais a base de língua inglesa, porque consigo falar inglês, agora se for francês aí é mais complicado para mim”. Sobre conhecer pessoas que emigraram, Lourenço (funcionário público, 39a) diz: “sim, tenho familiares, amigos. Ora, tenho um primo que trabalha na Holanda, em Eindhoven, mas tenho família nos Estados Unidos, por exemplo, em Miami. Depois tenho família também em Luxemburgo, França”.

O participante Gabriel (bancário, 45a) segue a tendência da maioria dos entrevistados e afirma que não viveu em outro país além de Portugal, mas que “não tenho obstáculo. É uma questão de oportunidade, como diz o ditado: “a ocasião faz o ladrão” é oportunidade. Se tiveres oportunidade, se tiveres um projeto de interesse, sim. Não vejo problema nenhum”. Quando questionado sobre conhecer pessoas que vivem fora de Portugal, ele diz:

“Conheço. Amigos. Quem está ligado à área da saúde principalmente Inglaterra e Irlanda. Depois tens quem vive noutro país, mas com base em projetos, ou seja, tem projeto de um, dois anos e está deslocado um, dois anos. Ora está em Angola, ora está no Brasil, ora está na Argélia, mas por norma são projetos profissionais. Do meu lastro de amigos, quem está ligado à área da saúde, Inglaterra, de resto é com base em projetos. Ou seja, são imigrantes profissionais e temporários” (Gabriel, bancário, 45a).

E a constatação de Gabriel (bancário, 45a) sobre seus amigos que são da área da saúde e que estão principalmente na Inglaterra e Irlanda se dá porque, como afirmam Marques e Nunes (2019) os altos salários oferecidos para profissionais da saúde, principalmente médicos, na Irlanda são tentadores. De acordo com os autores, empresas de saúde irlandesas estavam em busca de médicos portugueses em 2019 para a área de saúde familiar pagando até €2.750 (dois mil, setecentos e cinquenta euros) por semana, um salário bruto mensal de mais de € 11 mil (onze mil euros). No caso da Inglaterra não é diferente, ainda que os salários praticados não sejam tão altos.

Com a entrevistada Mariana (esteticista, 53a) a situação não é muito diferente dos demais. A participante afirma que nunca viveu em outro país, porém que se sente

bem em relação a isso e, segundo ela, Portugal é muito parecido em termos de educação e cultura e que não está atrasado com relação aos países que a participante já visitou. Quando questionada sobre conhecer alguém que mora fora de Portugal, disse: “conheço imensa gente. Eu tenho N, N de amigos em França, tenho amigos em Inglaterra [...]”.

No caso de Ana (costureira, 48a) a realidade é um pouco diferente em relação a viver em outro país, pois a entrevistada afirma: “nasci em Moçambique e fiquei lá até os cinco anos. Eu não tenho recordações daquilo, mas segundo eu ouço os meus irmãos a falar, os meus pais falavam, dá-me vontade de ir lá. De poder conhecer o meu país”. Ao ser perguntada sobre conhecer pessoas que estão vivendo fora de Portugal, Ana (costureira, 48a) diz: “tenho um irmão a morar em Madrid, tenho amigas de infância com quem eu cresci, tenho uma na Alemanha, outra na Suíça, tem outra em França. Tenho primos na Alemanha também”.

Benedita (professora, 49a) tem uma história parecida com a de Ana (costureira, 48a) e diz: “eu nasci em Moçambique. Sim, mas vim de lá pequenina, mas viver, viver assim, não. É tranquilo, não há problema”, porém, quando lhe é perguntado sobre conhecer pessoas que não estão vivendo em Portugal, a entrevistada diz: “várias pessoas, tenho familiares também meus fora. Tenho em França, tenho em Inglaterra, tenho na Índia, tenho em Moçambique ainda, tenho em vários, por acaso tenho em várias partes do mundo”.

O participante Miguel (investidor, 46a) diz que já viveu na Espanha e quando perguntado como se sente em relação a isso afirma:

“Não sinto, eu costumo ir à Espanha muitas vezes, ir e vir, mas prefiro viver cá. Por causa do povo. Tudo bem que a zona que eu vivi em Espanha é quase a mesma coisa do que nós, lidam com as pessoas assim como nós, somos mais amigáveis, não olhamos assim para as pessoas de canto. Que é o que acontece na maior parte dos países por aí fora, nós aqui somos mais acolhedores. Os espanhóis, aqui na zona norte também, também são assim como nós. No resto de Espanha, pronto, não vou dizer que são antipáticos, mas já não é a mesma coisa” (Miguel, investidor, 46a).

Sobre conhecer pessoas que vivam fora de Portugal, o participante diz: “conheço. França, Inglaterra, Suíça e Espanha” — o que confirma os dados apresentados

anteriormente no relatório sobre as emigrações portuguesas e da opção dos cidadãos que deixam o país em viver em países europeus.

A viragem europeia da emigração portuguesa foi reforçada no pós-1974. Depois de um interregno que se prolongou durante quase uma década, a emigração portuguesa voltou a crescer gradual e sustentadamente com a integração de Portugal na Comunidade Económica Portuguesa, em 1986. A liberdade de circulação no espaço europeu, mais vasto do que o conjunto dos países da União Europeia devido aos acordos com os países da EFTA, explica porque nesta fase a emigração portuguesa se concentrou ainda mais na Europa. Em 2010 não só residiam no conjunto dos países europeus mais de dois terços dos portugueses emigrados como se dirigiram para a Europa mais de 85% dos emigrantes que nesse ano saíram de Portugal (Pires et al., 2014, p. 20).

Para Francisca (enfermeira, 44a), sair de Portugal não se tornou uma realidade, porém não foi por falta de oportunidade. Como é enfermeira de profissão, segundo ela recebeu convites para atuar profissionalmente fora de Portugal em países como a Alemanha, por exemplo, porém a estabilidade financeira e a possibilidade de ficar distante da família foram dois quesitos impossíveis de ultrapassar. Sobre conhecer pessoas que vivam fora do país, ela diz: “conheço, sim. Tenho família na Suíça, outros em França e é mais a família que conheço” — praticamente a mesma situação do entrevistado Miguel (investidor, 46a).

E o caso de Margarida (comerciante, 65a) não é muito diferente. Seguindo a tendência das informações fornecidas pelos outros entrevistados, a participante afirma que “não. Sinto-me bem, nasci aqui. Gosto de visitar, por passeio, mas nunca vivi em país diferente” - quando questionada sobre conhecer pessoas que vivem fora de Portugal respondeu: “conheço. Família. França, por exemplo. Tenho familiares em França”.

Outra entrevistada, Inês (comerciante, 39a) diz que nunca morou em outro país que não Portugal e que não imagina como seria viver longe da família. Em relação a ter conhecidos em outros países, afirma que uma prima viveu e trabalhou em Angola, mas agora já está em Portugal. Clara (técnica administrativa, 38a), outra participante, também relatou que nunca morou fora de Portugal e em relação a ter conhecidos vivendo em outro país disse:

“Familiar não, não tenho assim familiares próximos. Sim, tenho amigos que sim. Tenho amigos na Suíça, tenho amigos em França. Que lá está, por questões em que realmente ficaram desempregados ou por questões de emprego avançaram de mala e cuia e família. Às vezes as migrações são um bocadinho forçadas em detrimento de situações da vida e muitas vezes passa pela situação económica, pela situação do país em si. De não haver grande estabilidade, no Brasil, a nível político e portanto é um bocadinho uma migração forçada, a pessoa é forçada a. Porque realmente quando se tenta constituir família tem que se pensar depois se há condições favoráveis no país. E mesmo não tendo filhos” (Clara, técnica administrativa, 38a).

E Clara (técnica administrativa, 38a) tem razão no que diz, pois os fluxos migratórios estão diretamente relacionados aos aspectos da globalização, mas também a formação de blocos económicos, zonas de inclusão e exclusão criadas por pressões de ordem financeira e económica (Barreto, 2005; Ortega, 2007; Canclini, 2003; Giddens, 2000) e até a busca pela felicidade promovida pelo capitalismo em cidadãos de todo o mundo (Castells, 2001). Obviamente que quando a entrevistada cita o Brasil em sua fala, também está buscando se aproximar do entrevistador, pois tem em sua frente um brasileiro e, por consequência, faz correlações. Isso fica bastante evidente durante todas as entrevistas.

Para finalizar, Lucas (técnico comercial, 32a) diz que nunca morou em outro país, mas que “[...] gostava de ter essa experiência” e que “para já sinto-me bem no meu país, tenho trabalho, tenho cá família, não tenho necessidade de emigrar”. Ou seja, é plausível construir uma relação direta entre as questões de estabilidade emocional e financeira com a possibilidade ou não de emigração. Quando o entrevistado fala que não tem necessidade de emigrar logo após elencar as questões supracitadas, ele demonstra que além da questão familiar, o ter um trabalho e por consequência uma renda o desmotiva a partir. Contudo, Lucas (técnico comercial, 32a) afirma: “neste momento sinto-me bem no meu país, na minha cidade, faço aquilo que gosto e estou bem por aqui, mas um dia quem sabe? Era uma experiência que gostava de um dia poder experimentar”. Sobre ter conhecidos morando em outro país, Lucas diz: “sim, sim. Tenho vários colegas que trabalharam comigo e optaram por emigrar. Uns estão em França, outros estão na Suíça, outros vão e vêm. Também tenho família em França, Alemanha, Suíça, espalhados aí pelo mundo”.

5.3. Crise migratória na Europa

Com a intenção de perceber a visão dos cidadãos portugueses que vivem em Braga sobre os refugiados e a crise migratória na Europa, o pesquisador iniciou o tema fazendo as seguintes perguntas para os participantes. A primeira se relacionava com os motivos que, na opinião do entrevistado, fazem com que a Europa seja um destino para os refugiados. Em seguida, o quanto, também na opinião do participante, o modo de vida dos europeus é capaz de atrair as pessoas para a Europa e, por fim, o que o entrevistado pensa sobre a opção de alguns governos em construir muros para barrar imigrantes e refugiados.

Para João (funcionário público, 39a), “os refugiados em particular que estamos a falar, do Norte da África e do Médio Oriente, a Europa é o destino mais lógico. Logo a começar geograficamente, muito mais próximo”. Além disso, para João a Europa

“É um espaço onde foi conseguido uma tolerância religiosa e cultural bastante grande, o que também deve ser um atrativo para pessoas que querem fugir de alguma coisa ou até querem mudar de vida. E a alternativa geográfica, ou seja, o Norte ou Leste, nomeadamente a Rússia e os países do Oriente como a Índia, o Paquistão até chegar à China, são países declaradamente difíceis de penetração e não parecem ser nada atrativos” (João, funcionário público, 39a).

O participante ainda afirma que “[A Europa] é um espaço que evoluiu no sentido de ser muito tolerante, representa o que de melhor se tem a nível da civilização humana. Por isso não é para mim uma surpresa escolherem”. E, para corroborar de alguma forma com o que João (funcionário público, 39a) afirma, o Relatório de Desenvolvimento Humano (2019) mostra que dos 10 países do mundo com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sete são europeus, são eles: Noruega (1º), Suíça (2º), Irlanda (3º), Alemanha (4º), Islândia (6º), Suécia (7º) e Holanda (10º). E o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD em português e UNDP — United Nations Development Programme em inglês) dá conta que dos 45 países e territórios que fazem parte do continente europeu, 32 estão entre os 50 do mundo com o melhor IDH, tendo, a título de curiosidade, Portugal ocupando a 40ª posição do *ranking*.

Em relação ao modo de vida dos europeus e a capacidade de atrair as pessoas para o continente, João (funcionário público, 39a) acredita que o modo de vida europeu “[...] é muito atrativo. A Europa é o espaço mais evoluído socialmente a nível de infraestruturas ou políticas sociais [risada com tom de obviedade], por isso eu acho que é evidente” e, para o participante “é tão evidente a diferença, a evolução civilizacional e de modo de vida variado e multicultural, diverso que faça atrair quem quer que seja”. Ainda para João (funcionário público, 39a), “[...] nós vemos qualquer pessoa, de qualquer parte do mundo a viver na Europa. Pelo que eu vejo em Portugal. [...] mas à partida, pelo menos à primeira vista, acho que vivem, acho que são respeitados”. O entrevistado ainda faz questão de, assim como outros participantes em momentos distintos da pesquisa, manter um discurso baseado no eurocentrismo e diz: “apesar da Europa ser muito diversa, há um núcleo de valores que se instalaram e um deles é o da tolerância” e que, “apesar desse valor estar a ser um bocadinho envalado [cercado de valas — *grifo do autor*], até poderia dizer justificadamente, mas não vou entrar para já aí, a verdade é que estes valores são ainda muito presentes” e conclui sua fala afirmando: “e acho que a intolerância, os comportamentos negativos perante os imigrantes são residuais. Não é regra, se não seria o caos”.

Para João (funcionário público, 39a) a Europa é, indiscutivelmente, um espaço plural, de respeito e tão evoluído em termos sociais que não se coloca a necessidade de falar muito sobre. Ou seja, é uma obviedade tão perceptível que o entrevistado se coloca completamente à vontade para explanar sua opinião. De fato os dados apresentados anteriormente sobre o Índice de Desenvolvimento Humano e o índice global da paz dão conta de que o entrevistado tem razão no que diz.

Quando questionado sobre a opção de alguns governos na construção de muros para barrar imigrantes e refugiados, João (funcionário público, 39a) afirmou que a construção de muros e barreiras atinge sua filosofia de vida e política e disse: “eu acredito que as pessoas devem ser livres e a sua liberdade respeitada desde que não interfira com a liberdade do outro. Então, a partir desse pressuposto, acho errado” — e complementou afirmando: “acho que são tiques do pior que o Estado consegue ser, tanto à esquerda como à direita, porque não é exclusivo de nem um quadrante político, mas discordo fundamentalmente”.

Para o entrevistado, “[...] ninguém tem, nenhum povo, nenhum indivíduo, nenhuma entidade tem ascendente sobre quem quer que seja, sobre o Planeta e sobre a terra e sobre os recursos. E não só vai contra a liberdade como vai criar uma reação oposta violenta”. Sendo assim, João (funcionário público, 39a) acredita que “de uma certa forma já está a acontecer, porque à medida que o movimento migratório se intensifica, os números começam a ser difíceis de gerir” e que “enquanto se calhar numa fase inicial ainda existe um período de ordem, à medida que a coisa vai saindo do controlo essa ordem vai ser interrompida ou, aliás, destruída”. Na opinião de João “[...] é a mesma mecânica que leva ao movimento dos coletes amarelos, é tudo a mesma coisa. São barreiras de outra natureza, mas são barreiras”.

Para finalizar, o participante afirma acreditar que “[...] essa reação vai ser para ver, por muito controlo que se consiga, que os Estados e os governos consigam impôr, só conseguem levar até certo ponto antes que haja uma reação de... rebelião aberta e declarada”. Ou seja, para João a intenção dos Estados em exercer total controle sobre determinados assuntos gera, em oposição, um descontentamento que desestabiliza a ordem.

O movimento iniciado na França, mais precisamente na capital Paris em 2018 denominado de “coletes amarelos” e que foi referido pelo participante, pode ser considerado importante para entender o pensamento do entrevistado João. Para da Silva (2019, p. 169) a denominação de “coletes amarelos” se deu “[...] por causa do uso pelos manifestantes de jalecos fosforescentes obrigatórios em cada veículo automotor para utilização em situações de emergência. As manifestações começaram em reação ao aumento de impostos sobre o preço de combustíveis”.

Lá estavam jovens e velhos, muito pobres e nem tão pobres, desempregados e subempregados, gente de classe média empregada, ecologistas, esquerdas radicais, militantes de extrema-direita, homens comuns, “homens sem qualidades”, pessoas esquecidas, os chamados pequenos, invisíveis, coadjuvantes, saturados das promessas dos políticos, indignados com a globalização dos banqueiros – não por acaso vitrines de bancos foram depredadas —, cidadãos que não sentem representados nos parlamentos, desiludidos de todos os tipos. Os *media*, indicam os autores, nada entenderam por usarem a lente errada (da Silva, 2019, p. 169).

Para Francisco (funcionário público, 49a), após demonstrar através de sua fala que compreender bem a diferença no conceito entre refugiados e imigrantes, a Europa é um destino para os refugiados por diversos motivos, mas “acima de tudo, Europa, pelo menos pela garantia de civilização, direitos humanos, enquanto que em outros países de Norte da África não há respeito pela vida humana”. Francisco (funcionário público, 49a) continua e diz: “aqui na Europa há, pelo menos, há os direitos humanos e as coisas mínimas que são muito importantes como a saúde, educação” — e que “economicamente são países mais estáveis que os países do Norte da África que garantem também uma certa sustentabilidade ao refugiado”.

O participante elenca o idioma como sendo um motivo para os refugiados e justifica seu argumento afirmando: “até mesmo pela língua ou não porque quem vem, dependendo do país, pode ser um país que tenha um resultado, uma colonização francesa, sente-se melhor em França”. Para Francisco (funcionário público, 49a), “porque também a França é um país muito grande, economicamente estável e tem a possibilidade de receber também pela quantidade de imigrantes que já lá estão e também, com certeza, contactos”, porém o participante acredita que, “[...] acima de tudo, por garantir direitos humanos, garantir os direitos mínimos para uma vida de uma pessoa. Saúde, alimentação, escola para as crianças. É um oasis não é?”.

Sobre o modo de vida europeu, Francisco (funcionário público, 49a) acredita que é um dos principais motivos que fazem com que as pessoas de fora da Europa sejam atraídas para os países do continente. Em relação à construção de muros para barrar imigrantes e refugiados, o assunto suscitou os mais diferentes sentimentos em Francisco (funcionário público, 49a). O entrevistado inicia sua resposta com a seguinte afirmação: “Construção de um muro, portanto. Não é inédito e em toda a história houve sempre a construção de muros. Se não são muros, são políticas. O muro é algo físico”, e termina dizendo que “há políticas migratórias que acho que são mais complicadas que muros”. E para corroborar com essa afirmação, Fraser e Caestecker (2013, p. 395) dizem que uma das primeiras ações de Hitler durante a ascensão nazista na Alemanha foi uma significativa alteração na legislação para, aos poucos, perseguir, segregar e posteriormente eliminar os cidadãos alemães de origem judaica. De acordo com os autores, “a Lei de Cidadania do Reich, de 15 de setembro de 1935, uma das chamadas

Leis de Nuremberg, afastou-se do modelo individualizado de desnaturalização e desnacionalização e aplicou uma abordagem coletiva aos alemães de origem judaica” e isso fez com que surgisse “a distinção entre sujeito e cidadão, entre judeus alemães e os chamados arianos [...]”, o que “[...] lançou as bases para a série de medidas de exclusão aprovadas como decretos complementares à Lei da Cidadania”. Os mesmos autores dizem ainda que “esses decretos suplementares sucessivos separavam progressivamente os judeus alemães de seus companheiros, legal, econômica, psicológica e fisicamente”. Finalmente, os autores concluem que:

O processo culminou com o 11º Decreto de 24 de novembro de 1941, que retirou a nacionalidade de todos os judeus alemães que haviam deixado o Reich alemão. O decreto se aplicava a todos os alemães judeus que tinham sua “residência comum” (*gewöhnlichen Aufenthalt*) no exterior. Qualquer coisa que não fosse uma mera presença passageira fora da Alemanha cumpria o requisito de “residência”, independentemente da intenção ou motivação por trás da ausência do território alemão. O decreto se aplicava não apenas aos refugiados e exilados, mas também aos deportados para campos na Polônia e em outros lugares. Esses judeus alemães tinham, por uma questão de lei, sua morada comum em “Auschwitz” (Fraser & Caestecker, 2013, pp. 395-396).

Ainda para complementar a fala do participante Francisco (funcionário público, 49a), Warter e Warter (2016) afirmam que o parlamento alemão na era nazista aprovou outras leis que visavam atingir os judeus e, conseqüentemente, a imigração judaica para o país europeu. São elas: proibição de voto do cidadão judeu que vivia na Alemanha nazista, proibição dos relacionamentos entre judeus e alemães (casamento, namoro etc.) e a permissão de se confiscar os bens dos cidadãos judeus para facilitar o processo de tornar todos os alemães arianos.

Depois, Francisco (funcionário público, 49a) continua sua explanação sobre a opção dos governos na construção de muros para barrar imigrantes e refugiados e diz: “acho que cabe a cada casa saber gerir os seus limites. Isso é uma decisão americana dos americanos” e, posteriormente e de forma espontânea afirma: “os americanos não votaram no louco que lá está? No presidente, Trump. Votaram no Trump, uma das medidas políticas dele era construir, foi sempre. Medidas protecionistas”.

Porém, se a resposta de Francisco (funcionário público, 49a) se encaminhava para uma crítica ao governo de Donald Trump e de suas políticas migratórias restritivas

quando o entrevistado, de forma surpreendentemente, diz: “mas também, às vezes é fácil criticar porque eles tiveram o 11 de setembro e nós [europeus] não tivemos. Acho que quando há medidas é porque alguém teve que as tomar em prol de” — e continua sua explanação dizendo: “se eu acho errado construir? Num mundo idealista seria ótimo não haver fronteiras, entravam e saiam. Mas da forma como o mundo está, as pessoas têm que se proteger. Eu vejo pelos ataques terroristas”. Após um breve relato sobre a história, Francisco (funcionário público, 49a) termina afirmando que “hoje os Estados Unidos construiu uma muralha recente na fronteira com o México porque sentiu que iam ser invadidos. Um horda, um grupo de pessoas que fogem. Contudo há por vezes a necessidade” e que “[...] eu acho que é uma decisão muito pessoal, de cada país em saber gerir as suas fronteiras. Amanhã não queiram a fronteira, então votem noutro, mas se eles quiseram a gente tem que respeitar”.

Ocorre que, como afirma Jaskulowski (2018, p. 2), “por muitos anos, a imigração tem sido cada vez mais ligada ao terrorismo, tráfico de drogas e contrabando do crime organizado, especialmente nos Estados Unidos e na União Europeia”. Ainda de acordo com o autor, “elites políticas, *media* e governos constroem discursivamente a imigração como uma ameaça à segurança nacional, estabilidade econômica e identidade nacional”. E a referência do entrevistado Francisco (funcionário público, 49a) reside justamente no fato de que, ao incutir aos imigrantes toda a culpa pelas falhas e problemas existentes na sociedade, ele culpabiliza os “de fora” e, conseqüentemente, inocenta os locais de serem possíveis autores de qualquer transgressão. Mas não só mostra que a força das elites políticas, dos *media*, governos etc., ainda que muitas vezes latente, é capaz de formar a opinião pública e, acima de tudo, de moldá-la conforme seus interesses.

Para Maria (modelista, 35a) motivos que fazem com que a Europa seja um destino para os refugiados não faltam. A participante começa dizendo que “[...] as pessoas aqui são mais acolhedoras. Na Europa”. Em seguida, Maria (modelista, 35a) acredita que “e a comparar com alguns outros países, da África e tudo mais, também somos muito mais desenvolvidos”, mas não só, “e a mente talvez não seja tão fechada, apesar de que tem se notado que há muita gente com mente fechada. Não aceitar os outros povos”. A participante faz um recorte histórico e afirma: “eu pensei que com a

Segunda Guerra Mundial que as pessoas tivessem percebido que essa cena do racismo e pá, nós somos todos iguais”, porém justifica o que ela julga ser uma falta de percepção de outros cidadãos e diz: “mas há muita gente que ainda não percebe isso. Porque é o seu bem-estar, devem ter problemas e devem pensar que quem vem vai acabar com o seu bem-estar”.

E em relação à preocupação com o bem-estar referida pela participante, o Standard Eurobarometer 89 (2018) mostrou que a preocupação com a imigração ocupou o primeiro lugar entre os temas com 38% dos entrevistados mencionando tal receio, que foi seguido pelo terrorismo (29%), tendo a situação econômica ocupado a terceira posição (18%), a situação financeira dos Estados-membro da União Europeia em quarto lugar (17%) e o desemprego em quinto (14%). De acordo com a publicação, uma situação que não se alterou desde o relatório do outono de 2017.

Ou seja, pode-se afirmar que se, de um lado a participante Maria (modelista, 35a) acredita que os europeus são receptivos, os dados do Standard Eurobarometer 89 (2018) levantam questões importantes entre o “ser receptivo” e o “temer” os imigrantes, refugiados e, por consequência, fazer uma relação com o terrorismo.

Sobre o modo de vida europeu ser atraente para as pessoas, Maria (modelista, 35a) aborda outros aspectos e diz:

“Nunca tinha pensado por esse lado. É que nós aqui assim podemos andar tão bem e tão à vontade na rua que nem pensamos nesse ‘à vontade’ que temos. Segurança, só isso é muito grande. Em termos de saúde, nós também temos cá a nível europeu, mas temos por exemplo a Segurança Social que, bem ou mal, funciona. Há pessoas que gostariam que funcionasse melhor, mas por exemplo: se formos para os Estados Unidos nós todos temos que pagar um seguro de saúde se quisermos ir a um hospital e ser atendidos. Nós podemos ser atendidos sem ter um seguro de saúde, mas depois temos que pagar este mundo e o outro enquanto que aqui essa taxa moderadora é muito menor. E em outros países europeus em que nem tem que se pagar. No caso do meu irmão, ele precisou de ser operado de emergência (o irmão da entrevistada reside na capital da Dinamarca, Copenhague) e ele não pagou nada. Zero, zero. E está lá a trabalhar há um ano” (Maria, modelista, 35a).

Esta preocupação de Maria (modelista, 35a) é justificada por dados publicados pelo Standard Eurobarometer 92 (2019, p. 24) que mostram que “a saúde e a segurança social são a preocupação nacional mais bem classificada, com 23% das

menções” e, para se ter uma ideia, “é a questão mais mencionada em oito países (em comparação a seis na primavera de 2019), com as maiores proporções na Finlândia (48%), Eslováquia (45%) e Portugal (44%)”.

Sobre a opção de alguns governos na construção de muros, Maria (modelista, 35a) afirma: “eu não gosto porque muros dividem e não juntam. Basicamente isso”, porém se coloca numa situação de culpabilidade, pois diz: “eu também não posso falar muito porque eu tenho muros em casa. Os meus pais puseram muros, mas houve muitos anos que vivemos sem muros e ficamos sem roupa na corda (risos)”. Então a entrevistada procura uma justificativa para que os seus pais tenham optado pela construção de muros afirmando: “daí a terem feitos os muros. Mas não negamos pão e água a ninguém”. Maria termina sua fala dizendo: “mas muros são barreiras e quantas mais barreiras tivermos mais fechada a nossa mente fica. Aquela coisa que falamos a um bocado, não vamos dar amor, vamos privar toda gente disso”. E as contradições são uma constante nas respostas, ainda que os participantes sejam diferentes.

Já para a entrevistada Leonor (atendimento ao público, 46a), a opção de governos na construção de muros e barreiras para barrar imigrantes e refugiados é vista de maneira negativa. Ela afirma: “[risos] eu acho muito mal, é sério, muito, mesmo. Acho mal porque, viu-se pelo muro de Berlim, por exemplo, que separou famílias, familiares, amigos e agora querem fazer o mesmo e eu não acho isso muito correto”. E a referência ao muro de Berlim não ocorre somente com a entrevistada Leonor (atendimento ao público, 46a), mas também com outros três participantes (Duarte, comerciante, 48a; Miguel (investidor, 46a) e Inês (comerciante, 39a)) e se justifica, em parte, pelas idades dos entrevistados. Leonor com 46, Duarte com 48, Miguel com 46 e Inês com 39 anos, respectivamente, eram uma criança e três jovens quando o muro de Berlim começou a ser demolido em 1989. Uma ação que foi explorada à exaustão pelos *media* da época (Franz, 1993) e que se tornou um ícone da política mundial através do árduo trabalho de construção visual feito, sobretudo, pelos meios de comunicação (Drechsel, 2010).

No caso de Carolina (administrativo, 55a), a participante acredita que um dos principais motivos para que os refugiados optem pela Europa é “para se sentirem

melhor, em segurança. Mais confortáveis e com uma situação econômica mais estável. E em questão de segurança também, talvez”.

Para Matilde (secretaria, 57a), o modo de vida dos europeus é evidenciado pela qualidade de vida e pela segurança:

“Eu acho que a Europa já foi um continente que atraiu muita gente, acho que já atraiu mais. A Europa já foi um continente mais seguro. Hoje estamos a viver problemas que, que estamos a assistir, estou a falar em nível de terrorismo e coisas que assistimos até agora. Eu acho que as pessoas continuam a procurar a Europa porque, apesar de tudo a Europa ainda oferece condições melhores de segurança. Porque se vamos a outros países — África é o que a gente vê, não é? — eu acho que a Europa, apesar de tudo, oferece outro tipo de segurança às pessoas. Mais não seja é aquela visão que as pessoas têm de “a Europa”. Se calhar é um bocado por aí também, mas acho que sim, acho que na conjuntura atual que a gente vê pelo mundo inteiro, acho que a Europa ainda consegue ser um continente que ainda consegue manter as questões de segurança e a nível económico também” (Matilde, secretaria, 57a).

O terrorismo é uma das preocupações dos europeus como já citado anteriormente e reforçado pela entrevistada, porém de maneira geral ela acredita que o continente é um destino seguro e que proporciona um modo de vida baseado na segurança e nas oportunidades. Carolina (administrativo, 55a) tem uma percepção parecida com a de Matilde (secretaria, 57a) e diz: “a situação atual no que diz respeito à política e à economia não é das melhores, mas também não é das piores. Ainda consegue ser a que consegue estar mais estável”.

Sobre a construção de muros, Matilde (secretaria, 57a) afirma:

“Isso é muito polémico, mas eu não concordo. Eu não concordo muito com esse tipo de visão. Deve de haver sim controlo, mas não com muros. Com essa coisa dessa violência toda, das pessoas tentarem, depois cria-se tanto conflito. Das pessoas quererem fugir e não podem. O controlo sim, concordo com o controlo. De haver mais controlo. Nós temos um continente livre, que não há controlo de fronteiras e isso. Eu achava que até devia de haver mais controlo nesse tipo, mas muros não. Eu não concordo com muros. Barrar ali, se queres passar e sentes-te limitado. Eu vejo porque assim, se eu quiser ir daqui para a Espanha e ter ali uma barreira, um muro ali a impedir-me a passagem, não faz sentido. Eu acho que não faz sentido. Pode fazer sentido para outros países, mas não concordo muito” (Matilde, secretaria, 57a).

Entretanto, a entrevistada Matilde (secretaria, 57a) se contradiz, pois acredita que deva haver um controle, mas quando pensa que pode ter a sua circulação limitada por um muro entre Portugal e Espanha, por exemplo, apressadamente diz que não seria adequado e necessário no contexto europeu. O cenário imaginado que é próximo da sua realidade causa desconforto, mas em outros países isso pode se justificar de alguma maneira, justamente porque o distanciamento permite esse tipo de afirmação sem culpa ou ressentimento.

E Carolina (administrativo, 55a), segue a mesma linha de raciocínio de Matilde (secretaria, 57a) e diz:

“É horrível, é horrível. Acho que ninguém tem que impedir ninguém de entrar em outro país. Pronto, que haja um controle porque pronto. Para que não prejudique os que cá estão, mas daí a construir muros e impedir que... não, se eles vêm pra cá para usufruir de algo bom que temos, mas também de certeza que nos trazem algo bom. Penso eu, porque há sempre algo que nos trazem de bom, mas é sempre algo que nos trazem de bom, mas não há necessidade nenhuma em se construir muros para que os outros não passem. Não faz sentido, não sei, mas não faz de todo o sentido” (Carolina, administrativo, 55a).

Para Santiago (administrativo, 58a), a Europa é um destino para os refugiados porque:

“São pessoas que estão, normalmente, estão debaixo de governos totalitários, onde não há liberdade e vivem totalmente na miséria, sem dinheiro, sem nada. E a Europa, quer queiramos quer não, são países que têm princípios, têm democracia, prestam ajuda aos necessitados e talvez eles sintam-se bem. Por isso que eles procuram tanto se calhar a Europa. Não tanto os Estados Unidos, que tem a fama de ser um país muito livre, mas chega-se ao fim e ao cabo querem construir muros e pô-los lá pra fora e tudo mais. A Europa não, a Europa protege-os de certa forma. Claro, mais uns países que outros. Talvez mais aqueles países onde a extrema-direita e a extrema-esquerda não está tão vincada como a Alemanha, que quer acolher muitos, mas tem uma extrema-direita e uma extrema-esquerda muito vincada e temos na França também isso” (Santiago, administrativo, 58a).

A fala de Santiago (administrativo, 58a) ainda contempla uma opinião sobre os Estados Unidos e coloca a Europa como um dos poucos continentes que é constituído de países que, de alguma maneira, protegem os refugiados e garantem-lhes alguma segurança jurídica. A fala do participante ainda encontra espaço para relacionar

espectros políticos extremos (esquerda e direita) e Santiago (administrativo, 58a) cita nominalmente a Alemanha e a França.

Sobre a construção de muros, Santiago (administrativo, 58a) acredita que as atitudes precisam ser tomadas de antemão, ainda que isso signifique algo idealizado, para que a construção de muros não seja necessária. O entrevistado diz:

“Eu penso mal porque acho que não deveria haver esses muros. Se calhar, uma forma de os construir é para evitar uma situação que deviam ser resolvidas muitas outras antes, de chegar aí, ao muro. Se nesses países, os governos que podem ajudar ajudassem em determinadas coisas, neste caso em lhes dar condições para que as sociedades fossem mais homogêneas e onde as pessoas se sentissem mais confortáveis, não havia a necessidade deles saírem do próprio país porque, de certeza, que eles não querem sair do país. Eles saem por alguma necessidade, ou porque são perseguidos politicamente ou porque estão a passar fome do cão e eles têm que sair para algum lado, mas os muros eu não acho nada bem” (Santiago, administrativo, 58a).

Para Beatriz (técnica administrativa, 36a), “[...] o principal motivo é a Europa ter as melhores condições de vida e proporcionar uma condição de vida boa para as pessoas. Seja a nível de segurança, saúde, que é um dos fatores mais importantes” e finaliza afirmando: “claro que não são todos os países, têm vários países que não são assim tão bom, mas comparando com os países onde as pessoas estão é, é muito bom, é maravilhoso”.

Em relação ao modo de vida dos europeus, Beatriz (técnica administrativa, 36a) acredita que “[...] o modo de vida europeu muito, atrai muito”. A entrevistada diz ainda que “todas as pessoas com quem eu falo, quando vou a qualquer país, estive em Marrocos ainda a pouco tempo, principalmente países da África. Todas as pessoas sonham em vir morar para a Europa porque a vida dos europeus é boa” e finaliza afirmando que “a condição de vida, pelo menos as condições básicas de vida, são das melhores”.

E a contradição na fala de Beatriz (técnica administrativa, 36a) pode ser notada quando abordamos a questão da construção de muros. A participante diz:

“Ora bem, isso já é uma questão um bocado política e controversa. Eu acho que têm os dois sentidos, o bom e o mau. O bom no sentido de podermos acolher pessoas que estão a tentar sair desesperadamente dos países para terem melhores condições

de vida e poderem viver dignamente. O mau é o nosso país está cada vez com mais migrantes, mais refugiados e pode não haver tantas condições de trabalho para os que já cá estão. Mas, de qualquer modo, não sou a favor da construção. No entanto talvez seja a única forma de conseguir barrar algumas coisas que saem do controlo dos governos, da polícia, dos membros do SEF. Saem um bocado do controlo as pessoas que entram no país, porque eles entram por todo o lado. Muitas vezes coloco-me no lugar deles, também ia querer que me acolhessem, queria fugir. Principalmente por ideologias políticas, ideologias religiosas e têm muitos seres humanos que não concordam com aquilo que no país deles se pratica. Claro que cada caso é um caso, mas acho que devemos todos apoiar as pessoas que querem melhorar as condições de vida” (Beatriz, técnica administrativa, 36a).

Buonfino (2004, pp. 23-24) afirma que “a imigração se transformou em uma das maiores preocupações de segurança da Europa do século XXI” e que isso resulta de uma “[...] interação entre opinião pública, *media* de massa e governos nacionais, juntamente com um número crescente de migrantes que cruzam as fronteiras do mundo, resultou na produção de imigração como uma preocupação de segurança”. A autora refere ainda que “a politização da imigração sempre foi inevitável, pois a imigração desperta em voz alta a contradição insolúvel entre os discursos de unidade e pluralidade que a democracia apresenta e que os governos enfrentam irremediavelmente”, porém acredita que disso resultem inúmeros discursos referentes à imigração, mas que, para ela, dois merecem destaque por serem também serem antagônicos, o da “[...] imigração como benefício econômico [...]” que se contrapõe ao da “[...] imigração como preocupação de segurança [...]”.

O surgimento do tipo de discurso de securitização como dominante é motivado pela necessidade de os governos nacionais controlarem os influxos, aplacar as pressões dos *media* e confortar a opinião pública contra o medo de ser “inundado” pelos estrangeiros. Como observou recentemente o secretário do Interior britânico, David Blunkett, “essa é a natureza febril da nossa sociedade no momento em que as pessoas procuram bodes expiatórios”, que são, neste caso, imigrantes. Se as políticas nacionais de imigração refletem cada vez mais e unilateralmente os medos e as políticas de identidade das sociedades, restringindo a imigração e transformando-a em uma questão de segurança, o aumento da competência da União Europeia nos assuntos dos estados-nações visa desenvolver a imigração em uma área de “Liberdade, Segurança e Justiça”. A questão, no entanto, é: realmente? (Buonfino, 2004, pp. 23-24).

Ainda na tentativa de explicar as contradições e os antagonismos presentes nas falas de alguns dos participantes da pesquisa, Buonfino (2004, p. 26) diz que, “[...]”

além da superfície da realidade e do poder, há uma luta dinâmica entre discursos competindo pela hegemonia [...]” e, sendo assim, “a hegemonia de um tipo de discurso sobre outro geralmente ocorre devido aos efeitos benéficos que o tipo de discurso escolhido pode ter (ou é percebido como tendo) na preservação e no fortalecimento das relações de poder existentes na sociedade”. Além disso, para a autora “a presença de um espaço tão extenso para a coexistência de múltiplos tipos de discurso antagônico pode ser explicada pela eterna ambiguidade e contradição inerente à tradição democrática, ou seja, a ambiguidade da unidade democrática versus pluralidade democrática”.

Afonso (comerciante, 65a) acredita que “os refugiados veem a Europa como uma zona segura e talvez mais rica, com mais possibilidade de arranjar emprego” e continua: “até porque os europeus são pessoas mais afáveis, que respeitam mais os direitos do homem, são pessoas que têm mais carinho perante as outras pessoas. Talvez uma questão de cultura, portanto eu julgo que é essencialmente isso”.

Ainda para Afonso (comerciante, 65a) “o modo de vida europeu atrai as pessoas pela seguinte razão, principalmente quem vem para a Europa é realmente para melhorar a vida, para melhorar a sua vida” e, além disso, “[...] os salários na Europa, julgo eu, acho que são salários melhores e que dão mais direitos aos trabalhadores”. E Afonso tem razão no que diz, especialmente em relação aos salários, pois de acordo com o IMD World Talent Ranking (2019), dos 10 países do mundo com os melhores salários, sete estão na Europa, são eles: Suíça (1º), Luxemburgo (3º), Alemanha (6º), Dinamarca (7º), Áustria (8º), Reino Unido (9º) e Suécia (10º). Dos países que estão nas 10 primeiras posições do ranking, mas não estão na Europa são: Estados Unidos (2º), Hong Kong (4º) e Japão (5º).

E em relação à construção de muros, Afonso (comerciante, 65a) diz:

Condeno plenamente. Por razão nenhuma no século XXI se justifica, nunca se justificou, mas no século XXI é a coisa mais horrível que pode existir. Não há razão de existir muros, nada. Se não querem que haja pessoas de fora na Europa ou em qualquer país da Europa devem fazer uma política diferente, mas nunca fazer muros porque isso é a coisa mais revoltante que existe. E se dá a impressão que querem separar os povos, que os outros povos são pessoas que não são aceitáveis, que são bandidos. Isso não pode existir, mas existe e não pode existir. Somos todos humanos e isso não se faz a um ser humano (Afonso, comerciante, 65a).

Ainda que o sentimento inicial seja o de condenar, o entrevistado acredita que se for necessário ter um controle, tal dispositivo deve se restringir às políticas e não a uma barreira física. Porém, as barreiras não físicas também são, muitas vezes, intransponíveis e até mais perigosas do que a construção de um muro.

Para o participante Duarte (comerciante, 48a), “geralmente os refugiados fogem dos regimes políticos que são um bocadinho mais densos, mais tipo ditadura. A religião, a guerra, a fome. Eu acho que são esses principalmente” e que, para o entrevistado, os refugiados “[...] querem um bocadinho de mais sossego, de mais calma, de não estarem a levar sempre”. Duarte (comerciante, 48a) ainda afirma que “a Europa é um refúgio. À primeira vista eles tentam sair do país deles e tentam encontrar um cantinho que seja mais sossegado que o país deles” e então demonstra haver um sentimento dúbio em relação a ser europeu e cidadão português. Num primeiro momento, considerando-se europeu diz que “a Europa é um refúgio”, porém nutre um sentimento de inferioridade a outros países europeus e diz: “porque há países na Europa muito mais desenvolvidos do que Portugal e não é assim tão fácil a adaptação, acho eu. Não vai ser tão fácil a adaptação lá do que aqui também”.

E, assim como outros entrevistados, Duarte (comerciante, 48a) adjetiva outros países europeus como mais desenvolvidos do que Portugal tendo em conta, geralmente, as questões econômicas. Sobre o modo de vida dos europeus, Duarte (comerciante, 48a) afirma:

“Acho que sim, porque só o facto de muitos senhores gostam de vir para Portugal e depois gostavam de ir a outros sítios, outros países da Europa sem [sic]. Só o facto de não teres passaporte, não teres visto, de ter a livre circulação, de conhecer outras culturas, outros países, outros modos de vida, acho que também. Se bem que Portugal é um dos países da Europa que se vive um bocadinho com menos. Ganhamos menos, mas é um dos países da Europa mais baratos para viver e isso eu acho que atrai um bocadinho. Principalmente para os brasileiros atrai a língua, principalmente que é meio caminho andado para uma melhor adaptação” (Duarte, comerciante, 48a).

De fato Portugal é entendido como a “porta de entrada” da Europa, isso por conta de seus acordos bilaterais com o Brasil já referido anteriormente, como por ter relações

comerciais intensas com países da África, nomeadamente Cabo Verde, Angola e Moçambique, e também por manter uma proximidade comercial e de investimento com a China, por exemplo. No caso das migrações, Góis e Marques (2018) afirmam que Portugal passou por uma transição, pois se antes era percebido apenas como um país periférico europeu, a diversidade na origem dos migrantes que vivem no país o colocam como “porta de entrada” para o sistema migratório da Europa.

Em relação aos salários mencionados por Duarte (comerciante, 48a), apenas 21 dos 27 países da União Europeia (já excluindo o Reino Unido que saiu do bloco (BREXIT) no dia 31 de janeiro de 2020) contam com um sistema de salário mínimo nacional e, de acordo com o Eurofound (2019) destes, Portugal está na décima primeira posição, a frente da Bulgária, Letônia, Romênia, Hungria, Croácia, República Tcheca, Eslováquia, Polônia, Estônia e Lituânia.

Em relação aos brasileiros escolherem Portugal para viver por conta do idioma, se faz necessário localizar o período para que seja possível perceber de qual vaga migratória o comentário se refere. Isso porque houve uma sensível alteração no perfil dos brasileiros que imigraram para Portugal. Enquanto que da década de 1990 e até 2015 aproximadamente, o idioma podia ser um diferencial para que os cidadãos brasileiros optassem por Portugal, isso se altera sensivelmente com o gradual aumento no nível educacional das pessoas que chegam do Brasil para viver no país europeu a partir de 2015. Sendo assim, a questão da língua é ultrapassada e a busca por segurança se torna o principal motivo e a causa mais citada (Abdo, 2016) para que Portugal esteja no radar dos cidadãos brasileiros que saem do país da América Latina.

Quando questionado sobre a opção de alguns governos em construir muros para barrar imigrantes e refugiados, Duarte (comerciante, 48a) elabora uma resposta longa e evidencia a necessidade de se fundamentar o discurso, mas as ambiguidades e contradições não deixam de aparecer.

“Acho que não é assim que se resolvem as coisas. Não é através dos muros que se vai fazer com que as pessoas não consigam entrar naquele país. Se os refugiados saem de um país, por exemplo, como se tem visto na Hungria. Acho que há um muro lá perto. Não é através desse muro, dessa barreira. Faz-me lembrar da Segunda Guerra Mundial entre Berlim, que dividiram, de um lado é União Soviética

e do outro lado é os Aliados e muitas famílias ficaram divididas através do muro. Acho que não é a maneira mais correta de separar as famílias.

Neste caso, dos refugiados, se eles estão a sair do país é porque precisam de algum lugar mais calmo e com mais tranquilidade porque já estão fartos de serem sempre fustigados com violência, com guerras, com fome, com falta de medicamentos, com essas coisas todas. Agora estou a lembrar dos Estados Unidos que querem construir um muro, ou estão a construírem, para não haver aquelas vagas migratórias das pessoas que estão a sair dos países mais pobres para tentar um nível de qualidade de vida um bocadinho melhor. Também acho que é por isso que faz com que eles saem do país, para além das guerras e das fomes, é para tentar ter um bocadinho de qualidade de vida.

Porque acredito que no meio dessa gente há muito boa gente. As crises migratórias no Mediterrâneo, quando iam nos barcos. Muita gente ia ali porque investiu o dinheiro todo que tinha e o que não tinham para conseguir uma passagem para depois ficar ao meio do Mediterrâneo. E alguns morreram. Eu acho que eles sempre tentam uma qualidade de vida um bocadinho melhor” (Duarte, comerciante, 48a).

Portanto, se nas duas primeiras partes da fala de Duarte (comerciante, 48a) o participante acredita que um muro ou uma barreira construída não é uma solução adequada para resolver a crise migratória e até exemplifica, na terceira parte a frase “porque acredito que no meio dessa gente há muito boa gente” suscita a contradição que já foi referida nos discursos anteriores.

Para Sofia (terapeuta, 31a), a Europa é um destino para os refugiados por questões como:

“A segurança. Acho que é o principal. De um modo geral eu acho até que nós recebemos bem os estrangeiros, se calhar Portugal até recebe melhor que os outros países, mas também há muitos receios. Quando vêm pessoas de Leste, pessoas destes países que estão em guerra. Agora com esse terrorismo todo as pessoas assustam-se um bocado, mas apesar de tudo acho que até recebemos, de um modo geral, bem, pelo menos em Portugal. Mas eu acho que a principal razão é a segurança e depois a questão econômica. As pessoas vêm aqui à procura de uma vida melhor, de outras possibilidades que lá não encontram. E para fugir a guerra etc” (Sofia, terapeuta, 31a).

A ideia de que Portugal recebe melhor, novamente reforçada pela entrevistada Sofia (terapeuta, 31a), demonstra na prática a teoria de Anderson (1991) que mostra que a nacionalidade é construída sobretudo através do discurso o que, segundo o autor, traz consequências reais na vida dos cidadãos. Além disso, a teoria de Tajfel e Turner (2004) em relação ao embate travado entre “nós X eles” está presente no discurso da

participante, particularmente na facilidade em delimitar espaços que separam os portugueses, europeus no sentido de generosidade e senso apurado dos direitos humanos, em relação aos outros, os “de fora”. E o trabalho de Reiter (2008) demonstra de maneira mais aprofundada a forma como o nacionalismo português foi sendo construído historicamente e tem, assim, consequências no presente.

E corroborando com as afirmações anteriores sobre o modo de vida dos europeus a entrevistada Sofia (terapeuta, 31a) diz:

“Eu acho que é isso que os atrai. Aqueles que vêm, pelo menos, acho que vêm à procura de melhores condições de vida, não é? - Eu não sei, mas, por exemplo, os brasileiros: eu acho que fogem, eu acho que a grande maioria vem à procura da segurança que não tem lá. Pelo menos, é isso que eu, quando falo com as pessoas, é isso que eu percebo. Acho que a grande maioria vem por aí, mas depois também existem aqueles, por exemplo, os ingleses, que já vêm mais reformados e vêm à procura aqui do clima português, que não encontram lá. Já estão reformados, têm a vidinha deles e aqui tem muito mais conforto neste aspecto, mas eu acho que são essas as principais razões, principalmente a questão econômica e as possibilidades que lá não têm e depois a questão da segurança” (Sofia, terapeuta, 31a).

De fato os ingleses já representam a quinta nacionalidade com mais residentes em Portugal e, de acordo com dados do Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2018, p. 17) do SEF, houve um acréscimo de 17,9% na população inglesa a residir em Portugal. Os números do relatório do SEF apontam que 26.445 cidadãos do Reino Unido vivem em Portugal e os motivos são os mais diversos, não podendo descartar o resultado do BREXIT (saída do Reino Unido da União Europeia) como uma possível causa do aumento. Isso porque o BREXIT iniciou em 2016 e foi finalizado em 2020.

E os discursos contraditórios em relação à opção de alguns governos na construção de muros continuam e para Sofia (terapeuta, 31a) há um exagero, mas que serve para controlar algo que parece incontrolável:

"Assim, eu acho que se calhar é um bocadinho exagerado, mas é uma forma que eles procuram de controlar aquela imigração ilegal e tudo mais. Por aqui não existe nada dessas coisas, isso é mais para os Estados Unidos. É assim, eu acho que se eles procurassem outros caminhos, mas também sei que não é fácil controlar, porque é um mundo de gente a tentar fugir e depois eles não conseguem controlar e depois começa a haver imensa imigração ilegal, mas também um muro, não sei. Causa um bocadinho aquela impressão, mas não consigo dizer se acho bem ou mal.

Eu percebo porque eles fazem, porque aquela questão de controlar aquela gente toda que vem de forma ilegal, mas ao mesmo tempo também não acho muito correto. Se encontrassem outras formas de o fazer” (Sofia, terapeuta, 31a).

Dessa maneira, para Martim (zelador, 56a) os motivos que fazem com que a Europa seja um destino para os refugiados está relacionado à segurança. Martim (zelador, 56a) diz: “porque aqui [Portugal — Europa], se calhar, é mais seguro. Mais seguro, em comparação com o Brasil, o pessoal todo vem para aqui por causa da segurança”. De fato o participante está correto quando afirma que o principal motivo para que os brasileiros escolham Portugal está diretamente relacionado à segurança (Abdo, 2016).

Para Rodrigo (mecânico, 44a) a Europa pode possibilitar uma vida melhor para os refugiados e, por isso, é um destino para os cidadãos que se encontram nessa condição. O participante diz: “eu, aquilo que eu penso, muitos vêm é para a melhora da vida. A qualidade de vida. E para tentar melhorar o futuro, tentar esses pormenores, mas que isso está um bocado complicado para certos países”. As impressões de Alice (atendimento ao público, 38a) sobre a Europa ser um destino para os refugiados são parecidas com a de Rodrigo (mecânico, 44a) e a entrevistada diz:

“Para ter umas condições melhores, para fugir da crise onde eles vivem. O nível de vida deve ser melhor, relativamente na facilidade de arranjar trabalho. Como as pessoas serem mais, não haver tantos problemas, tantas brigas, como a gente vê lá fora em outros países. A França, por exemplo, agora lá com os protestos, aquilo está lá um pandemônio. O Brasil também aquelas situações, dependendo das zonas, muito caricatas de roubos. Embora que aqui também há, mas não como a gente vê nos outros lados” (Alice, atendimento ao público, 38a).

As questões econômicas e de segurança são, invariavelmente, citadas pela maioria dos entrevistados. Para Lourenço (funcionário público, 39a) “lá está, eles falam que a Europa é o Velho Continente. Que sempre, que é rico”, o entrevistado ainda diz que “toda gente gosta de fugir para a Europa porque eu acho que a Europa cria novas oportunidades, daí a gente ver, às vezes na televisão aquelas pessoas, refugiados a tentar vir para a Europa. É mais por isso”.

Já Tomás (professor, 57a) acredita que “[...] as pessoas que, quando emigram, devem pensar primeiro num país em que o custo de vida não seja tão elevado”, em

seguida o participante sugere que, “depois, a cultura seja próxima, a língua. Por isso, se calhar, a gente vê gente da América Latina a imigrar para a Espanha porque são hispânicos” e, de acordo com Tomás (professor, 57a), “[...] vê do Brasil a imigrar para Portugal e de algumas colônias portuguesas a vir para Portugal, ex-colônias, portanto a parte da cultura, da língua e, depois, se calhar, o custo de vida”. Em relação ao custo de vida, o Portal Numbeo (2020) utiliza dados dos próprios usuários e indicadores econômicos de diversos países do mundo para criar um ranking onde apresenta as cidades mais caras e mais baratas para viver. As 10 primeiras posições são ocupadas por cidades europeias sendo que cinco são na Suíça (Zurique (1º); Basileia (2º); Lausanne (3º); Genebra (4º) e Bern (5º)), quatro na Noruega (Stavanger (6º); Oslo (7º); Trondheim (8º) e Bergen (10º)) e uma na Islândia (Reykjavik (9º)).

Em relação a Portugal, Tomás (professor, 57a) afirma que:

“[...] dentro do próprio país há cidades em que o custo de vida é mais elevado que em outras e também, se calhar, têm em conta o custo de vida mais barato, se calhar, é por isso que a gente vê tanta gente a vir para Braga. Porque a vida em Braga ainda é um pouquinho mais suave do que nas outras grandes cidades de Portugal. As pessoas tentam vir para um sítio, para um local onde tenham alguma garantia de ter algum tempo, de ter uma vida mais facilitada” (Tomás, professor, 57a).

Porém, Braga já não figura mais entre as cidades mais baratas para se viver em Portugal. De acordo com o portal Numbeo (2020) Braga tem um custo de vida superior a Lisboa, Porto e Coimbra e, das cidades portuguesas apresentadas no *ranking*, ocupa a primeira posição. De acordo com Corrêa (2020, 03 de fevereiro), “[...] a cidade de Braga, no norte do país, registrou o maior crescimento nos preços de imóveis no terceiro trimestre de 2019”.

A segurança, a qualidade de vida e os salários são referidos por Martim (zelador, 56a) e Rodrigo (mecânico, 44a) como relevantes e que moldam o modo de vida dos europeus tornando a Europa atrativa para os imigrantes. Questões que são referidas também por Alice (atendimento ao público, 38a) e por Lourenço (funcionário público, 39a) que diz:

“Eu acho que, normalmente, um fator é procurar uma vida melhor. A nível financeiro, estabilidade, eu acho que é mais por isso. Não digo que é uma certeza, mas pelo menos acho que há sempre mais probabilidade de arranjar. Porque acho que a Europa tem aqueles países assim, ricos, tipo Inglaterra, Alemanha, França. Com grande poder de compra e grandes empresas e acho que as pessoas procuram fugir para estes países para arranjar um trabalho” (Lourenço, funcionário público, 39a).

E Gabriel (bancário, 45a) reforça o que foi colocado por Lourenço (funcionário público, 39a) afirmando que “todos nós ambicionamos, nossa vida é o quê? Segurança? É algo que tu ambicionas? Se é algo que tu ambicionas, a Europa aparentemente permite, não é?”. Ainda para Gabriel (bancário, 45a), “se tu ambicionas mais ter uma carreira profissional, aí depende, já entramos aí num campo mais subjetivo” e que, “se calhar, no Novo Mundo, tens mais oportunidades profissionais que, mas para quem olha apenas para a parte social, para a parte social apenas, se calhar, a Europa, de forma genérica, é o maior expoente”. Para o participante, na Europa, “[...] tens um sistema de Segurança Social, tens segurança e tens um nível de vida ou de conforto ou de equipamentos que são prestados às populações, se calhar, que atraem as populações estrangeiras”.

Gabriel (bancário, 45a) diz ainda que:

“A imagem que a Europa cria como uma sociedade ordeira, uma sociedade justa, uma sociedade em que o nível de vida que permite às populações é, comparando ao resto do mundo, se calhar, de forma genérica, acima. Se calhar, é o exemplo. Mesmo os Estados Unidos que é os Estados Unidos tem zonas que não têm, se calhar, que não oferece as garantias que na Europa, aos olhos dos estrangeiros, oferece o Velho Continente” (Gabriel, bancário, 45a).

Além disso, o entrevistado coloca que “tu tens um sistema de Segurança Social na Europa que funciona, tirando algumas exceções, mas que funciona de forma mais eficiente do que tens como exemplo em outras partes do mundo” e que, “por exemplo, há muitas zonas onde nem sequer existe um programa de Segurança Social ou outras zonas que são mundos considerados avançados que não têm, por norma os sistemas de Segurança Social, são privados”. Gabriel (bancário, 45a) ainda afirma que “[...] depois também a segurança. A maior parte de nós procuramos cá a segurança, a maior parte de vós brasileiros que emigraram, procuram basicamente é isso” ou seja, novamente há

uma inferência por parte do participante levando em consideração a nacionalidade do pesquisador. Então o participante fala: “é o que todos referenciam, é que é confortável circular em Braga, é confortável circular em Portugal. Não vou falar no exemplo de outros países ou outras cidades, mas a segurança é o que, se calhar, é o mais reforçado”.

Novamente é possível perceber, por parte do participante, uma fala baseada no eurocentrismo e que coloca a Europa como um continente vanguardista em relação a outras regiões do planeta, proporcionando melhor qualidade de vida e sistemas sociais capazes de resguardar os cidadãos. Um discurso que se repete com Mariana (esteticista, 53a) e a entrevistada diz:

“No meu ponto de vista é o ‘El Dorado’, entendes? Em relação aos países de terceiro mundo que não é o caso, o vosso caso de todo, vocês não são um país de terceiro mundo de todo, mas como Portugal também faz parte da Europa, estamos encaixados na Europa, vocês têm ao vosso favor a linguagem, que é comum, então no caso os brasileiros procuram mais Portugal como, até agora, como temos boas universidades e isso também mudou muito nos últimos 10 anos. Procuram mais como residência. Até agora funcionava como ponto de passagem, essencialmente para França, Inglaterra e Alemanha” (Mariana, esteticista, 53a).

Sobre a construção de muros, Tomás (professor, 57a) sugere que as razões que explicam a construção de muros e barreiras para barrar imigrantes e refugiados não está clara. O participante diz: “eu não sei bem porque é que fazem isso. Alguma razão há” — e complementa afirmando que “[...] por um lado o ser humano tem o direito de procurar uma vida melhor, mas por outro lado os países que recebem esta gente têm o direito de seleccionar quem entra no próprio país”. Então Tomás (professor, 57a) continua e fala: “porque não vai entrar um tipo qualquer e vai para lá e que não quer trabalhar e que quer roubar e que é mais um, ao invés de ser mais um a somar é mais um a subtrair”. Para finalizar sua resposta, o participante afirma que não acredita que é muito rigoroso em suas opiniões, mas que “[...] se por um lado tem o ser humano com o direito de, por outro lado também há o país que quer ter boa vida para os cidadãos do próprio país e que tenta restringir ao máximo a entrada de gente”.

Mesmo os entrevistados mais exaltados e com uma resposta aparentemente contrária à opção de governos na construção de muros, como é o caso de Martim (zelador, 56a), se contradizem. Veja a fala do entrevistado:

“Isso não, isso não. Eu acho estupidez, eu acho uma estupidez isso. As pessoas precisam ter um bocado de liberdade e não andar a morrer por morrer. Os políticos, quando é para morrer, eles escondem-se. Acho que um muro nunca havia de existir, por isso é que acabaram com as fronteiras também, um bocado mais de liberdade. Não tanto, mas um controle eu acho que faz falta, mas não em muros. Uma estupidez, acho mesmo” (Martim, zelador, 56a).

Martim (zelador, 56a) exige liberdade de circulação, mas também sugere que a liberdade deve ser, de alguma maneira, controlada, ou seja, mais um participante com um discurso contraditório. Já o entrevistado Rodrigo (mecânico, 44a) percebe a imigração como uma ameaça aos empregos. Ele diz:

“Sou contra. Eu sou contra isso. Eu sou contra os muros e não só, eu sou contra. Eu acho que cada país devia ter a sua categoria de trabalhos. Se nós temos, Portugal por exemplo, as pessoas virem para conhecer Portugal, mas não para trabalho. Cada país havia de tentar sustentar o seu povo, o seu povo havia de ser sustentado em seu país. Nós vemos muitos médicos, enfermeiros, doutores que vão para fora trabalhar, por que? — A nível dos tais salários. Tá mal. Se os outros países conseguem dar para os nossos doutores portugueses ou outros quaisquer, porque é que o nosso país também não dá? — Lá está. Esses muros, essas barreiras não deviam de haver” (Rodrigo, mecânico, 44a).

No caso de Alice (atendimento ao público, 38a), novamente imaginar o problema de maneira mais próxima fez com que a participante tivesse uma percepção interessante. Ela diz:

“Acho que não é muito boa a atitude. Todos têm o direito de escolher o melhor para eles, se não estão bem naquele país têm que transitar para outros. Acho que não há a necessidade de fazer o que eles fazem, há outras maneiras de poder controlar e não fazer essas barreiras que eles fazem. Eu acho que não havia necessidade de haver um muro, há outros meios. Até para quem gere esses países, se as pessoas tivessem outra maneira de facilitar, dar a volta à situação. Até eu acho que não fica muito bem, perante os outros países. Imaginemos nós: vamos fazer um muro entre Portugal e Espanha. Não ficaria assim muito bem” (Alice, atendimento ao público, 38a).

Em referência aos governos, Alice (atendimento ao público, 38a) julga que a construção de um muro é uma atitude radical, justamente porque existem outras formas de poder controlar os fluxos migratórios. Ainda que a participante não diga qual maneira julga mais pertinente para a realização do controle que entende ser necessário, Alice menciona que um muro entre Portugal e Espanha, por exemplo, geraria uma imagem negativa perante outros países.

O participante Lourenço (funcionário público, 39a) afirma: “acho isso ridículo. Ridículo, não tem piada nenhuma. Não faz sentido” e então, de maneira espontânea, cita o presidente dos Estados Unidos. Ele diz: “daí a gente ver o exemplo do Trump na América, mas acho que não faz sentido. Infelizmente há pessoas com essas ideias, mas eu não concordo, eu não concordo”. Tal citação de Donald Trump surge para demonstrar o que McCombs (2009, p. 87) afirma, pois para o autor “os cidadãos estão envolvidos num processo contínuo de aprendizado sobre assuntos públicos”, mas também “as respostas que dão aos questionários dos pesquisadores [...] tipicamente refletem as lições apreendidas nos *media* nas últimas quatro a oito semanas”. Ainda para o autor, “às vezes são as lições dos jornais que dominam suas repostas [...]”.

A resposta de Gabriel (bancário, 45a) é longa, portanto foi dividida. No início de sua fala, o entrevistado acredita que as questões geográficas são, por si, capazes de incluir ou excluir as pessoas por, obviamente, questões de proximidade e distanciamento.

“Nós, de certa forma aqui (em Braga), estamos um bocado blindados. Ou seja, até chegarem aqui têm toda uma zona de fronteira para chegarem aqui. A minha opinião é uma opinião de quem está blindado, ou seja, eu estou numa zona central. Se eu tivesse numa zona fronteira, onde via todos os dias, vamos a chamar de imigrantes, imigrantes ilegais vamos chamar assim, a passarem, a tentarem a sua sorte num novo mundo, a opinião se calhar era diferente. Nós partimos daquele princípio que é o de que todos somos iguais e que todos temos direito à mesma oportunidade, quando não a temos, temos que procurá-la, sem prejudicar os outros, mas temos de procurá-la. Por essa ordem e por essa lógica obviamente que nós deveríamos de não ter barreiras, de conseguir ir do ponto A ao ponto B sem qualquer tipo de limitação ou condicionalismo” (Gabriel, bancário, 45a).

Importante ressaltar que a denominação de “imigrante ilegal” dita por Gabriel (bancário, 45a) não foi posta pelo investigador no momento da pergunta. Portanto, é

plausível afirmar que essa ideia pode estar implícita na mente das pessoas quando as questões sobre imigrantes e refugiados são colocadas. Em seguida, o entrevistado refere-se à capacidade dos países em receber ou negar os imigrantes e refugiados e diz:

“Agora, eu também compreendo que tudo está definido para uma determinada capacidade. Uma fábrica, uma usina, quando está em funcionamento está definida para uma determinada capacidade de produção diária. Se eu tiver mais solicitações do que aquela que eu sou capaz de colocar em *output*, a máquina pára. Ou então quando a máquina funcionar a 200%, mais tarde ou mais cedo a máquina vai começar a falhar. Portanto, eu tenho que dimensionar toda a estrutura que tenho se não isto tudo entra em colapso” (Gabriel, bancário, 45a).

O entrevistado então traz outros exemplos, pois acredita que quando existem condições iguais em diferentes países ou perspectivas, há um menor fluxo de pessoas que saem de um lugar menos favorecido para um mais rico e favorecido. Então, também seguindo a linha de contradições que a pergunta suscitou em quase todos os participantes, Gabriel (bancário, 45a) diz:

“Acima de tudo, eu não posso só barrar, eu tenho que conseguir criar condições para fixar as populações. Se eu não as criar, as condições para fixar as populações sim, vou ter um problema cada vez maior porque vou estar aqui a colocar recursos de quem é desenvolvido para tirar barreiras, enquanto deveria estar a disponibilizar recursos para desenvolver outras zonas de fixação. É questão de dar a cana, mas não dar o peixe, ensinar a pescar. Em vez de estar a alimentar, de criar condições para, mas isso é em todo o lado, mesmo na tua vida profissional tens os colegas que te ajudam, explicam como é que as coisas são feitas e tens os colegas que só respondem o que tu perguntas. Porque acham que a informação é um bem, um valor acrescentado e devem reter só para elas” (Gabriel, bancário, 45a).

Para Ana (costureira, 48a), a busca pela Europa se deve “[...] talvez por serem países mais calmos. Eu penso que sim, de segurança, de trabalho”, motivos muito parecidos para Benedita (professora, 49a). A participante diz: “eu acho que, principalmente, poderá ser a estabilidade ou a segurança. As tantas mais segurança e estabilidade econômica” - além disso, “porque as pessoas que acabam por sair, mesmo portugueses que acabam por sair de Portugal, que vão até para França, para Inglaterra procuram melhor qualidade de vida”.

Já para Mariana (esteticista, 53a) o modo de vida dos europeus consegue atrair pessoas para a Europa por diferentes aspectos. Ela diz:

“Sim, porque nós somos muito receptivos, muito calorosos, sempre prontos a ajudar, muito calmos, muito dados a boa paz. O que não acontece, por exemplo, com o alemão. São pessoas muito duras, não tem nada a ver um alemão e um português, não tem nada a ver. Os ingleses são muito nacionalistas e como tal tornam-se mais “segregantes” [sic], eles segregam, oprimem mais. Não tanto como os portugueses. Os portugueses recebem todo mundo de braços abertos, o alemão e o inglês não. Os franceses são como nós, sim, os franceses são exatamente como nós. A maneira como se dirigem a ti e tudo. Os espanhóis, neste aspeto, também são muito calorosos. Há uma rivalidade entre Portugal e Espanha que não tem nada a ver com a entrada de estrangeiros, são muito calorosos também. Ingleses e alemães não” (Mariana, esteticista, 53a).

Novamente há uma prevalência de um discurso eurocêntrico, mas com uma acentuação do “nós x eles” (Tajfel & Turner, 2004) não só na relação entre cidadãos portugueses e imigrantes brasileiros, mas entre os próprios europeus. E a participante Ana (costureira, 48a) segue um caminho parecido com o de Mariana (esteticista, 53a), pois afirma que dentro da própria Europa existem diferenças significativas entre os países. Ana (costureira, 48a) diz:

“[...] há certos países onde eles podem ter muitas mais oportunidades. Portugal é um país pobre. Em questões de saúde é uma miséria, segurança é bom e assim, nos outros países com mais capacidades financeiras e saúde e tudo, não os aceitam. É, a gente vê. Muitos deles já fecham as fronteiras para que eles não possam entrar. Europeu não, mas nós temos um. Aquele país que está no BREXIT, eles querem fechar as fronteiras para tudo quanto é imigrante, mesmo para os portugueses” (Ana, costureira, 48a).

Em relação à opção da construção de muros por alguns governos com o intuito de barrar imigrantes e refugiados, Mariana (esteticista, 53a) além de não concordar, faz uma comparação interessante. Para ela, as pessoas precisam ter a facilidade de se locomover que os bens e serviços possuem e diz:

“Esquece, esquece. Não concordo, de todo, de todo. Isso é segregar, oprimir as pessoas. Isso é oprimir. Então, se há uma livre circulação de bens e serviços, por que não de seres humanos? Se eu não sou feliz aqui, eu acho que devia ter oportunidade, não é direito, mas oportunidade de procurar um país com que eu me

identificasse melhor, desde que eu pagasse os meus impostos direitinho, tivesse o meu trabalho, levasse a minha vida normal. Por que não? Eu acho que é tão simples como isso. Há a livre circulação de bens e de serviços, por que não de pessoas? Não quer dizer que eu, ao optar ir morar pra outro país, eu vou perder a minha identidade. Não. Porque tu vês nos imigrantes, que é o teu caso, tu vieste, foi uma opção, mas tens o Brasil no teu coração. Isso não faz com que a gente se esqueça do lugar onde nasceu, mas se eu me identifico mais e a minha maneira de ser corresponde mais à maneira de viver naquele país, por que não? Porque que eu não terei direito de, ou uma oportunidade de” (Mariana, esteticista, 53a).

Ana (costureira, 48a) cita novamente o presidente dos Estados Unidos de maneira espontânea. A participante diz:

“Esta aqui vai doer. Eu no fundo, toda gente critica o Trump, ele tem ideias um bocado absurdas, mas assim ele também não pode deixar entrar aquele mundo todo. Porque são milhares a querer entrar. No fundo ele vai deixar de ter a segurança que ele tem, vai deixar de ter tantos postos de trabalho, quer dizer, ele vai deixar entrar, tentar ajudar, e vai destruir o país dele. Por exemplo: a Segurança Social. Não sei como as coisas funcionam, mas ele vai destruir aquilo que tentou, por exemplo: este mandato que ele está, que ele está relativamente a pouco tempo, ele já conseguiu subir a situação do emprego. Que ele tem muito o pessoal todo, praticamente, todo empregado. E assim, se entra assim aquela multidão toda lá no país dele ele acaba por não conseguir segurança, estabilidade no trabalho, eu acho que ele perde tudo. Eu acho que assim, acho mal” (Ana, costureira, 48a).

Então Ana (costureira, 48a) coloca a situação de seus pais, considerados retornados para Portugal durante a independência de Moçambique:

“Porque no fundo os meus pais também fugiram de Moçambique, embora eles fossem portugueses e eles vinham para o país deles. Tenho pena deles, mas por um lado nem toda a gente consegue estar a acolher as pessoas porque no fundo também vão estragar. Porque vem gente boa, mas também vem gente muito má e fazem as próprias guerras e fazem mal, depois dentro dos países dos outros. Que a gente vê a televisão e vê que no fundo é assim. Eu critico por um lado porque toda gente tem que ter oportunidade, mas por outro aceito porque não se pode deixar entrar tudo” (Ana, costureira, 48a).

Ainda para Ana (costureira, 48a), os refugiados atuam de forma a sobrecarregar o sistema, sobretudo da Segurança Social, e não possuem muito para dar em troca. Então ela afirma:

“Nós vemos por Portugal. Há muita gente que vem, houve aqui há dois anos que eles entraram por aqui dentro, aqueles de lá dos países de muitas guerras, eles chegavam a Portugal tinham tudo. Tinham casa, tinham rendimentos mínimos, tinham ajudas e não sei o quê. Eles que diziam que só queriam estar em Portugal enquanto tivessem aquele apoio, porque depois queriam ir para outros países com mais poderes econômicos. Quer dizer, eles gozavam. E no fundo acabam por estragar aquilo que nós precisávamos, por exemplo: os nossos velhinhos. Acabam por destruir o pouco que gente tem na Segurança Social para depois para as reformas. Para estarmos a dar a eles e eles no fundo não querem nada com a gente, porque depois quando acabar, quando os tentam integrar no mundo do trabalho eles dão à sola para outros países com mais capacidade” (Ana, costureira, 48a).

Além da chegada dos refugiados em Portugal, a saída deles também foi noticiada pelos *media* e gerou algum impacto na sociedade. Criou-se, de maneira generalizada, a ideia de que os refugiados deixaram Portugal depois de usufruir do país e que partiram em busca de locais melhores para viver. Alguns participantes da pesquisa deixam isso evidente. De acordo com Cordeiro (2017, 16 de outubro) “quase metade dos 1500 refugiados que chegaram já deixou Portugal”. Além disso, “para estas saídas de 60% das pessoas que acolheram, o CPR (Conselho Português para os Refugiados) avança com explicações semelhantes às das outras entidades: os refugiados saem para reencontrar familiares ou as suas comunidades noutros países [...]” e, portanto, ““muitas das pessoas que vieram para Portugal decidem juntar-se a familiares que estão noutro ponto da Europa’, corrobora o responsável da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), Rui Marques”. Ou seja, a dificuldade de integração, uma ausência de estrutura familiar e, em muitos casos, o desrespeito à escolha dos próprios refugiados nos países preferenciais, resultam na saída dessas pessoas de Portugal. Porém, para alguns cidadãos portugueses que participaram das entrevistas, isso soa como uma afronta e até mesmo falta de respeito com o país de acolhimento, ainda que não seja nem uma coisa e nem outra.

Miguel (investidor, 46a) acredita que são diversos os motivos que fazem com que a Europa seja um destino para os refugiados:

“Por causa da qualidade de vida. Também por causa da segurança e também porque procuram países que depois também sabem que vão ter uma vantagem com isso. A nível de dinheiro, Segurança Social, procuram também países, a maior parte dos imigrantes procuram a Alemanha e a Inglaterra, ou seja, vão para os países onde há mais oportunidades” (Miguel, investidor, 46a).

Já Francisca (enfermeira, 44a) acredita que “talvez as condições. Mas a nível de condições, de melhores condições e a nível económico e a maneira de viver também” e Margarida pensa que os motivos que fazem da Europa um destino para os refugiados é que “são países tranquilos, seguros. Fogem do país deles onde há aqueles conflitos, aquelas guerras, eles tentam fugir. Uma segurança melhor do que no país deles, por exemplo. Penso que é por aí que eles saem do país deles”.

Inês (comerciante, 39a) também segue a mesma linha de pensamento e afirma: “eu penso que o maior motivo deve ser a segurança que eles sentem” — assim como Clara (técnica administrativa, 38a), que acredita que “[...] a Europa acaba, entre aspas, ‘por serem países mais protegidos, onde há mais estabilidade’, acho eu. Mais segurança e eu acho que seja esse um grande, um forte motivo para que as pessoas apostem mais a nível da Europa”.

Já Lucas (técnico comercial, 32a) afirma: “acho que vem atrás de uma melhor qualidade de vida” — o participante acredita que os refugiados “fogem do país deles e principalmente na Europa e qualquer pessoa que migra que acho que vem por uma melhor qualidade de vida, proporcionar a si e aos seus uma melhor qualidade de vida”.

Já para a entrevistada Benedita (professora, 49a), o modo de vida dos europeus só fará diferença para atrair pessoas para a Europa dependendo dos objetivos das pessoas no momento em que decidem emigrar. E Miguel (investidor, 46a) afirma: “[...] acho que a Europa, em termos de qualidade de vida e em termos de oportunidades, está no topo a nível mundial. Agora, a qualidade de vida é diferente de uns para os outros” — o entrevistado continua e diz que “principalmente porque a Europa dá estabilidade, dá projetos de vida para as pessoas, as coisas são contínuas”. Para finalizar diz que “hoje em dia, em nível de inflação e uma pessoa sabe que se trabalhar e poupar que vai ter no futuro e isso dá uma certa segurança para as pessoas”.

No caso de Francisca (enfermeira, 44a), a participante acredita que o modo de vida dos europeus é capaz de atrair pessoas para a Europa, já para Margarida (comerciante, 65a), “acontece assim, eles vem para cá pela segurança, não pela parte do salário. Porque o nosso salário mínimo é baixo, mas vêm para cá muitos” e, ainda para a entrevistada, “é verdade, eles vêm. Tentam lutar para ter uma vida mais estável, não sei. Não sei se vai pelo salário, porque o nosso salário mínimo é baixo”.

Outra participante, Inês (comerciante, 39a) diz:

“A ideia que eu acho que passa é que a Europa é um local seguro, tirando esses casos pontuais, que houve esses atentados, mas é um local ainda considerado seguro e, se calhar, transmite-se para o exterior que é um local onde a pessoa consegue fazer família, ter trabalho, ter a sua casa, ter o seu carro e isso, claro, para quem é um refugiado que perde tudo, perde casa, perde os bens, muitas vezes os familiares, acaba por ser uma forma de eles sentirem alguma segurança ao virem para cá. Por isso eu acho que é um peso grande, acho eu. Eu imagino-me eu refugiada em que perdi a minha casa, perdi tudo, um país em que não me sinto segura, perdi, se calhar, familiares, pensar assim: “bem, eu vou para a Europa, eu vou conseguir começar do zero”. Penso eu, eu não sei. Estou me pondo na posição dessas pessoas. E eu acho que realmente deve ter um peso muito grande isso” (Inês, comerciante, 39a).

E Clara (técnica administrativa, 38a) tem uma opinião semelhante. A participante afirma: “eu acho que passa por isso, porque realmente há mais estabilidade, há mais segurança, há mais harmonia, pelo menos daquilo, do contacto que eu vou tendo com pessoas que vêm para a Europa” — para ela “são esses realmente os fatores determinantes”. Para finalizar, diz que “porque depois de as pessoas cá estarem, é aquilo que as pessoas dizem é que realmente vieram encontrar algo que não tinham no seu país”.

No caso de Lucas (técnico comercial, 32a), ele diz: “assim, eu acho que nós aqui vivemos consideravelmente bem. Acho que as pessoas que nos veem no mundo, por outros meios de comunicação, acham que nós vivemos melhor do que eles e vêm para cá”. Porém, o entrevistado acredita que, “se calhar, Portugal não é o país mais atrativo, mas se calhar há países mais atrativos, como Alemanha, que vivem melhor que nós, mas eu acho que a Europa em si é bom sítio para se viver”.

Além disso, a análise das entrevistas torna evidente a existência de uma ideia generalizada de que existem várias Europas, pois entre os participantes a Alemanha, a Dinamarca e a própria Inglaterra são referidos como sendo países pertencentes a uma outra Europa que não a mesma onde está inserida Portugal. Geralmente os aspectos financeiros são ressaltados e, para os participantes, os melhores empregos e os melhores salários não estão em Portugal, pois o país é repetidamente lembrado como tendo uma baixa qualidade laboral (tanto na oferta como nos salários pagos), entendido

como precário em suas condições financeiras e, sendo assim, isso impacta na qualidade de vida dos seus cidadãos. Para os participantes da pesquisa, há um sentimento de que os países do Norte da Europa são os que, via de regra, devem tratar da crise migratória e acolher os refugiados já que possuem maior capacidade financeira e de apoios sociais.

Entretanto, em relação à opção da construção de muros por alguns governos, Benedita (professora, 49a) também refere Donald Trump de maneira espontânea em sua resposta e diz:

“Eu sou contra. Não acho que Trump esteja a fazer as coisas corretas por exemplo, ao levantar aqueles muros, acho que não. Acho que deve-se ajudar, dentro das possibilidades de cada país, mas sim que se deve ajudar as pessoas. Eu quando digo das possibilidades, por exemplo: Portugal é um país mais pequeno do que Espanha, pronto. Às tantas a capacidade de Portugal, mas Portugal é sempre assim, é de braços abertos e recebe a todos. Mas tranquilo. Eu também vim de Moçambique com cinco anos e estou cá, não é? Acabo por me sentir um bocado, não é imigrante, mas acabo por ter saído do meu país” (Benedita, professora, 49a).

Além disso, o discurso de Benedita (professora, 49a) segue as contradições percebidas no que disseram também outros participantes. Ainda que a participante seja contra a construção do muro pelo governo dos Estados Unidos, ela também acredita que o governo de cada país precisa estar atento às capacidades econômicas, o que surge como um elogio a Portugal e uma crítica, pois ela afirma que o país recebe todos “de braços abertos” e não deixa muito claro se isso é bom ou ruim.

Miguel (investidor, 46a) também cita Donald Trump e os Estados Unidos de maneira espontânea. Miguel diz: “não concordo com isso. Isso é uma segregação, isso tem a ver com extremismos. Tudo que for extremista eu não concordo. Seja de esquerda ou de direita. Agora, é preciso uma pessoa pensar no contexto que isso se vai inserir”. O entrevistado prossegue e afirma que “isso pronto, tem que ser visto de outra maneira e não sei, acho que o mundo está a caminhar assim para uma fórmula um bocado perigosa porque muros existiu em Berlim, existe em Israel, mas pronto”, porém busca complementar seu pensamento e diz: “o que que acontece? Israel era atacada diariamente [...]. Isto é um problema e enquanto não se resolve esse problema da Palestina foi uma maneira de eles se conseguirem proteger, não é?” — além disso coloca que é “[...] a obrigação, obrigação dos governantes, é proteger o seu povo. Ou seja, o

presidente de Israel é eleito para proteger os israelitas. Não foi eleito para andar a fazer política conveniente a nível internacional”.

Então Miguel (investidor, 46a) entra espontaneamente na seara dos Estados Unidos e diz: “como o presidente dos Estados Unidos vai ser julgado pelo que faz pelos americanos. Agora, só os americanos é que podem responder a isso. Nós podemos olhar para aquilo e achar mal, toda gente acha mal”. O participante afirma que não sabe dizer se os cidadãos americanos irão achar ruim, “[...] porque quem o elegeu foram os próprios imigrantes. Muitos dos imigrantes que estão nos Estados Unidos é que votaram num extremismo, porque não querem outros imigrantes, porque vão tirar oportunidades deles próprios”. Para finalizar, Miguel (investidor, 46a), que se mostra em seguidas contradições em sua colocação, afirma: “agora, eu pessoalmente não concordo com isso. Devia ser implementado outro tipo de políticas, digamos”. Para o participante deve haver controle e, mesmo na tentativa de opinar de forma menos incoerente, diz: “sim, de controle das pessoas e, pronto, e se as pessoas entrarem ilegalmente serem apanhadas e extraditadas normalmente como acontece nos outros países. É claro que nos Estados Unidos, neste caso, não pode acolher toda a gente, é impossível”, mas que sendo assim, “[...] tem que existir uma política em relação a isso, agora eu acho que a forma de segregação, de construir muros, acho que isso não resolverá nada. Vão construir um muro para daqui alguns anos voltarem a retirá-lo”.

E Francisca (enfermeira, 44a) corrobora para o que disse Miguel (investidor, 46a). A participante afirma:

“Acho isso errado, acho que com a globalização nós temos que, e a humanização das pessoas, isso não é humano. As pessoas necessitarem de ajuda e barrar-nos? Acho que isso não tem sentido para mim. Acho isso uma coisa impensável. Acontece. Não é o presidente dos Estados Unidos que quer fazer? Também pessoalmente acho que ele, como presidente. É assim, o que que acontece com os refugiados. Pensando nos, por exemplo, os bombistas, não é? Eu compreendo que seja uma proteção, mas não é isso que vai resolver. Não acho uma forma de resolver. Para quem precisa mesmo, não é uma forma de resolver. Teriam que, as pessoas, outros especialistas pensarem uma forma, sei lá, outra forma de resolver. Por exemplo na Síria tentarem resolver aquilo lá de forma que as pessoas consigam viver melhor, mas não é fechando. É assim, o fechar é no sentido de proteger as pessoas de bombas, digamos assim, de terrorismo. Mas, ao mesmo tempo, aquelas pessoas que não estão nessa situação fechar é muito complicado, não terem uma oportunidade. Não compreendo” (Francisca, enfermeira, 46a).

Novamente a contradição marca o discurso e norteia toda a resposta da participante Francisca (enfermeira, 44a). A contrariedade é facilmente percebida, mas além disso há uma tentativa de justificar a construção de um muro ou barreira como forma de aumentar a segurança, argumento que Buonfino (2004) já havia mencionado.

Para a entrevistada Margarida (comerciante, 65a) a construção de muros e barreiras deveria ser evitada pelos governos, pois não permite que pessoas em situação de risco e que fogem de zonas de conflitos tenham livre passagem. Ainda para Margarida, “é muito aflitivo uma pessoa estar num país onde haja guerra e não possa sair, não possa fugir. Não acho muito bem”. Além disso, ela diz: “acho que estão errados, pela segurança, acho que deveriam dar oportunidade das pessoas fugirem da guerra, sobretudo daqueles países onde há guerra. Acho que eles deviam ter liberdade”.

Já no caso da participante Inês (comerciante, 39a), novamente há alguma contradição no discurso, mas também uma lembrança do muro de Berlim:

“Eu não concordo, sinceramente não concordo. Eu ponho-me na posição de alguns governos em que o país já tem pessoas com as quais eles não conseguem dar emprego, tem mendigos, tem sem abrigos e depois veem pessoas refugiadas a vir para esse país e não ter resposta para eles. Eu compreendo isso, mas também compreendo que se eu estivesse num país em guerra e me visse aflita com o meu filho, com os meus pais a querer fugir dessa situação eu queria ir para um local onde, pelo menos, me dessem um teto e me dessem comida. E esses muros, não sei, faz-me lembrar o muro de Berlim em que se dividiu ali um país, eu não concordo. Não concordo” (Inês, comerciante, 39a).

E as respostas contrastantes seguem praticamente do início ao fim das respostas dos participantes. A entrevistada Clara (técnica administrativa, 38a), após um longo suspiro diz:

“Assim, eu não concordo. Eu não concordo, mas também acredito que porque por exemplo: Portugal, nós temos aqui... eles até chamam Braga o ‘El Dorado’. Quer dizer, nós temos aqui, já me falaram não sei quantos mil brasileiros. Assim, eu não tenho nada contra quem possa vir, mas acredito que em determinados países isso têm algumas implicações. E depois depende de que país vêm, da política, da religião. E eu acredito que, para esses governantes, os muros sejam se calhar uma salvaguarda de criarem alguma desordem ou que possam contribuir, de certa forma, para que se desestabilize a harmonia do país ou que que acreditam que esteja em harmonia. Eu não acho que isso seja a solução, mas acredito que os governantes pensam que seja” (Clara, técnica administrativa, 38a).

O discurso securitário referido por Buonfino (2004) é, novamente, a base de sustentação para os mais diferentes entrevistados. Lucas (técnico comercial, 32a) segue quase a mesma linha de raciocínio de Clara (técnica administrativa, 38a). Ele diz, também após um suspiro longo:

“Isso é complicado, eu tenho, a gente às vezes a minha opinião eu acho que por um lado está mal, por outro lado está bem. A virem refugiados vêm todos os tipos de pessoas, vêm uns pelo bem, vêm outros pelo mal. Se a Europa ou se alguém não puser um travão nisto daqui um bocado somos todos uns vândalos, cada um faz o que quer e cada um. Tem que haver um meio termo. Vêm pessoas, vêm, mas tem que ser selecionado quem pode entrar, quem não pode entrar e porque e haver uma seleção melhor. Agora, construir um muro acho que também não é o adequado. Chegar ali e construir um muro e proibir toda a gente de melhor qualidade de vida. Somos todos humanos, toda a gente tem que ter uma boa qualidade de vida, ou melhor, tem esse direito. Agora, se calhar, os governos, os principais governos haviam de tomar medidas diferentes para que isso se resolvesse de maneira diferente. Não como o presidente americano agora que quer criar um muro no México e acabou, ‘ninguém entra aqui’. Eu acho também que isso, que não” (Lucas, técnico comercial, 32a).

Portanto, a maioria das respostas dos entrevistados quando questionados sobre a opção dos governos na construção de muros para barrar imigrantes e refugiados são antinômicas. Ainda que a questão humana seja evidenciada primariamente, as questões de segurança, de medo e até de desordem e possíveis atentados são postas em seguida. Há uma busca constante em se justificar a proibição da entrada de refugiados e imigrantes que, via de regra, levam em consideração as questões de segurança.

Buonfino (2004, pp. 29-30) afirma que “a opinião pública geralmente tem duas faces. O primeiro é de simpatia pelos casos individuais e pelo princípio geral de proteção dos refugiados, particularmente onde os horrores do conflito podem ser vistos na televisão em todos os lares”, em seguida a autora diz que “a outra é a sensação de que os imigrantes já são numerosos demais, caros demais para os contribuintes e perigosos” e, por último, que a “[...] visão da imigração é frequentemente provocada e apoiada pelo extenso retrato dos *media* sobre a imigração como uma ameaça”. Ainda para a autora, “[...] as mensagens dos *media* não apenas refletem esses medos, mas também os canalizam e fortalecem e os transformam em uma poderosa mensagem/discurso para as autoridades” e, para justificar tal fato, segue que “o discurso se tornará hegemônico

se (e somente se) as autoridades políticas o transformarem no discurso político dominante e em ação política real”. Para finalizar, a mesma autora acredita que “o tipo de discurso hegemônico é, portanto, o resultado da representação e orquestração das demandas da opinião pública pelos meios de comunicação que produzem mudanças [...]” e, em se tratando dos discursos relacionados à imigração “[...] formam a base para o estabelecimento da hegemonia do tipo de discurso de securitização”.

5.4. Espetacularização das imagens

Outro eixo temático referido nas entrevistas foi o que se relacionava com a espetacularização das imagens e, para perceber a opinião dos participantes da pesquisa em relação a isso, dois questionamentos eram colocados. O primeiro era se os entrevistados tinham contas em redes sociais e qual o principal motivo para isso, em seguida o entrevistador questionava os entrevistados se existia alguma imagem em relação aos refugiados que tinha chamado sua atenção e, se ela fosse apontada, qual o sentimento que tinham em relação à imagem e quais detalhes podiam ser lembrados. Importante ressaltar que não foi utilizado material de apoio e que as falas dos participantes foram de maneira espontânea.

Cinco participantes afirmaram não ter uma conta nas redes sociais e os principais motivos apontados para isso foram, respectivamente, a idade avançada, o desinteresse e questões relacionadas à privacidade e ao receio de terem a vida exposta de maneira descontrolada. Entretanto, dos 21 entrevistados que afirmaram ter conta em redes sociais, seis mencionaram questões relacionadas à privacidade, segurança, muita exposição, da necessidade de filtrar as informações e até da desconfiança em relação ao monitoramento das contas por parte das empresas e da possibilidade de coleta e divulgação de conversas, áudios, fotos e vídeos de foro íntimo.

Outrossim, além dos fatores negativos apontados por alguns participantes, a grande maioria menciona o uso das redes sociais de forma mais positiva e otimista. Dentre os motivos mencionados pelos entrevistados para que tenham uma conta nas redes sociais, os principais foram a aproximação virtual de amigos e familiares distantes geograficamente, para o uso profissional e por conta das exigências do mercado de

trabalho, para socializar, se divertir, buscar informação sobre acontecimentos, modo de pensar das pessoas e estar e se manter informado e atualizado.

Para tentar perceber qual o nível de atenção, quais os pontos de contato que os entrevistados tinham com os *media* e, por consequência, como estavam formando sua opinião sobre os refugiados e as imagens que possivelmente tinham deles, foi-lhes perguntado se os participantes tinham conta em redes sociais e por quais motivos. Como referido anteriormente, 21 dos 26 participantes afirmaram ter conta em redes sociais. O participante João (funcionário público, 39a) afirmou: “Tenho. Tenho porque eu acho que são ferramentas interessantes nos moldes em que o mercado de trabalho e as relações estão montadas neste momento”. Para complementar sua resposta, João disse “e porque eu não demonizo a tecnologia, a tecnologia é um braço, é uma extensão da nossa humanidade e a forma como a utilizamos é que define se ela é negativa ou positiva” e que, além disso, “[...] vai sempre partir do indivíduo ou dos grupos ou das entidades a forma como eles utilizam, como instrumentalizam para definir o resultado”. O entrevistado então disse: “Eu costumo dizer: nós dividimos o átomo que, por um lado alimenta toda uma cidade com uma só central de energia, mas que por outro lado cria armas de destruição maciça. Depende da agenda”.

E para corroborar o que disse o participante, Giovanis (2018, p. 1) diz que “desde a década de 1980, uma parte crescente da força de trabalho trabalha com teletrabalho em casa ou em qualquer outro local que não seja o local do empregador pelo menos um dia por semana”. Além disso, o autor afirma que “estudos anteriores descreveram as razões do crescimento do teletrabalho devido ao rápido e impressionante impulso da tecnologia e, especificamente, da tecnologia da informação e comunicação (TIC), e devido aos benefícios percebidos do teletrabalho” e, dentre as benesses de se trabalhar de casa estão a “[...] melhoria da satisfação no trabalho, aumento da produtividade e lealdade dos funcionários e a necessidade de os casais equilibrarem a vida profissional e familiar”. Mas não só, pois, ainda de acordo com o autor, “o teletrabalho pode ter efeitos ambientais positivos, incluindo a redução do tráfego e da poluição do ar”.

O rápido aprimoramento das TIC, especialmente nos últimos anos, incluindo correio eletrônico, aparelhos de fax, redes de computadores e sistemas de dados e armazenamento, como o *icloud*, ampliou drasticamente as opções de local de trabalho para funcionários, trabalhadores independentes e freelancers, que lhes permitem trabalhar onde quer que essas ferramentas estejam disponíveis, inclusive em casa. Nos EUA, verifica-se que o teletrabalho e o trabalho em casa permitem que os funcionários evitem a crescente frustração causada pela irritação e a perda de tempo associada ao deslocamento. Aproximadamente 30% dos funcionários trabalham em casa e estima-se que dois milhões são empregados em período integral que, caso contrário, iriam comutar diariamente para as instalações do empregador (Giovanis, 2018, p. 2).

Contudo, com a pandemia mundial causada pelo novo coronavírus (Covid-19) em 2020, as relações de trabalho e a necessidade de se trabalhar remotamente como forma de evitar o contágio e a propagação do vírus foram evidenciadas. Porém, nem sempre as questões relacionadas ao teletrabalho são vistas de maneira positiva. Ainda para complementar a resposta do entrevistado João (funcionário público, 39a), Collins, Hislop e Cartwright (2016) dizem que o local de trabalho ainda exerce um importante papel na vida das pessoas, pois é nesse ambiente onde as mais diferentes relações sociais são exercidas e, de certa maneira, dão um significado ao trabalho realizado. Os mesmos autores ainda sugerem que o teletrabalho realizado através de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação são capazes de isolar os indivíduos e até de criar uma relação de trabalho negativa, já que pode segregar e dividir culturalmente as pessoas envolvidas no processo.

Já para o participante Francisco (funcionário público, 49a), ter conta nas redes sociais possibilita “[...] uma forma muito fácil de partilhar. De estar atualizado. Saber um bocadinho dos meus amigos, o que eles estão a fazer. Coisas divertidas”. O entrevistado ainda acredita que “acima de tudo é uma excelente fonte de informação, partilha de fotografias. Seja do âmbito pessoal, familiar, de amigos, até mesmo empresarial”, pois de acordo com Francisco “é uma excelente fonte de informação empresarial quando a gente quer divulgar. Eu trabalho numa câmara municipal e utilizo uma rede social, com o perfil mais profissional, justamente para divulgar iniciativas”.

E para respaldar o que disse Francisco (funcionário público, 49a), Gil de Zúñiga, Diehl, Huber e Liu (2017, p. 540) afirmam que a principal maneira das pessoas acessarem seus ambientes digitais é justamente através das redes sociais e tais

plataformas são os sites mais visitados em todo o mundo e que “além disso, as pessoas usam os *media* sociais para diferentes propósitos, nomeadamente para interagir com os amigos, ler as notícias, criar identidades ou participar de políticas”.

No caso da entrevistada Leonor (atendimento ao público, 46a), ela afirma que possui uma conta na rede social Facebook, mas ao responder o que a motivou a criar a conta diz: “porque fui atrás de todos os outros. É uma coisa que eu uso muito, muito, muito pouco, mas está lá”. O participante Lourenço (funcionário público, 39a) também diz ter sido influenciado por membros da família e diz: “sim, sim. Influenciado por familiares, como quem diz “oh”. Para não ficar desatualizado ou anti-social, deixei-me ir na onda”. O mesmo aconteceu com Inês (comerciante, 39a) que afirma ter conta no Facebook “porque há uns anos tornou-se moda e a gente acaba por também criar a nossa própria conta e, entretanto, é uma forma de contactar com pessoas que já não contactamos há muitos anos. Aconteceu-me”. Ainda para a entrevistada, não existe um motivo específico, “não há razão, é quase como “a Maria vai com as outras” e começou-se e depois aquilo acaba por ser um vício”.

E o “ir atrás de todos os outros” ou “Maria vai com as outras” referido pelos participantes sugere o “efeito rebanho” ou “manada” que o neurocirurgião inglês Wilfred Trotter já referia, no início do século XX, em seus artigos sobre o instinto de rebanho e os efeitos nas pessoas civilizadas e a aplicação da Psicologia Social no mesmo efeito. Para Trotter (1908; 1909), uma das maiores vantagens de agir em rebanho é que esta forma de interação social permite aos seus membros a homogeneidade, ou seja, as pessoas agem de maneira homogênea justamente após desenvolverem a sensibilidade e serem capazes de interpretar a forma como seus pares se comportam. E não só, pois o mesmo autor acredita que uma pessoa isolada não possui o mesmo significado de quando está, mesmo de forma homogênea, dentro de um grupo.

Em se tratando do comportamento de rebanho nas redes sociais e disseminação de boatos e notícias falsas (Golub & Sadler, 2017; Wang, Wang & Li, 2017), da maneira como os traços de personalidade podem ser evidenciados na utilização de redes sociais (Gil de Zúñiga, Diehl, Huber & Liu, 2017), dos efeitos positivos e negativos do uso das redes sociais (Siddiqui & Singh, 2016) e até da dependência que os *media* sociais podem causar no usuários (Blackwell, Leaman, Trampusch, Osborne & Liss, 2017) são

inúmeros os trabalhos e pesquisas realizados e que oportunizam uma melhor análise da dimensão e do impacto que as redes sociais trouxeram para a sociedade, especialmente levando em consideração os aspectos relacionados aos usuários.

E a possibilidade de socializar e de se aproximar das pessoas é referida pela participante Maria (modelista, 35a) que afirma ter conta nas redes sociais Facebook e Instagram mesmo sem saber os principais motivos, mas diz: “aproximei-me de algumas pessoas que já não via há muito tempo, que já não falava pra elas há muito tempo. Antigo colegas de escola e tudo que tínhamos deixado de falar”. Os mesmos motivos apontados por Matilde (secretária, 57a) que afirma que “é uma forma de encontrar amigos que não via há muito tempo. É uma forma de encontrar muita gente e de as pessoas também me encontrarem, pessoas que não via há muitos anos”. Além disso, ainda para Matilde (secretária, 57a) “[...] é uma rede de comunicação interessante, porque as pessoas vão conversando sem estar com o telefone no ouvido. Eu acho interessante e gosto”.

Já a entrevistada Carolina (administrativo, 55a) segue a mesma linha de Leonor (atendimento ao público, 46a) quando diz: “Tenho. Inicialmente por influência de amigos, basicamente por influência de amigos, para comunicar com mais facilidade com eles”. Assim como a participante Beatriz (técnica administrativa, 36a) que também afirma ter sido influenciada pelos amigos:

“Sim, tenho. Na altura que eu criei a conta era porque estava na moda, já tem para aí uns 10 anos. E toda a gente tinha conta no Facebook, começou com o Hi-Five, depois veio Facebook e agora já temos o Instagram. E também, neste momento, acho que é um modo de tentarmos atualizar com o resto do mundo, os amigos em qualquer lado. A gente está sempre a ter conhecimento do que se passa lá fora, do que se passa cá dentro, o que se passa com o vizinho do lado. Porque é uma forma de nós estarmos sempre em contacto com o resto das pessoas” (Beatriz, técnica administrativa, 36a).

Já Duarte (comerciante, 48a) afirma participar das redes sociais porque, para o entrevistado, “é uma maneira de socializar também um bocadinho mais. De conhecer os pensamentos e as opiniões de algumas pessoas e de estar um bocadinho mais informado acerca de tudo o que se passa no mundo”. Sofia (terapeuta, 31a) diz ter conta no Facebook e Instagram e que “no início foi mais para estar com amigos e não

sei o quê. É uma forma também de se ter acesso às notícias e tudo mais, hoje em dia uma pessoa acede mais por aí, encontra muita informação por aí”, porém “agora também criei uma página, portanto profissional, para promover, para divulgar, portanto ajuda, chama sempre pessoas, mas inicialmente foi mesmo só para socializar, para estar com amigos. Depois é que comecei a desenvolver outras coisas”.

E tanto Duarte (comerciante, 48a) como Sofia (terapeuta, 31a) mostram o que o estudo de Hall (2016, p. 169) sobre o uso dos *media* sociais e as interações faz sentido, pois ao analisar a interação social nas redes sociais o pesquisador afirma que “no período de 5 ou 10 minutos, os participantes passaram mais tempo navegando (40,88%), seguidos pela leitura de notícias ou outras histórias (15,31%) [...]”. Além disso, o investigador concluiu que os participantes da sua pesquisa ficaram “[...] observando os perfis de novos contatos ou amigos possíveis (10,78%) e “gostando” e “favorecendo” as atualizações de outras pessoas (9,41%)”, mas também que o perfil do participante e a plataforma de *media* social analisada influenciam diferentemente no tempo gasto em cada atividade.

No caso do entrevistado Tomás (professor, 57a), ter uma conta ativa no Facebook “[...] é importante para nos atualizarmos, para haver contacto” assim como outros participantes. Porém, ainda para Tomás “[...] as pessoas que sou amigo no Facebook e está lá assinalado a data de aniversário eu lembro-me sempre, porque o Facebook assinala” e que, “muitas vezes até os familiares e gente mais próxima esqueço-me porque não sou amigo do Facebook e não tem nada a lembrar, portanto há muitas coisas que faz bem, eu acho que é bom”. E a criação de memória é uma característica relevante quando as questões relacionadas aos usos das redes sociais são evidenciadas nos seus usuários e a afirmação de Tomás (professor, 57a) corrobora com o trabalho de Bartoletti (2011) sobre memória e *media* sociais e as novas formas de lembrar e esquecer.

O participante Rodrigo (mecânico, 44a) afirma ter conta no Facebook e diz que foi uma maneira de se aproximar de amigos com as quais havia perdido o contato pessoal. Porém, diz ter tido vontade diversas vezes de sair da rede social, mas acredita ser uma excelente ferramenta de se comunicar de maneira eficaz e rápida. Então o entrevistado diz: “a gente quer falar a algum tipo, é uma prática boa e conversar um

pouco com os colegas. Penso eu que existe alguma perversidade também sobre essa situação”. Posteriormente faz um exercício de imaginação e afirma que “[...] quando estamos a fazer um telefonema, eu penso que as mensagens do ‘Face’ [em referência a rede social Facebook] só eu e o colega é que vai ver, ninguém mais vê essa conversa”, porém com grande desconfiança Rodrigo (mecânico, 44a) afirma: “e depois e nós eliminarmos a conversa, mais ninguém vai ver. Em teoria é, mas não se existe aí alguém que por trás desta rede que consiga ter acesso a isto”.

E a desconfiança de Rodrigo (mecânico, 44a) se justifica, em parte, pelos mais diferentes tipos e motivações de ataques que ocorrem no ambiente das redes sociais. Zhang e Gupta (2018, pp. 3-4) elencam o “roubo de identidade”, o “spam”, o “malware”, as “solicitações falsas” e o “sequestro” de perfil como os principais tipos de ataques e que são motivados, como afirmam os autores, por “vingança”, para “ganhos financeiros”, para a “espionagem cibernética” e outros. Porém, o caso envolvendo o Facebook e a empresa Cambridge Analytica nas eleições americanas de 2016 e que foram divulgados somente em 2018 colocaram a rede social no radar da desconfiança em todo o mundo, tanto por cidadãos quanto por governos e instituições. Seja por conta do debate em torno do processo de privacidade nas redes sociais (Venturini & Rogers, 2019), do monopólio e do controle da informação (Peruzzi, Zollo, Quattrociochi & Scala, 2018) ou até na maneira como os registros que são criados pelos usuários do Facebook são administrados e utilizados pela empresa (Glassman, 2019).

Para a entrevistada Alice (atendimento ao público, 38a) as redes sociais são um meio de comunicação, mas também porque “hoje em dia a rede social, acho que a gente está mais atualizado”. O mesmo foi dito por Gabriel (bancário, 45a) que afirmou que tem conta nas redes sociais e que entende “[...] que as redes sociais são mais um canal de comunicação, agora cada qual deve usar as redes sociais para aquilo que bem entendem. Seja profissional, seja *hobby*, seja o que bem entendem”.

E a diversão ou distração também são pontos importantes para Mariana (esteticista, 53a), pois ela diz que ter uma conta ativa nas redes sociais “olha, pura e simplesmente para brincar e me divertir um bocadinho. Nada mais do que isso, nada mais do que isso”. E o argumento da diversão também foi utilizado pelo entrevistado Lucas (técnico comercial, 32a):

“Tenho. Por que? Boa pergunta (risos). Sei lá, me divertir um bocado naqueles tempos em que a gente não tem nada o que fazer e vai até uma rede social. Eu não sou muito fã de rede social, não sou aquela pessoa que publica tudo e mais um pouco na rede social. Gosto de ver, as pessoas que estão longe publicam e a gente vê, falar com uma pessoa que está bastante longe. Acho que é interessante e eu tenho para me divertir um bocadinho e passar um bocadinho o tempo” (Lucas, técnico comercial, 32a).

Além da facilidade de encontrar pessoas e de se comunicar, para a participante Benedita (professora, 49a) utilizar as redes sociais também é importante “[...] pelas pessoas que tenho fora do país e é mais fácil de contactar”. Para a entrevistada Ana (costureira, 48a), que tem perfil na rede social Facebook, ainda que ela diga que não utilize de forma frequente e intensa, chama atenção para questões de privacidade e diz: “[...] acho que o Facebook já deu um bocadinho o que tinha que dar porque as pessoas utilizam-no mal. Para críticas, para coscuvilhice, para exposição as vezes demasiada da vida privada de cada um”. A mesma linha de pensamento em relação à privacidade é seguida pela participante Clara (técnica administrativa, 38a) que, apesar de estar presente nas redes sociais, as utiliza para manter-se próxima de pessoas que estão distantes e para buscar informações que permitam que ela se mantenha atualizada, porém afirma: “não sou uma pessoa muito assídua em termos de publicar coisas não, de todo, até porque eu acho que se deve, que se deve ter aí alguma salvaguarda ao nível da privacidade da vida”. Para Clara (técnica administrativa, 38a), “[...] acho que as pessoas se expõem, hoje em dia, em demasia [...]” e, sendo assim, “[...] acho que devemos publicar e eu acho que avezes até faz sentido algumas publicações, mas eu acho que as pessoas agora é o publicar tudo e mais alguma coisa sem pensar nas implicações que isso possa ter”.

Como já referido, dos 26 participantes apenas cinco afirmaram não ter conta em redes sociais. Para Afonso (comerciante, 65a) o fato de não ter acesso às redes sociais está diretamente relacionado à idade. Ele afirmou: “porque de certo devido à idade, sem tempo, é diferente. Tenho 65 anos e de certo na minha época não fomos tão incentivados ou não fomos tão preparados para isso. Tenho internet também no telemóvel, mas rede social não, não”. O mesmo ocorre no caso de Margarida (comerciante, 65a), quando a entrevistada diz: “Não. Porque nem sei lidar muito bem com isso. Nunca tive, não conheço”. Margarida (comerciante, 65a) também tem 65

anos e, de acordo com Olsson, Samuelsson e Viscovi (2017), diversas pesquisas mostram que o uso da Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é limitado nos cidadãos idosos em relação a outros grupos da sociedade.

A Internet pode representar uma oportunidade para inclusão e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente para idosos. No entanto, as mudanças levam os idosos à exclusão digital e social. O aumento da idade também está associado à diminuição dos níveis de conexão à Internet. As diferenças de idade são especialmente pronunciadas nos indivíduos com 60 anos ou mais. O comportamento dos idosos no contexto da Internet pode depender do país, status socioeconômico, educação, estrutura familiar, raça, gênero, localização geográfica e participação cultural e social (Amaral & Daniel, 2016, p. 160).

Para o participante Miguel (investidor, 46a), não ter um perfil nas redes sociais está diretamente relacionado às questões de privacidade. O entrevistado disse: “Não. Não me identifico com nada disso. Eu gosto de privacidade. Tudo que tem a ver com redes sociais eu não utilizo nada”. O argumento da privacidade também foi utilizado por Francisca (enfermeira, 44a) que disse: “Não. Acho isso muito estressante, gosto muito da privacidade e é uma forma de viver mais tranquila”. Ainda para a entrevistada as redes sociais tendem a viciar e, sendo assim, “[...] uma pessoa depois tem tendência a entrar e comunicar mais e acaba por perder tempo e não dar atenção a coisas mais importantes”. Para finalizar Francisca (enfermeira, 44a) acredita que viver em seu país lhe dá o privilégio de não precisar das redes sociais como meio de comunicação.

No caso de Santiago (administrativo, 58a) existem sentimentos ambíguos em relação ao uso das redes sociais. Inicialmente o participante diz: “Não, não. Porque já passo tanto tempo ao computador por dia que não estou com vontade de chegar a casa e me sentar mais um bocado, mas de vez em quando tenho curiosidade”. Sendo assim, afirma que sua esposa tem e que criou um perfil para ele, “[...] mas eu não uso. E de lhe perguntar, recebo no telemóvel: “olha, o meu irmão editou qualquer coisa, a minha sobrinha editou qualquer coisa”. Tenho esse cuidado, mas de perder tempo não, não”. Ou seja, o papel das redes sociais também pode ser pensado sob o aspecto da curiosidade e da necessidade que os indivíduos possuem em sentirem-se inseridos nos grupos às quais participam (Thomas & Vinuales, 2017).

Posteriormente a pergunta relacionada a ter ou não conta em redes sociais, o pesquisador questionava os participantes se havia alguma imagem em relação aos refugiados que tinha chamado a atenção, o local ou os locais onde tinha visto a imagem, os sentimentos que tinha guardado face à cobertura mediática e se acreditava que a cobertura poderia ter sido feita de outra forma. Importante ressaltar que não foi utilizado material estímulo (fotografias, vídeos ou outro recurso audiovisual) durante a realização das entrevistas e, dos 26 participantes, 11 afirmaram espontaneamente que a imagem que lembravam em relação aos refugiados era a do corpo do menino de três anos, Alan Kurdi, morto por afogamento na praia de Bodrum na Turquia. Cinco entrevistados referiram que se recordavam dos barcos lotados navegando pelo mar, três recordavam-se dos refugiados através de imagens em campos ou caminhando em direção a uma fronteira da Europa.

Quando questionados sobre onde tinham visto tais imagens, a TV foi mencionada por 20 participantes, a internet e as redes sociais por três, duas pessoas afirmaram ter visto pessoalmente durante uma viagem e um participante disse ter visto em uma revista. Ou seja, o relatório publicado pela Comissão Europeia (2019), quando cita o peso e a importância que a televisão exerce na sociedade portuguesa, corrobora com os resultados das entrevistas, pois de fato a televisão é o meio de comunicação mais citado e lembrado pelos participantes.

Em relação aos sentimentos guardados face à cobertura da crise migratória pelos média, a maioria dos entrevistados demonstrou compaixão, disse ter sentido pena e até uma revolta e impotência por assistir pelos meios de comunicação os refugiados em uma situação de risco de morte e até morte e nada poder fazer.

Para o participante João (funcionário público, 39a), “o circo mediático a volta do fenómeno foi muito intenso” e que “agora amenizou bastante, mas na altura foi muito intenso e isso, quer uma pessoa quer queira quer não, ou está desligada do todo ou tem sempre que sentir empatia ou pelo menos pensar no que está a acontecer”. A citação por parte do entrevistado dizendo que “agora amenizou bastante [...]” é porque a entrevista aconteceu em dezembro de 2018, porém como a crise migratória iniciou em 2014 e ganhou grande destaque nos *media* em 2015, o participante sugere que as questões migratórias tenham deixado de fazer parte da agenda dos *media*.

Posteriormente João (funcionário público, 39a) afirma: “existe a imagem do miúdo que deu à costa morto, por exemplo” — e quando perguntado onde acredita que teria visto a imagem respondeu que “foi na televisão ou nas notícias de internet. É muito difícil de especificar, a torrente informativa é tal hoje em dia que eu já nem sei dizer onde eu vi a primeira, mas acho que foi na televisão”.

Portanto, além da intensidade com que as notícias foram veiculadas pelos *media*, importa perceber também qual foi a maneira como os profissionais que atuam nos veículos de comunicação narraram os acontecimentos em torno da crise migratória (Chouliaraki & Zaborowski, 2017), nos mais diferentes países europeus (Greussing & Boomgaarden, 2017) e se conseguiram criar ou não a empatia referida pelo entrevistado.

Ocorre que a dificuldade de João (funcionário público, 39a) em especificar onde viu a imagem que o marcou e chamou sua atenção em relação aos refugiados e a crise migratória já foi prevista por Toffler (1971, pp. 590-591). Em sua obra, denominada “Future Shock”, o autor debate os efeitos da “information overload” (sobrecarga de informação) nos seres humanos e afirma que “se a superestimulação no nível sensorial aumenta a distorção com a qual percebemos a realidade, a superestimulação cognitiva interfere na nossa capacidade de ‘pensar’”. Porém, o mesmo autor ainda diz que o excesso de informação, nesse caso dos *media*, pode levar o indivíduo a ter que processar muitos dados e, em estresse, “ele não pode mais fazer as avaliações razoavelmente corretas das quais o comportamento racional depende”. Com tamanha disponibilidade de informação, é aceitável que haja uma confusão e uma maior dificuldade em lembrar com exatidão em qual meio de comunicação teve acesso a determinada informação.

Sobre a imagem da criança morta que apareceu na praia da Turquia e que foi lembrada espontaneamente pelo participante João (funcionário público, 39a), os autores Slovic, Västfjäll, Erlandsson e Gregory (2017, p. 640) afirmam que, das inúmeras fotografias icônicas que permearam os meios de comunicação, “quem não viu e foi movido por imagens como a nuvem de cogumelo [...]” ou da “[...] jovem vietnamita fugindo nua de um bombardeio de napalm, o chinês de frente para uma coluna de tanques na Praça Tiananmen, a vista da terra do espaço e o avião voando o World Trade

Center?”. Ainda para os autores, “a pesquisa psicológica confirma o maior impacto das imagens sobre as estatísticas, mesmo quando a quantidade de exposição é aproximadamente igual”, porém foi “mais recentemente, em 2 de setembro de 2015, outra fotografia impressionante entrou na lista”.

A fotografia de uma jovem criança síria, Alan Kurdi, de bruços em uma praia turca, foi vista por mais de 20 milhões de pessoas nas redes sociais. (O nome do garoto era Alan Shenu, no entanto, optamos por usar o nome dado pelas autoridades turcas e divulgado em reportagens dos *media*, Alan Kurdi.) No dia seguinte, a foto estava nas primeiras páginas dos jornais de todo o mundo. Esta fotografia trouxe muita atenção necessária à guerra da Síria e à situação difícil de seus refugiados, o que resultou em aumentos de curto prazo, mas importantes, nas mudanças individuais de ajuda e política de refugiados em muitos países. No entanto, a crise síria já estava em andamento há mais de quatro anos antes da morte de Alan. Durante esse período, fontes como o Observatório Sírio para os Direitos Humanos divulgavam regularmente atualizações sobre o número cada vez maior de mortos, estimado de forma conservadora em 250.000 no momento da publicação da foto de Alan. Claramente, as estatísticas de uma catástrofe humana maciça e sua “lógica moral” estavam disponíveis para pessoas e governos agirem, mas pouca resposta era evidente (Slovic, Västfjäll, Erlandsson & Gregory, 2017, p. 640).

Quando o entrevistado João (funcionário público, 39a) foi perguntado sobre os sentimentos que guardou face à cobertura dos *media* em relação à crise migratória disse: “há um sentimento que há anos me pauta face à forma como os *media* se comportam. E esse sentimento é de ceticismo”. O participante continua e afirma que “o ceticismo é a minha primeira reação, ou seja, eu não acredito à primeira em tudo que vejo e em tudo que leio”. João (funcionário público, 39a) nutre um sentimento de ceticismo em relação aos *media* e justifica tal desconfiância ao afirmar que “porque eu estou convencido há muito tempo que existe uma estrutura de interesses, de variadíssimas ordens e muitas delas se calhar até antagônicas que se degladiam, que gerem esta informação e a forma como ela chega às pessoas” que incluem “[...] capitalizar de melhor forma as emoções das pessoas e tudo mais”. Para finalizar suas impressões diz que “[...] quem fala dos refugiados, fala das alterações climáticas, fala de terrorismo e fala de muitas coisas assim. Eu não nego a existência de certo fenômenos, eu questiono é a forma como eles nos são apresentados”.

Em relação ao sentimento de ceticismo levantado pelo entrevistado, Tsfaty e Cappella (2003, p. 506) acreditam no “[...] ceticismo dos *media* como um sentimento

subjetivo de desconfiança em relação aos grandes *media*". Os autores dizem ainda que "por exemplo, o ceticismo dos *media* é o sentimento de que os grandes *media* não são credíveis nem confiáveis, que os jornalistas não seguem seus padrões profissionais e que os *media* atrapalham e não ajudam a sociedade", ou seja, "o ceticismo dos *media* é a percepção de que os jornalistas não são justos e objetivos em suas matérias jornalísticas, que nem sempre contam a história toda e que sacrificariam a exatidão e a precisão por ganhos pessoais e comerciais".

Porém, além de compreender as questões sobre o ceticismo em relação aos *media* que o participante João (funcionário público, 39a) disse durante sua entrevista, se faz necessário buscar uma definição da palavra confiança e do que ela significa no contexto da sociedade. Para Fukuyama (1995, p. 26), "confiança é a expectativa que surge dentro de uma comunidade de comportamento regular, honesto e cooperativo, com base em normas comumente compartilhadas, por parte de outros membros dessa comunidade". O autor diz ainda que "essas normas podem abranger questões profundas de "valor", como a natureza de Deus ou a justiça, mas também abrangem normas seculares, como padrões profissionais e códigos de comportamento".

Portanto, a análise dos motivos que fizeram com que a quebra da confiança nos meios de comunicação tivesse consequências nos mais diferentes contextos é de suma importância. O trabalho de Boler e Nemorin (2013) é bastante elucidativo e apresenta um panorama amplo em relação ao século XXI. As autoras abordam não só o interesse dos *media* na propaganda frequente e ostensiva que fazem e, dessa maneira, realizam um trabalho profundo de ordem psicológica nas audiências, mas também como a relação dos governos e de agentes sociais poderosos com os meios de comunicação de massa são capazes de condicionar, silenciar, controlar, definir a agenda e, dessa maneira, tentar exercer um controle absoluto nos discursos e na forma de pensar do público.

Além disso, quando o entrevistado João (funcionário público, 39a) fala sobre o uso e o apelo da emoção dos espectadores por parte dos *media*, são abundantes os trabalhos e pesquisas realizados nesta área. O livro "Representação dos *media* e imaginação global" (original em inglês "Media Representation and the Global Imagination") de Shani Orgad (2012) aborda as mais diferentes representações dos

media de todo o mundo em relação a desastres, migrações, guerras e conflitos. A obra também contempla o papel dos meios de comunicação na imaginação das pessoas e como as representações narradas pelos *media* influenciam a sociedade em diferentes partes do mundo.

Outra obra interessante em relação ao apelo à emoção dos espectadores por parte dos *media* e que, de certa maneira, apoia e justifica o que o entrevistado João (funcionário público, 39a) disse é a que foi organizada por Dovelning, von Scheve e Konijn (2011). O livro, que traz contributos de diferentes pesquisadores, basicamente sugere que os meios de comunicação de massa impactam a sociedade e as pessoas justamente porque baseiam-se nas emoções.

Hoje, os *media* de massa se tornaram parte integrante da vida humana [...]. Os *media* de massa contemporânea têm um impacto abrangente e às vezes até global - por exemplo, em relação a programas sobre riscos à saúde global, eleições políticas, casamentos reais, conflitos armados, crises financeiras e desastres naturais ou causados pelo homem [...]. Relatos do assassinato de John F. Kennedy, do funeral do Papa João Paulo II ou do serviço memorial da princesa Diana são transmitidos ao vivo e testemunhados por uma audiência global ao mesmo tempo [...]. Esses exemplos nos fornecem uma boa imagem do potencial dos *media* de massa de despertarem e moldarem emoções — tanto local quanto globalmente. Ao fazerem isso, eles têm uma coisa em comum: eles não apenas transmitem conhecimento e informações sobre pessoas, eventos ou produtos — fictícios ou factuais —, mas também nos fazem sentir medo, triste, ansioso, zangado ou feliz com esses fenômenos (Dovelning, von Scheve & Konijn, 2011, pp. 1-2).

Ainda para João (funcionário público, 39a), os *media* relatam os fatos e os momentos, porém de forma atemporal e descontextualizada e, por isso, para o participante acontece o fenômeno da desinformação. Para João (funcionário público, 39a) “querem que o caos permaneça naquele lugar. Onde vêm os refugiados. Eu não me importo, enquanto houver esses interesses, eu não tenho problemas em que as pessoas venham e sejam refugiados”. João diz ainda que “isso é uma toca de coelho muito profunda porque o nosso sistema como está montado, há muita gente a beneficiar desse movimento migratório” e, em termos econômicos, “a quantidade de dívida que tem que se gerar para todas estas ações de apoio, para ajudar e para criar infraestrutura nos países europeus para acomodar essa gente”. Para finalizar, João (funcionário público, 39a) afirma que “alguém vai ter que ser pago, então eu estou a ganhar dos dois

lados” e, de acordo com o participante “[...] a história está repleta disto. Está repleta de atores que apostam dos dois lados do tabuleiro. E não há razões para não acreditar que continuam a acontecer, simplesmente não há”.

E a suposição feita pelo entrevistado João (funcionário público, 39a) faz algum sentido, especialmente no caso da crise migratória na Europa e do acordo entre a União Europeia feito com a Turquia. Além disso, a reportagem realizada por da Silva e McCaffrey (2020, 9 de março) que foi publicada no portal da Euronews aponta que “a falta de vontade dos Estados-membros da União em redistribuírem os requerentes de asilo levou à decisão de fazer um acordo com a Turquia, que tem agora 3,5 milhões de refugiados e é o principal país anfitrião de refugiados [...]”.

Outrossim, os mesmos jornalistas dizem ainda que “a União Europeia prometeu seis mil milhões de euros de ajuda financeira e comprometeu-se a receber refugiados através de um sistema de recolocação em países da União Europeia que se voluntariaram para os receber” e que “sempre que a relação política com a União Europeia se deteriorava, a Turquia ameaçava deixar de aplicar o acordo, argumentando, muitas vezes, que as verbas não estavam a ser entregues”. Ainda de acordo com os mesmos jornalistas, “a 29 de fevereiro, depois de desaires na ação militar que leva a cabo na Síria, o presidente turco cumpriu a promessa, permitindo a saída de dezenas de milhares de refugiados, que se dirigiram à Grécia e à Bulgária”, o que foi entendido como “[...] inaceitável por muitos Estados-membros da União Europeia que recusam ceder aos pedidos de maior apoio por parte da Turquia”. O resultado foi que “nas primeiras reuniões de emergência do bloco europeu foi decidido dar mais dinheiro à Grécia, que foi o destino da maioria dos refugiados”, porém “esse país fechou a fronteira e deixou de processar pedidos de asilo, com a ONU a chamar a atenção para a violação das leis internacionais” (da Silva & McCaffrey, 2020, 9 de março).

Outro participante, Francisco (funcionário público, 49a) também de maneira espontânea, quando perguntado se tinha alguma imagem em relação aos refugiados que havia chamado sua atenção durante a cobertura dos *media* sobre a crise migratória, disse: “Tem. A morte de um menino afogado”. Quando solicitado pelo investigador que detalhasse mais sobre do que lembrava da imagem que dizia recordar, afirmou “sei que foi numa praia, foi numa praia e [...]. Um polícia a segurar uma criança com vestes

azuis e vermelhas, era uma criança que na altura devia ter seus três, quatro anos. Lembro”.

Em relação à espetacularização das imagens, a obra de Guy Debord (2003), conforme já referido, serve de guia para o assunto. Porém, outros autores e pesquisadores também auxiliam na base de sustentação teórica para o tema. Para Genevsky, Västfjäll, Slovic e Knutson (2013, p. 17188), a fotografia e as imagens atuam de maneira a alterar a forma como o público acessa uma informação e não só, pois os autores dizem que “o ‘efeito vítima identificável’ refere-se à tendência das pessoas de dar preferencialmente vítimas identificadas versus anônimas do infortúnio [...]” e que, por exemplo, “ao solicitar doações de caridade de indivíduos humanos durante experimentos comportamentais e neurais [...]”, percebeu-se que “comportamentalmente, os sujeitos deram mais aos órfãos representados por fotografias versus silhuetas, e sua mudança de preferências foi mediada por sentimentos induzidos pela fotografia de excitação positiva, mas não excitação negativa” (2013, p. 17188).

O entrevistado Francisco (funcionário público, 49a), ainda na sequência da pergunta, foi questionado pelo investigador se lembrava onde tinha visto a imagem do menino afogado. Sua resposta foi:

“Eu, por princípio, não vejo televisão, porque há um imediatismo muito grande e acho que até é às vezes exagerado. E não há nenhum canal que tenha, por exemplo: quando a gente vê filme de sacanagem tem ali uma bolinha vermelha, a gente sabe que vai ver sexo. Agora, as informações quando são passadas a gente não sabe se vai ver uma notícia boa ou uma notícia má. É um mundo. E depois não há intensidades e, às vezes, mostram fotografias que é desnecessário” (Francisco, funcionário público, 49a).

De fato o debate em torno do tema relacionado ao que os *media* devem ou não apresentar para o público em termos de imagens sensíveis, violência e a influência que podem ou não exercer nos espectadores é remoto (Shipman, 1995; Wheeler, 2002; Carter & Weaver, 2003; Browne & Hamilton-Giachritsis, 2005; Keith, Schwalbe & Silcock, 2006; Shapiro, 2007). Porém, para Francisco (funcionário público, 49a), na cobertura sobre a crise migratória os *media* “mostraram corpos, mostraram pessoas a boiar, mostravam o sofrimento das pessoas a pedirem comida” e, ainda que a indignação seja evidente, afirma “claro que são imagens eu acredito, são imagens que

servem para chocar. Uma pessoa chocada, sensibilizada é capaz de se mover para fazer alguma coisa”. Para o participante, ainda que as fortes imagens sirvam para sensibilizar os espectadores e aproximá-los dos fatos, “[...] eu acho que entra demasiado. Se eu quisesse ver aquelas imagens... nas redes sociais tu podes dizer que a imagem é agressiva e a imagem não aparece-te mais, mas na televisão não” e, com estratégia, o entrevistado afirma que “por isso é que eu também deixei de, longe dos olhos longe do coração, deixo de ver notícias. Prefiro ver a National Geographic”.

Quando o investigador questionou Francisco (funcionário público, 49a) sobre os sentimentos que guardou face à cobertura, o participante disse:

“As imagens são o que são. Não explorar a imagem direta. É muito duro ver, hoje para um pai, ver uma criança de tenra idade, mais ou menos da idade da sua, afogada. Não é uma imagem, é uma imagem que fica. É uma imagem que... e todas as vezes que eu vejo uns calções vermelhos ou uma camisa azul lembro-me. Aliás, é o contrário, calções azuis e camisa vermelha. Quer dizer, tenho uma imagem que não é agradável” (Francisco, funcionário público, 49a).

Em relação ao impacto da imagem do menino Alan Kurdi morto na praia da Turquia, Mortensen, Allan e Peters (2017) argumentam que as questões visuais são cada vez mais importantes no jornalismo, principalmente porque para os autores a utilização de redes sociais como forma de divulgação de notícias e eventos baseia-se, fundamentalmente, no apoio que recebem das imagens. A teoria de David Perlmutter (citado em Mortensen, Allan & Peters, 2017, p. 73), sobre como as imagens se tornam ícones, mostra que existem diversas razões de cunho editorial para que algumas fotografias ganhem destaque na memória das audiências e consiga provocar reações como a do entrevistado Francisco. Para Perlmutter, “[...] a ordem de lugar na agenda dos *media* [...]” em que o retrato surge e, de maneira repetida, é disseminado, a “[...] instantaneidade, de acordo com a percepção de que os ícones normalmente alcançam eminência imediatamente; permutabilidade, que destaca como a “citação” de um ícone de uma fonte dos *media* para a próxima facilita a retenção [...]”, além da “metonímia, ou seja, o emprego de uma imagem como metônimo para exemplificar condições gerais, uma qualidade “resumida”; primordialidade e/ou ressonância cultural, como o ícone pode ter uma 'sensibilidade humana mais profunda', possivelmente lembrando

arquétipos e temas do passado” e, para finalizar a “[...] composição marcante, que inclui fatores visuais, além de contar justaposições, tensões e uma certa escassez”, sendo assim, ainda para Perlmutter quanto mais facilmente uma imagem consegue transmitir sensações de proximidade, carinho e afeto de maneira simplificada para o público, mais tal fotografia tem a possibilidade de se tornar icônica na mente dos espectadores.

É plausível afirmar que a imagem do corpo de Alan Kurdi caído de braços afogado em uma praia da Turquia cumpre praticamente todos os requisitos apresentados por Perlmutter (citado em Mortensen et al., 2017, p. 73) e o resultado prático disso são as palavras ditas pelo entrevistado Francisco (funcionário público, 49a). Ao finalizar a série de perguntas sobre a espetacularização das imagens, o pesquisador indaga o participante Francisco (funcionário público, 49a) se ele acredita que a cobertura realizada pelos *media* poderia ter sido feita de outra maneira e, caso ele fosse jornalista, qual caminho teria tomado. A resposta é clara e ele diz: “Não seria jornalista. Não faria. Se tivesse que fazê-lo, não o faria, não é?”. Ao continuar sua exposição, afirma: “Eu acho que é uma imagem, essa imagem percorre o mundo, é importante para mostrar, para sensibilizar, causar choque, crítica, polêmica. Mas não teria estofo para”. Para finalizar, afirma: “eu fui bombeiro e nunca disse as coisas que eu vi, eu não tenho fotografias e vi muita coisa. Eu acho que mais importante do que um fotógrafo em campo, também tem a sua função”, que, para o entrevistado, é “[...] para alertar, para conhecer, para depois divulgar, para sensibilizar as pessoas. Se não as coisas iriam acontecer e ninguém sabia de nada e não iam também poder se manifestar, no seu país”. Porém, para Francisco (funcionário público, 49a) “[...] é muito duro. Estão a fazer o papel deles”.

Ainda para complementar teoricamente o que afirmou o entrevistado, Mortensen et al. (2017) dizem que a publicação de uma foto como a de Alan Kurdi nos meios de comunicação atua de maneira paradigmática, ou seja, traz consigo mudanças de comportamento inicialmente nas empresas de comunicação e suas linhas editoriais, nos jornalistas e redatores, pois tais profissionais avançam por sobre a linha da ética e da moral e, conseqüentemente, do possível impacto que terão na sociedade e na vida de seus leitores, ouvintes e espectadores. Além disso, tornam ainda mais desafiador ocupar

lugares de destaque nos meios de comunicação, pois exigem que questões complicadas e de difícil julgamento editorial sejam resolvidas de forma urgente com uma rápida resolução.

A entrevistada Maria (modelista, 35a), também espontaneamente, afirma lembrar da imagem de Alan Kurdi e diz: “Sim. Aquela criança de três anos na praia”. A participante, ao ser indagada se tinha recordação de mais detalhes como o local onde a foto havia sido tirada e em qual meio de comunicação tinha visualizado a fotografia disse que “era praia, a foto não mostrava pessoas à volta, mas eu acredito que tivesse lá muita gente a ver ou que tivesse alguma gente a ver depois de a notícia ser espalhada e tinha a criança morta”. Além disso, que estava “de cara virada para baixo, não era bem areia, não era aquela areia fininha, eram tipo pedrinhas. O mar estava calmo. Eu vi no Facebook”.

E as lembranças e a descrição da fotografia de Alan Kurdi feitas pela entrevistada Maria (modelista, 35a) com detalhes bastante importantes, suscita a relevância da obra de Susan Sontag (1973) que aborda o poder e a força das imagens na sociedade e que mesclam a realidade com a experiência. Para Zelizer (2010, p. 2), “como um tipo de imagem, a fotografia facilita particularmente a suspensão da descrença sobre o que é mostrado” e, além de servir como uma fonte de verdade, possibilita que sentimentos sejam despertados nos espectadores como tensão, por exemplo, mas também corroboram para que ocorra uma reflexão sobre todos os acontecimentos que levaram para que aquela foto pudesse ser registrada e o que pode acontecer a partir daquele momento.

Ainda para a participante Maria (modelista, 35a), “há muita gente que diz: “ah, é uma imagem muito forte, é uma imagem muito coisa, deviam ter posto um lençol por cima e não sei o quê”, mas isso é tapar o sol com a peneira” e que “aquilo é que é a realidade dura e crua, tem que ser mostrado. Porque há pessoas que têm que cair na realidade, porque isso não é um conto cor-de-rosa, que as redes sociais não são coisas fofinhas”. Para finalizar, Maria (modelista, 35a) afirma que “a vida real não é assim, a vida real é dura”.

E para transmitir a dureza da vida real mencionada pela entrevistada Maria (modelista, 35a), Fehrenbach e Rodogno (2015, p. 1123) afirmam que utilizar imagens

chocantes não está restrito somente ao campo do jornalismo, pois os autores dizem que “a decisão dos atores humanitários de mostrar uma criança morta ou moribunda não é nova” e que “tampouco a ideia de que exibir imagens chocantes do sofrimento humano, em circunstâncias que as organizações humanitárias considerem excepcionalmente dramáticas, possa induzir mudanças comportamentais e políticas”. Além disso, os mesmos autores ainda dizem que “desde antes da virada do século XX, as sociedades missionárias e organizações privadas [...] usavam boletins, jornais e outros *media* para divulgar e protestar incidentes selecionados de sofrimento humano decorrentes de causas naturais ou provocadas pelo homem”.

Para Carolina (administrativo, 55a), outra participante da pesquisa, quando questionada sobre haver alguma imagem em relação aos refugiados da qual recordava-se na ampla cobertura da crise migratória pelos *media*, afirmou que “sim, tenho imagem daqueles miúdos a sair do barco e aqueles que morreram. daquelas mães que tiveram os filhos no meio daquela multidão e acho que ninguém merece”. Também afirmou que recorda “[...] as pessoas desesperadas a ponto de sujeitar os filhos e a família a uma situação daquelas para viver em segurança e para trazer segurança para a família. Aquilo choca-me. Choca-me”. Em seguida e também de forma espontânea afirmou: “Lembro quando um segurança, uma das pessoas que estavam a salvá-los, trazia uma criança já morta nos braços. Sei que era numa saída de um barco numa praia, no mar, na saída de um barco. A imagem chocou-me”. Quando perguntada onde tinha visto tal imagem, respondeu: “Eu vi na televisão, na minha casa, na televisão”. Em relação a ter alguma sensação sobre a cobertura, Carolina (administrativo, 55a) disse que tinha guardado “[...] um sentimento de pena, de lamento. De lamentar a situação daquelas pessoas e de certa forma sentir-me grata por não estar naquela situação e lamentar a situação daquelas pessoas”.

Bem como Carolina (administrativo, 55a), Duarte (comerciante, 48a), ao responder o mesmo questionamento disse:

“Marcou-me a de uma criança que chegou a uma praia. Que deu à costa. Só. Em que o barco, acho que sobreviveu, se não me engano. Marcou-me a imagem porque eu acho que o barco em que a criança vinha foi ao fundo e a criança veio à costa. Já não sei se estava viva ou se já não estava, mas lembro-me que ela estava ali quando as ondas batem na praia, percebe? Estava ali a criança toda desamparada. Era uma

praia. E depois também marca, quando as imagens na televisão, os barcos superlotados, que ao invés de levarem cinco ou seis pessoas, levavam quarenta, cinquenta, mais” (Duarte, comerciante, 48a).

Sobre ter guardado algum sentimento face cobertura dos *media*, Duarte (comerciante, 48a) afirmou que “[...] sentia pena deles porque investiam tudo o que tinham para sair do país, porque tinham que sair porque se não morriam lá e, depois, iam sempre à procura de algo melhor, mas muitos deles não conseguiram atingir esse objetivo” e que “faz pena também porque, transpondo para nós, se fôssemos nós também gostávamos de chegar a um sítio em que, pronto, tens que te adaptar, mas ok, mas vamos para um sítio um bocadinho melhor”. Para o participante, “qualquer sítio deve ser melhor do que o país deles. Porque uma pessoa não se lembra de sair do país por sair. Se ficassem, acho que morriam, então tentam sair para algo melhor”.

Em relação à forma como a cobertura foi realizada pelos *media*, Duarte (comerciante, 48a) diz que “há muitos canais que são muito sensacionalistas, gostam mesmo daquelas imagens chocantes e só veem esse lado da tragédia, entre aspas” e que, para ele, “poderia ser feito de outra forma e podiam dar um bocadinho mais de atenção, mais de carinho às pessoas que tentam fazer isso”. Duarte (comerciante, 48a) então faz uma espécie de apelo e atribui aos *media* o papel de que deveriam “tentar fazer com que as pessoas não sejam tratadas como animais, porque há muitos que eram tipos metidos ali num campo, cheios de lama, com umas tendas metidas na lama, com frio, sem cobertor, sem nada”. Para finalizar disse que os meios de comunicação e os profissionais responsáveis pelas reportagens “deviam dar mais condições humanas na própria cobertura sim”.

E, de fato, Duarte (comerciante, 48a) tem alguma razão quando faz tais exigências, pois de acordo com o guia para jornalistas que atuam na área criminal de Bucqueroux e Seymour (2009, p. 14) e que foi publicado em conjunto com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos descreve que, dentre as mais diferentes diretrizes que os profissionais da notícia devem seguir incluindo até a maneira como devem se envolver com as pessoas, “ao lidar com populações potencialmente vulneráveis”, “os repórteres devem ter cuidado especial ao entrevistar pessoas de ambos os lados do espectro etário, desde crianças pequenas até idosos”. Isso porque, segundo

os autores, “algumas crianças são simplesmente jovens demais para serem submetidas a reviver suas experiências durante as entrevistas, sem o perigo de causar danos adicionais” e, além disso, “as crianças pequenas também correm o risco de serem mais facilmente manipuladas por questões inadvertidas”. Os mesmos autores dizem ainda que “os especialistas que interrogam as crianças sobre sua vitimização para órgãos policiais e tribunais recebem extenso treinamento especializado sobre como entrevistar crianças vítimas sem revitimizá-las ou induzir inadvertidamente declarações falsas”, porém que “os repórteres sem esse treinamento estão mal equipados para fazer um bom trabalho e não devem dar ou receber ordens para fazê-lo”.

O entrevistado Lourenço (funcionário público, 39a) disse que “a imagem, às vezes, muitas das vezes é a mais triste que a gente possa ver. Chocou-me daquela criança que estava num barco, daqueles ali em Itália, no Mediterrâneo. Que a criança deu à costa já morta” e que “lembro que deu muito na televisão da criança que chegou. Pronto, houve um naufrágio, as pessoas morreram e o que chocou mais foi depois, as pessoas a tentar socorrer viram ali a criança ali, a dar à praia, já morta”. Para Lourenço (funcionário público, 39a) “chocou um bocadinho mais e também a televisão focou um bocadinho mais, chocou bastante” e, ao ser perguntado onde viu tais imagens disse que “nos noticiários”. Em relação ao sentimento que guardou da cobertura feita pelos *media*, afirmou que sentiu “tristeza, tristeza e lá está. Senti pena daquelas pessoas que procuraram um futuro melhor e, infelizmente, houve aquela tragédia e claro, o que me marcou muito foi a criança”. Sobre a possibilidade dos meios de comunicação de fazerem a cobertura de outra maneira, afirmou que “podiam não focar tanto, se calhar. Na altura focaram muito por causa da criança, acho que deram muito relevo dali à criança, mas acho que até não deviam”, porém acredita que “deviam sim senhor de falar: “houve um acidente” e de lamentar e não sei quê. Mas não focar aquela criança que estava ali na praia, ali. Acho que na altura foi um exagero, que não se devia”.

Já para Mariana (esteticista, 53a), a lembrança espontânea parece bastante viva em sua memória e ela diz:

“Tenho. O menino que chegou à Malta, afogado, morto, numa praia. Era uma praia mesmo, as ondas vinham e ainda banhavam o corpo. Era um menino, estava de calçõesinhos e *t-shirt*, acho que a *t-shirt* que era às riscas e o calção liso. E ele

estava assim, de cabecinha de lado, os bracinhos assim e, para mim, aquilo. Nós temos de ver ao ponto, ao desespero que as pessoas chegam para tomarem uma decisão de fazer uma coisa tão, tão, tão arriscada porque só pode ser estar extremamente oprimidos porque se não nunca poriam em risco a vida de uma criança daquela idade, a fazer uma coisa tão perigosa daquela maneira” (Mariana, esteticista, 53a).

Quando indagada sobre em qual meio de comunicação tinha visto a imagem, Mariana (esteticista, 53a) disse “eu estava em casa, eu quando vejo televisão é em casa”. Sobre o sentimento que guardou em face à cobertura da crise migratória realizada pelos *media* afirmou: “Tristeza, tristeza. Quem é que não fica ao ver uma imagem daquelas?”.

A entrevistada Ana (costureira, 48a) disse que “houve uma cena que era chocante, eu já não me lembro há quanto tempo foi, mas não foi há muito tempo de uns que eles vinham dar à costa” e, em seguida, “a ver uma criancinha, no sítio onde batem as ondas, ela lá assim de bruços assim, estava morta. Isso eu lembro”. Quando solicitada pelo entrevistador para descrever a imagem que espontaneamente surgiu em sua memória, Ana (costureira, 48a) afirmou que “aquilo era uma praia, mas não me recordo que país é” e que “sei que era uma praia, tinha as embarcações daqueles que depois vão para resgatá-los, tinha embarcação enorme mais distante do pessoal que tinha caído ao mar e lembro-me de várias pessoas”. Posteriormente a participante afirma: “Mas a cena que mais me recordo é de uma criança, que devia ter o quê? Dois aninhos. Ela de bruços, no sítio onde termina as ondas e ela ali, morta. Vi na televisão”.

Quando questionada sobre os sentimentos que guardou quando viu aquelas imagens e como os *media* estavam retratando a crise migratória, Ana (costureira, 48a) afirmou que sentiu “revolta e é triste, porque quando mexe com crianças e com velhinhos. Porque assim, no fundo somos nós que fazemos a guerra, quer dizer nós entre aspas, os governos”. Ao ser perguntada se a cobertura realizada pelos meios de comunicação poderia ter sido feita de outra forma, disse que “podiam ter não mostrado, podiam ter só dito que haviam pessoas mortas, mas sei lá”, porém, “eu penso que é para atingir mais as pessoas, que a gente desperta os nossos sentimentos para que possam, sei lá, tentar ajudar mais aquelas pessoas [...]”.

Outro participante que espontaneamente recordou da imagem de Alan Kurdi morto na praia foi Miguel (investidor, 46a), que afirmou que “sim, aquelas mortes. Principalmente das crianças. Foi aquela criança morta na praia”. Em seguida, ao ser perguntado sobre os detalhes da imagem disse “sim, a imagem estava de dia, a criança estava deitada, digamos de bruços, de cabeça para baixo e a maré a chegar e a ir e a pessoa imóvel. Era um bocadinho chocante”. Quando perguntado sobre o local ou meio de comunicação onde viu aquela cena, Miguel (investidor, 46a) afirma “vi na televisão, não me lembro em que canal, eu só vejo telejornais. O que eu vejo de televisão é programas de informação e documentário, não vejo mais nada”.

De acordo com Miguel (investidor, 46a), alguns sentimentos surgem quando se recorda da cobertura dos *media* e o participante afirma que sentiu “um bocadinho de revolta. Ao mesmo tempo, uma incapacidade de resolver o problema porque como é que se resolve esse problema? — Há duas maneiras de resolver: ou se acolhe a toda gente que vem ou então proibi-se que venham”. Para o entrevistado, “não há muito a fazer. Não se pode estar a trazer toda a gente para a Europa, porque depois futuramente vamos nós ter um problema aqui na Europa. Que é o que está a acontecer” e, entrando em um discurso securitário, algo já referido anteriormente, para Miguel serão “[...] as próximas gerações vão sofrer porque eu não sou contra que as pessoas venham para a Europa, mas elas estão a vir de países mais ricos do que principalmente os países aqui do sul da Europa”.

Ainda para o entrevistado Miguel (investidor, 46a):

“[...] depois essa fuga de pessoas teria que, ao meu ver, resolver o problema deles nos próprios países. Os países mais poderosos no mundo é que deviam, à força nem que seja, resolver. Só que também não lhe interessa. Resolver os problemas nos países de onde eles vêm, porque esses países têm possibilidades económicas para dar futuro a essas pessoas. Só que essa migração que está a acontecer, derivado a guerra, derivado a situação económica, para a Europa, futuramente vai criar um problema de sustentabilidade das economias europeias em relação aos residentes de cá. Então, os residentes de cá vão votar em extremistas, como aconteceu nos Estados Unidos e já está a acontecer em Itália que está um governo extremista e na Alemanha a extrema-direita, precisamente por aceitarem vinda desses imigrantes para cá em excesso. Porque depois isso obriga a uma sobrecarga da Segurança Social e depois obriga a mais impostos, isso é tudo, é uma bola de neve” (Miguel, investidor, 46a)”.

E a tendência referida anteriormente de que Portugal é percebido por seus cidadãos como sendo um país economicamente frágil e integrante de uma “outra Europa”, distante da Alemanha, Dinamarca e Inglaterra, se mantém. Inclusive com o reforço da ideia, por parte dos entrevistados, de que Portugal não se enquadra no problema da crise migratória na Europa justamente por não ter condições sociais e econômicas de enfrentar uma questão tão complexa, dispendiosa em termos econômicos e grave em igualdade com outros países europeus mais ricos.

Ainda em relação à maneira como os *media* noticiaram a crise migratória na Europa e, nesse caso, da imagem de Alan Kurdi morto na praia, Miguel (investidor, 46a) diz: “Eu acho que a exibição da imagem, acho que é desnecessária. Acho que emitir imagens destas é mais para coagir o público”. Além disso, para o participante, “todas as pessoas a olhar para aquilo vão ficar com uma imagem de desgraça no fundo e por aí afora” e, dessa forma, irão atuar na “[...] condenação dos países que proíbem a entrada dos imigrantes, mas isso tem outras coisas por trás e essas coisas não podem ser analisadas assim dessa maneira”. Ainda para o entrevistado, “[...] é preciso perceber porque que as pessoas fazem isso, porque que se recusam e a solução destes problemas tem que ter outro tipo de análise e tem que reunir o consenso de muitos países. Não pode ser assim” e que “um só país a acolher, “os italianos é que são maus, os outros é que são bons”, não pode ser analisado assim”. Para finalizar, Miguel (investidor, 46a) afirma que “isso tem que ser em conjunto, tem que se arranjar uma política comum para se resolver estes problemas da imigração ilegal”.

Outro participante, Lucas (técnico comercial, 32a), também recordou da imagem de Alan Kurdi morto em uma praia. Lucas (técnico comercial, 32a) afirmou: “Tenho uma imagem, tenho a imagem que me ficou marcada de um refugiado que foi aquele menino que apareceu, aquela criança que apareceu no mar, morta, não é? Eu fiquei”. Quando solicitado para informar mais detalhes sobre a lembrança, disse que “é uma imagem de um menino que acho que tinha umas calças, uma camisola vermelha e umas calças azuis deitado morto virado de barriga para baixo estendido no areal da praia” e, em relação ao país onde a fotografia foi tirada, afirmou que “não sei se foi na Grécia que apareceu ou se foi na Turquia, foi na Grécia ou na Turquia”.

Quando perguntado sobre em qual veículo de comunicação Lucas (técnico comercial, 32a) tinha visto, o participante afirmou que “foi no telejornal, nas redes sociais em todo o lado”. Sobre o sentimento que teve, disse: “Fiquei com um sentimento de frustração, de injustiça porque se calhar aquela criança não pediu nada daquilo, veio ao mundo como todos nós viemos e não merecia, como muitas outras, passar por aquilo que estão passando” e que “principalmente as crianças porque eu acho que não têm direito a opção, são sempre aconselhadas ou tomam pelos conselhos dos pais ou as atitudes dos pais, muitas delas”.

Posteriormente, o entrevistado Lucas (técnico comercial, 32a) foi indagado sobre a maneira como os *media* fizeram a cobertura da crise migratória e disse que “sim, tinha outro jeito. Se calhar tinha, se calhar também não chocava tanto e as pessoas não ficavam tão sensibilizadas, mas se calhar tinha outras maneiras da comunicação social tentar não fazer aquele choquento grande”, pois para ele “ver uma criança com três, quatro anos estendida num areal. Toda gente viu”.

Além da imagem do menino Alan Kurdi, outras imagens em relação aos refugiados foram rememoradas pelos participantes da entrevista. Para Leonor (atendimento ao público, 46a), quando perguntada sobre recordar de alguma imagem, “sim, a imagem muita má que cheguei a ver em algumas notícias. Eles fogem de qualquer jeito, por mar e por terra e, as poucas notícias que vi, eles passaram muita coisa” e que, “[...] não só, eles sujeitaram-se a morrer e muitos morreram mesmo: afogados, de fome, de frio só para atravessar a fronteira”. A participante, após iniciar sua resposta, espontaneamente diz:

Sim, um barco cheio de pessoas. A maior parte negras, naquela altura. Lembro-me que eram negros, com crianças. Alguns salvos e a notícia dizia que outros tinham morrido. Iam ser hospitalizados, a serem todos com hipotermia, a serem todos tratados. Na TV, no telejornal. Não sei responder, porque os *media* exploram tudo e mais alguma coisa. Eu não ligo assim muito aos pormenores, há certas frases que eu acho que são baixas, depreciativas mesmo. E as pessoas, se tivessem mais atenção, mais carinho, mais assistência. Não sei (Leonor, atendimento ao público, 46a).

Para Santiago (administrativo, 58a), as imagens dos refugiados “infelizmente são muito negativas. Vê-los no mar, criancinhas, bebés de colo, pessoas grávidas. Olha o

sacrifício que elas se sujeitam”. O entrevistado ainda acrescenta, “com uns barquitos que nem condições têm e outros a afundar e a maior parte que morre, que vem nestes barcos” e que “só a coragem que eles têm para enfrentar esse caminho terrível que eles têm pela frente isso reflete a má vida que levam de onde saíram”. Quando perguntado onde tinha visto disse que “uma altura vi na televisão foi meia dúzia de pessoas vivas a serem salvas e apoiando-se nos cadáveres que boiavam. É terrível, era tudo cadáveres à volta” e, indagado a dar mais detalhes sobre se recordava da localização afirmou que foi “no mar, aquilo foi muito próximo daquela ilha famosa de Itália, no sul de Itália, aquela uma ilha para onde eles vão todos. Agora não me recordo o nome da ilha”.

Posteriormente, o pesquisador perguntou se Santiago (administrativo, 58a) teve algum sentimento em relação às imagens que viu e o entrevistado afirmou que “o sentimento é de impotência. A gente vê tanta desgraça e não ter como ajudar, tipo uma varinha mágica que desse um clique e aquilo desaparecesse e as pessoas não passassem por isso tão pouco”. Em relação ao papel dos *media* na cobertura da crise migratória, Santiago (administrativo, 58a) disse que “aquilo é bastante forte, mas por vezes é necessário umas coisas assim fortes que é para acordar os responsáveis pelos países, as pessoas que ditam as leis, que governam, da realidade que se está a passar naqueles sítios” e também “que é, digamos, é o caminho que os imigrantes tomam para chegar à Europa. A Europa e, neste caso não é só a Europa, é os Estados Unidos, é por todo o lado infelizmente”.

No caso da entrevistada Beatriz (técnica administrativa, 36a), quando perguntada sobre recordar de alguma imagem em relação aos refugiados durante a crise migratória ela afirma que existem “[...] várias. A que mais me marcou foi quando vejo na televisão desesperados em caminhões carregados de gente. Sem nada com eles”. Convidada a descrever melhor do que se recordava, disse: “Era um cenário sem nada, parecia de destruição. Eu não me recordo bem essa imagem onde era, mas lembro que eram pessoas a tentar fugir de algo que estava destruído”. Quando questionada sobre onde tinha assistido, afirmou que foi “na televisão, talvez nas notícias, talvez”. Em relação ao sentimento que teve ao ver tais imagens, Beatriz (técnica administrativa, 36a) afirmou “eu senti tristeza, senti pena, senti um nó no estômago porque pensei: ‘coitadas dessas pessoas’”.

A maneira como os *media* fizeram a cobertura da crise migratória suscitou um sentimento de ceticismo por parte da entrevistada que disse que “porque normalmente a gente também sabe porque estudei um bocadinho e sou de comunicação e a gente sabe que nem sempre os *media* transmitem a verdade ou então é sempre no exagero” e que “então eles são capazes de buscar a pior imagem para chamar a atenção ou chocar as pessoas, o objetivo é tirar a audiência, não é?”. Sendo assim, “[...] muitas das vezes não fazem da melhor maneira e fazem com que as pessoas sintam pena e, talvez em alguns casos, não seja necessário sentir tanta pena como isso”.

E o uso de imagens chocantes para chamar a atenção das audiências por parte dos *media* não é algo novo e, de acordo com Perse (1996), está diretamente relacionada com a busca de sensações por parte dos espectadores. Porém, o uso da emoção se tornou tão comum no jornalismo e nas reportagens feitas pelos profissionais da área que o sentimento se tornou um valor de notícia (Allern, 2002), mesmo que tal relação (jornalismo de qualidade com emoção) seja por vezes problemática, pois é frequentemente associada ao sensacionalismo.

Para Afonso (comerciante, 65a), as imagens recordadas são diferentes por conta de uma experiência vivida durante uma viagem. Para o entrevistado as imagens que ele lembra são “principalmente agora com estes sírios a tentar entrar na Alemanha e eu presenciei”, pois “[...] eu há dois anos fui para a Hungria, portanto viajei, e vi, ao passar a fronteira, eu não sei com que país, mas ao passar a fronteira”. Para Afonso (comerciante, 65a) “estas imagens que deram na televisão, eu a passar a fronteira vi, vi as pessoas a protestarem. Os sírios e de outros países e outras terras e isso chocou-me” e, ainda para o participante “chocou-me porque era muita polícia, a darem porrada, tudo. Isso é uma imagem que me marcou, marcou porque eu vi. Nós paramos o nosso autocarro em frente, portanto próximo mesmo, porque eles estavam na fronteira”.

Em relação à maneira como os *media* realizaram a cobertura da crise migratória, Afonso (comerciante, 65a) diz:

“Eu acho que os *media*, na minha opinião, estão a favor daquilo que são as minhas ideias. Eu acho que os *media*, tudo aquilo que falam, relatam, falam, também condenam o que determinados governos fazem. Em fazer muros, em impedir. Agora, se há outra maneira de os receber, se há outra maneira de controlo? Eles é que têm que ver a melhor maneira, agora impedi-los, tratá-los mal, eu acho que não é

humano. Agora os *media*, quanto aos *media*, eu acho que os *media* têm informado as pessoas e acho que são da mesma opinião que eu. Acho que deviam, os governos unirem-se todos e verem a melhor maneira de resolver este problema, porque é um problema humanitário, é um problema que diz respeito não só a Europa, mas ao mundo” (Afonso, comerciante, 65a).

E falar da responsabilidade dos *media* se mostra relevante, pois muitos entrevistados referem o papel desempenhado pelos meios de comunicação na sociedade e seus impactos. Para Elliot (1986), além de uma lista de responsabilidades que os jornalistas deveriam cumprir no exercício da profissão, a autora enumera também uma série de categorias vinculadas aos *media* e o papel social que exercem nas sociedades, mesmo em tempos onde a liberdade e a democracia estão em perigo.

Para Sofia (terapeuta, 31a), “[...] tem sempre aquelas imagens daquelas pessoas que fogem da Síria e outros países” e que “[...] neste momento só me estou a lembrar daquelas imagens daquele monte de gente que vem, aqueles barquinhos pequeninos, e que são apanhados a meio do mar, à deriva. Neste momento é nisto que eu estou a lembrar”.

No caso de Tomás (professor, 57a), o participante diz: “Eu vou lhe dar uma imagem e, se calhar, é uma coisa que não é. Sobre a entrada desta gente que vem da Líbia, da África e que vem para a Europa”. Então o participante conta exemplificando que “a Itália recebia alguns refugiados numa ilha, não me lembro o nome agora, Lampedusa, pronto, não me lembro bem do nome. E os refugiados iam para uma antiga base americana que estava desativada e eles tinham lá, recebido”. Porém, para o entrevistado, a imagem dos refugiados é a de que “então, o desgraçado do líbio, veja bem porque que eu não sou lá da história do muro e a história dos refugiados” e que “foi recebido num país que não era o dele, davam-lhe de comer, todos os dias e ele não fazia nada para isso e reclamava que comia massa todos os dias. Essa é uma imagem que eu tenho dos refugiados”.

E a representação dos refugiados, criada muitas vezes pelo enquadramento que é dado pelos *media*, pode ser percebida na fala do entrevistado Tomás (professor, 57a). Para Schwöbel-Patel e Ozkaramanli (2017, pp. 2-3), as “narrativas em torno da crise dos refugiados são, argumentamos, construídas. Eles simplesmente não se desenrolam em um mundo 'lá fora', com fatos prontos para a colheita”, ou seja, “em vez disso, as

narrativas são baseadas em suposições epistêmicas e ideológicas específicas. A construção de uma narrativa específica é, portanto, uma escolha, selecionada com base em imagens, metáforas e outras estruturas discursivas”. Outrossim, “as imagens da crise dos refugiados são principalmente de desespero, onde vidas estão em risco iminente. Essas imagens de crise são ocasionalmente justapostas a histórias positivas de superação de dificuldades” (2017, pp. 2-3).

Para finalizar, os autores referem ainda que “tais representações de refugiados têm capacidade para ordenar; incluir e excluir pessoas, debates, questões” e, citando o pensamento de Judith Butler, “uma consciência de tal enquadramento deve ser entendida, com Butler, como um meio de ‘aprender a ver o enquadramento que nos cega para o que vemos’; enquadrar-se é uma operação de poder”. Posteriormente a isso, a narrativa dos meios de comunicação em relação aos refugiados possibilita a ascensão e a construção do que Schwöbel-Patel e Ozkaramanli (2017) chamam de “refugiados gratos” e “refugiados ingratos” onde os refugiados do primeiro grupo (gratos) são entendidos como pessoas providas de gratidão e que são, via de regra, pouco ou nada politizadas, dispostas a atuar como empreendedores e que, portanto, não indicam a necessidade de obter ajudas do Estado. No caso dos ingratos, os autores referem que são mais politizados, desenvolvem discursos ideológicos e acusam os Estados de negligência ou de não apoiarem pessoas na condição de refugiados.

Tomás (professor, 57a), quando perguntado onde viu tais imagens, respondeu: “Vi na televisão. Era nessa base americana que estava fechada”. Em seguida, afirmou:

“Sabe que eu também, não sei se é o termo refugiado, eu quando vim da África também vim a fugir, depois da independência de Angola e quando cheguei não tinha nada. Tinha a sorte de ter a família do meu pai que vivia bem, eram industriais assim, e que nos foram ajudando, mas eu também andei de sapatos rotos e não reclamei nada, vivi e meu pai trabalhou de manhã a noite até conseguir ter uma vida bem melhor. Eu sou assim, eu penso assim, essa é a razão pela qual eu deixo cada país decidir como quer fazer, muros, chegada de refugiados, entrada ou não” (Tomás, professor, 57a).

Além das imagens negativas em relação aos refugiados, Tomás (professor, 57a) lembrou-se de Alan Kurdi e afirmou que “é triste ver uma criança morrer a chegar à praia e a ser apanhada por um soldado, morta. Sim, isso é triste, sem dúvida. Ninguém

gosta de uma coisas destas. Mas quem tem culpa não é o país que recebe”. E a fala do participante evidencia que há uma constante busca em apontar culpados pela crise migratória. Num primeiro momento os refugiados são entendidos como ingratos, posteriormente são dignos de pena, mas a responsabilidade é atribuída ao governo de seus países de origem.

Sobre a maneira como os *media* noticiaram os fatos sobre a crise migratória, Tomás (professor, 57a) afirmou que “relativamente a imprensa, a minha opinião é que a imprensa é fundamental. Só que a imprensa dá a notícia, aquela notícia bombástica e depois a gente não sabe mais nada”. Então o participante exemplifica e, ainda que de maneira empírica, aborda a Teoria da Agenda e se mostra consciente da forma como o jornalismo atua e como os *media* determinam o que é ou não é importante. Tomás (professor, 57a) diz:

“Veja, por exemplo, o caso do Haiti. Quando houve o terremoto do Haiti, foi duas semanas ou três semanas na televisão, a abertura dos noticiários era com imagens do Haiti. Hoje eu acho que está pior do que naquela altura, falta de assistência médica, as construções por fazer, tudo isso, o povo vive com imensas dificuldades e nunca mais vimos uma notícia do Haiti. Porque o jornalismo também precisa de vender a notícia e depois de vender aquela primeira notícia depois não vale a pena. Há outras para fazer” (Tomás, professor, 57a).

No caso da crise migratória na Europa e da imagem dos refugiados, Alice (atendimento ao público, 38a) afirma que recorda “sim, quando eles vêm clandestinamente nos barcos. Sim, que vêm com hipotermia”. A participante continua e diz que, “por exemplo, eu estou falando no mar, quando vêm de barco escondidos. Vêm aos 20, 30 em embarcações pequenas, alguns até nem sobrevivem” e, ao ser questionada onde tinha visto as imagens, conclui que “sim, sim, dá nas notícias. Na televisão”.

Em relação ao sentimento que teve ao ver tais imagens, Alice (atendimento ao público, 38a) disse que “é triste porque alguns nem conseguem chegar ao porto onde querem e, às vezes, vem mãe com os filhos, lembro-me perfeitamente desta, e há alguns que não chegam ou a mãe ficou pelo caminho [...]”. Quando o pesquisador pergunta se a cobertura da crise migratória poderia ter sido feita de outra maneira pelo *media*, Alice diz:

Há canais de televisão que não mostram tanta desgraça como eu costumo dizer, mas há outros que vão ao fundo e ao pormenor e quando acontece algo eles já estão em cima do acontecimento. Não sei, seria bom, seria mal. Depende. Para chamar as pessoas, a ter mais audiências. Porque às vezes é a desgraça do outro que a gente tenta, não é que fique contente, mas vê e chama a atenção para a gente estar ali cinco minutos a ver aquela notícia (Alice, atendimento ao público, 38a).

E a fala da entrevistada Alice (atendimento ao público, 38a) pode ser fundamentada na Teoria do Cultivo de Gerbner e Gross (citado em White, 1983, p. 287) onde os autores “[...] consideram o retrato da violência na televisão central para a conclusão do controle social [...]”, pois “[...] uma vez que esses retratos dramatizam vividamente as relações de poder preferidas e cultivam o medo, a dependência da autoridade e o desejo de segurança em vez de mudança social”.

Ainda Gerbner e Gross (1976, p. 183), ao fundamentarem a Teoria do Cultivo, argumentam que a violência “é o meio dramático mais simples e barato disponível para demonstrar as regras do jogo do poder”. Além disso, “na vida real, muita violência é sutil, lenta, circunstancial, invisível e até impessoal. Encontros com violência física na vida real são raros, mais doentios do que emocionantes”, porém no “[...] mundo simbólico, o movimento físico aberto torna dramaticamente visível aquilo que no mundo real geralmente está oculto. A violência simbólica, como qualquer demonstração de força, normalmente faz o trabalho da violência real de forma mais barata e, é claro, divertida”.

Para o participante Gabriel (bancário, 45a) “têm várias imagens, mas depende daquilo que vê nas notícias”. O entrevistado acredita que “não é certamente a imagem mais dramática, mas tu tens várias imagens desde países blindados do Norte da África [...], tipo Gibraltar etc., onde foram criadas barreiras físicas [...]”, e se mostra mais suscetível a imagens dos “[...] arames farpados e torres de quatro e cinco metros e vê as pessoas a trepar”. Outrossim, afirma que “até quem faz a travessia do próprio Mediterrâneo de barco e acaba por não chegar ao destino ou até imagens que tu vê, imagina, quem foge de Cuba em direção a Miami e o barco não consegue chegar ao destino [...]”, mas por viver em Braga sugere que “não sendo nós uma zona fronteiriça, nós aqui achamos que estamos blindados”.

Quando perguntado sobre onde viu as imagens que rememora, Gabriel (bancário, 45a) afirma que “no noticiário”, mas quando questionado sobre a cobertura realizada pelos *media* no contexto da crise migratória, o participante disse:

“Eu acho que as imagens devem ser colocadas de forma contextualizada e o papel dos *media*, do jornalismo, é contar uma história. É apresentar factos, mas contextualiza-los. É contar uma história. Aquelas cinco perguntas básicas do jornalismo devem ser todas expostas e muitas vezes o que acontece são as imagens a cru, aquele choque, aquela imagem que impacta tipo a das fotografias dos maços de tabaco. Aquela imagem, aquele impacto. Agora, nós também, a faculdade e os jornalistas aproveitam-se muitas vezes disso porque nós próprios criamos a história mesmo que não nos contem a história. Eu acredito que as imagens que foram vistas foi de alguém que estava a fugir em desespero, ou seja, “aqui não consigo dar, nem a mim e nem a minha família o que eu ambicionei para eles, portanto eu só tenho um caminho, é para frente”. Eu não vi um documentário, eu vi uma *sketch* de uma notícia se calhar numa altura em que eu nem ouvi a apresentação, vi a imagem que me chamou a atenção e vi o resto da notícia então, do que eu vi, ok, acho que sim” (Gabriel, bancário, 45a).

E a questão do contexto se mostra relevante, pois como afirma Shoemaker (2006, p. 106), a “notícia é *commoditie*. Pode ser comprada, vendida e negociada. Jornalistas fabricam as notícias. Empresas de relações públicas manipulam as notícias. O público consome as notícias. Os anunciantes pagam para colocar seus produtos ao lado das notícias”, e que “as notícias viajam de boca em boca, pela Internet e outros meios de comunicação de massa”. Além disso, a autora diz ainda que “as associações profissionais concentram-se na produção de notícias e na pesquisa em ciências sociais sobre notícias. Notícias televisivas gritam para nós nas salas de espera do aeroporto. Notícias são onipresentes”. Ainda para a autora, “o conteúdo de notícias distrai as pessoas com informações extraídas do contexto, o que dificulta a concentração em questões, problemas e soluções”, todavia, “[...] na academia, legitimamos a existência de notícias, tornando-a parte do currículo da universidade e estudando-a infinitamente. Mesmo aqueles que escrevem criticamente notícias aproveitam seu capital social para obter promoção e posse em suas universidades e melhorar sua reputação”.

A entrevistada Benedita (professora, 49a), ao ser questionada sobre ter alguma imagem em relação aos refugiados que tenha chamado sua atenção, ela respondeu: “Lembro-me da Síria, sim”. No caso de Francisca (enfermeira, 44a) a resposta para o

mesmo questionamento foi: “Ui, muitas. Do telejornal. Quando as crianças aparecem mortas a fugir, nos barcos, mortas no mar. De ver as crianças mortas, não me lembro assim exatamente a situação, mas várias. No telejornal”. Em relação à maneira como os *media* atuaram na cobertura da crise migratória, Francisca (enfermeira, 44a) afirmou:

“Da forma como mostram? Não. Única outra forma ou é não mostrar ou mostrar a realidade, que é aquela. É chocante, mas também ficamos com a noção da realidade. Se não vivemos num mundo irreal se elas não chocam. Acho que às vezes é até importante para as pessoas terem noção da realidade. Sei lá, uma perspectiva de ver. Sim, é chocante, mas também ficamos com a ideia real porque se eles não mostrarem ou só mostrarem as coisas mais *soft*, acabamos por não saber o que é mesmo a realidade” (Francisca, enfermeira, 44a).

Para Margarida (comerciante, 65a), as imagens surgiram na memória por conta de uma viagem. A entrevistada afirmou que “a coisa que mais me chamou a atenção foi quando eles estavam naqueles campos, ali todos reunidos. Que não tinham água para se poderem lavar, aquilo choca-me. Aquelas crianças, aqueles pais ali com aquelas crianças assim, naqueles campos” e que “eu até passei lá quando fui fazer uma viagem [...]. Eu vi na televisão, mas vi pessoalmente as pessoas a passarem na camioneta. Eu fui fazer uma viagem [...]. Além do que eu vi na televisão, vi pessoalmente as pessoas naqueles campos”

Em relação ao sentimento que guardou, Margarida (comerciante, 65a) disse que “um sentimento de pena, tive pena. Tinha pena daquela gente, muita pena daquela gente, sobretudo porque havia lá muita criança, muita pena”. Ao ser questionada sobre a forma como os *media* atuaram na cobertura da crise migratória, afirmou:

“Eu não sei muito bem se eles tinham outro jeito de fazer, mas pelo menos mostraram ao povo a realidade, o que se passou. Para as pessoas também ficarem a conhecer e a saber o que se passa e sei lá, e pensar que aquilo não está bem feito e dar a sua opinião. Não está muito bem feito, aquelas pessoas ali naqueles campos sem ter uma água, sem ter uma casa de banho, sem ter nada eu acho que é uma vida muito desumana. Para os adultos, mas para as crianças principalmente”(Margarida, comerciante, 65a).

No caso de Inês (comerciante, 39a), foi a televisão que possibilitou a lembrança da imagem em relação aos refugiados. A participante disse que “tem. Foi há dois anos

ou três, deu na televisão. Aquilo era milhares de refugiados nas fronteiras com a Hungria e fez muita impressão aquelas crianças. Bebês pequeninos com os pais, com as mães e essas imagens ficaram na memória”, porém acredita que a memória criada foi “pelo lado negativo”. Ao ser solicitada a dar mais informações sobre sua lembrança, Inês (comerciante, 39a) afirmou que “era dia, estava muito frio, via-se que lá na fronteira estava frio e eles estavam no exterior, ao ar livre, crianças pequeninas nos colos a chorar” e que “as pessoas com uma malita ou duas na mão, devia ser o que restava. Era aquele tipo de imagem cinzenta e aquele frio, nada acolhedor, nada, nada. Foi na televisão”.

Sobre os sentimentos ao ver tais imagens, Inês (comerciante, 39a) disse: “Lembro de sentir pena das pessoas, de a gente não poder ajudar, no fundo. De os ver ali”. Posteriormente a entrevistada afirmou que “na altura lembro-me até que comentávamos: ‘se estivessem aqui a gente podia, pelo menos, acolher não sei. Dar algum conforto, nem que seja uma palavra, uma coisa quente’”. Quando perguntada se os *media* poderiam ter feito a cobertura da crise migratória de outra maneira, Inês afirmou:

“A televisão acaba por filmar aquilo que, na realidade, estava a acontecer. Muitas vezes são chocantes, mas não deixaram de filmar o que estava a acontecer na altura. Não foi nada feito, não foi nada organizado. Que que eles poderiam fazer? Evitar transmitir essas imagens? Não, acho que não. A ver se sensibilizam o resto da população. Às vezes podem ter até, não diria exagerado, mas podiam ter resguardado mais as pessoas, não sei. Mas também, ao mesmo tempo, transmitiram aquilo que estava a acontecer. Porque há sempre aquela ideia, às vezes, que os meios de comunicação social exageram, transmitem, filmam ali na hora, mas é a realidade” (Inês, comerciante, 39a).

E a percepção do realismo transmitido pelos *media* e que foi apontada pela entrevistada Inês (comerciante, 39a) se mostra relevante e o trabalho de Hall (2009). A autora reúne uma importante literatura e evidencia a complexidade do tema em torno do papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública e como adentram no campo da psicologia para criar narrativas, persuadir visualmente e até desenvolver uma utilidade na vida de seus espectadores.

Para Clara (técnica administrativa, 38a), as imagens dos refugiados que marcaram a cobertura da crise migratória pelos *media* foram “[...] aquela quantidade de barcos, de pessoas que vinham em sobrecarga e que morreram”. A entrevistada ainda refere: “Sei que fui acompanhando nas notícias e o que mais chocava era ver, não só crianças como mulheres grávidas que, pronto, naquele desespero lançaram-se e acabaram por se perderem centenas de vidas nesse ato de desespero”. Quando questionada sobre onde viu tais imagens, Clara (técnica administrativa, 38a) disse que foi “nos noticiários, na televisão”.

Em relação ao sentimento que guardou, a participante disse que sentiu “tristeza, tristeza e um bocado de revolta porque as pessoas fogem de uma série de guerras e situações de catástrofe nos seus países e acabam por ser forçadas a ter que sair para não morrer e acabam por morrer”, ou seja, “guardo essa imagem de tristeza por ver tantas vidas que se perdem”.

Novamente o papel dos *media* na cobertura da crise e a maneira como a cobertura noticiosa da crise migratória foi feita se mostra oportuna e interessante. Para a entrevistada Clara (técnica administrativa, 38a), “não sei de que forma é que se pode retratar uma realidade que é o que é, não é? Portanto, em boa verdade é aquilo que passa, é claro que choca”. E a participante vai além ao afirmar que “mas, se calhar, a ideia é mesmo essa. É de passar a imagem de que é chocante o que acontece. Para sensibilizar as pessoas da realidade, do que calhar as coisas poderiam ser feitas de outra maneira”. Para finalizar, acredita que “é claro que, se calhar, não é a melhor forma. Porque há imagens que são muito chocantes, mas a ideia é mudarem-se atitudes e pensamentos e através de atitudes assim extremas”.

Entretanto, se mostra necessário um debate mais aprofundado em torno do que o público espera dos meios de comunicação e, em contrapartida, da crescente falta de confiança nos *media*, em especial nos meios jornalísticos. Van der Wurff e Schoenbach (2014, p. 436) afirmam que “sabemos para que as pessoas usam as notícias — ou seja, as gratificações que buscam: informação, entretenimento, formação de opinião e utilidade social — e como isso afeta o uso dos *media* e os tipos de histórias selecionadas”. Além disso, os mesmos autores dizem ainda que “também sabemos um pouco sobre as características das notícias que aumentam a probabilidade de o público

obter as gratificações que procura — por exemplo, a variedade e o imediatismo das notícias”.

Porém, o contraponto se dá justamente no fato de que há uma crescente desconfiança nos *media*. Os autores afirmam:

Outros estudos do público concentraram-se no declínio da confiança nos *media*. Uma pesquisa sistemática, realizada nos Estados Unidos, por exemplo, mostra que a porcentagem de pessoas com pouca ou nenhuma confiança nos meios de comunicação cresceu de 26% em 1976 para 60% em 2012. Para a Europa, a pesquisa Eurobarometer sugere mais estabilidade durante os últimos quinze anos. Na Holanda, 35% não confiavam nos *media* em 1997 e 33% em 2010. Essa é uma parte considerável da população, mas ainda menor do que na Dinamarca (50% em 1997 e 51% em 2010), Alemanha (51% e 45%, respectivamente), e particularmente o Reino Unido (80% e 79%) (Van der Wurff & Schoenbach, 2014, p. 436).

E por mais que os autores referidos tragam uma visão sobre os *media* na parte mais ao norte da Europa, em Portugal a realidade é diferente. O Eurobarômetro Standard 90, publicado pela Comissão Europeia (2019), mostra que a confiança nos meios de comunicação tradicionais em Portugal é acima da média da União Europeia (UE). Os dados apresentados no relatório mostram que 68% dos portugueses confiam no rádio e na televisão (média da União Europeia é de 59% para o rádio e 50% para a televisão), 61% confiam na imprensa escrita (47% na UE), 41% na internet (32% na UE) e 26% nas redes sociais *on-line* (19% na UE).

Ainda de acordo com o relatório publicado pela Comissão Europeia (2019, p. 15), “a televisão destaca-se como o *media* de eleição para os portugueses – é a fonte mais frequentemente citada de informação sobre política nacional e sobre a União Europeia [...], e, a par da rádio, o meio que merece mais confiança”. Além disso, o documento mostra que “os *media* são vistos como plurais e metade dos portugueses não considera que existem pressões comerciais ou políticas, embora este seja um tópico divisivo quando se fala de serviço público” e, para finalizar, “os cidadãos nacionais destacam-se por estarem menos conscientes da exposição a notícias falsas, menos preparados para identificá-las e menos preocupados com este fenómeno do que a generalidade dos europeus”.

Portanto, ao questionarmos os entrevistados no tema da espetacularização das imagens, foi possível demonstrar a capacidade e influência dos média na formação da opinião pública, da força e do peso da televisão no cidadãos portugueses que vivem em Braga mas também de relacionar a imagem dos refugiados e a crise migratória com o sentimento despertado nos espectadores. De fato, chama a atenção a lembrança e a citação espontânea da imagem do menino Alan Kurdi morto e do impacto dessa imagem na memória do público, mas também das icônicas imagens dos barcos lotados que permearam os meios de comunicação social da Europa e do mundo.

5.5. Olhar sobre os refugiados

Em relação ao olhar sobre os refugiados dos cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga, oito questões foram feitas para os participantes para o último tema abordado nas entrevistas. Inicialmente, a questão colocada para os entrevistados era se eles tinham uma ideia de quantos cidadãos na condição de refugiados haviam sido acolhidos por Portugal e o pesquisador pedia uma quantidade aproximada. Dos 26 entrevistados, apenas um demonstrou ter noção da quantidade real de refugiados acolhidos por Portugal à época das entrevistas (dezembro de 2018 e janeiro de 2019). De acordo com a Plataforma de Apoio aos Refugiados - PAR (2018), 1.674 refugiados tinham vindo para Portugal do final de 2015 até o mês de fevereiro de 2018.

Cinco entrevistados disseram acreditar que Portugal tinha recebido poucas centenas de refugiados (menos de 1.000), 13 afirmaram ter a noção de que o país tinha acolhido mais de 2.000 refugiados, cinco participantes exageraram na quantidade e um deles chegou a falar que Portugal recebeu quase que a mesma quantidade da sua população (10,3 milhões de pessoas) na condição de refugiadas. Apenas dois entrevistados não souberam responder ou não conseguiram estimar.

Maria (modelista, 35a) afirmou que acreditava que a quantidade de refugiados acolhidos em Portugal seria de “pronto, sei lá, 10 mil. Provavelmente mais, sim”, entretanto o olhar sobre os refugiados mostra que as diferentes matérias jornalísticas veiculadas pelos *mídia* sobre a quantidade de refugiados que tinham saído de Portugal

havia surtido efeito na percepção que os cidadãos portugueses têm. Maria (modelista, 35a) então complementa sua fala e diz:

“Mas eu recorde-me que houve uma altura, pelo menos foi o que eu vi na televisão em algumas reportagens que fizeram, que haviam alguns que não aceitavam vir pra cá ou que tinham preferência por outros países europeus que não Portugal. Eu não sei o motivo, nós aqui assim somos tão bons e acolhedores, não é? Eu acho, não sei porque que eles faziam isso. Talvez dificuldade na língua. Muitos refugiados que vinham ali do Norte da África e tudo o francês sabiam falar bem, mas o português não” (Maria, modelista, 35a).

O fato da participante Maria (modelista, 35a) afirmar que “[...] nós aqui assim somos tão bons e acolhedores [...]” corrobora com o que Castano (2004) refere sobre as vantagens que um grupo interno tem quando se reifica. Em relação ao que a entrevistada fala sobre os refugiados remete ao que Hamilton, Sherman e Rodgers (2004, p. 31) dizem em relação a existir “uma razão para o grande interesse nas percepções de homogeneidade de grupo externo é a sua óbvia relevância para os estereótipos”. Para os autores, “uma das características da estereotipagem é a generalização excessiva (G. Allport, 1954), na qual atributos estereotipados são rotineiramente aplicados a uma ampla gama de pessoas (todos os membros de uma categoria) [...]”. Para finalizar, os mesmos autores dizem ainda que “consequentemente, condições que promovem percepções de homogeneidade de grupo externo — “são todas iguais” — pareceriam facilitar a formação e a aplicação de conceitos estereotipados em relação ao grupo”.

Ainda sobre homogeneidade, Cabecinhas (2002) demonstra através de estudos experimentais e questionários que o efeito de homogeneidade do exogrupo não é um fenômeno universal e depende do estatuto social relativos dos grupos. Ou seja, para a autora quanto menor o estatuto social dos grupos maior é o efeito de homogeneização. Além disso, Cabecinhas (2002) exemplifica que os imigrantes de elevado estatuto percebido como por exemplo os nórdicos, brancos e ricos, não são tão homogeneizados como os imigrantes de menor estatuto social percebido como os negros, ciganos e pobres.

Para Carolina (administrativo, 55a), a percepção em relação à recepção por Portugal de refugiados está distorcida e bem distante da realidade. A entrevistada

afirma: “Sei que são muitos. Quase tanto como a população portuguesa”, porém ela não é a única a apresentar uma dificuldade em estimar a quantidade de refugiados acolhidos por Portugal. Já Sofia (terapeuta, 31a) disse “não tenho ideia, mas acho que foram muitos, bastante. Uns milhares, mas acho que já foram alguns”. Ela prossegue e afirma: “Eu diria uns milhares, acredito que tenha sido alguns, embora Portugal seja um país pequeno, mas acho que já recebeu algumas pessoas. Sei lá, 1 milhão assim à sorte, mas se calhar não foi tanto”.

Outros participantes superestimaram a quantidade de refugiados, Beatriz (técnica administrativa, 36a) afirmou “não tenho, mas muitos. 10 mil, nem tantos, 5 mil talvez”. Para Rodrigo (mecânico, 44a) os números são semelhantes aos citados por Beatriz (técnica administrativa, 36a) e ele diz: “Já ouvi falar dos números, mas não me recordo. Sei lá, uns 10 ou 15 mil, não sei”. Lourenço (funcionário público, 39a) afirmou: “Não faço ideia, mas bastante. Acredito que bastante. Uns milhares, uns milhares. Uns 10 mil talvez”. Para Margarida (comerciante, 65a) os números são semelhantes aos referidos pelos participantes já mencionados e ela afirma “não faço ideia. 10 mil? Não sei”. Assim como Inês (comerciante, 39a) que diz “não faço a mínima ideia. 30 mil? Não sei, não faço ideia” e Clara (técnica administrativa, 38a) que afirma “[...] 10 mil, não sei [...]”.

E superestimar a quantidade de membros de grupos externos não é incomum, pois como afirmam Haslam, Oakes, Turner e McGarty (1995, p. 140) “[...] como as pessoas têm maior familiaridade com membros de grupos do que com os de grupos externos, elas encontram e armazenam informações sobre mais exemplos do primeiro” e, dessa maneira, “[...] quando os indivíduos são solicitados a fazer julgamentos de variabilidade, eles simplesmente recuperam uma amostra de membros da categoria e relatam a distribuição desses membros na dimensão apropriada”. E para Judd, Ryan e Park (1991, p. 367), “em outras palavras, se alguém generaliza demais um grupo, então não se consegue apreciar a diversidade de indivíduos nesse grupo; subestima a variabilidade no grupo”.

A segunda questão colocada no tema é que olhar sobre os refugiados era, na verdade, a proposição de uma espécie de desafio. A intenção era perceber como os estereótipos, a homogeneidade do exogrupo e a maneira como as pessoas de fora são

vistas e percebidas pelos cidadãos portugueses que vivem em Braga. Para isso, o pesquisador pedia aos entrevistados uma solução e a provocação feita era para que se, hipoteticamente, eles tivessem a missão de procurar por um refugiado em uma multidão, por qual tipo de pessoa eles procurariam.

Para o participante Francisco (funcionário público, 49a), “dependendo do local eu tentaria ver os códigos. Porque se a pessoa está ali, está ali por quê? Numa praça. Uma pessoa que teria um aspeto diferente, roupas diferentes” e, imediatamente associa os refugiados à religião. Francisco (funcionário público, 49a) afirma então que “se o refugiado é muçulmano, se fosse uma mulher, uma burca, ou poderia ter um hábito deles, aquelas vestimentas. Se fosse de África, claro, seria um negro, mas pelos traços genéticos da pessoa poderia ser um indicador” e, para finalizar, “claro que neste cenário portanto eu não iria procurar em carrocinhas onde vendem bifanas porque se é um refugiado muçulmano não estaria ali, nestas zonas”.

A fala do entrevistado Francisco (funcionário público, 49a) pode ser explicada inicialmente por Cabecinhas (2002) e posteriormente por Rubin e Badea (2012, pp. 367-368), que dizem que é importante perceber que os grupos são constituídos de pessoas variadas, pois “[...] os grupos considerados mais homogêneos geralmente estão sujeitos a maiores estereótipos, preconceitos e vieses de memória”. Além disso, os mesmos autores referem que “a homogeneidade percebida do grupo reforça os estereótipos, levando as pessoas a generalizar seus julgamentos estereotipados de um membro do grupo para o restante do grupo [...]”. Outrossim, os referidos autores, evidenciando outros investigadores da Psicologia Social (Cabecinhas & Amâncio, 1999), sugerem ainda que “pesquisas recentes confirmaram que a homogeneidade percebida do grupo também leva ao preconceito e à discriminação [...]” e que “é mais provável que as pessoas mantenham a mesma atitude em relação a todos os membros de um grupo se perceberem que são ‘todas iguais’”. Para finalizar, “[...] a homogeneidade percebida do grupo pode reduzir a precisão com que as pessoas reconhecem os rostos dos membros de diferentes grupos [...]” e, dessa maneira, “esse déficit de reconhecimento facial entre grupos tem sido implicado em condenações injustas baseadas em testemunhos imprecisos de testemunhas oculares [...]” (Rubin & Badea, 2012, pp. 367-368).

Afonso (comerciante, 65a) afirma que “[...] de certo ia mais procurar um povo africano, talvez árabe. Não sei, de certo por uma questão da nossa cultura. Como já tivemos Angola, Moçambique etc. eu ia mais para um africano. Pela cor, pele escura” e, também apelando aos estereótipos, a participante Sofia (terapeuta, 31a) afirma que procuraria “[...] uma senhora com um turbante. Uma pessoa mais morena, se calhar. Sem grande posses, que não tivesse com aquelas roupas muito chiques, que tivesse com uma roupa mais simples, acho que por aí”.

Tomás (professor, 57a) é mais incisivo e diz que o seu “primeiro critério, que fosse uma pessoa que não estivesse limpa, o menos limpa possível. Suja, muito mal vestido, a cheirar mal. É difícil um refugiado a cheirar bem” e que isso para ele se justifica porque “é difícil achar um refugiado que cheire bem, não sei. Porque se eles têm dificuldade, a sua limpeza não há de ser muito grande”. A resposta do entrevistado Lourenço (funcionário público, 39a) também vai na mesma direção de Tomás (professor, 57a) e ele diz: “Muitas das vezes a gente procura por aquelas pessoas que estejam assim a procura de ajuda. Que tivessem mal vestidos, coitados”. Além disso, para Lourenço (funcionário público, 39a) “muitas das vezes as pessoas vêm com a roupa que têm no corpo e que às vezes estejam a pedir ajuda e com fome. Estejam a pedir, por exemplo” e, ao elencar a principal característica que buscaria diz que “número um acho eu que, muitas das vezes eles vêm, coitados, com a roupa que têm no corpo”.

Para a entrevistada Ana (costureira, 48a) a busca seria iniciada em “talvez um pretinho da África, é” e, ao justificar sua resposta, afirma que “porque, como eu digo, eu não sou racista, eu sou revoltada. Que racista eu não sou. Acho que era um pretinho, da África ou de Moçambique ou de Angola. Sim, não me importava que fosse negrinho”. Esse recorte da fala de Ana (costureira, 48a) pode ser simples e resumidamente explicado por van Dijk (1992, p. 87), quando o autor em um de seus trabalhos sobre o discurso e a negação do racismo afirma que “uma das propriedades cruciais do racismo contemporâneo é sua negação, tipicamente ilustrada em isenções de responsabilidade como ‘não tenho nada contra o preto, mas...’”.

Para Miguel (investidor, 46a) a missão de procurar por um refugiado numa multidão seria uma tarefa difícil. Ele diz:

“Eu procuraria uma pessoa com determinado... sei lá, alguma fisionomia ligada à africana. Uma pessoa que tivesse uma maneira de vestir diferente da nossa, alguma coisa assim. Se a pessoa se vestir igual a nós, se for uma pessoa que não tenha uma cor de pele muito diferente da nossa, um penteado igual ao nosso não é fácil distinguir. No fundo somos quase todos parecidos, só mesmo pelos hábitos da pessoa, de vestir e aspeto. Acho que não vejo outra maneira de. Ou então só falando, não falando com uma pessoa dificilmente. Qualquer pessoa derivado à mistura que há na sociedade, à globalização, nós vemos pessoas de todo o mundo, é normal. São portugueses, são espanhóis, está tudo mais ou menos misturado portanto não é fácil agora estar a distinguir quem é refugiado ou não. Se pegarmos num marroquino, por exemplo, ou num árabe qualquer e o pusermos de fato e lhe cortamos o cabelo e a barba ou com uma barba mais curta como é que eu vou distinguir aquele que é árabe? Não será assim tão fácil” (Miguel, investidor, 46a).

E Francisca (enfermeira, 44a), assim como Miguel (investidor, 46a), também faz uma associação direta dos refugiados às questões culturais e, para ela, seria o principal para a ajudar a localizar um refugiado na multidão, pois “a maneira de vestir, a cultura. Primeiro tinha que saber a cultura, a maneira de vestir, por exemplo. Um sírio veste de uma forma [Francisca (enfermeira, 44a), então faz um gesto com a mão e a põe sobre a cabeça como se estivesse enrolando um lenço], burca”. Já Clara (técnica administrativa, 38a) afirma que “é complicado isso [riso]. [silêncio]. Sei lá, pela cor. Aquele acastanhado, não sei, não sei. Pela fisionomia da pessoa, mas, se calhar, uma pessoa mais humilde, mais desorientada, mais angustiada, mais amedrontada, talvez”.

Como referido na descrição da amostra, 10 participantes relacionaram a necessidade de encontrar um refugiado em uma multidão a imagem de uma criança e João (funcionário público, 39a) diz: “Eu procuraria crianças desamparadas. Crianças sem suporte”. Em seguida, explica os motivos que o levam a pensar assim, pois, para ele, “logo de chapada pela sua condição muito mais vulnerável e pela sua condição intrinsecamente pura e boa” e, posteriormente, afirma que “aqueles indivíduos, não há maneira nenhuma de serem células adormecidas [risada — menção ao terrorismo], não há, são crianças. Ainda não tiveram tempo para serem condicionadas assim, estão completamente desamparadas”.

Inicialmente, o participante João (funcionário público, 39a) fala das crianças desamparadas, isso porque, como afirma Christie (1986, p. 19), existem alguns critérios e atributos que colocam uma vítima no lugar de ideal. Para o autor, das cinco principais características da vítima ideal, a primeira é que “a vítima é fraca. Doentes,

idosos ou muito jovens são particularmente adequados como vítimas ideais”, neste caso são as crianças sugeridas pelo entrevistado. Num segundo momento, “a vítima estava realizando um projeto respeitável [...]” e em relação às crianças refugiadas estavam tentando fugir da guerra e de situações extremas em busca de uma vida melhor. O terceiro critério apontado pelo autor é que a vítima estava “[...] onde ela não podia ser culpada por estar [...]”, ou seja e no caso de Alan Kurdi, por exemplo, em um barco com sua família fugindo de um país assolado pela guerra e miséria. O quarto fundamento apontado pelo autor para que uma vítima seja considerada ideal é que “o agressor era grande e ruim”, neste caso os líderes políticos e que “o infrator era desconhecido e não possuía relação pessoal com ela”, ou seja, os ditadores que oprimem suas populações, porém nem sequer sabem pessoalmente quem são os oprimidos.

Ainda para embasar a fala de João (funcionário público, 39a) a respeito do terrorismo e de uma criança não poder ser uma célula terrorista na visão do entrevistado, Valentino et al. (2017, p. 6) sugerem que “outra dimensão cada vez mais importante da ameaça cultural vem de distinções religiosas, especialmente entre imigrantes de países de maioria muçulmana” e que isso ocorre “desde o 11 de setembro, a ameaça do terrorismo islâmico tem desempenhado um papel importante nas estratégias políticas e na retórica de muitas nações receptoras de imigrantes”.

O “problema do crime”, como muitos apontaram, é um problema socialmente construído. O que queremos dizer com isso é que, como a maioria das pessoas tem pouca experiência em crime e vitimização, dependemos de outras fontes de informação para grande parte do nosso conhecimento sobre o assunto. Poucos deles são mais importantes que os *media*. As representações dos *media* influenciam o que as questões de crime e vitimização “significam” para as pessoas. Eles ajudam a construir socialmente essas questões, apresentando ‘visões da realidade’ específicas. No entanto, não há conexão necessária entre o que é apresentado nos *media* e o que está acontecendo ‘no mundo real’. As questões de crime e vitimização, portanto, são questões altamente midiáticas. Com base nisso, é nossa afirmação que qualquer exploração sociológica abrangente das vítimas de crimes e vitimização deve se envolver com os *media* e a representação dos *media*. Um fracasso em se envolver com os *media* em análises dessa natureza é um fracasso em reconhecer uma das principais fontes através das quais os conceitos de crime, vítima e vitimização ganham sentido na sociedade contemporânea (Davies, Francis & Greer, 2007, p. 9).

Beatriz (técnica administrativa, 36a) também refere que procuraria por uma criança e uma mulher e diz que “então eu ia ver a pessoa que fosse mais parecida com um refugiado, talvez eu fosse procurar a pessoa que estivesse com pior roupa, com o cabelo não tão bem tratado e com um olhar triste e desesperado, talvez”. Duarte (comerciante, 48a) afirmou que “talvez fosse procurar alguma criança que me tocasse mais ou que não tivesse família ou que não tivesse pais. Talvez fosse por aí. Independentemente do sexo, uma criança”.

Para Rodrigo (mecânico, 44a), “provavelmente crianças. Neste momento eu sou mais apologista pelas crianças. Eu, neste momento, se visse alguém a fazer mal a uma criança eu era capaz de ir lá e até fazer o quê?”. Ao complementar sua fala diz que “uma criança pra mim não tem culpa, é uma pessoa inocente. Se tivesse, era uma criança, se tivesse que ajudar era uma criança”. No caso de Benedita (professora, 49a), a entrevistada afirma:

“Eu acho que às vezes procurava crianças que estivessem sozinhas. Às vezes procurava por aí, ou então idosos. Eu acho que às vezes, as características físicas as pessoas eu não posso dizer “ah eu vou procurar pelos magros” porque passam mal ou têm fome, mas eu sei que têm pessoas que têm doenças e são gordas e são fortzinhas e têm fome também, mas às tantas ia pelos mais debilitados” (Benedita, professora, 49a).

Inês (comerciante, 39a) também acredita “[...] que saia em busca de uma criança. Acabava por ser mais fácil para a gente relacionar-se com a criança desde pequenina. Eu acho que um refugiado não tem nem um lereiro na testa, não sei”, bem como Lucas (técnico comercial, 32a), que afirmou que, “se calhar, uma criança, era como me fazia chegar mais a essa pessoa. Se calhar, era quem estivesse ali mais vulnerável, que visse que necessitasse mais de ajuda”.

Outros participantes afirmaram que levariam em conta os aspectos psicológicos ao procurar por um refugiado na multidão. Para exemplificar, traremos o caso de Matilde (secretaria, 57a), que afirmou que, “se calhar, uma pessoa só, mais solitária, mais triste, se calhar. Em termos psicológicos, mais triste. Em termos visuais não notaria muita diferença. Procuraria uma pessoa que estivesse mais solitária, mais triste, mais isolada da multidão, das pessoas”.

Entretanto, a resposta do entrevistado Santiago (administrativo, 58a) chama a atenção, pois inicialmente o participante afirma que “possivelmente uma pessoa que estava meio assustada, meio ‘atarentada’ com aquilo que via, sei lá com um sentimento de que estava num outro mundo, assim meio desorientada se calhar”. Santiago continua e diz acreditar “porque não é fácil, também depende se ele foi alimentado ou não” e que “[...] essas pessoas dão uma ideia de uma força de vontade tão grande que até esquecem a fome e as dores que têm no corpo e as doenças e tudo para conseguir”. Além disso e se referindo aos refugiados, diz que “são muito determinadas, eu admiro a coragem dessas pessoas, a andarem quilômetros e quilômetros e quilômetros e comerem mal, ou nem comerem, e beberem mal, ou nem beberem e sempre determinados a chegarem no local de destino” e ainda “que lhes disseram: “ali é bom, não te fazem mal, vão te dar de comer, vão te dar trabalho”. E eles conseguem vencer essas barreiras todas”.

Santiago (administrativo, 58a) afirma então que buscaria alguém que estivesse “[...] desorientado, ou admirado, de qualquer forma desorientado, é tudo diferente para ele, aprecia aquilo que o envolve, ninguém lhe faz mal, ninguém ou anda pra ali ou pra acolá e eles estão ali a ver se alguém lhe presta ajuda”.

Sendo assim, a maioria dos participantes disse que procuraria por crianças desamparadas (8), outros por pessoas sozinhas (5), com roupas diferentes (4), com aspecto diferente (4), por africanos negros (4), árabe (2), negro (2), mulher de burca (2), mulher (2), pessoa suja e mal vestida (2), mulher com turbante (1), idoso (1), pessoa ferida (1), mãe com filho (1), mulher grávida (1) e por um refugiado muçulmano (1).

Contudo, na tentativa de perceber se há, por parte dos cidadãos portugueses que vivem em Braga e que se dispuseram a participar da pesquisa, um sentimento de ameaça em relação aos refugiados e às oportunidades de emprego, a questão posta era se, a partir de amanhã, o seu companheiro(a) de trabalho fosse um(a) refugiado(a). Como você acha que reagiria? Das respostas positivas, 18 afirmaram que não teriam problema, porém oito entrevistados se mostraram desconfortáveis com a possibilidade e citaram as questões salariais (3), da possibilidade do refugiado(a) entrar na empresa e ocupar o mesmo cargo com as mesmas oportunidades com menos tempo de emprego

(2), a competência, a concorrência desleal e a insegurança foram citadas por um participante respectivamente.

A participante Beatriz (técnica administrativa, 36a) afirma que “por um lado eu sou muito apologista das relações humanas em que devemos dar oportunidades a todas as pessoas, mas por um outro”. Em seguida diz que “ah, depende, se alguém ganhasse o mesmo do que eu, eu ia me sentir um bocado discriminada por já estar lá e chegar alguém de outro país e chegar logo e ter logo o direito às mesmas condições” e admite dizendo “isso é um bocado controverso, mas sim, acontece”.

O entrevistado Martim (zelador, 56a) mostra que se sente ameaçado em sua fala e afirma que “acho que já tive aqui colegas [tom de ameaça] e de outras raças até”, mas que de acordo com o participante, eles “[...] nunca aceitaram e foram-se embora, mas já tive aqui, já tive. Não sei, depende da pessoa” e, para finalizar, afirma que “[...] teria aqui mais uma concorrência, para me ajudar também”.

Gabriel (bancário, 45a), outro participante da entrevista, diz:

“Ganhando mais ou menos? Os refugiados trazem carimbo na testa? Então está tudo bem. Um carimbo pode ser um bocado desconfortável. O refugiado aqui é o contexto político que nós lhe damos. Refugiado por norma nós associamos a um contexto político, por norma, alguém deslocado. Os meus amigos de nível profissional que foram exercer funções no estrangeiro também são, entre aspas, uns deslocados e irão exercer funções ao lado de alguém acima, abaixo, ao lado ou o que seja. Se a competência profissional for, se for um bom colega, não vejo impedimento algum” (Gabriel, bancário, 45a).

Assim como Gabriel (bancário, 45a), Lucas (técnico comercial, 32a) também demonstra se sentir ameaçado e afirma “assim, claro que, se calhar, eu não ia gostar. Vamos ser realistas. Eu tô cá nesta empresa há 15 anos, chega amanhã um refugiado entra aí na empresa e ganha o mesmo que eu?”. Em seguida, diz “acho que ninguém gosta, quem está numa empresa há 15 anos, de vir uma pessoa de fora, seja refugiada ou não, e ganhar o mesmo que tu ganhas” e termina afirmando que “qualquer pessoa se sente injustiçada. Não por ser refugiada, acho que qualquer pessoa que viesse, de novo para a empresa e ganhasse o mesmo do que eu, eu me sentiria injustiçado”.

Outro sentimento foi o de insegurança e o entrevistado Rodrigo (mecânico, 44a) afirma que “era capaz de me sentir um bocadinho inseguro. Porque é uma pessoa que a

gente não conhece”. Posteriormente diz: “Já trabalhei com, aqui em Portugal, já trabalhei com pessoas imigrantes. Com romenos e ucranianos” e que “os primeiros dias é aquela parte em que a gente sente um bocado de receio, mas eu acho que depois de a gente começar a conviver no trabalho, conhecer a pessoa, tudo muda”.

A entrevistada Ana (costureira, 48a) também se mostra insegura e afirma que “[...] assim, à primeira ficava assim na retranca, mas depois tentava ver realmente o que a pessoa era” e que isso ocorre “porque não é na primeira que a gente sabe. Se eu preciso, ela também precisa. Se ela foi para trabalhar é porque realmente está interessada em trabalhar e veio procurar ajuda e conseguiu”. Para Margarida (comerciante, 65a), o sentimento de insegurança pode ser percebido em sua fala onde a entrevistada afirma que “se fizesse o que eu faço, para mim era igual. Se trabalhasse como eu trabalhava, as mesmas horas, se fizesse o que eu faço, tem o mesmo direito de viver que eu” e que, caso tais condições fossem respeitadas, “para mim ia ser tranquilo. Se a pessoa fosse uma pessoa que se associasse, para mim era tranquilo. Tem o mesmo direito à vida, de se fazer a vida normal como eu tenho”.

Relevante dizer que, de acordo com Stephan, Lausanne Renfro, Esses, White Stephan e Martin (2005, p. 2), “o medo e as percepções de ameaça desempenham um papel importante no preconceito em relação a grupos externos em geral e imigrantes em particular”.

No mundo fora do laboratório, os grupos de imigrantes parecem particularmente propensos a evocar os tipos de esboço de ameaças integrados à teoria. Eles sempre precisam de emprego e podem exigir recursos adicionais das sociedades para as quais estão imigrando. Quase por definição, eles são culturalmente diferentes das sociedades para as quais estão imigrando. Devido ao etnocentrismo, a maioria dos estereótipos de grupos nacionais é negativa, e talvez porque os imigrantes sejam geralmente de países menos desenvolvidos do que aqueles para os quais estão imigrando, os estereótipos de imigrantes tendem a ser particularmente negativos. Além disso, a interação com os imigrantes é frequentemente difícil para os cidadãos da cultura anfitriã devido a diferenças de valores culturais e de linguagem, e isso acrescenta ansiedade intergrupos como um elemento de ameaça (Stephan, Lausanne Renfro, Esses, White Stephan & Martin, 2005, p. 15).

Entretanto, a quarta pergunta feita no tema sobre o olhar em relação aos refugiados era se o entrevistado já tinha lido, ouvido ou visto em algum *media* alguma

notícia relacionada aos refugiados. Em seguida a pergunta era complementada se tal notícia relacionava-se com a cidade de Braga.

Todos os entrevistados afirmaram que, em algum momento, leram, ouviram ou viram alguma notícia relacionada aos refugiados. Porém, se a informação estava relacionada com a cidade de Braga, 23 disseram que nunca tinham visto nada relacionado à cidade e apenas três afirmaram que sim, já tinham lido, ouvido ou visto notícias sobre os refugiados associadas à Braga. Francisco (funcionário público, 49a) disse que “sim, sim, notícias sim. A última notícia que eu li sobre refugiados foi aqui em Portugal, precisamente aqui em Portugal, onde um grupo deles foi recebido e entretanto não tiveram condições financeiras”.

Leonor (atendimento ao público, 46a) afirma que sim, já acompanhou nos *media* informações sobre os refugiados. Ela diz que “refugiados, já li mas não sei se é verdadeiro, se é falso, que vêm pra cá, pelo menos do Irão não sei o quê, que são terroristas. Pelo menos apontam-os como terroristas” e que “se é verdade ou não eu não sei. Só eu, com os meus olhos vendo é que acredito. Há muitas suposições, há pessoas que vivem muito de suposições e não”. Para finalizar, Leonor (atendimento ao público, 46a) afirma: “Eu gosto muito das coisas corretas e comprovadas, eu não vejo, não sei. Muita coisa pode dizer, supor-se, no fim, pagam inocentes”. Em seguida Leonor (atendimento ao público, 46a) utiliza uma frase que corrobora com questões abordadas anteriormente em relação ao ceticismo nos meios de comunicação e diz: “Eu nos *media* não confio muito. Os *media* acho que falam demais, supõem demais. Eles querem audiência, mostrar coisas, não sei. Penso que é por causa das audiências”.

Já Afonso (comerciante, 65a) afirma que já assistiu muitas notícias, e que “[...] em relação agora ao muro que a América está a construir, é revoltante. Já vi filhos serem separados dos pais e é uma das coisas que nunca se deve fazer” e que “isso vai marcar, não só o pai, mas principalmente a criança para toda a vida. Isso não se faz e os *media* comentaram muito isso e deram imagens, eu vi, eu vi”, entretanto Afonso diz que “com Braga não, Braga não está nesse patamar, não, não”.

Outrossim, vale ressaltar que as notícias em relação aos refugiados que são mencionadas geralmente são de cunho negativo e, dos entrevistados que lembram de ter visto a cidade de Braga ser referida, Duarte (comerciante, 48a) afirma que “aqui em

Braga sei que havia alguma coisa ligada à igreja que ia preparar algo, para os receber, mas não sei dizer em concreto o nome, mas sei que havia qualquer coisa preparada para os receber” e o participante termina dizendo que era “um alojamento, se não me engano”.

Há uma imprecisão nas informações de Duarte (comerciante, 48a), bem como na de Sofia (terapeuta, 31a), que afirma que “aqui em Braga também já se ouviu dizer que eles vinham alguns pra cá sim”, entretanto, “[...] especificamente alguma reportagem em algum meio de comunicação em Braga, não me estou a recordar. Provavelmente até já houve, mas não têm tantos como têm nas televisões ou no jornal nacional” e Lucas (técnico comercial, 32a) diz que “aqui em Braga eu ouvi na altura que iam acolher alguns refugiados, mas depois nem sei se chegaram a acolher ou não. Ouvi que iriam acolher, que várias cidades de Portugal iam acolher refugiados”.

Já Afonso (comerciante, 65a), menciona a continuação da construção do muro na fronteira entre México e Estados Unidos ou como a participante Inês (comerciante, 39a) que diz que lembra das “[...] notícias que passaram, de quando eles estão a tentar entrar em outros países, quando lhes é vedada a entrada. É esse tipo de notícias que se vê”, porém, quando perguntada sobre alguma notícia relacionada à Braga responde: “Não [sobre Braga], por acaso não”.

Posteriormente, para continuar a entrevista, a questão colocada era sobre a fala de Gérard Collomb, que foi Ministro do Interior da França de maio de 2017 a outubro de 2018 no governo de Emmanuel Macron em relação aos imigrantes fazerem pesquisa de mercado antes de buscarem um país para viver. Dessa forma, durante as entrevistas foi colocada para os participantes a seguinte pergunta: Um ministro disse que os migrantes também buscam um país para viver por conta das facilidades que podem encontrar em relação a burocracia, apoios financeiros e documentos. Qual a sua opinião sobre isso?

O objetivo do investigador era perceber se os cidadãos portugueses que participavam da pesquisa seguiriam o mesmo caminho dos cidadãos franceses em aprovar a fala do político ou teriam alguma reação ou opinião contrária e até de reprovação. João (funcionário público, 39a), participante da pesquisa, afirma “eu acho que é um comportamento natural. Qualquer organismo vai procurar as melhores condições para prosperar e para sobreviver” e que, sendo assim “qualquer obstáculo

que, à partida, possa ser derrotado porque aquele país é assim, eu acho que é (riso) um comportamento natural”.

O entrevistado João (funcionário público, 39a) continua e diz que “funciona pra tudo, funciona pra todas as ações dos seres orgânicos que somos. E não só, de qualquer outro. Nós não vamos fazer nada desnecessariamente. Enquanto seres orgânicos, nós não vamos despender energias desnecessariamente” e, para completar sua fala, afirma que “especialmente no contexto de sobrevivência e em particular nos contextos de sobrevivência. Mas num contexto de “eu estou nesta situação e para sobreviver quais são as minhas opções” é muito natural que eu opte pela que apresente menos obstáculos” e que “é uma frase que faz todo o sentido e, para mim, é perfeitamente natural”.

Francisco (funcionário público, 49a) afirma que “com certeza é um motivo muito importante porque chegar à porta e conseguir entrar e sentir seguro naquele país é um motivo suficiente para que um refugiado entre nesse país”. Além disso, “as facilidades concedidas devem ser sempre um resultado das suas políticas de alojamento, porque não adianta agora Portugal armar-se e dizer assim, olha: venham 10 mil pessoas. Porque não temos capacidade para sustentabilidade” e que “portanto essas facilidades são sempre dadas de acordo com um grau de sustentabilidade. Porque deve ser entre os países membros. Deve ser equacionada de acordo com a sua situação econômica”.

A fala de Francisco (funcionário público, 49a), inicialmente amigável em relação aos imigrantes e refugiados, passa então a considerar os possíveis problemas econômicos e de ordem social que a chegada de milhares de pessoas ao mesmo tempo pode causar. Ele diz:

“Porque, repara, nós também temos outros países como a Grécia e Itália que passam por situações financeiras que não são suaves e que não iriam comportar tantas pessoas se calhar quanto uma Alemanha. Os refugiados são importantes, são consumidores. Porque Portugal tem 20 milhões de habitantes e portanto não é fácil, de um momento para o outro, ter 30. Principalmente quando os índices de natalidade têm vindo a baixar, a imigração tem colaborado com isso e então tem que se ver os refugiados com outros olhos. O refugiado também tem que ser visto também como um lado positivo. São pessoas que entram, que querem prestar também um contributo, com certeza tem que se ver o lado positivo. Acho que também deve haver segurança. A facilidade na documentação? Sim, desde que as pessoas tenham documentos e não haja ligações porque se estão relacionados com

crimes de guerra ou se estão relacionados com tráfico ou se estão relacionados com, por exemplo, o terrorismo não é fácil aceitar” (Francisco, funcionário público, 49a).

Entretanto, para Maria (modelista, 35a) “não é preciso ser imigrante ou refugiado para procurar isso, nós temos cá quem procure isso. Mas acredito que sim, que isso seja inicialmente” e, para a entrevistada isso se explica “porque uma pessoa chega a um sítio e como não tem as portas abertas e, provavelmente, se esse eu aqui assim dou mais apoio e esse dá menos ou vou procurar quem dê mais apoio e não quem dê menos”. Então, Maria (modelista, 35a) acredita que é “por isso é que eles escolhem o A e não o B, penso eu”.

Matilde (secretaria, 57a) diz que “se calhar concordo, de alguma forma concordo”, pois para ela “há burocracias, obviamente que sim, se calhar até se exagera, mas tem que haver também porque as coisas têm que levar os trâmites normais”. Ainda de acordo com a entrevistada, “nós estamos num país onde temos direitos, mas também temos obrigações e eles também têm que se inserir nesse grupo que nós estamos” e que “acho que Portugal até é um país razoável para se viver e se calhar as pessoas procuram também onde há mais facilidade, onde possam se encaixar melhor”.

Carolina (administrativo, 55a) também diz que “é natural que seja, eles buscam o sítio onde se sintam bem, onde a vida possa ser mais fácil para eles, onde possam ser felizes e criar estabilidade para a família deles. De certa forma, concordo sim”. No caso de Santiago (administrativo, 58a), o entrevistado acredita que “isso deve ser uma minoria, porque aquele que está lá a passar uma fome de cão e que vem por aí fora a andar a pé. Isso já são mais os privilegiados, aqueles que têm dinheiro para sair do país”. Ainda para Santiago (administrativo, 58a), “os que têm dinheiro para sair do país e que não vêm nessas caravanas, esses, se calhar, pensam dessa forma. Os outros nem têm tempo para pensar nisso”, pois para o participante, “[...] a fome é tanta, os maus tratos são tantos lá que não têm tempo para pensar nisso sequer”. Ele acredita que “vão para aquele país porque lhes disseram que é um país que lhes dá trabalho e que lhes dá comida e que tem Segurança Social” e que “[...] esses que pensam ou que vêm com esse pensamento de “não há burocracia, que lhes dão incentivos para eles formarem empresas e tudo”, esses já são outra classe de refugiados”. Para finalizar, Santiago (administrativo, 58a) afirma que “e, se calhar, há muito oportunismo aí também, porque

aproveitam o estatuto de refugiado para conseguirem isso que eles pretendem, mas a maior parte não vai atrás disso. Ele está a falar para uma minoria dos refugiados, entendendo eu”.

A participante Beatriz (técnica administrativa, 36a) afirma:

“Eu acho que sim e tenho a ideia, não sei se estou errada, que na Europa se facilita um bocadinho mais a nível de burocracia para entrarem cá e as facilidades de ficar também podem ser maiores. Ou então é por ter muita gente a querer vir para a Europa que começa a existir mais facilidades em recebê-los sempre com algumas condições. Eu acho que deveriam existir condições para, ‘vamos acolhê-los’, mas tem que haver condições. Nunca terem mais do aquilo que os cidadãos têm, porque às vezes acontece. Houve uma fase que deram casas, boas casas a refugiados. Sou contra. Porque temos muita gente cá em Portugal que também é sem abrigo e que também não tem onde morar. Eu acho que a ser dado que tem que ser igual para todos e analisar bem as condições e se eles querem vir pra cá têm que contribuir para alguma coisa, para o crescimento do país, trabalhar ou alguma coisa do gênero, é a minha opinião” (Beatriz, técnica administrativa, 36a).

Novamente o conflito entre grupos se mostra evidente e Bornstein (2003, p. 130) afirma que “[...] a provisão em conflitos entre grupos é determinada pela comparação dos níveis de contribuição dos grupos concorrentes”. Para o autor, “a existência de outro grupo cujas escolhas também afetam o resultado exige que cada grupo faça considerações estratégicas complexas ao decidir se deve cooperar, competir ou alcançar um certo equilíbrio entre cooperação e competição” e, sendo assim, “a escolha da estratégia do grupo e seu sucesso na execução dependem em grande parte de sua capacidade de mobilizar a contribuição de seus membros individuais e de sua percepção da capacidade do grupo externo de fazer o mesmo”.

Para Afonso (comerciante, 65a), o fato de um país possibilitar que os migrantes tenham acesso facilitado a determinados documentos e apoios é mais atrativo, isso “[...] porque uma pessoa quando pensa em ir para um país tem alguma possibilidade de arranjar emprego”. O entrevistado, assim como outros participantes, afirma que “é evidente que para a Alemanha vão muitos, muitas pessoas que migraram, vão para a Alemanha e vão para a América porque veem outro potencial” e que, também para Afonso (comerciante, 65a), “é evidente que para Portugal vêm menos por quê?” — e isso por conta da percepção do entrevistado “porque pra já é um país pequeno e um país

com pouca dimensão, e eles sabem e também devem se informar dos salários e sabem que Portugal não é um país rico em relação a outros”.

Duarte (comerciante, 48a) concorda com o que disse o ministro francês. O participante acredita “[...] que eles nos países deles não têm nada disso e se conseguirem algo que seja facilitado para terem uma melhor condição de vida eles vêm”, sendo assim, Duarte (comerciante, 48a) diz que “por isso acho que, mais ou menos deve estar certo o que o ministro disse, mas não deve ser só esses os fatores, mas sim”. Para a participante Sofia (terapeuta, 31a) os motivos são quase os mesmos e ela afirma que “se eles conseguirem encontrar um país que lhes facilite nestes aspetos eu penso que sim. Também vão optar por isso” e que “se estiverem em dúvida entre dois países e um deles oferecer mais [...]”, desde que os países estejam, segundo a entrevistada, “[...] mais ou menos equiparados em termos de recursos e futuro que lhes possa proporcionar, e se um for mais burocrático do que outro, provavelmente vão optar pelo mais fácil”. Entretanto, Sofia (terapeuta, 31a) afirma que “[...] não sei se é a questão número um quando eles vêm”.

Para Tomás (professor, 57a) também não há certeza se o que foi dito pelo ministro francês é um fator único e ele diz: “Eu não sei bem se isso, a questão de arranjar os documentos ou a burocracia de cada país é um fator que conta para as pessoas irem”. A seguir, Tomás (professor, 57a) afirma que “no entanto, isso depois de lá estarem há países que é bem difícil, há outros”. Para terminar, o participante diz que “é sempre difícil, eu acho que a história da documentação para os refugiados e mesmo para os estrangeiros que vão viver para outros países para outro país não é fácil”.

No caso do entrevistado Martim (zelador, 56a), sua opinião é a seguinte:

“Sei que essas burocracias, muitas vezes em muitos países, é muito complicado. Que demora tempões só para conseguir um documento. Não sei, acho que não. Acho que eles têm é que aguentar, pois afinal eles que são os refugiados, eles que são os refugiados. Portanto, se gosta do país em que quer ir, tem que aguentar até conseguir. Se tiverem paciência para aguardar, agora têm é que batalhar por aquilo que eles querem. Claro, por vezes eles podem ir para outros países, mas às vezes vão contra a vontade e vão mesmo só porque conseguiram os documentos mais fáceis. Também depois de estarem nesse país podem voltar para o que ele queria, é uma questão de aguardar, mas não sei se é por aí” (Martim, zelador, 56a).

Fica evidente que para Martim (zelador, 56a), a gratidão e a resiliência são sentimentos que os refugiados devem nutrir, justamente por estarem em uma condição inferior e, sendo assim, não devem exigir, somente esperar e agradecer. E as circunstâncias em que a obrigação da gratidão ocorre já foram descritas por Simmons (1979), mas basicamente cumprem alguns requisitos em que o cidadão do país receptor sente que está ajudando os recém-chegados, inclusive com recursos financeiros, através das ajudas providas pelo Estado.

E Rodrigo (mecânico, 44a) corrobora com a fala de Martim, pois para ele “o pessoal que vai para fora é para melhorar a vida. Ter mais probabilidade” e então passa a citar um exemplo e afirma: “Como é que as empresas, as chinesas, vamos supor, vem para cá e têm tudo? — Vêm com uma mão atrás e outra na frente e chegam aqui e conseguem abrir um pavilhão?”. Rodrigo afirma “[...] eu já ouvi comentários de que é o estado chinês que está a ajudar, não é o estado português”. Ou seja, na opinião dos participantes, independentemente de quem está provendo recursos, o sentimento é quase o mesmo, de que deve haver gratidão.

Alice (atendimento ao público, 38a), outra participante da pesquisa, afirma:

“Por causa dos níveis de ajuda, de ajudas monetárias. Às vezes não ajudam os que cá estão, mas ajudam os de fora. Às vezes a gente ouve situações em que estão desempregados, portugueses cá estão desempregados há anos e não têm ajudas financeiras. E vem um imigrante de fora e tem casa, tem subsídios, não trabalham e ganham mais do que a gente que está a trabalhar. Só nestes subsídios e nestas coisas. Não acho muito correto também. Tudo bem que eles sejam ajudados, mas têm que saber, têm que ter trabalho. Então quer dizer, uma pessoa que está e temos uma colega de trabalho que teve um problema de saúde, começou a trabalhar, há três meses está em casa sem ganhar um tostão. Já submeteu, pela segunda vez, o recurso à Segurança Social e não tem direito a nada. Com dois filhos. Agora diz-me tu: um refugiado que vem de um país para cá, não tem trabalho. Tem casa que não paga nada porque a Câmara dá, tem ajuda da Segurança Social. Para que que eles vão trabalhar? — não trabalham, claro. Nem sequer se preocupam em procurar trabalho porque têm os rendimentos mínimos. Isso é um bocado injusto. Teria que haver outras maneiras de gerir as coisas e ver. Sim, ajudá-los não digo que não, mas estabelecer regras e coisas e perímetros. Sim, ajudá-los a procurar um trabalho, “tem aqui um trabalho” e eles poderem ter o ordenado. Pronto. O começo é difícil, ajudar sim, mas depois isso tornando-se um hábito claro, a pessoa não vai procurar trabalho porque tem ali aquilo certinho. Aqueles subsídios. Por exemplo: não há muito tempo fui ao posto médico e estava lá tudo, um banzé de primeira e estavam a dizer ‘vêm aí os refugiados para cá, têm os subsídios e tudo e a gente aqui ainda tem que pagar nas consultas para ir ao posto médico’. As tais das taxas

moderadoras. Eles têm as coisas todas de graça e, às vezes, não aproveitam tão bem” (Alice, atendimento ao público, 38a).

As questões relacionadas aos conflitos entre grupos é novamente evidenciada e a entrevistada Alice (atendimento ao público, 38a) cita, inclusive, um exemplo. Para Esses, Dovidio, Jackson e Armstrong (2001, pp. 393-394), “[...] sugerimos que as atitudes em relação aos imigrantes e à imigração são, em grande parte, moldadas pelas percepções de que os imigrantes competem com membros da sociedade receptora por recursos”. Os mesmos autores dizem ainda que “[...] a percepção principal é que recursos valiosos não estão disponíveis ou não devem estar disponíveis para todos os grupos em quantidades suficientes”. Além disso, “a combinação de estresse de recursos e a presença de um grupo externo potencialmente competitivo leva à percepção de uma competição grupal” e, então, “é provável que essa competição de grupo percebida assuma a forma de crenças de soma zero: crenças de que quanto mais o outro grupo obtém, menos está disponível para o próprio grupo”. Para finalizar, os autores referem que “há uma percepção de que qualquer ganho que o outro grupo possa obter deve ser às custas do próprio grupo” (2001, pp. 393-394).

Ana (costureira, 48a) sugere que os refugiados precisam ser ajudados, mas com um certo limite:

“Eu acho que, para muitos, é bom que lhe seja facilitada a vida, para quem vier por bem. Tanto para Portugal quanto para outros países, acho bem, mas eles têm que ver bem quem é que vem e quem é que não vem, mas que realmente. Se eles fogem da guerra ok. Porque nós também fomos daqui para muitos países porque nós portugueses estamos no mundo inteiro. Se nós fomos foi para conseguirmos alguma coisa. Acho que Portugal ainda não facilita muito as coisas, embora dêem apoios e essas coisas todas, mas não é dos melhores. As duas primeiras amigadas brasileiras que eu fiz foi no ano passado, elas estiveram cá um ano, um ano e tal e não conseguiram nem. Elas só tinham os vistos e não se conseguiram legalizar, ou se calhar, não queriam. Por exemplo: eu acho que esta que eu tenho agora que está a ir pelos caminhos certos. Ela primeiro tentou arranjar, resolveu o problema no SEF, conseguiu arranjar trabalho para continuar a legalização dela. Penso que é por aí que se deve optar, agora chegar aqui e darem tudo de mão beijada acho que não se deve fazer” (Ana, costureira, 48a).

Já Lucas (técnico comercial, 32a) afirma que “é verdade, não é? — Se calhar, um refugiado ou não só um refugiado, há pessoas que têm mais benefícios sociais e

facilidades de documentos se for um refugiado”. Para ele, “se calhar se for uma pessoa que venha do Brasil, por exemplo, que venha ilegal, se calhar, eles não dão tanta opção ou não dão tanto direito de ficar aqui e, se calhar, pegam neles e embarcam para o país deles”, porém, para Lucas (técnico comercial, 32a), “se calhar, um refugiado é capaz de ter mais alguma facilidade com o governo”. Para terminar, o entrevistado acredita que “[...] também conta, que eles levam em consideração. Burocracia, documentos, apoios financeiros, tudo. Acho que isso tudo deve contar bastante”.

Nas palavras de Lourenço (funcionário público, 39a), “eu acho que as pessoas, normalmente, procuram um país para arranjar um futuro melhor” e que “muitas das vezes não é se conseguem um documento ou não, muitas das vezes eles querem e tentam ir para aqueles países onde eles acham que vão ter um futuro melhor”. Entretanto, o participante afirma que “[...] se vão ter possibilidades de arranjar documentos ou não, eu acho que eles nem devem pensar nisso”. Lourenço (funcionário público, 39a) cita o exemplo da Inglaterra e diz que “porque a gente vê em Inglaterra, aqueles imigrantes que querem passar o Canal da Mancha. Eles fazem de tudo para poder passar muitas das vezes e vão presos” e, sendo assim, “eu acho que as pessoas já aquela ideia e querem ir e ponto final e depois seja o que Deus quiser”, ou seja, “[...] o que eles querem é arranjar um futuro melhor para eles e, às vezes, coitados, sujeitam-se a tudo e mais alguma coisa”.

Para Gabriel (bancário, 45a), “é normal. Se eu posso escolher algo que me facilite eu não vou escolher algo que me complique”. Assim como a participante Mariana que diz que “sem dúvida, sem dúvida. É normal, é normal”. Miguel (investidor, 46a) também diz que “acho que é normal” e que “[...] se fosse imigrante e me deslocasse para um país, eu pessoalmente não procuraria apenas os países economicamente mais fortes, eu por acaso tenho outra visão sobre isso, eu procuraria um país que me desse qualidade de vida, ou seja, calmo”.

Margarida (esteticista, 53a), ainda sobre a fala do ministro francês, diz que “[...] acho isso normal. Se eu tivesse aqui uma vida muito má e se me dissessem, e eu tivesse a boa vontade de emigrar e dissessem que ali naquele país eu ia viver melhor e eu quisesse ir, é normal” e, além disso, “aí é que teria que escolher qual era o país que eu

gostaria de viver, mas é uma opção, da pessoa. Sim, sim, influenciava bastante. Ia optar por aquele que eu me adaptasse”.

Portanto, a maioria dos participantes da pesquisa, assim como os cidadãos da França, concordam com a fala do ministro francês em relação aos imigrantes e refugiados fazerem uma espécie de pesquisa de mercado antes de irem para um novo país. Além disso, é importante salientar que além das questões econômicas, como foi sugerido por alguns participantes, a influência na escolha e decisão dos refugiados e imigrantes ao escolherem um país para onde pretendem ir passa pela facilidade em obter documentos, mas também pela rede de apoio disponível no país de destino e isso é confirmado por Tucker (2018), que elenca em seu trabalho os três principais motivos para que os refugiados escolham um país de destino. O autor afirma que a busca pela cidadania, as redes sociais e familiares, as poucas opções de escolha são os fatores que mais pesam na escolha de um país de destino e que, geralmente, as informações são buscadas ainda no país de origem. Além disso, o autor diz que as oportunidades na área da educação e da economia não são consideradas como as mais influentes na tomada de decisão dos refugiados.

Continuando as entrevistas, outro questionamento feito para os participantes foi se desde o começo da crise migratória na Europa em 2014 houve alguma percepção de mudança em relação às questões de segurança na cidade de Braga. A maioria dos entrevistados (23), conforme referido na descrição da amostra, afirmaram não terem percebido uma mudança significativa na segurança da cidade de Braga, porém três participantes disseram ter notado algumas medidas de segurança novas no município.

Francisco (funcionário público, 49a) disse: “Observei que em algumas festividades acabam por colocar um dispositivo de segurança que dantes não era visto, por exemplo, objetos mais pesados a obstruir certas vias”. Para Francisco (funcionário público, 49a) isso ocorre “justamente por causa de alguns atentados que vinham a ocorrer em que, por exemplo, em Barcelona, onde entraram com uma viatura no meio das ‘ramblas’ e acabaram por matar” e que lá “utilizaram uma viatura, uma coisa muito simples que é pegar num carro, roubar um carro e entrar”. O participante continua e afirma “já observei, coincidência ou não, mas são medidas que são tomadas para provavelmente evitar um ataque. Agora, se isso está relacionado com os refugiados? Em

princípio sim. Refugiados e com esta crise [...]” e finaliza afirmando que “é uma consequência e uma causa desta guerra religiosa entre Bashar al-Asad e as pessoas fogem e espalham o terror na Europa”.

Para Alice (atendimento ao público, 38a), as mudanças são mais perceptíveis “quando há eventos aqui. Mais patrulhamento, mais barreiras. Porque agora eles põem barreiras, aqui há uns anos não punham” e que “sim, por causa dos atentados. Falam lá fora e dão medo e o receio aqui”. Alice (atendimento ao público, 38a) dá exemplos e cita “a Noite Branca, por exemplo, o São João. Agora a passagem de ano. Não era assim, não havia. Embora havia, mas, por exemplo, falam muito naqueles barramentos, aquelas barreiras de betão” e que “coisa que antigamente havia controle de polícias e tudo, mas acho que agora estão mais apertados neste nível. Principalmente nos eventos grandes, onde se junta muita gente”.

Mariana (esteticista, 53a) afirma:

“Não só a segurança e eu isso acho muito bem e não tanto só, não tem a ver só com imigrantes. Tem a ver com ataques terroristas, tem a ver com a informação disponível na cidade, é maior. Porque nós que estamos cá há muitos anos conhecemos tudo e mais alguma coisa, quem entra não. Então tem de ter esse tipo de ajudas, que muitas vezes tem o entrave da língua. Há uma maior preocupação sim, nota-se em relação à informação e à segurança. Mas também é assim, temos que ver o outro lado. Essa segurança também é melhor para quem vem. Mais polícia, eu acho que há mais um bocadinho. Há, efetivamente, quando há algum grande evento, isso é normal. Angela Merkel esteve aqui há dois meses, foi aparato policial que parou tudo, mas isso é normal. Somos muito pacatos, como eu te disse. Mas é assim, há zonas problemáticas em todo o lado, há aqueles bairros em Lisboa, aqui o Monte Picoto em Braga, mas são nichos específicos. Porque nós somos efetivamente pacatos” (Mariana, esteticista, 53a).

De fato os três participantes das entrevistas têm razão no que dizem. Belém (2018, 8 de fevereiro) afirma que “o terrorismo força mudanças nas cidades” e que “cidades do mundo inteiro adotaram sistemas de retenção de veículos de forma a prevenir eventuais ataques terroristas com recurso a viaturas. Essa ameaça criada por objetos comuns também muda a organização urbana”. Além disso, a autora refere que “[...] uma série de ataques terroristas com recurso a veículos atingiram cidades em toda a Europa, incluindo Londres, Barcelona, Berlim e Nice, e também os Estados Unidos” e, dessa maneira, “isto alterou não apenas a percepção de segurança dos cidadãos destes

países, mas também o urbanismo das cidades”. A autora afirma que “muitas optaram pela colocação de barreiras de segurança e outras medidas mais visíveis a olho nu, como o policiamento fortemente armado” e que “também em Portugal algumas, como Lisboa, instalaram este tipo de dispositivo em áreas de maior fluxo de pessoas. Uma forma de se prepararem para a eventual ameaça”.

A instalação e utilização de dissuadores e barreiras de betão em festas e eventos como o São João em Braga foram noticiadas em 2017 (Vilaça, 2017, 23 de junho), mas continuavam no final de 2018 por todo o país em prevenção ao terrorismo (Marcelino, 2018, 14 de dezembro). Além disso, Larguesa (2017, 8 de novembro) apresenta informações que uma empresa portuguesa “[...] está a negociar com várias cidades europeias a venda de um novo “dissuasor de segurança” para as praças e zonas pedonais, que promete reduzir o impacto dos atentados terroristas por atropelamento”. O autor diz ainda que diversas cidades já tinham instalado ou estavam em negociação para instalar as peças de metal nos principais pontos de aglomeração de pessoas e cita “Lisboa (Parque das Nações, Ribeira das Naus), Porto (Serralves, Avenida dos Aliados [...])” em Portugal, mas também “[...] Madrid (junto à Praça de Cibeles), Casablanca (Medina de Casablanca) Santiago de Compostela (Cidade da Cultura), Luanda (Baía de Luanda e Ilha do Cabo), Génova, Antuérpia, Londres, Dubai e Macau”.

Entretanto, mesmo com tais medidas, a maioria dos entrevistados não percebeu uma mudança nos aspectos de segurança em Braga. Isso pode ser explicado pela tática utilizada pelas forças de segurança e autarquias municipais em atuarem de maneira discreta nesse campo. Tanto por conta do impacto e do possível sentimento de receio nos moradores das cidades, como também uma maneira de passarem despercebidos nas operações contra o terrorismo.

Ainda no tema “olhar sobre os refugiados”, a penúltima questão colocada pelo investigador era se o participante poderia indicar alguma instituição ou programa de acolhimento que atue com refugiados em Braga. A maioria dos entrevistados (22) afirmou desconhecer a existência de uma instituição ou programa de acolhimento em Braga.

Entretanto, quatro participantes afirmaram conhecer e conseguiram indicar. Santiago (administrativo, 58a) disse que “qualquer uma delas, é a Santa Casa da

Misericórdia, a Cruz Vermelha” e que “se não acolhem devem informar, mas isso creio está mais relacionado com a parte da religião, os padres, a Diocese de Braga e a Cruz Vermelha. Creio eu que essas entidades é que devem organizar isso”.

Tomás (professor, 57a) afirma, inicialmente, “eu não conheço, mas há gente que anda na rua todas as semanas, não sei se é só para os refugiados ou se é para os pobres em geral, a distribuir comida, a buscar comida nos restaurantes e a distribuir”, porém em seguida diz: “Não sei o nome desta organização, não sei se até é a Cruz Vermelha, mas eu creio que nem. Eu creio que são outras organizações, mas eu creio que há centro sociais que ajudam os refugiados, que dão de comer”.

A participante Mariana (esteticista, 53a) diz que “só se for a Cáritas ou a Cruz Vermelha. Cáritas e Cruz Vermelha tu tens em todas as cidades do país. Depois, dessas instituições as pessoas batem e são encaminhadas para, são encaminhadas para”. A entrevistada afirma que “[...] estas duas estão sempre de portas abertas e depois, se precisar encaminhar para coisas de refugiados. Eles são ponto de distribuição para tudo”. E, para finalizar, Benedita (professora, 49a) fala que “o CLIB. Eles têm um protocolo de não sei com quem, mas eles recebem famílias com crianças, depois tentam arranjar casa, arranjar trabalho”.

De fato os quatro participantes lembraram de instituições que atuam ou atuaram em prol dos refugiados na cidade de Braga. A Arquidiocese de Braga, através da Cáritas Arquidiocesana de Braga, foi uma das instituições que aderiram ao modelo proposto pela Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) para o acolhimento e a integração dos refugiados. A Cruz Vermelha de Braga, por meio do projeto FIRME (Facilitar a Integração de Refugiados e Migrantes em Emprego) também se tornou uma instituição de acolhimento em Braga, assim como o Colégio Luso Internacional de Braga (CLIB), que assinou um protocolo de apoio com a PAR para serem a instituição credenciada para o acolhimento e integração dos refugiados em Braga.

A última questão colocada aos participantes das entrevistas era se conheciam pessoalmente algum refugiado ou tinham alguma história ou acontecimento para contar que envolvesse os refugiados. Todos os participantes disseram não conhecer pessoalmente um refugiado e o participante João (funcionário público, 39a), de certa maneira, conseguiu explicar o motivo para tal, afirmando o seguinte: “não conheci

nenhum refugiado direta ou indiretamente. É de tal forma residual a presença de refugiados em Portugal que a probabilidade de me acontecer alguma coisa que envolva um é muito difícil”. Para o entrevistado, “nós recebemos dois ou três mil e isto diluído pela sociedade portuguesa é uma coisa, é quase como sair o Euro Milhões”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso do doutoramento nem sempre permite que as questões pessoais sejam valorizadas, ainda que façam, obviamente, parte de todo o longo processo. Entretanto, considero relevante pedir licença para dar um toque pessoal no final deste trabalho e responder a uma das críticas que mais me fizeram refletir em todo o caminho percorrido no doutoramento. Entendi como um desafio lançado por minha Coorientadora, Professora Dr^a. Maria José Brites, após uma das correções da tese e, confesso, minhas noites de sono passaram a ser mais curtas e muitas vezes interrompidas pela frase: “faltou-me ver o Cláudio, senti que quase sempre estive ausente [...]”.

Contudo, de ressaltar que os passos que são exigidos para a escrita da tese foram todos dados e as etapas rigorosamente cumpridas. Também relevante colocar que os resultados da pesquisa e que foram evidenciados também serão contemplados aqui, mas antes preciso mostrar-me um pouco e me fazer presente.

Desse modo, inicio a explanação citando o poema História itinerante de Mario Quintana que me representa face as minhas 21 mudanças de casa (até agora):

Descobri que nas sucessivas casas que habitamos fica sempre um fantasma nosso, de diferentes idades e cada qual mais relutante em dissolver-se no tempo. De vez em quando um deles volta. E este fantasma que agora habita o meu corpo acolhe-o com um ar superior de dono da casa, decerto para disfarçar a emoção. Pois sei que eu próprio um dia virei visitar-me onde estiver. E se não estiver? Bem: esse deve ser João sem casa. O que sobrou de todas as andanças deve ser o meu verdadeiro eu. O qual, daí por diante, irá passar por novas, misteriosas aventuras... (Quintana, 2013, p. 105)

Minha “ausência” enquanto investigador pode ser justificada, em parte, como uma defesa e uma busca de um olhar mais observador e um distanciamento entendido por mim como necessário para o desenvolvimento do trabalho. Meu bisavô paterno, Abud José Abdo, nasceu no Líbano e foi para o Brasil no final do século XIX na condição de imigrante (a definição de refugiado não existia na época) e em busca de uma vida melhor. Ao chegar em Santos/SP, foi para Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul onde se fixou e, após muito trabalho, se tornou proprietário de um pequeno negócio. Até o final da sua vida, evitou falar o português corretamente para,

segundo ele, “não perder a clientela” e era frequentemente chamado de turco. Lá casou e teve filhos, um deles meu já falecido avô paterno Elias Abdo.

Dessa maneira, o tema para esta investigação surge também como uma oportunidade de revisitar e homenagear meus ancestrais e meu passado, mas sobretudo adentra vigorosamente à minha vida e a atual realidade como um imigrante. Mais de um século depois, calcei metaforicamente os sapatos de meu bisavô e, repetindo o ciclo, parti em busca de uma vida melhor em outro país, num outro continente. Deixei o Brasil e passei a residir em Braga, Portugal desde 2014 onde, até hoje, falo “brasileiro” e sou, muitas vezes, o “brasuca”.

A cada linha escrita nesta tese, a cada pesquisa bibliográfica realizada fui me encontrando. Me encontrei nos diversos livros que li, me identifiquei nas centenas de artigos que estudei e, como forma de proteção, optei por escolher o caminho de me distanciar. Ainda que seja cada vez mais comum o papel do “investigador militante”, preferi o afastamento para buscar a maior distância possível do meu objeto de estudo. Segui, sem dúvidas, o conselho de José Saramago (1997, p. 10) que disse certa vez: “É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós”.

Sendo assim, com a pretensão de me ver, eu tentei sair de mim. Tracei uma linha paralela entre o percurso exigido na academia, que necessariamente precisa ser percorrido para o desenvolvimento desta tese de doutoramento e a finalização do trabalho, e a minha vida e condição pessoal. Fui, desse modo e ao mesmo tempo investigador e imigrante, nem que para isso eu passasse a sacrificar um pouco da minha saúde mental. Busquei a cada descoberta neste trabalho o lugar mais neutro possível, mesmo ciente das implicações e possíveis críticas que isso poderia suscitar e de saber que a neutralidade é impossível. É, com certeza, a parte negativa da escolha em se distanciar.

No trajeto ainda tive a oportunidade de cruzar uma importante e tênue linha e passar a ocupar o papel privilegiado de um imigrante desejado. Eu explico. Poucos meses depois da minha chegada a Portugal, ainda para fazer o Mestrado em Ciências da Comunicação, viajo para o Reino Unido de férias (em 2015). Tanto na saída, ainda no Aeroporto do Porto, quanto na chegada na cidade de Liverpool, preciso responder a questões como: “De onde vem esse seu apelido?” (em Portugal) e “O que você veio fazer

aqui? Onde vai ficar? Quanto dinheiro você tem?” (no Reino Unido). Confesso que a abordagem mais rude dos oficiais de fronteira sempre foi comum em minha vida, pois o único sobrenome que carrego é de origem libanesa e frequentemente desperta desconfiança por parte das autoridades de imigração.

Entretanto em 2019, já na condição de estudante de doutoramento e fazendo um período de formação na Nottingham Trent University (NTU) em Nottingham, Reino Unido, após uma apresentação no IAMCR, em Madri (Espanha), no retorno ao Aeroporto de Stansted, em Londres, o oficial de imigração pede meus documentos. Prontamente apresento e ele pergunta: “O que você foi fazer na Espanha?” — respondo e digo que fui para uma apresentação em um importante congresso de comunicação e mostro o certificado. Após conferir o certificado, o documento de aceite na NTU e de perguntar o motivo principal da minha residência temporária no Reino Unido, para a minha surpresa e de outros que aguardavam na fila e que ficaram igualmente surpresos, o oficial de imigração britânico pede licença, levanta-se, aperta a minha mão por baixo do vidro que nos separa e olhando no fundo dos meus olhos diz em alto e bom som: “Seja muito bem-vindo de volta ao Reino Unido, fique o tempo que for necessário. Espero que a sua estada seja produtiva e que você tenha êxito na sua pesquisa. Aproveite o nosso país!”.

Após o susto, passo então a buscar entender a situação e percebo que fui sumariamente promovido à condição de imigrante desejado e que, apenas quatro anos depois da primeira ida ao Reino Unido, agora era muito bem-vindo ao país que, através de suas autoridades de fronteira, tempos antes havia me exigido todos os tipos de provas e documentos de que eu não lá ficaria residindo sem autorização de residência. O fato exigiu algum tempo para ser digerido e a frase de George Orwell (1945, p. 90) na clássica obra *A Revolução dos Bichos* ecoava na minha mente: “Todos os animais são iguais, mas alguns animais são mais iguais do que outros”.

Ainda que durante a realização das entrevistas nesta tese, em diversas ocasiões, alguns participantes tenham demonstrado e dito que eu “não era como os outros”, foi naquele retorno para o Reino Unido em uma situação que sempre foi de alta tensão (passar pela imigração) que compreendi, finalmente, que o processo migratório é extremamente complexo e exigente não somente do ponto de vista emocional, mas também social e econômico. Morar fora custa caro e a quantidade de documentos e

comprobativos exigidos fazem com que os imigrantes necessariamente sejam obrigados a manter uma boa condição financeira para que todos os papéis solicitados sejam devidamente pagos. E não são poucos. Com certeza, isso é um desafio a mais em todo o contexto migratório.

Entretanto, conseguir perceber, ter ciência e digerir todos os fatos que hoje evidenciam que ocupo essa condição privilegiada como um imigrante desejado pode ser apontado como o lado bom de ter optado por me distanciar e até ausentar, muitas vezes, as impressões pessoais durante a realização do trabalho. Talvez, sem o distanciamento eu jamais pudesse me olhar, eu não teria conseguido me ver se não tivesse saído de mim. Além disso, a possibilidade de me aprofundar ao assumir exclusivamente o papel de investigador em temas que seriam pessoalmente sensíveis caso este fosse o lado assumido durante o percurso do doutoramento, com certeza constituem a melhor parte de ter que encarar as possíveis críticas e tornar a tese exequível e viável da maneira como está.

Contudo, além da condição de imigrante, o período em que decidi viver em Portugal (ano de 2014) coincide com o início da crise migratória na Europa. Após realizar o Mestrado em Ciências da Comunicação onde, na dissertação, pude pesquisar e compreender os motivos que fazem os cidadãos brasileiros escolherem Portugal como país de destino. Porém, no percurso e no desenvolvimento da pesquisa para a conclusão do Mestrado, noto que abundam os dados que relacionam Portugal e Brasil nas questões migratórias, porém são ainda poucas ou escassas as informações em torno da crise migratória na Europa, recente à época, e a questão dos refugiados no país europeu.

Dessa maneira, me candidato ao doutoramento em Estudos de Comunicação em 2016 e recebo a notícia de que minha candidatura havia sido aceita no mesmo dia em que faço a defesa da dissertação do Mestrado em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho. Em seguida, participo do concurso para financiamento da FCT do meu então projeto de doutoramento e o aceite da instituição (PD/BD/128175/2016) possibilita a continuação dos estudos e um aprofundamento nas complexas questões migratórias, mas com foco e interesse na percepção da crise migratória europeia e nos refugiados na cidade de Braga. Desse modo, duas perguntas surgem: Como os cidadãos

portugueses que vivem na cidade de Braga (Norte de Portugal) percebem os refugiados? Qual o papel dos *media* nessa percepção?

Sendo assim, retomei o caminho que trilhei para a realização do trabalho científico proposto e aquilo que me foi possível concluir a partir da pesquisa que realizei. No que se refere à metodologia, optei por utilizar as entrevistas em profundidade e constituir um guião que pudesse agrupar perguntas em quatro grandes temas: a globalização, a crise migratória na Europa, a espetacularização das imagens e o olhar sobre os refugiados por parte dos cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga. Tal escolha foi fundamental na organização e análise dos dados recolhidos. Desse modo, as 26 entrevistas em profundidade realizadas se mostraram suficientes para responder as perguntas de partida, pois a saturação foi alcançada em todos os questionamentos feitos aos participantes da pesquisa.

A maioria dos participantes da pesquisa nunca viveu em outro país, entretanto quase todos conhecem alguém (amigo, familiar ou conhecido) que vive ou já viveu fora de Portugal. Isso mostra que a afirmação sobre Portugal ser um país exportador de emigrantes é verdade e parece ainda ser uma constante na vida dos entrevistados. Ainda que grande parte dos participantes não tenha vivido em outro país, não há uma demonstração ou insatisfação com a possibilidade de isso um dia vir a acontecer.

Sobre a crise migratória na Europa, a segurança, o respeito aos direitos humanos e a estabilidade econômica surgem como os motivos principais na opinião dos entrevistados para que o continente seja um destino para os refugiados. Além disso, o modo de vida dos cidadãos europeus e o fato de viverem em países mais desenvolvidos contribuem para que os refugiados enxerguem na Europa a possibilidade de uma vida melhor com mais oportunidades e em segurança. Contudo, a construção de muros e barreiras, uma realidade em diversos países da Europa, também desperta o interesse para o papel dos *media* na formação da opinião pública e na definição de determinadas agendas. O fato de a União Europeia estar de tal forma burocratizada e institucionalizada dificulta a personificação de seus líderes e, por consequência, a atribuição de responsabilidades. Dessa maneira, os participantes da pesquisa não se mostram capazes de personificar em algum líder europeu a responsabilidade pela crise migratória que ocorre no continente, nem mesmo nos personagens mais proeminentes

nos *media*. O caso da lembrança dos Estados Unidos da América e da continuação da construção do muro na fronteira com o México por Donald Trump por parte dos entrevistados explicita isso de maneira clara. Os inquiridos na pesquisa realizada nesta tese recordaram do muro na América do Norte e da figura icônica de Donald Trump, mas, em relação à Europa recordavam-se apenas do muro de Berlim, demolido há três décadas. Ou seja, fica evidente que a agenda dos *media* impacta a percepção dos cidadãos e que a opinião pública é, de fato, dependente e pautada pelos meios de comunicação que evidenciam determinados temas em detrimento de outros.

Durante a análise dos dados da pesquisa, identifiquei que a maioria dos entrevistados tem conta nas redes sociais e foi possível relacionar que em Portugal a televisão ainda exerce grande influência nos cidadãos, diferentemente das pesquisas que mostram quem em outros países europeus a realidade é outra. Além disso, há um certo distanciamento da crise migratória dos cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga, isso porque Portugal não está entre os países da Europa que mais recebem refugiados e que são destinos preferenciais dos refugiados. Entretanto posso afirmar que os *media* são capazes de pautar e impressionar sua audiência e a imagem do menino Alan Kurdi morto e dos barcos lotados, que inundaram os meios de comunicação nos últimos anos, foram rememoradas de forma espontânea pela maioria dos entrevistados. Ou seja, os *media* parecem ter encontrado uma maneira de alertar o público para a crise migratória na Europa, ainda que tenham sido criticados pela forma como fizeram e de terem utilizado imagens fortes e icônicas.

Para finalizar, ficou evidente que os grupos minoritários são tendencialmente superestimados e com a questão dos refugiados na cidade de Braga não é diferente. A maioria dos entrevistados acredita que o número de refugiados acolhidos por Portugal é maior do que a quantidade verdadeira. Outrossim, apelar aos estereótipos foi a estratégia utilizada pelos entrevistados para tentar encontrar um refugiado na multidão, generalizando e assim incluindo e ressaltando aspectos no modo de vestir e nos hábitos alimentares dos muçulmanos como se todo refugiado pertencesse a essa religião.

Também foi possível compreender como os cidadãos portugueses que vivem em Braga e que se dispuseram a participar da pesquisa se comportam face a um sentimento de ameaça em relação ao emprego, mas também conseguimos constatar que

todos os participantes já leram, ouviram ou viram alguma notícia em relação aos refugiados, entretanto na cidade de Braga existe pouca ou nenhuma lembrança de notícias relacionadas aos refugiados. Ou seja, o poder que os *media* tem em aproximar realidades distantes e a força em moldar opiniões e sentimentos também se confirmam com esta tese.

O sentimento de cidadãos de países europeus, por exemplo a França, em relação aos migrantes e refugiados, por exemplo, são similares com os cidadãos portugueses. A pergunta em relação à fala de um ministro em que o político disse que os migrantes e refugiados fazem uma espécie de pesquisa de mercado antes de escolherem o país de destino foi compreendida como uma obviedade, algo incontestável e entendido como natural.

Além disso, não existe por parte da maioria dos entrevistados uma percepção de que tenha havido uma mudança em relação à segurança na cidade de Braga desde o início da crise migratória na Europa, mesmo que os órgãos de segurança tenham modificado a forma como atuam em grandes eventos e até mesmo a cidade tenha sido apetrechada com mobiliário urbano, especialmente pilares de ferro, e equipamentos de segurança permanente para pedestres.

O distanciamento da crise migratória e da questão dos refugiados pode ser percebido também pelo fato de que a maioria dos entrevistados não sabe e não consegue indicar uma instituição ou programa de acolhimento de refugiados na cidade de Braga e que nenhum um participante conhece pessoalmente um refugiado ou tem alguma história ou acontecimento para contar.

De modo geral, o olhar sobre os refugiados pelos cidadãos portugueses que vivem na cidade de Braga e que participaram da pesquisa é, em grande parte, moldado pela maneira como os meios de comunicação atuam e atuaram na cobertura da crise migratória na Europa. Também é plausível concluir que, como Braga não conta com grandes veículos de comunicação, os cidadãos desta cidade portuguesa estão suscetíveis e são pautados pela agenda mediática das grandes agências de comunicação e imprensa internacionais. São estes conglomerados de informação que servem de inspiração e são replicados para os grandes meios de comunicação tradicionais que atuam sobretudo na capital do país, Lisboa.

Na generalidade, o distanciamento da crise migratória por parte dos cidadãos portugueses que vivem em Braga foi atenuado pelos *media*. São evidenciados os sentimentos de existirem “várias Europas”, uma percepção que está latente nos cidadãos portugueses que referem “a Europa do Norte” como mais rica, poderosa e que deveria ser responsável por resolver as questões da crise migratória e dos refugiados em todo o continente.

A crise migratória na Europa e a questão dos refugiados se mostra como um dos maiores problemas e desafios para a União Europeia no século XXI. A solução passa, inclusive, pela necessidade na atualização do que é um refugiado e inclusão, além dos temores já definidos pela ONU em 1951, de questões relacionadas à opção sexual, da necessidade de mudança forçada de país ou região por conta de alterações climáticas e desastres naturais. Também podem ser abrangidos pelo estatuto de refugiado, os cidadãos provenientes de países onde ocorre o desrespeito flagrante aos inegociáveis direitos humanos básicos e fundamentais definidos pela ONU, que são: o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação.

Contudo e para finalizar, esta tese teve como foco e conseguiu abordar a crise migratória na Europa, a percepção que os cidadãos portugueses que vivem em Braga (Norte de Portugal) têm em relação aos refugiados e como essa noção é influenciada pelos *media*. De fato, os meios de comunicação social são determinantes e influenciam a opinião pública sobre determinados temas e com a crise migratória e a chegada de milhões de refugiados à Europa não foi diferente. Além disso, a mediação se torna quase que essencial para que assuntos desconhecidos pela audiência e que não acontecem de maneira próxima sejam aproximados e passem então a dominar a agenda local. Desse modo, é plausível afirmar que os cidadãos portugueses que participaram desta pesquisa foram influenciados pelos *media* para desenvolverem suas percepções sobre os refugiados e sobre a crise migratória na Europa.

Nesta investigação, relacionei os meios de comunicação e a formação da opinião pública em torno dos refugiados, entretanto tenho consciência das limitações em torno de aspectos comparativos com outras cidades de Portugal e até cidades do mesmo porte em países onde a crise migratória e a questão dos refugiados é vivenciada em outros termos.

Reconheço que, apesar da qualidade dos dados e das referências que utilizei, não fiz uma comparação da crise em seus diferentes momentos. Além disso, a pesquisa foi realizada no contexto de uma Europa austral e, portanto, desconsidera a realidade percebida pelos cidadãos que vivenciam crises migratórias em outros países europeus, de outros continentes como a Ásia, a África e as Américas do Sul (Brasil e Venezuela), Central (Honduras, Guatemala etc.) e do Norte (Estados Unidos, México e Canadá).

A partir da pesquisa realizada neste trabalho, outros assuntos podem ser apontados como merecedores de serem estudados. A realização de um trabalho com vistas a comparar cidadãos de diferentes países europeus em relação à percepção dos refugiados e à influência dos *media*, mas também poder confrontar a realidade de Portugal com países onde os refugiados são tangíveis e já alcançaram outros níveis de interação como na Itália, no Reino Unido, na Grécia, Suécia, França, Espanha e Alemanha.

Também existe campo de estudo em trabalhos que podem comparar Portugal e o contexto Europeu com o Brasil e a crise migratória na Venezuela. A possibilidade de segmentar os estudos relacionados aos *media* e aos refugiados levando em consideração o gênero, o fato de os possíveis participantes viverem em zonas rurais ou citadinas e até entre cidades portuguesas menores como Braga com a capital do país Lisboa, por exemplo. Pesquisas relacionadas à percepção dos cidadãos portugueses em relação aos ciganos e aos cidadãos brasileiros que recém chegaram ao país europeu podem oportunizar importantes descobertas, mas sobretudo indicar caminhos no desenvolvimento de políticas de acolhimento e projetos de integração com vistas a tornar a convivência menos custosa e mais harmoniosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aalberg, T., Blekesaune, A., & Elvestad, E. (2013). Media Choice and Informed Democracy. *The International Journal of Press/Politics*, 18(3), 281–303. DOI: 10.1177/1940161213485990
- Abdo, C. (2016). *Migrações e Comunicação: brasileiros que escolheram Portugal como destino*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/42599>
- Acayaba, C. (2017, 30 de outubro). Brasil registra 8 desaparecimentos por hora nos últimos 10 anos, diz estudo inédito. *G1*. Retirado de <https://bit.ly/2UaM212>
- ACM, Alto Comissariado para as Migrações. (2017). *Relatório de avaliação da política portuguesa de acolhimento de pessoas refugiadas: programa de recolocação*. Retirado de <https://bit.ly/3cusKKA>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2013). *Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados*. Retirado de <https://bit.ly/2MCKmhn>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2016). *Deslocamento forçado atinge recorde global e afeta uma em cada 113 pessoas no mundo*. ACNUR. Retirado de <https://bit.ly/2UdShBh>
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. (2017). *Figures at a Glance*. ACNUR. Retirado de <https://bit.ly/2XxzxPi>
- ACNUR, La agencia de la ONU para los refugiados. (2018). Tendencias globales: desplazamiento forzado en 2017. ACNUR. Retirado de <https://bit.ly/3dzyN1G>
- Agência Lusa (2018, 11 de junho). Aquarius continua em alto mar. Itália e Malta mantêm “braço-de-ferro”. *Notícias ao Minuto*. Retirado de <https://bit.ly/2ADisdY>
- Agência Lusa (2018, 28 de junho). Costa só admite plataformas para refugiados sob controlo do ACNUR. *Observador*. Retirado de <https://bit.ly/30nh3mH>
- Aires, L. (2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. [ebook] Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.2/2028>
- Allern, S. (2002). Journalistic and commercial news values: News organizations as patrons of an institution and market actors. *Nordicom Review* 23(1–2): 137–52. Retrieved from <https://bit.ly/3fYQ2LA>
- Allport, G. (1954). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1979.

- Alves, Z. M. M. B., & Silva, M. H. G. F. D. da. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, (2), 61–69. DOI: 10.1590/s0103-863x1992000200007
- Amâncio, L. (1992). Assimetrias nas representações de gênero. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (34), 9-22. Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/14034>
- Amaral, I., & Daniel, F. (2016). Ageism and IT: Social Representations, Exclusion and Citizenship in the Digital Age. *Lecture Notes in Computer Science*, 159–166. DOI: 10.1007/978-3-319-39949-2_15
- Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso: London / New York. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/3czrrKf>
- Appadurai, A., & Ribeiro, A. P. (2009). *Conferência Gulbenkian: podemos viver sem o outro?: as possibilidades e os limites da interculturalidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Araújo da Silva, A. K., Galvão Coutinho Correia, A. E., & França de Lima, I. (2010). O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 33(1), 213-239. Retirado de <http://eprints.rclis.org/17287/>
- Aronson, E. (1999). *O animal social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Arruda, A. (2003). Living is Dangerous: Research Challenges in Social Representations. *Culture & Psychology*, 9(4), 339–359. DOI: 10.1177/1354067x0394002
- Assmann, A., & Schwarz, A. (2013). Memory, migration and guilt. *Crossings: Journal of Migration & Culture*, 4(1), 51–65. DOI: 10.1386/cjmc.4.1.51_1
- Babo, I. (2013). As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011: A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais. *Análise Social*, (209), 792-809. Recuperado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000400002
- Bailey, O. G. (2015). Diasporic media in multicultural societies. In C. Atton (Ed.), *The Routledge companion to alternative and community media* (pp. 414-425). Oxon: Routledge. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2Xj5llm>
- Baldwin, M. W. (1992). Relational schemas and the processing of social information. *Psychological Bulletin*, 112(3), 461–484. DOI: 10.1037/0033-2909.112.3.461
- Bargh, J. A., & Pietromonaco, P. (1982). Automatic information processing and social perception: The influence of trait information presented outside of conscious awareness on impression formation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43(3), 437–449. DOI: 10.1037/0022-3514.43.3.437

- Bartoletti, R. (2011). Memory and social media: New forms of remembering and forgetting. *Learning from memory: body, memory and technology in a globalizing world*, 82-111.
- Barreto, A. (Ed.). (2005). *Globalização e migrações* (Vol. 38). Impr. de Ciências Sociais.
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*. Cambridge (MA): Cambridge University Press. [ebook] Retrieved from <https://bitly.com/GiHaz>
- Bauböck, R. (1998). Sharing History and Future? Time Horizons of Democratic Membership in an Age of Migration. *Constellations*, 4(3), 320–345. DOI: 10.1111/1467-8675.00058
- Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2017). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/30fbaYr>
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2007). *A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio de Água.
- Belém, J. (2018, 8 de fevereiro). Grande Tema - Terrorismo força mudanças nas cidades. *JN*. Retirado de <https://bit.ly/3gUdtGh>
- Benko, G. (2016). A recomposição dos espaços. *Interações (Campo Grande)*, 1(2). Retirado de <https://bit.ly/2U7Tj1R>
- Benoist, A. D. (1999). *Comunismo e Nazismo: 25 reflexões sobre o totalitarismo no século XX (1917–1989)*. Lisboa: Hugin.
- Berger, P., L. & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade: um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Bertman, S. (1998). *Hipercultura: o preço da pressa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bethencourt, F. (2015). *Racismos: das cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas e Debates.
- Bilgic, A., & Pace, M. (2017). The European Union and refugees. A struggle over the fate of Europe. *Global Affairs*, 3(1), 89–97. DOI: 10.1080/23340460.2017.1322252

- Bijos, L. M. D. J., & Silva, P. A. D. (2013). Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. *Revista CEJ*, 17(59). Retirado de <https://bit.ly/2z9GvRm>
- Blackwell, D., Leaman, C., Trampusch, R., Osborne, C., & Liss, M. (2017). Extraversion, neuroticism, attachment style and fear of missing out as predictors of social media use and addiction. *Personality and Individual Differences*, 116, 69–72. DOI: 10.1016/j.paid.2017.04.039
- Bleiker, R., Campbell, D., Hutchison, E., & Nicholson, X. (2013). The visual dehumanisation of refugees. *Australian Journal of Political Science*, 48(4), 398-416. DOI: 10.1080/10361146.2013.840769
- Bohner, G., Moskowitz, G. B., & Chaiken, S. (1995). The Interplay of Heuristic and Systematic Processing of Social Information. *European Review of Social Psychology*, 6(1), 33–68. DOI: 10.1080/14792779443000003
- Boler, M., & Nemorin, S. (2013). Dissent, truthiness, and skepticism in the global media landscape: Twenty-first century propaganda in times of war. In J. Auerbach & R. Castronovo (Eds.), *The Oxford handbook of propaganda studies* (pp. 395-417). Oxford: Oxford University Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/33xFHjG>
- Boltanski, L. (1999). *Distant suffering: Morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/36lmXFH>
- Bornstein, G. (2003). Intergroup Conflict: Individual, Group, and Collective Interests. *Personality and Social Psychology Review*, 7(2), 129–145. DOI: 10.1207/s15327957pspr0702_129-145
- Bourmaud, F. X. (2018, 8 de junho). Les Français approuvent les déclarations polémiques de Gérard Collomb. *Le Figaro*. Recupéré de <https://goo.gl/JHQGH2>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Brasil: Bertrand.
- Brasil, J. A. (2016). *América Latina em foco: processos identitários e representações sociais entre latino-americanos migrantes e não migrantes*. Tese de Doutorado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/48720>
- Brites, M. J., Amaral, I., & Catarino, F. (2018). A era das “fake news”: o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. *Journal of Digital Media & Interaction* 1(1), pp. 85-98. Retirado de <http://hdl.handle.net/10437/8949>
- Browne, K. D., & Hamilton-Giachritsis, C. (2005). The influence of violent media on children and adolescents: a public-health approach. *The Lancet*, 365(9460), 702–710. DOI: 10.1016/s0140-6736(05)17952-5

- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64(2), 123–152. DOI: 10.1037/h0043805
- Buonfino, A. (2004). Between unity and plurality: the politicization and securitization of the discourse of immigration in Europe. *New Political Science*, 26(1), 23–49. DOI: 10.1080/0739314042000185111
- Bucqueroux, B., & Seymour, A. (2009). *A Guide for journalists who report on crime and Crime victims*. Justice Solutions. Retrieved from <http://www.ncjrs.gov/App/publications/abstract.aspx?ID=258251>
- Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação*, 407-418. Lisboa: Vega. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1599>
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25>
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras. [ebook] Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/37335>
- Cabecinhas, R. & Amâncio, L. (2004, setembro). *Estereótipos sociais e assimetria simbólica: três estudos com jovens angolanos e portugueses*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1651>
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2008). *Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios*. Porto: Campos das Letras.
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2013). Representações sociais do processo colonial – perspectivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses. *Configurações. Revista de sociologia*, 12, 117-139. Retirado de <https://bit.ly/3ICgoWH>
- Cabecinhas, R. & Macedo, I. (2019). (Anti)racismo, ciência e educação: teorias, políticas e práticas. *Medi@ções*, 7(2), 16-36. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/62834>
- Cabecinhas, R., & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal. *CECS-Publicações/eBooks*, 109-132. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/9320>
- Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: mudanças e continuidades. In A. C. S. Mandarin & E. Gomber (Eds.), *Racismos: olhares plurais*, 11-43. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/11002>

- Cabecinhas, R. (2011). Narrativas identitárias e memória social: estudos comparativos em contexto lusófono. In J. Gama; A. Gonçalves; F. Raguso & M. H. Palhinha (Eds.), *Cultura Portuguesa: interculturalidade e lusofonia*, 171-184. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/17954>
- Cabecinhas, R. (2012). Estereótipos sociais, processos cognitivos e normas sociais. In M. C. Silva & J. M. Sobral (Orgs.), *Etnicidade, nacionalismo e racismo: migrações, minorias étnicas e contextos escolares* (pp. 151-165). Porto: Edições Afrontamento. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39422>
- Caesar, G. & Reis, T. (2018, 11 de maio). Brasil registra quase 60 mil pessoas assassinadas em 2017. *G1*. Retirado de <https://bit.ly/2YacysW>
- Campenhoudt, L. V. (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Campos, R. (2013). *Introdução à cultura visual. Abordagens e metodologias em ciências sociais*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Canclini, N. G. (2003). *A globalização imaginada*. Editora Iluminuras Ltda.
- Cantril, H. (1942). Professor quiz: A gratifications study. In P. F. Lazarsfeld & F. Stanton (Eds.), *Radio research 1941* (pp. 34–45). New York: Duell, Sloan & Pearce.
- Cardoso, G. (2013). *A sociedade dos ecrãs: sociologia dos ecrãs, economia da mediação*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Carlos, S. A. (1998). O processo grupal. In M. G. C. Jacques; M. N. Strey; M. G. Bernardes; P. A. Guareschi; S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Eds.), *Psicologia Social Contemporânea: livro texto*, 199-206. Petrópolis: Editora Vozes.
- Carter, C. & Weaver, K. (2003). *Violence and media*. Buckingham: Open University Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2wsPcoe>
- Carvalho, F. (2011). *A emigração portuguesa nos anos 60 do século XX: porque não revisitá-la hoje?*. Lisboa: Serise Expresso.
- Castano, E. (2004). On the Advantages of Reifying the Ingroup. In V. Yzerbyt, C. M. Judd, & O. Corneille (Eds.), *The psychology of group perception: Perceived variability, entitativity, and essentialism* (pp. 381–400). Psychology Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2B2pY29>
- Castells, M. (2001). *The Internet galaxy: Reflections on the Internet, business, and society*. Oxford University Press on Demand: New York. [ebook]. Retrieved from <https://bit.ly/2zK8UxH>

- Castells, M. (2009). *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial. [ebook] Recuperado de <https://bit.ly/2yXlwRv>
- Castles, S., Marques, M. M. F., & Ágoas, F. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.
- Cerqueira, D., Lima, R. S. D., Bueno, S., Valencia, L. I., Hanashiro, O., Machado, P. H. G., & Lima, A. D. S. (2017, 5 de junho de 2017). *Atlas da violência 2017*. Retirado de <https://bit.ly/374hund>
- Cerqueira, N. (2019, 13 de setembro). Números da UMinho. *Diário do Minho*. Retirado de <https://bit.ly/3cuwA6s>
- Cerqueira, N. (2019, 28 de dezembro). As contas do presidente da Câmara de Braga. *Diário do Minho*. Retirado de <https://bit.ly/379N3fd>
- Chadwick, A. (2013). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford, England: Oxford University Press [ebook]. Retirado de <https://cutt.ly/hrxpCzS>
- Chaliand, G., & Rageau, J. P. (1991). *Atlas des diasporas*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Chin-Fook, L., & Simmonds, H. (2011). Redefining gatekeeping theory for a digital generation. *The McMaster Journal of Communication*, 8(1), 7-34. Retrieved from <https://bit.ly/3eVvguL>
- Chouliaraki, L., & Zaborowski, R. (2017). Voice and community in the 2015 refugee crisis: A content analysis of news coverage in eight European countries. *International Communication Gazette*, 79(6-7), 613–635. DOI: 10.1177/1748048517727173
- Christie, N. (1986). The ideal victim. In E. A. Fattah (Ed.), *From crime policy to victim policy* (pp. 17-30). London: Palgrave Macmillan. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/3d2HjGe>
- Clavel, G., & Montalivet, H. (2018, 31 de maio). "Benchmarking des migrants": Gérard Collomb embarrasse, la majorité rectifie le tir. *Huffpost*. Recupéré de <https://bit.ly/2MxTM9u>
- Cierco, T. (2017). Crise de Refugiados: Um teste aos princípios e valores europeus. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 7(1). Recuperado de <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/historia/article/view/2634>
- Cohen, R. (2008). *Global diasporas: an introduction*. Covilhã: LabCom Books [ebook]. Retirado de <https://bit.ly/3gVZ9Nx>

- Collins, A. M., Hislop, D., & Cartwright, S. (2016). Social support in the workplace between teleworkers, office-based colleagues and supervisors. *New Technology, Work and Employment*, 31(2), 161–175. DOI: 10.1111/ntwe.12065
- Comissão Europeia (2015). Agenda Europeia da Migração: comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Comissão Europeia*. Retirado de <https://bit.ly/3cCLkij>
- Comissão Europeia (2016). *A UE e a crise dos refugiados*. Comissão Europeia. Retirado de <https://bit.ly/3ePvSCn>
- Comissão Europeia (2018). *Eurobarómetro Standard da primavera de 2018*. Retirado de <https://bit.ly/3f4Wmjx>
- Comissão Europeia (2019). *Eurobarómetro Standard 90 - Relatório Nacional - Opinião pública na União Europeia - Portugal outono 2018*. Retirado de <https://bit.ly/373FGG4>
- Cordeiro, A. D. (2017, 16 de outubro). Integração: Quase metade dos 1500 refugiados que chegaram já deixou Portugal. *Público*. Retirado de <https://bit.ly/2A7MZAq>
- Corrêa, A. (2020, 03 de fevereiro). Braga bate Algarve e Lisboa no aumento dos preços dos imóveis [Post em blogue]. Retirado de <https://bit.ly/3gV2I6A>
- Council of Europe (2020, 03 de fevereiro). Concerted action against human trafficking and the smuggling of migrants [Blog post]. Retrieved from <https://bit.ly/374Jkj4>
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Leya. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/3dN4X9W>
- CPR, Conselho Português para os Refugiados. (2016). *Relatório de atividades 2015*. Retirado de <https://bit.ly/3cEHwOS>
- Craveiro Queiroz, C. (2018). *Os estereótipos também envelhecem?: uma análise descolonial das intersecções entre racismo, sexismo e idadeismo, a partir das vivências de migrantes brasileiras em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/56245>
- Craveiro Queiroz, C., Cabecinhas, R., & Cerqueira, C. (2020). Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros “ismos”. *Equatorial – Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social*, 7(12), 1-23. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID17914
- Cunha, T. C. e. (2005). Os media e o silêncio político. *Comunicação E Sociedade*, 8, 39-45. DOI: 10.17231/comsoc.8(2005).1180

- da Silva, I. M. & McCaffrey, D. (2020, 9 de março). Acordo UE-Turquia sobre migração em detalhe. *Euronews*. Retirado de <https://bit.ly/30aHkEt>
- da Silva, J. M. (2019). O olhar narrativo de Michel Maffesoli: da ecosofia aos “coletes amarelos”. *Lumina*, 13(1), 164-172. Retirado de <https://bit.ly/37aEssQ>
- Da Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC.
- Davies, P., Francis, P., & Greer, C. (Eds.). (2007). Victims, crime and society. In P. Davies, P. Francis & C. Greer (Eds.), *Victims, crime and society* (pp. 1- 19). London: Sage. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2X6GVkE>
- Debord, G. (2003). *A sociedade do espetáculo*. E-book digitalizado por Coletivo Periferia e eBooks Brasil [ebook]. Retirado de <https://bit.ly/2Yi7L8T>
- de Melo Rocha, R., & Castro, G. G. (2010). Cultura da mídia, Cultura do Consumo: Imagem e espetáculo no discurso pós-moderno. *Logos*, 16(1), 48-59. Recuperado de <https://bit.ly/2XyNoor>
- Demetriades, S. Z. (2019). Cosmopolitan Dimensions of Virality and “The Boy in the Ambulance”. *Western Journal of Communication*, 84(2), 148-167. DOI: 10.1080/10570314.2019.1660910
- de Oliveira, V., Leandro, E. L., & do Amaral, J. J. O. (2011). *Migração: múltiplos olhares*. São Carlos, Pedro & João Editores / Editora da UNIR - EDUFRO.
- de Oliveira, R. C. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- Defarges, P. M. (1993). *A mundialização: o fim das fronteiras?*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Deshaies, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas*. Instituto Piaget: Lisboa.
- Drechsel, B. (2010). The Berlin Wall from a visual perspective: comments on the construction of a political media icon. *Visual Communication*, 9(1), 3–24. DOI: 10.1177/1470357209352947
- Dias, J. A. (2018, 28 de junho). Na crise de refugiados que pode ditar o fim de Merkel, quem apoia e quem empurra a chanceler?. *Observador*. Retirado de <https://bit.ly/3dzhfD2>
- Dias, J. A. (2018, 29 de junho). Acolhimento de refugiados na UE passa a ser feito numa “base voluntária”. *Observador*. Retirado de <https://bit.ly/2UdFrTC>

- Di Fátima, B. (2003). *Primavera Árabe: vigilância e controle na sociedade da informação*. Silva, 41. Retirado de <https://bit.ly/3gV42X6>
- Doise, W. (2005). Les relations entre groupes. In dir. Serge Moscovici collab. J.-C. Abric [et al.], *Psychologie sociale* (pp. 253-274). Paris: Presses Universitaires de France.
- Donsbach, W. (1991). Exposure to Political Content in Newspapers: The Impact of Cognitive Dissonance on Readers' Selectivity. *European Journal of Communication*, 6(2), 155–186. DOI: 10.1177/0267323191006002003
- Doveling, K., von Scheve, C., & Konijn, E. A. (2011). *The Routledge handbook of emotions and mass media*. London / New York: Routledge. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2QvwO4Y>
- Doveling, K., von Scheve, C., & Konijn, E. A. (2011). Emotions and mass media: an interdisciplinary approach. In K. Doveling; C. Von Scheme & E. A. Konijn (Orgs.), *The Routledge handbook of emotions and mass media* (pp. 1-12). London / New York: Routledge. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2QvwO4Y>
- Dreher, T., & Voyer, M. (2015). Climate refugees or migrants? Contesting media frames on climate justice in the Pacific. *Environmental Communication*, 9(1), 58-76. DOI: 10.1080/17524032.2014.932818
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar Em Revista*, (24), 213–225. DOI: 10.1590/0104-4060.357
- Dubar, C. (2006). *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Afrontamento.
- Dutra Brignol, L., & Drey Costa, N. (2016). Migração e usos sociais do Facebook: uma aproximação à webdiáspora senegalesa no Rio Grande do Sul. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 24(46). Recuperado de <https://bit.ly/3OnmfqH>
- Eilders, C. (2006). News factors and news decisions. Theoretical and methodological advances in Germany. *Communications*, 31(1). DOI: 10.1515/commun.2006.002
- Elliott, D. (1986). *Responsible journalism*. Beverly Hills: Sage. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/3dzhGxa>
- Epstein, I. (2007). Quando um fato se transforma em notícia no jornalismo e na ciência. *Comunicação & Sociedade*, 28(47), 159-179. Recuperado de <https://bit.ly/2Myypoc>
- Erlanger, S. (2018, 24 de junho). Germany and Italy at Odds on Migration Crisis After Meeting. *The New York Times*. Retrieved from <https://bit.ly/377h3bM>

- Esses, V. M., Dovidio, J. F., Jackson, L. M., & Armstrong, T. L. (2001). The Immigration Dilemma: The Role of Perceived Group Competition, Ethnic Prejudice, and National Identity. *Journal of Social Issues*, 57(3), 389–412. DOI: 10.1111/0022-4537.00220
- Estado paga até 6.500 euros a emigrantes que voltem a trabalhar em Portugal (2019, 25 de junho). *Jornal de Negócios*. Retirado de <https://bit.ly/371leEA>
- Eurofound, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2019, 11 de fevereiro). *Minimum wages in 2019 – First findings*. Retrieved from <https://bit.ly/3eTtaM5>
- Fehrenbach, H., & Rodogno, D. (2015). “A horrific photo of a drowned Syrian child”: Humanitarian photography and NGO media strategies in historical perspective. *International Review of the Red Cross*, 97(900), 1121–1155. DOI: 10.1017/s1816383116000369
- Feldman, A. (1994). On cultural anesthesia: from Desert Storm to Rodney King. *American Ethnologist*, 21(2), 404–418. DOI: 10.1525/ae.1994.21.2.02a00100
- Ferabolli, S. (2012). Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe. *Ciências & Letras*, (51). Recuperado de <https://bit.ly/3eS0FhP>
- Ferin, I. (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- Fernandes, D., & de Castro, M. C. G. (2013). Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 21(41). DOI: 10.1590/S1980-85852013000200006
- Ferreira, M. F. (2013). A ética da investigação em ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 169-191. Recuperado de <https://bit.ly/31CHQLY>
- Festinger, L. (1954). A Theory of Social Comparison Processes. *Human Relations*, 7(2), 117–140. DOI: 10.1177/001872675400700202
- Figueira, H. (2007, 6 de julho). Dúvida Linguística: emigrar / imigrar [Relações lexicais / Definição]. Retirado de <https://bityli.com/SQeeD>
- Flash Eurobarometer 464 (2018). *Report: Fake news and disinformation online*. Retrieved from <https://bit.ly/3hn9nWY>
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Monitor: Lisboa.
- Franz, K. A. (1993). Ideology and the media: Local television coverage on the “fall of the Berlin wall” in the United States. *Visual Sociology*, 8(1), 2–15. DOI: 10.1080/14725869308583708

- Fraser, D., & Caestecker, F. (2013). Jews or Germans? Nationality Legislation and the Restoration of Liberal Democracy in Western Europe after the Holocaust. *Law and History Review*, 31(02), 391–422. DOI: 10.1017/s0738248013000035
- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Freund, G. (1995). *Fotografia e sociedade*. Lisboa. Comunicação & Linguagens.
- Friedman, T. L. (10º Ed.) (2010). *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Lisboa: Actual Editora.
- Fukuyama, F. (1995). *Trust: The social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/3bayjgQ>
- Galton, F. (1904). Eugenics: Its definition, scope, and aims. *American Journal of Sociology*, 10(1), 1-25. Retrieved from <https://bit.ly.com/93tGR>
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–90. DOI: 10.1177/002234336500200104
- Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B. & Garrido, M. V. (2013). Processos de influência social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social - 9ª Edição* (pp. 245-324). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garcia-Marques, T. & Garcia-Marques, L. (2003). Mal pensa quem não repensa: Introdução ao estudo dos estereótipos sociais numa perspectiva cognitiva. In T. Garcia-Marques & L. Garcia-Marques (Eds.), *Textos Fundamentais - Os estereótipos e sua influência no processamento de informação - 1ª Edição* (pp. 11-25). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Garrido, M. V., Garcia-Marques, L., Jerónimo, R., & Ferreira, M. B. (2013). Formação de impressões e representações cognitivas de pessoas. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social - 9ª Edição* (pp. 43-97). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Genevsky, A., Västfjäll, D., Slovic, P., & Knutson, B. (2013). Neural Underpinnings of the Identifiable Victim Effect: Affect Shifts Preferences for Giving. *The Journal of Neuroscience*, 33(43), 17188–17196. DOI: 10.1523/jneurosci.2348-13.2013
- Georgiou, M., & Zaborowski, R. (2017). *Media coverage of the “refugee crisis”: A cross-European perspective*. Council of Europe [ebook]. Retrieved from <https://bit.ly/3ifnA90>
- Gerbner, G., & Gross, L. (1976). Living with Television: The Violence Profile. *Journal of Communication*, 26(2), 172–199. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1976.tb01397.x

- Giddens, A. (2000). *O mundo na era da globalização*. Barcarena: Editorial Presença. [ebook]. Retirado de <https://bit.ly/3dFmcdo>
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas: São Paulo.
- Gil de Zúñiga, H., Diehl, T., Huber, B., & Liu, J. (2017). Personality Traits and Social Media Use in 20 Countries: How Personality Relates to Frequency of Social Media Use, Social Media News Use, and Social Media Use for Social Interaction. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 20(9), 540–552. DOI: 10.1089/cyber.2017.0295
- Giovanis, E. (2018). The relationship between teleworking, traffic and air pollution. *Atmospheric Pollution Research*, 9(1), 1–14. DOI: 10.1016/j.apr.2017.06.004
- Gitlin, T. (2003). *The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left*. Univ of California Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2UgRS1c>
- Glassman, D. (2019). Facebook is creating records — but who is managing them?. *Archives and Manuscripts*, 1–14. DOI: 10.1080/01576895.2019.1614077
- Global Peace Index. (2019). *Measuring peace in a complex world* (The Institute for Economics & Peace (IEP)). Retrieved from <https://bit.ly/3eQXyqh>
- Global Peace Index. (2020). *Measuring peace in a complex world* (The Institute for Economics & Peace (IEP)). Retrieved from <https://bit.ly/2GTbdlw>
- Glynn, I., & Kleist, J. O. (2012). The Memory and Migration Nexus: An Overview. *History, Memory and Migration*, 3–29. DOI: 10.1057/9781137010230_1
- Godin, M., & Doná, G. (2016). “Refugee Voices,” New Social Media and Politics of Representation: Young Congolese in the Diaspora and Beyond. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, 32(1), 60-71. Retrieved from <https://bit.ly/2UtyM8f>
- Góes, J. C. (2017). *O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. Retirado de <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AVCJUY>
- Góis, P. & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES* [Online], 29. DOI: 10.4000/eces.3307
- Golub, B., & Sadler, E. (2017). Learning in Social Networks. *SSRN Electronic Journal*. DOI: 10.2139/ssrn.2919146

- Gómez, G. R., Flores, J. G. & Jiménez, E. G. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Gomes, M. S. (2013). O imaginário social< Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *Dados*, 56(4), 867-900. DOI: 10.1590/S0011-52582013000400005
- Gomes, I. M. M. (2004). *Efeito e Recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media*. Editora E-papers. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/2Y2Eqz5>
- Greussing, E., & Boomgaarden, H. G. (2017). Shifting the refugee narrative? An automated frame analysis of Europe's 2015 refugee crisis. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(11), 1749–1774. DOI: 10.1080/1369183x.2017.1282813
- Grizzle, A., Moore, P., Dezuanni, M., Asthana, S., Wilson, C., Banda, F. & Onumah, C. (2016). *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias*. Brasília: UNESCO. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/2CSuW2G>
- Guerra, A. T. M. (2006). Do holocausto nazista à nova eugenia no século XXI. *Ciência e Cultura*, 58(1), 4-5. Recuperado de <https://bit.ly/3gSLLtw>
- Gutiérrez-Sanz, V. (2017). Zombis e inmigrantes. Análisis de un marco retórico común en el periodismo y la literatura española. *Pensamiento al margen* (6), 73-96. Recuperado de <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/23379>
- Hall, A. E. (2009). Perceptions of media realism and reality TV. In R. L. Nabi & M. B. Oliver (Eds.), *The SAGE handbook of media processes and effects* (pp. 423-438). Califórnia: SAGE Publications. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/36cWry9>
- Hall, J. A. (2016). When is social media use social interaction? Defining mediated social interaction. *New Media & Society*, 20(1), 162–179. DOI: 10.1177/1461444816660782
- Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende...[et. al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: TupyKurumin. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/3h0CgZw>

- Hamilton, D. L., & Sherman, S. J. (1989). Illusory correlations: Implications for stereotype theory and research. In *Stereotyping and prejudice* (pp. 59-82). Springer: New York.
- Hamilton, D. L., Sherman, S. J., & Ruvolo, C. M. (1990). Stereotype-Based Expectancies: Effects on Information Processing and Social Behavior. *Journal of Social Issues*, 46(2), 35–60. DOI: 10.1111/j.1540-4560.1990.tb01922.x
- Hamilton, D. L., Sherman, S. J., & Rodgers, J. S. (2004). Perceiving the Groupness of Groups: Entitativity, Homogeneity, Essentialism, and Stereotypes. In V. Yzerbyt, C. M. Judd, & O. Corneille (Eds.), *The psychology of group perception: Perceived variability, entitativity, and essentialism* (pp. 39–60). Psychology Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2B2pY29>
- Hariman, R., & Lucaites, J. L. (2003). Public Identity and Collective Memory in US Iconic Photography: The Image of "Accidental Napalm". *Critical studies in media communication*, 20(1), 35-66. DOI: 10.1080/0739318032000067074
- Haslam, S. A., Oakes, P. J., Turner, J. C., & McGarty, C. (1995). Social categorization and group homogeneity: Changes in the perceived applicability of stereotype content as a function of comparative context and trait favourableness. *British Journal of Social Psychology*, 34(2), 139–160. DOI: 10.1111/j.2044-8309.1995.tb01054.x
- Hegarty, A., & Leonard, S. (1999). *Direitos do homem: uma agenda para o século XXI*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Held, D., & McGrew, A. (2001). *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/3gW1Bng>
- Hellwig, T., & Sinno, A. (2016). Different groups, different threats: public attitudes towards immigrants. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(3), 339–358. DOI: 10.1080/1369183x.2016.1202749
- Henriques, J. G. (2020, 16 de janeiro). Imigração: Número de brasileiros a viver em Portugal subiu 43%. Já são 151 mil. *Público*. Retirado de <https://bit.ly/2Y665yW>
- Hobsbawn, E. (2008). *A era dos extremos*. Lisboa: Editorial Presença.
- Hogg, M. A. (2000). Social Identity and Social Comparison. *Handbook of Social Comparison*, 401–421. DOI: 10.1007/978-1-4615-4237-7_19
- Horenczyk, G. (1997). Immigrants' Perceptions of Host Attitudes and Their Reconstruction of Cultural Groups. *Applied Psychology*, 46(1), 34–38. DOI: 10.1111/j.1464-0597.1997.tb01088.x

- Horsti, K. (2016). Visibility without voice: Media witnessing irregular migrants in BBC online news journalism. *African Journalism Studies*, 37(1), 1-20. DOI: 10.1080/23743670.2015.1084585
- Horta, A. (2009). Memória social e identidade nacional no contexto europeu. In M. L. Martins & R. Cabecinhas (Eds.), *Anuário internacional de comunicação lusófona 2009: memória social e dinâmicas identitárias* (pp. 11-24). Braga: Grácio Editor [ebook] Retirado de https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29841/1/Anuario_2009.pdf
- Höijer, B. (2004). The Discourse of Global Compassion: The Audience and Media Reporting of Human Suffering. *Media, Culture & Society*, 26(4), 513–531. DOI: 10.1177/0163443704044215
- Human Development Report 2019, UNDP (2019). *Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century*. Retrieved from <https://bit.ly/2AJ2XAY>
- IMD: Institute for Management Development (2019). *IMD World Talent Ranking 2019*. Retrieved from <https://bit.ly/2UfkaJh>
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2014). *Cidades Portuguesas: Um Retrato Estatístico*. Retirado de <https://bit.ly/3gPeLSK>
- International Organization for Migration - IOM (2020, 21 de janeiro). Flow monitoring Europe [Blog post]. Retirado de <https://migration.iom.int/europe?type=arrivals>
- International Organization for Migration - OIM (2020, 21 de janeiro). Missing migrants: tracking deaths along migratory routes [Blog post]. Retirado de <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>
- Iorio, J. C. & Nogueira, S. G. (2019). O acolhimento de estudantes internacionais: brasileiros e timorenses em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 27(56), 197–215. DOI: 10.1590/1980-85852503880005611
- Iyengar, S., & Hahn, K. S. (2009). Red Media, Blue Media: Evidence of Ideological Selectivity in Media Use. *Journal of Communication*, 59(1), 19–39. DOI: 10.1111/j.1460-2466.2008.01402.x
- Jaskulowski, K. (2018). The securitisation of migration: Its limits and consequences. *International Political Science Review*, 019251211879975. DOI: 10.1177/0192512118799755
- Jensen, K. B. (1991). When Is Meaning? Communication Theory, Pragmatism, and Mass Media Reception. *Annals of the International Communication Association*, 14(1), 3–32. DOI: 10.1080/23808985.1991.11678776

- João, S. G., & Menezes, I. (2012). Construção e validação de indicadores de literacia mediática. *Comunicação e Sociedade*, 13, 55-68. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54244/2/86045.pdf>
- Joffé, G. (2011). A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. *Relações Internacionais (R: I)*, (30), 85-116. Retirado de <https://bit.ly/3gYBuvJ>
- Jornal Nacional (2016, 28 de outubro). Número de homicídios no Brasil é maior do que o de países em guerra. *G1*. Retirado de <https://bit.ly/2Y6MxKG>
- Jornal Observador (2018, 28 de maio). Mais de 17 mil médicos e enfermeiros emigraram nos últimos oito anos - Entre médicos e enfermeiros foram 17.267 os que saíram de Portugal entre 2010 e fevereiro de 2018, escreve esta segunda-feira o Correio da Manhã, citando números das ordens profissionais. *Observador*. Retirado de <https://bit.ly/330064S>
- Jornal Oficial da União Europeia (2009). Recomendação da Comissão de 20 de Agosto de 2009 sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva. *Jornal Oficial da União Europeia*. Retirado de <https://bit.ly/35TzstX>
- Jornal Oficial da União Europeia (2012). Tratado sobre o funcionamento da União Europeia (versão consolidada). *Jornal Oficial da União Europeia*. Retirado de <https://bit.ly/2MAosqg>
- Judd, C. M., Ryan, C. S., & Park, B. (1991). Accuracy in the judgment of in-group and out-group variability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61(3), 366–379. DOI: 10.1037/0022-3514.61.3.366
- Judt, T. (2005). *Pós-guerra: história da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- Kahneman, D. (2002). Maps of bounded rationality: A perspective on intuitive judgment and choice. *Nobel prize lecture*, 8, 351-401. Retrieved from <https://bit.ly/PHRvN>
- Kang, S. K., & Bodenhausen, G. V. (2015). Multiple Identities in Social Perception and Interaction: Challenges and Opportunities. *Annual Review of Psychology*, 66(1), 547–574. DOI: 10.1146/annurev-psych-010814-015025
- Keith, S., Schwalbe, C. B., & Silcock, B. W. (2006). Images in Ethics Codes in an Era of Violence and Tragedy. *Journal of Mass Media Ethics*, 21(4), 245–264. DOI: 10.1207/s15327728jmme2104_3
- Kellner, D. (2006). Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In de Moraes, D. (Ed.), *Sociedade midiaticizada* (pp. 119-147). Rio de Janeiro: Mauad. Retirado de <https://bit.ly/3f52LLB>

- Kellner, D., & Share, J. (2008). Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. *Educ. Soc*, 29(104), 687-715. DOI: 10.1590/S0101-73302008000300004
- Kingsley, P. (2016). *A Nova Odisseia — a história da crise europeia dos refugiados*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Kingsley, P. (2018, 27 de junho). Migration to Europe Is Down Sharply. So Is It Still a 'Crisis'?. *The New York Times*. Retrieved from <https://bit.ly/30aNiVT>
- Klapper, J. T. (1960). *The effects of mass communication*. New York: Free Press.
- Kohring, M., & Matthes, J. (2007). Trust in News Media. *Communication Research*, 34(2), 231–252. DOI: 10.1177/0093650206298071
- Kvale, S. (1996). *Interviews: an introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Laranjeiro, A. (2020, 25 de janeiro). Turismo: IVA no golfe mais baixo pode atrair mais turistas para Portugal. *Dinheiro Vivo*. Retirado de <https://bit.ly/2Y4GNkL>
- Larguesa, A. (2017, 8 de novembro). Indústria - Empresa de Albergaria lança pilaretes contra terroristas. *Jornal de Negócios*. Retirado de <https://bit.ly/2Y4GDtF>
- Lazarsfeld, P. F., & Stanton, F. (1944). *Radio research, 1941*. New York: Duell, Sloan & Pearce.
- Lechner, E. (2010). *Migração e conflito*. Coimbra: Angelus Novus.
- Lecomte, J-M. (2007). *Ensinar o holocausto no século XXI*. Lisboa: Via Occidentalis Editora.
- Lei nº 15/98, de 14 de fevereiro, República Portuguesa.
- Leister, M. (2013). Aculturação e identidade cultural: uma revisão do Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Revista Derecho y Cambio Social*, 31, pp.1-23. Obtido em 30 de março de 2017. Recuperado de <https://bit.ly/3eXtn0V>
- Lenzi, A. (2016). Multimídia e construção de valor-notícia: a experiência do UOL TAB. *ÂNCORA-Revista Latino-americana de Jornalismo*, 3(1). Retirado de <https://bit.ly/3eQTyGs>
- Leyens, J. P., & Yzerbyt, V. (1999). *Psicologia Social* (Vol. 70). Lisboa: Editions Mardaga.

- Lipovetsky, G. (2007). *A organização pós-fordista da economia. A felicidade paradoxal*. São Paulo: Companhia das Letras. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/2ByHNGd>
- Lippmann, W. (1922/2010). *Opinião Pública*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Lopes, P., Pereira, S., Moura, P., & Carvalho, A. (2015). Avaliação de competências de literacia mediática: o caso português. *Revista Observatório*, 1(2), 42-61. Retirado de <https://bit.ly/32Pa4n7>
- López García, G. (2006). Comunicación digital y líneas de fractura en el paradigma de la agenda setting [Digital communication and rupture lines in Agenda-setting paradigm]. *Doxa Comunicación*, 4, 37-58. Recuperado de <https://bit.ly/2XZvAC2>
- Machado, J. V., & Cardoso, J. (2015). Das perspectivas locais às relações internacionais: representações múltiplas sobre a Europa. *Revista Continentes*, 1(7), pp.166-169. Retirado de <https://bit.ly/3gW52ua>
- Magalhães, B. (2017, 19 de julho). Como começou a crise na Venezuela? - Entenda a origem da atual onda de protestos contra o presidente Nicolás Maduro [Post em blogue]. Retirado de <https://bit.ly/2Ude64e>
- Mais de 17 mil médicos e enfermeiros emigraram nos últimos oito anos (2018, 28 de maio). *Observador*. Retirado de <https://bit.ly/2BtGBns>
- Mais de 40 universidades de Portugal já aceitam o Enem para selecionar estudantes brasileiros (2019, 17 de agosto). *G1*. Retirado de <https://glo.bo/3cCpZHc>
- Malheiros, J. M. (2007). *Imigração brasileira em Portugal*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: Lisboa.
- Malkki, L. H. (2005). Speechless emissaries: Refugees, humanitarianism, and dehistoricization. In K. Hastrup & K. F. (Eds.), *Siting culture* (pp. 233-264). London: Routledge [ebook] Retirado de <https://cutt.ly/3rb2cLL>
- Marcelino, V. (2018, 14 de dezembro). Prevenção de terrorismo: PSP com agentes encobertos, MP5 e ouriços com picos de aço nas ruas. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://bit.ly/3084fAl>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1996). *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*, 2, pp. 35-36. São Paulo: Atlas.

- Marques, P. V. & Nunes, R. R. (2019, 1 de março). Irlanda paga mais de 11 mil euros para levar médicos de família portugueses. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://bit.ly/30d1aPE>
- Marques, J. M., Páez, D., & Pinto, I. R. (2013). Estereótipos: antecedentes e consequências das crenças sobre os grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social - 9ª Edição* (pp. 435-492). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martine, G. (2005). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo Em Perspectiva*, 19(3), 3–22. DOI: 10.1590/s0102-88392005000300001
- Matias, G. S. (2014). *Migrações e cidadania*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mazower, M. (2014). *O continente das trevas: o século XX na Europa*. Lisboa: Edições 70.
- McCombs, M. (2009). *A teoria da agenda: a mídia e a opinião*. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ménici Malheiro, A. (2005). *Braga contemporânea*. Braga: Fundação Bracara Augusta.
- Melella, C. (2016). El uso de las tecnologías de la información y comunicación (TIC) por los migrantes sudamericanos en la Argentina y la conformación de redes sociales transnacionales. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 24(46), 77-90. DOI: 10.1590/1980-85852503880004606
- Minayo, M. C. S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- Minayo, M. C. S. (2009). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In M. C. S. Minayo (Org.); S. F. Deslandes & R. Gomes, *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 61-77). Petrópolis: Editora Vozes [ebook]. Retirado de <https://bit.ly/2Z6spKm>
- Miranda, S. (1999). *A Emigração Portuguesa e o Atlântico: 1870-1930*. Lisboa: Salamandra
- Mitchelstein, E., & Boczkowski, P. J. (2010). Online news consumption research: An assessment of past work and an agenda for the future. *New Media & Society*, 12(7), 1085–1102. DOI: 10.1177/1461444809350193
- Moleiro, R. (2017, 03 de maio). Carta aberta a Marcelo do único refugiado yazidi que resta em Portugal. *Expresso*. Retirado de <https://bit.ly/30aPM6F>

- Morse, J. M. (2007). Investigação qualitativa: facto ou fantasia?. In J. M. Morse (Ed.), *Aspectos essenciais de metodologia de investigação qualitativa* (pp. 12-18). Redhorse: Coimbra.
- Mortensen, M., Allan, S. & Peters, C. (2017). The Iconic Image in a Digital Age. *Editorial Mediations over the Alan Kurdi Photographs in Nordicom Review 38 (2017) Special Issue 2*, pp. 71-86. DOI: 10.1515/nor-2017-0415
- Moscovici, S. (1976). *Social Influence and Social Change*. Londres: Academic Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. DOI: 10.1002/ejsp.2420180303
- Motyl, M., Iyer, R., Oishi, S., Trawalter, S., & Nosek, B. A. (2014). How ideological migration geographically segregates groups. *Journal of Experimental Social Psychology*, 51, 1–14. DOI: 10.1016/j.jesp.2013.10.010
- Nagel, J. (1974). Inequality and Discontent: A Nonlinear Hypothesis. *World Politics*, 26(04), 453–472. DOI: 10.2307/2010097
- Noelle-Neumann, E. (1974). The Spiral of Silence a Theory of Public Opinion. *Journal of Communication*, 24(2), 43–51. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x
- Numbeo (2020, 3 de fevereiro). Cost of Living Index by City 2020 [Blog post]. Retrieved from <https://bit.ly/2Y6HVnR>
- Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and social reality*. Oxford: Blackwell Publishing.
- OECD (2018), *International Migration Outlook 2018*. OECD Publishing: Paris. Retrieved from <https://bit.ly/3dEKx3c>
- O Globo (2018, 29 de maio). Governo húngaro propõe lei que criminaliza quem ajudar imigrantes. *O Globo/Agências Internacionais*. Retirado de <https://bit.ly/3cApvRK>
- O Globo (2019, 4 de agosto). Veja por que Braga é o novo destino preferido de brasileiros em Portugal - Cidade teve um crescimento de 137% de imigrantes saídos do Brasil. *Jornal O Globo*. Retirado de <https://glo.bo/3hTzmog>
- Olesen, T. (2017). Memetic protest and the dramatic diffusion of Alan Kurdi. *Media, Culture & Society*, 40(5), 656–672. DOI: 10.1177/0163443717729212
- Olick, J. K., & Robbins, J. (1998). Social Memory Studies: From “Collective Memory” to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. *Annual Review of Sociology*, 24(1), 105–140. DOI:10.1146/annurev.soc.24.1.105

- Oliveira F., Cabecinhas R. & Ferin I. (2011). Retratos da mulher brasileira nas revistas portuguesas". *Anais do VII ENECULT - Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador*. ISBN 85-60186-00-X. Obtido em 05 de abril de 2017. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1822/19851>
- Oliveira, V. M. D., Martins, M. D. F., & Vasconcelos, A. C. F. (2012). Entrevistas “em profundidade” na pesquisa qualitativa em administração: pistas teóricas e metodológicas. *Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais–SIMPOI*, 15, 1-12.
- Olsson, T., Samuelsson, U., & Viscovi, D. (2017). At risk of exclusion? Degrees of ICT access and literacy among senior citizens. *Information, Communication & Society*, 1–18. DOI:10.1080/1369118x.2017.1355007
- ONU (1951). Convención sobre el Estatuto de los Refugiados. United Nations, Treaty Series, vol. 189, p. 137. Recuperado de <https://www.refworld.org/es/docid/47160e532.html>
- ONUBR - Nações Unidas no Brasil (2018, 7 de março). ONU alerta para degradação da situação de direitos humanos na Venezuela [Post em blogue]. Retirado de <https://bit.ly/3czy9R>
- Orgad, S. (2012). *Media representation and the global imagination*. Cambridge: Polity Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2UgRejk>
- Ortega, M. M. (2007). *A Europa Face aos Novos Fluxos Migratórios. Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*. Obtido em 21 de março de 2017. Recuperado de <https://bit.ly/2UapfCv>
- Orwel, G. (1945). *Animal Farm*. London: Penguin Books.
- Östgaard, E. (1965). Factors Influencing the Flow of News. *Journal of Peace Research*, 2(1), 39–63. DOI: 10.1177/002234336500200103
- Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. *REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20(39), 159-184. Acedido em <http://hdl.handle.net/10071/14241>
- Pais, J. M. (2016). *Enredos sexuais, tradição e mudança: as mães, os zecas e as sedutoras de além-mar*. ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais [ebook]. Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/23682>
- Panning, W. H. (1983). Inequality, Social Comparison, and Relative Deprivation. *American Political Science Review*, 77(02), 323–329. DOI: 10.2307/1958918

- Parekh, B. (2000). *Rethinking multiculturalism: cultural diversity and political theory*. New York: Palgrave.
- Pare, Escute, Olhe. (2015, 27 de março). Ciganos em Portugal, a origem do preconceito e da discriminação [Post em blogue]. Retirado de <https://bit.ly/37aN6ri>
- Patarra, N. L. (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas. *Estudos avançados*, 20(57), 7-24. DOI: 10.1590/S0103-40142006000200002
- Pereira, S., Pinto, M., & Moura, P. (2015). *Níveis de literacia mediática: Estudo exploratório com jovens do 12º ano*. [ebook] Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40488>
- Perse, E. M. (1996). Sensation seeking and the use of television for arousal. *Communication Reports*, 9(1), 37–48. DOI: 10.1080/08934219609367633
- Peruzzi, A., Zollo, F., Quattrocioni, W., & Scala, A. (2018). How News May Affect Markets' Complex Structure: The Case of Cambridge Analytica. *Entropy*, 20(10), 765. DOI: 10.3390/e20100765
- Pinheiro, N. (2006). *O teatro da sociedade: fotografia e representação social no espaço privado e no público*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.
- Pinto, A. S. (2011). A União Europeia e a Primavera Árabe: entre os vícios da retórica democrática e os riscos da acção política. *Relações Internacionais (R: I)*, (30), 129-136. Retirado de <https://bit.ly/3hLJqQk>
- Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L., & Ferreira, T. D. (2011). *Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos*. CECS. [ebook] Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/44959>
- Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J., & Vaz, M. J. (2010). *Portugal: Atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Tinta da China.
- Pires, R., Pereira, C., Azevedo, J., & Ribeiro, A. (2014). *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2014*. Retirado de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11343/1/OEm_EmigracaoPortuguesa2014_RelatorioEst.pdf
- Plataforma de Apoio aos Refugiados (2018). Os Refugiados em Portugal [Post em blogue]. Retirado de <https://bit.ly/3h6Nhse>
- Potter, W. J. (2004). *Theory of media literacy: A cognitive approach*. London: Sage Publications.

- Prigogine, I. (2009). A ciência numa era de transição. *Parcerias Estratégicas*, 2(3), 82-85. Retirado de http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/25/24
- Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Editora Feevale. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/3gX0hR3>
- Quintana, M. (2013). *Mario Quintana: da preguiça como método de trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Rajaram, P. K. (2002). Humanitarianism and Representations of the Refugee. *Journal of Refugee Studies*, 15(3), 247–264. DOI: 10.1093/jrs/15.3.247
- Ramonet, I. (2002). *Guerras do Século XXI: Novos medos, novas ameaças*. Porto: Campo das Letras.
- Ramos, J., A. S. (2004). *A realidade transformada: a fotografia e a sua utilização*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de <https://bit.ly/2MCy1oF>
- Ramos, A., Louceiro, A. & Graça, J. (2016). *Migrações e Refugiados: Atitudes e percepções dos europeus*. Boletim Atitudes Sociais dos Portugueses, 4. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Report from the Commission (2018). *On the implementation of the Communication “Tackling online disinformation: a European approach”*. Retrieved from <https://bit.ly/2FHIMpB>
- Reis, R. R. (2004). Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista brasileira de ciências sociais*, 19(55), 149-163. DOI: 10.1590/S0102-69092004000200009
- Reiter, B. (2008). The perils of empire: nationhood and citizenship in Portugal. *Citizenship Studies*, 12(4), 397–412. DOI: 10.1080/13621020802184283
- Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 (2019). *Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Retirado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf
- Relatório Global sobre a Prevenção da Violência (2014). *The Global status report on violence prevention 2014*. World Health Organization (WHO). Retrieved from <https://bit.ly/2z6RcEf>

- Ribeiro, M., & Cerqueira, C. P. B. (2010). As imigrantes brasileiras no jornalismo impresso regional. In *8º Congresso LUSOCOM* (pp. 1901-1924). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1822/40275>
- Ribeiro, M., & Ribeiro, A. S. (2013). Os Netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração. *Abril: Revista do Estudos de Literatura Portuguesa e Africana - NEPA UFF*, 5(11), 25-36. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5616391>
- Riss, L. S. (2018, 6 de junho). Migrant, c'est mon choix. [Post dans un blog]. Recupéré de <https://bit.ly/3cCt2PE>
- Ritzer, G. (1983). The “McDonaldization” of Society. *The Journal of American Culture*, 6(1), 100–107. DOI: 10.1111/j.1542-734x.1983.0601_100.x
- Rodrigues, L. (2018). Crise migratória ou crise de humanismo?. In J. C. Morgado; J. Sousa; A. F. Moreira & A. Vieira (Eds.), *Currículo, Formação e Internacionalização: desafios contemporâneos* (pp. 34-40). Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd) Instituto de Educação, Universidade do Minho. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/3cER0ts>
- Rodrigues, T. M. F., & Ferreira, S. (2014). Portugal e a globalização das migrações. *População e Sociedade*, 12(22), 137-156. Retirado de <https://bit.ly/3hYboZq>
- Rogeyro, N. (2015). *Menos que humanos: imigração clandestina e tráfico de pessoas nas Europa*. Alfragide: D. Quixote. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/2MxZh7S>
- Rosengren, K. E. (1970). International News: Intra and Extra Media Data. *Acta Sociologica*, 13(2), 96–109. DOI: 10.1177/000169937001300202
- Rosengren, K. E. (1977). Four Types of Tables. *Journal of Communication*, 27(1), 67–75. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1977.tb01798.x
- Rubin, M., & Badea, C. (2012). They're All the Same!. . . but for Several Different Reasons: A Review of the Multicausal Nature of Perceived Group Variability. *Current Directions in Psychological Science*, 21(6), 367–372. DOI: 10.1177/0963721412457363
- Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (2011). *Qualitative interviewing: the art of hearing data*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Ruggiero, T. E. (2000). Uses and Gratifications Theory in the 21st Century. *Mass Communication and Society*, 3(1), 3–37. DOI: 10.1207/s15327825mcs0301_02

- Sacramento, O. (2016). A Europa, as migrações e o cosmopolitismo. *Pensamiento Americano*, 9(17). DOI: 10.21803/pensam.v9i17.55
- Sajir, Z., & Aouragh, M. (2019). Solidarity, Social Media, and the "Refugee Crisis": Engagement Beyond Affect. *International Journal of Communication*, 13, 28, 550-577. Retrieved from <https://bit.ly/31mPtGc>
- Sampieri, R. H, Fernández-Collado, C., & Lucio, P. B. (2006). *Metodología de la investigación*. México: McGraw-Hill Interamericana. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/2XBsdCi>
- Sánchez-Montijano, E., & Ayuso, A. (2012). Migrações entre Brasil e Europa. Oportunidades para uma agenda renovada. In K. A. Stiftung (Ed.), *Economia, Parlamentos, Desenvolvimento e migrações: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa* (pp. 151-174). [ebook] Retirado de <https://bit.ly/2XA5gQ1>
- Santa-Bárbara, F. (2018, 18 de outubro). Portugal vai acolher mais 150 refugiados nas próximas semanas. *TSF - Rádio Notícias*. Retirado de <https://bit.ly/30d4fPw>
- Santoro, E. (2014). Estereótipos, preconceitos e políticas migratórias. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*, 6(1), 15-30. DOI: 10.4013/rechtd.2014.61.02
- Saramago, J. (1997). *O conto da ilha desconhecida*. Lisboa: Assírio & Alvim. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/371ZFHh>
- Savidan, P. (2010). *O multiculturalismo*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Schiocchet, L. (2011). Extremo Oriente Médio, admirável mundo novo: a construção do Oriente Médio e a Primavera Árabe. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Revista Tempo do Mundo - Artigos*. Retirado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6206>
- Schrøder, K. C. (2014). News Media Old and New. *Journalism Studies*, 16(1), 60–78. DOI: 10.1080/1461670x.2014.890332
- Schwöbel-Patel, C., & Ozkaramanli, D. (2017). The construction of the grateful refugee in law and design. *Queen Mary Human Rights Review*, 4(1), 1-10. Retrieved from <https://bit.ly/2X7ATPI>
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2018). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Retirado de <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*. Retirado de <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>

- Serrão, J. V. (1977). *História de Portugal: Estado, pátria e nação (1080-1415)* (Vol. 1). Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. (1980). *História de Portugal: o século do ouro (1495-1580)* (Vol. 2). Editorial Verbo.
- Shapiro, M. J. (2007). The New Violent Cartography. *Security Dialogue*, 38(3), 291–313. DOI: 10.1177/0967010607081511
- Shipman, M. (1995). Ethical Guidelines for Televising or Photographing Executions. *Journal of Mass Media Ethics*, 10(2), 95–108. DOI: 10.1207/s15327728jmme1002_3
- Shoemaker, P. J. (1996). Hardwired for News: Using Biological and Cultural Evolution to Explain the Surveillance Function. *Journal of Communication*, 46(3), 32–47. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1996.tb01487.x
- Shoemaker, P. J., Eichholz, M., Kim, E., & Wrigley, B. (2001). Individual and Routine Forces in Gatekeeping. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 78(2), 233–246. DOI: 10.1177/107769900107800202
- Shoemaker, P. J. (2006). News and newsworthiness: A commentary. *Communications*, 31(1). DOI: 10.1515/commun.2006.007
- Shoemaker, P. J., & Vos, T. P. (2009). *Gatekeeping Theory*. New York: Routledge. [ebook] Retirado de <https://cutt.ly/krx83jd>
- Shoemaker, P. J., & Vos, T. P. (2011). *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*. Porto Alegre: Penso Editora. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/3dDtUER>
- Shoemaker, P. J., & Reese, S. D. (2014). *Mediating the Message in the 21st Century: A Media Sociology Perspective*. New York: Rotledge. [ebook] Retirado de <https://cutt.ly/vrcnFSb>
- Shohat, E. (2004). Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade. *Cadernos Pagu*, (23), 11-54. DOI: 10.1590/S0104-83332004000200002
- Siddiqui, S., & Singh, T. (2016). Social media its impact with positive and negative aspects. *International Journal of Computer Applications Technology and Research*, 5(2), 71-75. Retrieved from <https://go.aws/2xzuROj>
- Silva, J. A. (2018, 25 de março). Mais imigrantes brasileiros em Portugal para fugir à violência. *JN*. Retirado de <https://bit.ly/3eTGwbb>

- Silva, T. T. (2016). De volta à natureza selvagem: imagem e política nos protestos brasileiros de 2013. *Comunicação & Sociedade*, 38(1), 75-98. DOI: 10.15603/2175-7755/cs.v38n1p75-98
- Silva, A. M., Cabecinhas, R., & Evans, R. (2019). Culturas, memórias, diálogos em construção. *Comunicação E Sociedade*, 7-11. DOI: 10.17231/comsoc.0(2019).3056
- Silverstone, R. (2002). *Por que estudar a mídia*. Londres: Sage. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/2UfukJV>
- Simmons, A. J. (1979). *Moral Principles and Political Obligations*. Princeton: Princeton University Press. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/36likpy>
- Slovic, P., Västfjäll, D., Erlandsson, A., & Gregory, R. (2017). Iconic photographs and the ebb and flow of empathic response to humanitarian disasters. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 114(4), 640–644. DOI: 10.1073/pnas.1613977114
- Smith, E. R., & Mackie, D. M. (1997). *Psicología Social*. Madrid: Editorial Médica Panamericana.
- Soete, L. (2001). *Globalização e progresso tecnológico: do velho ao novo. Globalização, desenvolvimento e equidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sontag, S. (1973). *On photography*. New York: RosettaBooks LLC. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/39p03eG>
- Sontag, S. (2004). Regarding the torture of others. *New York Times Magazine*, 23(5), 4. Retrieved from <https://bit.ly/3ldgrlf>
- SOS Racismo (2002). *A imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.
- Sou, G. (2017). Trivial pursuits? Serious (video) games and the media representation of refugees. *Third World Quarterly*, 39(3), 510–526. DOI: 10.1080/01436597.2017.1401923
- Special Eurobarometer 469 (2018). *Integration of immigrants in the European Union*. Retrieved from <https://bit.ly/3kzb70D>
- Standard Eurobarometer 89, Spring 2018. (2018). *The views of Europeans on the European Union's priorities*. Retrieved from <https://goo.gl/LrDy8s>
- Standard Eurobarometer 92, Autumn 2019 (2019). *Public opinion in the European Union*. Retrieved from <https://bit.ly/2A7Yvfl>

- Stephan, W. G., Lausanne Renfro, C., Esses, V. M., White Stephan, C., & Martin, T. (2005). The effects of feeling threatened on attitudes toward immigrants. *International Journal of Intercultural Relations*, 29(1), 1–19. DOI: 10.1016/j.ijintrel.2005.04.011
- Sterling, R. (2016, 23 de outubro). *The White Helmets Controversy*. London Progressive Journal. Retrieved from <https://bit.ly/2z6UTtB>
- Stochero, T. (2015, 27 de julho). Brasil teve em média 143 assassinatos por dia em 2014. *G1*. Retirado de <https://bit.ly/3cCUOeC>
- Strauss, A. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Artmed: Porto Alegre.
- Swanson, D. L. (1987). Gratification seeking, media exposure, and audience interpretations: Some directions for research. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 31(3), 237–254. DOI: 10.1080/08838158709386662
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale* (vol. I, pp. 272-302). Paris: Larousse Université.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behaviour. *Social Science Information*, 13(2), 65–93. DOI: 10.1177/053901847401300204
- Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais - II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. & Fraser, C. (1978). *Introducing social psychology*. Auckland: Penguin Books.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.), *Key readings in social psychology. Political psychology: Key readings*, 276–293. Psychology Press. DOI: 10.4324/9780203505984-16
- Tandoc, E. C., & Vos, T. P. (2015). The journalist is marketing the news. *Journalism Practice*, 10(8), 950–966. DOI :10.1080/17512786.2015.1087811
- Taylor, C. (1994). *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press.
- Taylor, C. (2010). *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Texto & Grafia.
- Teixeira, T. (2014). Jornalismo ambiental: o desafio da construção da notícia soft news. *Vozes e Diálogo*, 13(02). Recuperado de <https://bit.ly/2Y6Oo27>
- The World Bank (2020, 03 de fevereiro). Refugee population by country or territory of asylum [Blog post]. Retrieved from <https://bit.ly/3h005Po>

- The World Bank. (2020, 03 de fevereiro). Refugee population by country or territory of origin [Blog post]. Retrieved from <https://bit.ly/2z6AnJr>
- Thomas, V. L., & Vinuales, G. (2017). Understanding the role of social influence in piquing curiosity and influencing attitudes and behaviors in a social network environment. *Psychology & Marketing*, 34(9), 884–893. DOI: 10.1002/mar.21029
- Thompson, J. B. (2011). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada.
- Thorson, E. (2018). *Contextual Fact-checking: a new approach to correcting misperceptions and maintaining trust* (Knight Foundation). Retrieved from <https://bit.ly/2Mu2NjN>
- Toffler, A. (1971). *Future Shock*. New York: Bantam Book. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/39ZabOg>
- Trotter, W. (1908). Herd Instinct and its Bearing on the Psychology of Civilised Man. *The Sociological Review*, a1(3), 227–248. DOI: 10.1111/j.1467-954x.1908.tb02713.x
- Trotter, W. (1909). Sociological Application of the Psychology of Herd Instinct. *The Sociological Review*, a2(1), 36–54. DOI: 10.1111/j.1467-954x.1909.tb02535.x
- Truzzi, O. (2008). Redes em processos migratórios. *Tempo social*, 20(1), 199-218. Retirado de <https://bit.ly/3cAUihp>
- Tsfati, Y., & Cappella, J. N. (2003). Do People Watch what they Do Not Trust? *Communication Research*, 30(5), 504–529. DOI: 10.1177/0093650203253371
- Tsuda, Y. (2017). English Hegemony. *The International Encyclopedia of Intercultural Communication*, 1-6. DOI: 10.1002/9781118783665.ieicc0218
- Tucker, J. (2018). Why here? Factors influencing Palestinian refugees from Syria in choosing Germany or Sweden as asylum destinations. *Comparative migration studies*, 6(1), 29. DOI: 10.1186/s40878-018-0094-2
- Turner, J. C., Brown, R. J., & Tajfel, H. (1979). Social comparison and group interest in ingroup favouritism. *European Journal of Social Psychology*, 9(2), 187–204. DOI: 10.1002/ejsp.2420090207
- TVI24 (2018, 21 de junho). Portugal recusou mais de 60% dos pedidos de asilo em 2017. TVI24. Retirado de <https://bit.ly/3eSjh17>
- UNHCR, The UN Refugee Agency. (2018, 19 de junho). Operational portal: refugee situations. *Mediterranean situation*. UNHCR. Retrieved from <https://bit.ly/2XYIJwk>

- Vala, J. & Castro, P. (2013). Pensamento Social e Representações Sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social - 9ª Edição* (pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentino, N. A., Soroka, S. N., Iyengar, S., Aalberg, T., Duch, R., Fraile, M., Hahn, K. S., Hansen, K. M., Harell, A., Helbling, M., Jackman, S. D., & Kobayashi, T. (2017). Economic and Cultural Drivers of Immigrant Support Worldwide. *British Journal of Political Science*, 1–26. DOI: 10.1017/s000712341700031x
- Van der Wurff, R., & Schoenbach, K. (2014). Civic and Citizen Demands of News Media and Journalists. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 91(3), 433–451. DOI: 10.1177/1077699014538974
- van Dijk, T. A. (1992). Discourse and the Denial of Racism. *Discourse & Society*, 3(1), 87–118. DOI: 10.1177/0957926592003001005
- Veja por que Braga é o novo destino preferido de brasileiros em Portugal (2019, 4 de agosto). *Jornal O Globo*. Retirado de <https://glo.bo/33fmbZJ>
- Venturini, T., & Rogers, R. (2019). “API-Based Research” or How can Digital Sociology and Journalism Studies Learn from the Facebook and Cambridge Analytica Data Breach. *Digital Journalism*, 1–9. DOI: 10.1080/21670811.2019.1591927
- Vilaça, F. (2017, 23 de junho). Braga em alerta contra terrorismo no S. João - PSP reforça segurança nos locais de maior concentração de pessoas durante as festas. *CM Jornal*. Retirado de <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/braga-em-alerta-contra-terrorismo-no-s-joao>
- Vitorino, A. (2007). *Imigração: oportunidade ou ameaça?: recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*. Estoril: Principia.
- Volpato, C. & Andrighetto, L. (2015). Dehumanization. In J. D. Wright (Ed.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (pp. 31-37). Amsterdam: Elsevier Ltd.
- Zamberlam, J. (2004). *O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização*. Pallotti. [ebook] Retirado de <https://bit.ly/308cOet>
- Zelizer, B (2010). Journalism, Memory, and the Voice of the Visual. In *About to Die: How News Images Move the Public*, 1-27. Oxford University Press. Retrieved from https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1684&context=asc_papers
- Zhang, Z., & Gupta, B. B. (2018). Social media security and trustworthiness: Overview and new direction. *Future Generation Computer Systems*, 86, 914–925. DOI: 10.1016/j.future.2016.10.007

- Wallace, J. (2017). Modelling Contemporary Gatekeeping. *Digital Journalism*, 6(3), 274–293. DOI: 10.1080/21670811.2017.1343648
- Wang, J., Wang, Y.-Q., & Li, M. (2017). *Rumor spreading considering the herd mentality mechanism*. 2017 36th Chinese Control Conference (CCC). DOI: 10.23919/chicc.2017.8027560
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. *Council of Europe report, DGI (2017)*, 9. Retrieved from <https://bit.ly/2AFi9z8>
- Warter, I., & Warter, L. (2016). Anti-Semitic Legislation During Holocaust: Just Unethical or Counterproductive to Long-Term Development as Well?. *Journal of Applied Ethics and Biolaw*, 1, 43-49.
- Wheeler, T. H. (2002). *Phototruth Or Photofiction?: Ethics and Media Imagery in the Digital Age*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers. [ebook] Retrieved from <https://bit.ly/2QAbTOH>
- White, A. (ed.) (2015). *Moving stories: International review of how media cover migration*. London: Ethical Journalism Network [ebook]. Retrieved from <https://bit.ly/32bG2JR>
- White, D. M. (1950). The “Gate Keeper”: A Case Study in the Selection of News. *Journalism Bulletin*, 27(4), 383–390. DOI: 10.1177/107769905002700403
- White, R. A. (1983). Mass Communication and Culture: Transition to a New Paradigm. *Journal of Communication*, 33(3), 279–301. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1983.tb02429.x
- Wike, R., Stokes, B., & Simmons, K. (2016). Europeans fear wave of refugees will mean more terrorism, fewer jobs. *Pew Research Center*, 11.
- Williams, A. E. (2012). Trust or Bust?: Questioning the Relationship Between Media Trust and News Attention. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 56(1), 116–131. DOI:10.1080/08838151.2011.651186
- Wilmott, A. C. (2017). The politics of photography: Visual depictions of Syrian refugees in UK online media. *Visual Communication Quarterly*, 24(2), 67-82. DOI: 10.1080/15551393.2017.1307113
- Wolff, K. (1950). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press.
- Wright, T. (2002). Moving images: The media representation of refugees. *Visual Studies*, 17(1), 53-66. DOI: 10.1080/1472586022000005053

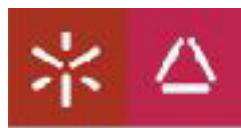
Yuan, D. Y. (1963). Voluntary Segregation: A Study of New Chinatown. *Phylon* (1960-), 24(3), 255. DOI: 10.2307/273399

ANEXOS

Anexo 1 – Informações sobre os participantes da pesquisa

Entrevistados	Nome	Idade (em anos)	Profissão	Data da Entrevista
1	João	39	Funcionário Público	18/12/2018
2	Francisco	49	Funcionário Público	19/12/2018
3	Leonor	46	Atendimento ao Público	03/01/2019
4	Maria	35	Modelista	05/01/2019
5	Matilde	57	Secretária	05/01/2019
6	Carolina	55	Administrativo	05/01/2019
7	Santiago	58	Administrativo	05/01/2019
8	Beatriz	36	Técnica Administrativa	05/01/2019
9	Afonso	65	Comerciante	08/01/2019
10	Duarte	48	Comerciante	08/01/2019
11	Sofia	31	Teraupeuta	12/01/2019
12	Tomás	57	Professor	14/01/2019
13	Martim	56	Zelador	14/01/2019
14	Rodrigo	44	Mecânico	14/01/2019
15	Alice	38	Atendimento ao Público	16/01/2019
16	Lourenço	39	Funcionário Público	16/01/2019
17	Gabriel	45	Bancário	16/01/2019
18	Mariana	53	Esteticista	18/01/2019
19	Ana	48	Costureira	20/01/2019
20	Benedita	49	Professora	23/01/2019
21	Miguel	46	Investidor	24/01/2019
22	Francisca	44	Enfermeira	24/01/2019
23	Margarida	65	Comerciante	29/01/2019
24	Inês	39	Comerciante	29/01/2019
25	Clara	38	Técnica Administrativa	30/01/2019
26	Lucas	32	Técnico Comercial	30/01/2019

Anexo 2 – Termo de Confidencialidade



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais
Doutoramento FCT em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu, (a) _____, declaro ter conhecimento que Cláudio Abdo, aluno do doutoramento com identificação mecanográfica ID 7560 da IV Edição do Programa de Doutoramento FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade – Universidade do Minho, compromete-se a garantir a confidencialidade, o anonimato dos entrevistados e o cuidado na divulgação dos dados, sendo que estes apenas serão utilizados para fins de investigação, no âmbito da Tese de Doutoramento intitulada “A crise migratória na Europa: um olhar sobre os refugiados em Braga, Norte de Portugal”.

_____, _____ de _____ de 201__

Cláudio Abdo

(assinatura)

(a) Nome completo.

Anexo 3 – Guião de Entrevista

1. Perguntas “quebra gelo” (Minayo, 1994, p. 125) / Comentário inicial

1.1. Interessante como estão chegando brasileiros para viver em Portugal.

2. Globalização / Migrações

2.1. Você já viveu em outro país? Como se sente em relação a isso?

2.2. Conhece alguém que vive?

3. Crise migratória na Europa

3.1. Para você, quais os motivos que fazem com que a Europa seja um destino para os refugiados?

3.2. O quanto você imagina que o modo de vida europeu é capaz de atrair pessoas para a Europa?

3.3. Qual a sua opinião em relação à opção dos governos na construção de muros para barrar imigrantes e refugiados?

4. Espetacularização das imagens

4.1. Você tem conta em redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn etc.)? Por quê?

4.2. Tem alguma imagem em relação aos refugiados que chamou a sua atenção? (local/ locais onde viu a imagem; sentimentos que guardou face à cobertura mediática; acha que poderia ter sido feita de outra forma)

5. Olhar sobre os refugiados

5.1. Você faz ideia de quantos refugiados já foram acolhidos por Portugal? Consegue me dizer uma quantidade aproximada? [até fevereiro 2018 Portugal recebeu 1674 refugiados. (Plataforma de Apoio aos Refugiados, 2018)]

5.2. Se hipoteticamente você tivesse a missão de procurar por um refugiado em uma multidão, por qual tipo de pessoa você procuraria? [estereótipos, homogeneidade do exogrupo]

5.3. E se, a partir de amanhã, o seu companheiro(a) de trabalho fosse um(a) refugiado(a). Como você acha que reagiria? [percepção ou sentimento de ameaça]

5.4. Já leu, ouviu ou viu em algum *media* alguma notícia relacionada aos refugiados? E aqui em Braga?

5.5. Um ministro disse que os migrantes também buscam um país para viver por conta das facilidades que podem encontrar em relação à burocracia, apoios financeiros e documentos. Qual a sua opinião sobre isso?

5.6. Desde o começo da crise migratória na Europa em 2014, você acredita que tenha ocorrido alguma mudança em relação à segurança em Braga?

5.7. Poderia me indicar alguma instituição ou programa de acolhimento que atue com refugiados em Braga?

5.8. Conhece pessoalmente algum refugiado ou se quer contar algum acontecimento que tenha envolvido refugiados?